UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA

TESE

Partido Independente do Uruguai: raízes político-institucionais, características programáticas e organizacionais

Alvaro Augusto de Borba Barreto

Pelotas (RS), 2018

Alvaro Augusto de Borba Barreto

Partido Independente do Uruguai:
raízes político-institucionais, características programáticas e organizacionais

Tese apresentada à Universidade de Pelotas, como requisito parcial à ascensão a Professor Titular.

Pelotas (RS), 2018

Dados de Catalogação na Publicação
Kênia Moreira Bernini – CRB-10/920

B273p Barreto, Alvaro Augusto de Borba
Partido Independente do Uruguai: raízes político-institucionais, características programáticas e organizacionais / Alvaro Augusto de Borba Barreto. – Pelotas, 2018.
497 f.

Tese (Concurso Professor Titular) - Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Partido político. 2. Uruguai. Município. 3. Institucionalização. II. Título.

CDD : 324.2

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata 002/2018

Aos dez dias do mês de abril de dois mil e dezoito, os membros abaixo nomeados para avaliar a defesa da tese intitulada "Partido Independente do Uruguai: raízes político-institucionais, características programáticas e organizacionais", do **Prof. Álvaro Augusto de Borba Barreto**, lotado no Departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, consideraram APROVADO a tese do docente para fins de progressão funcional para a Classe E, Professor Titular da Carreira do Magistério Superior.

Membros da Banca Avaliadora

Membro da Banca	Assinatura
Profa. Dra. Maria Thereza Rosa Ribeiro UFPel – Presidente	
Profa. Dra. Celi Regina Jardim Pinto UFRGS (inativa)	
Profa. Dra. Jussara Reis Prá UFRGS	
Prof. Dr. Emil Albert Sobottka PUCRS	

Agradecimento

Aos meus pais. Sem este apoio incondicional, quase nada teria sido possível.

À Adriani. Um lindo presente que a vida me deu.

Resumo

BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. **Partido Independente do Uruguai: raízes político-institucionais, características programáticas e organizacionais**. 2018. 497 f. Tese. (Concurso Professor Titular). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

A tese tem por objeto o Partido Independente (PI), legenda uruguaia, criada em 2002. A intenção principal é analisar o caso do PI, de modo a captar o mais amplamente possível as suas características e as suas peculiaridades, assim como suas contradições e as relações que estabelece com o sistema político do qual faz parte. Os objetivos específicos têm a intenção de recuperar o processo histórico no campo da esquerda que redundou na fundação do PI, examinar suas características organizacionais, propostas político-programáticas e desempenho eleitoral. A tarefa envolve, ainda, discutir a condição de novo partido, o modo como tem procurado ampliar a sua base organizacional e o grau de institucionalização alcançado. A tese também procura superar uma lacuna na produção da Ciência Política sobre o Uruguai, ao agregar a análise específica sobre a origem e as características deste partido. Contudo, mais do que simplesmente suprir uma carência, a justificativa para a realização da investigação está relacionada ao que ela pode revelar sobre os partidos do país e acrescentar em termos da identificação de tendências e de perspectivas de longa duração do sistema político. As fontes de pesquisas utilizadas foram: artigos, livros e pesquisas acadêmicas, memórias e entrevistas, matérias da imprensa, documentos produzidos pelo PI, resultados eleitorais e de pesquisas de opinião pública.

Palavras-chave: partido político; Uruguai; institucionalização; programa.

Abstract

BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. **Independent Party of Uruguay: political-institutional roots, programmatic and organizational characteristics**. 2018. 497 p. Thesis. Federal University of Pelotas, Pelotas, 2018.

The thesis aims at the Independent Party (PI), an Uruguayan party, created in 2002. The main intention is to analyze the case of the PI, in order to capture as widely as possible its characteristics and its peculiarities, as well as its contradictions and the relations it establishes with the political system of which it forms part. The specific objectives are intended to recover the historical process in the left-wing field that led to the founding of the PI, to examine its organizational characteristics, political-programmatic proposals and electoral performance. The task also involves discussing the condition of a new party, the way in which it has sought to broaden its organizational base and the degree of institutionalization achieved. The thesis also seeks to overcome a gap in the production of Political Science over Uruguay by adding the specific analysis on the origin and the characteristics of this party. However, rather than simply filling a gap, the justification for conducting the research is related to what it can reveal about the country's parties and to add in terms of identifying trends and long-term perspectives of the political system. The sources of research used were articles, books and academic research, memoirs and interviews, press materials, documents produced by the PI, election results and public opinion polls.

Keywords: political party; Uruguay; institutionalization; program.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AU	Assembleia Uruguai
CDU	Convergência Democrática do Uruguai
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
Claeh	Centro Latino-americano de Economia Humana
CIDE	Comissão de Investimento e Desenvolvimento Econômico
Confa	Confluência Frente-amplista
CNT	Convenção Nacional dos Trabalhadores
COPEI	Comitê de Organização Político-Eleitoral Independente
CUF	Corrente Unidade Frente-amplista
DVS	Duplo Voto Simultâneo
EP	Encontro Progressista
EP-FA	Encontro Progressista-Frente Ampla
EP-FA-NM	Encontro Progressista-Frente Ampla-Nova Maioria
EUA	Estados Unidos da América
FA	Frente Ampla
FAE	Frente Ampla no Exterior
FARO	Forças Armadas Revolucionárias Orientais
FAU	Federação Anarquista do Uruguai
FIdeL	Frente de Esquerda de Libertação (Frente Izquierda de Liberación, em espanhol)
FLS	Frente Líber Seregni
FMLN	Frente Farabundo Martí para Libertação Nacional
FSLN	Frente Sandinista de Libertação Nacional
GAU	Grupos de Ação Unificadora
IDI	Esquerda Democrática Independente (Izquierda Democrática Independente, em espanhol)
INAU	Instituto da Criança e do Adolescente do Uruguay (Instituto del Niño y del Adolescente de Uruguay, em espanhol)
JDC	Juventude Democrata Cristã

LFF	Liga Federal Frente-amplista
MAPU	Movimento de Ação Popular Unitária
MAS	Movimento para o Socialismo
MBPP	Movimento *Blanco* Popular e Progressista
MC	Movimento dos Comuns
MLN-T	Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros
MPP	Movimento de Participação Popular
MRO	Movimento Revolucionário Oriental
NE	Novo Espaço
NEP	Número Efetivo de Partidos
NEPe	Número Efetivo de Partidos eleitorais
NM	Nova Maioria
OCDA	Organização Democrata Cristã da América
ONU	Organização das Nações Unidas
OPR-33	Organização Popular Revolucionária 33
PAIS	Pátria Altiva e Soberana [Patria Altiva y Soberana, em espanhol]
PC	Partido Colorado
PCU	Partido Comunista do Uruguai
PDC	Partido Democrata Cristão
PELA	Pesquisa de Elites Parlamentares da América Latina
PERI	Partido Ecologista Radical Intransigente
PG	Pátria Grande
PGP	Partido do Governo do Povo
PI	Partido Independente
PN	Partido Nacional
POR	Partido Obreiro Revolucionário
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
OS	Partido Socialista
PT	Partido dos Trabalhadores
PVP	Partido pela Vitória do Povo
ROE	Resistência Obreira Estudantil
UAL	União Artiguista de Libertação Nacional
UCB	União Colorada e Batllista
UCD	União do Centro Democrático
UDC	União Democrática Cristã

Udelar	Universidade da República
UP	União Popular
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VA	Vertente Artiguista
26M	Movimento 26 de Março

Sumário

Introdução..... 10
Capítulo 1 Raízes político-institucionais do PI (1962-2002) 22
1.1 Partido Democrata Cristão 23
1.1.1 União Cívica 23
1.1.2 As Razões da mudança de União Civica para PDC 29
1.1.3 Advento do PDC 34
1.2 Partido pelo Governo do Povo 41
1.3 Frente Ampla 48
1.3.1 Formação 48
1.3.2 Reorganização da FA 63
1.3.3 Debate sobre as duas esquerdas no período pós-ditadura 77
1.4 Eleições de 1989: coligação Novo Espaço e o impacto no sistema partidário 95
1.5 Eleições de 1994: mudanças na FA e o partido Novo Espaço 104
1.5.1 Escolha do PGP 104
1.5.2 Opção do PDC 107
1.5.3 Partido Novo Espaço 110
1.5.4 Frente Ampla e a formação do EP 115
1.6 Das eleições de 1999 à vitória da FA em 2004 120
1.6.1 Continuidade das mudanças na FA e no NE nas eleições de 1999 124
1.6.2 Crise no NE e fundação do PI 128
1.6.3 Vitória da FA nas eleições de 2004 139
1.7 Síntese 150
Capítulo 2 Características organizacionais do PI 152
2.1 Modelo originário 154
2.1.1 PI como novo partido 157
2.1.2 Sistematização da proposta de Panebianco 184

2.1.3 Custo de ser novo 191
2.1.4 A Racionalidade na criação do PI 213
2.2 Institucionalização 233
2.2.1 O Modelo organizacional conforme o Estatuto 239
2.2.2 A Expansão por penetração da organização 250
2.3 Síntese 265
Capítulo 3 Peculiaridades programáticas e agir político do PI 269
3.1 Partido de ideias 272
3.1.1 Novidade do novo partido 273
3.1.2 Ideias do PI 288
3.2 Agir político 310
3.3 A Questão das “duas esquerdas” 330
3.3.1 Social-democracia 340
3.3.2 Moderados e radicais na FA 353
3.4 Localização do PI na escala ideológica 377
3.5 Partido de centro 400
3.6 Síntese 429
Considerações finais 434
Referências..... 445

Introdução

Partido Independente (PI) é uma legenda uruguaia, criada em 2002. Em 15 anos de existência, já participou de três eleições, apresentando constante crescimento: obteve 1,8% dos votos válidos para Presidente em 2004, 2,5% em 2009 e 3,1% em 2014, assim como alcançou, respectivamente, uma, duas e três cadeiras de deputado em um universo de 99 vagas, e uma de senador em 2014 entre 31 disponíveis. Constitui-se na quarta força do país, mas seu tamanho está muito distante daquele ocupado pelos principais partidos: Frente Ampla (FA), Nacional (PN) e Colorado (PC).

Todavia, a tese não se propõe a discutir tão somente a relevância do PI no sistema político uruguaio ou o êxito relativo de seu desempenho eleitoral. Os objetivos também são analisar as características dessa legenda, a institucionalização que alcançou, as propostas políticas que apresenta, bem como recuperar o processo histórico e as discussões programático-ideológicas no campo da esquerda que redundaram na sua fundação, o que implica identificar e analisar os partidos, as correntes e as ideias que configuram suas raízes mais longínquas.

Salvo engano, a literatura que versa sobre o sistema político uruguaio não analisou especificamente o PI, o que atribui para a tese um caráter inovador em termos de objeto de análise, consequentemente, de reflexões empreendidas e de resultados alcançados.

Tal ausência não deixa de ser surpreendente ao se considerar que um influente texto de Caetano, Rilla e Perez (1987) classificou o país como uma partidocracia, com a intenção de identificar a centralidade dos partidos na história

nacional e o protagonismo que eles sempre tiveram em comparação a qualquer outra instituição, como exército, grupos econômicos e Igreja[1].

Se a história política do Uruguai é, de fato, a história dos partidos, eles deveriam ser objeto de constante análise, o que faria com que, após mais de 15 anos de existência, o PI já tivesse sido objeto de alguma pesquisa sistemática. Este problema não atinge somente esta legenda: a eventual prevalência da partidocracia não significa que os estudiosos tenham interesse sobre quaisquer partidos, de modo a produzir amplo e diversificado quadro de estudos monográficos sobre as legendas do país. Broquetas (2015, p. 23) observou que, no recorte compreendido pelo final dos anos 1950 e pelo início dos anos 1960, a totalidade do mapa político-partidário permanece escassamente estudada. González (1993, p. 27) vai mais longe: afirma não existir uma história geral e abarcadora dos partidos e que a literatura sobre legendas individuais é escassa. Podem ser citadas como exceções: o estudo de Zubillaga (1979) sobre o Partido Radical Blanco, existente entre 1925 e 1933, e o de Jacob (2006) sobre o Partido Ruralista, dos anos 1930, que não chegou a disputar eleições.

Entretanto, esta ausência pode ser compreendida se for ponderado que muitas investigações estão centradas na análise do sistema partidário. E, nesse caso, o PI é uma parte diminuta, cuja relevância – conforme o parâmetro proposto por Sartori (1982, p. 147) –, é passível de discussão[2]. Para aqueles que o consideram mero coadjuvante frente aos protagonistas PN, PC e FA, legendas cuja relação formata o sistema – novamente conforme Sartori (1982) –, estaria justificada

[1] O texto se tornou uma referência para a historiografia e as ciências sociais uruguaias, tanto que, 25 anos após ter sido publicado, gerou uma entrevista com os três autores (BRUNO; DUFFAU; FERREIRA, 2012) e foi objeto de um concurso comemorativo, vencido por Demasi (2012). Lanzaro (2013, p. 236) concorda com o que a hipótese partidocrática que expressar, mas discorda do termo que, para ele, teria uma conotação crítica e até pejorativa na política comparada, pois indica a indevida dominação das partes sobre o todo ou como uma tirania de partidos. Ele prefere a expressão “democracia de partidos” por considerá-la mais adequada para definir o regime uruguaio e comportar um juízo positivo. Críticas à concepção subjacente à ideia de “partidocracia” podem ser encontradas em Rico (2005); Zeballos (2016).

[2] Para o autor italiano, um partido é irrelevante quando não tem potencial de coalizão ou de chantagem, isto é, de formar coalizão ou de modificar a direção da competição. Há outros critérios mais formais e menos vinculados à dinâmica política, que estabelecem um patamar de votação, a formação de bancada ou determinado tamanho da bancada como ponto de corte. O adotado por Kitschelt (1989), por exemplo, faria com que o PI fosse considerado insignificante, pois jamais atingiu 4% dos votos em qualquer eleição legislativa nacional. Ao inverso, se fosse adotado o da pesquisa “Partidos políticos e governabilidade na América Latina”, ele seria considerado relevante, já que teve representação na Câmara baixa nos três períodos mais recentes (FREIDENBERG; LÓPEZ, 2002, p. 162, nota 15).

a falta de referências substantivas, pois não faria sentido centrar esforços em uma que tem pouco peso decisório e que ocupa papel meramente testemunhal.

A ausência também pode ser explicada pelo fato de que, quando os estudos abordam os partidos comparativamente ou têm apenas um deles como unidade de análise, a escolha recai sobre os três principais (e sobre setores[3] que os constituem, notadamente no caso da FA[4]), mais uma vez em razão da importância histórica ou do destaque que possuem na atualidade. Nesse cenário, o PI acaba sendo deixado de lado, visto ser um partido de criação recente e que apenas na eleição de 2014 alcançou pela primeira vez o Senado (ainda assim, com apenas uma cadeira)[5].

---

[3] Os partidos uruguaios são caracterizados pela existência de setores ou de frações, divisões internas com ampla autonomia, ação política, divulgação e reconhecimento social, que se apresentam com candidatos e listas próprias, e disputam (eleitoral e programaticamente) com as demais, notadamente aqueles pertencentes à sua legenda. Para Lanzaro (2004, p. 24), "constituyen en sí mismas redes permanentes de relacionamiento y socialización, de formación de cuadros y de disciplina". González (1993, p. 31) anota que determinadas frações de partidos diferentes são mais próximas entre si do que de outras que pertencem ao mesmo partido.

A fracionalização é estimulada pela lista fechada e bloqueada, mais o voto vinculado, também chamado de fundido (COX, 1997, p. 42), que é a obrigatoriedade de escolher a mesma legenda para todos os cargos em disputa. Igualmente, contribui com ela o "duplo voto simultâneo" (DVS), que é uma modalidade de voto preferencial intrapartidário ou de primária que ocorre concomitantemente à eleição. Nele, o eleitor vota no lema (o nome eleitoral do partido ou da coligação) e, se este apresentar mais de um candidato a cargo executivo (até 1996 para presidente e intendente; no pós-1996, apenas para intendente) e/ou mais de uma lista a posto legislativo, ele tem a possibilidade de escolher um desses concorrentes (sublema). O voto é computado para ambos, pois há duas disputas simultâneas: entre os lemas e, no interior de cada um, entre seus sublemas (e as eventuais listas legislativas que o compõem, o que dá origem ao múltiplo ou triplo voto simultâneo, já que o sublema pode contemplar diferentes listas de candidatos e diferentes setores que se unem para acumular votos). Tanto o cargo executivo quanto os postos parlamentares são conquistados a partir da votação total obtida pelo lema, mas são ocupados pelos sublemas. Logo, o candidato do sublema mais votado do lema mais votado fica com o posto executivo (atualmente, váldo apenas para intendente e alcalde, pois para presidente vigoram candidaturas únicas) e os cargos legislativos se distribuem proporcionalmente entre os sublemas, conforme o total de votos que eles aportam para o lema.

A existência de um espaço institucional para a disputa intrapartidária, decidida pelo eleitorado, estimula a manutenção da unidade partidária (ou desestimula as cisões), ao mesmo tempo em que favorece a formação das frações. Afinal, os sublemas estão necessariamente unidos nas eleições majoritárias (o candidato mais votado soma para si os sufrágios obtidos pelos demais) e podem concorrer separadamente nas disputas proporcionais (BUQUET, 2004, p. 143).

Por conta dessas características, autores como Lindahl (1971) e Errandonea (1994) apontam os partidos uruguaios como federações ou coalizões de partidos e que, por isso, o sistema seria muito mais fragmentado do que tradicionalmente é considerado. Na mesma medida, falar em PC, PN ou FA implicaria uma dose de imprecisão e só teria sentido na comparação entre eles, pois seria preciso indicar, ainda, a qual parte dessas legendas se faz referência. Sobre essas questões, ver: Real de Azúa (1971); Sartori (1982); Vernazza (1989); González (1993); Buquet; Chasquetti; Moraes (1998); Monestier (1999); Buquet (2000b, 2003); Morgenstern (2001); Piñeiro (2004).

[4] Há estudos sobre o Partido Comunista do Uruguai (PCU) pós-ditadura, como os de: Turiansky (2010); Garcé; De Giorgi; Lanza (2012); Martínez; Ciganda; Olivari (2013). Igualmente, sobre o Movimento de Participação Popular (MPP) ou Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros (MLN-T), casos de: Mazzeo (2005); Garcé (2006); Labrousse (2009).

[5] Atingir representação no Senado é considerado pelos partidos e pelos analistas uma marca de distinção, de tal modo que os principais líderes estão ali presentes. Para viabilizar que este objetivo se cumpra, eles figuram em primeiro lugar na(s) lista(s) apresentada(s) por seu(s) setor(es).

As possíveis motivações para a ausência de estudos sobre o PI estão sintetizadas no diagnóstico formulado por Stephen Fischer, ao se referir à razão pela qual os pequenos partidos[6] da então Alemanha Ocidental eram negligenciados nas investigações:

> 1) concentrando-se nos principais partidos que comprovaram o alto nível de apoio e estabilidade, a análise da política partidária se torna mais gerenciável;
> 2) ao omitir os partidos menores da análise, os graves problemas de coleta de dados são evitados;
> 3) considera-se que os pequenos partidos não têm qualquer impacto significativo na política governamental e em outros fenômenos políticos;
> 4) pequenos partidos são retirados da análise, uma vez que são considerados elementos disfuncionais no sistema político (FISCHER, 1980, p. 609-610 apud PEDERSEN, 1982, p. 3)[7].

Entretanto, o PI não está completamente ignorado. Sempre é possível encontrar informações sobre sua origem, candidato presidencial, votação obtida, cadeiras alcançadas etc. Todavia, elas figuram a título de registro ou como parte de uma acurada descrição dos processos eleitorais ou do cenário político, não como elementos significativos da investigação voltada especificamente a este partido.

Nos poucos textos em que é tratado separadamente, ele recebe referências breves e sucintas, como se contemplassem proporcionalmente o tamanho eleitoral e parlamentar que alcançou. É o que se verifica nos artigos de Garcé e Yaffé (2008, p. 221-222), de Garcé (2011a, p. 251-252; 2012, p. 182) sobre os partidos de oposição, publicados no Informe de Conjuntura do Instituto de Ciência Política da Universidade da República (Udelar, sigla em espanhol).

Foram identificados poucos trabalhos em que ele mereceu comentários e análises mais substantivas, embora nunca tenha sido o foco exclusivo ou

---

[6] Fischer usa a denominação “menor”. A preferência desta tese recai no uso do termo “pequeno”, o qual é definido exclusivamente em termos relacionais e de espaço político ocupado. Ele se refere a legendas que obtêm votação reduzida e/ou poucas cadeiras em comparação a outros competidores, mas não envolve a definição prévia de um ponto de corte, como: não ter elegido nenhum candidato ou perder a representação ao longo do mandato (DANTAS; PRAÇA, 2004) ou obter determinada votação (EV; MELO, 2004). Nesse sentido, o tamanho tem de ser verificado empiricamente e não inclui outros aspectos a partir dos quais partidos têm sido previamente considerados pequenos, caso de apresentar um programa que defenda ideias extremadas e/ou muito específicas (verdes, étnicos, regionais, separatistas, pacifistas e anti algo, como imigração, minorias etc.). Estes também têm sido denominados como “partidos nicho” (MEGUID, 2005, 2008). Possivelmente, se o partido tem essas características, ele se veja limitado no respaldo eleitoral que pode alcançar, mas a vinculação entre teor do programa e tamanho da legenda não é necessária, e, de qualquer modo, precisa ser verificada. Em qualquer hipótese, não seria o caso do PI, cujas propostas não são extremadas e tampouco setoriais. Mais detalhes sobre o conceito de partido pequeno, ver: Spoon (2011).

[7] Este e todos os demais textos publicados originalmente em inglês ou francês que estão citados diretamente foram traduzidos livremente pelo autor da tese.

preferencial da investigação. O primeiro é um artigo de Johnson (2005) sobre a presença feminina nas listas partidárias de 2004, no qual ele recebeu destaque porque, em comparação aos demais, foi quem ofereceu mais espaço nas eleições primárias (também chamadas de internas, conforme a denominação adotada no Uruguai)[8]. Ou seja, em decorrência do objeto do artigo, a autora acabou por discutir as escolhas e as estratégias da legenda.

O segundo é uma série de investigações sobre as propostas programáticas a respeito da política exterior, apresentadas pelos partidos com representação parlamentar nas campanhas eleitorais de 2004, 2009 e 2014, na qual está incluída a apreciação em separado do PI (FÉRNANDEZ LUZURIAGA, 2005, 2009, 2014; FERNÁNDEZ LUZURIAGA; HERNÁNDEZ NILSON, 2010).

À semelhança do bloco anterior, o terceiro é composto por artigos nos quais são apreciadas áreas temáticas dos programas partidários para as eleições presidenciais de 2014, caso de: seguridade social (BUSQUETS; SCHENCK, 2014), defesa (GUYER, 2014), política exterior (LÓPEZ, 2014), moradia (MAGRI, 2014), educação (MANCEBO; LIZBONA, 2014), relações de trabalho (SENATORE; CARRACEDO, 2014), saúde (SETARO, 2014), segurança (VILA, 2014), ciência, tecnologia e inovação (ZURBRIGGEN, 2014). Esses textos foram veiculados no Informe de Conjuntura do Instituto de Ciência Política e, a indicar que o PI cresceu de status ao longo do tempo, houve a orientação editorial para que as análises dos programas o incluíssem, o que não havia ocorrido nas edições alusivas aos pleitos de 2004 e de 2009.

Por fim, há um artigo de Mieres (2016) que analisa o crescimento eleitoral do PI nas eleições de 2004 a 2014. Também este artigo, escrito por alguém tão ligado ao partido[9], não versa exclusivamente sobre o PI, e sim aborda o desempenho eleitoral das opções alheias aos dois blocos majoritários (o da FA e o que reúne PN-PC), motivo pelo qual inclui pequenos partidos posicionados à esquerda da FA.

---

[8] Desde a reforma constitucional de 1996, o Uruguai implantou este modelo, que foi utilizado pela primeira vez em 1999. As primárias são organizadas pela Corte Eleitoral, em um mesmo dia de votação e com urnas comuns para todas as legendas. Elas são de participação obrigatória para os partidos (que precisam alcançar 500 votos para se credenciarem a participar das eleições presidenciais, parlamentares e departamentais), mas facultativa para o eleitor. Além disso, são abertas: o eleitor vota no partido que quiser, sem a obrigação de estar a ele filiado (QUEIROLO; BOIDI; CASO, 2015, p. 59-60).

[9] Pablo Mieres (1959-) é atualmente senador pelo PI, partido que preside e pelo qual concorreu à presidência em 2004, 2009 e 2014. Mais informações sobre a trajetória e o pensamento político dele, bem como sobre a sua produção acadêmica (é doutor e professor universitário na área de Ciência Política) permearão vários momentos do trabalho.

Uma primeira exceção a esta regra reside em análises realizadas por Bottinelli (22 nov. 2002; 06 feb. 2005 [2015]; 22 agosto 2008; 30 sept. 2009; 21 oct. 2012; 04 enero 2015) centradas exclusiva ou prioritariamente no PI. E, como diz o ditado, são aquelas que a confirmam: tratam-se de breves artigos publicados na imprensa, nos quais o autor conjuga a análise política de conjuntura, fundada em sua longa experiência como "homem de partido" e observador dos acontecimentos do "mundo da política", com o repertório da Ciência Política, decorrente da sua condição de docente universitário e de pesquisador da área de sistemas eleitorais e de opinião pública[10].

A outra exceção é a dissertação de mestrado de Souto (2017), que aborda a atuação parlamentar do PI na sua legislatura de estreia (2005-2010). Em grande medida, também ela confirma a regra, pois foi produzida por um autor estrangeiro – brasileiro, no caso –, sendo que a realização se insere no escopo desta tese, pois foi orientada pelo autor dela.

Nesse contexto, ao centrar o foco no PI, o trabalho não tem a intenção de ser apenas um estudo de caso, também procura superar uma lacuna na qualificada produção da Ciência Política sobre o Uruguai, ao agregar a análise específica sobre a origem e as características deste partido[11]. Mais do que simplesmente suprir uma carência, a justificativa para a realização da investigação está relacionada ao que ela pode revelar sobre os partidos daquele país e acrescentar em termos da identificação de tendências e de perspectivas de longa e de persistente duração, concebida nos termos anunciados por Panebianco (2005).

Apesar de ter um partido específico como unidade de análise, não se trata de uma investigação que só aborde essa legenda. Ao inverso, ela procura destacar o PI ao inseri-lo no contexto histórico e na diversidade programático-ideológico e organizacional dos demais partidos e do próprio sistema partidário uruguaio do qual ele é produto e, desde o seu surgimento, parte.

O próprio PI contruiu uma narrativa de seus antecedentes (PI, 01 jul. 2013a). Para ele, sua origem está vinculada a duas organizações: Partido Democrata Cristão

[10] Foi jornalista na juventude, atuou como secretário do presidente da FA, Líber Seregni (1916-2004), é professor catedrático na Udelar e diretor da empresa Factum, de consultoria e de pesquisas eleitorais ("EL PAPEL..., 28 jun. 2015).

[11] Sobre o desenvolvimento institucional da Ciência Política uruguaia (mais especificamente o da que tem as organizações do país como foco) e as subáreas preferenciais, ver: Garcé (2005); Rocha Carpiuc (2012); Buquet (2012); Garcé; Rocha Carpiuc (2015).

(PDC) e Partido pelo Governo do Povo (PGP)[12]. Ambas foram criadas em 1962 e, ao lado de outras legendas e de outros grupos políticos, fundaram a Frente Ampla, em 1971, mas a deixaram às vésperas das eleições de 1989 para, juntas, comporem a coligação Novo Espaço (NE).

No pleito seguinte, em 1994, tal coligação se desfez e os dois partidos tomaram novos rumos: PGP se vinculou ao PC e PDC retornou ao seio da FA. Entretanto, algumas lideranças não os acompanharam nessas escolhas e preferiram organizar um novo partido, também chamado de Novo Espaço, que disputou as eleições de 1994 e de 1999.

Em 2002, o partido NE decidiu fazer uma coligação com a FA para o pleito de 2004, o que foi rechaçado por um grupo de filiados que quis permanecer organizado em uma entidade totalmente autônoma. O PI surgiu dessa ruptura e a denominação independente corresponde a tal disposição, de tal forma que, antes de se constituir como tal, ele era identificado como a bancada parlamentar Novo Espaço Independente.

Há vários elementos a serem destacados e analisados no modo como o PI construiu a narrativa de seus antecedentes. Um deles é se vincular ao PDC e ao PGP, mas não à FA. Outro é o fato de iniciá-la pelo rompimento que redundou na formação do NE, em 1989, embora os dois partidos que aponta como seus antecedentes tenham se formado nos anos 1960. Pode-se entender essas escolhas porque o PI, que se apresenta como a "outra esquerda" (DE SALVO, 13 sept. 2012), forma-se a partir de diferenças programáticas e de disputas organizacionais entre as várias entidades que compunham a Frente Ampla – e o afastamento das duas citadas, por sua vez, compõe a afirmação de um determinado modelo de FA. O terceiro ponto é o *timing* escolhido, pois essas disputas não surgiram no final dos anos 1980, embora tenham alcançado o auge nesse período. Elas acompanharam a FA desde a sua fundação – e até mesmo antes, quando PDC e PGP disputavam espaço político com os partidos tradicionais[13] e com outras das instituições que

[12] A denominação original é Pelo Governo do Povo. Passou a ser identificado como Movimento pelo Governo do Povo e, a partir de 1987, como PGP. As três indicam o mesmo núcleo político, liderado por Zelmar Michelini (1924-1976) e, depois, por Hugo Batalla (1926-1998). Também é conhecido como Lista 99, em referência ao número que a identifica. Com vistas à simplificação, a denominação Partido pelo Governo do Povo e a respectiva sigla é a que será utilizada preferencialmente.

[13] Abarca PC e PN, que também são identificados como partidos históricos ou fundacionais. São assim chamados por terem disputado o poder nas armas e nas urnas desde a constituição do país (1830), tendo-o exercido de modo exclusivo até 2005 (com exceção do período da ditadura civil-militar, entre 1973-1984). Nesses 175 anos, um, o outro ou ambos exerceram a titularidade do

somaram esforços para criar a Frente Ampla, especialmente o Partido Socialista (PS) e o PCU.

Uma das estratégias seguidas pela tese é construir a história do PI, tendo como referência um período anterior àquele adotado pela própria legenda. Ele principia, sim, pelos dois partidos reputados como chave para entender a sua formação (PDC e PGP). Contudo, começa a acompanhá-los quando se constituem como instituições políticas; prossegue pela participação deles na criação da FA – consequentemente incorpora a trajetória da própria FA desde os primeiros passos –; e chega ao período em que foi criado o Novo Espaço, em suas duas configurações (coligação e partido).

Considera-se que somente com esse olhar de largo espectro temporal se torna possível entender com profundidade o amplo e complexo jogo de ideias e de proposições, de táticas e de estratégias, desenvolvido por diferentes atores e instituições, ao longo de mais de 30 anos de história política uruguaia, e que vai redundar, no caso em estudo, no advento do PI.

Nesse sentido, tentar explicar o PI implica prioritariamente considerar que:

> o modo pelo qual se distribuem as cartas e os resultados das diversas partidas que se desenvolvem na fase genética de uma organização e nos momentos imediatamente seguintes continuam, em inúmeros casos, a condicionar a vida da organização após décadas. Os resultados das primeiras 'partidas' [...], as escolhas políticas cruciais realizadas pelos fundadores, as modalidades dos primeiros conflitos visando ao controle organizativo e o modo como a organização se consolida deixarão uma marca indelével. [...] A recuperação da dimensão histórica torna-se, assim, parte integrante de uma análise organizativa dos partidos (PANEBIANCO, 2005, p. XVII).

---

governo sem que houvesse uma terceira legenda relevante. Caracterizam-se por serem policlassistas, terem se sustentado em redes de clientela, apresentarem pouca coesão programática, cobrirem ampla distância ideológica graças às suas divisões internas, além de demonstrarem capacidade de adaptação às mudanças sociais.

Todavia, autores como Demasi (2008, 2012) e Bonilla Saus (1999) questionam se as instituições existentes em 1830 cumpriam os requisitos para serem consideradas um partido no modo como ele é hoje compreendido – entidade que disputa eleições como meio de acesso ao Estado. Eles demandam se não seriam mais grupos militares e que, por isso eram identificados, algo pejorativamente, também como bandos e facções. Ambos apontam que a perspectiva de os considerar partidos desde antes da independência do país foi criação historiográfica – especialmente de Pivel Devoto (1942, 1956) –, rapidamente incorporada pela academia e pela sociedade uruguaia. Mais detalhes, ver: Pérez (1984); Caetano; Rilla (1984); Rilla (2013).

Da mesma forma, há restrição quanto à procedência da expressão partidos tradicionais. Ferreira (2011, p. 49-50) considera que ela cria certa linearidade na trajetória de PN e de PC, tem a tendência a torná-los homogêneos, ignora as mudanças e as transformações que sofreram ao longo do tempo ao enfatizar a antiguidade, assim como não explica satisfatoriamente o que são esses partidos. Guiral (1969, p. 17) é mais irônico: o termo tradicional implica contradição, pois quais perspectivas de mudança essas legendas podem oferecer, tendo em vista que se refere, em essência, ao passado e é oposto ao futuro?

O estudo também tem a pretensão de, a partir do momento originário, analisar as características da organização, ou seja, o modo como o PI procurou se institucionalizar e os resultados alcançados, quer neste desafio, quer nas disputas político-eleitorais. Neste caso, a empreitada envolve uma diversidade de aspectos a serem abordados, como discutir a condição de ser um novo partido – ainda mais em um sistema partidário com reconhecido grau de institucionalização como é o uruguaio –, o modo como tem procurado ampliar a sua base organizacional, que é originalmente parlamentar e calcada na capital Montevidéu.

Na mesma medida, a pesquisa quer entender o PI do ponto de vista de suas ideias e de seu programa, do relacionamento com a sociedade e com o sistema político nos quais está inserido. Por conta de suas origens e da peculiaridade de sua trajetória estar se cumprindo quase totalmente durante governos da FA – que chegou ao poder em 2004, justamente na eleição de estreia do PI, posição onde se encontra até hoje –, torna-se imperativo estabelecer um diálogo com a Frente Ampla, suas divisões internas, e com as perspectivas da existência de "duas esquerdas". É neste contraste que muitas das características e das ambiguidades do PI ganham destaque e se pode entender com mais profundidade esta legenda.

A investigação foi realizada essencialmente a partir de fontes bibliográficas: teses e dissertações, livros e artigos que abrangem o sistema político, os partidos e as eleições do país, bem como a história política do Uruguai e a do PI, em particular. Sites serviram com fonte complementar, como os de órgãos de imprensa, da Corte Eleitoral e o do próprio Partido Independente, consultados para obter resultados das eleições, informações e interpretações sobre questões pontuais e/ou contemporâneas.

Contribuições da Ciência Política sobre partidos políticos e sistemas partidários também foram utilizadas para fornecer o aporte analítico-interpretativo necessário, a começar por Panebianco (2005), o autor mais recorrente. Na mesma medida, ao discutir as esquerdas latino-americanas, houve a incorporação de literatura internacional sobre o tema, em sua grande maioria oriunda também do campo da Ciência Política.

Para construir o processo histórico que conduziu à criação do PI, o que forma o capítulo 1, a tese se utilizou do método histórico, sem a adoção de uma teoria específica que guiasse a investigação. A intenção não era a de realizar descobertas ou revelar fatos desconhecidos, mas sim a de pontuar a análise da história política

recente do Uruguai – dos anos 1960 ao início do século XXI – por meio de um olhar particular, este sim distinto aos já apresentados, conformado pelas forças e pelas correntes políticas que criaram o PI. Contudo, tal não torna a tarefa simples ou menos relevante, pois se considera que esses elementos são imprescindíveis para o desenvolvimento das etapas seguintes.

O capítulo é o mais extenso da tese e se divide em seis seções. As duas iniciais analisam a formação e o ideário de, respectivamente, PDC e PGP. No caso do primeiro, é resgatada a sua origem como União Cívica, partido fundado em 1911, e a transformação em PDC, ocorrida em 1962; no do segundo, a sua criação, ainda como parte do PC, e o processo que levou ao rompimento com este partido. A seção 3 é dedicada à FA: indica as razões para sua criação, em 1971, expõe como ela se reorganizou após o período ditatorial e aprofunda a investigação do processo de ruptura, ocorrido em 1989, o qual é muito relevante para entender a formação do PI. A seção 4 narra o surgimento da coligação Novo Espaço, formada principalmente por PGP e PDC, os dissidentes da FA. A subsequente aborda o pleito de 1994, quando a coligação NE se dissolveu e surgiu o partido homônimo. Igualmente, ela expõe as escolhas realizadas por PGP e PDC, o que exige verificar também a estratégia desenvolvida pela FA. Na seção 6, o foco está no pleito de 1999 e nos desdobramentos por ele produzidos, especialmente a aproximação do NE com a FA e a consequente divisão que criou o PI.

A segunda abordagem, que está expressa no capítulo 2, parte dessa descrição do processo histórico e se volta a investigar mais detalhadamente as características organizacionais do PI, assumindo um caráter prioritariamente analítico e menos narrativo que caracteriza o anterior. Ela está centrada no exame do grau de institucionalização que o partido alcançou e foi teoricamente orientada.

A tese procurou seguir e aplicar os pressupostos interpretativos e os parâmetros fornecidos por Panebianco (2005) – e em menor escala Alcántara (2004) –, pois se utiliza do modelo analítico do autor italiano para apreciar o caso do PI, o que implica discutir as condicionalidades oferecidas pela sua origem e o impacto que ela tem sobre a institucionalização que ele atingiu.

Assim, principia por uma discussão sobre a condição de novo partido do PI, em um diálogo com a literatura internacional que aborda este tema e seus aportes metodológicos. Na mesma medida, aborda as razões que motivaram que ele fosse formado, a racionalidade seguida pelos atores que tomaram tal decisão, os desafios

que enfrentou e, até o momento, tem vencido em um sistema político com as peculiaridades do uruguaio.

As fontes utilizadas foram mais diversificadas do que as que subsidiaram o capítulo anterior. Além das contribuições bibliográficas, foi preciso trabalhar com documentos do próprio PI e com dados disponíveis na internet, notadamente de candidaturas e de resultados eleitorais, cujo recorte esteve voltado especificamente a este partido.

A terceira abordagem discute os princípios e as bases programáticas do PI. Para abordar as facetas do partido, cotejar o que ele propõe com o modo como atua na arena política e como se posiciona frente à disputa concreta com outras forças partidárias, foi preciso abarcar dimensões distintas e, consequentemente, adotar aportes analíticos também diferenciados. Assim, foram visitadas as categorias "partido de ideias"[14] e "partido de centro".

Igualmente, a investigação se defronta com a distinção entre as duas esquerdas que o PI articula para se afastar da FA. Seguindo bibliografia internacional sobre o tema, pondera se tal distinção existe; em existindo, questiona quais são as duas esquerdas e como a divisão se aplica ao caso Uruguai; por fim, questiona sobre quais os fundamentos a partir dos quais o PI a apresenta do modo como o faz. Esta demanda implica voltar os olhos novamente à FA, a exemplo do ocorrido no capítulo 1, pois o debate se processa muito em função das semelhanças e das diferenças entre os dois partidos.

Esta análise, que compõe o capítulo 3, foi realizada sem se servir de uma contribuição teórica específica, como ocorreu no caso anterior. Houve, essencialmente, a análise interpretativa de documentos, de entrevistas, de dados e de leituras realizadas por outros estudiosos do sistema político do Uruguai, além de contribuições teóricas mais universais, especialmente do campo da Ciência Política, sobre a questão da democracia representativa, do papel do partido, do parlamento na sociedade contemporânea e o debate em torno da esquerda ocidental.

Por derradeiro, ressalva-se que a denominação dos partidos, dos setores internos das legendas ou de grupos políticos independentes foi vertida do espanhol

[14] A expressão é de uso corrente na literatura política do Uruguai e se refere prioritariamente a PS, PCU e União Cívica, pequenos partidos em termos de votação e de ocupação de espaço político, fundados no início do século XX. Eles permaneceram ou permanecem ativos por longo tempo, pois representam um setor da sociedade delimitado e/ou expressam uma corrente de pensamento específica (catolicismo e marxismo, nos casos específicos), teoricamente fundamentada, a partir da qual estruturam seu programa, suas ações eleitoral e parlamentar.

para o português, com exceção da identificação dos filiados ou dos apoiadores do Partido Nacional, que foram mantidos como *blancos*[15], distinguidos pelo uso de itálico, e de um pequeno agrupamento fundador da FA, mantido como Pregón[16]. Nas situações em que este procedimento implicou alterar a sigla pela qual a instituição é conhecida, a opção foi manter a sigla formada no idioma original, devidamente identificada como tal.

Esclarece-se, ainda, que os textos redigidos originalmente em espanhol foram citados sem tradução para o português. Isto não só pela quantidade de vezes em que aparecem, mas também por conta da intenção de preservar a cultura que a tese se propôs a visitar e pela relativa proximidade que há entre este idioma e aquele em que em que ela foi redigida.

[15] Em termos históricos, nacionalistas e *blancos* não são sinônimos perfeitos, pois há espaços de divergências entre os grupos por trás dessas identificações e das suas trajetórias. Contudo, não serão consideradas na tese, que adota o termo *blanco* como plenamente correspondente a membro do PN. Sobre a questão, ver: Rilla (2013).

[16] Trata-se de uma tradução menos literal do que as demais. Ele poderia ser denominado como "pregão", mas o termo tem outro entendimento corrente no português. A tradução alternativa poderia ser "proclamação", mais coerente com o sentido original, mas razoavelmente pomposo. Por isso, a opção foi manter o nome original. De qualquer modo, o Movimento Pregón não é expressivo na formação do PI.

Capítulo 1
Raízes político-institucionais do PI (1962-2002)

O capítulo está dedicado a apresentar o processo histórico que conduziu ao advento do PI, tendo como foco a análise dos partidos, das correntes e das ideias do campo da esquerda uruguaia que, entre disputas, rivalidades, acordos e desacordos, debateram e promoveram estratégias com vistas a alcançar o poder e a realizar os seus objetivos políticos.

É uma trajetória rica e multifacetada, desenvolvida por uma plêiade de instituições e de personagens, de maior ou menor envergadura. Ela será acompanhada prioritariamente desde 1962, quando são fundados PDC e PGP, reputados como os núcleos originais do PI, passando pelo advento da FA e a sua trajetória futura, com primordial interesse na ruptura ocorrida em 1989, da qual surgiu o primeiro Novo Espaço (a coligação), logo depois o segundo Novo Espaço (o partido) e, por fim, em 2002, o PI.

O capítulo foi construído por meio de revisão de literatura, como: livros, artigos acadêmicos e memorialísticos, monografias de conclusão de curso, teses e dissertações, que abordaram diretamente as instituições e os fatos políticos do Uruguai no recorte temporal pretendido, especialmente aqueles relativos à chamada esquerda uruguaia. Alguns sites ou informações disponíveis na internet também serviram como fonte, com destaque para o da Corte Eleitoral do Uruguai.

A pretensão do capítulo não é trazer inovações ou apresentar descobertas surpreendentes. Ele praticamente recolhe e sintetiza informações e análises já disponíveis na historiografia e nas ciências sociais do e sobre o Uruguai. Todavia, ele se destaca pelo enfoque, que é voltado a mapear como este contexto e as diferentes conjunturas, desde os anos 1960 e até o início do século XXI, contribuíram para a fundação do PI, o que ainda não mereceu uma atenção maior

do que a simples remissão a tais vínculos. Neste sentido, é uma etapa essencial para a presente tese.

1.1 Partido Democrata Cristão

Uma das entidades mais relevantes no processo de constituição do PI é o PDC. Essa importância pode ser ilustrada pelo caso do presidente do PI, Pablo Mieres, que nele iniciou sua militância, em 1979, tendo mantido filiação até 1995. A legenda foi fundada em 1962, mas suas raízes estão ligadas a outro partido de matriz católica existente desde o início do século XX, a União Cívica. Assim, para entender as suas propostas e a sua trajetória, é preciso se reportar inicialmente a esta entidade.

1.1.1 União Cívica

Foi criada em 1911, pelo laicato católico, com apoio da hierarquia eclesiástica, sendo um típico partido de legitimação externa e que recebeu recursos organizacionais fundamentais da Igeja, como seus quadros e a infraestrutura das paróquias (PANEBIANCO, 2005, p. 234). Tinha por objetivos defender e promover os interesses dos católicos uruguaios e da Igreja. No modelo largamente adotado por historiadores e cientistas sociais uruguaios, a União Cívica, ao lado do PCU e do PS, é um dos chamados partidos de ideias.

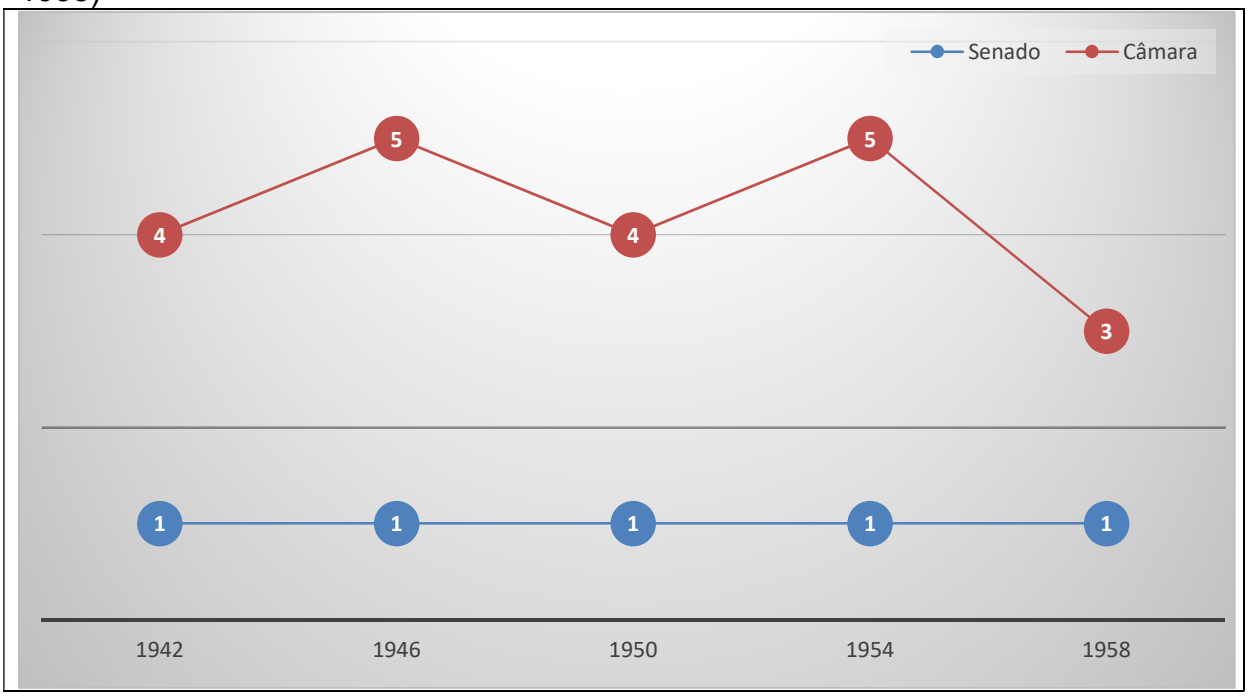
O período de sua fundação coincide com o de maior nível de virulência entre católicos e liberais em torno da "questão da secularização", no qual o governo batllista[1] retirava prerrogativas históricas da Igreja Católica, empreendia intensa campanha anticlerical e promovia reformas econômicas e sociais consideradas inaceitáveis para o liberal-conservadorismo dominante no laicato (ZUBILLAGA; CAYOTA, 1988, p. 257; PÉREZ ANTÓN, 1987, p. 13; HAWKINS, 2010, p. 157)[2].

[1] Na síntese de Arocena (2005, p. 148): "denominado así por José Batlle y Ordóñez, presidente de la República (1903-1907 y 1911-1915) y máximo dirigente del Partido Colorado durante largo tiempo, designa por lo menos tres cosas: 1) la corriente que ese dirigente fundó dentro de su partido; 2) un pionero Estado de Bienestar, construido durante las primeras décadas del siglo XX; 3) una ideología que resalta el papel del sector público en el arbitraje pacífico de los conflictos, en la protección social, en la disminución de las inequidades y en la defensa tanto de la producción nacional como del empleo". A bibliografia sobre o tema é imensa, pois, conforme Yaffé (2000a, p. 15, nota 18), há um batllicentrismo nas interpretações sobre o Uruguai. Uma das referências mais prestigiadas é Vanger (1983, 1992, 2009, 2012).

[2] Mais detalhes, ver: Ardao (1962); Caetano; Geymonat (1997).

Ela elegeu seus primeiros representantes para a Constituinte de 1916: Joaquín Secco Illa (1879-1947)[3], por Montevidéu; Juan Zorrilla de San Martin (1855-1931)[4], por Canelones. A partir do pleito de 1919, quando foi adotada a representação proporcional, passou a compor o parlamento com uma pequena bancada formada por um a três deputados[5].

Gráfico 1 – Representação parlamentar obtida pela União Cívica (Uruguai, 1942-1958)



Fonte: BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014)

Ampliou a representação no período 1942-1958, quando alcançou o Senado pela primeira vez e nele se manteve sempre com uma vaga, assim como sustentava entre três e cinco cadeiras de deputado, como mostra o Gráfico 1.

Explica-se que os dados vão até 1958, pois esta foi a última eleição disputada pela União Cívica antes de se transformar em PDC. E eles se iniciam em 1942

[3] Foi fundador da União Cívica, na qual militou até sua morte. Desempenhou o papel de empresário político, ou seja, quem tinha o interesse, a dedicação e a capacidade necessárias para "construir" o partido (PANEBIANCO, 2005, p. 235), assim como para ser o elo dele com a Igreja. Usufruiu dos resultados desse trabalho, tendo sido eleito deputado (1919, 1922 e 1931), constituinte (1916 e 1933), além de ser o primeiro senador da legenda (1942). Era advogado e professor da Udelar (SCARONE, 1937, p. 464-465).

[4] Político, professor, intelectual católico e escritor de renome, autor de livros como "Epopeia de Artigas" e "Tabaré" (SCARONE, 1937, p. 609-610).

[5] Elegeu um deputado em 1919, 1922, 1925 e 1928, e três, em 1931. Nesse período, havia 123 cadeiras disponíveis e mandatos de três anos. Em 1934 e em 1938, quando a Câmara passou a ter 99 membros e mandato de quatro anos, obteve dois deputados (BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS, 2014).

porque a partir da Constituição promulgada neste ano o país passou a adotar o sistema que utiliza até hoje para definir a composição do parlamento: 30 cadeiras eletivas no Senado, definidas por representação proporcional em distrito único nacional; 99 na Câmara de Representantes (deputados), com representação proporcional, garantidas no mínimo duas vagas por departamento.

Este modelo já vinha sendo utilizado para os deputados desde a Constituição de 1934. A inovação adotada em 1942 se deu para os senadores, pois, até então, 15 vagas eram destinadas ao partido mais votado e 15 ao segundo (como o Vice-presidente era membro do Senado, ele desempatava em benefício do partido vencedor das eleições). Em qualquer caso, o modelo excluía da casa as legendas menores (CHASQUETTI, 2004a, p. 90).

As circunstâncias do batllismo estimularam a organização de um partido político de matriz católica, dissociado dos tradicionais Colorado e Nacional. Mas elas não sustentariam a permanência da União Cívica por cinco décadas, se esta criação não correspondesse a demandas já alicerçadas no seio daquela comunidade em torno da defesa da "causa católica", ou seja, dos interesses da Igreja.

Estes, na perspectiva de seus militantes, vinham sendo ameaçados pelo Estado e pelas mudanças que a sociedade vivenciava desde o final do século XIX. Servem como alguns exemplos: aprovação das leis de registro civil (1879), casamento civil (1885), ensino público laico (1909), divórcio (1912); retirada de crucifixos de hospitais públicos (1906); e tentativas de separação Estado-Igreja, o que acabou por se efetivar em 1919.

Tal luta vinha sendo articulada pelo mesmo desde 1889, com a realização do 1º Congresso Católico, que criou a União Católica, uma associação permanente do laicato nacional que representava a aspiração de influenciar a vida pública e sustentar a sua fé como a "tradicional" do país (SECCO ILLA, 1946, p. 28-29).

E foi no seio dessa entidade que, em 1907, a ideia da organização de um partido católico começou a ganhar forma, ao ser aprovada a resolução de promover a ação político-eleitoral do laicato, o que até então era realizado por meio da tentativa de influenciar os partidos tradicionais e/ou da participação nessas legendas[6].

[6] Havia demandas anteriores. Secco Illa (1946) cita artigo publicado, em 1898, no jornal católico *El Bien*, e manifestações ocorridas no 3º Congresso Católico, realizado em 1900, sem contar a defesa constante desta ideia apresentada por Juan Zorrilla de San Martin. Contudo, eram demandas

Para viabilizar a medida foi necessário obter a aprovação da hierarquia eclesiástica, pois, para os objetivos do partido, essa iniciativa não seria possível sem tal autorização. Ela foi prontamente concedida pelo então Arcebispo do Uruguai, Monsenhor Mariano Soler (1846-1908) (SECCO ILLA, 1946, p. 39-52).

Nas eleições de 1910, ocorreu pela primeira vez o lançamento de candidaturas católicas em lista própria, desvinculada dos partidos tradicionais. Esta iniciativa foi estimulada pela introdução de um sistema de distribuição de cadeiras legislativas que contemplava as minorias, mas teve como fator determinante a decisão do Partido Nacional de não participar do pleito, o que tornava possível que outras forças viessem a alcançar espaço parlamentar. Contudo, este objetivo não foi alcançado pelas candidaturas católicas[7].

A União Cívica nasceu oficialmente no IV Congresso Católico, realizado em 1911, no qual o laicato decidiu desmembrar a União Católica em três entidades setoriais: União Social, Econômica e Cívica, sendo esta responsável pelas questões político-eleitorais (SECCO ILLA, 1946, p. 27). A proposição acompanhava o modelo dos católicos italianos, formulado por Pio X (1835-1914) na encíclica *Il Fermo Proposito* (1905).

Ao cindir rigidamente os campos político, econômico e social, ela fortalecia a perspectiva conservadora no seio do catolicismo e, no caso uruguaio, restringia o papel da União Democrática Cristã (UDC) – entidade a ser comentada a seguir (ZUBILLAGA; CAYOTA, 1988, p. 262-265).

Para Caetano e Geymonat (1997, p. 104), a ação dessas Uniões se voltou quase exclusivamente aos católicos, sem ter maior impacto sobre o resto da sociedade, e já demarcava o que eles chamam de “Igreja gueto” ou “gueto católico”. Esta denominação indica:

> Las estructuras confesionales, el guetto católico [constituyeron] toda una arquitectura de obras y de movimientos que tendieron a abarcar la vida diaria del católico en su totalidad. Colegios, instituciones recreativas para la

ocasionais, que ainda não contavam com o apoio do setor majoritário do laicato e tampouco da hierarquia eclesiástica. Além disso, Zorilla de San Martin propunha um programa partidário progressista, bastante distinto daquele que a União Cívica veio a adotar. Mais detalhes, ver: Zubillaga; Cayota (1988, p. 235-247).

[7] Quem teve sucesso foi a coligação formada entre PS e Clube Liberal, que alcançou duas cadeiras (uma para cada), o que confirma o diagnóstico de que, naquela oportunidade, o Partido Colorado não alcançaria a quantidade de votos necessária para obter todas as vagas. Consequentemente, havia espaço para concorrentes que não teriam sucesso em uma situação normal (ou seja, com a participação dos *blancos*).

> juventude, assistência médica, empresas, obras sociales, partido político, prensa. Dentro de esa gigantesca campana de cristal, el católico, formado para ser mayoría y para vivir en un país confesional, parapetó su Fe y su vida contra el ambiente laicizado, cultivó su conciencia de ser el auténtico continuador del Uruguay que [había nacido] católico, e insensiblemente se separó del resto del país. Todo se resumió en la idea de defensa; se trató de apuntalar el peñón de la vida cristiana dentro de la corriente de la descristianización (RODÉ, 1963 apud CAETANO; GEYMONAT, 1997, p. 149)[8].

Segundo Secco Illa (1946, p. 71), quando a decisão de criar as três uniões foi tomada, a União Cívica já estava constituída, fruto do processo desenvolvido desde 1907 e, especialmente, do "ensaio" ocorrido em 1910. Contudo, oficialmente, a organização do partido se deu com a realização da 1ª Convenção, em agosto de 1912, oportunidade em que foi aprovada a carta orgânica e o programa de princípios.

Conforme Zubillaga e Cayota (1988, p. 144, 157), os núcleos conservadores do catolicismo uruguaio, hegemônicos nesse período, concebiam a questão social de um ponto de vista caritativo-assistencial e rechaçavam como subversiva qualquer reivindicação de origem sindical. Eles proclamavam que capital e trabalho deveriam estar dispostos a cumprir seus respectivos deveres em um clima de harmonia derivado da comum aceitação dos valores cristãos. Logo, o tom dos postulados da União Cívica era de extrema moderação em matéria social e seu Programa de 1912 – embora aceitasse a intervenção acidental do Estado para cumprir seu dever de cooperação, de assistência e para evitar abusos – tinha como postulados fundamentais a liberdade dos cidadãos para o exercício do comércio, da indústria e o direito de propriedade privada[9].

Pérez Antón (1987, p. 8) alerta ser uma simplificação destacar tão somente o caráter conservador da União Cívica, pois isto implica desconhecer a heterogeneidade sempre existente no catolicismo como um todo e no partido

---

[8] Mais detalhes sobre a ideia da Igreja gueto, ver: Caetano; Geymonat (1997, parte III, cap. 2).

[9] Para Zubillaga e Cayota (1988, p. 156, 204), mesmo este tímido conteúdo reformista não era "autêntico" e estava formulado com elevado grau de generalidade e de imprecisão. Ponderam que a presença dele no Programa era uma concessão formal aos setores progressistas do laicato, realizada a partir de duas circunstâncias: servia como bandeira para recrutamento eleitoral entre a massa trabalhadora católica e não produziria efeito prático, pois, dadas as regras eleitorais, era improvável obter representação parlamentar e, consequentemente, ter a necessidade de defendê-lo em plenário. Os autores (1988, p. 160-162) fortalecem esta interpretação ao ponderar que, quando a representação proporcional foi introduzida (no pleito de 1919) e a União Cívica passou a ter possibilidade de eleger bancada, o programa foi revisado, houve o abandono das principais reivindicações progressistas e foram adotadas como ideias essenciais: "religião, pátria, família e propriedade".

católico em particular. Para ele, “junto a un sector moderadamente conservador en lo social y económico, una frecuentemente postergada fracción reformista amparó a sindicalistas y jóvenes que una y otra vez reformularon el programa partidario, en sentido progresista”.

No período inicial da União Cívica, o principal reduto progressista do catolicismo na questão social residia na União Democrática Cristã (UDC), organização fundada em dezembro de 1904, formada por trabalhadores manuais, empregados e intelectuais, que se constituía em um centro de irradiação doutrinária de valores sociais-cristãos. Ela reivindicava a formação de sindicatos (preferencialmente católicos), combatia o capitalismo liberal, a visão caritativo-assistencial então prevalecente no laicato e em suas entidades, e propunha uma série de medidas em favor dos trabalhadores, notadamente: aumento salarial, descanso dominical e redução da jornada de trabalho (ZUBILLAGA; CAYOTA, 1988, p. 167, 182)[10].

A UDC é classificada por Pérez Antón (1987, p. 15) como a orientação esquerdista no campo do catolicismo social de então. Na visão de Zubillaga e Cayota (1988, p. 61), ela dava continuidade à corrente social-cristã que tivera no Monsenhor Soler[11] e tinha em Juan Zorrilla de San Martin seus principais defensores. Justamente por esta pauta progressista “no contó con el visto bueno de todo el laicado católico y, más aún, provoco el rechazo – más o menos sutilmente formulado – de la dirigencia conservadora entronizada en la Unión Cívica” (ZUBILLAGA; CAYOTA, 1988, p. 63-64)[12]. As diferenças eram recíprocas, pois vários membros da UDC viam com ressalvas (ou como meramente instrumental) a participação na União Cívica, pois não concordavam com seu programa excessivamente conservador na área social (ZUBILLAGA; CAYOTA, 1988, p. 180).

[10] Mais informações sobre a instituição, ver: Cayota (2014).

[11] Autoridade máxima da hierarquia católica uruguaia entre 1891 e 1908, tinha uma visão social mais avançada que o laicato, razão pela qual se opunha a: o liberal-conservadorismo que propugnava a não intervenção nas relações econômicas, práticas meramente caritativo-assistenciais e o discurso que estimulava a resignação dos pobres pela própria sorte e a esperança de obter a “felicidade na vida eterna”. Os fundamentos do seu pensamento social estão resenhados em Zubillaga e Cayota (1988, p. 83-105). Mais detalhes, ver: Griego et al. (1985, 1991); VV. AA. (1990).

[12] Zubillaga e Cayota (1988, p. 189) também apontam que a UDC não era o modelo propugnado pela hierarquia eclesiástica. Monsenhor Isasa (1847-1919), substituto de Soler, era mais conservador, preferia a vertente caritativa, assistencial e corporativa mais do que uma pauta voltada à melhoria da vida terrena dos trabalhadores.

1.1.2 As Razões da mudança de União Cívica para PDC

Circunstâncias políticas e sociais, influências teóricas e novas perspectivas institucionais foram se acumulando ao longo do tempo e contribuíram para, no início dos anos 1960, alterar a correlação de forças no interior da União Cívica, modificar o histórico conservadorismo de seu programa e de sua prática política, e, finalmente, produzir a criação do PDC.

A primeira das razões são modificações que a Igreja católica vivenciou a partir dos anos 1950, com a ascensão de pensamento eclesiástico e social progressista, que culminou na realização do Concílio Vaticano II (1962-1965) e na formulação, já no final dos anos 1960, da Teologia da Libertação (MAINWARING; SCULLY, 2010, p. 61)[13].

A partir dessas mudanças, Mainwaring e Scully (2010) distinguem duas gerações de PDCs latino-americanos: a daqueles criados nos anos 1930-40, como PAN (México) e COPEI (Venezuela); e a que abarca os surgidos nos anos 1950-60, caso dos de Argentina, Chile e Uruguai[14].

Os da primeira geração refletiam visões mais conservadoras existentes na Igreja, razão pela qual eram mais hostis ao comunismo e ao marxismo, estavam ainda muito próximos à Ação Católica, associação de leigos fundada pelo Papa Pio XI (1857-1939), em 1929, e à perspectiva de formação de líderes laicos católicos, intelectualmente destacados, com intensa militância na Igreja, capazes de cristianizar os rumos políticos de seus países.

Os da segunda tinham bases teológicas e atitudes políticas mais progressistas e espelhavam as mudanças sofridas pela doutrina social. Eles propunham reformas socioeconômicas gerais, as quais, em alguns casos, poderiam ir ainda mais longe. A radicalização chegou ao apoio ao socialismo revolucionário, o que produziu efeito em vários PDCs da região, caso do uruguaio, que assumiu posições esquerdistas (MAINWARING; SCULLY, 2010, p. 85).

No campo das ideias, o pensamento do filósofo Jacques Maritain (1882-1973) desempenhou um papel importante para que ocorresse a mudança de União Cívica

---

[13] Sínteses dessas mudanças figuram em: Martina (2009); Jedin; Repgen (1984). Algumas informações sobre o impacto que elas tiveram na Igreja uruguaia, ver: Geymonat (2004).

[14] Pelo critério definido pelos autores – incluir todos os partidos criados depois de 1930 que se consideravam democratas-cristãos (MAINWARING; SCULLY, 2010, p. 56) –, a União Cívica não foi relacionada dentre os partidos de 1ª geração, embora tenha características que a tornam muito semelhante a eles.

para PDC, especialmente aquele presente no livro “Humanismo Integral” (1936), obra na qual defendeu a democracia, o pluralismo social e a liberdade de culto, o que implicava a abertura do catolicismo às inovações do mundo contemporâneo (SIGMUND, 2010, p. 105)[15].

Outro autor que contribuiu para tal alteração foi o Padre Lebret (1897-1966), sacerdote dominicano e sociólogo francês que, tendo atuado na América Latina, visitou o Uruguai em 1947 e em 1956, tendo realizado conferências e ministrado cursos sobre “economia humana”, um sistema de propostas políticas e ideológicas para organizar os trabalhadores e reduzir a pobreza, que estava fundamentado em uma mescla da doutrina social da Igreja e do método sociológico moderno (HAWKINS, 2010, p. 158)[16]. No Uruguai, sua atividade ajudou a fundar o Centro Latino-americano de Economia Humana (Claeh), em 1957, e suas conferências tiveram profundo efeito sobre Juan Pablo Terra (1924-1991)[17], futuro líder do PDC.

Segundo Pontual (2016), Terra conheceu Lebret em 1947, quando ainda era estudante de arquitetura. Inspirado por suas ideias, ele foi um dos fundadores de Equipes do Bem Comum (EBC), em 1949, que realizavam estudos religiosos e técnicos na área de urbanismo e de diagnóstico da vida familiar. A EBC foi extinta para dar origem ao Claeh, do qual Terra foi o primeiro presidente.

Outra contribuição reside na maior independência que a União Cívica assumiu em relação à Igreja, e que foi acompanhada do afastamento da hierarquia eclesiástica em relação a ela[18]. Em sua origem, a entidade estava vinculada à ordem oligárquica, seguia o posicionamento da Igreja em numerosos temas, assim como defendia o domínio católico na política e era contrária à secularização. Payssé González (1968, p. 123) a ilustra com o questionamento que os dirigentes do partido encaminharam à hierarquia eclesiástica, em 1933, com vistas a saber se, com a criação da Ação Católica no país – que era uma organização oficial dos leigos,

[15] Mais informações sobre o pensamento do autor, ver: Pozzebon (1996). E sobre a recepção das suas ideias na América do Sul, consultar: Compagnon (2003).
[16] Sobre o pensamento e a ação do Padre Lebret, ver: Terra (1988); Pelletier (1996); Cestaro (2015); Pontual (2016).
[17] Arquiteto, sociólogo e professor. Foi eleito deputado em 1966 e atuou como um dos principais incentivadores da formação da Frente Ampla, em 1971, pela qual se elegeu senador. Na redemocratização, em 1984, desligou-se da direção do PDC, pois não era favorável a que o partido participasse da FA. Retornou ao PDC e concorreu a senador em 1989 pelo NE (FERNÁNDEZ, 2004, p. 68). Uma síntese de suas ideias figura em: “Mística, desarrollo y revolución” (TERRA, 1969).
[18] Esse movimento não foi exclusivo da União Cívica ou dos demais partidos católicos latino-americanos. Conforme Kalyvas (1996, p. 242), também ocorreu com os partidos europeus.

orientada desde Roma, como já foi indicado –, haveria ou não a necessidade de a União Cívica prosseguir com sua atividade política.

A partir dos anos 1930, paulatinamente essa tendência arrefeceu e, assim como outros congêneres latino-americanos, ela se tornou mais secular, passou a distinguir os âmbitos religioso e político, e a defender uma pauta eminentemente temporal. Se antes a União Cívica se considerava instrumento para difundir os valores cristãos em ordens excessivamente secularizadas, passou a compartilhar os valores cristãos, porém sem incluir o combate à secularização (MAINWARING; SCULLY, 2010, p. 57, 64).

Para Pérez Antón (1987, p. 16), como resultado desse processo, a ação da União Cívica ficou mais heterogênea e passou a incluir preocupações que abarcavam a totalidade da problemática nacional, e não exclusivamente os interesses do catolicismo. E, por se considerar um partido político católico independente da Igreja, ela passou a estar aberta a adeptos não católicos, desde que estes aderissem a seu programa de princípios.

Cabe destacar, ainda, o papel desempenhado pelo Movimento de Montevidéu, um encontro de militantes e de intelectuais católicos, realizado em 1947, e que serviu de base para a criação da Organização Democrata Cristã da América (OCDA), entidade supranacional que tem por objetivo fomentar a criação de partidos democratas-cristãos na região[19]. A experiência bem-sucedida dos PDCs europeus no pós-guerra – especialmente na Alemanha e na Itália – ajudou a fomentar a proposta na América Latina.

No caso do Uruguai, ela não produziu efeitos imediatos, apesar de o evento ter ocorrido no país e de um membro influente da União Cívica ter atuado como um dos organizadores (o então senador Dardo Regules[20]). A existência há mais de três décadas de um partido que se propunha a defender o interesse dos católicos no país contribuiu para que a necessidade da organização de um PDC se efetivasse somente 15 após a realização desse evento em Montevidéu. As diferenças programáticas entre a conservadora União Cívica e os PDCs, mais avançados, também contribuíram para este retardo, pois o Movimento pretendia criar partidos

[19] A OCDA, ainda atuante e vinculada à Internacional Democrata Cristã, foi criada em 1957, a partir da reformulação do Comitê de Coordenação Central, que foi criado pelo Movimento de Montevidéu. Mais informações, ver: OCDA (2017).

[20] Nascido em 1887, militou na União Cívica desde a juventude, pela qual foi eleito senador em 1946. Atuou como Ministro do Interior em 1950-1951 e apoiou a fundação do PDC, embora tenha falecido em 1961, antes de ela se sacramentar (ILHA LÓPEZ, 2016, p. 12, nota 6).

inspirados naqueles existentes na Europa, com a finalidade de impedir o florescimento de totalitarismos de esquerda ou de direita e também a de promover

> uma verdadeira democracia política, econômica e cultural, sobre o fundamento dos princípios do humanismo cristão, dentro dos métodos de liberdade, respeito à pessoa humana e desenvolvimento do espírito de comunidade e contra os perigos crescentes do neofascismo, do comunismo e da reação capitalista (BUSETTO, 2002, p. 28-29).

Na apreciação de Busetto (2002), apesar de menos avançada do que o ideário de Maritain no que tange a algumas questões (como a da propriedade e a do chamamento à participação decisória do proletariado), a Declaração de Montevidéu é um documento no qual as lideranças da democracia-cristã:

> abrem um caminho na busca por reformas nas injustas e arcaicas estruturas econômica e social da América Latina e de uma alternativa política democrática num contexto marcado pelo autoritarismo, clientelismo e ausência de formas de consolidação democrática (BUSETTO, 2002, p. 31).

Igualmente, ela implica romper com o reacionarismo e o autoritarismo que historicamente o catolicismo apresentava na região. Foi a partir dessa experiência que vários PDCs foram criados na América Latina.

Em termos ideológicos e programáticos, uma das características definidoras dos PDCs desde a década de 1930 – além da vinculação ao catolicismo e sua doutrina social, é claro – reside na defesa da chamada Terceira Via, a intenção de ser uma alternativa entre o socialismo e o capitalismo liberal.

Conforme Mainwaring e Scully (2010, p. 71), definir o que significa esta terceira via é complexo: ela é algo nebulosa, pois o mesmo proponente a elaborava de modo diverso ao longo do tempo, bem como diferentes enunciadores a apresentavam de modo distinto ao mesmo tempo. Nessa variação, os discursos ora enfatizavam mais fortemente a crítica ao comunismo soviético, ora ao capitalismo.

Ainda assim, algumas linhas gerais podem ser fixadas: embora reconheça um papel para o Estado, a Terceira Via destaca a sociedade civil e as organizações autônomas e condena o socialismo por sufocar a liberdade e os direitos individuais, por exaltar o Estado acima da comunidade e pelas bases materialistas. Critica o conceito marxista de luta de classes, defende a ideia de bem comum e afirma a possibilidade de harmonia de classes e de políticas que beneficiem todas as classes. Entretanto, também traz restrição ao capitalismo de mercado por sua

ênfase em um desenfreado individualismo (espiritualmente estéril), por gerar desigualdades sociais e não oferecer proteção aos despossuídos, motivo pelo qual propunha melhorias salariais e de condições de trabalho para o proletariado. Defende a propriedade privada, mas advoga que esta, para que possa assim permanecer, deve cumprir a sua "função social", razão pela qual admite que o Estado seja um instrumento útil para corrigir os abusos do capital privado. Propugna, portanto, o equilíbrio entre indivíduos e grupos, direitos e responsabilidades individuais, e, por fim, afirma a necessidade da democracia liberal para alcançar a dignidade e a liberdade humanas (MAINWARING; SCULLY, 2010, p. 74; HAWKINS, 2010, p. 120-121).

Ao se referirem ao que chamam de PDCs de segunda geração – como o uruguaio –, Mainwaring e Scully (2010) evidenciam que, com o discurso da Terceira Via, esses partidos procuraram oferecer uma via intermediária entre a revolução e a reação, especialmente em uma América Latina que ganhou protagonismo após a revolução cubana de 1959 e a onda de reivindicações de mudanças que ela trouxe. Porém, o tom predominante nessas legendas é da crítica ao capitalismo e, ao mesmo tempo, da proposição dos ensinamentos sociais reformistas que a Igreja adotou a partir dos anos 1950[21].

Por derradeiro, cabe ressalvar que, no contexto da crise econômica vivenciada pelo Uruguai a partir dos anos 1950[22], a União Cívica assumiu mais fortemente uma agenda de reivindicações econômicas, tendo se tornado cepalina[23].

---

[21] A proposta católica não constituía a única versão desse princípio em voga na época. No Uruguai, intelectuais progressistas ligados ao semanário Marcha defendiam o Terceirismo ou a terceira posição já desde o final da 2ª Guerra. Cabral (2006, p. 62) define: "[...] nasce como uma resposta internacional e nacional à doutorina Truman nos inícios da Guerra Fria. Foi uma posição específica adotada em matéria internacional: não estar politicamente nem com os EUA, nem com a URSS. [...] era, sobretudo, uma atitude *principista*, a reivindicação de um setor social que, mais do que se comprometer com a realidade, a rejeitava em seu conjunto. Com o passar do tempo, o Terceirismo no Uruguai funcionou como um divisor de águas dentro da esquerda: diferenciava seus adeptos do comunismo e suas orientações pró-soviéticas, mantendo as características mais distintivas da esquerda democrática, entre outras o anti-imperialismo e o socialismo". Mais detalhes, ver a polêmica que envolveu: Real de Azúa (1996-1997); Solari (1996-1997); Ardao; Real de Azúa (1996-1997), assim como a análise de Gregory (2009, p. 19-27).

[22] Esta crise, chamada de estrutural, marcou o final do período de bonança vivenciado no pós-2ª Guerra, acabou com o mito da "Suíça da América" e persistiu nas décadas seguintes, tendo sido um dos fatores que contribuiu para o acirramento da questão social e o Golpe de Estado de 1973. Mais informações, ver: Finch (2005).

[23] Relativa à CEPAL, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, órgão da ONU, criado em 1947, dedicado ao desenvolvimento econômico da região. Defendia que "a América Latina possuía um atraso estrutural em seu desenvolvimento, e que este só seria superado com a intervenção estatal na economia, principalmente através da formação de poupança interna, a qual

Essas mudanças não se deram tão somente nesse partido, pois este posicionamento desenvolvimentista, tecnocrático e modernizador, visto como uma alternativa para superar a crise econômica, foi compartilhado por outras correntes de pensamento, no país e na América Latina como um todo[24].

Almeyda (1986, p. 144) pondera que as ideias cepalinas, assoaciadas ao humanismo de raiz cristã de Maritain, garantiram à democracia-cristã uma influência intelectual e política até então desconhecida e forneceram uma filosofia que podia rivalizar com o marxismo.

1.1.3 Advento do PDC

Pérez Antón (1987, p. 19-20) argumenta que um fator decisivo para o desenlace da mudança de União Cívica para PDC foi o impacto da revolução cubana de 1959 sobre a Juventude Democrata Cristã (JDC), então uma das organizações mais ativas da União Cívica. Esta corrente passou a demandar modificações no programa do partido, com vistas a contemplar a exigência de reformas sociais efetivas, o que, obviamente, encontrava resistência nos antigos militantes.

As polêmicas internas alcançaram grau crescente de contestação e, em 1961, a JDC foi afastada da União Cívica, em uma tentativa da direção do partido, formada por lideranças que exerciam o poder há muitos anos, de manter o controle e evitar a alteração programática.

No mesmo período, havia outro setor interno, o Movimento Social Cristão – liderado por Juan Pablo Terra e nucleado em torno do movimento fundado pelo Padre Lebret (ILHA LÓPEZ, 2016, p. 17) –, que apresentava reivindicações semelhantes, embora demandadas de modo menos radical. Ainda assim, ele proclama em seu Manifesto, datado de 1961:

> [...] la necesidad de lograr la inmediata y radical superación de estructuras capitalistas, que nacidas de un materialismo ateo y anticristiano, someten a

financiaria o desenvolvimento industrial nacional e de uma pretensa substituição de importações" (COELHO, 2002, p. 68, nota 65).

[24] Ferreira (2011, p. 76-77), por exemplo, afirma que a linguagem cepalina se encontrava difusa no debate político, de modo a ser possível encontrar artigo de Vivian Trías (1922-1980), então líder do PS, datado de 1962, em que há muitos pontos em comum com a CEPAL. No Uruguai, a principal experiência do gênero foi a CIDE (Comissão de Investimento e Desenvolvimento Econômico), criada em 1960. Mais detalhes, ver: Garcé (2002).

> los trabajadores a la injusticia y mantienen a inmensas masas de hombres y pueblos enteros en la miseria moral y material" (MOVIMENTO SOCIAL CRISTÃO, 1961 apud ILHA LÓPEZ, 2016, p. 20-21).

Em solidariedade à JDC, este grupo também deixou os quadros da União Cívica (PÉREZ ANTÓN, 1987, p. 19-20).

É neste contexto de cisão interna, com sua direção histórica isolada e com o programa contestado principalmente pelos militantes mais jovens que, em 25 de fevereiro de 1962, a União Cívica passou a se denominar Partido Democrata Cristão (PDC). Nessa oportunidade recebeu a adesão do Movimento Democrata Cristão, uma organização extrapartidária, integrada por militantes provenientes dos partidos tradicionais e por outros sem militância prévia (ZUBILLAGA, 1985, p. 73-74).

Bottinelli (1993, p. 121) pondera que, do ponto de vista formal, a troca de denominação implicava a constituição de um novo partido, pois não havia a previsão legal de mudança de lema[25] já registrado, sendo exigida a tramitação de novo registro na Corte Eleitoral. O autor tem razão, pois, no início dos anos 1980, sem que o PDC deixasse de existir, foi (re)criada a União Cívica, sob a liderança de quadros que haviam militado na entidade homônima.

O líder da mudança foi Américo Plá Rodriguez (1919-2008)[26] (ILHA LÓPEZ, 2014, p. 20; 2016, p. 13). Poucos anos antes, em um livro em que defendia os princípios da democracia-cristã, apresentou as características que a distingue dos demais partidos: ser autenticamente democrática; possuir inspiração cristã; buscar a justiça social, com objetivos próprios; e procurar a cooperação internacional (PLÁ RODRIGUEZ, 1960, p. 20).

Em um primeiro momento, a mudança de nome buscava aproveitar o prestigio da democracia-cristã europeia e se orientava pelo reformismo de alguns desses partidos, especialmente o italiano, que protagonizava a "abertura à esquerda", bem como o sucesso que PDCs latino-americanos vinham alcançando, caso do chileno e

---

[25] Conforme a legislação uruguaia, o que já foi comentado na Introdução, lema é a denominação oficial com a qual um partido ou uma aliança de partidos concorre em uma eleição, constituindo "patrimônio" essencial de uma instituição partidária. E sublema é o equivalente para as frações partidárias (URUGUAY. Ley nº 7.812, art. 9º).

[26] Advogado trabalhista de prestígio internacional, professor da Faculdade de Direito da Udelar, elegeu-se deputado em 1962 pelo PDC e foi suplente de senador pela FA em 1971. Militava há muito tempo na União Cívica, mas não estava vinculado às lideranças conservadoras. Detalhes sobre sua concepção da democracia-cristã, ver: Ilha López (2016, p. 13-17).

do COPEI venezuelano[27] (PÉREZ ANTÓN, 1987, p. 22). Ainda conforme a mesma fonte (1987, p. 20), “no es un mero cambio de nombre, es otra cosa y sobre todo quiere ser una transformación radical, drástica”.

No entanto, na primeira experiência nas urnas – a eleição de 1962 –, a mudança implicou perda de votos em relação ao desempenho obtido no pleito anterior, o de 1958. Embora a representação parlamentar tenha permanecido a mesma (três deputados e um senador), ele caiu de 3,74% dos votos válidos para 3,05%. O PDC perdeu o posto de terceiro partido mais votado que a União Cívica havia assegurado em 1958, tendo sido ultrapassado pela coligação liderada pelo PCU (URUGUAY. CORTE ELECTORAL, 2017p; 2017q).

Na avaliação de Solari (1991, p. 166), realizada logo após o pleito, em um texto clássico, chamado “Réquiem para la izquierda”:

> aparentemente el Partido Demócrata Cristiano no ha ofrecido una alternativa real ni aún al electorado limitado que por su propia naturaleza tiende a dirigirse. Se esforzó en definir una política colocada un poco más a la izquierda que la política tradicional de la Unión Cívica, pero, en este esfuerzo, en lugar de obtener electores los perdió. […] a su izquierda, porque una parte de la Unión Cívica exigía ir mucho más hacia la izquierda todavía y no estuvo de ningún modo conforme con la solución del Partido Demócrata Cristiano y se abstuvo o voto por otros partidos. Los perdió a su derecha, porque una parte del electorado de la Unión Cívica, eminentemente conservador, probablemente temió esa apertura hacia la izquierda, por mínima que ella haya sido.

O relatório do IEPAL, publicado em 1965, sintetiza a diferença entre os projetos políticos do PDC em relação ao da União Cívica: de núcleo de elite, de origem burguesa e culta, que podia ocasionalmente servir de árbitro entre as divisões dos dois partidos tradicionais, ele parecia estar se transformando em um modesto partido mais em contato com o real, sendo composto por elementos jovens, universitários e populares (IEPAL, 1965, p. 72).

O diagnóstico encontra respaldo nos dizeres do Movimento Social Cristão, em 1960 – antes do surgimento do PDC, portanto –, ao demandar que: “la acción del Partido se oriente decididamente hacia la conquista del poder [...]. Será superado así el estilo de una actuación que se limita a la obtención de una representación

[27] COPEI havia participado da ação que levara à queda do ditador Marcos Pérez Jimenez (1914-2001), em 1958, e elegeria, no final dos anos 1960, o Presidente Rafael Caldera (1916-2009). Já o PDC chileno vinha em ascensão política e alcançaria a presidência em 1964, por meio de Eduardo Frei Montalva (1911-1982), proponente da “revolução em liberdade”, que influenciaria os debates do PDC uruguaio em sua nova orientação (MAINWARING; SCULLY, 2010; ILHA LÓPEZ, 2016).

parlamentaria con valor de testimonio únicamente" (MOVIMENTO SOCIAL CRISTÃO, 1960 apud ILHA LÓPEZ, 2016, p. 111).

Como afirma Ilha Pérez (2016, p. 23), o esvaziamento do poder das antigas lideranças da União Cívica e a rápida substituição foram possíveis porque a militância se tornou protagonista, substituindo os adeptos dos tempos da estrutura vertical, que não participavam efetivamente do partido e deixavam às autoridades formais a tomada das decisões sobre o rumo da legenda. A ideia dos novos militantes era transformar o velho partido de quadros em um partido de massas, no sentido atribuído por Duverger (1987), que trabalharia com mobilização permanente dos filiados e forte presença no mundo sindical, estudantil e cultural.

Apesar do desempenho ruim em 1962, o fato é que, naquele período, a mudança institucional ainda estava em processo. As antigas lideranças haviam cedido um pouco, a começar por adotar um novo lema, mas persistiam na diretoria, enquanto os militantes mais jovens continuavam a pressionar por uma renovação mais intensa. Por isso, é uma época chamada de fundacional e de conflito interno por Ilha López (2016).

Como parte desse processo, lideranças históricas – como Juan Vicente Chiarino (1901-1989), que foi eleito deputado em 1946, senador em 1950 e em 1954; e Horácio Terra Arocena (1894-1985), constituinte em 1933, deputado em 1946 e em 1955, pai de Juan Pablo Terra – romperam com o nascente PDC em 1964 e criaram o Movimento Cívico Cristão, que funcionaria como uma espécie de "velha União Cívica"[28].

Essas lideranças históricas foram substituídas por militantes recentes, o que se deu em tal intensidade que alguns dos novos dirigentes do PDC sequer haviam atuado na União Cívica, que existia há até dois anos. A reforçar, o Movimento Social Cristão e diversos membros da JDC ingressaram no PDC, ou seja, voltaram a atuar em um partido de inspiração católica.

Desse modo, em 1964, o PDC ainda procurava se despir da tradição conservadora que caracterizara por tanto tempo a União Cívica e se via forçado a se apresentar aos cidadãos. Ele o fez ao se dizer defensor de mudanças sociais e

[28] No ano seguinte, Venâncio Flores, então único senador do PDC, também deixou o partido e passou a se vincular ao Movimento Cívico Cristão, partido que se apresentou às urnas em 1966, mas não alcançou representação (PÉREZ ANTÓN, 1987, p. 28). No pleito de 1971, o grupo utilizou a legenda União Radical Cristã, novamente sem eleger bancada. No pós-ditadura, resgatou o lema União Cívica, atuante ainda hoje, o que será comentado na seção 1.3.2.

econômicas, sem necessariamente ser marxista ou adepto da revolução, como afirma um opúsculo, denominado “¿Qué es la Democracia Cristiana?”:

> El PDC es todo lo contrario a un partido conservador. Tiene profundas discrepancias con el orden económico y social existente. Se opone al capitalismo, al que considera un régimen caduco cuyas estructuras crujen cada vez más. Considera injusta la primacía del capital sobre el trabajo y la ausencia de participación de los trabajadores en la dirección de los beneficios de las empresas […]. También se opone el PDC al marxismo, evolucionista o violento. Discrepa con su lucha de clases que lleva inevitablemente al odio, con el cual no se puede construir ningún orden nuevo verdaderamente durable y humano (PDC, 1964 apud ILHA LÓPEZ, 2016, p. 27).

Do ponto de vista programático, o PDC demarca novas perspectivas, ao defender que:

> la reforma económica y social comienza a verse menos como una cuestión de planeamiento y más en términos de confrontación entre sectores beneficiados por el estado de cosas existente y sectores a los que beneficiaría un cambio en ese estado de cosas. De esta manera se insinúa un concepto que va a ser asumido un poco más adelante por el partido: el concepto de revolución económico-social (PÉREZ ANTÓN, 1987, p. 26).

A nova linha política do PDC, aprovada na Convenção Nacional, realizada em 27 e 28 de junho de 1964, introduziu a noção de “revolução em liberdade”, inspirada no seu congênere chileno, liderado por Eduardo Frei Montalva[29].

Defensor da democracia representativa, pensada como exercício da política com liberdade e respeito à pessoa humana, e de seus procedimentos tradicionais (eleições, parlamento etc.), para o PDC esta revolução implicava rápidas e profundas modificações sociais e econômicas, realizadas sem violência, a partir do próprio Estado.

Assim, a primeira etapa do processo revolucionário exigia a tomada de poder por meio das urnas, onde se encaixa a possibilidade de formação de uma frente de partidos progressistas, como a que será proposta por Terra em 1968. A seguir, vinha a etapa propriamente de transformação, realizada por meio de um Estado popular, voltado aos interesses do povo (ILHA LÓPEZ, 2016, p. 57).

Nesse diapasão, o PDC propunha o “socialismo comunitário” ou “autogestionário”, assim denominado especialmente por não estar vinculado ao

[29] A influência das reflexões, dos resultados e das ambiguidades da democracia-cristã chilena no PDC uruguaio é analisada por Alonso (2017), especialmente nos capítulos 3 e 4.

Estado (e à experiência soviética). Ele afirma que as raízes dessa proposta figuram nas primeiras comunidades cristãs, no socialismo não marxista ou utópico, bem como na filosofia de Emmanuel Mounier (1905-1950) e de Erich Fromm (1900-1980), na qual prevalece a ideia de conviver compartilhando e de colocar em comum os direitos sobre muitas coisas, substituindo a noção de propriedade pela de fraternidade.

Segundo Cabral (2006, p. 59), o PDC adotou um posicionamento crescentemente mais esquerdista ao longo da década de 1960, de modo a propor, em 1970, uma "ruptura frontal com o capitalismo; as grandes desigualdades – concentração da propriedade dos capitalistas em detrimento das massas – a condução autocrática oligárquica da economia, a sociedade inteiramente classista e inteiramente dependente"[30].

Já em 1965, a JDC reafirmava o compromisso com uma revolução pacífica, promovida por meio das instituições democráticas. Mas, ao mesmo tempo, considerava a possibilidade de uso de meios pacíficos ilegais e, finalmente, da violência, caso o regime travasse a perspectiva de transformação via poder conquistado na urna e o uso dos meios legais (ILHA LÓPEZ, 2016, p. 153-154).

Pode-se dizer que, paulatinamente, a posição do PDC sofreu inflexões. Ao surgir em 1962, ele defendia um caminho próprio, próximo ao terceirismo, a partir do qual rejeitava o liberalismo, mas também o marxismo. Logo, qualquer aliança com PCU, PS ou com as coligações que estes formassem, estava descartada. Em 1965, as diferenças já não eram tão radicais e a partipação em eventos com legendas marxistas se tornam possíveis, conforme a pauta em questão (ALONSO, 2017, p. 167). No ano seguinte, Plá Rodriguez, até então o principal nome da legenda, não conseguiu se eleger senador e perdeu espaço no partido, o qual passou a ser ocupado por Juan Pablo Terra, que vinha despontando como uma liderança influente no PDC e alcançou um posto institucional de destaque, já que se elegeu deputado. Terra tinha uma orientação mais à esquerda do que Plá Rodriguez e a sua liderança foi chave para aumentar a aproximação com outros setores de esquerda (ALONSO, 2017, p. 169).

A este cenário podem ser acrescentadas as ambiguidades que a experiência de ser governo apresentava ao PDC chileno, importante referência ao equivalente

[30] Propostas programáticas do PDC, como o plano de governo de 1966 e o programa de princípios de 1970, são analisadas e reproduzidas por Failache (2014) e por Ilha López (2016).

do Uruguai. Na fase final de seu mandato, entre 1967 e 1970, a presidência de Eduardo Frei deixou de cumprir ou negligenciou algumas das propostas da democracia-cristã, assumiu um tom cada vez mais comedido e paulatino na aplicação do projeto “revolução em liberdade”, e adotou ações repressivas contra mobilizações sociais e políticas. Como resultado, a ala esquerda do PDC rompeu com o partido, organizou-se como Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU) e participou da criação da Unidade Popular, ao lado de comunistas e socialistas, o que “implicó [...] el desplazamiento hacia el campo socialista de sectores cristianos, lo que rompió con la idea del divorcio irreconciliable entre cristianismo y socialismo marxista” (ALONSO, 2017, p. 182).

Essas questões repercutiram no PDC uruguaio. Este, apesar de politicamente comprometido com o governo Frei e as decisões do grupo preponderante do PDC chileno – como a de não compor com os marxistas, ter candidatura própria e ocupar o centro do espectro político –, estava mais próximo em termos programáticos e estratégicos aos setores que ambicionavam aproximar a democracia-cristã do socialismo e substituir o capitalismo (ALONSO, 2017, p. 180-197).

Nesse contexto, em 23 de junho de 1968, o deputado Juan Pablo Terra, em meio a uma escalada de autoritarismo do governo que levou ao Golpe de 1973, fez um chamamento por rádio e televisão à união das forças progressistas. Este se tornou o mais direto embrião da formação da Frente Ampla, ocorrida três anos depois[31]. O PDC reiterou esse compromisso e o convite aos demais em diversas oportunidades, com destaque a um, emitido pela Juventude do partido, em setembro de 1970, chamado “Frente Ampla para unir o povo” (ILHA LÓPEZ, 2014, p. 13-14).

A participação do PDC na FA e seus passos posteriores – como a adesão à coligação Novo Espaço em 1989 e o retorno à FA em 1994, onde se encontra até hoje – serão acompanhados na sequência do texto.

[31] Ilha López (2014) destaca o papel do PDC na criação da FA. Para a análise da recepção inicialmente negativa que o chamamento de Terra mereceu dos grupos de esquerda, assim como dos desdobramentos que mudaram esta perspectiva e levaram à fundação da FA, ver: Ferreira (2011); Alonso (2017).

1.2 Partido pelo Governo do Povo

Outro dos pilares do PI reside no PGP, originalmente um setor do Partido Colorado, que era conhecido também como Lista 99. Ele tinha como seu principal líder Zelmar Michelini[32], então um nome ascendente no PC e ex-secretário político de Luis Batlle Berres (1897-1964)[33].

Assim como o PDC, ele surgiu em 1962, poucos meses antes da eleição daquele ano, tendo sido foi fundado quando Michelini abandonou a Lista 15, setor majoritário do PC, liderado por Luis Batlle. O novo setor ganhou a adesão de dissidentes da Lista 14[34], tendo à frente o deputado Renán Rodríguez (1912-1999)[35].

O contexto da criação do PGP é formado pela crise então enfrentada pelo PC – notadamente a Lista 15 –, que havia perdido a eleição de 1958, após quase um século de predomínio na política uruguaia. Alguns fatores são reputados como contribuintes para a derrota, como: o estilo de liderança concentrador de Luis Batlle, que acirrava a sempre presente disputa entre as frações coloradas; um cenário econômico pouco favorável e que punha em xeque o modelo até então adotado pela legenda, chamado de neobatllista[36]; o fato de os *blancos* concorrerem unidos, após três décadas de divisões, e a aliança que estes firmaram com o influente movimento ruralista, liderado por Benito Nardone (1906-1964)[37].

---

[32] Foi deputado de 1955 a 1966, quando se tornou senador. Foi reeleito senador em 1971, agora pela FA. Após o Golpe de 1973, exilou-se em Buenos Aires, onde foi assassinado pela Operação Condor (FERNÁNDEZ, 2004, p. 68-69). Seus filhos, Rafael e Felipe, têm papel importante nos episódios da criação do PI. Mais detalhes sobre a sua biografia, ver: Di Candia (1987); Rodríguez (2016); Caetano (2017).

[33] Sobrinho de José Batlle y Ordóñez e seu principal herdeiro político. Foi deputado, depois Presidente da República entre 1947 e 1951, e presidente do Conselho Nacional de Governo, um órgão executivo nacional colegiado, entre 1955 e 1959. Faleceu quando ocupava a cadeira de senador (NAHUM et al., 1998). Mais detalhes biográficos, ver: Sanguinetti (2014).

[34] Na época, era a outra principal fração colorada, também de raiz batllista, mas mais conservadora do que a rival Lista 15. Era dirigida pelos filhos de Batlle y Ordóñez: César (1885-1966) e Lorenzo Batlle Pacheco (1897-1954).

[35] Atuava como deputado desde 1950, tendo sido ministro entre 1955 e 1956. Foi um dos senadores eleitos pela Lista 99, em 1962, tendo concorrido a Vice-presidente em 1966 e em 1971. Em 1985, tornou-se presidente da Corte Eleitoral (RIVAS, 30 jul. 1999).

[36] Como explica Cabral (2006, p. 38, nota 26), "o conceito de neobatllismo, num sentido amplo, é utilizado para denominar a série de características econômicas, sociais, políticas e ideológicas que identificam o período da história nacional uruguaia entre 1946 e 1958. Num sentido mais restrito, a denominação faz referência ao papel desempenhado pelo Estado, e particularmente pelo setor do Partido Colorado, liderado por Luis Batlle Berres (1897-1964) [...] para a implementação de um projeto nacional que, apoiado na tradição reformista do batllismo, fosse capaz de atingir as metas do progresso econômico e social, com base no desenvolvimento industrial e no marco de uma efetiva democracia política". Mais informações, ver: D'Elia (1982).

[37] Mais informações sobre o ruralismo e Nardone, ver: Jacob (1981); Rilla (2013, cap. 8).

A intenção ao formar o PGP era produzir a renovação no chamado Quinzismo[38], ao resgatar princípios batllistas que, na perspectiva do grupo, encontravam-se esquecidos. De tal modo que a ideia inicial era adotar o número 515 o que não foi permitido por Batlle, sob a alegação de que os “rebeldes” não poderiam utilizar referências à Lista 15 (NAHUM et al., 2011, p. 17).

Quanto ao bloqueio não há dúvidas, mas as versões divergem no que tange ao momento em que ele teria ocorrido. O depoimento de Batalla[39], apresentado por Scaffo (1991, p. 45), afirma que a intenção era permanecer na Lista 15 e formar uma espécie de lista que representaria uma corrente de pensamento renovadora, chamada 515, o que, ao não ser permitido, levou à criação de um setor autônomo. Outros relatos, como os de Rodríguez (2016) e de Arsuaga (2017, p. 32-33), indicam que, configurada a ruptura, havia a intenção de denominar o novo sublema de 515 e teria nesse momento que ocorreu o veto. Há, ainda, a narrativa de Batalla (SCAFFO, 1991, p. 45; RODRÍGUEZ, 2016) de que inicialmente Batlle liberou a utilização do número 515, mas depois não o permitiu, insatisfeito com críticas que eram a ele dirigidas pelo novo grupo – especialmente de parte de Batalla –, que o responsabilizavam pela derrota de 1958 e por não promover autocrítica.

Michelini defendia que a unidade do PC deveria realizar-se em torno de uma plataforma ideológica e de um programa mínimo centrado em pontos-chave, de base esquerdista, como: melhor distribuição da riqueza, novo sistema de posse da terra, mudança na forma como o Estado encarava a questão sindical, independência política e econômica em relação aos EUA.

O PGP estreou nas urnas em 1962, tendo elegido dois senadores e sete deputados, entre eles Michelini e Batalla, que se tornaria, a partir do período ditatorial e do assassinato de Zelmar, o líder do grupo.

Em pouco tempo, especialmente após a morte de Batlle, ocorrida em julho de 1964, ele passou a representar a posição de centro-esquerda do PC e a disputar espaço com outras frações, dentre as quais se destacavam: União Colorada e

[38] Derivada de Lista 15. Na época, também era identificado como luisismo, em referência ao líder Luis Batlle.

[39] Iniciou a carreira no PC, tendo sido deputado em 1962 e em 1966, e presidido a Câmara de Representantes em 1968. Reelegeu-se em 1971, já pela FA. Durante a ditadura alcançou destaque ao atuar como advogado de presos políticos, dentre eles, Líber Seregni, presidente da FA, e Raúl Sendic (1925-1989), um dos líderes dos tupamaros, o principal grupo promotor da luta armada no país. A atuação dele no período de redemocratização será destacada na sequência. Faleceu na condição de Vice-presidente da República (FERNÁNDEZ, 2004, p. 69-70). Mais detalhes sobre a sua biografia, ver: Scaffo (1991); García (2013).

Batllista (UCB), derivada da Lista 14; e os continuadores do neobatllismo, que incluía três grupos (Unidade e Reforma; Pela Estrada de Luis Batlle; Unidade Quinzista) que disputavam entre si o espólio político do líder, incluindo o uso da denominação Lista 15. Após uma eleição interna, o privilégio acabou com Jorge Batlle (1927-2016)[40], da Unidade e Reforma (FERREIRA, 2013, p. 13)[41].

Tais características, somadas à guinada favorável ao livre-mercado que seria adotada pela Lista 15 a partir de 1966[42] fazem com que De Armas, Garcé e Yaffé (2003, p. 86) incluam o PGP dentre a "ortodoxia batllista", pois defensor de princípios estatistas e trabalhistas que tanto caracterizam este modelo. Ou seja, a renovação proposta por Michelini e seus apoiadores referenciada acima assumia ares de manutenção dos princípios do batllismo e do neobatllismo, ou o retorno a eles, mais do que propriamente o de inovação programática. Não surpreende, então, que um relatório publicado em 1965, que se propunha a diagnosticar o Uruguai da época, o tenha caracterizado como portador de ideias sociais modernizadoras, o que o tornava o mais fiel intérprete de José Batlle naquele período e quem se propunha a revitalizar a essência do batllismo (IEPAL, 1965, p. 64).

Na divisão proposta por Bottinelli (11 dic. 1997), uma segunda etapa na vida do PGP começa após a reforma constitucional de 1966[43]. Esta havia provocado uma divisão no setor, com a saída de um senador e de quatro deputados – e que era, basicamente, o grupo de Renán Rodríguez, que se mantinha favorável à ideia do governo colegiado[44].

Para a eleição daquele ano, a fração esteve muito próxima de fechar um acordo com a UCB, a partir do qual Michelini concorreria a Vice na chapa

---

[40] Filho de Luis Batlle e sobrinho-neto de José Batlle y Ordoñez. Após uma longa carreira política, na qual ocupou os postos de deputado (1959-1967) e de senador (1985-1990 e 1996-2000), foi eleito Presidente do Uruguai em 1999, na sua quinta tentativa. Anteriormente, havia concorrido em: 1966, 1971, 1989 e 1994. Mais detalhes biográficos, ver: Wolloch (2017).

[41] Mais detalhes sobre a disputa interna à Lista 15, ver: Rodríguez Metral (2017, cap. 4).

[42] Outras informações, ver: Pereira (1988); Wolloch (2017); Rodríguez Metral (2017).

[43] Trata-se de um plebiscito a partir do qual o modelo de poder executivo colegiado foi substituído por um unipessoal, centrado no Presidente da República. A mudança se deu em meio ao aprofundamento da crise econômica e política, tendo como reflexo o surgimento de graves conflitos sociais que se estenderiam até o Golpe de 1973. Na oportunidade, quatro propostas disputaram a preferência popular: a da FIdeL (capitaneada pelo PCU), a de parte do PN, a de parte do PC e a chancelada por setores majoritários do PN e do PC (e que acabou vencedora) (ALONSO; DEMASI, 1986, p. 39-44; CHASQUETTI, 2004a, p. 78-80).

[44] A Constituição de 1952, seguindo ideia de Batlle y Ordóñez que ele não conseguiu implantar em vida, adotava um governo colegiado, chamado Conselho Nacional de Governo, composto por nove membros, sem possibilidade de reeleição, seis correspondentes ao partido vencedor da eleição e três ao segundo colocado. Em outros termos: dele participavam PC e PN, considerando o cenário da época (CHASQUETTI, 2004a, p. 76-78).

capitaneada por Óscar Gestido (1901-1967) – que se elegeu Presidente naquela oportunidade[45]. As negociações foram frustradas e, quase às vésperas da votação, o PGP se viu obrigado a concorrer solitariamente. Ele adotou a estratégia de lançar Michelini como candidato a Presidente para minimizar o prejuízo e "puxar votos" para a legenda. Frente a essas circunstâncias, o saldo não foi positivo: o PGP perdeu aproximadamente 40% da votação alcançada em 1962, tendo elegido somente Michelini ao Senado[46] e uma bancada de dois deputados.

O resultado nas eleições o enfraqueceu no futuro governo colorado, bem como no próprio partido (MORALES, 2007, p. 82), pois, como afirmou o senador eleito Amilcar Vasconcellos (1915-1999), ao serem consagrados os setores mais à direita e autoritários do partido, houve um triunfo do PC, mas uma derrota do batllismo (ZUBILLAGA, 1985, p. 68)[47].

> La 99 empieza colaborando con el gobierno de Gestido, Michelini es ministro de Gestido[48], y renuncia cuando éste implanta las medidas prontas de seguridad. Michelini es ministro de Industria y Comercio, subsecretario del escribano Alfredo Masa, y renuncia a fines de octubre del 67, y ya tras la muerte de Gestido y el ingreso de Pacheco la 99 se va desplazando lentamente hacia la oposición, luego hacia el cuestionamiento al Partido Colorado […] (BOTTINELLI, 11 dic. 1997).

A terceira fase sob o comando de Michelini traz o fato mais decisivo da história do PGP. Em dezembro de 1970, ele rompeu com o PC e se engajou na criação da FA[49]. A saída culminou um longo processo, ocorrido no curto prazo de três anos, nos quais o PGP se afastou do governo Pacheco, depois passou a progressivamente fazer oposição ao Presidente, ao mesmo tempo em que procurou

---

[45] Se a aliança tivesse vigorado, Michelini teria se tornado Presidente, pois Gestido, militar reformado, tomou posse em março de 1967 e morreu em dezembro do mesmo ano, vítima de um enfarto. O cargo passou ao Vice Jorge Pacheco Areco (1920-1998), um deputado cuja experiência se reduzia a apenas um mandato.

[46] A legislação uruguaia permite que alguém concorra a mais de um cargo no mesmo pleito. Assim, é comum que os candidatos a Presidente liderem a lista de seus setores ou de seus partidos para o Senado, como forma de garantir um lugar no parlamento, caso não vençam a disputa presidencial.

[47] As correntes vinculadas ao batllismo histórico obtiveram cerca de 20% dos votos do PC. O recorte inclui aquelas lideradas por Amilcar Vasconcellos (Pela Estrada de Luis Batlle, Lista 315) e Zelmar Michelini (PGP), mas exclui a vinculada a Jorge Batlle (Unidade e Reforma, Lista 15) que, apesar da origem familiar, tinha um corte liberal. Se a Lista 15 de Batlle for incluída, o batllismo atinge 56% do partido. Todavia, dividido em três candidaturas, ainda assim não fez frente à ala oposta (UCB). Em 1971, a queda foi maior: com a saída do PGP, o batllismo histórico fez 7,1% dos votos do PC e, se a ele for somada a Lista 15, atingiu 42,7%, sendo novamente superado pela UCB (FERNÁNDEZ TORELLO, 2006, p. 15)

[48] Ele não atuou como ministro desde a posse do governo, tendo sido convidado em junho de 1967, após a primeira crise, quando ministros da Lista 15 foram demitidos (RODRÍGUEZ, 2016, p. 197-198).

[49] Tal processo será abordado em mais detalhes na próxima seção.

formar uma aliança com outros setores colorados insatisfeitos com os rumos do partido.

Ao longo de 1970, com a aproximação das eleições – a serem realizadas no ano seguinte –, a situação chegou ao ponto de não retorno. De um lado, os conflitos com o governo cresceram, acompanhando a escalada autoritária deste e a tentativa de aprovar a reeleição presidencial, o que manteria Pacheco no poder. De outro, as negociações para unificar as frações oposicionistas do PC fracassaram e tornaram claro que, divididas, elas seriam derrotadas internamente pelos governistas, bem como que, por conta do duplo voto simultâneo e da acumulação de votos, contribuiriam para a vitória das forças reunidas em torno de Pacheco.

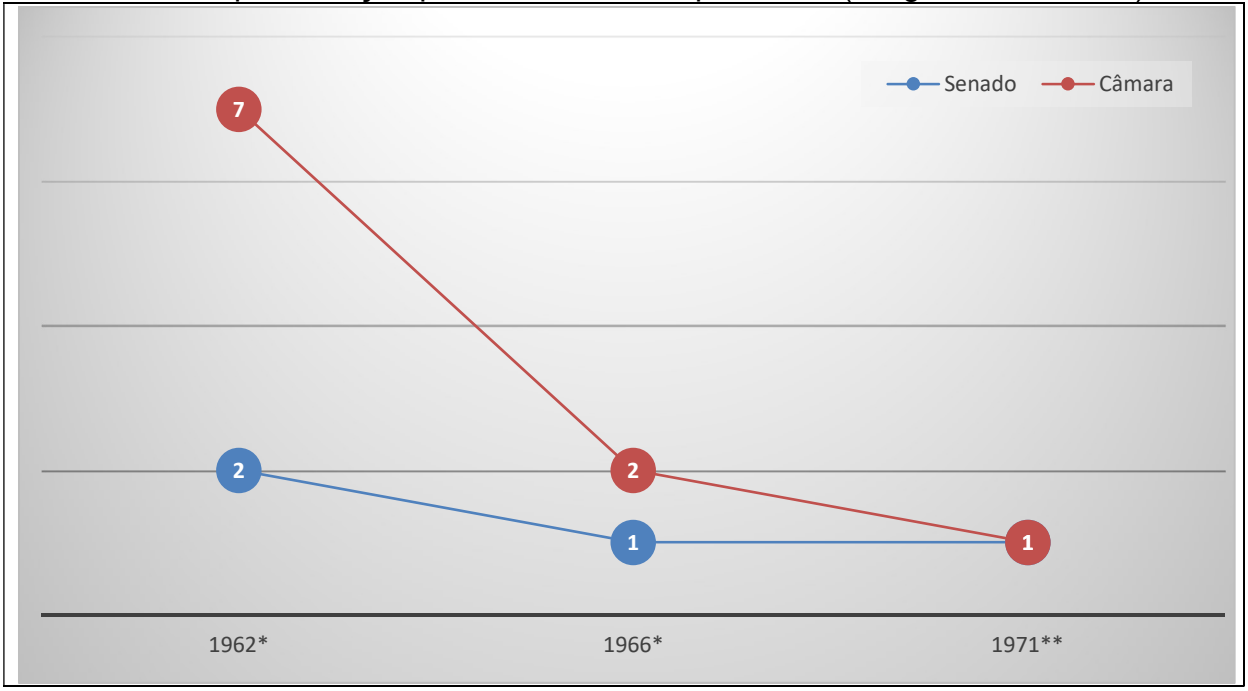
A saída do PGP se efetivou em decorrência do predomínio da guinada à direita no PC e, como tal, também contribuiu para que essa tendência se consolidasse. Em discurso proferido no Senado, dois anos após o rompimento, Michelini explicitou tal entendimento:

> nos fuimos explicando las razones por las cuales nos retirábamos, para defender, precisamente, nuestras ideas, y más convencidos que nunca que teníamos que luchar por ellas, no dando nuestro voto a quienes, en última instancia, eran nuestros enemigos e iban a imponerle al país las condiciones que no queríamos (MICHELINI, 1971 apud RODRÍGUEZ, 2016, p. 239).

Romper com o PC não estava nos planos iniciais do PGP, que sempre procurou construir uma alternativa colorada de matriz batllista. Com o andamento dos acontecimentos, tornou-se uma opção efetiva. Morales (2007, p. 96) ilustra esta mudança com o fato de Michelini ter repudiado, em 1961, a ideia de formar uma frente com partidos de esquerda, sob a alegação de que esta estratégia só teria sentido para enfrentar uma ditadura. O autor especula que, se Zelmar a aceitou em 1970, este é um indício de que via o governo do PC daquele período com essas características.

O afastamento do PGP de suas origens cobrou o preço na eleição de 1971, quando concorreu como parte da FA e perdeu mais uma parcela de espaço político: conservou a cadeira de senador de Michelini e a de deputado ocupada por Batalla, mas cedeu a outra vaga que havia obtido em 1966.

Gráfico 2 – Representação parlamentar obtida pelo PGP (Uruguai, 1962-1971)



Fonte: BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014)
* Como parte do PC; ** Como parte da FA.

Como mostra o Gráfico 2, desde a sua criação, em 1962, o PGP perdeu continuamente espaço parlamentar, tendo passado de dois senadores e sete deputados a apenas um senador e um deputado.

Ao longo de 1971, já como parte da FA, começa o que Bottinelli (11 dic. 1997) chama de quarta etapa do ciclo Michelini:

> […] es cuando la 99 empieza a apartarse de esa postura hacia posturas mucho más radicales que lo llevan a juntarse con un conjunto de grupos particularmente el que encabezaba Enrique Erro, que se denominaba Patria Grande, que fue un grupo muy importante y muy votado, con el Movimiento Independientes 26 de Marzo y con otros grupos menores y forman lo que se denominó la Corriente, un polo que uno diría en la terminología de hoy expresaría el sector radical o el ala radical del Frente Amplio.

Bottinelli (2017, p. 266) também acentua a existência na conjuntura 1971-1973 de uma subdivisão no PGP: a corrente liderada por Zelmar defendia posições mais combativas, em resposta ao crescente autoritarismo do governo; a que tinha Batalla como a principal referência era mais moderada, centrada em resgatar o modelo democrático-liberal. No pós-ditadura, com a morte de Michelini, a liderança de Batalla marca a trajetória do PGP.

Cabe destacar, ainda, que a radicalização vivenciada no período imediatamente anterior ao Golpe de 1973 é um dos indícios da relativa

indeterminação ideológica do PGP, que elaborou suas propostas conforme as circunstâncias políticas em que estava inserido. Já em 1962, ao comentar os resultados daquela eleição, Solari (1991, p. 156) anotou que o sucesso de Michelini ocorria apesar ou graças à falta de clara definição ideológica do grupo.

Ao analisar os posicionamentos que o PGP apresentou na eleição de 1984, já no contexto da redemocratização, Mieres (1988, p. 64) identificou aquele relativo às questões conjunturais (no caso, a crítica radical ao período autoritário e o compromisso com a retomada da democracia), mas também encontrou pouca precisão nas questões programáticas de fundo. Para o autor, o PGP propunha a necessidade de um socialismo democrático de caráter nacional e original, que não rendia tributo a uma origem ideológica definida.

Em síntese, pode-se dizer que do conjunto do PGP subsiste o seu caráter batllista. Ao longo de sua trajetória, ele o apresentou como um impulso e como uma referência genérica mais do que como um programa claramente descrito – até porque o batllismo é multifacetado e tem sido apreendido de várias maneiras ao longo do tempo. Porém, o fato é que o batllismo estava presente quando ele ainda pertencia à Lista 15, acompanhou-o ao surgir como Lista 99, continuou a figurar nas campanhas eleitorais dos anos 1980 e ao retornar ao seio do PC, nos anos 1990, o que ainda será apreciado.

Uma entrevista de Batalla expõe tal imprecisão. Na oportunidade, ele procura definir o socialismo democrático e o vincula com o batllismo. O resultado revela uma "postura frente a vida" e um modo de perceber a realidade social bastante difuso e voltado a valores, relevante e determinante, mas também genérico e impreciso:

> El batllismo significó gran respeto por el hombre, significó libertad; significó valoración; significó justicia; significó sensibilidad por el hombre. Una de las tantas cosas que yo simpre recuerdo de Batlle es que: 'el Estado es el escudo de los débiles' y eso señala claramente una concepción del gobierno. […] Creo que el batllismo es algo más que una ideología, que en el fondo, en cierto sentido, es una actitud hacia la vida. Hoy el Uruguay batllista está superado, pelo los valores del batllismo, los valores de libertad, de tolerancia, de respeto por el hombre síguen enhiestos. [...] Estoy cada día más comprometido con el socialismo y con la democracia: no concibo al socialismo fuera de la democracia (BATALLA apud SCAFFO, 1991, p. 88-89).

Em outra entrevista, esta dos anos 1980, ele voltou a se referir ao socialismo democrático, novamente em termos genéricos:

> entendido como un orden más justo, donde cada ser humano pueda desarrollar plenamente su personalidad, sin coacciones externas ni constricciones internas, producto de la internalización de pautas de dominación. Aspira portanto una sociedad sin clases, aun cuando es consciente que la superación del clasismo capitalista, no asegura por sí la desaparición de la dominación. […] El Partido por el Gobierno del Pueblo está convencido de la superioridad moral del socialismo como marco de convivencia humana, pero está igualmente persuadido que esa primacía debe demostrarse en los hechos y sólo puede construirse con el apoyo consciente de la mayoría. De esa convicción emana su apoyo a la democracia como la única regla válida de convivencia social y política. De allí su decidido rechazo a cualquier forma de desvalorización de la misma, especialmente los enfoques que la conciben como un proyecto de la burguesía y/o un marco meramente formal a que la trascendería la proclamada democracia sustancial (BATALLA apud MARTÍNEZ, 1988, 35-37)[50].

Por derradeiro, cabe ponderar que, com o desaparecimento do principal referente – Michelini foi assassinado em 1976, quando estava no exílio –, a liderança do PGP passou às mãos de Batalla, que permaneceu no Uruguai e em liberdade. A memória do antigo líder foi preservada como símbolo do enfrentamento ao autoritarismo e passou a servir de fonte de legitimidade para a instituição.

Já a atuação do partido após a fundação da FA, notadamente no pós-1984, será abordada nas próximas seções.

1.3 Frente Ampla

1.3.1 Formação

Em 5 fevereiro de 1971, as entidades abordadas nas seções anteriores (PDC e PGP) foram duas das principais formadoras da Frente Ampla. Em relação à denominação da entidade, Caetano e Neves (2016, p. 77) enfatizam:

> el nombre final de la alianza tardaría hasta el 3 de enero en afirmarse. Hasta esta fecha El Popular la refería como *Frente Unido* o *Frente de Unidad*. Los comunistas preferían un nombre y una estructura que se acercaran más al formato de un *frente popular*, posición que resistían particularmente los democratacristianos, que preferían la concepción implícita tras el título Frente Amplio [grifado em itálico no original].

Para além do fato de ter preponderado a proposta do PDC, que remete à ausência de exclusões, é relevante o fato de o PCU projetá-la como uma “frente

[50] Ressalva-se que a entrevista é datada de 1988, já no contexto que levaria o PGP a deixar a FA. A referência final da declaração aborda diretamente o cenário interno da FA e será discutida na subseção 1.3.3.

popular". No contexto da ruptura ocorrida em 1989, esta é uma das críticas formuladas à concepção de FA dos setores marxistas, como será abordado na subseção 1.3.3.

A FA surgiu como uma coalizão de partidos e de correntes de esquerda[51], cujos fundadores podem ser reunidos em quatro tipos: (1) PDC; (2) partidos marxistas históricos, caso do PS e do PCU (este por intermédio da FIdeL[52]); (3) pequenos grupos marxistas não vinculados aos anteriores; (4) setores que deixaram os partidos tradicionais.

Dentre os representantes dos partidos marxistas históricos, o PS é o mais antigo. Ele foi fundado em 1910, ocasião em que alcançou uma vaga parlamentar, ocupada por Emilio Frugoni (1880-1969)[53]. Este primeiro PS aderiu à Terceira Internacional entre 1920 e 1921, e se transformando no PCU[54]. Frugoni, como líder da corrente que não concordou com esta decisão, decidiu recriar o PS, o que deu início ao chamado "bipartidarismo" da esquerda uruguaia (GALLARDO, 1995). Ele se tornou a principal referência do PS por quatro décadas, até ser substituído, em 1960, por Vivian Trías, em uma transição geracional, mas também de orientação político-programática, que aproximou a legenda do marxismo e implicou perder as características que marcavam sua trajetória até então.

Na década de 1960, como resultado da nova fase, o partido passou por importantes modificações organizacionais, a começar pela formação da União Popular, nas eleições de 1962, uma aliança eleitoral de forças progressistas. Esta foi uma reuniu: PS; Lista 41, grupo liderado por Enrique Erro (1912-1984)[55], que há

---

[51] Para uma análise do contexto de discussão da unidade das esquerdas no Uruguai dos anos 1960, ver: Rey Tristán (2005); Cabral (2006); Ferreira (2011); Alonso (2017).

[52] É a sigla em espanhol de Frente Esquerda de Libertação, coligação liderada pelo PCU desde 1962, cuja denominação "jogava" com a simbologia da recente revolução cubana. A aliança reúne PCU, MRO, oriundo do PN, e outros grupos de esquerda com quase nenhuma representatividade (como as cisões do PC, Agrupação Batllista Avançar e Movimento Batllista 26 de Outubro), razão pela qual González (1993, p. 65) fala que foi a coligação dos comunistas com aliados muitos menores do que ele (ALONSO; DEMASI, 1986, p. 29; FERREIRA, 2011, cap. 2; BUQUET; DE ARMAS, 2004, p.112-113; REY TRISTÁN, 2005, p. 90-102; BAYLEY, 2012).

[53] Referência histórica da esquerda uruguaia. Além de ter sido deputado por vários mandatos entre os anos 1910 e 1940, atuou como professor universitário, poeta e escritor, embaixador na União Soviética, da qual se tornou um crítico. Teve atuação política até a sua morte. Mais detalhes, ver: Cuadernos de Marcha (1970); Chifflet (2007).

[54] Mais informações, ver: D'Alesandro (1992).

[55] Havia sido eleito deputado (1954 e 1958) e se tornado ministro, em 1959, quando militava no PN. A Lista 41 se considerava herdeira do Herrerismo (de Luis Alberto Herrera, 1873-1959, principal líder do PN). Erro deixou o partido antes das eleições de 1962, descontente com o governo *blanco* e frontalmente contrário à participação de Nardone, líder da Liga Federal de Ação Ruralista, que se aliara a Herrera no pleito de 1958, mas que, logo depois, tornou-se um adversário no governo. Elegeu-se deputado em 1962 pela UP. Não conseguiu renovar o mandato em 1966, mas se tornou

pouco deixara o PN; Agrupação Novas Bases, criada em 1959, na qual atuava Helios Sarthou (1926-2012); Frente Avançada Renovadora, cindida da União Cívica, articulada por Eduardo Payssé González (1928-2011), que presidia a JDC; grupo Res Non Verba; Movimento Juvenil 8 de Janeiro; e alguns intelectuais dissidentes da associação ruralista, como Methol Ferré (1929-2009) e José Claudio Williman (1925-2006) (BAYLEY, 1985, p. 14; ALONSO; DEMASI, 1986, p. 29).

Para viabilizar a formação da União Popular, o PS deixou de se apresentar ao eleitorado com seu lema histórico. Contudo, a experiência foi muito negativa: de um lado, implicou que, pela primeira vez em sua história, o partido não tenha formado bancada no parlamento nacional[56]; de outro, a estratégia desagradou o antigo líder Frugoni, que antecipou o fracasso eleitoral, recriminou o abandono de suas tradições e deixou o PS, formando um novo agrupamento.

Consequentemente, no pós-1962, além de não contar com o respaldo institucional da representação parlamentar, o partido estava cindido em dois grupos: Esquerda Nacional, que reunia dirigentes, como Trías e o ex-senador José Pedro Cardoso (1903-1997); e Movimento Socialista, liderado pelo então octogenário Frugoni.

Mas a situação podia piorar. Como o lema PS não foi utilizado na eleição de 1962, ele se encontrava disponível para o próximo pleito e foi reivindicado pelos dois grupos, em um conflito que fortaleceu a divisão. A questão só foi resolvida após as eleições de 1966, pois a Corte Eleitoral determinou que quem fizesse mais votos no pleito ficaria com o lema, ocasião em que prevaleceram os dirigentes do PS. Apesar disso, novamente o partido não constituiu bancada e ainda sofreu um duro golpe no ano seguinte, quando foi proscrito pelo governo Pacheco (FERREIRA, 2011; TRULLEN, 2014). Quando da fundação da FA, estava retornando à legalidade[57].

O PCU, por sua vez, surgiu com a adesão do PS à III Internacional, a qual foi impulsionada pela revolução russa e pelo ceticismo quanto à possibilidade de mudança por meio da democracia representativa. Ao longo de sua trajetória sempre esteve diretamente vinculado ao PC da União Soviética, o que foi responsável pelas mudanças de estratégia política que apresentou, algumas de modo drástico e rápido.

---

senador pela FA em 1971. Após o Golpe de 1973, morou na Argentina e na França, onde faleceu. Mais informações, ver: Caula (1989, 1990, 1998).

[56] A União Popular elegeu dois deputados, mas as cadeiras foram ocupadas pelo grupo de Erro.

[57] Mais detalhes sobre a trajetória do PS, ver: Cheroni (1984); Caetano; Rilla (1990).

Foi dirigido por Eugenio Gómez (1892-1973) até 1955, quando Rodney Arismendi (1913-1989)[58] o depôs do cargo sob a acusação de autoritarismo e sectarismo, e estabeleceu uma nova orientação política[59].

Os pequenos grupos de esquerda não vinculados a PCU ou PS contemplam várias organizações. Uma delas é o Grupos de Ação Unificadora (GAU), que havia sido criado em 1969, derivado do Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU), com "importante presencia de militantes católicos y de un grupo de militantes sindicales y estudantiles" (CAPURRO, 2016, p. 18, nota 13). MAPU, por sua vez, formou-se em 1966 e foi ilegalizado em 1967 (REY TRISTÁN, 2005, p. 272). Outro é o Partido Obreiro Revolucionário (POR), que, conforme Rey Tristán (2005, p. 272-273), existia pelo menos desde 1938. Ele também foi proscrito em 1969 e voltou a ser legalizado em 1971. Porém, "no pasó nunca de ser un núcleo reducido y radicalizado de militantes, con no muy buenas relaciones con las principales organizaciones de la izquierda (PCU y PSU)".

Pode-se citar, ainda, o Comitê Executivo Provisório do grupo de cidadãos independentes. Eram apoiadores individuais, caso de intelectuais e de jornalistas que atuavam no semanário Marcha, no qual se destaca Carlos Quijano (1900-1984)[60]. Muitos deles firmaram o manifesto de sete de outubro de 1970 que demandara a formação de uma frente em defesa da democracia e de uma pauta progressista, que percorreram o país divulgando a iniciativa[61].

Dentre as dissidências dos partidos tradicionais, aparece o já comentado PGP (Lista 99), cindido do PC; e mais aqueles oriundos do PN: Movimento *Blanco* Popular e Progressista (MBPP), liderada por Francisco Rodríguez Camusso (1923-

---

[58] Aderiu ao PCU nos anos 1930, tornando-se Secretário geral entre 1955 e 1987. Foi eleito deputado por sete períodos (de 1946 a 1971) e em 1989 foi escolhido senador, mas não tomou posse, pois morreu pouco após o pleito. Durante a ditadura civil-militar foi preso em 1974 e, em seguida, enviado à URSS, onde se exilou. Foi um pensador destacado na literatura comunista internacional, tendo redigido uma larga produção (FERNÁNDEZ, 2004, p. 65-66). Mais detalhes de sua trajetória, ver: Leibner (2011).

[59] Sobre a história entre 1941 e 1973, observar: Leibner (2011). Para uma visão de conjunto até o advento da FA, ver: Cheroni (1984).

[60] Fundador e diretor do influente e respeitado periódico, que funcionou de 1939 a 1974, e tinha como características o teor anti-imperialista, latino-americanista, nacionalista e pró-democracia. Quijano foi jornalista, economista e advogado. Militou no PN, no qual fundou a fração Agrupação Nacionalista Democrata Nacional. Atuou como deputado entre 1929 e 1932, mas rompeu definitivamente com os *blancos* em 1958. Mais informações, ver: Alfaro (1984); Caetano; Rilla (1986); Moraña; Machín (2003); De Sierra (2015).

[61] Tal manifesto é reputado como relevante impulso para a criação da FA e consta em: Declaración... (1971, p. 5-6).

2004)[62]; Movimento Hererrista (Lista 58); Movimento Revolucionário Oriental (MRO), encabeçado por Ariel Collazo (1929-2014)[63]. Este foi fundado em 21 de abril de 1961, tendo se estruturado como partido, mas havia sido proscrito em 1967 e passou a defender a luta armada por meio de uma nova entidade, as Forças Armadas Revolucionárias Orientais (FARO). Voltou a ser legalizado em 1971 (REY TRISTÁN, 2005, p. 274-295; ORERO, 2012).

Pondera-se que nem todos esses setores deixaram seus partidos diretamente para fundarem a FA: MRO havia se desligado dos *blancos* em 1961 e aliou-se a outros parceiros (como FIdeL) em 1962 e em 1966, antes de se vincular à FA.

As entidades relacionadas acima são aquelas que assinam a declaração de fundação da FA[64]. Porém, há dissidências dos partidos tradicionais que não haviam aderido em fevereiro de 1971, mas o fizeram pouco tempo depois. É o caso de: Agrupamento Batllista Pregón "Julio César Grauert" ou simplesmente Movimento Pregón, liderado pela senadora Alba Roballo (1910-1996)[65], e Movimento Integração e Doutrina Batllista, ambos saídos do PC; bem como Pátria e Povo, Ação Popular Nacionalista, separados dos *blancos*.

Outros grupos de esquerda independentes também aderiram pouco tempo após a solenidade de fundação, como: União Popular[66], de Erro; Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT); Organização Nacional dos Independentes; e Movimento 26 de Março[67], braço legal do Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros (MLN-T), então envolvido na luta armada contra o regime[68].

---

[62] Deputado de 1952 a 1962, ele foi eleito senador em 1962, sempre pelo PN. Presidiu a Câmara de Representantes em 1959 e foi ministro em 1963. Rompeu com os *blancos* em 1970. No pós-ditadura, elegeu-se deputado em 1989 pela FA, mas retornou ao PN em 1994 (FERNÁNDEZ, 2004, p. 72).

[63] Foi eleito deputado em 1958 pelo PN, tendo rompido com os *blancos* em março de 1961, quando passou a defender enfaticamente a revolução cubana. Reelegeu-se deputado, agora pelo FIdeL, em 1962 e em 1966. Não conseguiu renovar o mandato em 1971. Logo depois, foi preso e deportado à Espanha, onde militou no Partido Socialista. Retornou ao Uruguai em 1994. Mais detalhes, ver: Collazo (2004).

[64] O documento se encontra reproduzido em: Frente Amplio (1971, p. 25-27).

[65] Escritora e advogada, ela sempre militou no PC. Foi senadora (1958-1972) e a primeira mulher a se tornar ministra (1968, na pasta da Cultura). Concorreu ao Senado pela FA em 1984 e em 1989, sem sucesso (FERNÁNDEZ, 2004, p. 72-73). Mais informações biográficas, ver: Chifflet (1992).

[66] Após o rompimento da coligação com o PS, Erro manteve a denominação UP e a utilizou na eleição de 1966, sem muito sucesso. Mais informações, ver: Caula (1989, 1990); Rey Tristán (2005); Trullen (2014).

[67] Mais informações, ver: Rey Tristán (2005, p. 345-369).

[68] A bibliografia sobre a etapa guerrilheira dos tupamaros é vasta. Sugerem-se, entre tantas opções: Panizza (1990); Aldrighi (2001); Gatto (2004); Labrousse (2009); Lessa (2010). Para uma versão escrita por um dos seus líderes, ver: Huidobro (2006).

Quadro 1 – Instituições vinculadas à Frente Ampla no ano de fundação (1971)

Instituição
Partido Democrata Cristão (PDC)
Partido pelo Governo do Povo (PGP)
Partido Comunista Uruguaio (PCU)
Frente Esquerda de Libertação (FIdeL)
Partido Socialista – Esquerda Nacional
Partido Socialista – Movimento Socialista
Movimento *Blanco* Popular e Progressista (MBPP)
Movimento Hererrista (Lista 58)
Partido Obreiro Revolucionário (POR)
Movimento Revolucionário Oriental (MRO)
Grupos de Ação Unificadora (GAU)
União Popular (UP)
Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT)
Comitê Executivo Provisório do grupo de independentes
Movimento Pregón
Movimento 26 de Março
Movimento Integração
Doutrina Batllista
Ação Popular Nacionalista
Pátria e Povo
Organização Nacional de Independentes

Fonte: ZUBILLAGA (1985, p. 78-79); BAYLEY (2007, p. 16)

Figuram, ainda, alguns cidadãos que, convidados, aderiram sem pertencerem formalmente a qualquer das instituições fundadoras, como: José D'Elia (1916-2007)[69], presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores; Juan José Crottoggini (1908-1996)[70], Victor Licandro (1918-2011)[71] e, principalmente, Líber Seregni[72], quem presidiu e liderou a FA entre 1971 e 1996 e foi candidato à presidência em 1971 e em 1989.

Seregni foi proposto por uma iniciativa de Michelini. Quando o PGP ainda atuava no PC, ele o teria aventado como candidato a presidente de consenso dos

[69] Em 1984, concorreu a Vice-presidente pela FA. Detalhes sobre sua trajetória, ver: Chagas; Trullen (1996).

[70] Médico e professor universitário, ele foi candidato a Vice-presidente pela FA em 1971 e a Presidente em 1984. Outras informações biográficas, ver: Silva (1994); Pou Ferrari (2006).

[71] Militar de carreira, ele exerceu a presidência da Mesa Política da FA, entre 1984 e 1986. Mais detalhes, ver: Bayley (2001).

[72] Tornou-se general em 1961, tendo deixado o exército, em 1968, por discordar das ações autoritárias que conduziram ao Golpe de 1973. Esteve preso durante praticamente todo o período da ditadura, tendo sido libertado em março de 1984. Teve atuação decisiva no processo de transição democrática, mas foi impedido de concorrer à presidência em 1984. Era a grande referência da FA de então, reconhecido também pelos demais partidos e pela opinião pública como um político conciliador. Deixou a presidência da FA em 1996, quando já era desafiado pela liderança de Tabaré Vázquez (1940-). Faleceu poucos meses antes da vitória da legenda na eleição presidencial. Mais detalhes, ver: Barros-Lémez (1989); Blixen (1997); Caetano; Neves (2016); Conteris; Israel (2016).

colorados (ou dos setores que se opunham a Pacheco)[73], baseado na sua antiga vinculação ao batllismo. No contexto da fundação da FA, Michelini o reapresentou como uma possibilidade que agradasse aos diferentes grupos formadores, especialmente por não estar formalmente vinculado a nenhum deles e, assim, poder atuar como *primus inter pares*[74].

Depoimento de Bottinelli, citado por Caetano e Neves (2016, p. 139), elenca mais duas credenciais que fizeram com que o nome de Seregni fosse aceito naquele contexto: ser novo no meio político e general, pois "era clara la idea de que Uruguay necesitaba um militar porque necesitaba de más autoridad [...] todos estaban buscando generales"[75].

Por razões estratégicas, a criação da FA foi antecedida pela Frente do Povo, a aliança entre PGP e PDC, formada em janeiro de 1971[76]. A motivação gira em torno das disputas entre os grupos que se uniriam e a imagem que a associação pretendia passar ao eleitorado:

> mesmo que aceitassem a composição com o Partido Comunista e o FIdeL, alguns dos grupos temiam que se a convocatória partisse da esquerda marxista, se passaria ao eleitorado e também aos partidos majoritários a impressão de que eles estavam subordinados ao comunismo. [...] Colocando de uma maneira simples, o chamado da Frente del Pueblo significava que, ao menos publicamente, eram os comunistas quem teriam de se alinhar e aderir aos demais, e não o contrário (FERREIRA, 2011, p. 251-252).

Ao se lançar publicamente, esta Frente seguiu um espírito de renovação e de união contra o período autoritário em vigor, e conclamou outras forças a aderirem e a somar esforços. Previamente combinadas, as adesões ocorreram logo em seguida e configuraram a Frente Ampla, oficializada no mês seguinte.

Para o estudo, cabe destacar que quem realiza esta tarefa são justamente os dois principais setores não marxistas e que, após muitas idas e vindas, cederam os

---

[73] Morales (2007, p. 94) indica que, desde 1968, quando havia pedido para passar à reserva (o que foi efetivado em abril de 1969), Seregni vinha participando de reuniões em diversos pontos do país, com vistas a unir grupos dispersos do PC vinculados ao batllismo e viabilizar uma alternativa comum para as eleições de 1971. Ver os depoimentos apresentados por Di Candia (1987, p. 136-138) e a declaração do próprio Seregni, fornecida a Barros-Lémez (1989, p. 68).

[74] A condição de pairar acima das partes foi fundamental para que Seregni pudesse ser presidente da FA e se firmar como sua principal liderança. Da mesma forma, ajudou a construir a identidade frente-amplista, da qual ele foi o primeiro representante, o que será abordado na sequência do texto.

[75] Como já indicado, Gestido, eleito presidente em 1966, era general. Em 1971, um dos candidatos lançados pelo PN era o general da reserva, Mario Aguerrondo, de tendência conservadora.

[76] O manifesto de constituição figura em: Frente del Pueblo (1971, p. 11-13).

quadros e as fontes programáticas que formaram o PI. Este é um indício relevante de que as razões que vão produzir o PI são muito antigas e persistiram ao longo do tempo[77].

Para Ferreira (2011, p. 19-20), a ideia da unidade das esquerdas vinha desde 1958 e ela chegou a ser aplicada de alguma forma, mas sem muito sucesso, nas eleições de 1962 e de 1966. No primeiro pleito, PS e PCU não chegaram a um acordo e concorreram separadamente, mas cada um formou a sua coligação. Como indicado anteriormente, o PS se aliou a outros grupos de esquerda, dando origem à União Popular, e o PCU fez o mesmo, criando a FIdeL. No segundo, a coligação FIdeL foi reeditada, pois havia resultado em ganho de votos e de cadeiras para o PCU. O PS desistiu das alianças, após o fracasso da experiência anterior com a UP, além disso, ele estava dividido entre os já comentados dois grupos que disputavam a sigla, Esquerda Nacional e Movimento Socialista (FERREIRA, 2011, cap. 2; BUQUET; DE ARMAS, 2004, p.112-113; REY TRISTÁN, 2005, p. 90-102; BAYLEY, 2012).

Desse modo, a formação da FA é tida por Ferreira (2011) como um ponto de chegada, e não de partida na efetivação de tal propósito. Dois elementos conjunturais contribuíram para que a ideia finalmente vigorasse em 1971: o acirramento da crise econômica, refletida no desgaste político-institucional e na escalada de violência, e o papel jogado pelo PDC como mediador das negociações, que até então tinham sido desenvolvidas exclusivas pelos partidos de orientação marxista. Neste cenário:

> se antes [essa união] se tratava de conquistar o campo político, pouco a pouco a preocupação central – das esquerdas e de alguns setores dos partidos majoritários – passou a ser a própria manutenção desse campo; quer dizer, surge um consenso, tácito em princípio e depois mais explícito, de que o espaço de disputas, tal qual se conhecia, estava ele mesmo em risco [na crise política e econômica que redundará no golpe de 1973]. É nesse momento que diálogos antes impensáveis ou improváveis, como, por exemplo, entre democrata cristãos e marxistas, tornam-se reais. A Frente Ampla, seguindo com esse raciocínio, é o resultado não apenas da ação de grupos que por sua origem ideológica já defendiam a política de frentes, caso do PCU e do PS; mas também da diligência de partidos e setores que não tinham as alianças como parte de seu discurso ou programas, mas que impelidos pela conjuntura, se viram na obrigação de buscar coincidências entre si e, onde estas não existiam, criá-las (FERREIRA, 2011, p. 20).

[77] A aliança entre PGP e PDC prosseguiu para além daquele manifesto. Nas eleições de 1971, novamente com a denominação Frente do Povo, formaram um dos sublemas da FA.

Há autores que destacam a importância determinante da adesão dos setores *blancos* e colorados dissidentes na formação da FA, não só para viabilizar tal iniciativa, mas também para explicar o desempenho que ela obteve na sua disputa de estreia. Myers (1997, p. 81) põe ênfase na participação de Michelini e do PGP para a sobrevivência da FA. Demasi (2006) pondera que a consolidação da ideia de uma "frente ampla" dependeu da adesão das frações cindidas dos partidos tradicionais, pois, se ela ficasse restrita aos partidos esquerdistas, não conseguiria captar um eleitorado mais amplo e que não estava tão claramente vinculado a opções de esquerda.

Demasi (2006) também afirma que, se alguns desses setores progressistas tivessem permanecido nos seus respectivos partidos, estes manteriam a diversificação ideológica e havia o risco de conseguirem captar o voto do eleitor que, apesar de insatisfeito com o rumo que cada um desses partidos estava tomando, era tradicionalmente colorado ou *blanco*, e, por isso, costumava escolher dentre as várias opções que eles ofertavam.

Ao mesmo tempo, a adesão de setores do PN e do PC permitia que a FA pudesse se apresentar como herdeira das tradições desses partidos. Aliás, Alba Roballo o disse claramente, em 1971, quando o Pregón ainda discutia a adesão à FA: "para salvar al batllismo debo irme del batllismo formal. Y que donde yo me vaya me voy con el batllismo" (CHIFFLET, 1992, p. 161).

O autor reforça esta interpretação ao citar um artigo de Oscar Bruschera (1922-1999)[78], publicado em 1968, em Marcha, sintomaticamente intitulado "Que fazer?", na qual ele formula a estratégia para formar a entidade que reuniria os grupos progressistas. A adesão dos partidos de esquerda é a terceira e última fase, pois

> La primera etapa sería que los sectores progresistas de los partidos tradicionales se separaran de sus partidos pero sin renunciar a la tradición del partido. […] Bruschera daba mucha importancia al tema de la tradición, decía: los colorados tienen que separarse del Partido Colorado pero dejando claro que se separan para seguir siendo batllistas y los blancos que se separan del Partido Nacional, tienen que afirmar la tradición antiimperialista y populista del Partido Nacional aquello que fue característico de Herrera (DEMASI, 2006, p. 5).

[78] Jornalista e escritor, ele foi eleito deputado em 1971, pela FA, no sublema Frente do Povo, que reunia PGP e PDC. Era independente, mas estava vinculado ao último, que abriu a lista a cidadãos sem militância no partido (BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS, 2014, p. 1217; ARANA; DESTOUET, 2004, p. 127).

Em perspectiva convergente, Caetano e Neves (2016, p. 316-317) especulam que, se tivesse vigorado a aliança dos setores batllistas contra os apoiadores do governo Pacheco – e que lançaria Seregni como o seu candidato presidencial, como foi referido anteriormente –, provavelmente a FA como se tornou conhecida não existiria. Para eles, a Lista 99 (PGP) e o Movimento Pregón não teriam rompido com o PC, consequentemente o PDC não aceitaria se associar com o PCU quase solitariamente e tampouco o fariam os setores *blancos* que deixaram o PN.

Na visão de Gregory (2009, p. 70-71), os intelectuais tiveram grande importância na unidade da esquerda e, consequentemente, na formação da FA. Afinal, ela foi o ponto culminante de tentativas de abordar a questão da nação como um problema e que vinham sendo formuladas desde os anos 1950. Nessa trajetória, como Gregory (2009, cap. 1 a 3) enfatiza, diferentes intelectuais se engajaram em propostas como ruralismo, União Popular e FIdeL; propuseram o terceirismo; e, claro, refletiram intensamente sobre o país por meio de artigos, produção literária, estudos de cunho histórico e/ou sociológico.

Alonso (2017) se dedica a evidenciar a relevância da formação da Unidade Popular e da vitória desta na eleição presidencial chilena de 1970. A autora destaca que a recepção no Uruguai dessa experiência foi o impulso final que motivou o advento da FA. Isto porque, de um lado, ela confirmava que era viável a uma "frente ampla" de esquerda instalar um governo comprometido com a transformação radical do capitalismo pela via pacífica. E, de outro, porque a ideia da FA mobilizava fundamentalmente os mesmos atores que estiveram envolvidos na vitoriosa Unidade Popular (marxistas, democratas-cristãos e grupos comprometidos com a transformação social). No caso do Uruguai esses atores estavam finalmente dispostos a coordenar esforços no que foi chamado de "unidade sem exclusões", isto é, sem os vetos recíprocos que inviabilizaram a efetivação das diferentes propostas formuladas anteriormente[79].

[79] Ressalvados os pontos de aproximação, as duas experiências apresentavam distinções contextuais não desprezíveis. O cenário uruguaio era de escalada autoritária que punha em xeque a permanência da democracia; o do Chile, apesar da forte polarização, era de normalidade institucional. A FA tinha a adesão formal do PDC e, finalmente, viu PCU e PS atuarem em conjunto. A Unidade Popular, por sua vez, contava com uma dissidência do PDC (MAPU), que, ao lado de outras forças, aderiu à já experimentada coligação entre os partidos comunista e socialista. Além disso, um dos adversários dela no pleito de 1970 foi justamente o PDC, que só a apoiou na votação congressual, ocasião em que, a consolidar a polarização, confrontaram-se um candidato claramente de esquerda e outro de direita, os mais votados pelo eleitorado.

De Sierra (1989, p. 44) destaca que, em seu surgimento, a FA se utilizou de dois instrumentos legais característicos do sistema eleitoral uruguaio – duplo voto simultâneo e acumulação por lema[80] –, para criar um espaço comum que garantisse a identidade de cada setor. Esses mecanismos eram e continuariam a ser objeto de críticas dos diferentes formadores da FA, sob a alegação de terem sido construídos pelos partidos tradicionais para garantir que seus grupos internos pudessem se desenvolver sem inviabilizar que permanecessem nas respectivas legendas[81].

Nessa oportunidade, eles recursos foram utilizados com a finalidade inversa (e inédita até então): associar em um único lema, grupos anteriormente independentes entre si. Todavia, havia um problema a resolver: conforme a legislação vigente (Constituição de 1967, art. 79), para que isto fosse possível, era necessário utilizar um lema permanente (aquele que havia disputado a eleição anterior e conquistado representação), pois lemas acidentais (novos) não poderiam acumular votos (FRANCO, 1984, p. 29). A opção foi utilizar a sigla PDC, pois a outra então disponível era a FIdeL, que enfrentava resistências nas demais correntes e em parte do eleitorado por estar associada aos comunistas.

A estratégia da FA parece confirmar o comentário de González (1993, p. 50): a legislação eleitoral (lei de lemas e DVS, especialmente) efetivamente pode ter sido criada pelos partidos tradicionais para preservar a condição dominante deles, porém, o máximo que ela pode fazer é aumentar os custos de entrada de novos competidores, sem ter como impedir o ingresso e tampouco deter mudanças na orientação do eleitorado.

> Su constitución [da FA] será así resultado de un complejo equilibrio y configuración de fuerzas, el corolario de antecedentes partidarios y extrapartidarios, de una convergencia de estructuras organizacionales y formaciones laxas y personalistas, de fuerzas con implantación social y disciplinas militantes junto a sectores de trayectorias parlamentarias y un pasado de convocatorias ciudadanas que arrimaron al terreno de la izquierda nuevos ingredientes de 'personalización', lo que redundó en la formalización de complejas relaciones 'orgánicas', traducidas en diversos circuitos de decisión y en formas diversas de representación. Todo lo cual perfiló su condición de coalición de partidos, basada en un acuerdo en torno a ciertos objetivos y en el reconocimiento recíproco de los recursos de cada miembro en distintas 'arenas' – institucionales, redes de influencia y capacidad movilizadora (GALLARDO, 1995, p. 113).

[80] Para mais detalhes sobre esses mecanismos, ver nota 3, na Introdução.
[81] O foco principal da crítica se dirigia às múltiplas candidaturas presidenciais, dogma que será confrontado na polêmica ocorrida durante o processo de ruptura do PGP e do PDC (subseção 1.3.3).

Na síntese de Serna (2004, p. 180), a FA surge com um objetivo de denúncia perante a onda crescente de autoritarismo político em fins dos anos 1960, sendo uma alternativa “pacífica”, “eleitoral” de “massas” que, dentro do marco legal da democracia, propõe mudanças estruturais do desenvolvimento nacional com uma orientação anti-imperialista. Em outros termos: ela diverge da alternativa insurrecional e de luta armada liderada especialmente pelos tupamaros e procura promover a mudança “por dentro do sistema”.

Garcé e Yaffé (2014), ao resenhar os princípios básicos da FA em sua primeira fase – que, segundo eles, vai de 1971 a 1984, correspondendo ao “frente-amplismo fundacional” –, enfatizam aspectos que ajudam a identificar as diferenças que se tornarão evidentes no futuro da entidade e que estão presentes na origem do PI.

A primeira é a influência do marxismo nas diversas forças que se unem na FA e, consequentemente, o caráter anticapitalista e a adesão a algum tipo de socialismo presente em quase todas elas. Dado o teor da afirmação, os autores esclarecem que tais características aparecem até mesmo nos setores não marxistas, caso do PDC (GARCÉ; YAFFÉ, 2014, p. 39, nota 12).

A segunda é a necessidade de valorização da “democracia formal”, a preocupação com regras e com procedimentos eleitorais que garantissem a livre disputa entre os partidos. E tal era reivindicado quer porque o contexto de deterioração da democracia e de ampliação do autoritarismo em que a FA surgiu exigia esta postura, quer para atender valores que eram defendidos pelo PDC e pelas correntes oriundas dos partidos tradicionais, as quais consideravam imprescindível o sistema político pluralista. Este não era um sentimento compartilhado pelas correntes marxistas, para as quais a democracia formal era sempre considerada incompleta ou falsa ao ser comparada a uma democracia verdadeira, aquela associada à ampla participação e a formas descentralizadas de exercício do poder popular (GARCÉ; YAFFÉ, 2014, p. 40).

Yaffé (2013, p. 10) concorda com as referências anteriores: a FA surgiu como uma aliança eleitoral assentada em um compromisso político de ação conjunta e em um acordo programático sobre os principais temas da agenda econômica, social e política do país. Ao mesmo tempo, ele pondera que essa aliança convocou à formação de um movimento político propriamente frente-amplista, que superaria os limites da mera soma das partes que a constituíam. Nessa perspectiva, Moreira

(2004) destaca que, ao surgir, a FA era um fenômeno inédito em razão da relação com os movimentos sociais (estudantil[82] e sindical[83]), da capacidade de mobilização e do modelo de estrutura a partir de comitês de base.

Lanzaro (2004, p. 38) chama a atenção que a criação da FA possibilitou à esquerda deixar a marginalidade eleitoral que até então ostentava e ingressar em uma linha de competição política mais efetiva. Sobre esta questão, Rey Tristán (2005, p. 69) informa que:

> a mediados de los años cincuenta, la izquierda uruguaya no era muy diferente a la de otros países del continente: nacida entre fines del siglo XIX y principios del XX en el seno de la inmigración europea, tenía cierta inserción en el movimiento sindical, pero escaso peso a nivel político. […] Su papel en la escena política uruguaya hasta la década de los cuarenta había sido marginal, careciendo de relevancia electoral y restringida prácticamente al movimiento sindical […].

A visão de Lanzaro (2010) é diferente, notadamente porque ele distingue as dimensões eleitoral e política, o que Rey Tristán não faz (ou melhor, restringe nesta passagem o político ao eleitoral). Assim, frisa que, apesar da marginalidade nas urnas, a esquerda tinha importância política no Uruguai, especialmente por causa da penetração no meio sindical, embora ela não revertesse em votos para PCU e/ou PS:

> Ganaron cierta importancia política en la transición democrática que se abre hacia mediados de los años 1930 y especialmente desde los 1940, al convertirse en 'partidos de apoyo' del segundo batllismo, en un cuadro de alianzas o coaliciones 'implícitas'. Intervinieron entonces en la articulación de algunas propuestas estratégicas, como es el caso, tan relevante, de la norma de 1943 que estableció, en el mismo cuerpo legal, los primeros consejos de salarios y el régimen de asignaciones familiares. La participación consecutiva en el segmento de representación corporativa, en los propios consejos de salarios y en la administración tripartita de la seguridad social, proporciona fuentes de poder – subordinadas, pero significativas – que conquistaron sobre todo los comunistas y los socialistas, gracias a sus bases en el movimiento sindical (LANZARO, 2010, p. 237).

---

[82] Mais informações, ver: Markarian (2012).

[83] Como parte do contexto que propiciou o surgimento da FA, em 1965, o movimento sindical se unificou na Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT) e realizou o Congresso do Povo, um encontro político do qual participou uma diversidade de associações da sociedade civil e que produziu um programa de solução para a crise. Para mais detalhes, ver: Ferreira (2011); Cabral (2006).

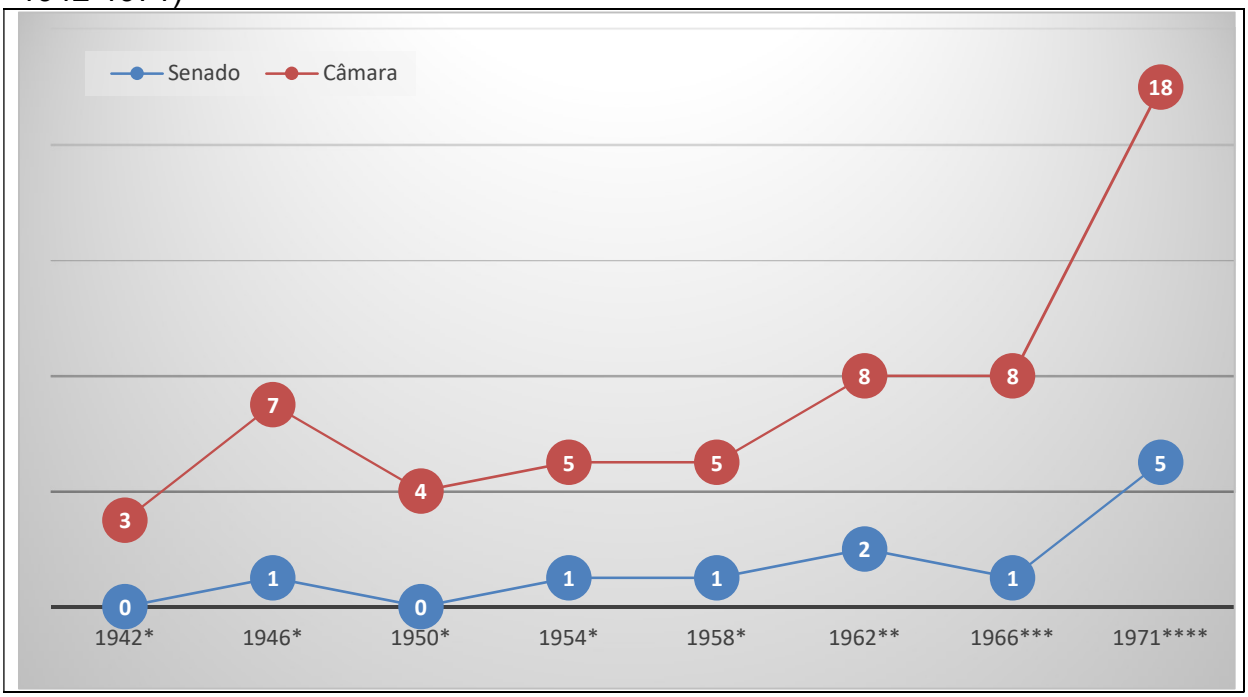
A tabela e o gráfico abaixo procuram dimensionar a representação parlamentar dos partidos de esquerda no Uruguai antes da fundação da FA e após a primeira eleição disputada pela FA[84].

Tabela 1 – Representação parlamentar dos partidos de esquerda (Uruguai, 1942-1971)*

Partido	Câmara								Senado							
	42	46	50	54	58	62	66	71	42	46	50	54	58	62	66	71
PDC						3	3							1	-	
PS[1]	1	2	2	3	3		-		-	-	-	1	1		-	
UP						2	-							-	-	
PCU/FIdeL[2]	2	5	2	2	2	3	5		-	1	-	-	-	1	1	
FA								18								5
Total	**3**	**7**	**4**	**5**	**5**	**8**	**8**	**18**	**0**	**1**	**0**	**1**	**1**	**2**	**1**	**5**

Fonte: BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014)
* O traço indica que não foi obtida cadeira. A marca em cinza, que não disputou o pleito.
1 – Em 1962 concorreu como parte da União Popular (UP).
2 – Em 1962 e em 1966, o PCU concorreu como líder da coligação FIdeL.

Gráfico 3 – Representação parlamentar obtida pelos partidos de esquerda (Uruguai, 1942-1971)



Fonte: BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014)
* PS e PCU; ** FIdeL, UP e PDC; *** FIdeL, PDC; **** FA.

[84] O PDC foi incluído no campo da esquerda em 1962, a exemplo do que fizeram Cardarello e Guerrini (2004, p. 324), mas em contrariedade à decisão de Buquet e De Armas (2004, p. 114). Estes afirmam não ser evidente que o PDC deva ser assim considerado neste pleito, quer porque a transformação programática ainda não havia se completado, quer porque vários dos líderes conservadores continuaram no partido.

Apesar das diferenças de interpretação, Lanzaro (2004) e Rey Tristán (2005) concordam que os partidos de esquerda tinham pouca relevância eleitoral, como o demonstram a tabela e o gráfico apresentados acima. Até a formação da FA, quando estava dividida em diferentes partidos ou coligações – 1966 é o melhor exemplo, pois havia quatro opções (PS, FIdeL, UP e PDC) –, ela não passou de oito cadeiras de deputado e duas de senador.

Os dados também indicam o espaço que ela passou a ocupar em 1971, ocasião em que houve uma única alternativa eleitoral. Pode-se constatar que o crescimento é muito maior do que a mera soma da representação obtida nos pleitos anteriores[85], a indicar que a reunião de forças em torno da FA deu origem a uma opção política diferenciada em comparação às existentes até então.

O impacto não ocorreu apenas no campo da esquerda. Desde a sua disputa de estreia, em 1971, ao somar 18,3% dos votos na eleição presidencial e ficar em segundo lugar na capital Montevidéu, a FA rompeu com o bipartidarismo historicamente registrado no Uruguai e se apresentou como uma terceira força relevante, que elegeu cinco senadores e 18 deputados, desempenho que nenhum partido alheio aos tradicionais já havia alcançado.

Como pondera Gonzalez (1993, p. 28), *blancos* e colorados somavam quase 90% dos votos até aquele momento e, desde 1958, vinham se alternando no poder, o que define um sistema bipartidário, no qual os diversos partidos menores, que controlavam os 10% restantes, nunca participaram de coalizões e nem foram convidados a fazê-lo. No máximo, um ou outro membro dos demais partidos ocupava algum ministério, como ocorria com a União Cívica.

No pleito de 1971, configurou-se o modelo de “dois partidos e meio”, em que a FA era o “meio” (GONZÁLEZ, 1993, p. 87). Para tornar mais evidente esta afirmação: o Número Efetivo de Partidos eleitorais (NEPe) do período 1958-1966 foi de 2,5-2,4, quando havia União Cívica-PDC, PS e PCU ao lado dos tradicionais, tendo passado a 2,8 em 1971 e a 3,0 em 1984, já com a FA (BUQUET, 2005a, p. 23).

Ao mesmo tempo, este desempenho da FA impossibilitava que PC ou PN alcançassem isoladamente a maioria no parlamento e os empurraria, a partir da

[85] Na comparação com o desempenho obtido em 1966, todos os partidos que compuseram a FA tiveram ganho eleitoral, com exceção do PGP e que, não por coincidência, naquela oportunidade havia concorrido como parte do PC (GALLARDO, 1995, p. 113).

redemocratização dos anos 1980, a experimentar governos formalmente de coalizão ou a negociar apoios com setores do partido rival, o que configura, segundo Lanzaro (2001a), o presidencialismo pluralista que caracterizava o sistema político uruguaio[86].

1.3.2 Reorganização da FA

O Golpe de 1973 e a ditadura civil-militar[87], com a consequente interrupção das eleições e das atividades legais dos partidos que compunham a FA, congelou a perspectiva de, a partir de então, ocorrer um crescimento da esquerda unificada no Uruguai.

A ilegalização não ocorreu de imediato, embora eles tenham sido prontamente reprimidos. Em novembro de 1973, as entidades marxistas (como PCU, PS, 26M, MRO, POR, GAU, UP) foram proscritas (MARTÍNEZ, 2005, p. 27). Os fundadores da FA não marxistas continuaram legalizados, como PDC, PGP, MBPP e Pregón, pois não eram vistos como inimigos prioritários, mas as suas atividades estavam suspensas. Contudo, em 1976, eles foram inviabilizados em razão da proscrição da maioria dos políticos, inclusive os dos partidos tradicionais (CAPURRO, 2016, p. 22-23).

Mais do que isto, com a prisão, o desaparecimento, o assassinato e o exílio da ampla maioria das lideranças dos seus grupos e dos seus partidos formadores[88], alguns pesquisadores questionam se se pode falar em continuidade da FA durante a ditadura. Este é o caso de Demasi (2009, p. 72), que argumenta:

> […] los grupos que lo integraban se encontraban en una disyuntiva de difícil resolución. Para estos era importante preservar su identidad como grupo político, por lo que la reivindicación de la pertenencia al Frente Amplio podía generar confusión; por otra parte, los mecanismos de toma de decisiones

[86] Esta situação não era propriamente novidade. Além dos dois períodos de governo colegiado (1918-1933 e 1952-1966), correntes internas do PN participaram de diversos governos colorados e apoiaram a fração majoritária (MIERES, 1994b, p. 4), como ocorreu com: “acuerdo nacional”, no governo de Bordaberry (1972-1975); “entonación nacional”, no de Sanguinetti (1985-1990) e “coincidencia nacional”, no de Lacalle (1990-1995). E há aqueles governos formalmente de coalizão, que englobavam o conjunto dos dois partidos, como os de Sanguinetti (1995-2000) e de Batlle (2000-2005). Mais detalhes, ver: Chasquetti (1997-1998); Pellúas et al. (2000).

[87] A bibliografia sobre o tema tem crescido em quantidade e qualidade, abordando diversos aspectos da questão. Para visões panorâmicas, ver: González (1985); Caetano; Rilla (1987); Marchesi et al. (2003); Demasi et al. (2009).

[88] Dentre as principais lideranças, permaneceram no Uruguai e em liberdade tão somente Juan Pablo Terra (PDC) e Hugo Batalla (PGP).

> del Frente Amplio implicaban largos procesos de discusión interna que eran imposibles de realizar dentro del país […].

De modo convergente, Bielous (1994, p. 37) relata que, no período 1976-1980, é difícil distinguir entre a atividade frente-amplista e a de seus grupos constituintes, pois, em decorrência da repressão, a entidade tinha presença política muito discreta.

Nesses anos, com a prisão de Seregni, a Mesa Executiva da FA foi coordenada clandestinamente por Crottogini, que concorrera a Vice-presidente de em 1971 e substituiria Seregni como candidato presidencial em 1984.

> En este periodo, las formas débilmente estructuradas de la izquierda partidaria se destacaron por su esfuerzo para mantener actividades de información, de propaganda y de apoyo a los perseguidos y a los familiares de presos y desaparecidos, en condiciones de ilegalidad y represión. Estas acciones de escasa proyección en la vida política lograron tener incidencia en la opinión pública nacional e internacional (BIELOUS, 1994, p. 37).

Ao menos um importante partido fundador, o PDC, deixou formalmente de participar da FA e abandonou a Mesa Executiva que atuava na clandestinidade, o que será objeto de informações mais detalhadas na sequência.

Os relatos de Markarian (2006) e de Demasi (2009, p. 74-78) mostram que os dirigentes e os militantes que estavam exilados alternaram entre a formação de associações que indicavam o abandono da FA, considerada uma estratégia superada pelos acontecimentos, e a intenção de reforçar os vínculos frente-amplistas.

Um exemplo da primeira tendência é a União Artiguista de Libertação Nacional (UAL), criada em Buenos Aires, em 1974, por iniciativa de Erro, com a participação de Michelini, GAU, ex-membros do MLN-Tupamaros e de representantes dos partidos tradicionais[89].

Nem todos os participantes da entidade a viam como uma organização pós-FA. Contudo, como informa Markarian (2004, p. 89; 2006, p. 61), este era o caso de Erro, especialmente por suas divergências com o PCU e seus aliados. Ele era uma das lideranças que considerava a experiência da FA encerrada, pois se opunha a qualquer tentativa de negociar com os militares e apoiava a confrontação global com a ditadura que determinasse a tomada do poder pelo povo. Em 1977, em uma

[89] Mais detalhes sobre a UAL, ver: Caula (1990, p. 111-141); Markarian (2006, p. 61-64).

reunião com outras lideranças da FA exiladas, ocorrida no México, ele afirmou: “a tempos históricos diferentes, soluciones distintas. Y sigo creyendo que el Uruguay de 1977 no es el de 1971” (BAYLEY, 2007, p. 99). Aliás, apesar de ter aderido à FA em 1971, Erro era reticente em relação à estratégia frente-amplista desde o início, como indica Caula (1989, p. 351-352).

O encontro realizado no México citado acima é outro exemplo de iniciativas que indicavam o pós-frente-amplismo. Conforme Markarian (2006, p. 106), o evento foi organizado para unir exilados de esquerda, tendo por mote o quarto aniversário do golpe. Um dos resultados foi a formação do que a autora chamou de “acordo do México”, do qual participaram: Erro; Hugo Cores (1937-2006), do PVP[90]; Enrique Rodríguez (1910-1990)[91], do PCU; e José Diaz (1932-)[92], do PS. Foi proposta a formação de uma frente antiditatorial contra a prisão política, a tortura, o sequestro e qualquer outra prática que restringisse a liberdade democrática e sindical. Porém, a iniciativa não se institucionalizou, tendo permanecido como uma opção desejável apenas para Erro e para o PVP, que jamais pertencera à FA.

Ilustra a segunda orientação, a favorável à continuidade da FA, a formação do Comitê Coordenador da Frente Ampla no Exterior (FAE), ocorrida em outubro de 1977. Com sede na Espanha, a organização contava com o apoio da Mesa Política da FA, clandestina no Uruguai.

Bayley (2007, p. 86-94) relata que houve um encontro prévio, em março de 1977, no qual surgiu a iniciativa da criação da FAE. Participaram do evento: Rodney Arismendi, representantes do PCU; José Diaz, do PS; Hugo Villar (1925-2014), candidato a Intendente de Montevidéu pela FA; Oscar Maggiolo (1920-1980), ex-

[90] Sigla de Partido pela Vitória do Povo. Foi fundado em 1976, em Buenos Aires, como corrente anarquista. Ele é derivado da Federação Anarquista do Uruguai (FAU) e suas raízes estão na Resistência Obreira Estudantil (ROE) e na Organização Popular Revolucionária 33 (OPR-33), braços armados dos anarquistas. Em 1984, votou com a Esquerda Democrática Independente (IDI, sigla em espanhol). Em 1989, foi uma das fundadoras do Movimento de Participação Popular (MPP), com o qual rompeu em 1994 (FERNÁNDEZ, 2017, p. 196). Sobre FAU, ROE e OPR-33, ver: Rey Tristán (2005, cap. 4). Sobre a biografia de Hugo Cores, ver: Trías (2008).

[91] Sapateiro, ele se tornou líder sindical e uma das lideranças do PCU. Foi eleito deputado em 1946 e senador em 1962 (pela FIdeL), reelegendo-se em 1966, novamente pela FIdeL, e em 1971, já pela FA. Após o Golpe, exilou-se em Praga, retornando ao Uruguai em 1984. Mais detalhes, ver: Beck (20 oct. 2013).

[92] Advogado, ele foi fundador da FA. Durante o período ditatorial exilou-se na Argentina e, depois, na Espanha. Foi eleito deputado em 1984 e em 1989. Atuou como Ministro do Interior entre 2005 e 2007, no primeiro governo Vázquez (FÉRNANDEZ, 2004, p. 86).

reitor da Udelar, e até um militante do PDC (Jorge Ornstein), embora a título pessoal, pois o partido não integrava a FA naquele momento[93].

A criação se efetivou em um segundo encontro do grupo, com a participação de José Pedro Cardoso (1903-1997)[94], do PS, que trouxe o posicionamento favorável à iniciativa da Mesa Política da FA.

A FAE teve uma grande importância na manutenção da FA, pois reafirmava os princípios e os compromissos que a moviam ao ser fundada e, como indica a sua denominação, dizia ser a expressão da FA no exterior, especialmente diante das difíceis condições que esta vivenciava no país. Ela também evidenciava que havia uma única direção frente-amplista, aquele existente no Uruguai, ou seja, reconhecia e prestigiava a liderança de Seregni (BAYLEY, 2007, p. 105-106).

A intenção da FAE era identificar as lideranças dos grupos da FA que estavam exiladas, reaproximá-las do ideário frente-amplista, que era visto como um projeto permanente e que não havia sido superado pela conjuntura ditatorial. Ela teve êxito na missão: conforme relato de Hugo Villar, ao longo do tempo, houve a aproximação com Ariel Colazzo, MRO, PGP (ainda impactado pelo assassinato de sua principal referência, Zelmar Michelini) mais GAU, POR e MBPP. Foram formados 50 comitês em 29 países e quatro continentes (América, África, Europa e Oceania), a indicar a diáspora que a repressão da ditadura havia produzido (BAYLEY, 2007, p. 107-109).

Esses comitês ajudavam a unir os exilados e também cumpriam uma missão simbólica, pois resgatavam a experiência movimentista da FA e seus comitês de base, a marca distintiva que ela apresentara em seus primeiros tempos. No entanto, conforme Markarian (2006, p. 112-113), tal experiência era mais forte para os exilados independentes. Aqueles com clara vinculação partidária tendiam a prestar mais atenção a seus próprios grupos, especialmente os militantes de PCU e PS.

Quando do processo de redemocratização[95], a continuidade da participação na FA (e consequentemente a validade da manutenção dela como alternativa

[93] Seregni declarou que o PDC adotou medidas disciplinares contra Ornstein por ter participado dessa reunião, apesar de ele ter esclarecido na oportunidade que não atuava como representante do partido (BARROS-LÉMEZ, 1989, p. 130).
[94] Psiquiatra, ele atuou como dirigente do PS por mais de 60 anos. Foi deputado entre 1938 e 1955, tornando-se a seguir senador até 1963. Voltou ao Senado em 1984 (FERNÁNDEZ, 2004, p. 73). Mais detalhes biográficos, ver: Blixen (1991).
[95] González (1985) a chama de “transição democrática”, seguindo a terminologia utilizada por extensa literatura internacional sobre o tema. Ela corresponde à terceira fase do período ditatorial, sendo antecedida pelo momento comissarial, que vai de 1973 a 1976, e pela fase do ensaio fundacional,

política) esteve na pauta de discussão de seus membros, notadamente nas de PGP e PDC.

No caso do PGP, a narrativa de Bottinelli (11 dic. 1997) indica que se formou uma corrente de opinião interna – não formalizada como fração nos termos em que é entendida no sistema político do país – que pretendia que ele se desligasse da FA, pois tinha uma série de restrições à estratégia frentista.

Tal distinção teve oportunidade de aflorar mais explicitamente na eleição de 1982 para os membros das convenções partidárias, que seriam responsáveis por indicar as respectivas diretorias e que representava o primeiro passo efetivo para a reorganização oficial dos partidos. O pleito era parte do que Lanzaro (2013, p. 251) denominou como uma "transição com partidos"[96].

No entanto, a FA não estava autorizada a participar. Seriam eleitas apenas as autoridades de PN, PC e União Cívica, únicos partidos que passariam a funcionar legalmente. Na prática, era uma eleição semelhante às internas abertas que foram instituídas após a reforma Constitucional de 1996: a participação era obrigatória para os partidos autorizados, a votação ocorreu em um único dia e era "aberta" para eleitor, que poderia votar na legenda que desejasse. Tecnicamente, não se tratava de uma disputa entre partidos, e sim de disputas intrapartidárias simultâneas, na qual estavam envolvidos os setores que compunham cada legenda em busca da obtenção do maior número possível de postos diretivos.

A eleição contou com o comparecimento de 60% do eleitorado apto, embora o voto fosse facultativo, o que foi considerado uma participação elevada e que legitimou amplamente as instituições partidárias, especialmente as frações contrárias ao regime, que foram as vencedoras tanto no PN quanto no PC. A interpretação corrente é de que, assim como no plebiscito de 1980[97], a ditadura civil-militar saiu derrotada deste episódio.

---

que transcorre de 1976 a 1980. Caetano e Rilla (1987) concordam com a divisão, mas denominam a última fase de "ditadura transicional". Ela se inicia em 1980, com a derrota no plebiscito constitucional – a ser explicado na nota 97 deste capítulo – e se encerra formalmente com a eleição de 1984.

[96] Para uma análise realizada concomitantemente às eleições internas, ver: De Sierra (1985b). Outra análise quase contemporânea ao processo é a de Corlazzoli (1984).

[97] Ele girava em torno de um projeto de Constituição elaborado pelos militares e que institucionalizaria o regime. O projeto foi rejeitado por 57,2% dos eleitores e praticamente inviabilizou a continuidade do regime, embora os militares tenham deixado o poder apenas em 1985. Ainda que sob severa vigilância, o evento permitiu que fosse retomada a discussão política, inclusive com debate na televisão. Os partidos tradicionais tiveram relevante participação na campanha pelo "não", especialmente os seus setores mais progressistas, pois grupos internos minoritários colaboravam com o regime e defenderam o "sim". Mais informações, ver: Corbo (2006).

A orientação sobre o posicionamento que a FA deveria adotar nesta eleição foi encaminhada desde a prisão por Seregni, sendo corroborada pela Mesa Executiva. Como a FA estava impedida de participar, ele defendeu o voto em branco como forma de marcar a opção frente-amplista, ao invés de outra alternativa, que era a de apoiar os setores mais progressistas dos partidos tradicionais. Como argumentou em carta datada de 1º de julho de 1982, "la indicación de votar a los sectores más progressistas de los partidos autorizados se traduciría en división y disociación del Pueblo frenteamplista, amenazando la propia existência del Frente Amplio" (BAYLEY, 2007, p. 179).

O voto em branco alcançou 6,8% do total de emitidos. Embora estivesse bem abaixo dos 18,3% obtidos pelo partido em 1971, "la cifra fue lo suficientemente alta como para fortalecer la identidad frentista después de tantos años de persecución y ostracismo" (CARDERELLO; CASTIGLIA; LORENZONI, 2015, p. 13).

A decisão mereceu críticas à época e em avaliações posteriores. Uma delas é a de Bruschera (1986, p. 135), que a considerou uma adesão ao propósito de obter presença política para a FA, mas não a de ocupar espaços com vistas a derrubar a ditadura e a modificar a estrutura nacional. Argumentou que a decisão contrariava a tradição pró-votação do eleitorado e, finalmente, que não produziu os efeitos pretendidos, já que ele considerava a votação em branco escassa e incapaz de refletir o peso político da FA. Ele inclui esta decisão em um conjunto de erros cometidos pela direção do partido no contexto da transição – como a participação no Pacto do Clube Naval[98] e a aceitação de eleições em 1984 com exclusões –, os quais apontavam, em conjunto, para a substituição da fórmula "mobilização, unidade e intransigência" pela de "mobilização, concertação e negociação" que "en realidad era: posibilismo, negociación y electorialismo" (BRUSCHERA, 1986, p. 161).

Em concepção divergente, Caetano e Neves (2016, p. 226-228; 354-358) reputam a orientação pelo voto em branco como essencial para a manutenção da FA, especialmente porque firmou a manutenção dos setores que a constituíam e marcou o afastamento em relação ao líder *blanco* Wilson Ferreira (1919-1988)[99], que

[98] A ser explicado na sequência.

[99] Principal nome do PN dos anos 1960 até sua morte. Candidato a Presidente mais votado em 1971, foi derrotado pela soma de candidaturas do PC. Empreendeu forte oposição à escalada autoritária que redundou no Golpe de 1973 e, quando este foi dado, exilou-se. Em 1984, comandou a não participação do PN nas negociações do Clube Naval, que puseram fim ao governo militar, por não concordar com os termos em que elas se davam. Era o nome dos partidos tradicionais mais identificado com o combate à ditadura. Foi impedido pelos militares de concorrer à presidência em

procurava articular uma frente pró-democracia e a favor de mudanças sociais e econômicas que reuniria os progressistas do PN e as correntes de esquerda.

Os autores narram as articulações bem-sucedidas de Seregni para demover o PCU (em especial o secretário geral Rodney Arismendi) de sua posição favorável ao voto nos setores progressistas dos partidos tradicionais, notadamente aquele liderado por Ferreira[100]. Sobre esta questão, Markarian (2006, p. 154) destaca a preocupação de Seregni de afastar os grupos formadores da FA de Wilson Ferreira, pois ele considerava que tal vinculação ameaçava a continuidade da FA após o final da ditadura.

A preocupação era procedente porque, nesse período, o PCU, que era o mais forte dentre os componentes da FA, havia se aproximado da Convergência Democrática do Uruguai (CDU), uma instituição extrapartidária, formada por exilados uruguaios em 1980, no México.

A CDU era liderada por Juan Raúl Ferreira (1953-), filho de Wilson, e lutava pela redemocratização do país. Nas eleições de 1982, defendeu o voto nas frações contrárias ao regime civil-militar. Automaticamente, ela propunha o voto no wilsonismo, ainda que não o dissesse e não excluísse outras correntes, inclusive do PC. Outro dos objetivos da organização era servir de base à formação de um acordo entre forças progressista em torno da futura candidatura presidencial de Wilson Ferreira, outra razão pela qual colidia com a ideia dos que pretendiam manter a FA.

A CDU se autoextinguiu em 1984, sob a alegação de que, com o retorno dos exilados e a retomada das eleições, seu objetivo principal estava contemplado. Contudo, ela não conseguiu viabilizar o objetivo secundário de formar uma aliança de centro-esquerda e tampouco que ela apoiasse a candidatura de Wilson, que foi impedida pelos militares[101].

Markarian (2006, p. 162) afirma que, no contexto da retomada das eleições, a CDU se tornou um entrave para o próprio Wilson, pois o conjunto de aliados (os da esquerda, em especial) não correspondia à configuração eleitoral e já estava

---

1984. Retornou do exílio sem autorização ainda naquele ano, sendo imediatamente preso. Foi libertado somente após a realização da votação (BIOGRAFÍA..., 11 abr. 2011).

[100] Segundo Markarian (2006, p. 154-155), o outro pilar principal da FA, o PS, também era inicialmente favorável ao voto no setor wilsoniano dos *blancos*, enquanto Erro e PVP se posicionaram sempre pela abstenção ou pelo voto em branco.

[101] Mais detalhes, ver: CDU (1984).

cumprida a “missão”, que era a de exercer pressão internacional em uma época em que quase não havia atividade política dentro do país[102].

Contudo, a alternativa do voto em branco que era proposta pela FA não foi seguida pelo PGP, que decidiu não definir posição e dar liberdade de ação a seus membros. Assim, o líder Batalla seguiu a indicação da FA, mas muitos participantes preferiram apoiar as frações mais progressistas do PC, como Batllismo Unido ou Liberdade e Mudança, que eram lideradas por, respectivamente, Julio María Sanguinetti (1936-) e Enrique Tarigo (1927-2002)[103]. Naquele contexto, de certa forma, as antigas raízes batllistas se fizeram presentes, mais uma vez.

A discordância do PGP não deve ser hipervalorizada. Diante das incertezas naquele período sobre qual seria a decisão mais proveitosa para superar a ditadura e fortalecer a FA, lideranças e eleitores claramente identificados como frente-amplistas também se dividiram entre seguir a orientação de Seregni ou votar nas opções mais progressistas do PN e do PC, sem que isso significasse, por si só, ruptura com a FA.

Frente à ausência de pesquisas que permitam dimensionar a intensidade desse fenômeno, ele pode ser estimado por indicadores indiretos. Um deles informa que mais de 50% da votação do setor wilsoniano se deu em Montevidéu, a apontar que uma parcela significativa do eleitorado frente-amplista o escolheu (DI GIORGI, 2013, p. 65, nota 20). Em 1971 e em 1984, este setor fez aproximadamente 40% dos seus votos na capital (URUGUAI. CORTE ELECTORAL, 2017a; 2017b). Outro revela que 9% dos eleitores que, em 1982, votaram no PC e 21% dos que votaram no PN declararam a intenção de votar na FA em 1984 (RAMA, 1989, p. 210, nota 131).

Ainda assim, o episódio serve como indício da existência de fissuras na relação do PGP com a FA, especialmente se for considerado que, poucos anos depois, em 1989, houve o rompimento e, passado mais algum tempo, a aliança com o PC (1994). O depoimento de Yamandú Fau (1945-)[104] a deixa muito explícita:

---

[102] A visão de Seregni sobre a CDU está na entrevista concedida a Barros-Lémez (1989, p. 133-136).
[103] Em 1984, eles foram eleitos, nessa ordem, Presidente e Vice-presidente da República
[104] Um dos fundadores da Lista 99, em 1962, e que acompanhou o grupo em sua vinculação à FA (1971-1989), ao NE (1989-1994) e ao PC (a partir de 1994), tendo atuado como deputado desde 1984 e se elegido senador em 1999. Também foi ministro no segundo governo Sanguinetti e no de Jorge Batlle. Ele sempre formou parte do grupo que tinha restrições à participação na FA e, após a morte de Batalla, tornou-se o principal nome do PGP (GARCÍA, 2016).

> la primera manifestación de fractura se da en las elecciones internas del '82. Ahí, en la 99, se dan claramente dos corrientes, de los que querían respetar la voluntad de Seregni de votar en blanco y de los que pensábamos que la oportunidad era excelente para, sin integramos a los partidos, fortalecer las corrientes democráticas (FAU apud NIETO, 2007, p. 81).

No caso do PDC, o questionamento sobre a continuidade da adesão (ou a determinação de uma nova adesão) à FA foi mais intenso, em razão da peculiar situação do partido. Pérez Antón (1987, p. 36-39) expõe que, durante a ditadura, o partido considerou que a FA estava em "recesso" e que as circunstâncias que haviam motivado a sua criação – ser um movimento político-eleitoral de defesa da ordem democrática – tinham se modificado.

Capurro (2016, p. 44-47) informa que essa foi uma decisão tomada pelos principais dirigentes do partido entre dezembro de 1973 e fevereiro de 1974. Porém, traz indícios de que não houve um afastamento completo do PDC e de que este não acreditava que o projeto frente-amplista estivesse definitivamente acabado, reputando a manutenção de alguns laços por causa da lealdade a Seregni. Desse modo, em setembro de 1974, o partido encaminhou uma carta a Crottogini, que exercia provisoriamente a presidência da FA, na qual respondeu negativamente à demanda do PCU para que a Mesa Executiva se reunisse. A recusa confirma que, para o PDC, a entidade estava em recesso, mas a disposição de dar uma resposta, ainda que negativa, indica que ele ainda se sentia parte dela.

Em fevereiro de 1982, por ocasião da convocação das eleições dos convencionais que participariam da reorganização dos partidos, o PDC reivindicou formalmente ser incluído na relação daqueles que poderiam participar do pleito. Além de afirmar não ter sido proscrito ou dissolvido, o que, na sua ótica, tornava-o apto a retomar as atividades, ele criticou a habilitação da União Cívica, pois "recibe gratuitamente una existencia que no tenía y um nombre que no le pertenece"[105] (PDC, 2016a, p. 158). O PS também teria apresentado demanda semelhante, mas não houve mudança no posicionamento do governo (CAPURRO, 2016, p. 50).

Diante dessa situação, o PDC defendeu o voto em branco nas eleições de 1982, tendo se engajado na campanha em prol desse posicionamento. Como visto,

[105] A crítica é dirigida à União Cívica não só pela situação distinta dela em relação aos partidos tradicionais, mas também pelos vínculos históricos que a uniam ao PDC e pelas diferenças programáticas existentes entre essas duas instituições de inspiração católica. Corlazzoli (1984, p. 222, 229-230) afirma que o status de ser o terceiro partido legalizado (o único além dos tradicionais) é resultado da vontade dos militares de suplantar o PDC e, também, de criar uma imagem de pluralismo mais amplo.

o posicionamento era coincidente com o de Seregni e o da Mesa da FA. Aparentemente, cada entidade tomou a sua decisão de modo independente, embora o PDC conhecesse as cartas de Seregni em que ele conclamava tal alternativa, membros do partido o visitassem na cadeia ou tivessem acesso a informações e ao posicionamento político que ele defendia por meio da esposa, Lilí (CAPURRO, 2016, p. 55).

A convergência de posicionamento ajudou no processo de reaproximação do PDC com a FA. Inclusive, a Comissão Nacional de Cidadãos pelo Voto em Branco, criada por iniciativa do PDC, contava com representantes de antigos parceiros frente-amplistas, como PS e PGP[106] (CAPURRO, 2016, p. 52-55).

Passado este episódio, a expectativa do término da ditadura colocou na pauta de discussões do PDC o caminho a seguir na nova conjuntura. Havia três propostas: reincorporar-se à FA; atuar como partido autônomo; e construir outra alternativa política que reunisse forças de esquerda, mas sem a participação de organizações marxistas[107].

Ao final de 1983, em uma reunião da Junta Nacional Ampliada, foi aprovado o encaminhamento da moção de incorporação à FA e, ao mesmo tempo, foi apresentada a intenção de propor a reformulação da Frente com vistas a ações futuras[108]. Em fevereiro de 1984, a Convenção Nacional do partido ratificou a decisão por 75 votos a 30. Na resolução em que expressa essa decisão, o PDC enfatiza um dos pontos que motivaria a ruptura registrada em 1989: a manutenção da FA como uma coalizão (PDC, 2016b, p. 190-191).

Descontentes com a decisão, vários diretores renunciaram, em especial Juan Pablo Terra, principal referência da legenda (CAPURRO, 2016, p. 63; MARTÍNEZ, 2005, p. 209). Com a vacância, a presidência passou a ser exercida por Juan Young (1942-2006)[109]. Em depoimento, realizado alguns anos após estes acontecimentos, Terra apontou as suas razões:

> yo estaba convencido que había que volver a articular espacios grandes; volver a articular cosas como el ferreirismo[110], como los sectores con más

[106] A Comissão sofreu com a repressão: seus membros foram presos no dia seguinte ao da instalação.
[107] Como será discutido na continuidade do texto, a última é aquela que, em essência, o PI efetiva.
[108] Mieres é uma das lideranças do PDC que assina este documento.
[109] Ele será um dos fundadores do PI.
[110] Referência ao líder *blanco* Wilson Ferreira. Se no período de redemocratização, ele era visto como uma alternativa política progressista, perdeu parte significativa dessa "aura" em 1986 ao acordar com

> sentido social del Partido Colorado, en una articulación mucho más flexible, y no encerrar ese frente en un movimiento manejado por sus bases, imponiendo desde los aparatos triunfantes en la base la dirección, cosa que termina erosionando a los partidos (HARNECKER, 1991, t. II, p. 47-48)[111].

Rilla (2013, p. 470) comenta o posicionamento político de Terra no final dos anos 1960 e início dos 1970, o qual pode ajudar a compreender as razões de sua posição anti-FA na redemocratização – e que, enfatiza-se mais uma vez, são bastante próximas das que o PI apresentará ao longo de sua trajetória.

Apesar de ter sido um dos proponentes da criação da Frente, Terra a pensava como uma alternativa antigoverno Pacheco e também antiguerrilha, capaz de garantir a manutenção da democracia em uma alternativa reformista de esquerda, mas não como uma opção revolucionária marxista-leninista. Ou seja, a mudança deveria ocorrer com a preservação da institucionalidade democrática, bem maior a ser preservado. Nesse caso, ele enfrentava posicionamentos majoritariamente mais radicais em prol da mudança social do que o seu no interior do próprio PDC, ainda mais no conjunto da própria FA. Na visão de Terra, o mesmo cenário poderia se repetir no pós-ditadura.

Em síntese: pode-se dizer que, apesar de idas e vindas, dos graus variados de intensidade com que foram experimentados, os impasses da FA com PGP e PDC foram superados. Ao término do período ditatorial, as principais correntes fundadoras estavam novamente a ela vinculadas, o que mereceu comentário de Seregni: “[...] suponía otra vez recomponer el sistema de fuerzas del día de su creación […] era una de las grandes preocupaciones que teníamos" (SEMANARIO AQUÍ, 24 abr. 1984 apud NIETO, 2007, p. 20, nota 74). Pode-se ir além: grupos criados após o advento da FA, como PVP, também a ela se vincularam no contexto de redemocratização, pois seus membros, de origem anarquista, não haviam aderido no período 1971-1973.

Em paralelo a tais discussões de caráter interno e que envolviam a sua própria continuidade, a FA aceitou participar das negociações do Clube Naval, que reunia os militares e os demais partidos (PC e União Cívica, pois PN se recusou a compor a mesa de discussões) em torno do fim da ditadura. O rompimento do PN levou a que a FA fosse convidada para as negociações, com vistas a dar

---

o PC a aprovação da “ley de caducidad de la pretensión punitiva del Estado” (ou, simplesmente “ley de caducidad”), que anistiou os crimes cometidos por agentes do Estado (militares e policiais) durante a ditadura.

[111] O argumento é semelhante ao utilizado quando da formação do NE e, posteriormente, do PI.

legitimidade e amplitude ao acordo. Caso contrário, ele seria realizado com a participação apenas do PC e da pequena União Cívica.

A confirmar que a ideia inicial dos militares não era incluir a FA estão os fatos de ela estar ilegalizada, de não ter participado do processo eleitoral de 1982 e tampouco das negociações fracassadas do Parque Hotel, ocorridas em 1983, da qual participaram União Cívica, PC e *blancos*.

Na visão de Myers (1997, 182) e de Crespo (2002, p. 82), o chamamento da FA se tornou relevante também porque isolaria a posição intransigente do PN, liderada por Wilson Ferreira, no que confluíam os interesses dos militares e do PC de definir a transição pactuada e de influenciar os rumos da futura eleição de 1984. Em relação a este ponto, não se pode relevar que, naquele momento, os *blancos* (especialmente o setor wilsoniano) eram os favoritos para o pleito, pois haviam sido os mais votados nas eleições internas de 1982.

Como parte das decisões das reuniões prévias com os militares, a FA recuperou sua existência legal em 26 de julho de 1984[112]. O fato é relevante, pois permite constatar o fracasso do projeto explícito da ditadura, que pretendia extinguir por todos os meios ao seu alcance a organização, a presença política, ideológica e até mesmo física da esquerda, como pondera De Sierra (1985a, p. 149).

Nessa mesa de negociações, a FA assumiu um posicionamento favorável a acordos que permitissem o término pacífico do período ditatorial, notadamente por meio de Seregni, recém-libertado do cárcere[113]. Tal posicionamento, que ajudou a celebrar o acordo que consolidou a redemocratização do país, guindou a FA a um novo patamar perante o sistema político e a opinião pública, o qual pode ser classificado como de oposição confiável e comprometida com a retomada da democracia.

A postura também foi importante para validar a FA como uma opção estratégica viável para os grupos de esquerda, fortalecendo-a intermanente, apesar das inevitáveis polêmicas em relação às escolhas realizadas, repudiadas pelos mais

---

[112] Recuperam existência legal neste momento somente PDC e PS, não propriamente a FA. Porém, com este fato, na prática, ela obteve as condições para legalmente atuar em termos políticos e eleitorais.

[113] Ele não participou da mesa de negociações, embora tenha sido o principal articulador dos posicionamentos da FA e, por isso, recebeu o apelido de “diretor técnico” (BARROS-LÉMEZ, 1989, p. 170). Os representantes da FA foram: José Pedro Cardoso, do PS, e Juan Young, do PDC, em nome dos partidos então legalizados.

radicais, como Erro e PVP, que logo a seguir formariam a IDI, o setor herdeiro da Pátria Grande do início da FA e identificado com a esquerda insurrecional.

Como um dos resultados do Pacto, as eleições para todos os cargos políticos (Presidente, parlamentares, intendentes e edis) foram retomadas em novembro de 1984.

Tabela 2 – Votos válidos nas eleições presidenciais e representação parlamentar por partido (Uruguai, 1971 e 1984)

Partido	**Presidente (%)**			**Câmara (N)**			**Senado (N)**[1]		
	1971	**1984**	**Dif.**	**1971**	**1984**	**Dif.**	**1971**	**1984**	**Dif.**
PC	41,0	41,2	**+0,2**	41	41	**=**	14	14	**=**
PN	40,2	35,0	**-5,2**	40	35	**-5**	12	11	**-1**
FA	18,3	21,3	**+3,0**	18	21	**+3**	5	6	**+1**
U. Cívica[2]	0,5	2,4	**+1,9**	-	2	**+2**	-	-	-
Outros[3]	0,0	0,1	**+0,1**	-	-	**=**	-	-	-
Total	**100**	**100**	**-**	**99**	**99**	**-**	**31**	**31**	**-**

Fonte: BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014); URUGUAY. CORTE ELECTORAL (2017a, 2017b)
* O traço indica que não foi obtida cadeira.
1 – Inclui o Vice-presidente, que tem assento no Senado.
2 – Considera a União Radical Cristã, que concorreu em 1971, como uma antecessora da União Cívica, que foi (re)organizada com este nome em 1982.
3 – Em 1971, somados não chegaram a 0,1%: Partido dos Aposentados e Pensionistas, 0,02%; Movimento Justiceiro, 0,01%; Partido Juventude pelo Desenvolvimento Oriental, 0,00% (obteve 25 votos). Em 1984: Partido dos Trabalhadores, 0,03%; União Patriótica, 0.02%; Partido Convergência, 0,01%.

Como expõe a Tabela 2, a FA teve desempenho discretamente melhor neste pleito do que o registrado em 1971. Ela obteve (21,2% dos votos válidos contra 18,3% de 13 anos atrás, o que rendeu seis assentos de senador e 21 de deputado, respectivamente um e três a mais.

No entanto, considerando o que a FA sofreu durante a ditadura, mais as circunstâncias de ainda estar semiproscrita[114], de ter recuperado a existência legal apenas quatro meses antes do pleito e de ter sido a única competidora (ao lado da União Cívica) a efetivamente ampliar a votação em relação ao pleito anterior (três pontos percentuais)[115], o desempenho pode ser considerado bastante significativo.

Esta não é a opinião de Bruschera (1986, p. 173-174). Seguindo a interpretação crítica já indicada na tese, ele considerou o resultado abaixo do esperado, reputando-o aos erros cometidos pela direção da FA na condução da redemocratização, especialmente a ênfase no compromisso meramente eleitoral e o abandono a uma postura de enfrentamento com o regime e de busca da efetiva

[114] Além de Seregni, que foi impedido de concorrer, os comunistas estavam proibidos de utilizar seus símbolos e denominações históricas (como PCU e FIdeL), embora tenham participado por meio de um novo sublema, Democracia Avançada.
[115] O PC cresceu apenas 0,2 pontos percentuais.

transformação da realidade do país. O fato de a direção da FA ter exaltado o resultado como positivo confirmaria essa postura “amortecida” e menos ambiciosa.

O autor elenca três razões pelas quais considera que o resultado ficou aquém das possibilidades do partido. A primeira é que houve retrocesso na votação no interior. A segunda se baseia no fato de o eleitor jovem tem mais propensão a votar na FA e constata que o pleito de 1984 foi único neste quesito, pois sucessivas gerações de jovens, que não votavam desde 1971, exerceram o sufrágio pela primeira vez. Mas observa que esses joven não confirmaram nas urnas a simpatia pela FA. Por fim, avalia que o partido falhou em transformar em votos o fato de ter sido a principal vítima e também a principal força de resistência à ditadura civil-militar.

No entanto, as razões para o desempenho da FA podem ser diferentes daquelas trazidas por Bruschera (1986). Não teriam sido as escolhas da direção que a levaram a perder a oportunidade de capitalizar com mais intensidade o cenário pós-ditadura. O resultado da votação espelharia o modo como a eleição de 1984 foi encarada pelo eleitor, isto é, com uma visão de futuro, não de ajuste de contas com o passado ditatorial, o que reduzia a validade de algumas das vantagens que, teoricamente, ele reputava à FA.

Duas características desse pleito são ressalvadas pelos intérpretes: o caráter restaurador e o resultado “centrista” (GONZÁLEZ, 1993; CRESPO; MIERES; PÉREZ, 1991; RIAL, 1986; CRESPO, 2002)[116]. Do ponto de vista intrapartidário, foram punidas as frações da direita dos *blancos* e dos colorados, apoiadoras da ditadura civil-militar, assim como as mais esquerdistas da FA (GONZALES, 1993, p. 109). Crespo, Mieres e Pérez (1991, p. 305) afirmam que a moderação com que se deu a transição se expressou eleitoralmente no triunfo centrista, pois a cidadania optou por recuperar a democracia como um bem em si mesmo, sem apostar em opções comprometidas com a transformação socioeconômica do país.

[116] Outro ponto que se pode destacar é que as exclusões, como a de Wilson Ferreira, Seregni e também de Jorge Batlle, desequilibraram a disputa em benefício do PC e, especificamente, de Sanguinetti.

Tabela 3 – Votos para o Senado e representação parlamentar por setor da FA (Uruguai, 1971 e 1984)*

Setor	Senado (%)			Câmara (N)			Senado (N)		
	1971	1984	Dif.	1971	1984	Dif.	1971	1984	Dif.
PGP[1]	10,3	39,0	**+28,7**	1	12	**+11**	1	3	**+2**
PDC[1]	20,1	10,6	**-9,5**	7	1	**-6**	1	-	**-1**
PCU[2]	32,9	28,2	**-4,7**	4	5	**+1**	1	2	**+1**
PS	11,8	15,3	**+3,5**	1	2	**+1**	-	1	+1
PG / IDI[3]	23,3	6,7	**-16,6**	5	1	**-4**	1	-	-1
Outros	1,6	0,2	**-1,4**	-	-	**-**	-	-	-
Total	**100**	**100**	**-**	**18**	**21**	**+3**	**5**	**6**	**+1**

Fonte: CRESPO (2002, p. 109); CHASQUETTI (2004b, p. 362); PIÑEIRO; YAFFÉ (2004, p. 302); BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014)
* O traço indica que não foi obtida cadeira.
1 – Concorreu pelo sublema Frente do Povo, formada por PDC e PGP. Os resultados são apresentados por setor.
2 – Concorreu como parte da FIdeL (1971) e como Democracia Avançada (1984). Uma das cadeiras do Senado, conquistada em 1971, ficou com o MBPP (ocupada pelo líder Rodríguez Camusso), que concorreu pelo sublema FIdeL (Lista 1001).
3 – PG (Pátria Grande) e Esquerda Democrática Independente (IDI, sigla em espanhol) não possuem os mesmos grupos constituintes, mas apresentam traços comuns que permitem, para a finalidade em questão, equipará-los. Pátria Grande reunia UP e MRO. IDI foi formada por UP, GAU e PVP (YAFFÉ, 2005a, p. 157).

Na divisão por fração da FA a diferença em relação a 1971 foi significativa, como demonstra a tabela acima. O setor mais destacado foi o PGP, que fez 39% dos votos do partido para o Senado, e, assim, superou o PCU, que havia ocupado este lugar em 1971, ao obter 32,9% dos sufrágios[117]. Ao serem agregados os votos do PDC (10,6%), verifica-se que os setores não marxistas, aqueles considerados mais moderados, obtiveram praticamente 50% dos alcançados pela FA, fizeram 13 das 21 cadeiras de deputado e três das seis de senador. A referência é relevante porque no próximo pleito (1989) esses dois setores não mais estavam na FA.

1.3.3 Debate sobre as duas esquerdas no período pós-ditadura

Passada essa eleição transicional, a FA ingressou em um vigoroso debate interno – desenvolvido publicamente entre 1985 e 1989, quando ocorreu o rompimento, mas que prosseguiu até 1994 –, e que foi identificado por Garcé e Yaffé (2014) como a "esquerda em transição". Nele afloraram algumas questões que acompanhavam a FA desde os primórdios, mas que somente em um contexto de retomada da normalidade institucional tiveram a oportunidade de florescer com plena intensidade.

As "dúvidas" narradas anteriormente de setores do PGP e do PDC quanto a permanecer/retornar à FA eram um sintoma dessa polêmica. O cenário internacional

[117] Para García (2013, p. 130), o êxito do PGP esteve ligado ao prestígio popular que o líder Batalla havia alcançado na época, fruto da atuação como advogado de presos políticos e opositor à ditadura.

também ajudou a fomentar a discussão, especialmente por causa das mudanças em curso no bloco soviético e que redundariam no colapso do socialismo real.

Para os objetivos da pesquisa, trata-se de um debate de vital importância, pois as questões em disputa sintetizam os impasses que subsidiaram a formação do PI e que continuaram ao longo da trajetória dele como partido autônomo, embora o partido tenha sido criado praticamente 15 anos após o auge da discussão.

A polêmica envolveu, de um lado, PGP e PDC, e, de outro, as correntes marxistas, tendo girado em torno da existência de “duas esquerdas” ou da reivindicação de uma “esquerda renovada” frente à “tradicional”, que era contrária à atualização ideológica e programática da FA.

Essa discussão abrangeu várias dimensões. A primeira se refere a questões programáticas, ou seja, ao debate sobre as políticas a serem propostas e/ou desenvolvidas pela FA. Como a parte da discussão abordada nesta subseção ocorreu antes da eleição de 1989, período em que a FA não exercia nenhum posto de governo, ela se deu mais no campo teórico sobre como governar quando estivesse no comanda do que no prático. Ou, alternativamente, englobava tão somente as ações a serem desenvolvidas na condição de oposição, girando em torno do apoio ou não a determinadas iniciativas governamentais e aos tipos de crítica e/ou de proposições que deveriam ser apresentadas. Na síntese de Argones e Mieres (1989, p. 45):

> unos expresan que el nivel de acuerdos programáticos en el Frente es genérico e insuficiente, y que a la hora de concretar surgen diferencias sustantivas en cuanto a las medidas a proponer en las diversas áreas del quehacer nacional. Por su parte, los otros entienden que no es necesario profundizar o alterar las bases programáticas ya acordadas, y que en caso de hacerlo no existirán diferencias.

Apesar disso, o debate sobre as políticas públicas não era vão. Em 1989, a FA conquistou a intendência de Montevidéu, o que trouxe urgência e concretude a essas questões. Contudo, quando isto ocorreu, as rupturas de PGP e de PDC já estavam consagradas e esta fase posterior do debate se deu exclusivamente entre os setores que permaneceram na entidade.

Um segundo campo de polêmica abarcava a definição da natureza da FA e desdobrava-se no modo como ela deveria se organizar, os mecanismos a serem adotados para a tomada de decisão e o ingresso de novos membros. Logo, abrangia

discutir a matriz dual da FA, pois esta era, ao mesmo tempo, uma coalizão de partidos, formada com objetivos eleitorais, e um movimento de massas, que forjou uma rede peculiar de organizações de base, as quais operavam como núcleos de integração e de militância.

> O caráter de movimento fazia referência à convocação ativa à participação cidadã e militante de base numa nova força política com projeção nacional. Ao mesmo tempo, denominou-se coalizão política como resultado de um acordo de partidos e de organizações políticas com tradições partidárias diversas que queriam se preservar (SERNA, 2004, p. 181).

Consequentemente, havia duas formas de filiação: por intermédio dos partidos que a compunham, já que todos os seus filiados estavam automaticamente a ela vinculados; ou de caráter individual, diretamente na FA, promovida por membros dos comitês de base. Assim, era possível filiar-se sem estar vinculado formalmente a nenhum dos partidos-membros.

Da mesma maneira, desde a reforma estatutária de 1986, as instâncias diretivas (Plenária Nacional e Mesa Política) eram formadas tanto por representantes dos partidos que a compunham (70% dos cargos) quanto por representantes das bases frente-amplistas (30%), não necessariamente vinculados a alguma das legendas ou, então, claramente independentes em relação a elas[118]. Estes seguiriam o que pondera Panebianco (2005, p. 59):

> [...] mesmo nos partidos divididos em facções, existem amplos setores de ativismo de base que não participam dos jogos faccionistas. O crente, de fato, identifica-se, por definição, com o partido (e não com um de seus setores), em relação ao qual mantém uma elevada lealdade [...][119].

Esta dicotomia gerava uma tensão, decorrente do *modus operandi* de forças como PGP e PDC, que eram estruturas tradicionais e com pouca base material e humana de apoio[120], e as correntes marxistas, calcada na militância. Como

---

[118] Em 1993, nova reforma estatutária tornou este quadro ainda mais agudo, pois dividiu igualmente os cargos nos órgãos diretivos entre essas duas formas de representação.

[119] "Crente" é a denominação que o autor adota para indicar a categoria analítica dos militantes que dependem, predominantemente, de incentivos coletivos de identidade na sua relação com o partido. Ela se distingue do "carreirista", aquele filiado cuja participação depende, predominantemente, de incentivos seletivos, materiais e/ou de status (PANEBIANCO, 2005, p. 53).

[120] Essa carência saltava aos olhos. Um jornalista brasileiro que fez uma série de reportagens sobre a eleição de 1984 observou que a previsão de sucesso eleitoral de Batalla – plenamente confirmada – é "[...] tudo em consequência do prestígio pessoal. Seu grupo não possui estrutura material, tanto, que nem conseguiu realizar um comício final, tendo optado por uma espécie de festival de música [...]" (UCHA, 1984, p. 55).

resultado, aqueles setores mais militantes tinham condições de estarem sobrerrepresentadas nos órgãos decisórios e, consequentemente, tinham mais condições de influenciar os rumos da FA, já que ocupavam espaço por serem partidos formadores e, via seus filiados, por atuarem em núcleos de base.

Igualmente, esta representação das frações, calcada no público interno (exclusiva a filiados), não necessariamente correspondia ao espaço obtido pelos setores junto ao público externo (eleitorado), o que ampliava a distorção e fazia com que o peso decisório de uma fração no interior do partido pudesse ser bastante desproporcional em comparação ao que ela ocupava no legislativo. Era o que ocorria no período, pois a principal fração da FA no parlamento era o PGP, que não ocupava o espaço correspondente nas instâncias internas.

Com vistas a neutralizar tal situação, o PGP defendia que a FA era uma coalizão, e não uma estrutura dual, composta por partidos e por órgãos de base. Nessa lógica, era necessário garantir poder de veto às partes constituintes (partidos) em relação às decisões coletivas (e que davam capacidade decisória a essas bases). Ao mesmo tempo, tornava-se imprescindível dar autonomia a tais partidos-membros para acatar as decisões que achassem convenientes e de elaborar estratégias fora da FA, com vistas a evitar que a própria aliança se tornasse um poder comum, central e fonte de decisões que eles teriam de obedecer compulsoriamente.

A visão do PDC era semelhante, como ele manifesta no "Documento de Shangrilá"[121], datado de nove de abril de 1988:

> Debe reafirmarse el carácter de coalición [da FA] privilegiando las instancias de negociación política al más alto nivel, especialmente entre los grupos de mayor gravitación, sin demasiados formalismos y apuntando a las discusiones esenciales. Las otras instancias colectivas a nivel de dirigencia intermedia y de base, deben operar, como corresponde a una coalición como ámbito de coordinación, de encuentro e intercambio y de acción proselitista hacia afuera, evitando los enfrentamientos y los intentos de copamiento que una ficticia delegación de facultades de decisión inevitablemente ha producido. La participación política sustancial debe operar – como siempre ha ocurrido realmente – en el ámbito de los partidos y según sus particulares modalidades (PDC, 1989a, p. 9).

Hugo Cores, dirigente do PVP, fundador da CNT e deputado eleito em 1989, sintetizou o modo como os outros setores da FA viam a questão:

---

[121] O nome decorre do balneário, localizado no departamento de Canelones, onde a Mesa Política da FA realizou uma reunião extraordinária nesta data.

> estaban en juego dos formas de hacer política una que minimiza el componente militante y juega sólo con la relación entre los parlamentarios, la televisión y el público espectador, la otra que busca utilizar los espacios en los medios de difusión para estimular la participación de la gente en las cuestiones políticas; que apuesta fundamentalmente a la autorganización y la lucha de las grandes mayorías y no se esclaviza ante las siempre manipulables encuestas de opinión (CORES apud HARNECKER, 1991, t. II, p. 61).

Além de questionar a estrutura da FA pensada como um movimento, tentar impedir a sobrevalorização de alguns setores, garantir a sua área de influência na coalizão e manter a sua autonomia interna, a demanda punha em destaque outro aspecto do problema. Trata-se da transformação simbólica e institucional da FA em um partido, a consolidação de uma lógica e de um ator político frente-amplista antes (ou independentemente) de estar filiado a qualquer das suas partes constituintes.

Como aponta relatório escrito por Líber Seregni ao final de 1982 (SEREGNI, 1982 apud BAYLEY, 2007, p. 198), quando ainda estava na prisão: as circunstâncias da ditadura civil-militar e da ilegalização da organização também contribuíram para este cenário. Em razão delas, a maior parte dos grupos formadores da FA deixou de atuar, com exceção de PCU, PS e do PDC (este, fora do âmbito da FA), o que gerou uma massa importante de aderentes que se definiam simplesmente como frente-amplistas.

A questão envolvia a possibilidade da existência de um militante tão somente frente-amplista, mas também dizia respeito ao processo que a literatura uruguaia da área chama de tradicionalização[122]. Foi em 1989, por exemplo, que surgiu a Vertente Artiguista (VA)[123], a primeira fração gerada pela própria FA, e que não era cisão dos partidos ou dos grupos que a compunham. Em 1994, houve o surgimento de outro setor com as mesmas características, Assembleia Uruguai (AU), por iniciativa de Danilo Astori (1940-)[124]. Logo, ao lado de PCU e PS, entre outros,

---

[122] O termo também é utilizado para indicar a tendência de o voto na FA passar dos pais para os filhos, a exemplo do que ocorria com os partidos tradicionais. E há um terceiro significado, analisado por Queirolo (1999), que indica o processo de aproximação programática e de estilo político com *blancos* e colorados. Esse terceiro significado Yaffé (2005a) prefere denominar “moderação”, com vistas a distinguir os dois fenômenos.

[123] É um desdobramento da IDI, então formado por GAU, UP e PVP, correspondente aos setores mais esquerdistas da FA, mas apenas GAU participou da formação da VA. Contou, ainda, com uma cisão do PDC, chamada Artiguismo e Unidade, e a adesão da Corrente Popular, dissidência do PN, originalmente ligada ao Movimento pela Pátria, de Wilson Ferreira (YAFFÉ, 2005a, p. 157; FERNÁNDEZ, 2016, p. 208). Um de seus quadros mais destacados é Mariano Arana (1933-), que foi Intendente de Montevidéu por dois períodos (entre 1995 e 2004), sucedendo a Tabaré Vázquez.

[124] Principal oponente de Vázquez na disputa pela liderança da FA e pela candidatura presidencial de 1994 e de 1999. Nos anos 1980 não estava vinculado a qualquer fração, era o nome preferido por

surgiram grupos internos que não mais correspondiam a organizações que em algum momento tiveram “vida” e “história” fora da FA. Ou, como afirma Mieres (1996, p. 45), a FA deixou de ser uma força política integrada por grupos ou por partidos pré-existentes, e se tornou, ela própria, um partido com vitalidade suficiente para produzir grupos e movimentos internos, de natureza similar a das frações existentes nos partidos tradicionais.

Uma declaração de Astori sobre as razões de criar um setor após ter atuado tanto tempo como frente-amplista, apresentada por Campodónico (2004, p. 53) indica o paradoxo:

> [...] llegó un momento en el cual aquellos que estábamos intentando aportar un perfil independiente tuvimos la necesidad de organizarnos para pesar más adentro del Frente Amplio. Habíamos llegado a la convicción de que Asamblea Uruguay era necesaria porque la figura del frenteamplista a secas estaba destinada a no tener ninguna influencia ni en la marcha del Frente Amplio ni en la izquierda uruguaya.

No dizer de Lanzaro (2001b, p. 37; 2003, p. 59; 2004, p. 78-79), ao longo desse período – que, segundo Yaffé (2005a), processou-se até 1994 e, portanto, se encontrava em pleno andamento em 1989 –, a FA deixou de ser uma coalizão de partidos para se tornar um partido de coalizão, o que significa que os setores são frações de um todo, o qual é maior do que a soma das partes e que se constitui como uma estrutura unificada, com uma identidade abrangente e com uma tradição própria.

Para Yaffé (2003, p. 163; 2005a, p. 119), é preciso ponderar as questões simbólicas envolvidas nesse processo. Isto porque, para seus membros, a FA se tornou um valor em si mesmo e passou a constituir-se em uma nova identidade política, fortalecendo o sentimento de pertencimento. Tal percepção foi largamente utilizada pela própria instituição como recurso para fortalecer sua coesão, distinguir-se dos demais partidos e promover ação política.

Seregni para sucedê-lo e aparecia com o principal defensor dos princípios originais da FA, contrapondo-se aos que defendiam a “renovação”. Concorreu a Vice-presidente em 1989 na chapa de Seregni e se elegeu senador no mesmo ano, tendo figurado como primeiro nome em todas as listas, fato inédito e nunca mais repetido na história da FA. Na segunda metade dos anos 1990 passou por um giro ideológico e se tornou moderado, defensor de políticas pró-mercado e do diálogo com os partidos tradicionais. Retornou ao Senado em 1999. Após a chegada ao poder em 2005, tornou-se Ministro da Economia e, em seguida, Vice-presidente de José Mujica (1935-). Atualmente, é Ministro da Economia no segundo governo Vázquez. Mais detalhes, ver: Campodónico (2004); Tagliaferro (2009).

Material para construir essa tradição havia em profusão. A trajetória da FA contemplava um conjunto de experiências e de acontecimentos, de personalidades, lugares e símbolos que forneciam os recursos necessários. A repressão sofrida durante a ditadura, com sequestro, tortura, morte e exílio de muitos de seus membros, e a resistência a tais violências, ajudaram a produzir os episódios marcantes e os mártires imprescindíveis para consolidar esta épica própria, a chamada mística frente-amplista (BEISSO; CASTAGNOLA, 1987, p. 16). Yaffé (2003) destaca que a FA construiu a sua tradição, o que implica lançar um olhar seletivo sobre o seu passado, e que esta também é reelaborada e ressignificada à luz dos acontecimentos contemporâneos.

A análise de Yaffé (2003) ressalva que esta identidade também foi construída por meio de uma releitura do passado nacional, subsidiada por trabalhos que renovaram a historiografia – muitos deles realizados por pesquisadores identificados com a esquerda. Ela fez da FA herdeira das “melhores tradições” do país e continuadora da revolução artiguista e da reforma batllista, ambas consideradas projetos nacionais frustrados ou bloqueados e que restaram inconclusos.

Um dos primeiros e principais incentivadores dessa estratégia foi Seregni, que a apresentou já no período inicial da FA, entre 1971 e 1973, reforçando-a no período pós-ditadura. A bandeira da FA é muito semelhante à artiguista que foi hasteada pela primeira vez em Montevidéu por ordem do militar Otorgués (e que, por isso, é conhecida como “bandeira de Otorgués”). E traz como logotipo as letras F e A, simulando uma bandeira colocada sobre um cerro. Os principais eventos políticos do partido na campanha de 1971 coincidiam intencionalmente com datas representativas do período artiguista, como o comício inaugural, que foi realizado em 26 de março, uma referência à data em que, em 1815, ocorreu o hasteamento narrado acima.

Os vínculos batllistas de Seregni foram comentados anteriormente. Como resultado,

> el Frente Amplio como organización política ha generado desde su constitución, un conjunto sólido de símbolos que fueran pautando su expresión pública. Es posible afirmar que ha generado su propia tradición, por lo que se puede hablar en el Uruguay de hoy del surgimiento de una tercera tradición que se suma a las de los partidos históricos y que se expresa con similar fuerza en la población (ARGONES; MIERES, 1989, p. 47).

Para os que viam a FA como uma coalizão, este tipo de fortalecimento institucional e simbólico era indesejável, pois implicava o enfraquecimento dos partidos que a constituíam. Um dos líderes do PDC, Mario Cayota, em meio às disputas que se está a apresentar, defendeu a ideia da autonomia das partes constituintes e o dano que a "FA partido" causava:

> La heterogeneidad ideológica de sus componentes sólo podía sobrevivir sin enfrentamientos y rupturas a través de una expresión plural con dilatados campos de disenso, el modelo de *protopartido* que al Frente se le impuso, contrariando el sentir de muchos, con una excesiva rigidez, acabó por ponerlo en situación de fractura (CAYOTA, 1989b, p. 20) [grifo em itálico no original].

A terceira ordem de questões discutia a relação efetiva que a FA desenvolvia com a "democracia formal" e, em consequência, abrangia as estratégias a serem mobilizadas para alcançar o poder. O PGP considerava que o modelo original da FA havia atingido um teto eleitoral e que, para vencer nas urnas, era necessário avançar em direção ao centro, o que implicava modificar o programa, moderar o conjunto de propostas e de reivindicações, aprofundar o compromisso com a "democracia formal" e apostar em reformas graduais no interior da economia capitalista. Na mesma medida, apontava que era preciso ampliar o leque de alianças, alcançar mais adesões e constituir-se como uma esquerda renovada, expressão muito em voga naquele período (SERNA, 2004, p. 186-187).

Seguindo esta perspectiva, PGP e PDC já haviam iniciado uma série de negociações com setores *blancos*, com o objetivo de formar um novo espaço progressista, mais amplo do que o da FA, capaz de vencer o pleito de 1989 (CRESPO, 2002, p. 132). Na informação de Blixen (1997, p. 163-164), as negociações não estavam sendo entabuladas às vésperas do pleito de 1989, elas eram mais antigas, remontavam a 1986, e envolveriam especialmente um acordo com o setor de Wilson Ferreira, tendo sido interrompidas, entre outros fatores, pela morte do líder *blanco*, ocorrida em março de 1988.

A partir desses questionamentos, o PGP apresentou à Mesa Política da FA, em julho de 1988, um conjunto de propostas denominado "Pautas de reformulação da FA" (YAFFÉ, 2005a, p. 164). Estellano, Latorre e Elizalde (1989, p. 71-72) as resumem:

> 1 la necesidad de reformulación del Frente Amplio para actualizarlo a las nuevas condiciones sociales y políticas. 2. Esa reformulación pasaba por sustituir el actual programa por una decena de puntos o plataforma inmediata y viable de medidas de gobierno. 3. Impulso de una reforma constitucional que ofrezca libertades electorales a miembros del FA, para acordar alianzas con otros grupos no frentistas, eventualmente de los partidos tradicionales. A esto se le denomina libertad de acción. 4. Convertir al Frente Amplio en una alianza electoral de dirigentes partidarios. Para este cometido se propuso convertir los comités de base en núcleos de personas cuyo objetivo será transmitir las directivas que vienen de la coalición. Se eliminaría así toda la injerencia de los mismos en la conducción de la alianza, como establece la actual organización.

O posicionamento do PGP foi contestado especialmente pelo PCU, que indicava que a FA não deveria amenizar seu programa. A visão dos comunistas era de que a estratégia deveria ser inversa: cada vez mais apostar na tendência de o eleitorado pender para a esquerda, razão pela qual era vital que ele encontrasse esta opção claramente delimitada. Da mesma forma, a política de alianças não deveria contemplar propostas centristas, pois a FA era um instrumento da revolução, e não simplesmente um projeto para alcançar o poder na ordem democrática burguesa (YAFFÉ, 2005a, p. 163).

É o que se pode ler em Estellano, Latorre e Elizalde (1989, p. 75-76) e segue duas perspectivas. A primeira, considerar que esses possíveis aliados não se propunham a promover mudanças substanciais e nem transformações sociais profundas, o que a tornaria um mero acordo para chegar ao governo, mas não para alcançar o poder. A segunda afirma que a FA conseguiria um respaldo muito maior se contasse com a mobilização de outros setores, como a classe trabalhadora organizada nos sindicatos.

Há depoimento de Astori em que ele narra como essa visão (não exclusivamente do PCU, e sim bastante comum na esquerda do período) surgia no cotidiano da FA:

> […] en algunas discusiones en las que se dan ciertos rasgos de intolerancia. Y en otras, además, los actores se ubican afuera del sistema, como si el sistema político de Uruguay estuviera ahí, pero nosotros, los que pertenecemos a la izquierda, no fuéramos parte de él. Es como se dijera que venimos de afuera para cambiarlo porque como somos distintos y mejores no formamos parte de él. Lo cual, a su vez, genera una visión conspirativa en un estado de confrontación permanente (CAMPODÓNICO, 2004, p. 60-61).

O PS se colocava a meio caminho: defendia a ampliação dos apoios e a formação de aliança com outros blocos (setores à esquerda de *blancos* e colorados,

oposicionistas às forças dominantes naqueles partidos), mas sem que isso implicasse modificar o programa da FA (YAFFÉ, 2005a, p. 163).

Apesar desses posicionamentos, o autor afirma que PCU e PS se mostraram "sumamente flexíveis" e aceitaram a maior parte das propostas do PGP:

> Ante esta inesperada flexibilidad de los que consideraban 'ortodoxos', los renovadores pasaron a centrar sus demandas en dos planos distintos pero complementarios: uno ideológico, el otro electoral. Se hizo cada vez más claro que desde el M[P]GP se tendió a ideologizar el debate: no importaban las transacciones programáticas a que se pudiera llegar, lo realmente decisivo era que tras los matices de programa y las diferencias estratégicas habían fuertes discrepancias ideológicas que se presentaban, cada vez más, como insalvables; la cuestión del leninismo y la concepción de democracia pasaron a ser el centro de las críticas dirigidas contra el PCU y el PS. El M[P]GP comenzó a poner énfasis en su concepción de un socialismo democrático y en la crítica al socialismo real defendido por los comunistas y al marxismo-leninismo como ideología que ambos abrazaban. Por su parte, estos contraatacaban denunciando la 'falacia' de la socialdemocracia como una fórmula encubridora de los vicios del capitalismo (YAFFÉ, 2005a, p. 165).

A elaboração mais sistemática dessas diferenças "de fundo" não foi realizada pelo PGP. Cabral (2006, p. 180) sublinha que, apesar das críticas que faz à chamada esquerda tradicional, ele não apresentava um projeto alternativo para a sociedade e muito menos um esboço do que entendia por "socialismo democrático", questão que foi abordada na seção 1.2. Quem desempenhou este papel foi um artigo produzido por dois professores universitários, Nelson Argones e Pablo Mieres – então, militante do PDC –, que foi apresentado em 1988 no XXVII Encontro da Associação Latino-americana de Sociologia e publicado no ano seguinte, não por acaso, em Cadernos do Claeh, instituição de intensa vinculação com o PDC.

O texto argumenta que as disputas internas da FA ocorrem porque o modelo predominante de normas e de valores sobre o significado de ser frente-amplista passou a ser desafiado por uma concepção alternativa. Assim, considera que a distinção entre as "duas esquerdas" é muito mais profunda do que indicam as motivações elencadas anteriormente e se conecta diretamente com a ontologia do "ser de esquerda".

Os autores procuram caracterizar as duas esquerdas e indicar onde se radicam as diferenças. Segundo eles, a chamada versão político-ideológica clássica ou predominante é a vertente marxista-leninista, que considera a FA uma variante de frente popular e, portanto, representante legítima do povo no combate aos

interesses conservadores e oligárquicos do país. Contudo, a frente popular deve ser dirigida pela vanguarda que nela atua. Ela a comanda por ser a única a ter consciência dos verdadeiros interesses do povo, assim como capacidade de encaminhar a luta para alcançar a meta definitiva, que é a extinção do mundo capitalista por meio da revolução e da implantação de uma sociedade socialista e sem classes (ARGONES; MIERES, 1989, p. 48-49).

Esta interpretação foi questionada por Estellano, Latorre e Elizalde (1989, p. 77-78). Eles a classificam como baseada em fontes de segunda mão, proveniente de autores que manejam uma tese vulgar sobre o marxismo-leninismo, de uso corrente nos meios jornalísticos e acadêmicos burgueses. Além disso, afirmam que não foram aportadas informações empíricas sobre o que é questionado, como seria desejável em um estudo que aspira ter um estatuto científico. Afora essas ponderações menos substantivas, as críticas deles indicam que, ao fazerem essa identificação da FA com a frente popular, os autores pretendem desqualificar os comitês de base, esvaziar tal experiência de movimento social mobilizador e reafirmar a FA como uma coalizão de partidos.

Para Argones e Mieres (1989, p. 49), a legitimação da frente popular (ou do partido) como verdadeiro representante do povo é fornecida por uma teoria científica, o marxismo, que, seguindo o determinismo histórico, fixa o socialismo como fim inevitável da história. No caso da FA, frente às circunstâncias objetivas da realidade uruguaia, a centralidade da classe trabalhadora como agente da mudança social existente na versão original teve de ser compartilhada com outros setores, os quais, em conjunto, podem ser denominados como as classes populares. Outra adaptação na teoria marxista-leninista aplicada à FA foi ampliar a noção de “vanguarda” para incluir os partidos e os movimentos sociais que nela atuam, denominados “movimento popular”.

Ainda é indicado que, nesse modelo, a posse do Estado se torna fundamental e a política passa a ser concebida como uma espécie de arte da guerra, em que os adversários devem ser derrotados em sucessivas etapas, pois ela é sinônimo de luta, e não de competição entre diferentes atores. Já a democracia, em sua expressão burguesa, é entendida como falsa e de valor meramente instrumental para o partido, pois o objetivo final é substituir tanto a política quanto essa democracia por um verdadeiro governo do povo, só existente na realidade pós-revolucionária, ou seja, socialista (ARGONES; MIERES, 1989, p. 50-51).

Ao caracterizar a outra versão, chamada de alternativa, os autores dizem que um dos seus fundamentos é, ao contrário, considerar a democracia como um valor permanente, o que implica conceber a obtenção do poder por meio do voto e, assim, realizar as mudanças sociais e aprofundar a própria democracia. Na mesma medida, implica cogitar a possibilidade de, após alcançá-lo, ser derrotada nas urnas, o que fortalece o compromisso com as regras do jogo democrático (ARGONES; MIERES, 1989, p. 54).

Estellano, Latorre e Elizalde (1989, p. 78) também criticam esta concepção, pois, no dizer deles, ela circunscreve a FA às regras do jogo político ditadas pelas classes dominantes, bem como, ingenuamente, considera que essas classes têm um compromisso sólido com o jogo institucional. Apontam, ainda, que, para elas, ele é simplesmente conjuntural e que se se sentirem ameaçadas, rompem o compromisso para manter o controle do poder.

Na caracterização de Argones e Mieres (1989, p. 54), a versão alternativa prestigia a sociedade civil e as liberdades cidadãs, as quais não são consideradas um entrave à mudança social, e sim princípios a serem preservados. Ela propõe a autogestão, considerada uma forma de valorizar a política e de restituir à sociedade os poderes hoje concentrados no Estado. Igualmente,

> se postula un tipo de autonomía relativa de lo social, que desecha por inconducente la pretensión de ser vanguardia o ejercer hegemonía sobre los movimientos sociales, sean estos los de cuño más tradicional, como el sindical o el estudiantil, o aquellos que pertenecen a la órbita de nos nuevos movimientos sociales (ARGONES; MIERES, 1989, p. 55).

A defesa da autogestão já estava presente no programa do PDC nos anos 1960 e foi reafirmada na campanha eleitoral de 1984, ao lado do socialismo comunitário, como apontou a análise de Mieres (1988, p. 67-68). Contudo, nenhuma das duas noções foi suficientemente desenvolvida e explicada. Este ponto, aliás, é uma das críticas que Estellano, Latorre e Elizalde (1989, p. 73) formulam: para eles, ao mesmo tempo em que propõe a autogestão, o PDC é reticente, quando não contrário, aos comitês de base e quer submetê-los às orientações das cúpulas partidárias, o que entendem como indício de uma contradição.

Na continuidade do texto, Argones e Mieres (1989, p. 54-55) afirmam que, como não crê no “determinismo histórico” e na inevitabilidade do advento do socialismo por via revolucionária – o que chamam de não fazer da teoria política

uma teoria da verdade –, a visão alternativa não hipervaloriza o Estado e tampouco a posse dele como meio de mudança social. Da mesma forma, não supõe que a política possa ser abolida – aliás, sequer considera que o deva ser –, e tampouco afirma a "democracia socialista" como a única verdadeira. Eles destacam que, nessa concepção, a FA

> […] no deja de ser un actor orientado fuertemente hacia la concreción de un proceso de transformaciones profundas de la sociedad; pero se asume como un actor político que, por ser tal, no es un mero reflejo de la pretensión de representación de los intereses de una clase en particular, sino que formula una opción global al conjunto de la ciudadanía" (ARGONES; MIERES, 1989, p. 56).

Por fim, afirmam que a versão clássica está associada, por seus proponentes, como a única compatível com a esquerda e que, por consequência, para eles, qualquer versão alternativa não é verdadeiramente frente-amplista.

Um depoimento de Hebert Gatto (1939-)[125] (1990, p. 228) confirma este entendimento: "cuando el PGP [...] comenzó a criticar este esquema antes que el socialismo cayera en el Este, lo que se le contestó fue que izquierda había una sola y esa izquierda era el Frente Amplio"[126]. Ao ser entrevistado pelo Cadernos de Marcha, em novembro de 1988, ele também se referiu ao tema:

> ¿Por qué no empezamos por admitir que hablar de una izquierda tradicional o una izquierda clásica y de una nueva izquierda no es un demérito para nadie, sino aceptar que hay dos proyectos dentro de la izquierda que se dan en la realidad? Por qué pensar que esos dos proyectos rompen la unidad de la izquierda? […] Hay ciudadanos que reivindicamos la izquierda, que queremos cambiar al país, que queremos modificar las estructuras de dominación capitalista, pero que lo queremos hacer de un modo distinto del paradigma tradicional de la izquierda clásica. ¿O es que la izquierda tiene propietarios? […] Lo que no puede hacer es desconocer que nosotros reivindicamos um modo de pensar distinto, um modo de pensar que no se inventó en el Uruguay, porque atiende, recoge lo que ha sido el fracaso global – en términos de libertad real y de realización humana – del pensamiento tradicional de la izquierda. […] El modelo tradicional, los

[125] Jornalista, escritor e professor universitário na área de Ciência Política, ele esteve vinculado ao PGP nas décadas de 1980 e de 1990, tendo atuado na polêmica que redundou na ruptura da FA. Deixou o PGP em 1994, quando da aliança com o PC, passando ao partido NE e, depois, ao PI. Em 2016, foi indicado como Presidente de Honra do PI (SÁNCHEZ. 12 dic. 2016; PI. 12 dic. 2016).

[126] Em mais de uma oportunidade Gatto fez referência ao tema. Em agosto de 1991, em um fórum de Cadernos de Marcha sobre o Documento dos 24 (lançado às vésperas do 2º Congresso Ordinário da FA, assinado por representantes de vários setores da esquerda, e que pedia a renovação na FA), ele confrontou Esteban Valenti (1948-), ex-dirigente do PCU, um dos firmantes do documento, e que, nos anos 1980, fora um dos autores dessa afirmação. Em resposta, Valenti fez a autocrítica e disse que não usaria os mesmos termos para o NE (o partido no qual Gatto militava à época). O debate está reproduzido em: Caula; Machín (1994, p. 204).

> socialismos reales se están cayendo a pedazos, en la URSS y en Europa del Este. ¿Acaso eso lo arreglamos repitiendo que todo se reduce a más democracia y más socialismo? No. El tema supone que hay que revisar las cosas (GATTO, 1988, p. 46).

Em correspondência a tal perspectiva, Argones e Mieres (1989, p. 51-52, 57) afirmam que a versão alternativa não quer impor um único modelo de valores e de normas. Ela se legitima ao atender às distintas orientações teóricas e ideológicas que integram a FA desde o seu surgimento, razão pela qual a concebe como uma instituição geneticamente heterogênea e pluralista, na qual podem conviver diferentes concepções acerca do "ser de esquerda".

A leitura do PDC acompanhava a apresentada acima, como afirma o "Documento de Shangrilá":

> Las divergencias constatadas en todas estas áreas no son ocasionales o aislables. Se vinculan a percepciones políticas y estratégicas diversas, que han ido conformando espacios claramente diferenciados que travasan a los propios sectores [...]. Entre las aristas más agudas de esos espacios estratégicos se encuentran confrontaciones entre las tesis del camino solo (o del tercio mayor) y la conformación de mayorías para los cambios, la oposición radical e intransigente o la oposición responsable con capacidad negociadora, el marginamiento o la integración al sistema político, el Frente movimiento o el Frente coalición, el Frente Popular y el Frente Amplio, etcetera (PDC, 1989a, p. 7-8).

Colocada nesses termos, a ruptura na FA era bastante provável, dada as profundas distinções entre as duas versões – e os acontecimentos de 1989 simplesmente confirmaram esta expectativa. Para Garcé e Yaffé (2014, p. 70), a tese das duas esquerdas era correta no essencial, pois todos os que permaneceram na FA, apesar de suas diferenças, e ao contrário dos que a deixaram, tinham a mesma raiz marxista-leninista e pensavam a FA como a via uruguaia para a revolução e o socialismo.

Como sintetiza Linn (1988, p. 10), em artigo escrito em Cadernos de Marcha, às vésperas do rompimento:

> Las cosas han llegado a límites insoportables. Hay clima de agonía, de irreversible deterioro. Las dos partes del Frente parecen un matrimonio mal avenido haciendo intentos desesperados (aunque visiblemente torpes) para recomponer una relación que en el fondo no quieren salvar. Parece obvio que el único desenlace posible – y saludable – es el divorcio.

Entretanto, Argones e Mieres (1989) ponderam que a cisão poderia ser evitada, se a versão predominante flexibilizasse seus pontos de vista, admitisse a existência da outra concepção de esquerda, o caráter pluralista da FA e conformasse regras de convivência e de decisão a serem seguidas por ambas. De qualquer modo, os autores indicam que a responsabilidade pela preservação da FA dependia da versão tradicional.

Mais uma vez, Estellano, Latorre e Elizalde (1989, p. 84-87) discordam. Para eles, PGP e PDC sempre procuraram a ruptura, embora dissessem o contrário, e se dedicaram, desde 1986 até 1989, a fazer a crítica interna mais do que a criticar o governo colorado, então no poder. Mas os autores também lançam críticas às demais forças da FA, pois

> la consecuencia más importante es que el debate y las carencias que evidencian los partidos marxistas en asumir cuál es la problemática real, pueden hipotecar las posibilidades transformadoras del Frente Amplio, convirtiéndolo en los hechos en un nuevo partido tradicional. Este es lo desafío que tiene la izquierda: convertirse en una **izquierda del sistema**, cualquiera sea el resultado electoral, o realizarse como el **instrumento transformador** (ESTELLANO; LATORRE; ELIZALDE, 1989, p. 86) [grifado em negrito no original].

O teor da afirmação e os termos utilizados pelos três autores são bastante claros: seguindo a vertente marxista-leninista, o partido é um instrumento para a revolução, motivo pelo qual ser um “novo partido tradicional” deve estar fora do horizonte da FA, pois essa escolha implicaria enfatizar a disputa eleitoral e todas as práticas a ela associadas, quando elas são meramente instrumentais. Tal perspectiva está muito distanciada daquela reivindicada por Argones e Mieres (e por extensão PGP e PDC), já que eles demandam que a FA se torne um partido cuja finalidade maior é competir por votos, cargos e mandatos com vistas a empreender “políticas de esquerda”.

É preciso acrescentar mais uma dimensão dessa polêmica: aquela relativa à decisão sobre como a FA deveria se apresentar ao eleitorado na disputa de 1989. Ela acabou por ser a conjuntura crítica e o fator desencadeante da fratura ou a ponta do iceberg que navegava no turbulento mar frente-amplista, como poeticamente anota Cayota (1989a, p. 3).

O PGP, setor interno mais votado em 1984, queria que Hugo Batalla, seu líder incontestável, então no auge do prestígio popular, fosse o candidato a Presidente da

República no lugar de Líber Seregni. Garcé e Yaffé (2014, p. 69) e Yaffé (2005a, p. 165-166) agregam que, em meio à discussão, que atingia alta temperatura no interior da FA, o PDC propôs que ambos fossem candidatos, servindo-se do mecanismo das candidaturas múltiplas, largamente adotado pelos partidos tradicionais. O PGP aprovou esta proposta e pretendeu submetê-la, juntamente com o PDC, à Plenária da FA, que seria realizada em 17 de dezembro de 1988 (GARCÍA, 2013, p. 170-171).

Argones e Mieres (1989, p. 46) resumem como esta questão se apresentava à FA:

> […] se centra sobre un doble eje: por un lado, la elección entre dos candidatos que polarizan las simpatías del electorado frenteamplista [Seregni e Batalla], y, por otro, la definición acerca de la aceptación de una o dos candidaturas presidenciales. En el primero eje es posible encontrar más de una interpretación. Desde aquella que entiende que la opción entre ambos candidatos es la traslación más o menos directa de la percepción de dos concepciones alternativas en la Frente[127], hasta aquella que postula la disyuntiva como un problema exclusivamente de poder, sea sectorial o personal. El segundo eje también admite varias interpretaciones, desde las opiniones que estiman que una resolución que admita dos candidaturas contradice ciertos valores constitutivos del 'ser frenteamplista', como el de la 'unidad de la izquierda' o la 'autenticidad electoral', hasta aquellos que reivindican las dos candidaturas como la 'verdadera expresión de la realidad política del Frente' […] y rechaza la candidatura única como 'distorsionante' y 'encubridora' de la realidad política.

A questão se definiu em benefício da candidatura presidencial única, considerada pelos setores majoritários uma das marcas que distinguia a FA. Adotar candidaturas múltiplas seria consagrar a ruptura política para salvar a unidade eleitoral (BLIXEN, 1997, p. 171). E, nesse caso, Seregni era o preferido, sem que houvesse a possibilidade de contestação, pois, neste período, ele não era mais o *primus inter pares* de quando a FA foi fundada, e sim o líder principal e que encarnava como nenhum outro o frente-amplismo, enquanto todos os demais, inclusive Batalla, lideravam tão somente seus setores (SILVA, 2011, p. 84).

Este posicionamento foi sacramentado na Plenária de 17 de dezembro de 1988, sem que a posição divergente, propugnada por PGP e PDC, pudesse ter sido sequer apresentada. Imediatamente após a decisão, os representantes de ambos os

---

[127] Esta era a posição defendida por Mieres, na condição de secretário-geral da Juventude Democrata Cristã (PDC, 1989b, p. 12). Na argumentação, "la doble candidatura mucho más que un planteo electoral, era la forma de lograr una mayor flexibilización, permitiendo una clara diferenciación de perfiles entre los dos espacios, en el marco de un acuerdo programático común" (PDC, 1989c, p. 30).

setores da FA abandonaram o evento. Este não foi o momento da ruptura formal, cuja oficialização ocorreu alguns meses depois – em março de 1989 no caso do PDC e em maio, no do PGP –, mas o foi do ponto de vista simbólico e político, visto que, desde então, a saída dos dois setores era reconhecida por todos os envolvidos.

Um dos fatores que protelou a formalização da ruptura foi a confirmação pela Corte Eleitoral, apenas dois dias após a Plenária, da realização do referendo sobre a "ley de caducidad"[128]. Aliás, em entrevista fornecida a Barros-Lémez (1989, p. 215), em meio a este processo, Seregni explicitou: o PDC já havia rompido com a FA, mas a questão (notadamente a ruptura do PGP) "[...] está teniendo um ritmo más lento porque priorizamos la dinâmica que tiene de llevar a la resolución definitiva de este problema, imediatamente después del 16 de abril" (BARROS-LÉMEZ, 1989, p. 215).

Ainda em 1989, em 20 de maio, o Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros (MLN-T) foi incorporado à FA, o que está longe de ter sido uma coincidência. Desde abril de 1986, ele havia solicitado o ingresso, o que mereceu a oposição de PGP e de PDC, mais as reticências de parte do PCU (GARCÉ; YAFFÉ, 2014, p. 64)[129].

Embora o MLN-T não fizesse parte da FA e não pudesse ser responsabilizado pelas diferenças que redundaram na separação, as críticas de PGP e PDC – e aquelas contidas no artigo de Argones e Mieres (1989) – abrangiam a eventual entrada dos tupamaros, já que eles trariam uma visão sobre os rumos da entidade contrária a que eles reivindicavam.

PDC e PGP não estavam equivocados sobre como, em um primeiro momento, dar-se-ia a futura participação dos tupamaros na FA, pois estes também viam a Frente com ressalvas, mas a concebiam desde uma perspectiva diversa da apresentada nas páginas precedentes. Conforme Garcé (2006, p. 82-83), os tupamaros consideravam que a FA não era suficientemente combativa; fazia uma oposição contemporizadora; estava mais interessada em vencer eleições do que em

---

[128] Aprovada em 1986, ela anistiava os crimes cometidos por militares e policiais durante a ditadura e sua revogação era uma bandeira que unificava a esquerda, de tal modo que esta havia se engajado na coleta de assinaturas para viabilizar o referendo e o fez, novamente, na campanha após a confirmação de sua realização. A votação ocorreu em 16 de abril de 1989, mas o objetivo não foi atingido: o texto legal foi ratificado por 56,7% dos participantes.

[129] O PDC era a principal resistência ao ingresso. Ele apresenta como requisito para, eventualmente, aprovar o ingresso do MLN-T que os tupamaros fizessem uma autocrítica convincente em relação à opção pela luta armada. Como o modelo decisório da FA em vigor exigia a unanimidade, o PDC exercia poder de veto. Sobre esta questão, ver o depoimento de Eleuterio Fernández Huidobro (1942-2016), um dos líderes MLN-T, senador e Ministro da Defesa no governo Mujica e no segundo período Vázquez, em: Harnecker (1991, t. II, p. 60).

produzir mudanças; possuía um programa reformista, bem como era excessivamente montevideana e não integradora do país como um todo.

Porém, mesmo sem ainda fazer parte da FA, o MLN-T tinha um posicionamento sobre a polêmica que levou à saída de PGP e PDC. E ele era contrário a esses setores, mas mais radical do que o dos que haviam permanecido. O Comitê Executivo considerava que,

> desde la izquierda, donde nosotros estamos ubicados, advertimos que un 'corrimiento' hacia ese centro no fortalece al movimiento popular sino que implica un debilitamiento. Los grupos de izquierda que se corren hacia allí terminan transformándose en grupos de centro. […] No sirve la táctica de correrse al centro para favorecer al surgimiento de ese sistema de alianzas. Y menos la de romper la unidad de la izquierda con ese objetivo (MATE AMARGO, 05 marzo 1989 apud GARCÉ, 2006, p. 91).

No intervalo de tempo entre o pedido de ingresso e o aceite – aproximadamente três anos –, Raúl Sendic[130], propôs, em 1987, a formação da Frente Grande, uma aliança mais ampla do que a da FA, que reuniria forças progressistas e que não teria em vista tão somente a vitória nas urnas. Essa ideia, que implicava abandonar o projeto frente-amplista, não foi bem recebida pelos líderes da FA, o que ajudou a protelar o ingresso dos tupamaros e criou uma série de tensões entre as duas entidades.

A união de forças da esquerda em torno do referendo para revogar a "ley de caducidad"; a doença e em seguida a morte de Sendic, ocorrida em abril 1989; o acirramento da crise entre PGP-PDC; o crescimento da aceitação do ingresso dos tupamaros na FA foram alguns dos fatores que fizeram com que a ideia da Frente Grande fosse deixada de lado.

Como indicam Garcé, De Giorgi e Lanza (2012, p. 115), com o abandono da intenção de formar a Frente Grande e a ruptura de PDC e PGP, tanto os tuparamos quanto a FA fracassaram em suas tentativas de unir a esquerda. A inclusão do MLN-T na FA acabou por ser a possibilidade viável de, naquele momento, efetivar esta união.

---

[130] Principal liderança dos tupamaros, movimento do qual foi fundador. Iniciou a militância no PS e se tornou nacionalmente conhecido ao liderar a greve dos cortadores de cana de açúcar de Bella Unión (Artigas), os chamados "cañeros". Foi gravemente ferido ao ser capturado, em 1972, e permaneceu preso durante todo o período da ditadura (FERNÁNDEZ, 2004, p. 70-71). Mais detalhes, ver: Blixen (2004).

Ao ingressar oficialmente na FA, os tupamaros consolidaram uma aliança com o PVP, que já fazia parte da FA e havia deixado a IDI[131], mais: MRO, PST, UP e lideranças independentes, como Helios Sarthou. Juntos, constituíram um novo setor da FA, o Movimento de Participação Popular (MPP)[132], que havia se tornado público em abril de 1989.

Uma das características do MPP que cabe destacar, pois coincidente com as reivindicações de PGP e PDC frente à FA, é afirmar que cada um dos grupos que o formavam "no están obligados a disolverse ni a renunciar a sua propia identidad", como consta no documento fundacional 3, datado de 20 de março de 1989 (MAZZEO, 2005, p. 30).

1.4 Eleições de 1989: coligação Novo Espaço e o impacto no sistema partidário

Sacramentada a ruptura da FA, em julho de 1989 foi formada uma coligação, denominada Novo Espaço (NE), para concorrer nas eleições daquele ano. A iniciativa era capitaneada por PDC e PGP – de certo modo a reeditar a Frente do Povo do início dos anos 1970 –, mais um pequeno grupo (Movimento Integração, de origem batllista) e a União Cívica[133], que assim passava a apoiar uma opção de centro-esquerda. Por conta das exigências da legislação eleitoral, o NE se apresentou nas urnas por meio do lema PGP.

Uma pequena parcela do PDC decidiu permanecer na FA, rompeu com o partido e, organizada sob a denominação Artiguismo e Unidade, somou-se à recém-formada Vertente Artiguista. Da mesma forma, uma dissidência do PGP, liderada pelo deputado Lucas Pittaluga (?-2015), reunida como Movimento 20 de Maio, também permaneceu na FA (YAFFÉ, 2005a, p. 157)[134]. Nieto (2007, p. 81) o

---

[131] Sobre este processo, ver: Garcé (2006).

[132] Apesar da adesão à FA, o MLN-T não apresentou candidatos nas eleições de 1989, o que passou a fazer a partir de 1994 (GARCÉ, 2006).

[133] Trata-se do mesmo grupo ideológico que não aceitou a criação do PDC e que concorreu sem sucesso nas eleições de 1966 e de 1971, respectivamente, como Movimento Cívico Cristão e União Radical Cristã. Como indicado anteriormente, no processo de redemocratização dos anos 1980, ele retomou a denominação União Cívica e foi a única legenda, ao lado dos partidos tradicionais, autorizada a participar da eleição das autoridades partidárias de 1982. Também atuou nas negociações do Parque Hotel (1983) e do Clube Naval (1984). Concorreu no pleito de 1984, tendo elegido dois deputados, e participou do governo Sanguinetti (1985-1990) por meio da indicação do Ministro da Defesa e do presidente do Banco da República.

[134] Pittaluga era um antigo militante da Lista 99 e o nome adotado pelo agrupamento faz referência à data do assassinato de Zelmar Michelini. Por todos esses vínculos, a decisão de não acompanhar o PGP causou impacto à época (GARCÍA, 2013; FALLECIÓ..., 27 enero 2015).

apresenta como representante do pequeno setor sindical do partido, que havia sido contrário à proposta de Batalla ser candidato à presidente pela FA.

Bottinelli (1993, p. 111) destaca que a condição de coligação do NE se evidencia não somente por ser um acordo eleitoral entre forças partidárias independentes, mas também porque, formalmente, cada uma das partes constituintes conservou a sua independência e a sua identidade institucional própria. No interior da aliança, as relações se davam horizontalmente entre os partidos. Os poucos organismos próprios da coligação atuavam como instâncias de coordenação, sem autonomia ou capacidade decisória superior às das instituições que a formavam[135]. Nesse sentido, o NE contemplava o modelo que PGP e PDC haviam reivindicado para a FA.

Em sua declaração de princípios, a coligação se autointitula:

> [...] un partido de izquierda renovada, que asigna idéntico relieve y significado a la lucha por la justicia social que al respeto de los derechos humanos y las libertades individuales. Se declara abierto al diálogo plural acerca del papel de la izquierda en las sociedades modernas, teniendo en cuenta el fracaso de las construcciones socialistas autoritarias y los desafíos de nuestra época (NE, 1989 apud GIORA, 2005, p. 42).

Ser uma "esquerda renovada" implicava ter capacidade de diálogo com os partidos tradicionais e postar-se menos frontalmente como opositora do que a FA. Como sintetiza Serna (2004, p. 143):

> esta ênfase se exprimiu na preocupação por um espaço público não limitado ao estritamente estatal, mantendo o tom social-democrata de valorização do Estado no intuito de melhorar a justiça social, mas apresentando uma postura crítica mais moderada com respeito ao papel do mercado na economia.

Apesar dessa pretensão, Mieres considerou que a denominação adotada não dizia nada, soava vazia, sem sentido ideológico ou programático (GARCÍA, 2013, p. 188). Pode-se especular que o pouco tempo disponível – a coligação foi formada poucos meses antes das eleições – tenha impedido os fundadores de escolherem uma denominação com mais conteúdo político e também com mais apelo eleitoral para além de se afirmar como uma nova opção ao eleitorado[136]. Ainda assim, cabe

[135] A ressalvar que a intenção do NE era a de extrapolar a aliança eleitoral e atuar no parlamento como uma bancada, ou seja, definir-se também como uma coalizão parlamentar.
[136] Como será indicado no capítulo 3, o PI sofreu a mesma crítica.

destacar que, em 1994, quando um grupo pretendeu dar continuidade a uma opção eleitoral diferente de FA e dos partidos tradicionais, o nome foi preservado – aliás, continua sendo utilizado para identificar tal grupo, que hoje atua como um setor da FA.

Tabela 4 – Votos válidos nas eleições presidenciais e representação parlamentar por partido e por setor partidário (Uruguai, 1989)

Partido	Pres./ Senado (%)[1]	Câmara (N)	Senado (N)[2]
Colorado	30,3	30	9
Batllismo Unido	-	17	5
U. Colorada e Batllista	-	13	4
Nacional	38,9	39	13
Herrerismo	-	24	6
Renovação e Vitória	-	3	(2+1)
Movimento Nac. Rocha	-	11	3
Pela Pátria	-	1	1
Frente Ampla	21,2	21	7
PCU[3]	(46,9)	10	3
Partido Socialista	(22,4)	5	2
Vertente Artiguista	(15,8)	3	1
MPP	(10,8)	2	-
Outros	(4,1)	-	-
Mov. Pop. Frente-amplista[4]	-	1	
Independente[5]	-	-	1
Novo Espaço	9,0	9	2
PGP	-	8	2
PDC	-	1	-
Outros[6]	0,6	-	-
Total	**100**	**99**	**31**

Fonte: CRESPO; MIERES; PÉREZ (1991, p. 311); CRESPO (2002, p. 143); CHASQUETTI (2004b, p. 362); PIÑEIRO; YAFFÉ (2004, p. 302); BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014)
1 – PC e PN apresentaram três candidatos a Presidente cada um. O resultado está contabilizado pelo lema, sem discriminar as candidaturas. O número entre parênteses na FA indica % de votos para o Senado que o setor obteve no lema.
2 – Inclui o Vice-presidente Gonzalo Aguirre (1940-), do setor Renovação e Vitória (PN), que tem assento no Senado. A informação está discriminada pela soma entre parênteses.
3 – Concorreu como Democracia Avançada. Elegeu quatro senadores, mas um deles era Astori, então independente, tendo concorrido como primeiro nome de todos os sublemas para simbolizar a "união" entre os setores após a cisão de PGP e PDC. Em combinações prévia, ele ocupou vaga correspondente à cota da Democracia Avançada (GARCÉ; DE GIORGI; LANZA, 2012, p. 146), registrada como independente.
4 – Denominação adotada pelo MBPP desde 1984. Compôs a Democracia Avançada. Elegeu seu líder, Rodríguez Camusso.
5 – Indica quem não está formalmente vinculado a nenhum setor do partido[137]. No caso, refere-se a Astori.
6 – Partido Verde Eto-Ecologista, 0,55%; Movimento Justiceiro, 0,02%; Partido dos Trabalhadores, 0,02%; Partido Convergência, 0,01%.

A ideia do NE era construir uma opção esquerdista mais próxima do centro. Com isto, conseguiria arrastar a maioria do eleitorado frente-amplista e, ao mesmo tempo, obteria adesões externas à FA (SERNA, 2004, p. 186)[138]. Na prática, isto não se verificou: ele apresentou Batalla como candidato a Presidente, tendo ficado em

[137] É tomado aqui no sentido atribuído por Sartori (1982, p. 97): membros "que se identificam com a plataforma partidária, com 'posições apoiadas pela totalidade do partido eleitoral, e não com facções ou tendências". No trecho citado figura uma frase que é, originalmente, de Richard Rose.
[138] Esta também é uma das estratégias que impulsiona o PI, como a continuidade do texto vai demonstrar.

quarto lugar, com 9% dos votos[139]. Elegeu dois senadores (Batalla entre eles) e nove deputados, dos quais apenas um do PDC, Hector Lescano (1948-)[140], e todos os demais ao PGP, como mostra a Tabela 4.

Como pondera Fernández (2004, p. 29), para a FA, a saída de PDC e PGP parecia ser uma tragédia. Sem o PDC, ela perdeu o lema permanente com a qual havia se apresentado até então, o que punha em risco a possibilidade de acumular votos[141]. Sem o PGP, perdia o setor mais votado na eleição anterior e a muito popular figura de Batalla. Além disso, deixavam-na dois dos seus fundadores, que eram os setores mais moderados e que, somados, haviam obtido praticamente 50% dos votos que ela alcançara em 1984, como mostrou a Tabela 3.

O primeiro dos possíveis problemas, o da acumulação de votos, foi contornado por meio de uma modificação na legislação eleitoral, aprovada em outubro de 1989, com o apoio dos partidos tradicionais e do PGP. Assim, a FA pode utilizar pela primeira vez e oficialmente nas cédulas a denominação Frente Ampla. A norma passou a considerar lema permanente quem tivesse se registrado entre 1º de março de 1985 e 1º de setembro de 1989 na Corte Eleitoral (MAIZTEGUI CASAS, 2010, p. 139)[142].

O segundo, o da perda eleitoral, não se confirmou. Conforme a Tabela 4, a FA praticamente repetiu o percentual alcançado na disputa anterior, o que não era ruim, considerando as circunstâncias da ruptura recente que sofrera – embora, evidentemente, se a cisão não tivesse acontecido, o desempenho teria sido bem melhor. Além disso, alcançou uma vitória inédita, ao eleger o Intendente de Montevidéu, Tabaré Vázquez.

---

[139] Na oportunidade, ganharam a presidência os *blancos*, por meio do herrerista Luis Alberto Lacalle (1941-).

[140] Ele foi reeleito, pois em 1984 conquistara a cadeira de deputado pela FA. Tanto nessa oportunidade quanto em 1989 teve Mieres como suplente. Integrou-se à FA em 1994 e foi eleito senador em 2004, mas não exerceu o cargo, pois se tornou Ministro do Turismo de 2005 a 2012, nos governos de Vázquez e de Mujica.

[141] Para poder somar votos de diferentes listas, o que trazia a exigência legal de concorrer com um lema permanente (aquele que participou do pleito anterior e conquistou representação parlamentar), a FA não utilizara, em 1971 e em 1984, a sua denominação e adotara a do PDC. A questão poderia ter outros desdobramentos, pois Mieres e o PDC defendiam que, com a ruptura, a FA havia acabado. Consequentemente, consideravam que o lema e todos os seus símbolos não poderiam mais ser utilizados pelos remanescentes ou, alternativamente, que poderia ocorrer uma disputa entre os dois grupos (os que ficarem e os que se foram) em torno desse espólio.

[142] A mudança também beneficiou o PGP, que pode utilizar este lema para acumular votos do NE. Contudo, independentemente dessa mudança e ao contrário da FA, o NE tinha outros lemas permanentes à disposição (PDC e União Cívica, no caso), embora eles não tivessem o mesmo apelo eleitoral do PGP.

A questão ideológica também contrariou as expectativas sombrias. Por meio de reconfigurações internas, o espaço deixado pelos setores mais moderados foi ocupado por novas frações, como a Vertente Artiguista, que conquistou três cadeiras de deputado e uma de senador, o que equivale a 14,3% da bancada.

Apesar disso, a maior parte do espaço que PGP e PDC ocupavam passou para os setores radicais e a FA se tornou eleitoralmente e em termos de bancada mais esquerdista. O PCU, por meio do sublema Democracia Avançada, obteve quatro das cadeiras de senador (44,7% da bancada) e 10 das de deputado (57,1%); o PS alcançou duas no Senado (28,6%) e cinco na Câmara de Representantes (23,8%); o estreante MPP fez duas das cadeiras de deputado (28,6%).

No cômputo geral, pode-se dizer que houve uma expansão ideológica, pois, além da manutenção de sua ala "direita", por meio da VA, ocorreu o ingresso dos tupamaros, que estavam, naquele momento, mais à "esquerda" do que a média da FA (MIERES, 1992b, p. 74; 1994a, p. 68).

Por todo esse cenário, a eleição de 1989 é reputada como um marco importante para a política uruguaia e para a FA em particular. Conforme Serna (2004, p. 77), ela é vital para entender as mudanças e a dinâmica de longo prazo do sistema partidário pós-transição democrática. O pleito expressou o esgotamento da matriz bipartidária tradicional e a conformação de um formato multipolar. Igualmente, foi o primeiro em que a FA alcançou o poder executivo e também em que uma organização partidária não vinculada a *blancos* e a colorados atingiu tal espaço institucional. E não foi conquistada uma intendência qualquer: a capital Montevidéu concentra quase 50% do eleitorado e mais da metade do PIB do país, posicionando-se como inquestionável centro político-econômico nacional. A partir de então, a FA teria uma experiência de governo fundamental para "mostrar a que veio"[143].

[143] Garcé e Yaffé (2014, p. 62-63) afirmam que o acesso ao governo teve efeitos para a FA em termos de pragmatismo, moderação e disciplina. Mas também que ele impactou positivamente o eleitorado não frente-amplista, pois a gestão se desenvolveu com tranquilidade e previsibilidade, tendo gerado confiança na sociedade e desdemonizado a FA. Na opinião de Garcé (2007), desde o primeiro dia à frente de Montevidéu, a FA governou pensando em transformar sua gestão em um trampolim para o governo nacional: além de atentar às atividades cotidianas, ela incorporou novas tarefas, como a política de descentralização, o fortalecimento das políticas sociais e o desenvolvimento de relações internacionais. A experiência do governo Vázquez, a que se seguiram novas administrações da FA na capital – o partido completará, em 2019, 30 anos ininterruptos ou seis períodos à frente da gestão de Montevidéu –, mostrou a capacidade administrativa da esquerda. Logo, que ela podia assumir responsabilidades, sem que isto originasse conflitos graves, assim como lançou Vázquez para a cena política, uma figura até então pouco conhecida do grande público, menos ainda como político. Mais detalhes, ver: Schelotto (2004).

De modo convergente, Crespo (2002, p. 134) destaca 1989 como o pleito que encerrou o processo de restauração da democracia, dado que, pela primeira vez desde 1966, a disputa se deu em plena normalidade, sem medidas de exceção (como em 1971) ou a exclusão de competidores (como em 1984). Igualmente, ela trouxe significativas novidades, caso da já citada conquista de um governo subnacional por um partido distinto dos tradicionais, mais a alternância no governo nacional (passagem dos colorados para os *blancos*) e o advento de uma quarta força (NE). Logo, chamou esta eleição de o fim de uma época e o início de outra.

Ao refletir sobre o resultado deste pleito, Mieres (1990, 1992a) argumentou que o sistema partidário estava em transição, especialmente porque o eleitorado adotou um comportamento mais flutuante e menos vinculado às tradições políticas. O diagnóstico decorria da queda da votação de PC e de PN, acompanhada do crescimento do outro campo, formado por FA e NE – o qual foi identificado por González (1999) como dos "partidos desafiantes"[144].

O mais destacado para os objetivos desta tese é a ideia defendida por Mieres de que tal diagnóstico não correspondia a situações conjunturais, mas a tendências de fundo. Ela se coaduna com a hipótese da criação de um sistema partidário pluralista, em que, seguindo os ensinamentos de Sartori (1982), haveria espaço para um quarto partido relevante. E esta quarta legenda, sendo nova, poderia atrair progressivamente as atenções de um eleitorado cada vez mais volátil e menos dependente de adesões prévias, ou seja, menos fiel aos partidos históricos (aí incluída também a FA). Nesse sentido, Mieres corroborava as potencialidades do NE, cuja votação alcançada em escassos quatro meses de campanha, indicaria que esta possibilidade era efetiva.

De modo convergente, Rodolfo González (1990, p. 21) exaltou o feito do NE, que teria sido o primeiro a contrariar a tradição uruguaia de que o setor que se separa de um lema – ele faz referência a PGP e PDC – recebe magra votação na eleição de estreia.

---

[144] O termo desafiante tem de ser entendido em termos de competição, mas não necessariamente envolve contestação relativa à condução política. Ressalva-se, ainda, que López (2005, p. 45-47) considerou que o NE nunca alcançou a condição de desafiante. Ele analisou os partidos individualmente, e não em bloco, e classifica como tais aquelas "oposiciones emergentes en un contexto de transformaciones del sistema de representación, las cuales no han alcanzado el gobierno, pero compiten por él representando una alternativa (a los partidos del statu quo) ante la ciudadanía" (LÓPEZ, 2005, p. 42).

Em um novo artigo, Mieres (1992b, p. 73) foi mais longe na interpretação. Ao observar a votação de FA e NE, afirmou que, da tímida tipificação do sistema partidário como de dois partidos e meio, passou-se a uma clara estruturação pluripartidária, com a presença de quatro partidos relevantes. Como um reforço à argumentação, ele cita um trabalho de González (1993, p. 232), no qual o autor se utiliza das categorias de Sartori (1982) para afirmar que haveria um pluralismo moderado no país.

O interessante é que o juízo de González estava baseado em um cenário que ele havia identificado não em 1989, e sim na eleição de 1984. E ele se referia à existência, além de PN e de PC, de duas Frentes Amplas, atestada por pesquisas realizadas com seus parlamentares e os eleitores de Montevidéu: uma era fruto da proximidade ideológica entre PGP e PDC, e que ele chamou de “direita” da FA (ou seja, mais próxima do centro-esquerda); e a outra, da proximidade entre IDI e PCU, que compunham a “esquerda”. Ao mesmo tempo, essas duas alas apresentavam um razoável distanciamento entre si e em relação ao “centro” da FA, que era ocupado pelo PS (GONZÁLEZ, 1993, p. 164, 168).

Para Mieres, os achados de González eram uma evidência de que, na prática, o quarto partido existia desde 1984 e que ele havia sido “percebido” como tal pelo eleitorado desde esta época. Em 1989, ele simplesmente teria aparecido aos votantes como uma opção partidária efetivamente autônoma. Não por acaso, esta quarta força, o NE, era formado pelos mesmos setores que, anteriormente, compunham a ala direita da FA.

Contudo, González (1993, p. 117, 128) observou que a distância ideológica entre as duas alas da FA era pequena (1,2 pontos na escala 1-10) e também menor do que a existente no interior do PC (1,6) e do PN (2,5). Logo, para ele, a FA parecia ser ideologicamente mais coesa do que os partidos tradicionais, apesar de cindida em dois blocos. A “novidade” da assertiva estava em constatar a existência de duas Frentes Amplas e, de certo modo, antecipar a cisão ocorrida em 1989.

Há outro elemento a considerar nesta questão. Rodolfo González (1990, p. 71) e Fasano Mertens (1990), ao debruçarem-se sobre os resultados desse pleito, destacam que a tendência geral foi de os votos da esquerda permanecerem com a FA. Aqueles que o NE conquistou provinham majoritariamente de quem havia votado no PC em 1984. Na visão de Fasano Mertens (1990), este fato foi decisivo

tanto para a vitória dos *blancos* na eleição nacional quanto para a da FA na intendência de Montevidéu[145].

Crespo (2002, p. 132-133) e Rodolfo González (1990, p. 71, 109) seguem esta interpretação e ponderam que houve esta tendência porque a campanha do NE, ao privilegiar o Estado como ator vital de futuras mudanças socioeconômicas, adotou referências batllistas, que tinham capacidade de sensibilizar o eleitor colorado. Na mesma medida, destacam que, apesar de supostamente o PGP disputar o voto com a FA, foi o PC quem se constituiu o objetivo primordial da ofensiva do NE, em virtude da ascendência batllista que o acompanhava, verificável especialmente na figura de Batalla, o candidato presidencial.

A interpretação de Bottinelli aprofunda esta característica, mas o faz pela perspectiva do PC, pois afirma que votar em Batalla

> era vista por los votantes colorados batllistas como alguien de su familia. No era como votar al extraño […] Era muy atractivo para ese tipo de gente socialdemócrata que no podía votar a Jorge Batlle [...] la única alternativa de votar a Jorge Batlle era Pacheco. Ah! No se puede votar a Pacheco que fue un autoritario y Jorge Batlle está diciendo que hay que terminar con el Estado, que quiere el libre mercado (BOTTINELLI, 2015 apud STUNT, 2016, p. 52)[146].

A interpretação de Rodolfo González (1990, p. 109) é idêntica:

> en momentos en que los candidatos del batllismos en el Partido Colorado, no ofrecían una gran credibilidad, confianza y además prácticamente habían casi desaparecido las opiciones autotituladas socialdemócratas, se abría la posibilidad de votar por candidatos de origen colorado y batllista, fuera del lema sin tener la necesidad de votar al tradicional adversario.

Na apreciação de Mieres (1994a, p. 83), embora o resultado eleitoral do NE não possa ser considerado ruim, em razão do curto período de formação, todos os setores que o compunha tiveram redução da votação em comparação a que haviam

---

[145] A decisão do voto implica um processo mais complexo, como o próprio autor reconhece. Mas, de fato, a FA manteve a mesma votação relativa alcançada em 1984 (21,3% e 21,2%), o PN cresceu timidamente (de 35% para 38,9%) e o NE alcançou 9%. Logo, o PC, foi o único a perder votos: caiu de 41,2% a 30,3%. Ver: Tabelas 2 e 4.

[146] Havia um terceiro candidato pelo PC, não citado por Bottinelli neste excerto: Hugo Fernández Faingold (1947-), alheio aos principais setores, que obteve 2,4% dos votos do partido (BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS, 2014). Batlle se tornou o candidato oficial do Batllismo Unido (Lista 15) ao vencer, em uma prévia intrassetorial, o então Vice-presidente Tarigo, que era o nome preferencial do Presidente Sanguinetti. Embora ambos pudessem ser candidatos, a prévia fez parte de um acordo entre os seus setores para lançar uma candidatura única. A intenção era evitar a divisão de forças, o que poderia beneficiar Pacheco, claramente identificado com a direita e pouco comprometido com a democracia (LAGROTTA; LEONÍS, 2015).

alcançado em 1984. PGP recuou de 8,3% para 7% do total de votos ao Senado; PDC, de 2,3% a 1,6%; e União Cívica, de 2,4% a 0,3%. No cálculo de Rodolfo González (1990, p. 47, 52), a votação do NE em 1989 correspondeu a 89,1% da alcançada por PGP e PDC em 1984, sendo que houve claro predomínio do PGP no interior da coligação: ele respondeu por 78,1% dos votos, contra 18,1% do PDC e 3,7% da União Cívica, mais 0,1% corresponde a votos diretos no lema.

Na ótica de Mieres (1992b, p. 74):

> la situación so pode ser explicada pela dimensión simbólico-institucional: [...] los partidos no son solo estructuras organizativas orientadas a la captación de votantes en clave socioeconómica o de autoidentificación ideológica; son también depositarios de identidades colectivas que incluyen ordenamientos axiológicos y referencias afectivas que determinan y conservan adhesiones. [...] Cuando el ala moderada del Frente Amplio de 1984 se constituyó en una alternativa político-electoral, no lo hizo como una continuidad parcial, reivindicando la herencia de la tradición frentista, sino como una opción nueva, que abandonaba una identidad vigente. Así, resulta lógico que, a pesar de su origen social y autopercepción ideológica, sus votantes no hayan acompañado la ruptura política, permaneciendo adheridos a la tradición frentista.

Em outro texto, Mieres (1994b) frisou que, após esse bom desempenho, os desafios do NE a partir de 1990 seriam consolidar-se politicamente e desenvolver uma identidade própria, diferenciada da de seus rivais. Mas, como constatou, não foi isso o que se verificou. Um dos problemas enfrentados pela coligação no intervalo entre os pleitos de 1989 e de 1994 é que

> el liderazgo emergente del intendente de Montevideo, Tabaré Vázquez, estuvo acompañado de un discurso moderado, fuertemente renovador con respecto al lenguaje tradicional de la izquierda. La renovación que propugnaba el NE fue asumida por Vázquez desde dentro del propio Frente Amplio, con el agregado de que éste poseía más poder y más respaldo electoral. La reaparición pública de Sanguinetti, con el objetivo de retornar a la Presidencia en 1994, estuvo acompañada con un nuevo discurso de tono claramente socialdemócrata. El acento por lo social, la preocupación por las transformaciones y, fundamentalmente, su crítica al neoliberalismo del gobierno de Lacalle, iban ubicando al ex-presidente colorado cada vez más en el mismo terreno que el NE acababa de ocupar (MIERES, 1994b, p. 11).

Esta também é a percepção de Serna (2004, p. 78). Ele aponta que a cisão sofrida em 1989 “repercutirá nas estratégias posteriores dos dirigentes da Frente Ampla, no sentido da procura de coligações mais flexíveis que permitissem a integração de novos setores através do que será denominado como Encontro Progressista”. É o que será apreciado na próxima seção.

1.5 Eleições de 1994: mudanças na FA e o partido Novo Espaço

A eleição seguinte, realizada em 1994, foi a primeira em que a resposta sobre quem ganharia não girava em torno de PC e PN, pois a FA tinha possibilidades efetivas de eleger o Presidente da República – e quase o conseguiu.

Este foi o pleito em que o país se dividiu em três partes quase equivalentes, também uma experiência inédita na história (e jamais repetida): PC venceu ao obter 32,3% dos votos válidos, PN ficou em segundo lugar, com 31,2%, e FA em terceiro, com 30,6%, conforme a Tabela 5, apresentada a seguir.

Nesse cenário de incerteza, a disputa foi precedida por uma série de novidades, classificadas por Mieres (1996, p. 41) como movimentos e realinhamentos políticos muito significativos e que pautaram uma nova articulação de oferta política por parte das legendas. Tais modificações envolveram diretamente as forças da esquerda.

1.5.1 Escolha do PGP

A opção NE, que estreara há cinco anos, não existia mais. A dissolução se deu porque, em maio de 1994, o PGP formou uma aliança eleitoral com o Foro Batllista[147], uma das correntes do PC, a partir da qual Batalla foi apresentado como candidato à Vice-presidente na chapa liderada por Julio María Sanguinetti – e que foi a vencedora daquele pleito.

Conforme De Armas, Garcé e Yaffé (2003, p. 89), este acordo foi apresentado à opinião pública como a refundação do Estado de bem-estar batllista. A estratégia de atrair o PGP se mostrou decisiva: resgatou a mística batllista, ampliou o escopo do PC e obteve um aporte de votos que parece ter sido suficiente para garantir a vitória de Sanguinetti.

De parte do PGP, a decisão reforça duas bandeiras que ele havia levantado na década anterior. A primeira, a de que efetivamente se considerava uma força política autônoma, razão pela qual tomava decisões conforme o que lhe parecia mais razoável, independentemente e apesar de compromissos prévios firmados com

[147] Trata-se de dissidência da Lista 15 (agora denominada Batllismo Unido). Foi formalizada no início dos anos 1990 pelo ex-Presidente Sanguinetti para viabilizar sua nova e bem-sucedida candidatura presidencial.

outros atores (concretamente, com o PC no final dos anos 1960, com a FA às vésperas da eleição de 1989 e, agora, com os parceiros do NE).

A segunda, a de que o NE era uma coligação/coalizão mais do que um partido. E, como tal, meramente contingente, razão pela qual poderia ser desfeita a qualquer tempo e unilateralmente por qualquer uma das forças que a compunham. Afinal, estas eram os verdadeiros atores, com capacidade decisória, interesses e estratégias próprias a serem definidas conjunturalmente. O NE era apenas o resultado dessas escolhas. Enfim, jamais a aliança poderia se sobrepor e as partes serem submetidas ao todo.

Ao mesmo tempo, o término desse primeiro NE mostra que as análises acadêmicas que afirmavam ser ele um quarto partido relevante eram mais uma projeção – fundada principalmente na expectativa de que se consolidasse e apresentasse crescimento eleitoral – do que uma constatação efetivamente autorizada pela realidade sensível. Sinteticamente: indicava que em 1989, circunstancialmente, ele havia sido relevante, mas não necessariamente que o sistema político já estivesse conformado por quatro partidos relevantes e que tais características persistissem por mais tempo. Igualmente, não autorizava supor que a existência de duas "famílias ideológicas"[148] na FA geraria, em algum momento, a formação de dois partidos diferentes e, finalmente, que, ambos, seriam relevantes.

De algum modo, por desejar que algo acontecesse ou pela influência dos fatos políticos, houve uma confusão no meio acadêmico e, por isso, circunstâncias e contingências foram tomadas como finalidades e necessidades.

[148] Luna (2004a, p. 141) a entende como um conjunto de partidos que compartilham um perfil similar no que tange às suas preferências ideológicas sobre um conjunto de assuntos relevantes. É neste sentido que González usa o termo.

Gráfico 4 – Representação parlamentar obtida pelo PGP (Uruguai, 1984-1994)

Fonte: BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014)
* Como parte da FA; ** Como parte do NE; *** Como parte do PC.

A aliança extrapartidária – e inusitada na tradição uruguaia, pois implicava a coligação entre a fração de um partido (Foro Batllista) e outro partido (PGP) – trouxe consequências graves para a trajetória futura do PGP. Yaffé (2005a, p. 174) a classificou como uma antecipação do seu suicídio político.

Primeiro porque ele se partiu em três, como será aprofundado na próxima subseção. Embora a maior parcela tenha seguido Batalla, um setor não aceitou a mudança e formou o partido Novo Espaço e outro, muito pequeno (Baluarte Progressista), vinculou-se à FA.

Segundo porque o desempenho eleitoral do PGP não foi positivo. Batalla se tornou Vice-presidente, obviamente um posto relevante, mas a redução no tamanho da bancada pode ser dimensionada por intermédio do Gráfico 4: de oito deputados, restou apenas um (Yamandú Fau); de três senadores conquistados em 1984 e em 1989, apenas uma vaga foi mantida em 1994 (ainda assim indiretamente, pois é a que o Vice-presidente ocupada automaticamente). As razões para este fato podem ser especuladas: foi uma decorrência da fragmentação do PGP após a aliança com o PC ou do peso político e simbólico negativo decorrente do acordo com o Foro Batllista, notadamente para quem o apoiava por ser uma opção diferente dos partidos tradicionais e de uma FA considerada excessivamente esquerdista.

Bastante reduzido em comparação ao tamanho político e parlamentar que tivera nos anos anteriores, o futuro político do PGP não foi positivo: ele solicitou o ingresso no Partido Colorado em 1997, o que o transformou em mais uma de suas frações. Em outros termos: pouco tempo depois, ele deixou de ser um partido, o que não deixa de ser irônico, considerando o quanto havia reivindicado e lutado nos anos anteriores para preservar a sua autonomia.

Na prática, esta decisão era o retorno da antiga Lista 99 ao PC e a recomposição com a sua origem história e seus referenciais batllistas. Como pondera Bottinelli (11 dic. 1997), completava-se um largo giro de 360 graus. Ao mesmo tempo, esta escolha implicou a sua diluição, pois ele deixou de ser um grupo significativo no interior do PC, especialmente após o falecimento de Batalla, ocorrido em 1998 (GARCÍA, 2016).

1.5.2 Opção do PDC

O outro parceiro principal no NE, o PDC, não acompanhou a decisão do PGP de aliar-se ao PC. Diante da inviabilidade da continuidade da coligação sem o grupo de Batalla, ele preferiu se vincular eleitoralmente à FA[149].

Mieres, um dos principais artífices da criação do PI, então no PDC, afirma que foi voto vencido na deliberação, pois era favorável a que a legenda participasse da criação do partido NE. Ele se submeteu à vontade da maioria, inclusive tendo concorrido a deputado. Mas a inconformidade permaneceu: passada a eleição, preferiu deixar o PDC e ficar sem filiação (MIERES, 10 maio 2017 [informação verbal]; 2017)[150].

Contudo, o PDC não aderiu à FA diretamente, seja via coligação entre as duas entidades, seja por meio da reincorporação. Ele formou o chamado Encontro Progressista (EP), uma aliança que também contou com: Corrente 78[151], liderada

[149] O outro componente do NE, a União Cívica, tomou um terceiro caminho: voltou a concorrer de modo autônomo, tendo apresentado candidatura a Presidente. Ela o fez também nos pleitos de 1999 e de 2004, sempre com votação ínfima (no máximo, 0,2% dos votos válidos). Nas eleições de 2009 e de 2014 passou a apoiar os *blancos*. Em todas essas oportunidades, não alcançou representação parlamentar.

[150] A saída do PDC não foi individual. Na mesma ocasião, vários outros filiados deixaram o partido, como Juan Young, que havia o presidido e participara das negociações do Clube Naval.

[151] Também chamada de Corrente Progressista ou Encontro dos *Blancos* Progressistas, cf. Yaffé (2005a, p. 158).

por Rodolfo Nin Novoa (1948-)[152], que deixara o PN; e Daniel Díaz Maynard (1933-2007), deputado dissidente do PGP[153].

Yaffé (2004, p. 179, nota 5) cita mais um grupo formador do EP, o Batllismo Progressista, reputado por ele como um muito pouco conhecido agrupamento, eleitoralmente irrelevante, formado por cidadãos provenientes do PC. Conforme Fernández (2004, p. 124), ele surgiu de colorados que atuaram ao lado da esquerda no referendo contrário às privatizações durante o governo Lacalle, e, ao não poderem utilizar a expressão batllismo, apresentam-se eleitoralmente como Baluarte Progressista.

Também houve a participação da Confluência Frente-amplista (Confa), composta por dissidentes do PCU. Corresponde a parte do grupo que Garcé, De Giorgi, Lanza (2012) chamaram de “renovadores”. Eles foram superados na disputa interna pelos “históricos”, que não queriam modificações na orientação ideológica após a queda do socialismo real. Assim, deixaram o PCU e formaram este grupo político, nos quais se destacam: Marcos Carámbula (1947-), que se tornaria Intendente de Canelones (2005-2015) e atualmente é senador; Victor Rossi (1943-), deputado, diretor de transporte e trânsito da intendência de Montevidéu e Ministro de Transportes, ambos em governos de Vázquez.

Como um grupo novo, a Confa não pertencia oficialmente à FA e, por conta de sua origem, teve várias tentativas de ingresso vetadas pelo PCU (sem a concordância dele, não era possível alcançar os votos necessários para tal: 90% do Plenário Nacional ou 80% dos presentes). Por esta razão, atuou inicialmente por meio do EP, embora, de fato, não compusesse um grupo externo à FA e que a ela tenha aderido, como o eram Corrente 78 e PDC. O ingresso formal da Confa só aconteceu em 2002 (FA FRANQUEÓ..., 28 abr. 2002). A demarcar a diferença em relação a Corrente 78 e PDC, estes só aderiram à FA em 2005.

Foi o EP quem se coligou com a FA e, juntos, eles apresentaram a chapa Tabaré Vázquez (Presidente) e Novoa (Vice). Como explica Bielous (1996, p. 225), do ponto de vista da legislação uruguaia, o EP não existia porque não era um lema e, por isso, não poderia de direito, apenas de fato, coligar-se com a FA. A alternativa

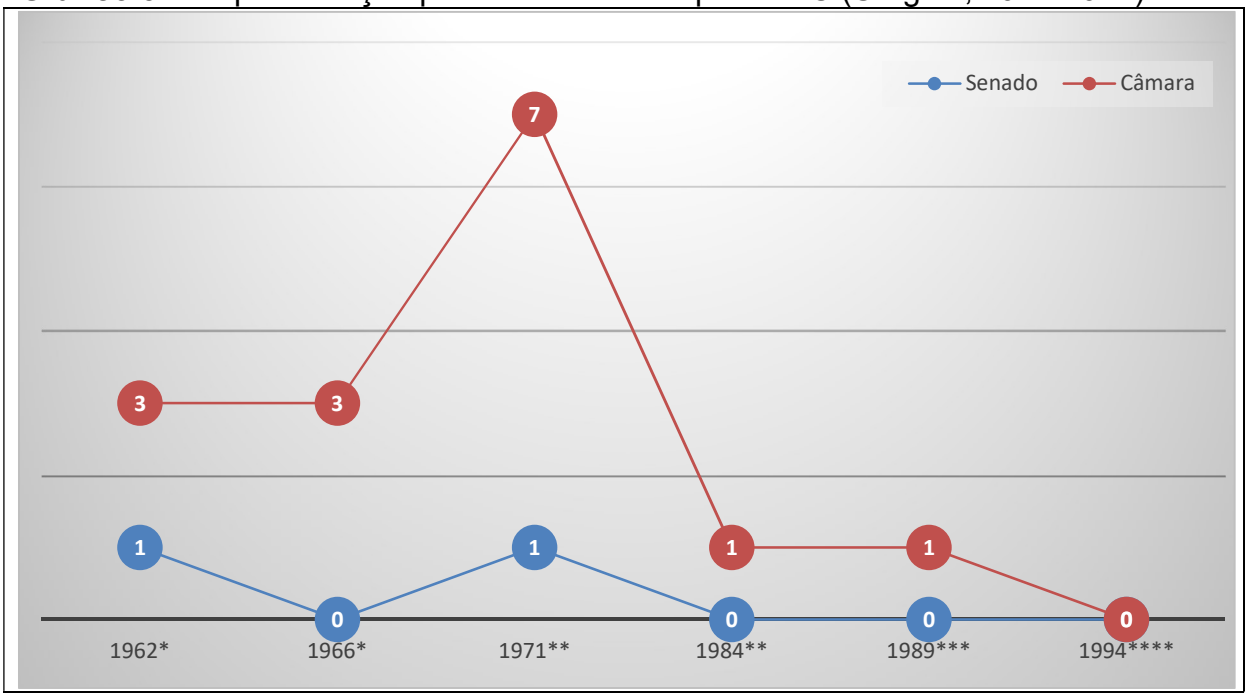
---

[152] Intendente de Cerro Largo, eleito em 1984 e em 1989. Rompeu com os *blancos* em 1993. Concorreu a Vice-presidente na chapa de Vázquez em 1994, 1999 e 2004, quando foi eleito. Depois de deixar o cargo, tornou-se senador em 2009 e, desde 2015, é Ministro das Relações Exteriores.

[153] Maiztegui Casas (2010, p. 285) chama o agrupamento liderado por Díaz Maynard de Opção Socialista.

foi apresentar-se às eleições como parte da Frente Ampla, que passou a ser identificada como EP-FA. Desse modo, as forças listadas acima concorreram nas eleições legislativas como Espaço Renovador, sublema da FA, e não colheram bons resultados: conquistaram apenas uma vaga, que coube a Díaz Maynard.

Gráfico 5 – Representação parlamentar obtida pelo PDC (Uruguai, 1942-1971)



Fonte: BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014)
* Como lema próprio; ** Como parte da FA; *** Como parte do NE; **** Como parte do EP-FA.

O fraco desempenho eleitoral alcançado pelo PDC em 1994 não era propriamente uma novidade. Como mostra o Gráfico 5, ele já havia ocorrido em 1984 e em 1989, ocasiões em que elegera apenas um deputado. O cenário de 1994 era tão somente mais grave, ou seja, o PDC estaria fora do parlamento, após ter formado bancada desde o seu surgimento em 1962 (ou muito antes, desde 1916, quando era União Cívica). E ele contrasta com a bancada obtida no período anterior ao Golpe: em 1971, conquistara oito cadeiras (sete de deputados e uma de senador), a sua mais ampla representação; e em 1966 e em 1962, três deputados e, apenas na eleição de estreia, mais uma de senador.

Sobre o desempenho do PDC em 1984, ao identificar uma tendência que se consolidou nos pleitos subsequentes, Rial (1986, p. 54-55) aponta:

> El PDC *stricto sensu* sufrió el notorio deterioro que supuso el cambio de posiciones internacionales de la DC [Democracia Cristã], su declinación en América Latina, el hecho de ser uno de los escasos lugares donde

> mantienen una alianza con fuerzas de izquierda (otro en Ecuador) y ello tras vacilaciones (salieron del Frente, reingresaron en febrero de 1984 a costa de una escisión interna que supuso la renuncia de todos los viejos dirigentes encabezados por Juan Pablo Terra).

A leitura de Rodolfo González (1990, p. 43), realizada a partir dos resultados de 1989, reputa o recuo do PDC à perda de identidade decorrente da aproximação com as correntes marxistas e da absorção de muitos dos princípios que elas defendiam. Portanto, a origem residiria na formação da FA, em 1971, e na opção pós-ditadura de retornar ao seio da FA.

Ele ilustra esses danos ao comparar os resultados obtidos em 1984 por PDC e por União Cívica, que ele chama eufemisticamente de "setor mais moderado do espaço social cristão": enquanto o primeiro alcançou 42 mil votos e elegeu um deputado, o segundo atingiu 45 mil e dois deputados. Esse desempenho era desproporcional àquele apresentado nos pleitos de 1966 e de 1971, quando a União Cívica – sob outra denominação – apresentou-se como opção mais conservadora ao eleitorado católico insatisfeito com o PDC.

Rodolfo González (1990, p. 41) ainda especula que esse desempenho se deveu a dois fatores: o papel que a União Cívica desempenhou nas negociações para saída da ditadura e o fato de ter se tornado uma opção para eleitores *blancos* que decidiram não votar no seu lema.

1.5.3 Partido Novo Espaço

Ainda no contexto da eleição de 1994, é preciso destacar: se PGP e PDC promoveram novas alianças fora do âmbito do NE, e a União Cívica voltou a concorrer de modo independente – decisões que puseram fim à coligação formada em 1989 –, um setor do PGP não concordou com a associação ao PC e decidiu manter o NE, já não mais como uma coligação, e sim como um novo partido.

Desse modo, houve a refundação do Novo Espaço, tendo como principal liderança Rafael Michelini (1958-)[154], que então tinha 35 anos e era classificado como uma emergente figura política (MIERES, 1996, p. 45)[155]. Ele foi o candidato

[154] Filho de Zelmar Michelini, ele iniciou a carreira eleitoral em 1984, quando se elegeu para a Junta Departamental de Montevidéu pela FA (setor PGP). Em 1989, tornou-se deputado pelo NE.

[155] Esquibel (1999, p. 108-109) afirma que, ao surgir para o grande público, ele trouxe algumas características que o configuravam como uma marca e o diferenciavam da classe política existente: a juventude e a herança do pai (o sobrenome, que criava um vínculo evidente e evocava força, energia

único à presidência pela legenda, seguindo a tradição cultuada pela FA e que já havia sido acompanhada pela coligação NE.

A intenção de preservar referências às suas origens como Lista 99 – o que estaria sendo negado pela opção de se aliar com o PC, adotada por Batalla e pelo PGP – está presente não só no fato de o novo partido ser liderado pelo filho de Zelmar Michelini, mas também na escolha do número 99.000 para identificar a lista de candidatos ao legislativo[156].

Assim como ocorrera com seu homônimo há quatro anos, ele foi criado às pressas, quase às vésperas das eleições, tendo se efetivado por meio de uma Plenária Nacional, realizada em junho de 1994, e de um Congresso fundacional, ocorrido em agosto daquele ano. Para tornar mais grave o seu caso, ele enfrentou a tarefa de ser testado nas urnas em meio a uma disputa acirrada e equilibrada entre FA, PN e PC, na qual restavam poucas oportunidades para os demais competidores.

Talvez por isto, ao invés de procurar um nome novo, a preferência tenha sido por repetir a denominação já testada nas urnas, com a intenção de minizar os riscos e se beneficiar de um lema que havia sido apresentado recentemente ao eleitor, bem como cujo significado correspondia à ideia de se manter como uma opção política. Pode-se considerar que nessa segunda disputa, a denominação Novo Espaço já não fosse tão nova, mas inegavelmente o lema procurava se afirmar como uma alternativa eleitoral às opções já conhecidas.

---

e independência; a semelhança física; a presença constante da foto de Zelmar e de referências no discurso; e a carreira política desenvolvida em espaços fronteiriços). Ele ainda destaca os slogans de campanha, “a força das ideias” e “agora Michelini”, que também reforçavam a figura de Zelmar e a noção de ser um “político diferente”.

[156] O número 99 não pode ser usado, pois permaneceu com o PGP.

Tabela 5 – Votos válidos nas eleições presidenciais e representação parlamentar por partido e por setor partidário (Uruguai, 1994)

Partido	Pres./Senado (%)[1]	Câmara (N)	Senado (N)[2]
Colorado	32,3	32	11
Foro Batllista	-	25	8
Cruzada 94	-	4	1
PGP	-	-	(0+1)
Battlismo Radical	-	2	1
U. Colorada e Batllista	-	1	-
Nacional	31,2	31	10
Herrerismo	-	14	4
Mãos à Obra	-	15	4
Movimento Nac. Rocha	-	2	1
EP-FA	30,6	31	9
Assembleia Uruguai	(39,5)	18	4
PCU[3]	(9,5)	2	1
Partido Socialista	(18,1)	6	2
Vertente Artiguista	(9,5)	2	1
MPP	(7,2)	2	1
Corrente 78	(5,2)	1	0
PDC	(2,9)	-	-
Confluência Frente-amplista	(5,2)	-	-
Outros	(2,9)	-	-
Novo Espaço	5,2	5	1
Outros[4]	0,7	-	-
Total	**100**	**99**	**31**

Fonte: CRESPO; MIERES (1996, p. 329); CRESPO (2002, p. 171); CHASQUETTI (2004b, p. 362); PIÑEIRO; YAFFÉ (2004, p. 302); ALTMAN; CASTIGLIONI (2006, p. 152); BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014)

1 - PC apresentou quatro candidatos a Presidente e o PN, três. O resultado está contabilizado pelo lema, sem discriminar as candidaturas. O número entre parênteses na FA indica % de votos para o Senado que o setor obteve no lema EP-FA.

2 – Inclui o Vice-presidente Hugo Batalla, do setor PGP (PC), que tem assento no Senado. A informação está discriminada pela soma.

3 – Concorreu por meio da Democracia Avançada, repetindo o que fizera em 1984 e em 1989.

4 – Partido Verde Eto-Ecologista, 0,27%; Partido do Sol Federal e Pacifista, 0,11%; União Cívica, 0,1%; Partido Azul, 0,08%; Partido Seguridade Social, 0,04%; Partido dos Trabalhadores, 0,02%; Aliança Oriental, 0,02%; Movimento Justiceiro, 0,01%; Partido Democrata Laboral, 0,01%; Partido Republicano, 0,01%; Movimento Progressista, 0,01%.

As circunstâncias da criação, a ausência do PGP e de Batalla, que eram os principais referenciais do NE, mais o cenário de paridade entre os favoritos, repercutiram no resultado obtido pelo novo partido nas eleições de 1994. A candidatura presidencial atingiu 5,2% e o partido conquistou uma cadeira de senador (ocupada por Michelini) e cinco de deputado. Em 1989, quando ainda era uma coligação e contava com um número maior de partidos-membros, havia obtido 9% dos votos presidenciais, dois senadores e nove deputados.

Ainda assim, diante do quase empate entre FA, PN e PC, registrado nessa oportunidade, o NE foi apontado como chave para a governabilidade futura e, portanto, potencialmente dotado de uma importância mais ampla do que aquela indicada pelo seu tamanho parlamentar. Bafejado pela oportunidade política, beneficiado por estar posicionado entre as principais forças partidárias, ele teria a possibilidade de formular acordos com qualquer uma delas, atuar como reforço à

oposição ou ao governo, conforme a agenda em pauta e os seus interesses político-programáticos (BARAHONA, 2001, p. 155, 164).

Por conta da circunstância de sua criação, o NE só se organizou efetivamente após o pleito de 1994. Um Congresso Nacional foi realizado em novembro de 1995 para estabelecer o estatuto definitivo – o evento anterior, diante da premência do processo eleitoral, havia aprovado um provisório –, e o I Congresso Federal ocorreu em novembro de 1997 (BARAHONA, 2001, p. 157-159). Com tais definições, ele se apresentou como

> partido político cuyo proyecto surge de diversas corrientes de opinión provenientes del socialismo democrático, el socialcristianismo, de colectividades tradicionales de nuestro país y de ciudadanos independientes, mancomunados en la afirmación de los valores, acciones y objetivos del partido (NE apud BARAHONA, 2001, p. 158).

Conforme a análise produzida por Barahona (2001, p. 159-160), o partido orientava sua energia em busca da construção de uma sociedade democrática, baseada na liberdade, na igualdade, na justiça, na verdade, no solidarismo e na paz. Apresentou forte campanha pela transparência e o combate à corrupção na administração pública, além do apoio a iniciativas que conduzissem à verdade, à memória e à reconciliação por meio do esclarecimento da situação dos cidadãos desaparecidos durante a ditadura civil-militar.

Uma das iniciativas mais destacadas neste campo foi a organização da Marcha do Silêncio, ao lado do movimento de Mães e Familiares de Uruguaios Presos e Desaparecidos, e de outras instituições. A Marcha foi realizada pela primeira vez em 20 de maio de 1996, quando se completavam 20 anos do assassinato de Zelmar Michelini e de outros três cidadãos uruguaios (Hector Gutierrez Ruiz, William Whitelaw e Rosario Barredo[157]).

Segundo informam Demasi e Yaffé (2005, p. 82), a iniciativa foi do NE, por meio das lideranças Rafael e Felipe Michelini (1962-)[158]. A Marcha tem como objetivo recordar os mortos e os desaparecidos da ditadura civil-militar, assim como reivindicar que os crimes não fiquem impunes, seja por meio da revogação da “ley

[157] Ruiz (1934-1976), de apelido Toba, era *blanco* e presidia a Câmara de Representantes por ocasião do golpe de 1973. Whitelaw (1948-1976) e Barredo (1943-1976) eram militantes tupamaros.
[158] Irmão de Rafael. Nessa ocasião era deputado pelo NE, tendo sido eleito em 1994. Foi reeleito em 1999, 2004 (já associado à FA) e 2009. É doutor em Direito e docente na Udelar.

de caducidad", seja pelo cumprimento de seu art. 4º, que contempla a possibilidade de punições. Tal artigo diz:

> Sin perjuicio de lo dispuesto en los artículos precedentes el Juez de la causa remitirá al Poder Ejecutivo testimonios de las denuncias presentadas hasta la fecha de promulgación de la presente ley [22 dic. 1986] referentes a actuaciones relativas a personas presuntamente detenidas en operaciones militares o policiales y desaparecidas así como de menores presuntamente secuestrados en similares condiciones.
> El Poder Ejecutivo dispondrá de inmediato las investigaciones destinadas al esclarecimiento de estos hechos.
> El Poder Ejecutivo dentro del plazo de ciento veinte días a contar de la comunicación judicial de la denuncia dará cuenta a los denunciantes del resultado de estas investigaciones y pondrá en su conocimiento la información recabada (URUGUAY. Ley nº 15.848, art. 4º).

A Marcha percorre a principal via do centro de Montevidéu, a 18 de Julho, e se tornou um evento de grande adesão popular, que ocorre anualmente na data em que, em 1976, os quatro exilados foram assassinados em Buenos Aires, em uma ação da Operação Condor. Aos poucos, também passou a ser realizada em outras localidades do país.

Os vínculos entre o NE e o evento são evidentes, por meio de seu presidente, Rafael, que tem neste um dos principais temas de sua atuação política. Em 2017, foi promovida a 22ª edição, cuja dimensão é possível perceber por meio da imprensa:

> A las 19 horas comenzó la 22° Marcha del Silencio, saliendo desde la esquina de avenida Rivera y Jackson, bajo la consigna 'Impunidad: Responsabilidad del Estado ayer y hoy'. En 18 de Julio se colocaron parlantes donde primero sonó música de José Carbajal 'El Sabalero' y luego comenzaron a escucharse los nombres de los desaparecidos. […] Cuando la marcha llegó a la sede del gobierno departamental, comenzaron a sonar por los parlantes los nombres de las personas desaparecidas durante la última dictadura. Ante cada nuevo nombre, la multitud respondía 'presente'. Esto se repitió hasta llegar a la Plaza Cagancha, donde todavía quedaban nombres por recordar. […] Puntualmente en los balcones del casino de Maroñas Entertainment de 18 y Yaguarón y en el hostel Acá me quedo de 18 y Javier Barrios Amorín se pudo ver a varias personas observando a los manifestantes. Finalizaron los nombres de los desaparecidos y se procedió a entonar el himno nacional. Al igual que en los tiempos del gobierno militar, el 'Tiranos temblad' sonó con más fuerza y en muchos casos fue acompañado por puños en alto. Los últimos compases fueron tapados por un aplauso que se alargó por cerca de dos minutos y que hacia la mitad cambio su tono de felicitación por el de reclamo (SCELZA, 20 mayo 2017).

1.5.4 Frente Ampla e a formação do EP

Como foi indicado anteriormente, o EP é uma organização formada por grupos políticos associados eleitoralmente à FA, mas que não pertencem à entidade e, por isso, não estavam submetidos às instâncias internas frente-amplistas. Para compreender as razões que motivaram a formação de uma entidade com tais características, é preciso se reportar à "vida doméstica" da FA e às disputas que estavam em andamento naquela oportunidade.

A criação do EP fez parte da estratégia política de renovação da instituição, a qual incluía: moderação ideológica, firme compromisso com a democracia formal e ampliação das alianças partidárias, de modo a incorporar forças que não estavam mais ou nunca estiveram associadas à FA. Todos esses objetivos eram muito semelhantes aos que PGP e PDC haviam demandado antes do rompimento.

A renovação encontra sua motivação em pelo menos três fatores principais: a) o resultado da eleição presidencial de 1989 e a ruptura sofrida naquela oportunidade, que tornou clara a necessidade de unificar a esquerda para alcançar a vitória; b) a implosão do socialismo real, que punha em dúvida grande parte do ideário até então defendido, notadamente por PS e por PCU, sendo que este era, na oportunidade, a maior fração da FA; c) a experiência de governo, inaugurada em 1990, na intendência de Montevidéu, o que exigiu enfrentar uma série de desafios administrativos, discutir com diferentes setores da sociedade e desenvolver políticas públicas, enfim, a experiência concreta de gestão, o que testava ou punha em xeque vários princípios teóricos (GARCÉ; YAFFÉ, 2014, p. 74).

Este não foi um processo simples e tampouco automático. As polêmicas dos anos 1980 eram uma antecipação desta necessidade e das dificuldades que a FA tinha para realizá-las. Da mesma forma, a elaboração de uma engenharia político-eleitoral como o EP é um testemunho da persistência desses obstáculos.

Como anota Yaffé (2005a, p. 170), entre 1991 e 1994, a FA se viu sacudida por uma nova e intensa disputa interna entre duas posições, que foram identificadas por atores externos como os "radicais" e os "moderados" – e que parecia a reedição da polêmica entre as "duas esquerdas" da década anterior. De um lado, os que não desejavam mudar/atenuar as bases programáticas e/ou queriam que as alterações fossem sutis e paulatinas; de outro, os que ambicionavam mudanças mais intensas e rápidas.

O embate confluía para ter uma resolução momentânea, e parcial, por ocasião da definição do próximo candidato a Presidente da República, já que Seregni estava decidido a não concorrer. Um dos pretendentes era Tabaré Vázquéz, o astro ascendente, símbolo dos “moderados” e que tinha a seu favor a bem-sucedida experiência de governo desenvolvida em Montevidéu. O oponente era Danilo Astori, que apresentava proximidade com as opiniões dos “radicais”, como PCU e MPP.

Sobre este confronto, Mieres (1996, p. 44) lembra que Vázquez era um candidato com maior potencial frente aos cidadãos comum e ao público externo. Carismático e não organicamente identificado com a FA (embora a antiga filiação ao PS), sua imagem ultrapassava os limites do partido e indicava renovação. Já Astori, que na época não estava vinculado a nenhuma fração – apenas em 1994 criaria o próprio setor, a Assembleia Uruguai –, representava como nenhum outro (a exceção seria Seregni, que, aliás, considerava-o seu sucessor) a FA histórica e, como tal, era reconhecido pelos eleitores cativos e pelos militantes.

Vázquez venceu a disputa interna e se tornou candidato presidencial, embora a AU tenha sido o setor da FA mais votado na eleição de 1994 (Tabela 5).

No que tange à política de alianças, a decisão tomada no II Congresso Ordinário, em 1991, foi a de defender uma nova estratégia, capaz de construir um governo de maioria ao (re)incluir o NE e acordar com setores esquerdistas dos *blancos* e dos colorados descontentes com a condução daqueles partidos.

Quem reivindicava esta posição e conseguiu aprová-la na FA eram os “moderados”, que a consideravam imprescindível para alcançar a vitória nas eleições presidenciais. Nesse ponto, eles concordavam com o que PGP e PDC haviam reivindicado à FA, sem sucesso, pouco tempo antes. Porém, isto não autoriza a identificá-los plenamente com PGP e PDC, pois também havia diferenças marcantes entre ambos.

A primeira é que, para distinguir-se dos partidos tradicionais e preservar o seu caráter oposicionista, os “moderados” afirmavam que as alianças da FA não poderiam ocorrer com PN, PC ou com frações deles, apenas com setores que formalmente tivessem rompido com tais legendas, a exemplo do que havia ocorrido em 1971, quando da fundação da própria FA. Daí a estratégia de criação do EP, que seria um espaço político que reuniria esses setores saídos dos partidos tradicionais

e/ou do NE, que poderiam se aliar à FA sem terem a obrigação de a ela pertencerem formalmente.

A segunda é que, na mesma perspectiva, nenhum setor da FA poderia celebrar aliança com outro partido, pois as coligações deveriam englobar o conjunto da FA, não sendo permitidos acordos como o que reuniu PGP e Foro Batllista.

É preciso destacar, contudo, que o modelo organizacional e a correlação de forças interna produziam efeitos e, assim como ocorrera na discussão da década anterior, impuseram limitações à aprovação da nova política de alianças. O II Congresso Ordinário determinou que os acordos eleitorais não implicavam modificar o programa da FA, e sim exigiam que os novos parceiros a ele aderissem (YAFFÉ, 2005a, p. 170). Tal determinação limitava as possibilidades de realização de acertos, pois os tornavam praticamente adesões à FA, já que impunha unilateralmente aos prováveis parceiros o conjunto de ideias que ela propunha.

Este posicionamento se modificou nos anos que antecederam ao pleito de 1994. A FA passou a aceitar a ideia de promover mudanças em seu programa com vistas a permitir a celebração de alianças mais amplas. A desarticulação do PCU – tomado por conflitos internos decorrentes da crise do socialismo real (GARCÉ; DE GIORGI; LANZA, 2012) – e o advento do referendo contra a Lei de Empresa Pública, realizado em 1992[159] foram acontecimentos que ajudaram a minar a resistência interna e a aproximar a FA de diferentes setores de oposição ao governo Lacalle, como o Polo Progressista (PP)[160] e o NE. Consequentemente, contribuíram para criar um clima favorável à formação de uma frente contrária ao governo e aos partidos tradicionais.

Ainda em 1992, formou-se o Projeto Proposta, uma iniciativa política e acadêmica, patrocinada pela Fundação Friedrich Ebert, ligada à social-democracia alemã, que foi executada por vários centros privados de ensino e de pesquisa do

[159] Era ponto-chave na reforma do Estado que a administração Lacalle (PN) pretendia levar adiante e envolvia um amplo programa de privatizações. Aprovada pelo parlamento, ela passou por um referendo em dezembro de 1992, convocado após a mobilização de: sindicatos, movimentos sociais, FA, NE e setores minoritários de *blancos* e colorados. Na oportunidade, 73% dos votantes se manifestaram contrários. Assim, ela foi parcialmente revogada. Como explica Rilla (2012, p. 115), o governo não logrou abrir ao capital privado a Antel (empresa de telecomunicações), mas foi possível fazê-lo em relação a: Pluna (empresa aérea), administração de serviços portuários, seguros e bancos.

[160] Grupo interno do PN, de oposição ao Herrerismo, comandado pelo Presidente Lacalle. Dentre seus líderes estavam: o já citado Nin Nova; Irineu Riet Correa (1945-), Intendente de Rocha; Alberto Zumarán (1940-), senador, que havia sido um dos candidatos a Presidente dos *blancos* em 1984 e em 1989, em nome do setor liderado por Wilson Ferreira (Pela Pátria).

Uruguai. A intenção era formular diagnósticos e encaminhar propostas sobre quatro grandes temas (economia, sociedade, Estado e inserção externa) que tivessem capacidade de gerar acordos programáticos. E estes acordos, por fim, propiciariam a formação de uma ampla coligação progressista que lançaria uma candidatura presidencial comum em 1994. Engajaram-se na proposta setores da FA (VA e PS) e do NE (PDC e PGP), além do Polo Progressista, os quais foram representados por militantes na condição de especialistas nas áreas pesquisadas[161].

Quando o Projeto apresentou publicamente seus resultados – em novembro de 1993 –, não foi bem recebido no âmbito da FA, especialmente por Astori e sua corrente (AU). A argumentação era de que ele tinha a intenção de acabar com a FA e de substituí-la por algum tipo de acordo programático e eleitoral. Como pondera Yaffé (2005a, p. 172-173), a primeira parte da crítica de Astori é injustificada, mas a segunda não, pois o objetivo era realmente criar uma coligação mais ampla do que a FA e que, assim, viabilizasse a conquista da presidência.

No contexto dessas iniciativas e em paralelo a elas, Vázquez liderou pessoalmente entendimentos com PGP, PDC e PP com vistas ao pleito de 1994. No final, a aliança representada pelo EP reuniu menos parceiros do que aqueles contatados, pois o PGP preferiu retornar ao Partido Colorado e parte do PP acabou por prosseguir no Partido Nacional[162]. De qualquer modo, verifica-se que a proposta original era formar uma aliança ainda mais ampla do que a que foi efetivada[163].

Entretanto, conseguir que a FA autorizasse o início das negociações com vistas a formar uma aliança eleitoral com o EP foi um processo muito difícil, como anunciara a reação de Astori ao Projeto Proposta.

A posição favorável tinha maioria no II Congresso Extraordinário, realizado em julho de 1994, mas não os 2/3 necessários para ser validada, conforme determinado pelo estatuto da FA. Para superar o impasse, a alternativa encontrada foi a formação de uma comissão especial, formada por 160 membros, que decidiria a questão, por maioria simples – o que, afinal, foi aprovado com a adesão do PCU[164] (YAFFÉ, 2005a, p. 175; GARCÉ; YAFFÉ, 2014, p. 78-79).

---

[161] Um dos coordenadores do Projeto é Pablo Mieres.
[162] Riet e Zumarán fizeram esta escolha. Dos líderes, apenas Nin Novoa rompeu com os *blancos*.
[163] O plano de Vázquez era o mais realista para vencer as eleições, pois a FA ficou a menos de 2% do PC, déficit de votos que, certamente, seria superado com um leque um pouco mais amplo de aliados.
[164] A questão das alianças dividia vários setores da FA. No âmbito do MPP, por exemplo, o PVP era favorável à proposta de Vázquez – tanto que seu secretário geral, Hugo Cores, foi o autor da

Com a aprovação da sua proposta de política de alianças, Vázquez alcançou a posição privilegiada necessária para cimentar o acordo com vistas à disputa eleitoral de 1994. Na condição de presidente do EP – uma estrutura muito mais simples e flexível do que a FA, composta fundamentalmente pelos líderes dos grupos não frente-amplistas que o constituíam e pelos parlamentares da coligação NE a ele vinculado –, negociava questões político-programáticas com esses parceiros e firmava uma posição comum (YAFFÉ, 2013, p. 18). Na sequência, apresentava-a à FA, na qual era uma liderança influente. Assim se sucediam as rodadas de negociação até formar o consenso necessário no âmbito do EP-FA.

No entanto, as mudanças programáticas na FA passaram pelos mesmos desafios enfrentados pela possibilidade de realizar tal aliança. Foi necessário superar uma série de resistências internas, muitas delas sustentadas em posicionamentos ideológicos e em um modelo organizacional que aumentava os custos para a definição de inovações. Por consequência, elas só se efetivaram após longos e sucessivos embates e exigiram grande dose de habilidade política para empreender as negociações.

As mudanças começaram a acontecer mais nitidamente, mas ainda de modo paulatino, no já referido II Congresso Ordinário da FA, realizado em 1991. Para Yaffé (2004, p. 184), essas mudanças envolveram, de um lado, a moderação de propostas de transformação econômica, com o desaparecimento de três pontos fundamentais do programa original (reforma agrária, nacionalização do comércio exterior e do sistema bancário); e, de outro, a valorização de temas sociais e político-institucionais antes inexistentes ou muito pouco desenvolvidos, como: fortalecimento de políticas sociais, reforma do Estado, aperfeiçoamento e aprofundamento da democracia[165].

Yaffé (2004, p. 186) frisa que tais mudanças não implicavam a substituição do fundamento ideológico anterior ou a renúncia ao socialismo, e sim a incorporação de

---

proposta alternativa da formação da comissão –, e, descontente com o posicionamento contrário da fração, rompeu com ela, em junho de 1994.

[165] Ao analisar os programas de 1971, de 1984 e de 1989, Garcé e Yaffé (2014) identificaram a presença de elementos que eles classificaram como de caráter anti-imperialista, nacionalista e popular, estatista e desenvolvimentista. Alguns dos temas, são: reforma agrária e eliminação do latifúndio, estatização ou nacionalização do sistema bancário, rechaço ao FMI e exigência da necessidade de revisão da dívida externa, a defesa de uma democracia verdadeira e mais avançada do que a meramente formal. Todos comporiam uma posição que dificultava a aproximação dos eleitores de centro e havia produzido fissuras com os aliados que deixaram a FA para criar o NE.

novos elementos sobre a base da matriz original. E esta, por sua vez, passou a ser concebida de forma menos dogmática e restritiva, e mais crítica e aberta.

O fato é que, ao chegar às eleições de 1994, as mudanças programáticas haviam avançado, mas o processo ainda estava em andamento. Por isso, e como parte das negociações que viabilizaram o acerto entre EP-FA, foi acordado manter o programa da FA, mas não o apresentar ao eleitor. Ao mesmo tempo, houve a autorização para a FA aderir ao programa do EP, que era mais moderado (GARCÉ; YAFFÉ, 2014, p. 79; YAFFÉ, 2005a, p. 175-176).

Como já foi evidenciado: apesar dessa engenharia política, o acordo FA-EP não atingiu o seu objetivo principal, que era vencer a eleição presidencial de 1994. Apesar disso, o saldo era positivo. Houve um salto inegável em termos de respaldo eleitoral: o patamar de aproximadamente 20% foi finalmente superado, após três disputas (1971, 1984 e 1989), razão pela qual a FA se credenciou como um competidor equivalente aos dois partidos tradicionais, com plena capacidade para superá-los. E, como apresentava uma linha ascendente, a expectativa era de que, na eleição seguinte, a de 1999, a vitória ocorreria, se nada de anormal acontecesse.

1.6 Das eleições de 1999 à vitória da FA em 2004

Porém, a anormalidade se verificou e, consequentemente, a FA não venceu. Por ocasião da realização do processo eleitoral de 1999 estreava uma série de modificações de vulto no desenho institucional.

O pleito foi o primeiro realizado após a reforma constitucional de 1996, que alterou o histórico sistema eleitoral uruguaio, o que fora viabilizado por meio de um acordo entre *blancos*, colorados e NE, o qual teve a oposição da FA – ou melhor, dos setores que ficaram ao lado de Vázquez, quem liderou este posicionamento[166].

A reforma trocou a eleição presidencial decidida por maioria simples pela exigência da obtenção da maioria absoluta dos votos emitidos e, consequentemente, passou a admitir a possibilidade de realização de 2º turno, a ser disputado pelos dois candidatos mais votados. Seguem-se: a) substituiu as candidaturas partidária múltiplas para Presidente da República por candidaturas únicas, definidas por meio de primárias obrigatórias para os partidos, simultâneas e abertas, com voto

[166] Após a aprovação no parlamento, como determina a Constituição, a reforma passou por plebiscito popular, em dezembro de 1996, tendo sido aprovada por estreita margem (50,45%) (BOTTINELLI; GIMÉNEZ; MARIUS, 2014, p. 1918).

facultativo, e, consequentemente, eliminou o duplo voto simultâneo (DVS)[167]; b) extinguiu a acumulação por sublema para as eleições para deputado (manteve-se o DVS, mas foi impedido o triplo ou múltiplo voto simultâneo); c) desvinculou e separou no tempo as eleições nacionais das departamentais, sendo que estas passaram a ocorrer sete meses após aquelas, em maio do ano seguinte; d) limitou a três a quantidade de candidaturas que cada lema poderia apresentar para intendente, as quais continuaram a permitir o DVS e a acumulação de votos[168].

Apesar de todas as modificações nas regras institucionais – ou melhor, por causa delas, especialmente a introdução da necessidade de obter a maioria absoluta dos votos emitidos – não se concretizou a expectativa da vitória da FA que havia se criado após o pleito de 1994, ocasião em que, em uma tendência de alta permanente, ela alcançou paridade em relação aos demais partidos. Lanzaro (2008a, p. 911) chamou a reforma de "defensiva" por parte de PN e PC, pois estava destinada a conter o avanço da esquerda.

A ampliação de votos da FA prosseguiu em 1999, mas ainda não foi suficiente para alcançar a presidência[169]: Vázquez venceu o 1º turno, mas foi derrotado no 2º pelo acordo entre *blancos* e colorados, de modo que quem se elegeu foi o candidato do partido tradicional que ficara em 2º lugar na primeira rodada, no caso, Jorge Batlle, do PC. Os títulos de alguns artigos são expressivos sobre o modo como esta eleição foi percebida pela academia: "a novidade de seguir igual" (BUQUET, 2000a), "nenhuma mudança" (ESPÍNDOLA, 2001)[170].

---

[167] O indicado deve obter a maioria absoluta dos votos atribuídos ao partido ou atingir pelo menos 40% e ter 10 pontos percentuais de vantagem sobre o segundo colocado. Se nenhuma dessas condições for cumprida, cabe ao Órgão Deliberativo Nacional, formado por 500 membros, definir o candidato – o que até hoje jamais foi necessário para qualquer partido. Em todas as situações, este organismo é o responsável por indicar o candidato a Vice-presidente, o que normalmente é apenas a formalização de negociações políticas comandadas pelo concorrente a Presidente e vencedor das primárias. Ressalva-se que a participação do partido é obrigatória, ainda que tenha apenas um pré-candidato a Presidente.

[168] O "espírito da lei" era limitar o número de candidatos a dois, mas uma interpretação da Corte Eleitoral permitiu que houvesse três concorrentes sempre que, na Convenção partidária, dois nomes ficassem empatados e obtivessem cada um, pelo menos, 30% dos votos. Como anota Bottinelli (2000, p. 15), após esta interpretação, quando interessa, os empates têm sido combinados com vistas a viabilizar a apresentação de três candidatos.

[169] O desempenho eleitoral da FA pode ser dividido em dois grandes momentos: nos três primeiros pleitos (1971, 1984 e 1989), ele girou em torno dos 20%; a partir de então, passou a dar saltos até que alcançasse a presidência (chegou a cerca de 30% em 1994, de 40% em 1999 e de 50% em 2004, patamar em que, apesar das flutuações para baixo, ainda se encontra).

[170] A vitória do PC se mostrou de alto custo: foi durante o governo 2000-2005 que o país enfrentou a maior crise econômica de sua história recente e grande parte do ônus político recaiu sobre o partido, que, desde então, obteve no máximo 17,5% dos votos válidos para Presidente. Se a FA tivesse vencido em 1999, seria ela a enfrentar a debacle e, possivelmente, não conseguir as reeleições que

No entanto, essas avaliações se baseiam excessivamente no resultado da eleição presidencial. Uma leitura mais ampla vai observar que houve alterações sistêmicas nesse pleito, embora a permanência em termo do cargo mais relevante. Moreira (2000, p. 92), por exemplo, classifica como atípico o 1º turno de 1999, pois foi a primeira vez em que: foram eleitos parlamentares sem eleger Presidente da República; o partido mais votado não obteve automaticamente o controle do poder executivo; *blancos* ou colorados não alcançaram a maioria parlamentar.

De fato, o mais votado foi EP-FA (40,1%), o que não lhe garantiu a vitória para Presidente, pois foi necessário um 2º turno, realizado no mês seguinte (novembro de 1999), ocasião em que houve a virada, mas fez dele a maior bancada parlamentar, com 12 senadores e 40 deputados (ver Tabela 6, a seguir).

É ponto comum entre os analistas que, nessa disputa, a possibilidade de 2º turno cumpriu o objetivo para o qual foi criado, que era o de impedir a vitória presidencial da FA (CRIBARI, 1999). Entretanto, também é exaltado que não foi alcançada outra das justificativas para essa iniciativa: a intenção de garantir base parlamentar ao Presidente eleito, oferecida pelo seu próprio partido ou pela coalizão que se formaria por meio dos apoios que ele obtivesse no 2º turno[171].

Ao contrário, a mudança da regra acabou por ampliar a fragilidade do eleito. Ao estabelecer a candidatura presidencial única por partido, desvinculou-a dos sublemas apresentados por outros setores da sua legenda. Anteriormente, como havia a obrigatoriedade de votar no mesmo partido para todos os cargos (o que ainda persiste), mais de uma candidatura por lema e o eleito era o mais votado do partido mais votado, obrigatoriamente o setor do Presidente era aquele com a maior bancada do seu próprio lema. Agora, em cada partido, votar para o legislativo em sublema diferente ao da fração do candidato tornou-se possível e necessário para todos os setores que não eram o do candidato único a Presidente.

---

obteve após 2004. Para uma análise sobre as razões da "queda eleitoral do PC", ver: Fernández Torello (2006); Stunt (2016). Ressalva-se que a ponderação é realizada com o "diário de lunes" – o jornal de 2ª feira, logo indica comentar quando já se sabe os resultados esportivos ou eleitorais –, pois calcado em dados que os contemporâneos não tinham à disposição. Afinal, por ocasião da disputa de 1999, o objetivo principal do PC era simplesmente vencer. Igualmente, o comentário tem algo de especulativo, pois é impossível saber o que a FA faria se estivesse na presidência no período 2000-2005 para evitar e/ou superar a crise e, menos ainda, o que teria acontecido com ela em termos eleitorais.

[171] Os partidos tradicionais supunham que muito dificilmente algum partido venceria no 1º turno (e fixaram um patamar mais elevado ao exigir a maioria absoluta dos votos emitidos, não dos válidos). Logo, imaginavam que o eleito teria como base parlamentar os partidos que o apoiaram no 2º turno e que o seu setor seria o mais votado em seu partido, o que o levaria a adotar uma prática política conciliatória e moderada (LANZARO, 2008a, p. 923-925).

A possibilidade de decisão no 2º turno só ampliava o risco de um candidato ser eleito Presidente e não ter a bancada majoritária de seu próprio partido. Ressalva-se, por fim, que este é um risco que os partidos tradicionais corriam, mas não a FA, cuja candidatura presidencial única era padrão e, por isso, sempre considerou que esta possibilidade ocorresse.

Como resultado, na eleição de 1999, a principal bancada era oposicionista (FA) e, embora tivesse inicialmente o apoio do PN e do resto do seu partido, o setor do Presidente Batlle (Lista 15) foi minoria em seu próprio partido, como mostra a Tabela 6.

Tabela 6 – Votos válidos no 1º turno das eleições presidenciais e representação parlamentar por partido e por setor partidário (Uruguai, 1999)

Partido	Pres./Senado (%)[1]	Câmara (N)	Senado (N)[2]
Colorado	32,8	33	11
Foro Batllismo	-	18	(5+1)
Batllismo Lista 15	-	15	5
Nacional	22,3	22	7
Herrerismo	-	18	5
Aliança Nacional	-	2	2
Defesa Nacional	-	1	-
Liga Nacional de Florida	-	1	-
EP-FA	40,1	40	12
Assembleia Uruguai	(20,2)	8	2
PCU	(8,0)	1	1
Partido Socialista	(28,0)	14	4
Vertente Artiguista	(13,1)	4	2
MPP	(16,4)	4	2
Aliança Progressista[172]	(10,1)	5	1
União Frente-amplista[173]	(2,7)	2	-
PDC[3]	-	1	-
Movimento 26 de Março[4]	-	1	-
Outros	(1,5)	-	-
Novo Espaço	4,6	4	1
União Cívica	0,2	-	-
Total	**100**	**99**	**31**

Fonte: LANZARO (2000, p. 277); CHASQUETTI (2004b, p. 362); PIÑEIRO; YAFFÉ (2004, p. 302); ALTMAN; CASTIGLIONI (2006, p. 152); BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014)
1 - O número entre parênteses indica % de votos para o Senado que o setor obteve no lema EP-FA.
2 – Inclui o Vice-presidente Luis Hierro López (1947-), do Foro Batllista, (PC) que tem assento no Senado. A informação está discriminada pela soma.
3 – A sua votação está contida na da Aliança Progressista. O deputado Ramon Fonticiella foi eleito por uma lista departamental (Salto) que englobava vários setores, mas estava pessoalmente vinculado ao PDC (CUESTIONAN..., 12 oct. 2000).
4 – Concorreu em aliança com o MPP, tendo elegido seu líder, Raúl Sendic (filho).

172 Ela foi formada em fevereiro de 1999, reunindo PDC, Corrente 78 e Confluência Frente-amplista, as entidades que originalmente haviam composto o EP. Antes das eleições, recebeu a adesão de: Partido do Sol Federal e Pacifista; grupo Identidades, encabeçado pela cantora Lágrima Ríos (1924-2006); espaço Pensamento Progressista; agrupação *Blancos* com Dignidade e um grupo de independentes proveniente do PS (ALIANZA..., 08 feb. 2000).

173 Surgiu nesta eleição e era uma aliança formada por PVP e por grupos departamentais, ou seja, aqueles que não possuem direção nacional e atuam exclusivamente em nível subnacional, os quais estão previstos no estatuto da FA (YAFFÉ, 2005a, p. 158). Dentre eles, destacou-se o Cabildo 1813, de Maldonado, que elegeu os dois deputados do sublema (DELUCA POMBO, 2007).

Apesar dessa fragilidade, foi formada uma coalizão entre PC e PN que se manteve estável até aproximadamente a metade do governo Batlle (outubro de 2002), quando os *blancos* deixaram o governo. Nesse período, a coalizão majoritária marginalizou a FA, que nunca teve a força suficiente para bloquear as decisões políticas mais importantes (MOREIRA, 2004, p. 19). De Sierra (2000, p. 23) ressalva que, graças ao tamanho de sua bancada, o que a FA poderia fazer independentemente dos partidos tradicionais era convocar os ministros para serem interpelados.

1.6.1 Continuidade das mudanças na FA e no NE nas eleições de 1999

Se em 1999 houve mudanças muito significativas nas regras que regeram os pleitos realizados a partir de então, no caso dos partidos não foram verificadas as movimentações e, tampouco, os acordos inovadores registrados em 1994.

Como mostrou a Tabela 6, nesta ocasião as legendas tradicionais, mais EP-FA e NE, voltaram a se apresentar, sendo que todos contavam com praticamente os mesmos elementos constituintes[174].

Contudo, isto não significou que não existissem novidades. Elas eram mais sutis e menos espetaculares do que as ocorridas no período anterior, mas se fizeram sentir.

A FA continuou a vivenciar um período de mudanças, embora elas não implicassem alterações imprevistas de rumo, e sim fossem a consolidação do processo resenhado na seção anterior. Uma dessas mudanças foi a ascensão de Vázquez ao cargo de presidente da FA, em 1996, substituindo Seregni.

O fator desencadeante foi a reforma constitucional, cujos termos Seregni havia negociado pessoalmente com os líderes dos partidos tradicionais e do NE. A FA, seguindo o posicionamento de Vázquez, rejeitou o acordo no Plenário Nacional por 78 votos a 56 (BAYLEY, 2000, p. 115). O fato desautorizou seu líder histórico e o levou a renunciar ao cargo (YAFFÉ, 2005a, p. 177).

A alteração na presidência marcou política e também simbolicamente a mudança de orientação programática e de estratégia eleitoral que a FA vinha desenvolvendo pelo menos desde 1991 e que pretendia prepará-la para vencer a

[174] O EP ganhou a adesão do Grupo dos Cravos Vermelhos, organização comandada pelo ex-deputado Victor Vaillant (1944-), que havia deixado o PC.

disputa eleitoral de 1999. A “atualização”, como era então denominada, havia se acelerado após a derrota de 1994, quando a vitória escapou por cerca de 33 mil votos, o que finalizou o “frente-amplismo” e deu início à fase que Garcé e Yaffé (2014) e Yaffé (2005a) chamam de “esquerda progressista” (ou o progressismo) e que se consolidou definitivamente no IV Congresso Ordinário de 2001.

Um reflexo da mudança é o resultado das primárias que indicaram o candidato da FA a Presidente da República de 1999: ainda que não fosse candidato único, Vázquez se impôs com facilidade a Astori, ao obter 82,4% dos votos. Outro é que a FA se tornou mais democrática do que era em 1971: ela já não falava em revolução e nem em socialismo, pois este deixou de ser meta imediata para se tornar um horizonte longínquo, quase uma utopia. Igualmente, substituiu a “luta de classes” pelo “acordo social” e não demandava mais “tomar o poder”, e sim “ganhar eleições” (GARCÉ; YAFFÉ, 2014, p. 91, 133).

No dizer de Lanzaro (2003, p. 58), a convocatória da FA deixou de ter como referentes as classes e uma forte fraternidade com o movimento operário, tendo passado a falar aos cidadãos, a um novo perfil popular, com mais espaço para a representação individual e os eleitores “soltos”. Na mesma linha, Silva (2011, p. 120) pondera que ela passou a realizar apelos pluriclassistas, por meio de noções que nem lateralmente passam pelos referentes de classe, como “cidadania”, “nação” e “povo”. A reforçar, Vázquez fez uma declaração em dezembro de 1996, segundo a qual a FA é

> [...] una fuerza progresista pero no es una fuerza socialista ni una fuerza marxista en su definición ni en su constitución. Si bien hay grupos políticos denominados socialistas, el programa del Encuentro Progresista es un programa progresista moderado. No estamos planteando un proceso revolucionario de cambios drásticos (VÁZQUEZ apud LISSIDINI, 2002, p. 370).

A afirmativa tem muito de propaganda voltada ao eleitor mais centrista que ele pretendia atrair, e pode ser interpretada somente em razão desta intenção. Ao mesmo tempo, contempla a perspectiva destacada nos parágrafos anteriores.

Em termos de setores internos, como mostra a Tabela 6, a principal novidade dos resultados eleitorais de 1999 residiu na ascensão do PS à condição de fração mais votada. Ela é aquela a qual estava filiado Tabaré Vázquez, o que rendeu uma

bancada de 14 deputados e quatro senadores, superando a Assembleia Uruguai, de Astori, que havia sido líder em 1994.

No caso do NE, o desempenho eleitoral em 1999 foi menor do que o alcançado em 1994: atingiu 4,6%, manteve a cadeira de senador de Michelini, que foi novamente o candidato a Presidente, mas ficou com quatro de deputado, uma a menos do que há cinco anos.

Uma das novidades que o partido apresentou foi a candidatura de Pablo Mieres a Vice-presidente. Tendo se filiado ao NE em 1996, ele ganhou espaço rapidamente na legenda, de modo que também figurou em primeiro lugar na lista 99.000 para deputado por Montevidéu, o que lhe permitiu, pela primeira vez, ser eleito para a Câmara de Representantes[175].

A outra foi a apresentação de duas listas ao parlamento. Uma era a tradicional 99.000. A outra levava o número 1999, concorreu apenas nos departamentos de Montevidéu e de Canelones (YAFFÉ, 2000b, p. 35), e era a expressão eleitoral da Terceira Via, uma fração encabeçada por Iván Posada (1953-)[176], o único deputado que ela conseguiu eleger (BARAHONA, 2001). A denominação escolhida é bastante sugestiva da intenção desse setor do NE de ser uma alternativa política aos partidos tradicionais (de direita) e, especialmente, à FA (de esquerda). Ela segue a onda então vigente internacionalmente, representada por Tony Blair e Bill Clinton e que ganhou formulação acadêmica por meio de Giddens (2001a, 2001b)[177].

A apresentação de duas listas foi tomada como indício da existência de certo nível de divisão no partido, embora a liderança de Michelini não estivesse sendo abertamente questionada. Na interpretação de Yaffé (2000b, p. 35), a existência de

[175] Até o momento, Mieres figurou na tese quase sempre na condição de cientista político ou de militante do PDC. Em paralelo, ele desenvolveu uma carreira político-eleitoral: como indicado do PDC, concorreu a deputado em 1984 (FA) e em 1989 (NE), sendo que em ambas as oportunidades ficou como suplente de Hector Lescano. Voltou a concorrer a deputado em 1994 (EP-FA), mais uma vez sem sucesso. Em 1995 rompeu com o PDC e após curto período sem filiação, foi nomeado diretor de educação no segundo governo de Sanguinetti e, logo depois, aderiu ao partido NE (PABLO..., 22 oct. 2009; MIERES, 2017). Para além do atual período narrado: já no PI, concorreu a Presidente e ao Senado nas três eleições disputadas pelo partido (2004, 2009, 2014), tendo conseguido um lugar na Câmara Alta na mais recente.

[176] Ele se tornou uma das principais lideranças do PI, tendo sido o único eleito pela legenda em 2004, reelegendo-se em 2009 e em 2014. Logo, exerce hoje o quinto mandato como deputado (também foi eleito pelo NE em 1994 e em 1999). Sua militância se iniciou no PGP, quando este compunha a FA, pelo qual se tornou edil de Montevidéu, em 1984. Passou à coligação NE, em 1989, conquistando um segundo mandato para a Junta Departamental. Em 1994, não acompanhou o PGP, tendo sido um dos fundadores do partido NE, pelo qual, naquele mesmo ano, além de concorrer a deputado, disputou a intendência de Montevidéu.

[177] Ela será discutida mais detalhadamente no capítulo 3.

uma corrente alternativa à “oficial” expressava um posicionamento crítico em relação à atuação de Michelini e incorporou um certo nível de competição interna que até então não havia aflorado tão claramente.

As fissuras no NE se tornaram mais nítidas durante o 2º turno da eleição de 1999, que seria disputado entre Vázquez (FA) e Batlle (PC). O IV Congresso Nacional da legenda, realizado em sete de novembro, decidiu liberar seus membros e não assumir uma postura oficial em relação à *ballotage*.

Porém, sondado para que o NE apoiasse Batlle, Michelini demarcou a distância em relação ao que chamou de “coligação liberal”: afirmou a existência de outros dois projetos no Uruguai de então, o da esquerda ortodoxa, que era a FA, e o da social-democracia ou esquerda renovada, que era o NE (BARAHONA, 2001, p. 166). Com essa declaração, ele afirmava a maior proximidade com a FA e deixava o caminho aberto para apoiar a candidatura de Vázquez, o que se efetivou.

Embora o posicionamento estivesse conforme à deliberação do partido, que autorizava adesões de caráter individual e públicas, ele desagradou vários filiados. E o fez, de um lado, porque o apoio teria ocorrido antes de o partido se reunir e firmar alguma posição; e, de outro, porque sendo o candidato a Presidente e a face mais visível da legenda, havia a possibilidade de grande parte da opinião pública tomar esta opção pessoal como sendo a do próprio NE (BARAHONA, 2001, p. 165). Foi o que fez um artigo do jornal Búsqueda, o qual, em tom dramático (e premonitório), afirmou que a decisão punha em questão o desenvolvimento futuro do partido como um espaço político próprio, como registrou Courtoisie (1999, p. 27).

O posicionamento que defendia não apoiar Vázquez tinha por intenção evitar a aproximação institucional do NE com o EP-FA, provavelmente antevendo o que poderia significar para o futuro da legenda, mas não implicava necessariamente contrariedade à candidatura ou a intenção de apoiar Batlle. Posada, quem mais se mostrou incomodado com o posicionamento de Michelini, declarou ter votado no candidato do EP-FA (BARAHONA, 2001, p. 167), o que também o fez Mieres, que concorrera a Vice-presidente (PABLO..., 22 oct. 2009; CENTROIZQUIERDA..., 09 nov. 1999).

Segundo Bottinelli (22 nov. 2002), baseado em pesquisa do Factum, dois terços dos eleitores do NE votaram em Vázquez e o terço restante, em Batlle. Os dados de Canzani (2000, p. 256) indicam a mesma tendência, mas mais nuançada:

56% votaram em Vázquez, 38% em Batlle e 6% preferiram anular o voto ou deixá-lo em branco.

Entretanto, havia vozes que não pensavam assim, como a de Agustín Courtoisie (1999, p. 28). Ele escreveu um artigo em Cadernos de Marcha, no qual reclamava do fato de o partido ter liberado a adesão individual sem sequer discutir a possibilidade de firmar posição em favor do voto em branco. A posição dele correspondia à visão minoritária no NE, mas era significativa, pois este foi o partido em que houve o maior índice de eleitores que não escolheram nenhum candidato no 2º turno. Dos votantes em Lacalle e no PN, 3% tomaram esta decisão, metade dos 6% registrado pelo NE, conforme a pesquisa citada por Canzani (2000, p. 256).

Para Courtoisie, a opção do voto em branco seria um simbólico rechaço às duas candidaturas, pois implicava reduzir a aura de legitimidade (e de poder) do Presidente eleito no 2º turno – e que necessariamente teria a maioria absoluta dos votos válidos –, assim como demandava uma postura negociadora do vencedor e de respeito às diferenças. Na mesma medida, era a reafirmação da opção autônoma do NE e de seu projeto político de esquerda renovada, disposta a discutir as propostas políticas pelo seu conteúdo, sem importar de onde elas proviessem, assim como da perspectiva que ele trazia de romper a lógica binária que caracterizara a política no período de domínio do conflito *blancos*-colorados, e que permanecia vigente com a nova clivagem (FA versus partidos tradicionais).

Dadas a trajetória precedente do partido e a opção realizada pelo seu líder, não se pode negar que a defesa do voto em branco era tanto um discurso em defesa do NE quanto contrário à alternativa representada pela FA. E tal ocorre especialmente porque a parte inicial do artigo de Courtoisie argumenta sobre a improcedência da escolha de Michelini frente às diferenças programáticas entre as duas entidades. E grande parte desses argumentos estará presente no contexto da criação do PI, pouco tempo depois[178].

1.6.2 Crise no NE e fundação do PI

A viabilidade do projeto político do NE estava em xeque após o ciclo eleitoral de 1999-2000. Como mostram o Quadro 2 e o Gráfico 6, apresentados a seguir, o

[178] A completar esta perspectiva: o autor do texto deixou o NE e militou no PI até recentemente abandonar a atividade partidária (COURTOISIE, 30 marzo 2017).

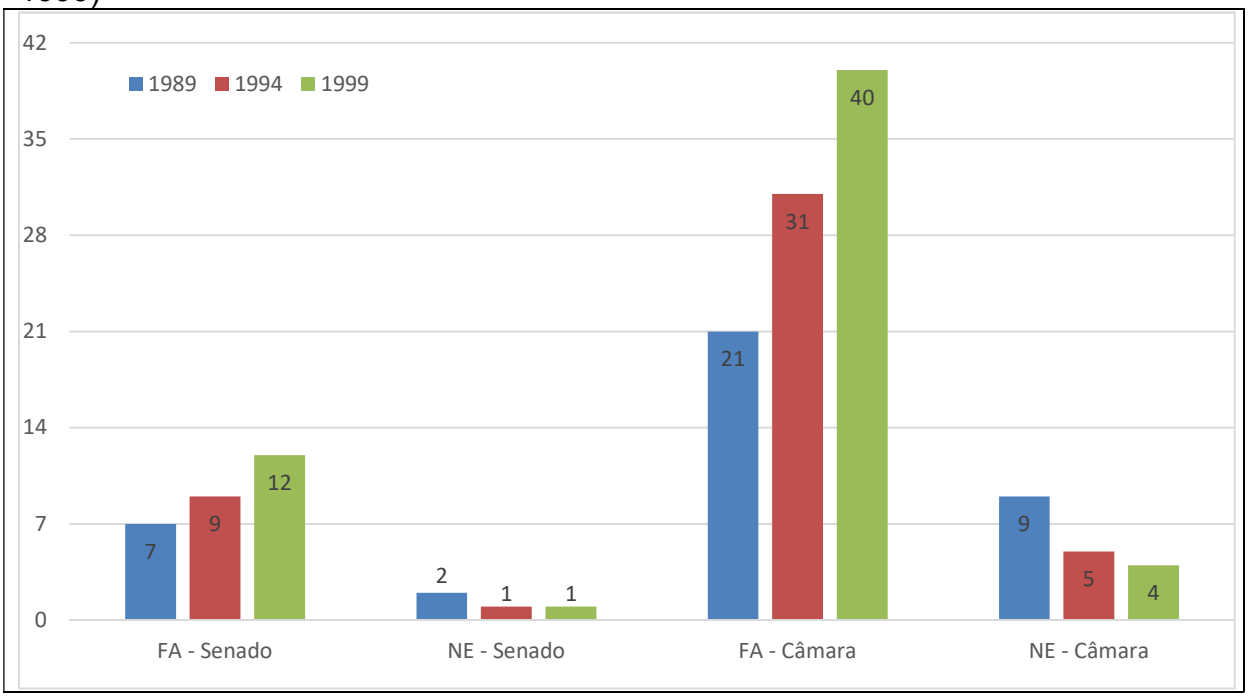
contraste entre o desempenho de FA e NE é nítido. Entre 1989 e 1999, a primeira ampliou a sua votação de 21,2% para 40,1% e, consequentemente, ganhou mais espaço no parlamento (de 21 deputados para 40 e de sete senadores para 12). O segundo realizou movimento inverso: perdeu progressivamente relevância eleitoral e parlamentar, tendo passado de 9% a 4,6% dos votos, de nove deputados para quatro, de dois senadores para um. O fato de, em 1989, o NE ser uma coligação, com composição distinta daquela assumida pelo partido NE, constituído em 1994, não altera a perspectiva de queda aqui registrada.

Quadro 2 – Desempenho de FA e NE nas eleições presidencial e parlamentar (Uruguai, 1989-1999)

Cargo	FA			NE		
	1989	1994	1999	1989	1994	1999
Presidente (%)	21,2	30,6	40,1	9,0	5,2	4,6
Senado (N)	7	9	12	2	1	1
Câmara (N)	21	31	40	9	5	4

Fonte: BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014); URUGUAY. CORTE ELECTORAL (2017c, 2017d, 2017e)

Gráfico 6 – Representação parlamentar obtida pela FA e pelo NE (Uruguai, 1989-1999)



Fonte: BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014); URUGUAY. CORTE ELECTORAL (2017c, 2017d, 2017e)
* Como parte do PC; ** Como parte da FA.

O resultado nas eleições departamentais de maio de 2000, realizadas alguns meses após a disputa presidencial, tornava mais angustiante a situação e servia de símbolo do impasse que o NE vivia: ele não conquistou nenhuma cadeira nas 19 Juntas Departamentais[179] do país, o que também simboliza claramente a perda de espaço político do partido. Em 1994, ele havia obtido seis vagas, espalhadas por cinco departamentos (Montevidéu, Canelones, Maldonado, San José e Florida); e em 1989, a coligação NE alcançara 22, distribuídas por quase todo o país, as exceções foram Treinta y Tres, Río Negro e Rivera.

Mais uma vez o contraste com a FA é intenso: esta obteve 50 cadeiras nas Juntas Departamentais em 1989, passou a 93 em 1994 e chegou a 116 em 1999, espalhadas pelos 19 departamentos (a exceção é Soriano, no qual a FA não conseguiu representação em 1989) (URUGUAY. CORTE ELECTORAL, 2017f, 2017g, 2017h).

No entanto, o resultado não chegava a surpreender. Buquet (1999, p. 58) previu que isto iria acontecer:

> lo que seguramente se va a apreciar es que el Nuevo Espacio va a votar muy mal en las elecciones de mayo [de 1999] porque, razonablemente, es un partido que no tiene ninguna aspiración de gobernar los municipios y, por tanto, en esta ocasión va a ser el gran perjudicado[180].

Talvez o autor não imaginasse que a previsão de um desempenho “muy mal” atingisse o ponto de não alcançar representação em nenhuma Junta Departamental.

Como pontuou La Red 21 (EL BAJÓN..., 15 mayo 2000), a situação de não eleger edil deixava poucas chances de o NE impulsionar suas propostas no âmbito local, punha em dúvida a continuidade desse espaço alternativo aos três partidos principais, e apontava para o início da ideia de vincular-se a um deles.

---

[179] Elas são órgão legislativos dos departamentos, sendo todas compostas por 31 membros, independentemente do contingente populacional ou eleitoral da localidade. Ao partido do Intendente eleito é garantida a maioria de 16 cadeiras (chamada maioria automática), caso não a tenha alcançado pelas urnas. As 15 restantes são distribuídas aos demais partidos pelo sistema proporcional. Na prática, portanto, a fórmula eleitoral departamental é primeiro de maioria simples, distribuindo 16 cadeiras ao partido do Intendente, para só em um segundo momento tornar-se proporcional, com vistas a distribuir as 15 cadeiras restantes entre os partidos de oposição. Se o partido do Intendente eleito supera as 16 vagas, o sistema opera como proporcional para distribuir todas as 31 cadeiras. Mais detalhes, ver: Moraes (1997-1998).

[180] Esclarece-se que, quando o pesquisador fala em municípios, ele se refere aos departamentos, ou melhor, às eleições para Intendente. Na época, ainda não haviam sido criados os municípios, o terceiro nível de administração – eles foram implantados em 2010 –, razão pela qual era comum, inclusive entre os politólogos, que as instâncias departamentais fossem assim denominadas.

De modo semelhante, Bottinelli (06 feb. 2005 [2015], p. 401) registrou que, assim como seu homônimo, ele sentia a esterilidade da ação parlamentar pura, a ausência da possibilidade de ser governo e a necessidade de compor uma base governista.

Frente a este cenário que punha em dúvida a possibilidade de futuro do NE, internamente, as posições sobre esta questão já estavam estabelecidas e o dividiam em dois grupos: os que não acreditavam na possibilidade de continuar como uma proposta autônoma ou isolada por não conseguir a expressão político-eleitoral necessária e, por consequência, projetavam mudanças no rumo da instituição; e os que pensavam o contrário (ou não consideravam tal expressão o aspecto mais relevante) e, por isso, pretendiam continuar com o NE como partido independente[181].

O primeiro grupo era liderado por Rafael Michelini, com a participação de seu irmão Felipe. Defendia uma aproximação efetiva com o EP-FA, de modo a formar uma "nova maioria", que possibilitasse vencer a eleição presidencial, o que, conforme as regras vigentes, implicava obter a maioria absoluta dos votos emitidos.

Como anteviam os críticos internos, a declaração de voto Michelini no 2º turno da eleição de 1999 contribuiu para uma aproximação com a FA, de tal forma que, em fevereiro de 2000, ele se reuniu com Vázquez. Ao sair do evento, o líder do NE já cogitava um futuro acordo com a FA (EP Y NE..., 29 feb. 2000).

Como pondera Yaffé (2005b, p. 52), esta lógica era convergente com a da FA, que tinha claro que era preciso construir alianças ainda mais amplas do que as já firmadas para ganhar a presidência, incorporando como sócios setores de centro-esquerda. Obviamente, o alvo principal era o NE, então colocado à direita da FA, cujo eleitorado, apesar de pequeno, poderia ser decisivo, como já o teria sido no pleito de 1994, quando as regras anteriores exigiam maioria simples para esta conquista e a FA perdeu a eleição para o PC por cerca de 33 mil votos ou dois pontos percentuais.

Nos cálculos de Michelini parecia operar o dilema narrado por V. O. Key (apud BARAHONA, 2001, p. 168): "sus dirigentes caen en la tentación de fusionarse con uno de los partidos mayoritarios a cambio de cualquier favor por parte del partido mayoritario, conducta que generalmente trae aparejada la absorción del

[181] As diferenças não abrangiam diferenças programáticas substanciais e irreconciliáveis entre eles. Luna (2004a, p. 146), ao analisar os dados da Pesquisa sobre Elites Políticas Parlamentares (PELA) de 2001 e que, portanto, ouviu os parlamentares envolvidos na ruptura, identificou restrito nível de dissenso interno no NE.

partido minoritario en el proceso de fusión". Assim, a exemplo do que ocorreu com Batalla, parecia cumprir-se a possibilidade elencada por Bolleyer (2013, p. 127):

> em alguns casos, os fundadores do partido, que inicialmente deixaram um estabelecido para ter seu próprio veículo para concorrer em eleições, volta para o partido-mãe ou se junta a outro partido já existente. [...] o incentivo para manter o próprio partido desaparece, uma vez que os fundadores percebem que seu veículo não teve sucesso em termos eleitorais, não é organizacionalmente viável, ou se eles são suficientemente bem-sucedidos para induzir o partido-mãe a fazer uma oferta atrativa em troca do retorno do fundador.

Lembra-se que, inicialmente, a intenção do NE não era fundir-se com a FA, tampouco esta a fixou nestes termos. Todavia, a aproximação entre ambos tinha como horizonte inegável a perspectiva de o NE deixar de existir como partido autônomo e se tornar um setor da FA, o que acabou por acontecer.

A percepção do segundo grupo, que contava com os outros três deputados do partido (Mieres, Posada e Ricardo Falero[182]) e constituía a maioria da bancada, era bastante distinta e não se preocupava com a viabilidade eleitoral do partido, e sim com a sua permanência como opção política.

A diferença não é banal, pois configura perspectivas muitos díspares sobre as estratégias a serem desenvolvidas em relação à próxima eleição e, no limite, diziam respeito à persistência ou não do próprio partido.

Desse modo, este grupo não aceitava a associação com a FA, apesar das mudanças programáticas que ela realizara, razão pela qual se dispunha a permanecer como partido autônomo e independente, ainda que isto continuasse a implicar perdas de votos e de espaço parlamentar.

Posada foi categórico (e premonitório): "el senador Rafael Michelini está redactando el certificado de defunción del Nuevo Espacio", reputando a tentativa de acordo a uma ação pessoal do líder, realizada por fora das instâncias partidárias e que, segundo ele, era rejeitada pela maioria da legenda, que pretendia continuar a ser independente (IVÁN..., 05 feb. 2001).

A declaração de Mieres, de dezembro de 2000, explicita a lógica seguida pelos defensores da manutenção do NE como partido:

---

[182] Foi eleito deputado pelo departamento de Canelones, em 1994, sendo reeleito em 1999. Nas duas oportunidades, concorreu pelo NE.

> además de las diferencias programáticas y de fondo que motivaron la ruptura del Frente (las que siguen vigentes), hay un problema casi de física: una alianza con un partido que es casi 10 veces más que el otro no es una alianza, es un anexo (MIERES, 2000 apud BARAHONA, 2001, p. 167).

A polêmica encontrou uma definição, mas não seu final, no V Congresso Federal do NE, realizado em outubro de 2001. O partido autorizou Michelini a promover as negociações com outras forças políticas. Tratava-se de um eufemismo, pois a autorização era para costurar um acordo com o EP-FA. O texto aprovado indica o seguinte:

> El Quinto Congreso Federal del Nuevo Espacio, resuelve: encomendar al senador Rafael Michelini, en acuerdo con la Mesa Ejecutiva Nacional, iniciar un diálogo con otras fuerzas políticas a fin de analizar las posibilidades de conformar una nueva mayoría en el país. Este proceso de diálogo deberá sustentarse en la independencia política del Nuevo Espacio y, reafirmando los valores recogidos en su Declaración de Principios, aspirará a concretar en los hechos nuestra visión de una sociedad en que se hayan superado las barreras impuestas por la pobreza, la exclusión social y la falta de oportunidades. La construcción de un Uruguay integrado socialmente, con garantías y oportunidades para todos, es nuestro objetivo. La Junta Federal del Partido será convocada periódicamente para darle cuenta de las gestiones realizadas. […] (EL NUEVO..., 07 oct. 2001).

E, de fato, em dezembro de 2002 foi assinado o acordo eleitoral e programático do NE com EP-FA, denominado Nova Maioria[183]. A aliança passou a ser identificado como EP-FA-NM, lema com o qual se apresentou ao eleitorado em 2004 (ACTO..., 20 dic. 2002).

A decisão do Congresso do NE acirrou ainda mais as divisões, pois a corrente derrotada alegou que os vencedores obtiveram a maioria de 228 votos (em 413, dos quais 183 eram contrários e dois em branco)[184], mas não alcançaram a quantidade determinada pelo estatuto. Por essa razão, ingressou com ação contrária à decisão na Corte Eleitoral, mas não obteve sucesso (ESCISIÓN..., 09 oct. 2001; MIERES, POSADA..., 17 oct. 2001).

Ainda no mês de outubro, os principais líderes do posicionamento contrário à aliança com EP-FA foram expulsos sob a alegação do princípio da realidade já que haviam renunciado ao NE (NUEVO ESPACIO..., 03 nov. 2001). A versão

[183] O nome escolhido explicita a estratégia política que o subsidia: juntar forças para obter os votos necessários para vencer a disputa eleitoral no 1º turno. E a intenção se confirmou: a aliança fez a maioria absoluta na eleição presidencial e também no parlamento.

[184] Na realidade, os 183 votos eram favoráveis à moção proposta por Mieres e por Posada, que defendia a manutenção da independência política e eleitoral do NE, pois foram colocadas em votação as duas propostas.

apresentada no site do PI (01 jul. 2013a) afirma que os três parlamentares – além dos convencionais derrotados – se retiraram do NE em dezembro de 2001 e passaram a atuar no parlamento como uma nova fração, separada da bancada a qual pertenciam até então, que foi denominada como Novo Espaço Independente e se tornou o embrião do novo partido.

A polêmica que divide o NE em dois grupos e que vai promover uma mudança da ordem organizativa e provocar a sua ruptura decorre do que Panebianco (2005, p. 475) chamada de crise organizativa provocada por pressões ambientais. Este é o choque ou o evento de severas consequências, de origem externa, que estimula e dá início à mudança partidária realizada pela própria organização, como frisam Harmel e Janda (1994).

A situação motivou os líderes (o grupo em torno de Michelini) a propor mudanças radicais com vistas a melhorar as possibilidades da entidade. No caso específico, à votação declinante do partido e à perspectiva de perda futura de mais espaço político se seguiu a intenção de articular uma aliança com um competidor mais forte, e, com isso, produzir novas possibilidades de inserção no mercado eleitoral, ainda que ao custo da autonomia do partido.

Não houve concordância com a proposta por parte de algumas lideranças, as quais são chamadas pelo autor de coalizão dominante[185], e ocorreu o embate entre as posições pró e contrárias à inovação. Aprovada a orientação pela mudança no V Congresso Federal e, na sequência, sacramentada a saída dos descontentes, configura-se a segunda etapa do processo de mudança institucional, ou seja, a alteração na composição dos grupos dirigentes.

A peculiaridade da situação em apreço é que Rafael Michelini e seus aliados prevaleceram e este manteve o posto, enquanto os derrotados se retiraram da entidade, em uma das modalidades mais tradicionais de cisão partidária. O fato não causa nenhuma surpresa para Panebianco (2005, p. 485), que registra:

---

[185] Ele a define como “aqueles agentes formalmente internos e/ou externos à organização, que controlam as zonas de incerteza mais vitais. O controle sobre esses recursos, por sua vez, faz da coalizão dominante o principal centro de distribuição dos incentivos organizativos no interior do partido” (PANEBIANCO 2005, p. 74). Para o autor, as zonas de incertezas são “todos aqueles fatores que, se não forem controlados, ameaçam ou podem ameaçar a sobrevivência da organização e/ou a estabilidade da sua ordem interna. Os líderes são aqueles que controlam as principais áreas de incerteza, cruciais para a organização, e que podem usar esse recurso nas negociações internas (nos jogos de poder), desequilibrando-os em seu próprio favor” (PANEBIANCO, 2005, p. 45). Dentre as principais zonas de incerteza, ele lista: competência, gestão da relação com o ambiente, comunicações internas, regras formais, financiamento, recrutamento (PANEBIANCO, 2005, p. 66-70).

> [...] para haver mudança na composição da coalizão dominante, não é necessário, embora frequentemente isto ocorra, que a mudança seja sancionada por uma substituição do líder mais visível. Muitas vezes, a mudança se deve justamente a uma modificação de alianças, cujo eixo é o líder visível [...].

É o que Harmel e Janda (1994, p. 278-280) sintetizam por meio das seguintes suposições: a coalizão dominante promove mudanças somente quando estima que os benefícios serão maiores do que as perdas, vislumbra que a mudança consolida ou preserva o seu poder e que ela pode resultar em avanço no atendimento aos objetivos da organização. Igualmente, essa mudança pode implicar alteração na composição da coalizão dominante, com a saída voluntária ou o afastamento compulsório de algumas das lideranças que são contrárias à própria mudança ou que são substituídas por novos aliados.

Na sequência, concretiza-se o redefinamento das metas da instituição, a reestruturação organizativa, realizada pela nova composição da coalizão dominante. No caso específico, o primeiro estágio foi a aliança eleitoral com o EP-FA com vistas à disputa de 2004 e o derradeiro, o pedido de incorporação à FA realizado no período pós-eleição, já em 2005.

Por sua vez, os deputados ou membros da coalizão dominante que deixaram o NE ao final de 2001 e que se organizaram iniciamente como um grupo parlamentar independente começaram a organizar uma nova força partidária, capaz de preservar os objetivos de ter um partido autônomo. Para os dissidentes, conforme relato por eles mesmos produzidos:

> a este nuevo grupo político [o Novo Espaço Independente] se integraron nuevos adherentes provenientes de diferentes orígenes partidarios que compartieron la necesidad de construir un nuevo partido político. Es así que en la fundación del Partido Independiente participan compañeros provenientes de los dos núcleos ideológicos originarios (socialdemócratas y demócrata cristianos) junto a compañeros provenientes de otros partidos y compañeros que no tenían trayectoria política anterior (PI, 01 jul. 2013a).

Em 11 de novembro 2002, uma assembleia criou o Partido Independente, aprovou sua Declaração de Princípios e seu estatuto. Dois eram os nomes cogitados: o escolhido e Espaço Independente, que era uma espécie de híbrido entre os propósitos que moviam seus proponentes e a lembrança da experiência anterior (NUEVO..., 09 nov. 2002). De qualquer modo, as duas possibilidades exaltam a “independência” como o principal traço identitário.

Além dos três deputados que o compunham e que constituíam a coalizão dominante ou o "centro" da nova legenda, outras figuras conhecidas da política e do meio intelectual uruguaio participaram da criação do PI, caso de Juan Young[186], de Hebert Gatto[187] e do historiador José Rilla[188].

A ata de fundação era acompanhada por mais de mil assinaturas, número superior às exigências legais da época para registro de um partido junto à Corte Eleitoral[189]. Na Declaração de Princípios, ele se definia como integrado por vertentes de sociais-democratas, democratas-cristãos, liberais igualitaristas, ambientalistas e cidadãos independente (PI, 01 jul. 2013b[190]). No Estatuto do partido, as fontes citadas são um pouco diferentes (ou são nominadas de modo distinto): socialismo democrático, social-cristianismo, coletividades tradicionais do país e cidadãos independentes (PI, 01 jul. 2013e, art. 2º)[191].

Nenhum dos textos que cita as diferentes origens teóricas dos fundadores do PI traz mais informações que permitam identificar os elementos que configuram tais vertentes e o que cada uma aportou ao partido ou porque a ele se vincularam. O que se pode observar é que estas referências genéricas indicam que nele convivem correntes de diferentes origens e com diversas visões de mundo, o que o apresenta como de ampla extensão ideológica – um tema a ser abordado no capítulo 3.

A Corte Eleitoral aprovou a iniciativa da formação de uma nova legenda no dia 20 de dezembro de 2002, ocasião em que o PI se tornou oficialmente um partido. A bancada inicial, herdada do NE, era composta por três deputados (os já citados Mieres, Posada e Falero). O partido estreou nas urnas nas eleições de 2004.

---

[186] Como já foi visto, atuou como dirigente do PDC, participou das negociações do Pacto do Clube Naval, como representante do partido e da FA. Ele acompanhou Mieres na desfiliação do PDC, ocorrida em 1995, bem como se vinculou ao NE em 1996, pelo qual concorreu a Intendente de Montevidéu em 2000. Igualmente, seguiu Mieres na opção pelo PI, partido no qual militou até a sua morte, ocorrida em 2006 (MURIÓ..., 26 dic. 2006).

[187] Ver nota 125 deste capítulo.

[188] Professor da Udelar. Ele figurou na tese até o momento por meio de sua atividade acadêmica.

[189] A norma que regulamentava o registro oficial de partidos era a Lei 9.831, de 1939, que exigia: a) apresentação da ata original (ou cópia autenticada do ato de fundação), com o nome completo dos fundadores e a indicação da série e do número de inscrição no Registro Cívico; b) programa de princípios que o partido propõe desenvolver; c) Carta Orgânica; d) assinatura dos aderentes, que não podem ser menos do que 500, com indicação também da série e do número de sua inscrição no Registro Cívico; e) identificação do local principal em que funciona e que constitua o seu domicílio legal; f) lista com o nome das autoridades departamentais, indicando os locais onde atua no território nacional (URUGUAY. Ley nº 9.831, art. 11). Ressalva-se que, em 2009, foi aprovada uma nova lei (URUGUAY. Ley nº 18.485), que fixa outros requisitos.

[190] A Declaração de Princípios é de 2002, mas não figura com nenhuma informação sobre data. A versão disponível no site do partido foi postada em 2013, por isso essa identificação.

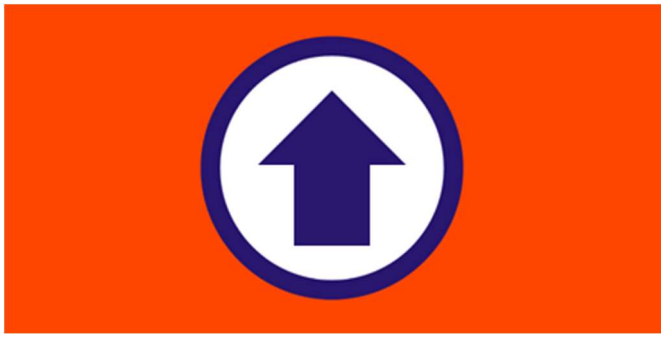
[191] As correntes enunciadas são as mesmas constantes no Estatuto do partido NE, conforme citado anteriormente na tese, a partir de Barahona (2001, p. 158).

Ele adotou o número 909, uma referência à Lista 99, nome pelo qual o PGP era popularmente conhecido desde os seus primórdios, e adotou as cores violeta e amarelo (PI, 01 jul. 2013a), como mostra a Figura 1, reproduzida na sequência. A predominância da violeta pode ser uma referência sutil ao PDC, legenda que adotou, em 1971, uma identificação predominantemente laranja, no qual há um círculo branco no meio. A moldura desse círculo e a flecha que existe dentro dele são da cor violeta ou azul escuro (ILHA LÓPEZ, 2014, p. 27), como pode ser observado na Figura 2[192]. Há versões do círculo sem a moldura, assim como outras mais recentes que incorporam a sigla PDC à imagem.

Figura 1 – Logotipo do Partido Independente

Fonte: PI (2017)

Figura 2 – Logotipo do PDC

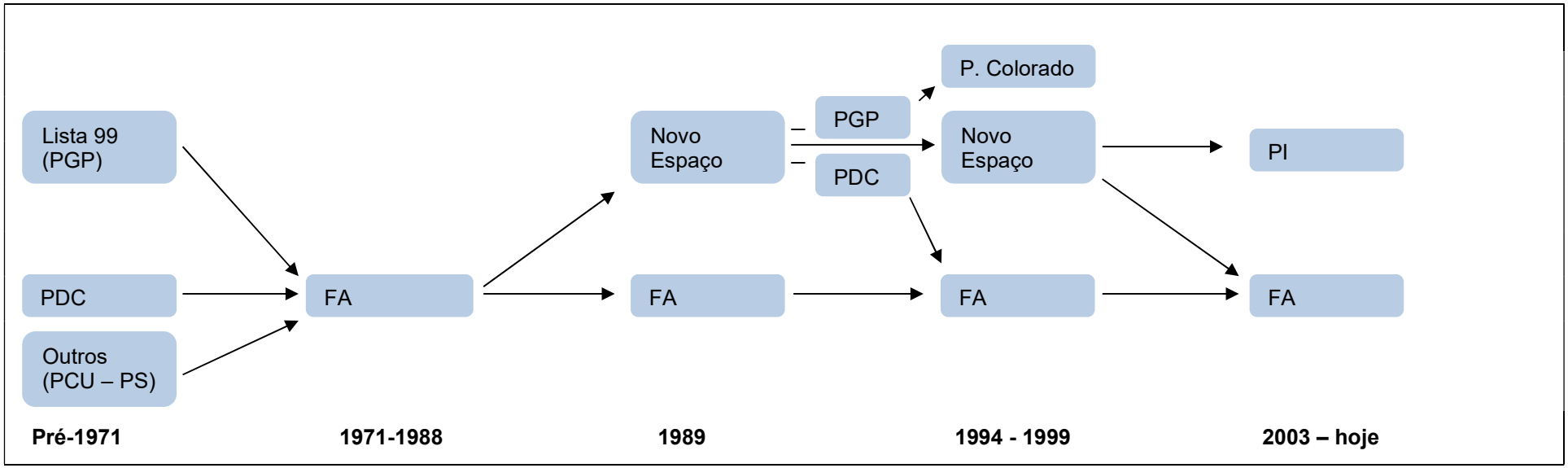


Fonte: PDC (2017)

A Figura 3, apresentada na próxima página, sintetiza o processo histórico de acordos e de rupturas partidárias que resultou na criação do PI e que foi narrado até aqui.

[192] A flecha é um símbolo utilizado pelo PDC desde o seu surgimento, também adotado pela democracia-cristã em vários outros países.

Figura 3 – Síntese do processo histórico de formação do PI*



Fonte: SOUTO (2017, p. 25)
* os partidos/coligações figuram no período em que tiveram relação com o PI, embora, eventualmente, alguns tenham uma atuação política anterior e/ou posterior.

1.6.3 Vitória da FA nas eleições de 2004

Antes de passar à análise mais detalhada das peculiaridades, das características e dos impasses que envolvem o PI, é relevante indicar o contexto em que ele estreou nas urnas e que foi antecipado pelas movimentações ocorridas logo após o pleito de 1999.

Como já foi destacado, o acordo eleitoral entre EP-FA e NE foi fechado para o pleito de 2004, agregando a denominação Nova Maioria àquela anteriormente utilizada. Essa aliança alcançou a vitória já no primeiro turno, elegeu Tabaré Vázquez para Presidente, Nin Novoa para Vice, bem como obteve a maioria absoluta das cadeiras na Câmara e no Senado, o que não ocorria há mais de quatro décadas e, em teoria, permitiria ao grupo governar sem a necessidade de promover acordo com os demais partidos.

Para Buquet (2005a, p. 11, 26), apesar de essa eleição ter gerado mudanças de magnitude – como ser a primeira vez em que as legendas tradicionais não conquistaram a presidência e, desde 1966, a primeira oportunidade em que um competidor obteve maioria parlamentar –, na realidade ela foi o ponto de chegada de um processo gradual e persistente de crescimento eleitoral da FA. Logo, fechou um largo ciclo político.

Tabela 7 – Votos válidos nas eleições presidenciais e representação parlamentar por partido e por setor partidário (Uruguai, 2004)

Partido	Pres./Senado (%)[1]	Câmara (N)	Senado (N)[2]
Colorado	10,6	10	3
Foro Batllismo	-	18	6
Batllismo Lista 15	-	15	5
Nacional	35,1	36	11
Herrerismo	-	7	3
Aliança Nacional	-	19	6
Correntada Wilsonista	-	8	2
Desafio Nacional	-	2	-
EP-FA-NM[3]	51,7	52	17
Assembleia Uruguai	(17,6)	8	3
PCU	(6,1)	1	1
Partido Socialista	(14,8)	11	2
Vertente Artiguista	(8,8)	4	2
MPP[209]	(29,2)	20	6
Aliança Progressista	(8,0)	3	(1+1)
Novo Espaço	(7,7)	3	1
Liga Federal Frente-amplista[210]	(0,2)	1	-
Congresso Frente-amplista[211]	-	1	-
Outros	(7,6)	-	-
Independente	1,9	1	-
Outros[4]	0,7	-	-
Total		**99**	**31**

Fonte: FERNÁNDEZ (2004, p. 190); ABOAL (2005, p. 250); CHASQUETTI (2005, p. 196); YAFFÉ (2005a, p. 156); ALTMAN (2010, p. 536); BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014)
1 - O número entre parênteses indica % de votos para o Senado que o setor obteve no lema EP-FA-NM.
2 – Inclui o Vice-presidente Nin Novoa, do setor Aliança Progressista (FA), que tem assento no Senado. A informação está discriminada pela soma.
3 – Um deputado eleito em outubro pelo departamento de Salto (Fonticiella), do PDC, tornou-se Intendente em maio de 2005, sendo substituído por suplente do PS (Alba Cocco). A tabela registra a mudança (RÓMBOLI, 01 jul. 2017; EX DIPUTADA..., 11 marzo. 2012).
4 – Partido Intransigente, 0,39%; União Cívica, 0,20%; Partido Liberal, 0,07%; Partido dos Trabalhadores, 0,02%.

209 Como pondera Garcé (2011b, p. 131), os tupamaros sempre concorreram aliados a outros grupos. Quando aderiram à FA, compuseram MPP, que passou a ser a denominação que os identifica, apesar de não ser exclusivamente formado pelo MLN-T e de ambas terem existido durante algum tempo como estruturas paralelas (LABROUSSE, 2009, p. 267-269). Em 2004, agregou parceiros menores, como cisões do PN (agrupamento de Jorge Saravia [1958-]), e do PC (Grupo dos Cravos Vermelhos), e deu origem ao Espaço 609, denominação pela qual concorreu neste pleito.

210 Sua origem remonta ao Cabildo 1813, setor departamental de Maldonado, criado em 1997, liderado pelo deputado Darío Pérez (1957-) e que, em 1999, elegeu dois deputados por meio da União Frente-amplista (EN LOS 18 AÑOS..., 24 mayo 2015). Foi criada em dezembro de 2000 como uma coligação de 12 setores departamentais (Cabildo 2000, de Maldonado, a denominação então adotada pelo Cabildo 1813; Fraternidade Frente-amplista Floridense, de Florida; Câmbio 2000, de Colonia; Marcha Frente-amplista de Lavalleja, Corrente Progressista Independente, de Rivera; Esquerda Unida, de Durazno, entre outros). Constituiu-se na primeira fração da FA originária do interior e com atuação prioritária fora da capital, defendendo os princípios de descentralização, autonomia departamental e federalismo. Ela foi incorporada como tal pela FA em 2002. Porém, obedecendo a seus princípios, os setores departamentais que a formam podem aliar-se a frações nacionais, o que ocorreu, por exemplo, com a Fraternidade Frente-amplista Floridense em 2004, que concorreu no sublema da Aliança Progressista (e o deputado eleito está contabilizado para a AP, não para a Liga) (DELUCA POMBO, 2007, p. 31-35, 48).

211 É um grupo de atuação no departamento de Canelones, criado em 2001, por Víctor Semproni (1937-2016), chamado de "rebelde" porque em várias oportunidades não acatou a orientação partidária. Foi graças ao não voto dele, em 2011, por exemplo, que o projeto de reinterpretação da "ley de caducidad" não foi aprovado (MOREIRA, 2011; DI GIORGI, 2013). Iniciou a militância no MLN-T e teve passagem por IDI (1984), VA (1989) e AU (1994) até criar este grupo. Em seguida, a instituição se vinculou ao Grupo dos Cravos Vermelhos e, por este meio, compôs o Espaço 609 nesta eleição (FALLECIÓ..., 21 mayo 2016).

No 1º ano do governo frente-amplista, os diversos grupos reunidos em torno do EP e da NM solicitaram a incorporação formal à FA, o que foi por aceito, em novembro, sem muitos empecilhos (EN HISTÓRICO..., 20 nov. 2005)[212]. Desse modo, eles passaram a integrar oficialmente a Frente Ampla, na condição de frações ou setores internos[213], o que implicou o encerramento de suas trajetórias como organizações políticas autônomas e a extinção do Encontro Progressista e da Nova Maioria[214].

Lanzaro (2008b, p. 44) anota que a FA chegou ao poder como um partido estabelecido, com mais de 20 anos de existência, após ter disputado – e perdido – várias eleições presidenciais, exercido representação parlamentar como oposição por longo período, bem como acumulado experiência de governo na capital Montevidéu.

Yaffé (2005b, p. 52-53) reputa três razões para que a FA tivesse chegado à presidência. A primeira, como foi abordado nas páginas precedentes, foi a concretização de uma política de alianças que lhe permitiu ampliar as fronteiras da esquerda e formar, em 1994, o Encontro Progressista, e, em 2002, a Nova Maioria.

A segunda se refere à produção de uma moderação ideológica e programática, que possibilitou que ela se aproximasse do eleitorado de centro, sem abandonar ou perder o de esquerda, e sim passasse a abranger o espectro de centro-esquerda, a ter maior amplitude ideológica e, também, eleitoral. Este processo também já foi abordado nas seções anteriores, mas mais informações podem ser acrescidas.

A tendência de moderação ideológica foi confirmada pelo estudo de Lorenzoni e Pérez (2013). Eles se servem de uma interpretação que procurou quantificar os conteúdos constantes nos programas apresentados pela FA nas eleições de 1971 a 2009. Conforme a metodologia utilizada pelos autores, baseada no *Comparative*

---

[212] Nessa oportunidade, oito grupos tiveram seus pedidos de ingresso aprovados pela Plenária Nacional da FA: Corrente 78, PDC, Grupo dos Cravos Vermelhos, Batllismo Progressista (todos eles membros do EP); Novo Espaço; Partido pela Seguridade Social, Compromisso Progressista Independente, Grupo País (EN HISTÓRICO..., 20 nov. 2005).

[213] Com ironia, Caetano (2007, p. 98) anota que foi uma satisfação o término do EP-FA-NM, ao menos para os analistas, que puderam passar a utilizar apenas uma denominação (FA) para se referir a esse conjunto de organizações. Gregory (2009, p. 191, nota 1) sempre utilizou FA por considerar que, apesar de oficial, a outra denominação era inconveniente e a sigla, pouco amistosa.

[214] Como parte da FA, NE foi um dos fundadores da Frente Líber Seregni (FLS), ao lado de Assembleia Uruguai, Aliança Progressista e outros grupos menores (LANZAN..., 31 agosto 2009). FLS surgiu em apoio à pré-candidatura presidencial de Astori em 2009 (que não foi bem-sucedida), organizou-se como um setor eleitoral e, depois, parlamentar, tendo se tornado o segundo maior em número de parlamentares, atrás apenas do MPP. É reputada como a ala mais moderada da FA.

Manifesto Project, a FA sempre ocupou a posição de esquerda da escala – que varia de -100% (o sinal negativo indica “esquerda”) a +100% (o sinal positivo indica “direita”). Ela partiu de -45% de frases classificadas como de conteúdo esquerdista em 1971 e, paulatinamente, tornou-se menos esquerdista: em 2004, quando alcançou o governo nacional, estava em -18,5%.

O estudo vai até 2009, ocasião em que a FA se posicionou em -12,5%, o ponto menos à esquerda da escala em toda a série histórica. E a corroborar o que foi apreciado sobre a crise ocorrida em 1989, quando a FA não alterou seu programa e ocorreu a saída de PGP-PDC, e sobre as modificações sofridas em 1994, verifica-se que praticamente não houve variação no conteúdo esquerdista entre 1984 e 1989 (passou de -35,7% a -34,5%) e, sim, moderação significativa entre 1989 e 1994 (de -34,5% para -25,6%).

A partir desses resultados, Lorenzoni e Pérez (2013, p. 83) afirmam que os programas da FA perderam conteúdo de esquerda de maneira gradual, porém sistemática. Mas alertam que isto não está ligado a um aumento de conteúdos de direita, e sim ao acréscimo daqueles que podem ser considerados neutros em termos ideológicos. Igualmente, enfatizam que “si se observa toda la serie [1971-2009], se destaca la disminución de propuestas de izquierda en el ámbito económico y la relativa estabilidad de posiciones de izquierda en el plano de las políticas sociales” (LORENZONI; PÉREZ, 2013, p. 98).

A interpretação de Moreira (2009, p. 136-138) sobre a corrida ao centro da FA é divergente. Para ela, esta afirmação tende a dar a ideia de que a FA se aproximou dos partidos tradicionais, quando isto não ocorreu. Ao inverso, historicamente, as diferenças entre eles se agudizaram.

O argumento é de que a FA, que não possui nenhum setor que poderia ser classificado como de direita, empurrou os partidos tradicionais para a direita do espectro ideológico, fez com que eles abandonassem parte do seu eleitorado – o que é comprovado pela progressiva saída de setores esquerdistas do PN e do PC, antes tão característicos dessas legendas –, de modo que eles não possuem mais uma fração ou movimento de esquerda (MOREIRA, 2000, p. 99; 2004, p. 21, 37).

Sobre esta questão, González (1993, p. 112) expõe que o lento encaminhamento para a direita dos partidos tradicionais começa nos anos 1960, antes mesmo da fundação da FA, o que pode ser atestado pelas correntes de

esquerda que deles se afastam e vão participar, junto a outras forças políticas, da criação da FA.

Há convergência entre esses comentários e a interpretação de Demasi (2006), apresentada na subseção 1.3.1, que sublinha a importância da participação dessas cisões dos partidos tradicionais para fortalecer a FA, o quanto elas tornaram PN e PC menos diversificados ideologicamente e os impediu de manter uma parte do eleitorado fiel, justamente aquela correspondente à sua ala esquerda.

O entendimento de Moreira (2009) também tem por base o fato de a moderação da FA a ter tornado mais dispersa ideologicamente do que os competidores. Com dados de 2001-2005, a autora indica que a FA ocupa largo espectro de centro-esquerda – que vai de 2,5 a 4,8 na escala de 10 pontos, em 2001; e de 3,6 a 5,2, em 2005 –, enquanto os partidos tradicionais se tornaram claramente de direita e perderam a variação ideológica que anteriormente apresentavam por meio de suas diferentes frações.

De modo convergente, González (1993) demonstrou que, historicamente, os partidos tradicionais contavam com setores bastante diversificados do ponto de vista ideológico, o que os fazia cobrir uma grande parte da escala esquerda-direita. Também esta característica a FA tomou dessas legendas, embora, ao contrário delas, ocupe exclusivamente o centro-esquerda, sem apresentar setores posicionados à direita da escala ideológica. Nesse aspecto, portanto, a FA nunca foi como os partidos tradicionais.

Na mesma perspectiva, Lanzaro (2004, p. 60) argumenta que *blancos* e colorados passaram por um processo de convergência, tornando-se um polo político e uma "família ideológica", com uma proximidade cada vez maior e uma relativa indiferenciação. Os dados apresentados por Delbono (2010, p. 43) confirmam esta apreciação: desde 1999 e até 2003, a distância ideológica entre os dois partidos, medida pela escala de esquerda-direita de 10 pontos, ficou abaixo de 5% (0,05) e a sobreposição ideológica, acima de 85% (0,85)[215].

[215] Os dois parâmetros são indicados por González (1993, p. 147) como aqueles que configuram uma família política ou ideológica. A distância foi calculada conforme o modelo de Sani e Sartori (1980): no caso específico, subtrai do valor correspondente à localização do partido mais à direita da escala (mais alto) o daquele posicionado mais à esquerda (mais baixo) e divide o produto por nove (a quantidade de pontos da escala). O resultado corresponde à distância, que vai variar de 0 a 1. A sobreposição, seguindo a mesma fonte, reduz a escala a cinco segmentos (1-2, 3-4, 5-6, 7-8, 9-10), faz o mesmo cálculo precedente, transforma o valor em percentagem e divide por 200, sendo o produto subtraído de 1. O resultado também vai variar a 0 a 1. Esclarece-se que, na versão original, distância e sobreposição servem de parâmetro para identificar o grau de polarização de um sistema

A pesquisa de López (2015), com dados de 2013, também identificou que a maior distância ideológica entre as frações intrapartidárias se encontrava na FA. Já os dados trazidos por Canzani (2005, p. 78) mostram que a amenização programática da FA fez com que ela atraísse progressivamente mais o eleitor que se autoidentifica como de “centro”. Este contribuiu com 18% da votação da FA em 1994, contingente que passou a 27% em 1999 e chegou a 34% em 2004. Desse modo, ainda que programaticamente não tenha se tornado centrista, ela passou a ampliar o contingente de votos conquistados junto a esse eleitorado.

Há uma investigação de Moraes e Luján (2016) que corrobora o entendimento de Moreira (2009) de que a FA não se tornou centrista e menos esquerdista, e sim que ela demarcou as diferenças em relação aos partidos tradicionais e afirmou-se como a opção de esquerda contra as alternativas de direita, o que deixou o centro da escala vazio.

Os autores levam em conta o caráter centrista do eleitorado uruguaio, que desde a década de 1990 está posicionado em torno dessa área da escala ideológica, conforme atestado por pesquisas do Latinobarómetro e do Lapop. Ao mesmo tempo, observam que não há candidaturas relevantes de centro.

Se valessem os pressupostos do modelo de proximidade, como o de Downs, esse eleitorado de centro escolheria o candidato mais contíguo ao seu próprio posicionamento e haveria uma luta entre os concorrentes pelo centro. Porém, ela não encontra respaldo nas informações sobre o posicionamento dos partidos, pois, por mais que FA e os partidos tradicionais tenham se aproximado do centro, continuam claramente alocados à esquerda e à direita do espectro. Os autores se servem de pesquisa do Instituto de Ciência Política de 2009 e de 2004, no qual FA está no ponto 3 e 4, e os partidos tradicionais, em 6 a 8, o que lhes permite dizer: há um eleitorado moderado e um centro vazio de candidatos relevantes.

A explicação para o aparente paradoxo de um eleitorado que tem escolhido candidatos fora de sua proximidade reside no modelo direcional, adotado pelos autores. Ele afirma que o eleitor se dispõe a escolher fora de sua ordem de preferência, desde que a opção esteja localizada dentro de uma região de

---

partidário, e não para verificar se dois ou mais partidos pertencem à mesma família ideológica. A assunção de Sani e Sartori (1980) é que, quanto maior a distância e menor a sobreposição ideológica, mais polarizado é o sistema, o que traz mais riscos para a sua estabilidade.

aceitabilidade. E isto só é possível porque há opções claramente de esquerda e de direita (ainda que não extremadas) nas disputas do país.

Consequentemente, nessa visão, a vitória da FA (e a manutenção do êxito nas eleições subsequentes) não a aproxima do centro. Ela continua a ser uma opção de esquerda – verificável pelo posicionamento na escala, mais do que pelo juízo do pesquisador –, mas fizeram com que o eleitor do centro votasse na FA – como indicado por Canzani (2005). E isto exigiu desse eleitorado de centro um deslocamento e o abandono de sua posição preferencial. Enfim, não foi a FA quem se aproximou do eleitor de centro (ou não o foi tão somente, já que ela se expandiu ao longo do setor centro-esquerda da escala), e sim, e principalmente, o contrário.

Para reforçar o argumento, os autores comentam a situação do PI, em uma questão a ser abordada no capítulo 3. Se o voto por proximidade explicasse o caso uruguaio, o PI deveria ter uma votação muito maior e ter candidato presidencial viável, o que não se verifica:

> solo el PI se ubica en valores centrales en 2009 y 2014, entre el 5 y el 6 de la escala, pero su desempeño electoral nunca superó el 3% de los votos. La posición centrista del PI no respalda el argumento del modelo de proximidad, dada su posición y la moderación del electorado, su desempeño electoral debería haber sido mucho mejor en ambas elecciones (MORAES; LUJÁN, 2016, p. 81).

A terceira motivação para o êxito da FA é o exercício de uma oposição sem pausa, porém flexível, aos governos dos partidos tradicionais, em particular frente às reformas liberais que eles procuravam implantar. Assim,

> el posicionamiento opositor ejercicio le permitió captar y canalizar políticamente el descontento de esa parte creciente de la ciudadanía que, disconforme con los resultados de sugestión o abiertamente perjudicaba por ella, fue distanciándose de los partidos tradicionales, gobernantes coaligados en distintos grados de compromiso durante la mayor parte del período (YAFFÉ, 2005, p. 72).

Sobre esta questão, Moreira (2004, p. 19-20) alerta que a FA era a única legenda que podia se apresentar ao eleitor como força oposicionista, pois sempre foi a minoria excluída no processo decisório nacional – inclusive após 1999, quando era a maior bancada do parlamento –, dado que, de modo exclusivo ou por meio do modelo de coparticipação, os partidos tradicionais tinham a maioria necessária para governar e a FA sequer ocupava os cargos nas diretorias dos entes públicos

previstos na Constituição. Queirolo (2006), então, argumenta que a FA venceu o pleito de 2004 porque se tornou a única opção não governista viável para o eleitor, isto é, todas as demais alternativas já tinham sido testadas e haviam falhado.

Em perspectiva semelhante, Yaffé (2005a, p. 49-51) lembra que a reforma do Estado realizada pelos partidos tradicionais – especialmente nos governos Lacalle (1990-1995), Sanguinetti (1995-2000) e Batlle (2001-2005), ocasiões em que governaram, de uma forma ou de outra, "associados" –, privou estes mesmos partidos dos recursos públicos que durante décadas havia assegurado a eles a continuidade política, tais como: cargos, empregos, créditos, obras, tratamentos fiscais e tributários.

Igualmente, as reformas incrementaram o mal-estar dos cidadãos em relação aos partidos tradicionais, pois atingiram pilares da cultura política uruguaia (como estatismo e igualdade) e não obtiveram resultados econômicos, tendo gerado uma ampla base social de prejudicados por essas reformas. Na síntese de Lanzaro (2004, p. 17), os partidos tradicionais procuraram realizar reformas estruturais e, em função disso, enfrentaram uma reconversão em seu estatuto histórico de partidos de Estado, aproximando-se de um perfil de "cartel-parties", no sentido firmado por Katz e Mair (1995), e perdendo a condição de "partidos keynesianos".

Em consonância, Gadea (2015) explica o êxito eleitoral da FA por meio da capacidade que ela teve de aproximar-se da "matriz institucional" do país, que está centrada no papel do Estado como provedor e organizador da vida coletiva, da busca de igualdade social e política, o que implica reconhecer direitos sociais, intervir fortemente na economia, vincular as relações sociais e a cidadania à lei. Por esta razão, considera que as demais explicações, como a da moderação programática, não alcançam a efetiva complexidade da questão, pois a resposta reside em elementos simbólicos e discursivos, ligados à cultura política e ao imaginário político e social (batllista e coloroado) do que é ou deve ser o Uruguai, ao qual a FA se vinculou, soube ressignificar e fortalecer.

> Certamente, não são discursos ou iniciativas políticas concretas que permitem dizer que, em certo sentido, a Frente Ampla é a continuidade do Partido Colorado [batllismo] em situações históricas diferentes. É também o lugar que ela passou a assumir no repertório eleitoral e político do país, tomando como próprio um espaço discursivo (antes ocupado pelo

> tradicional Partido Colorado) que situa a figura do Estado no centro das atenções, interesses e perspectivas de futuro (GADEA, 2015, p. 10)[216].

Alguns dos dirigentes de forças esquerdistas entrevistados por Serna (2004, p. 188) chamam a atenção para este aspecto do novo perfil ideológico-programático da FA, tachando-o de "batllismo modernizado". Astori, em declaração fornecida a Tagliaferro (2009 p. 75), às vésperas das prévias de 2009, exalta que "el Frente Amplio es el batllismo del Uruguay en este momento". Essa linha interpretativa também é destacada por Lanzaro (2003, 2004), que vê a FA como defensora da linha batllista tradicional e de valores muito arraigados na cultura política uruguaia (estatismo, igualdade e políticas distributivistas).

Como foi indicado na subseção 1.3.3, ao tratar da "tradicionalização" da FA, a construção da identidade frente-amplista implicou aproximá-la do batllismo, assim como do artiguismo. Arocena (2017, p. 292) vai mais longe e, em razão dos tempos de bonança que vivenciou, chama o ciclo de governo da FA, iniciado em 2004 e que se estenderá por pelo menos 15 anos, de "terceiro batllismo", dando sequência ao período de Batlle, do início do século, e ao neobatllismo, dos anos 1950. Essa expressão também foi referida por Moreira (2011, p. 13).

A mesma perspectiva permite a Luna (2004a, p. 143) afirmar que, enquanto a partir dos anos 1980, *blancos* e colorados se voltaram a uma postura reformista, de direita, vinculada ao Consenso de Washington, a esquerda passou a ter um posicionamento conservador, dado que queria preservar os elementos fundamentais da tradição política batllista, tão caros aos uruguaios e tão fortemente estatistas[217].

---

[216] Ressalva-se que o autor não vê como positiva esta situação. Ele expõe que a matriz institucional a que a FA dá continuidade limita a autonomia do social nos marcos da autoridade estatal e institucionaliza a sociedade e seus sujeitos a partir das narrativas do Estado. Logo, na condição de governo, a FA "se alinha na tarefa por redirecionar, disciplinarmente, a sociedade que se mobiliza contra as regras do jogo político", pois incapaz de aceitar a ideia da autonomia (GADEA, 2015, p. 20). Em outra passagem, afirma: "todo conflito social que se direciona contra determinada posição ou ação do governo é, na realidade, entendido como sintomático de um questionamento ao Estado historicamente 'construído por todos' (de todos e para todos), a uma crítica visceral da "autoridade do estatal-instituído". Nesta linha argumentativa, pouco importa se no governo estão os representantes do PC ou da FA, se a polícia é acionada para reprimir conflitos "fora de controle", a sua legitimidade descansa na defesa de um Estado de Direito que se sustenta no velho imaginário batllista: em um Estado que tem substituído a ausência de uma 'nação fundacional' e, fundamentalmente, em um 'ideal de democracia' que se exerce pela 'articulação' dos espaços políticos e sociais com o Estado, e não com base a sua 'autonomia" (GADEA, 2015, p. 20-21). Versão modificada do artigo foi publicada em espanhol (GADEA, 2018).

[217] Lembra-se que o PGP, quando pertencente ao PC, nos anos 1960, também foi identificado como representante da "ortodoxia batllista" e que a sua visão esquerdista, em um cenário de mudanças realizadas no predomínio da direita, assumia as características de resistência conservadora (DE ARMAS; GARCÉ; YAFFÉ, 2003, p. 86).

Há outras explicações adotadas pela literatura da área para a vitória da FA. Uma delas, seguindo o modelo interpretativo da Escola de Columbia, como remarcam Caetano e Selios (2016, p. 117), versa sobre a teoria da modernização e da geografia eleitoral, pois identifica o voto da FA como "moderno", correspondente às áreas mais dinâmicas do país, montevideano (extensivo à área metropolitana) por excelência. Ao inverso, o dos partidos tradicionais provém de eleitores mais conservadores e interioranos (MIERES, 1994a; MOREIRA, 2004).

Desse modo, para vencer, a FA teve de avançar no "Uruguai profundo"[218] e superar as resistências de parte do eleitorado mais refratário à inovação, o que Lanzaro (2010, p. 257) chama de "nacionalização". Ou seja, uma distribuição mais equânime no território do país e, consequentemente, o fato de os resultados obtidos nos departamentos serem cada vez mais parecidos com o resultado do pleito[219].

Selios (2016, p. 167-168) aplicou o índice de nacionalização[220], desenvolvido por Jones e Mainwaring, aos partidos uruguaios no período 1999-2014. Ela o adaptou na forma de exposição para torná-lo mais intuitivo: ele varia de 0 a 1, sendo que zero indica ausência de correspondência e 1, grau de nacionalização perfeito, ou seja, equilíbrio total entre o resultado nacional e o obtido nas unidades subnacionais (departamento, no caso). O cenário alcançado pela autora mostra que a FA avançou de 0,852 em 1999, quando era apenas o terceiro partido nesse quesito, para 0,927 em 2014, posicionando-se como o mais nacionalizado de todos. Em outros termos: também nesta questão ela superou os *blancos*, cujo índice é de 0,904, e o PC, que atingiu 0,856[221].

---

[218] A expressão indica os departamentos do interior do país, não litorâneos, ou seja, não banhados pelos rios Uruguai e da Prata e nem pelo oceano Atlântico. Em termos concretos: Lavalleja, Florida, Flores, Durazno, Treinta y Tres, Cerro Largo, Rivera e Tacuarembó. Eles são normalmente menos povoados, possuem menos dinamismo econômico do que os demais e neles, historicamente, prevalece o Partido Nacional. Por isso, a expressão também é utilizada para indicar um comportamento eleitoral tradicional e menos propenso a mudanças.

[219] Este processo não só se efetivou como houve uma inversão. Em 1971, 30% dos votos da FA vinham do interior e, em 2004, 49,7%. Na eleição de 2009, 52,8% foram provenientes de fora de Montevidéu e, em 2014, 56,2% (LANZARO 2015, p. 32).

[220] O indicador mede a dispersão/concentração da votação de um partido nas eleições presidenciais e/ou parlamentares nas diferentes unidades subnacionais em relação à votação nacional. Esclarece-se que ele registra o quanto a votação de um partido está uniformemente distribuída pelas unidades em que se divide o país, logo não tem relação necessária com o crescimento da votação. Ou seja, a nacionalização pode crescer em um cenário de aumento ou de redução dos votos obtidos por um partido e vice-versa.

[221] Os dados confirmam que os partidos uruguaios são altamente nacionalizados, mas também mostram que há variações ao longo do tempo: se a FA se tornou mais nacionalizada, assim como o PN (ele passou de 0,867 em 1999 a 0,904 em 2009 e em 2014), os colorados caíram (estavam acima de 0,900 em 1999 e em 2004, e se posicionam acima de 0,850 em 2009 e em 2014).

Uma segunda explicação está fundada no efeito geracional, ou seja, a forte tendência de quem se torna eleitor a apoiar FA, sem que os que nela já votavam deixem de fazê-lo. Logo, a FA conjugaria as capacidades de atrair os jovens e, ao mesmo tempo, de fidelizar eleitores, como afirmam González e Queirolo (2000), Aguiar (2000), Canzani (2000, 2005), Moreira (2004), Buquet e De Armas (2004), em uma perspectiva mais próxima à da Escola de Michigan (CAETANO; SELIOS, 2016, p. 118). Há estudos em torno de uma das dimensões da "tradicionalização", aquela que vislumbra a transmissão familiar do voto na FA, a exemplo do que ocorria com os partidos tradicionais. Ela se coaduna com a ideia da fidelização do voto e da transmissão geracional.

A registrar, ainda, que a literatura especializada (DE ARMAS, 2009; MIERES, 2010; SELIOS; VAIRO, 2012) identificou que essas interpretações perderam centralidade para explicar o voto após 2004. É como se elas tivessem ajudado a entender como a FA alcançou o poder, mas não tenham a mesma capacidade para explicar como ela se mantém no topo, pois indícios apontam que os fenômenos por trás dessas teorias pararam de se manifestar ou reduziram a intensidade após este pleito.

Baseado nessas informações, González (2010, p. 76; 2015, p. 155) afirmou que, ao contrário do que ocorria até então, este efeito não poderia ser tomado de fato como uma explicação, caso contrário o fenômeno deveria continuar a se verificar nos pleitos seguintes. Igualmente, ponderou que o que impulsiona a decisão do voto são insatisfações acumuladas e essas são essencialmente de ordem política, e não derivadas de fatores geracionais. Assim, o que ocorreu até 2004 foi uma associação entre insatisfação política e fator geracional[222].

É pela mesma razão, segundo ele, que o fenômeno cessou com a chegada da FA ao poder. Desde então, esta teve de assumir o custo de governar e de ser fonte de insatisfações acumuladas, razão pela qual perdeu alguns dos apoios que teve até 2004, assim como passou a ser vista de forma mais crítica por aqueles que se tornaram eleitores desde então.

---

[222] A partir da oposição firme e sistemática aos governos dos partidos tradicionais, a FA alcançou o que Garcé (2013, p. 127) resume: "la opinión pública, en general, y los votantes de izquierda en particular, identificaron al FA como el partido que proponía una política económica diferente a la que llevaron adelante colorados y blancos a partir de 1985". E como a política económica dos governos não produzia os resultados esperados, a FA se tornou a "esperança" ou, conforme Queirolo (2006), fixou-se paulatinamente como a única opção possível.

Nesse diapasão, Caetano e Selios (2012, p. 122) registram que, após a chegada da FA ao poder, as explicações sobre a decisão do voto passaram a se radicar mais na orientação ideológica e na avaliação da gestão governamental, dos líderes e no peso das campanhas eleitorais. Elas indicam que a Ciência Política parte do pressuposto da existência de um eleitor menos suscetível à fidelidade ou às tradições partidárias e, portanto, mais volúvel e sujeito às circunstâncias de curto prazo, como crise econômica ou escândalos políticos.

1.7 Síntese

O capítulo procurou descrever o contexto histórico em que se processou a criação do PI. A tarefa implicou lançar um olhar retrospectivo, centrado em diversas organizações da esquerda uruguaia, acompanhadas a partir dos anos 1960. As trajetórias dessas organizações se entrecruzam desde então e ajudam a compor o cenário em que o PI surgiu, em 2002.

O foco recaiu, inicialmente, sobre PDC e PGP, legendas criadas em 1962. Passou pela FA, fundada em 1971, com a participação das duas primeiras e de vários outros grupos originários da esquerda e de cisões dos partidos tradicionais. Depois, foi descrita e analisada com mais atenção a ruptura que a FA sofreu em 1989, a partir da qual PDC e PGP a abandonaram e criaram uma nova opção partidária, a coligação NE.

Igualmente, o capítulo apresentou o desmantelamento dessa coligação, ocorrida no pleito subsequente, em 1994, e o surgimento do partido NE, decorrente de setores minoritários que não aceitaram a aliança do PGP com o Foro Batllista, fração do PC, e tampouco a (re)aproximação do PDC com a FA, ocorrida por meio da formação do EP.

Por derradeiro, foi exposto o processo de ruptura que o partido NE sofreu, em 2001-2002. Nessa ocasião, a parcela majoritária se aliou à FA, por meio do advento do EP-FA-NM, e o grupo minoritário – porém, liderado pela maioria da bancada – sustentou a permanência de uma opção político-eleitoral autônoma, inicialmente o bloco parlamentar Novo Espaço Independente e, logo depois, a organização e a oficialização do Partido Independente, ocorrida no final de 2002.

Mais do que, simplesmente, construir uma narrativa que vincula o advento do PI a forças políticas da esquerda existentes desde os anos 1960, o capítulo procurou

indicar que ele busca reafirmar a intenção de construir um espaço que se apresenta como pertencente à esquerda, mas que está dissociado da FA ou do tipo de orientação programática com a forte presença do marxismo, afirmando-se pelo pleno compromisso com a democracia. Como visto, desde a redemocratização uruguaia, esta intenção deu origem a outras duas organizações – coligação NE e partido NE –, sem contar antigas propostas, como a que o PDC cogitou em 1984.

Portanto, as motivações que sustentam o advento do PI não foram ocasionais, mas sim ultrapassam em muito a conjuntura crítica em que ele foi efetivamente formado. Elas calam fundo nas organizações políticas que se identificam como do campo da esquerda uruguaia, tanto em termos de suas discussões referentes a táticas e a estratégias organizacionais e de busca pelo poder, quanto programático-ideológicos, notadamente no que tange à própria condição do que é ou deve ser um projeto político de esquerda.

Neste sentido, o trabalho desenvolvido neste capítulo é estratégico e relevante, pois nivela o terreno, constrói um cenário, apresenta as diferentes personagens e suas ações. Porém, está longe de enfrentar e de aprofundar os termos deste debate e tampouco de caracterizar as propostas e as ambiguidades que o PI contém. Tarefa que os capítulos seguintes buscam realizar.

Capítulo 2
Características organizacionais do PI

Realizada a exposição sobre as motivações e o contexto que produziram a criação do PI, em uma visão longitudinal que acompanhou o campo ideológico da esquerda uruguaia desde os anos 1960 até o início do século XXI, é necessário sistematizar e discutir mais pormenorizadamente as razões por trás do advento deste partido e das características organizacionais que ele assumiu.

A análise que constitui este capítulo se baseia no modelo proposto por Panebianco (2005, p. 91-92), que afirma serem a origem e a institucionalização os fatores de maior incidência na ordem organizativa dos partidos e aqueles que explicam sua fisionomia e seu funcionamento. Ambos serão observados e aplicados ao caso do PI: o modelo originário compõe a seção 2.1 e suas subdivisões, enquanto a institucionalização forma a seção 2.2 e as respectivas subseções.

Importa destacar que a proposição de Panebianco (2005) é bastante difundida na literatura especializada e que, desde a sua publicação, em um livro do início dos anos 1980, ganhou rapidamente reconhecimento entre os pesquisadores. O autor parte da premissa que os partidos são, antes de tudo, organizações – e que precisam ser apreciados como tal. Logo, bases sociais e/ou ideologia não são os melhores parâmetros para compreendê-los, apesar de serem largamente utilizados nas pesquisas da área.

O modelo recuperou e deu prosseguimento à tradição que remonta aos primórdios dos estudos sobre partidos, representada por Ostrogorski, Michels e Duverger, e que ficou menosprezada durante algum tempo em benefício de outros aportes explicativos – como os citados acima –, de tal modo que as análises “congelaram” no clássico estudo de Duverger, originalmente publicado na década de 1950.

O objetivo de Panebianco (2005) é produzir um mapa analítico que forneça elementos capazes de captar com mais propriedade a complexidade e a diversidade das formas organizativas adotadas pelos partidos. Por consequência, ele se contrapõe a modelos deterministas, simplificadores, que buscam circunscrever tal diversidade aos seus próprios princípios epistemológicos e que estão calcados em poucas e amplas categorias, razão pela qual dispensam muitas das peculiaridades e das distinções que as legendas apresentam. Igualmente, que constroem modelos formais e estáticos, nos quais a política e as várias dimensões da luta pelo poder são menosprezadas ou simplesmente excluídas.

Embora as categorias elaboradas por Panebianco (2005) sejam aplicáveis a qualquer partido do mundo, ele as utilizou para analisar exclusivamente casos europeus. Alcántara (2004) é quem centra a investigação especificamente sobre partidos latino-americanos[1]. E, para tal, desenvolve um marco largamente inspirado naquele, apesar de incluir novas variáveis que, para ele, seriam relevantes para captar as peculiaridades das legendas desta região.

Como será destacado quando da apresentação desses temas, apenas algumas das contribuições de Alcántara (2004) serão incorporadas à presente tese, seja porque muitas já estão contempladas por Panebianco (2005), seja porque, ao serem aplicadas, elas não se mostraram eficientes para a pesquisa desenvolvida pelo proponente e/ou não se desvelam adequadas ao estudo de um único partido como ocorre na tese, sendo mais razoável para análises comparadas.

Resta destacar que, seguindo especialmente os passos de Alcántara (2004), o capítulo também dá ênfase e dialoga inicialmente com a literatura sobre os novos partidos. Esta forneceu algumos aportes interpretativos adequados para investigar o PI, tendo em vista a sua condição de ser uma legenda surgida no início do século XXI.

Desse modo, o capítulo foi construído por meio de revisão bibliográfica, com vistas a vincular as interpretações e as análises propostas por esta literatura ao caso e às circunstâncias do PI. Também foram utilizados materiais empíricos, coletado em fontes da internet, como: as duas versões do estatuto do partido; entrevistas e declarações à imprensa, especialmente as de Pablo Mieres; candidaturas

[1] A investigação abrange 63 partidos (de 18 países) que estavam ativos nos anos 1990. No caso do Uruguai, abarca PC, PN, FA e NE. O último, porém, está excluído da maior parte dos quesitos, pois o autor não obteve as informações necessárias.

apresentadas pela legenda e os resultados obtidos. Tal material serviu para testar e/ou confirmar a procedência, das veredas analíticas fornecidas pela literatura consultada para o objeto em estudo.

2.1 Modelo originário

No caso do PI, a relevância de considerar a sua origem para identificar e para compreender as características que ele apresenta ao longo de sua trajetória está mais do que demonstrada pelo que foi desenvolvido no capítulo anterior, ocasião em que foram exploradas as várias facetas do processo histórico que contribuiu ao seu surgimento.

Contudo, por mais que as informações ali apresentadas tenham sido analisadas e contextualizadas, além de serem simplesmente apresentadas e descritas, elas não foram inseridas em uma matriz interpretativa mais ampla e tampouco apreciadas do modo como o faz Panebianco (2005), ou seja, com vistas a demonstrar que constituem uma herança genética que produz efeitos na vida e na organização do partido.

Este é o propósito desta seção, que vai se utilizar largamente do marco analítico que este autor propõe. O modelo originário é concebido como os fatores que, em variadas combinações, caracterizam a organização, definem as características genéticas dela e exercem influência sobre as características organizativas do partido mesmo depois de décadas (PANEBIANCO, 2005, p. 92). O autor operacionaliza a investigação por meio de três indicadores.

O primeiro deles é o modo pelo qual se iniciou ou se desenvolveu a construção da organização e que se desdobra em três possibilidades: (a) por penetração, quando um “centro” controla, estimula e dirige o desenvolvimento da “periferia”, isto é, a formação de associações locais e intermediárias do partido; (b) por difusão, que é o processo contrário, no qual elites locais descentralizadas constroem as associações e estas, posteriormente, unificam-se em um órgão nacional; (c) misto, que engloba os dois processos, mas cuja sequência mais comum é começar por difusão e desdobrar-se em por penetração (PANEBIANCO, 2005, p. 94-95).

Presumivelmente, cada alternativa traz implicações distintas para o futuro do partido. Se a construção se deu por penetração territorial, o pressuposto é de que há

um “centro” suficientemente coeso desde o princípio, formado pelo grupo restrito de fundadores da entidade, os quais seguramente serão os seus líderes, ao menos no primeiro momento. Se ela ocorrer por difusão, o processo é muito mais complexo e contingente, com a tendência a gerar estruturas descentralizadas e semiautônomas.

O segundo indicador é a presença ou a ausência de uma instituição externa que patrocine o nascimento do partido (PANEBIANCO, 2005, p. 96). A causalidade projetada indica: se o partido for o braço político de uma instituição externa nacional, o que o autor chama de ter legitimação externa, a tendência é a de existir uma organização mais frágil, pois as lealdades serão indiretas. Contudo, se esta for uma instituição externa internacional, a tendência é favorável à institucionalização, tendo como exemplos mais famosos os partidos comunistas e sua relação com o Comintern. Se a origem for por legitimação interna, ou seja, sem a presença de organizações externas, a perspectiva é da maior possibilidade de institucionalização.

O terceiro fator é a presença ou não de uma liderança carismática. Se o partido é o veículo para a ação de um líder com esta característica, o autor supõe que a institucionalização será frágil, pois a legenda se torna inseparável desta personalidade e não será tolerada nenhuma estrutura que possa competir e/ou dividir a fonte de poder (PANEBIANCO, 2005, p. 97).

A dimensão origem também foi contemplada no modelo desenvolvido por Alcántara (2004). Ele a divide em três categorias: data de fundação, momento originário e natureza original. A primeira é autoexplicativo e não exige maiores comentários. A segunda se subdivide em cinco categorias: tipo de origem, motivação para a fundação, localização territorial principal da legenda, objetivo de participar ou não da competição eleitoral; existência de organizações de apoio. Já a natureza original aborda o tipo de liderança e o eventual caráter programático que o partido ostentava quando de sua formação.

É importante justapor os dois modelos, verificar as inovações que o de Alcántara (2004) traz em relação ao de Panebianco (2005) e, dentre elas, quais são úteis para esta pesquisa e, consequentemente, serão incorporadas à análise.

Três das variáveis estão plenamente contempladas no modelo anterior e já se encontravam selecionadas para serem aplicadas nesta investigação: (1) localização territorial do núcleo fundador, correspondente ao modo pelo qual se iniciou ou se

desenvolveu a construção da organização[2]; (2) distinção entre partidos originários de dentro ou de fora do parlamento; (3) distinção entre aqueles que contaram ou não com uma organização de apoio externa (nacional ou internacional)[3].

As outras cinco correspondem, em tese, à contribuição específica de Alcántara (2004), construída com a intenção de ser útil para compreender as peculiaridades dos partidos da América Latina.

A primeira delas reside na categoria data de fundação do partido, que é tomada como um indicador da longevidade e da maturidade no tempo da existência da organização. Como o trabalho do autor espanhol abarca aqueles ativos até o ano 2000, não há alternativas que contemplem o caso do PI, surgido em 2002. Mas esta não é a principal razão pela qual a tese não utiliza esta categoria.

A decisão de não a incluir repousa no fato de que ela ganha relevância por permitir a comparação longitudinal entre os diferentes partidos analisados – alguns surgidos no século XIX –, logo não é a adequada ao propósito de analisar um partido em particular. De qualquer modo, seguindo os parâmetros do autor (dividir as opções em lapsos de 25 anos), o PI estaria na alternativa correspondente aos partidos criados no século XXI, distinguindo-se das demais legendas uruguaias analisadas, que surgiram antes de 1925 (PC, PN), entre 1950-1975 (FA), entre 1975 e 2000 (NE)[4].

Outra é a disposição eleitoral ou não da legenda, que não foi considerada relevante por Panebianco (2005), pois seu estudo se direciona exclusivamente a "partidos eleitorais". De qualquer modo, ela não se revelou eficiente para o propósito de Alcántara (2004, p. 61), pois havia uma concentração de casos (88,9%) nesta opção. Aliás, circunstância que também é a do PI.

A terceira é o tipo de liderança, a qual se mostrou uma categoria importante na investigação de Alcántara (2004, p. 67), especialmente para demonstrar que não há uma intensa presença do elemento militar, que responde por 15,8% dos partidos. Todavia, ela não é relevante para o Uruguai, no qual todas as legendas foram

[2] As alternativas se diferenciam, com vistas a captar circunstâncias da realidade latino-americana, como a criação de partidos no exterior. De qualquer modo, este não é o caso do PI.

[3] As categorias não se mostraram eficientes para classificar os partidos, pois houve grande concentração em uma única alternativa: 79,4% foram formados por grupos parlamentares e 87,3% não tinham nenhuma organização externa de apoio (ALCÁNTARA, 2004, p. 61).

[4] A opção utilizada por Alcántara (2004) é pós-1975, pois o recorte se encerrava nos anos 1990. A proposição 1975-2000 é uma adaptação, baseada no critério de construir categorias que abarquem 25 anos. Nessa linha, o PI estaria na nova divisão: pós-2000.

classificadas na alternativa civil-coletiva, a mesma em que o PI seria incluído. Ou seja, este não seria um traço distintivo do partido em estudo.

Por meio da categoria “caráter” entra em discussão como o partido se relaciona com o ambiente, no caso o regime político no qual está inserido, o que abre espaço aos “partidos revolucionários”, aqueles cuja proposta “fundacional contestatario viene definido por un ímpetu de cambio que les lleva a defender un ideario de transformaciones radicales, pretendiendo poner en marcha modificaciones trascendentales” (ALCÁNTARA, 2004, p. 69). Embora seja uma distinção significativa para os partidos latino-americanos em um olhar longitudinal, esta é outra categoria que não se mostra razoável para analisar o PI, que surge como um partido eleitoral. E, de qualquer forma, a variável relativa ao programa será apreciada no capítulo 3 deste trabalho[5].

No modelo de Alcántara (2004), a categoria que se soma a de Panebianco (2005) e, ao mesmo tempo, foi considerada útil para analisar o caso do PI gira em torno da origem em relação às legendas já existentes. Ela se insere em uma larga bibliografia produzida em torno da questão dos novos partidos. Desse modo, a apreciação começará por este quesito, o que será explorado na sequência.

2.1.1 PI como novo partido

O ponto inicial é definir o que se entende por esta expressão, afinal, como argumentam Barnea e Rahat (2010, p. 305), “se ‘novos partidos’ é uma categoria analítica distinta, a questão 'o que constitui um novo partido?’ [...] deve ser abordada”. Na mesma medida, só dessa forma se pode delimitar o terreno da análise e ter parâmetros para apreciar o caso do PI.

Hug (2000, p. 193; 2001, p. 14) fixou como critério de decisão considerar como tal aquele que apresenta candidatos pela primeira vez em uma eleição parlamentar de âmbito nacional. Esta definição é uma versão mais delimitada daquela formulada por Harmel (1985, p. 405), segundo a qual são novos partidos todos aqueles que foram adicionados ao sistema partidário original de um país.

O critério adotado por Krouwel e Lucardie (2008, p. 280) é mais lato: eles incluíram todos os partidos criados entre 1989 e 2006 – o recorte temporal da

[5] Ressalva-se, ainda, que o autor classificou a FA como “revolucionária”, quando de sua origem, o que parece ser bastante questionável pelas razões vistas no capítulo 1.

pesquisa – que disputaram eleições, mas também aqueles que, surgidos muitos anos antes e tendo concorrido previamente, só conquistaram representação parlamentar no período de análise. Este critério não é muito consistente, ao considerar equivalentes dois critérios distintos, pois disputar um pleito e formar bancada abrangem o cumprimento de exigências legais e políticas bem diferentes, dissociáveis no tempo, além de, em certos casos, a segunda nunca vir a ser alcançada.

Uma das peculiaridades da definição de Hug (2000, 2001) é que ela distingue analiticamente (e temporalmente) duas dimensões da "vida" dos partidos: criação institucional e participação em eleições. Em reforço, Mustillo (2009, p. 316-317) faz a ressalva de que a condição de disputar pela primeira vez a eleição nacional não implica que a instituição tenha sido recém-criada: ela poderia contabilizar experiência como competidora em pleitos subnacionais, mas nunca ter participado de um nacional, bem como poderia ter sido fundada há algum tempo e, por alguma razão, nunca ter disputado qualquer eleição.

Esses elementos fazem eco ao que sugere Pedersen (1982, p. 6-7): antes de uma legenda ter acesso à eleição, há duas etapas prévias: a primeira é a de declaração, que se refere ao momento em que ganha publicidade a intenção de criá-la; e a segunda, a de autorização, correspondente a quando ela cumpre os requisitos legais exigidos pelo país e se torna oficialmente um partido, adquire a condição de apresentar candidatos nas eleições, assim como, se for o caso, ter acesso a recursos públicos destinados a este tipo de instituição.

Em decorrência, essas duas dimensões podem estar mais ou menos distanciadas no tempo do primeiro pleito disputado pela legenda. E esta variação pode ocorrer por vontade do partido ou por causa de fatores externos, como a ausência de eleições e/ou de autorização para o funcionamento dessas instituições, o que é comprovado pela história uruguaia e a de vários outros países.

Pedersen (1982) cita uma terceira dimensão (posterior às já referidas), que é a obtenção de representação parlamentar, o que reforça a crítica apresentada ao critério adotado por Krouwel e Lucardie (2008) de misturar participação em eleição com obtenção de bancada. Para o autor, há ainda uma quarta dimensão na vida de um partido, posterior a todas, que é alcançar relevância parlamentar.

Esta distinção pode ser comprovada facilmente pelo caso do PI. A fase de declaração ocorreu no bojo da disputa com o NE, no final de 2001, quando os

deputados dissidentes formaram uma bancada própria, denominada Novo Espaço Independente. Seguiu-se a fase de autorização, cujo processo foi completado cerca de um ano depois, com o registro oficial como partido. Todavia, ele disputou a primeira eleição em 2004, inicialmente as primárias (em junho) e depois o pleito propriamente dito (em outubro). Na mesma oportunidade alcançou representação parlamentar. Nos quase dois anos que intermediam a estreia nas urnas da oficialização perante a Corte Eleitoral (ou três, se for contabilizada a fase em que foi um bloco parlamentar), o PI já tinha existência legal e atuava como um partido, inclusive na arena legislativa.

Verifica-se que as definições de Hug (2000, 2001) e de Mustillo (2009) estão baseadas em partidos eleitorais, isto é, tomam como critério de inclusão a exigência de que participem de um pleito nacional. Pode-se compreender esta escolha porque os estudos desenvolvidos a partir delas estão centrados exclusivamente naqueles que disputam eleições. Ao mesmo tempo, elas inevitavelmente criam um ponto de corte que faz com que os partidos já criados e/ou oficializados como tais – os que estão no segundo estágio da vida partidária, conforme Pedersen (1982) – e que ainda não participaram de eleições nacionais não sejam considerados novos partidos. O PI, por exemplo, só figuraria como tal em 2004, se fosse estudado por esses autores.

Nesse caso, cabe questionar como esses partidos podem ser consideradas – alguns com atuação parlamentar, o que foi o caso do PI. Da mesma forma, constata-se que esta definição não está plenamente adequada a cenários distintos ao das democracias estáveis, nos quais interrupções ou a ausência de um calendário eleitoral são possíveis ou recorrentes.

Tendo em vista estas ponderações, a definição de novos partidos formulada por Aït-Aoudia (2016, p. 2) é alternativa, pois não está vinculada ao evento eleições. Seguindo os passos da de Harmel (1985, p. 405), a autora afirma que compreende "qualquer um [partido] que tenha sido criado mais recentemente, em um contexto político e institucional em evolução, e que se baseia em uma identidade política que, até aquele ponto no tempo, tinha estado ausente da arena política"[6]. Ou seja, o

[6] A autora investiga as primeiras eleições pluripartidárias da Argélia, realizadas em 1990, que não eram nacionais, e sim municipais e regionais. Conforme esta definição, ela também incluiu como novo um partido que decidiu não participar da disputa.

ponto de corte é o segundo estágio da vida partidária sugerido por Pedersen (1982), o registro como tal, e não a participação em eleições[7].

Este enunciado é coerente com o modo como Harmel (1985, p. 406) e Harmel e Robertson (1985, p. 507) operacionalizam a noção de partido: uma organização que tem como um de seus objetivos a colocação de seus membros em postos governamentais. Embora o meio mais convencional de alcançar este fim nos sistemas democráticos seja pela disputa de eleições – o que corresponde ao sentido atribuído por Hug (2000, 2001) e Mustillo (2009) aos novos partidos –, esta não é uma necessidade imperiosa, pois ele pode ser obtido sem essa exigência ou quando o partido ainda não participou de eleições, ainda mais quando é de criação parlamentar e surge como dissidência em uma bancada já formada. Novamente, este é o caso do PI, que possui assentos parlamentar sem ter passado como tal pelo crivo do eleitorado.

Entretanto, Barbea e Rahat (2010, p, 308) indicam que todas essas definições apresentam limites e lacunas. Porém, eles as observam por outra perspectiva, aquela alusiva as distintas acepções de “novo”:

> O dicionário define o adjetivo ‘novo’ ou em termos *cronológicos*, como algo que ‘veio recentemente a existir', ou em termos *relativos*, como 'sendo outro do que o antigo ou o velho', ou como sendo ‘diferente de um da mesma categoria que existia anteriormente' (Merriam-Webster Dictionary). A definição cronológica aponta para um pré-requisito – para que algo seja novo, deve ser *recente*. A definição relativa, por outro lado, toca no núcleo da questão. Implica que para algo ser novo deve ser ‘*outro* do que o velho’, deve ser ‘*diferente*’. Portanto, para definir o 'novo' devemos distingui-lo do 'antigo', 'velho' ou 'pré-existente' (BARNEA; RAHAT, 2010, p. 308) [grifado em itálico no original].

Os resultados a que os autores chegam a partir desta reflexão serão observadados na sequência do texto. De momento, cabe destacar que, para eles, um dos caminhos utilizados pelos investigadores em relação a este desafio é “assumir novidades com reservas”, ou seja, basear-se tão somente na ordem cronológica, como ocorre com as definições de Hug (2000, 2001), de Mustillo (2009), de Aït-Aoudia (2016) e de Harmel (1985). Logo, os partidos são novos porque não

[7] É do autor da tese a interpretação de que abarca a oficialização como partido, o que pode envolver o simples registro como entidade civil ou o reconhecimento pela autoridade eleitoral (e respectivo preenchimento dos requisitos que ela exigir). Os partidos analisados por Aït-Aoudia (2016) levam a crer que, para a autora, basta a criação pelos membros, pois um deles só foi legalizado após o pleito estudado e, ainda assim, ela o considerou como tal. Em qualquer situação, o novo partido surge antes (e independe) da participação em uma eleição.

existiam na condição de competidores em eleições parlamentares nacionais anteriores, independentemente do quão iguais ou não eram em relação aos antigos. Como visto, esta condição não implica que o partido seja recente, isto é, recém-criado – ao contrário do que apontam Barnea e Rahat (2010) –, mas sim que ele não participou do pleito nacional anterior e que, portanto, é cronologicamente novo neste ambiente específico.

Na mesma linha: a definição de Aït-Aoudia (2016), ao enfatizar a criação recente e o fato de esses partidos agregarem uma identidade política até então ausente, dá margem a supor que contempla as duas dimensões destacadas por Barnea e Rahat (2010). Contudo, ela não traz critérios para dimensionar o que configura "criação recente" e tampouco especifica o que seja "identidade politica ausente da arena política", o que a torna lacunar nesta questão.

Barnea e Rahat (2010, p. 309) consideram que

> essa abordagem é atraente em sua simplicidade e inclusão – tudo é novo até prova em contrário. [...] Esta abordagem também é problemática conceitualmente, pois pode esticar o conceito 'novo' a ponto de não ter uma definição significativa ou um valor analítico".

Ao contrário deste argumento, a lacuna relativa à segunda acepção do adjetivo – o quanto os novos partidos são diferentes dos já existentes – presente na definição de Hug (2000, 2001), é abordada quando ele (e também outros autores que tratam do tema) distinguem as modalidades de novos partidos, o que os leva a ingressar na discussão sobre a "origem" ou o "status institucional" dessas instituições. Ou seja, ainda que não explicitamente considerada, a questão está no elenco de reflexões que dá fundamento epistemológico à definição.

Segundo Hug (2001, p. 13-14), os novos partidos podem ser distinguidos em duas modalidades. A primeira é a dos genuinamente novos, que seriam aqueles criados sem apoio de membros de partidos existentes. Na mesma concepção, Krouwel e Lucardie (2008) os chamam de "nascimento", classificados como tendo origem externa ao sistema partidário e ao parlamento, em um modelo inspirado em Duverger (1987). Por sua vez, Harmel e Robertson (1985) os denominam como partidos de "formação natural".

Sikk (2005, p. 399) os define como aqueles que "não são sucessores de qualquer partido parlamentar anterior, têm um nome e uma estrutura novos, e não

têm figuras importantes do período democrático anterior entre seus principais membros". Duas observações podem ser feitas a esta definição. A primeira é de que há a exigência de essa legenda ser recente e também diferente em relação às já existentes, assim como sugerem Barnea e Rahat (2010). No entanto, o diferente diz respeito a aspectos formais: nome, estrutura e lideranças. Não há referência a programa ou ideias, por exemplo. A segunda é que Sikk (2005) está tão centrado nestes requisitos que, ao inverso da maioria dos demais autores, para ele apenas os genuinamente novos são "novos". Logo, exclui as outras possibilidades dessa categoria (que serão vistas na sequência) e as considera em conjunto com os partidos já estabelecidos, isto é, como formas que dão continuidade aos existentes.

No seu estudo específico, Sikk (2005) se propõe a medir a volatilidade nos sistemas partidários dos países pós-comunistas, no qual a dinamicidade da disputa produz muitas cisões, fusões, alianças ocasionais e mudanças de nomes dos partidos. Com vistas a separar esses fenômenos é que ele enfatiza os genuinamente novos como os inequivocadamente novos.

Ainda que essa decisão de Sikk (2005) possa ser considerada radical, ela está inserida na ideia de que os genuinamente novos não suscitam dúvida quanto a serem novos partidos. Porém, todas as demais modalidades abarcam exceções, ou seja, algumas de suas manifestações são excluídas da condição de novos.

A segunda modalidade proposta por Hug (2001) é formada pelos novos partidos que surgem da cisão de um partido já existente, isto é, aqueles que são criados por pessoas que têm algum tipo de vínculo com instituições já estabelecidas. Por isso, eles necessariamente possuem origem interna.

O critério é seguido por van Biezen e Rashkova (2014, p. 901), Bolleyer e Bytzek (2013) e Bolleyer (2013, p. 44). Esta considera que tal ocorre porque as cisões normalmente contam (ou são comandadas por) parlamentares e "[…] muitas vezes eles envolvem conflitos sobre políticas ou decisões estratégicas básicas ou, alternativamente, são o resultado de lutas de liderança".

Mas há restrições a esta decisão. Além de Sikk (2005, p. 394), já observado, Marinova (2015, p. 5) desconsidera partidos oriundos de cisões como novos. E outros pesquisadores afirmam que nem todas as cisões geram automaticamente novos partidos. Como argumenta Hug (2001, p. 14), para que um partido formado por cisão seja assim considerado, ele deve competir pelos mesmos votos com a agremiação da qual se separou. Na mesma linha, Powell e Tucker (2014, p. 129)

afirmam que se o partido que se separa é um sucessor claro (por exemplo, tem o mesmo nome, controla os recursos do original), então ele não é considerado um novo partido[8].

> No entanto, se dissidentes do claro partido sucessor emergirem como parte desse processo – o que era comum nos primeiros anos da transição pós-comunista, particularmente envolvendo partidos sucessores comunistas – então esses partidos são codificados como novos na primeira eleição da qual participam. [...] Em contraste, se um partido que participou de uma eleição no momento t se divide sem um único sucessor, então todos os partidos sucessores daquele partido são considerados novos partidos no tempo t + 1 (POWELL; TUCKER, 2014, p. 130).

Barnea e Rahat (2010, p. 309) não têm a mesma opinião. Para eles, classificações como esta – e outras, que serão indicadas imediatamente – são inúteis para apontar a diferença efetiva entre os partidos antigos e os novos. Os autores parecem negligenciar o fato de que, para que o modelo no qual se sustentam faça algum sentido, aqueles considerados genuinamente novos obrigatoriamente devem ser distintos dos já existentes (ao menos na condição de competidor), enquanto para aqueles oriundos de cisão a questão da "novidade" está intrinsecamente incorporada, mas ela é resolvida instrumentalmente: independentemente do quanto o partido originário de cisão é diferente em relação a partidos já existentes, parte-se da ideia de que, se ambos disputam o pleito, a condição de novo, isto é, de ser recente e distinto na competição está estabelecida.

Como se percebe, Barnea e Rahat (2010) trabalham a noção de novo partido como não somente recente, mas também de "diferente", o que é considerado como a obrigatoriedade de ele ser portador de algum tipo de distinção qualitativa em relação às legendas já existentes. Desse modo, para eles, é possível que um partido recente (e que, por isso, disputa a sua primeira eleição) não seja considerado novo, pois não é qualitativamente distinto dos antigos.

Para Hug (2000, 2001) e outros dos autores citados, a distinção primeira, fundamental e mais simples é que ele não seja os outros, isto é, nunca tenha disputado uma eleição nacional antes como tal, o que o torna, no âmbito desta definição, cronologicamente novo, ainda que não o seja em termos concretos, isto é, já existisse há algum tempo. E competir com os já existentes (notadamente o

[8] A questão do "partido sucessor" será abordada na sequência via contribuição de Arter (2012). Antecipa-se que, o caso reputado por Powell e Tucker (2014), não se trata propriamente de cisão, e sim de transformação, conforme modelo sugerido por Kouwel e Lucardie (2008).

partido-mãe) é um critério suplementar, útil para afirmar esta condição no caso de partido oriundo de uma cisão. Na definição de Aït-Aoudia (2016), como já visto, os dois critérios se juntam: o novo partido deve ser recente e diferente (em relação aos já existentes), sendo que a novidade em termos cronológicos não implica estrear na disputa de eleição nacional, e sim ser ter sido criado há pouco tempo.

Ainda em relação às modalidades dos novos partidos, conforme a origem deles, ressalva-se que Hug (2000, p. 193; 2001, p. 13-14) não considera como novos aqueles que surgem em decorrência de fusão de duas ou mais legendas previamente existentes, ainda que eles não compitam pelos mesmos votos com o antecessor, que é o critério distintivo para os nascidos de cisão. Ele pondera que o partido formado por fusão traz uma "herança" fornecida pelos antecessores, no que é seguido por Sikk (2005, p. 394), Tavits (2006, p. 106; 2008, p. 122), Mustillo (2009, p. 317), Marinova (2015, p. 5) e Bolin (2014, p. 8). Bolin, aliás, argumenta que as fusões podem ser vistas como partidos estabelecidos que simplesmente se reorganizaram ou, em outras palavras, são os antigos concorrentes sob uma nova aparência – e, neste âmbito, ele converge com Barnea e Rahat (2010), quando estes demandam "novidade" (diferença) para a identificação de um novo partido.

Todavia, a questão de inserir ou não as fusões é polêmica entre os pesquisadores. Ao contrário dos vistos acima, Mair (1990, 1999) as insere como mais uma modalidade de novos partidos, ao lado da cisão e daqueles genuinamente novos, o que também o fazem van Biezen e Rashkova (2014).

Já Bolleyer (2013, p. 26), Bolleyer e Bytzek (2013, p. 779; 2016, p. 775) ficam no meio termo: incluem-nas, mas não em todos os casos. As autoras retiram dessa abrangência aqueles casos em que um partido já existente absorve outro(s), que deixa(m) de existir, pois os avaliam como a continuação de partidos estabelecidos[9]. Como destaca Bolleyer (2013), o critério fundamental para considerar como novo um partido oriundo de fusão é que a existência dele implique a "morte"[10] dos envolvidos neste processo, isto é, a perda da autonomia organizacional que eles até então apresentavam, e o surgimento de uma entidade que necessita construir uma infraestrutura viável, pois ela

[9] Este é o caso da adesão do NE à FA. O primeiro deixou de existir como partido autônomo após o pleito de 2004, enquanto a segunda continuou sua trajetória (inclusive, mantendo a denominação).
[10] Para a autora, significa que o partido não mais apresenta candidatos em qualquer eleição (nacional, regional, local) porque se dissolveu (ao menos como partido, não necessariamente como organização), desintegrou-se (deixou de atuar como ator coletivo) ou fundiu-se com outro(s).

> pode decorrer de uma posição de fragilidade (sendo, na verdade, a única alternativa à dissolução) ou como um movimento estratégico de um partido, em princípio, autossuficiente para aumentar sua influência no sistema partidário ao aliar-se com outro partido representando problemas similares ou até os mesmos (BOLLEYER, 2013, p. 15)

Com esta ideia, elas indicam que alianças eleitorais ou coligações não formam novos partidos, assim como as coalizões, embora na prática possam operar como um partido, conforme as regras do país. Elas são simplesmente a junção, muitas vezes circunstancial, de duas ou mais legendas que associam as suas listas para acumularem votos, mas que mantêm a autonomia institucional.

Powell e Tucker (2014, p. 129) compartilham a mesma posição de considerar os partidos decorrentes de fusão como novos em determinadas circunstâncias, inclusive adotam o mesmo critério proposto pelas autoras vistas acima. Porém, ele se expressa de modo mais formal: o partido só pode ser classificado como novo se pelo menos dois dos envolvidos na fusão haviam obtido pelo menos 5% dos votos na eleição precedente. Se apenas um deles recebeu pelo menos 5% dos votos, o surgido da fusão é considerado uma continuação do partido maior sob outro nome.

Ao classificar as modalidades de novos partidos, os critérios adotados por Krouwel e Lucardie (2008, p. 279) são mais amplos do que os de Hug (2001). Ao invés de apenas duas modalidades (genuinamente novo e cisão), eles afirmam existir quatro graus crescentes de novidade nas legendas definidas como tal.

O primeiro é um tipo que ainda não foi abordado: por transformação, correspondente a quando um partido estabelecido se renova, revisa seu programa, apela para novos grupos de eleitores e/ou muda de nome[11]. Esta sugestão acompanha a de Mustillo (2009, p. 318), que os caracteriza como partidos já existentes que são “tomados” (“hijacked”, no termo por ele utilizado) por novas lideranças, perdem uma parcela significativa dos antigos filiados e líderes, sofrem uma mudança repentina de programa, de modelo organizacional e, às vezes, também de nome.

[11] Não fica claro na explicação dos autores se eles incluem as coligações como uma forma de transformação. Há indícios de que não, pois ela abrange mudança organizacional dos partidos e as coligações não a abarcam, podendo ser uma ocasional aliança entre partidos para concorrerem e/ou aparecerem juntos na cédula em um determinado pleito. Ainda assim, elas produzem efeito na oferta eleitoral. Sobre esta questão, Marinova (2015, p. 4, nota 5) indica: “participar e sair de listas partidárias não altera a estrutura dos partidos, pois eles mantêm considerável independência organizacional, mesmo quando aparecem na mesma cédula eleitoral. No entanto, quando os partidos entram ou deixam listas, eles alteram o menu de alternativas de votação, de modo muito parecido com fusões e cisões de partidos”.

O segundo é a fusão, correspondente à união de um ou de mais partidos já existentes, formando um novo, que pode adotar denominação inédita, mas também pode utilizar o nome de um dos seus formadores. O terceiro é cisão, relativa ao caso em que um ou mais setores, mais ou menos amplos, de um partido existente rompem com ele e formam nova legenda, assumem novo nome e elaboram nova plataforma política. O quarto é o nascimento, nos quais cidadãos sem vínculos com os partidos estabelecidos criam um novo partido[12].

Observa-se que, ao agregarem o "grau de novidade", Krouwel e Lucardie (2008) confirmam como novos partidos os tipos unanimemente aceitos dos genuinamente novos e dos oriundos de cisão (embora tal não abarque todos os casos para alguns pesquisadores). Mas, eles também acatam os originários de fusão – que dividem mais intensamente os autores – e ainda se permitem acrescentar os decorrentes de transformação. Em cada tipo, além das diferenças produzidas pelo processo originário, associa-se a distinção em relação aos partidos já existentes.

A modalidade de novo partido por transformação é a mais polêmica e a que tem menos adeptos dentre os pesquisadores. Krouwel e Lucardie (2008) a incluem ao agregarem critérios vinculados à "novidade" para além da mera presença de um competidor recente. Nesse caso, também é um novo partido aquele antigo que se transformou drasticamente de modo a não ser mais reconhecido como era antes. Na mesma medida, eles indicam que nem todas as transformações fazem com que o produto da mudança seja um novo partido, algumas menos intensas não autorizariam a considerá-lo como tal. Há convergência entre a visão deles com a de Barnea e Rahat (2010), isto é, o grau de novidade deve ser critério para classificação. A diferença é que para os últimos este critério deve adotado sempre.

Arter (2012, p. 805, 809) sugere uma variação do novo partido por transformação, que é chamada por ele de "partido sucessor", correspondente a aquele que é criado como substituto do antecessor que, por qualquer motivo, deixou de existir. Ele não é uma mera cópia do precedente, embora haja nítida semelhança entre ambos, no que tange a ideias, militantes e dirigentes. Esta legenda minimamente adota um nome diferente e é legalmente registrada como um partido

[12] Este também é o modelo adotado por Harmel e Robertson (1985, p. 509), ao denominá-los como circunstâncias da formação, mas os autores apenas propuseram as modalidades e não se preocuparam em defini-las com mais rigor.

separado. Ou, conforme define: “um partido que é nominalmente e legalmente uma nova entidade que toma o lugar e preenche alguns dos espaços políticos desocupados por um único e extinto partido de origem” (ARTER, 2012, p. 807).

Conforme os critérios vistos anteriormente, o “partido sucessor” inequivocadamente pode ser considerado um novo partido, pois surge da “morte” de outro e da vacância por ele deixada, o que não fica tão claro no modo como Krouwel e Lucardie (2008) caracterizam a modalidade por transformação[13]. Nesta perspectiva, a categoria proposta por Arter aprimora e distingue com mais propriedade que a sugerida pelos dois autores. Ainda assim, Bolleyer e Bytzek (2013, p. 778-779) rejeitaram considerá-lo uma modalidade de novo partido.

Para aproximar este tipo a situações já tratadas no trabalho: o caso do PDC, surgido em 1962, pode ser classificado como novo tanto por transformação quanto por sucessão (da União Cívica). Já o NE, surgido em 1994, é contemplado com mais propriedade apenas por sucessão, já que é herdeiro da “finada” coligação NE, formada em 1989, de tal forma que adotou a mesma denominação.

Krouwel e Lucardie (2008, p. 281) ainda distinguem três possíveis origens para os partidos de “nascimento” – aqueles genuinamente novos, no dizer de Hug (2001), ou naturais, no de Harmel e Robertson (1985). São elas: ramificação, realinhamento e empreendedorismo político. A ramificação ocorre quando uma organização política internacional decide desenvolver um novo ramo nacional. O realinhamento corresponde aos casos em que movimentos sociais ou grupos de pressão já atuantes decidem se transformar em um partido. Já o empreendedorismo ocorre quando iniciativas privadas (muitas delas oriundas de um indivíduo ou de um empresário político) e que não possuem vínculos diretos com movimentos sociais, grupos de pressão ou organizações internacionais, decidem criar um partido[14].

Bolleyer (2013, p. 17, 40) adota praticamente o mesmo modelo, embora o dela seja mais enxuto, pois classifica os novos partidos em: (a) originários de

[13] A troca de nome, por exemplo, é um critério apenas complementar para classificar um partido como novo, jamais definidor, pois muitos modificam a sua denominação (às vezes por meio de uma pequena alteração) como estratégia eleitoral, mas há a permanência de várias características fundamentais: estrutura, dirigentes e, se tiver representação parlamentar, também a bancada.

[14] Há uma experiência recente no Uruguai que se enquadra na classificação de partido originário de empreendedorismo político (de um indivíduo em particular). Trata-se do Partido das Pessoas (de la Gente, em espanhol), criado pelo empresário Edgardo Novick (1956-), em 2016, após ele ser um dos três candidatos à intendência de Montevidéu, em 2015, pela Concertação (a aliança entre PN e PC), ocasião em que foi o segundo candidato individualmente mais votado. Ele não estava vinculado nem ao PC e nem ao PN, sendo que cada um desses partidos também indicou um concorrente pela Concertação (NOVICK..., 07 nov. 2016).

empreendedorismo político, chamados de empreendedoriais; e (b) enraizados, provenientes de organizações sociais, sem que seja distinguido se elas são internacionais ou não, isto é, se são ramificação ou realinhamento, para usar a terminologia de Krouwel e Lucardie (2008) apresentada no parágrafo anterior.

Os partidos decorrentes de cisão ou de fusão (com as ressalvas que a autora expõe e que já foram vistas) são incluídos no mesmo modelo, pois, apesar de procederem de entidades existentes, também podem ter como base ou impulso para a sua criação ações empreendedoriais ou organizações sociais. No entanto, Bolleyer (2013, p. 41) faz um esclarecimento procedimental, que é relevante para esta pesquisa: partidos oriundos de cisão só foram classificados como enraizados, quando indícios apontavam a existência de uma base de apoio alheia ao partido-mãe, caso contrário eles seriam considerados como empreendedoriais.

Para Bolleyer (2013) há, portanto, duas possibilidades de iniciativas de formação para os novos partidos, e não as seis adotadas por Krouwel e Lucardi (2008). A diferença reside na finalidade a que essa distinção se destina: mais do que simplesmente identificar a origem do novo partido, a autora pretende tomar essa informação como um indicador do grau de organização e de institucionalização que a legenda pode alcançar, seguindo os passos de Panebianco (2005), o que será analisado na continuidade deste capítulo.

Como já foi abordado, a visão de Barnea e Rahat (2010) difere das que foram apresentadas até agora. Para estes autores, a questão temporal – ser recente – não é suficiente para considerar um partido como novo. O critério fundamental é o grau de novidade aportada por um partido que nunca havia disputado uma eleição nacional para efetivamente classificá-lo como novo, pois ele pode ser uma antiga legenda renovada ou, então, pseudo-novo, como eles denominam. Logo, um partido recém-surgido e que aparece na pela primeira vez na disputa eleitoral não pode ser considerado por isso necessariamente como novo[15].

A questão dialoga especialmente com as modalidades de transformação, fusão e cisão[16], e implica desenvolver parâmetros para a análise de casos concretos. No artigo, eles não se debruçam sobre os genuinamente novos, apesar

[15] Como os autores seguem a trilha que considera novos partidos eleitorais, eles não fazem referência à possibilidade sugerida por Aït-Aoudia (2016) de incluir partidos que não disputam eleições.
[16] Como será demonstrado a seguir, o caso estudado pelos autores diz respeito aos partidos oriundos de cisão.

de argumentarem que nenhum partido é criado do nada e, por consequência, também essa modalidade demanda critérios de classificação mais rigorosos do que os normalmente utilizados, que consideram muito intuitivos.

Eles propõem oito critérios para definir a novidade de um partido recém-surgido, os quais abrangem três dimensões em que eles são comparados com os já estabelecidos. A primeira diz respeito à interface com o eleitorado e analisa: (a) nome adotado – se ele é efetivamente inovador ou se contém a denominação de uma legenda antiga[17]; (b) ideologia – quão diferente é o seu programa, as questões, os valores, os interesses e a identidade mobilizados e apresentados na arena política; (c) eleitores – o quanto ele possui novas bases de apoiadores. A segunda dimensão se refere aos aspectos organizacionais: (d) registro legal – se ele está oficializado como uma nova entidade; (e) institucionalidade – se as suas instituições se separam e se diferenciam das existentes em partidos já estabelecidos; (f) militante – se ele possui novos militantes ou se são "imigrados" de uma legenda anterior. Na terceira dimensão, relativa ao partido no governo, a demanda abarca: (g) representantes – se os principais candidatos são novos ou se a maioria ou todos vêm de um único partido; (h) políticas públicas – quão diferentes as que ele apresenta o são em relação às já propostas no mercado partidário.

Alguns desses critérios são bastante questionáveis. No caso de determinar se o partido tem novas bases de apoiadores, o desafio é duplo: do ponto de vista metodológico, como identificar de modo qualificado quais foram as opções realizadas pelos eleitores em dois processos eleitorais diferentes; do ponto de vista conceitual, ele decorre do fato de que, inevitavelmente, os votos que o teoricamente novo partido receber virão de quem escolheu outra legenda em pleitos anteriores, pelo simples fato de que ele não competia como tal. Alternativamente, os eleitores poderiam ter se abstido, votado em branco ou nulo na disputa anterior e, na atual, serem atraídos a emitir e validar o voto pela nova opção eleitoral.

[17] O comentário de Barnea e Rahat (2010, p. 307) é: "aqui nós podemos distinguir três principais possibilidades. A primeira delas [...] um partido que retém seu antigo nome é visto a este respeito como um antigo partido. A segunda possibilidade é a de um partido que usa um nome novo, sem vestígios do antigo – possivelmente na tentativa de se dissociar do 'estabelecido' e de se identificar no mercado como uma nova alternativa. Tal partido é considerado novo a este respeito. Uma terceira possibilidade é a de um partido que opte por adotar um nome que inclua traços do passado. No caso dos partidos existentes, isso simboliza uma promessa de renovação do antigo, de modo a aumentar o seu apelo a novos grupos de eleitores, preservando a sua identidade aos olhos de seu eleitor leal e veterano".

Entretanto, a intenção dos autores é justamente esta. Eles propõem que, empiricamente, o nível de “novidade” seja indicado ao distinguir a porcentagem daqueles que votaram na eleição prévia no partido-mãe (BARNEA; RAHAT, 2010, p. 307). A assertiva revela (e explica o problema conceitual identificado acima): eles circunscrevem os novos partidos àqueles decorrentes da divisão ou da fusão de legendas prévias, mas, aparentemente, não consideraram a possibilidade de que partidos surjam sem referências a entidades precedentes. Ou, alternativamente, pensam que, se é este o caso, o grau de novidade é pleno e, portanto, não cabe aplicar este e outros critérios. De qualquer forma, tal assertiva é contraditória com a afirmação deles de que nenhum partido nasce do nada.

Ao discutirem o partido como instituição, torna-se mais evidente que, efetivamente, a preocupação diz respeito a aqueles que surgem de outros anteriormente existentes, pois ponderam:

> a este respeito também, a extensão da novidade varia; ela pode ser encontrada em partidos antigos que reconstruíram suas instituições e em coligações de antigos partidos que amalgamaram suas instituições. Devemos reconhecer o primeiro caso como de novidade moderada. Níveis elevados de novidade serão identificados quando as instituições do novo partido ostensivo forem separadas e diferenciadas dos partidos antigos, ou seja, as instituições do partido originário continuarão a existir depois que as cisões estabelecerem suas próprias instituições (BARNEA; RAHAT, 2010, p. 307).

Considera-se que alguns dos critérios são equivocados ou pouco propícios à verificação empírica e, consequentemente, inadequados para o propósito que move os autores. Avalia-se, ainda, que a intenção de estabelecer critérios para dimensionar o grau de novidade pode ser útil para distinguir os novos partidos entre si, embora não pareça razoável como determinante para classificar as legendas como tal. Nesse aspecto, ainda que se possa discordar dos resultados alcançados, a sugestão de Krouwel e Lucardie (2008) vista anteriormente está mais bem fundamentada.

Outra dificuldade que o estudo de Barnea e Rahat (2010) apresenta é não operacionalizar os parâmetros propostos e hierarquizá-los internamente. Consequentemente, não oferece um modelo integrado de classificação do grau de novidade, que é reputado como tão relevante pelos autores. Em outros termos: quantos dos oito critérios precisam ser cumpridos por um partido para que ele seja considerado novo? Como se relacionam entre si, se é que o fazem, aqueles binários

(apresenta ou não) e aqueles que podem ser classificados em um *continuum*? E no caso destes, qual a escala a ser utilizada?

No entanto, talvez essas restrições sejam exageradas, pois os autores acabam por estabelecer um limiar no grau de novidade a partir do qual o partido é considerado novo. Ele reúne apenas dois critérios, o que indica serem esses mais relevantes ou decisivos do que os demais. Barnea e Rahat (2010, p. 311) conceituam como novo um partido que tem simultaneamente: (a) um novo nome (lema, para seguir o modo como a legislação uruguaia o determina), isto é, aquele que não traz referências diretas a algum partido já existente; (b) não mais de que 50% dos seus principais candidatos (os que figuram no todo da lista ou em distritos seguros) são originários de um partido antigo.

Ainda que a restrição contida nessa exigência apresentada pelos autores possa ser considerada demasiada, o problema com esta definição é outro: eles não sustentam convincentemente porque seguir especificamente esses dois critérios e dispensar os demais. E, de qualquer forma, a definição tem capacidade explicativa apenas para sistemas de lista fechada, hierarquizada e bloqueada, aqueles nos quais os partidos podem estipular prévia e oficialmente a ordem de preferência entre os candidatos que apresenta, distinguindo entre aqueles que consideram mais relevantes em relação a outros. Afinal, em sistemas eleitorais de voto preferencial (como os majoritários e os proporcionais de voto no candidato e com lista não hierarquizada) ou de voto transferível (como STV), esta situação não se aplica.

O critério fornecido por Hug (2000, 2001) e Mustillo (2009) parece ser mais simples e mais eficiente: há um novo partido sempre que ele disputa pela primeira vez uma eleição (nacional, no recorte oferecido por ambos). O mesmo pode ser dito do formulado por Aït-Aoudia (2016). E, todos, como já indicado, seguem os parâmetros e especificam o enunciado de Harmel (1985).

Assim, a proposta de Barnea e Rahat (2010) de identificar o grau de novidade (ou de distanciamento em relação aos partidos estabelecidos) fornece parâmetros para distinguir modalidades de novos partidos, mas não altera o que o configura como tal. Portanto, ela não se presta para a intenção principal dos autores, que é ter um referencial para identificar se um partido recém-surgido pode ser considerado novo.

A eficiência da definição citada acima se manifesta nos elementos que ela já fornece para distinguir as modalidades de novo partido. Tanto Hug (2000, 2001)

quanto Mustillo (2009) propõem que, para ser genuinamente novo, este partido que disputa a primeira eleição nacional não pode ter relação clara com os partidos que participaram do pleito precedente. Se for uma cisão, provavelmente o partido-mãe continua na disputa e ambos lutarão pelas preferências do eleitorado. Se for fusão, deve ocorrer o contrário.

Seguindo a mesma linha: no caso de partido de transformação, conforme proposto por Krouwel e Lucardie (2008), é preciso verificar se os partidos dos quais ele se origina continuam na disputa. Se isto se confirmar, há evidência de que é uma nova legenda. No caso de partido sucessor, sugerido por Arter (2012), a expectativa é inversa: a legenda sucedida não estará envolvida na disputa.

O problema existe quando os partidos-mãe não participam na disputa e é nesses casos de fusão, de transformação ou de partido sucessor – para reportar às modalidades sugeridas por Krouwel e Lucardie (2008) e por Arter (2012) – que a contribuição de Barnea e Rahat (2010) fornece parâmetros para determinar se o partido surgido é uma continuidade reformulada de legendas anteriores e, portanto, pode ou não ser considerado como novo.

Porém, ao aplicarem os seus critérios a um caso concreto, Barnea e Rahat (2010, p. 311-313) expõem o equívoco do qual partem. Eles se dedicam a analisar se o partido israelense Kadima é novo, tendo em vista ser uma cisão do Likud, uma legenda previamente existente. A conclusão é de que ele não é de fato novo.

A necessidade de fazer uma extensa discussão sobre esta questão demonstra que os autores não têm clareza sobre o tema e explica o resultado inusitado a que chegaram, pois, seguindo os critérios vistos anteriormente, se Kadima e Likud disputaram a mesma eleição, claramente são duas entidades (ou foram naquele momento) e o primeiro é um novo partido, independentemente das peculiaridades envolvidas na sua relação com o partido-mãe e o quanto é novo, considerado como diferente, em relação a ele.

Se seguissem apenas um dos critérios que eles mesmos propuseram (o mais formal dentre todos), relativo à obtenção do status legal de partido, poderiam verificar que ambos foram considerados oficialmente como tais, isto é, distintos competidores por votos e por cargos.

Enfim, a minuciosa discussão levada a termo pelos autores, servindo-se de seus oito critérios, é desnecessária nesse caso, pois a polêmica poderia ser resolvida com muito mais facilidade.

O que pode explicar a análise realizada por Barnea e Rahat (2010) é o objetivo de considerar o advento dos novos partidos como um indicador da mudança ou da instabilidade do sistema partidário. A assertiva diz que o surgimento de um novo competidor que transita no mesmo patamar dos já existentes afeta a competição entre os partidos, mas não o elenco de opções e de programas oferecidas ao eleitor (BARNEA; RAHAT, 2010, p. 314-316). E este seria o efetivo significado da exigência de que o novo partido deveria ser diferente dos já existentes que eles demandam.

Os autores têm razão no que afirmam, mas confundem indevidamente duas ordens distintas de abordagens sobre o tema. De um lado, o fato de o advento de novo partido na arena eleitoral afetar a competição entre as legendas é um pressuposto óbvio – e recorrentemente destacado, como em Tavits (2006, p. 99). E, de qualquer modo, a intensidade desse fenômeno pode ser medida com mais facilidade e robustez por meio do índice de volatilidade, elaborado por Pedersen[18]. De outro, porque questionar a "novidade" em termos dos programas que o novo partido oferece ao eleitor aborda uma questão derivada. Afinal, o advento de um novo partido se manifesta por meio de opções que surgem no mercado eleitoral, independentemente do conteúdo (novo ou não) que ele traz ao eleitorado – aliás, em determinadas situações não precisa trazer conteúdo algo, basta ter um líder ou uma personalidade para alcançar respaldo de votos. Com isto não se quer dizer que o tema da novidade programática seja irrelevante, mas sim que abarca outra ordem – e ela será abordada no próximo capítulo.

Por derradeiro: ainda que essa intenção de Barnea e Rahat (2010) fosse procedente, a proposta parece epistemologicamente equivocada, pois minimiza o impacto da competição interpartidária e faz do sistema partidário a unidade de análise preferencial, embora a investigação seja realizada em torno do(s) partido(s).

O modelo de Barnea e Rahat (2010) pode ser comparado ao de Litton (2015), que parte de um pressuposto distinto: considera que a mudança é uma característica dos partidos, os quais raramente permanecem os mesmos entre uma eleição e outra. Ela os concebe como entidades fluidas e multidimensionais, por conseguinte, pondera ser um equívoco supor que apenas os novos partidos apresentam "novidade" e que a continuidade ou a maturidade de uma legenda

[18] Para uma análise crítica sobre este indicador e o modo como ele tem sido interpretado, ver: Peres (2013).

implica imobilismo, pois “um partido pode mudar de várias maneiras e em graus variados, tornando-se mais ou menos novo” (LITTON, 2015, p. 2).

Face a este entendimento, o propósito da autora é (1) abrir mão da dicotomia entre antigos e novos partidos; (2) capturar a fluidez da mudança partidária entre os ciclos eleitorais, isto é, entre uma eleição e a seguinte. Mais do que um ponto a alcançar, o primeiro objetivo é o pressuposto analítico que serve de base para o segundo, que se realiza por meio da construção de um índice capaz de integrar os diferentes modos como mudam os partidos, o que até então vinha sendo apresentado de forma fragmentária ou parcial, assim como ter condições de expressar o *continuum* da “novidade partidária”. Por esta expressão, ela entende a “qualidade não cumulativa que reflete o grau de mudança de um partido em termos de afiliação estrutural e de seus atributos de marca em um ciclo eleitoral” (LITTON, 2015, p. 3).

O índice de “novidade partidária”, portanto, combina e integra duas dimensões das mudanças dos partidos: a dos atributos de marca e a da afiliação estrutural. A autora o organiza como um gráfico em que a primeira forma o eixo x e o segundo, o y. A localização de cada partido no gráfico corresponde à combinação dessas duas dimensões de análise, o que permite identificá-los no *continuum*.

Em cada uma dessas dimensões, parte-se da ausência de mudança para sucessivos graus de novidade, os quais são organizados conforme a redução potencial do grau de reconhecimento do partido pelos eleitores. Ou seja, há uma inversão: mais novidades partidárias correspondem a menos condição de ele ser identificado pelo público final com o que era antes.

Em termos de atributos de marca, a alteração se refere a nome, liderança e programa ou a combinação entre eles. O ordenamento tem os seguintes estágios de mudança: (1) ausência; (2) de programa; (3) de líder[19]; (4) de programa e de líder; (5) de nome[20]; (6) de nome e de programa; (7) de nome e de líder; (8) de nome, de líder e de programa. Em termos estruturais ou organizacionais, a medição inclui: (1)

[19] A autora o descreve como uma pessoa, aquela identificada e reconhecida como a “principal” do partido em razão da exposição à mídia, ainda que outras exerçam a função de presidente ou de porta-voz. Portanto, pretende se referir à “liderança efetiva” e que não necessariamente está vinculada a ocupar posições formais de liderança (LITTON, 2015, p. 4).

[20] Considerado como a sua denominação oficial e/ou aquela que adota em seu manifesto ou site, assim como a sigla que utiliza (LITTON, 2015, p. 4).

sem alteração; (2) abandonou a lista eleitoral pela qual concorreu[21]; (3) juntou-se a outra lista[22]; (4) expandiu-se por fusão ou recebeu a adesão de elites vindas de outros partidos; (5) sofreu uma cisão ou a deserção de elite; (6) surge um novo partido da fusão de partidos anteriormente existentes; (7) surge um novo partido da divisão de um previamente existente; (8) surge um novo partido da dissolução de um anteriormente existente[23]; (9) surge um partido do zero.

De um lado, ao considerar o grau de novidade, este modelo é tributário da ideia de Sikk (2005), vista anteriormente, segundo a qual apenas os partidos genuinamente novos são novos e todos os demais – formados por cisão, fusão, transformação/sucessão – em alguma medida dão prosseguimento a partidos já existentes, o que reforça a continuidade mais do que a ruptura. Aliás, os critérios sugeridos pela definição de Sikk (2005, p. 399) também são aplicados por Litton (2015): nome, liderança e estrutura, tendo acrescentado mais um, programa.

De outro, o modelo desenvolve critérios formais de medição da novidade, com a intenção de objetivar parâmetros de distinção e/ou de classificação que muitos dos autores vistos anteriormente haviam relacionado de modo quase intuitivo, mas não organizados em um *continuum*.

A proposta de Litton (2015) parece por em xeque toda a literatura sobre novos partidos, na medida em que considera a “novidade” como peculiaridade que todas as legendas podem apresentar ao longo do tempo. Consequentemente, o modo como a categoria novo partido tem sido concebida – e foi apresentada até aqui – mostrar-se-ia equivocado, afinal, não haveria novo partido, mas sim aquele com maior ou menor grau de novidade.

Contudo, ao se observar o modo como ela operacionaliza este pressuposto epistemológico, verifica-se que a autora não cumpriu o primeiro propósito, o de dispensar a dicotomia entre antigos e novos partidos, pressuposto analítico que lhe serve de base. De fato, o que ela faz é remodelar a noção de novo partido. E, se não for assim compreendido, o modelo padece de contradições do ponto de vista de sua construção lógica.

---

[21] Na eleição anterior, o partido concorreu em uma coligação e, nesta, deixou a aliança e passou a concorrer com lista própria e autônoma (LITTON, 2015, p. 4).

[22] É o caso inverso: o partido passou a compor uma coligação, quando no pleito anterior concorreu com lista própria e autônoma (LITTON, 2015, p. 4).

[23] A extinção pode ser legalmente oficializada ou ocorrer apenas de fato, mas Litton (2015, p. 5) alerta que “um dos desafios de codificar partidos nesta categoria inclui o fato de que existe uma linha muito fina entre grupos de partidos que permanecem intactos com novos nomes, líderes e programas e grupos de partidos que emergem da dissolução com mudanças de liderança”.

Litton (2015) considera equivocado o conceito de novo partido porque, ao se centrar na “novidade” que este tipo de legenda possui, ele suscita a ideia de que apenas estas possuem tal característica, o que anula ou minimiza o reconhecimento das possibilidades de mudanças que os partidos já estabelecidos apresentam. Isto não significa dizer que a autora negue a existência de novos partidos, ela tão somente os nega como detentores do monopólio da novidade. Se não fosse assim, não teria sentido que, em termos de estrutura de organização, ela tenha afirmado a existência das categorias “novo surgido de fusão”, “novo surgido de cisão”, “novo surgido de dissolução” e “novo surgido do zero”.

Se a interpretação que está sendo feita da proposta é procedente, cabe reconhecer que ela contamina o segundo objetivo, isto é, o modelo sugerido para capturar a fluidez da mudança partidária entre os ciclos eleitorais apresenta algumas fragilidades que serão comentadas a seguir.

A primeira é que há a intenção de criar um índice capaz de medir o grau de novidade concebido como um *continuum*. Para tal, ele é formado por duas dimensões organizadas de modo ordinal. O problema é que apenas uma dessas dimensões é construída efetivamente como ordinal, a outra foi apresentada sob esta forma, mas não o é. Os atributos de marca utilizados pelo modelo (nome, programa e liderança) abarcam características compartilhadas por todos os partidos e o modo como elas estão dispostas é que compõe as diferentes categorias que os distinguem entre si, em uma classificação ordinal. A afiliação institucional não, são variáveis nominais que abarcam um atributo obrigatoriamente não compartilhado pelos partidos, pois cada um corresponde a uma categoria diferente, necessariamente excludente em relação às demais. Logo, se um partido é novo e oriundo de cisão, ele obrigatoriamente não é decorrente de fusão e tampouco já existente etc.

A segunda fragilidade é que, como os eixos x e y do gráfico correspondem a atributos diferentes, o *continuum* não é tão contínuo assim, padecendo de uma ampla dose de determinação prévia. Isto porque cada modalidade de afiliação institucional já traz em si um certo (mas inicialmente desconhecido) potencial de “novidade”, razão pela qual a própria distinção pode ocorrer, enquanto os atributos de marca, por serem características compartilhadas por todos os partidos, expressam a gradação da distinção. Em outras palavras: a inserção de um partido em uma determinada categoria de afiliação institucional exige aplicar um

determinado critério de classificação não explicitado, enquanto o mesmo procedimento em termos de atributo de marca traz explícito o critério utilizado.

Consequentemente, o enquadramento em cada categoria de afiliação institucional traz em si uma determinação prévia ou uma ampla expectativa vinculada ao grau de renovação nos atributos de marca. É o que se verifica, por exemplo, no modo como a autora operacionaliza a categoria “novo surgido de fusão”:

> Um partido é definido como novo a partir da fusão se dois partidos de qualquer tamanho juntaram seus esforços para criar um novo partido. Uma nova entidade política envolveria a criação de uma nova liderança, regras de associação e aparato organizacional. A reciclagem de nomes, líderes e programas antigos é teoricamente aceita, embora isso não seja comum neste grupo (LITTON, 2015, p. 4).

Na mesma medida, como define a categoria “expandiu-se por fusão ou recebeu a adesão de elites vindas de outros partidos”: “teoricamente, partidos neste grupo podem alterar seu nome como resultado de tais mudanças na estrutura organizacional, mas não é esperado que isto ocorra frequentemente na prática” (LITTON, 2015, p. 4).

Desse modo, ao ser aplicado[24], o modelo encontrou como resultados um alto grau de redundância ou de expectativas confirmadas, seja porque já compõem o modo como uma categoria é construída, seja porque determinadas combinações são logicamente inviáveis. Os novos partidos em termos organizacionais (categorias 6 a 9) jamais registraram casos em quatro atributos de marca: ausência de alterações (categoria 1); mudança apenas de programa (categoria 2); de líder e de programa (categoria 4); de nome e de programa (categoria 6). Alguns poucos tiveram mudança apenas de liderança (categoria 3); de nome (categoria 5); de nome e de liderança (categoria 7). Mas a maior parte apresentou o grau máximo de alteração, ou seja, de nome, de programa e de liderança (categoria 8). Já os partidos que haviam disputado a eleição anterior do ponto de vista organizacional (categorias 1 a 5) figuram em todas as categorias possíveis de mudança de atributos de marca, embora em quantidades variáveis.

A terceira fragilidade dá sequência às anteriores, assim como recupera o não cumprimento do pressuposto analítico do modelo. Já foi indicado que, embora negue

[24] A autora analisou os partidos que concorreram às eleições do parlamento europeu entre 1989 e 2009, em um total de quatro comparações e 333 partidos observados pertencentes a 25 países.

na teoria, na prática, a autora trabalha com a noção de novos partidos, tanto que há quatro categorias de organização institucional que incluem tal denominação (números 6 a 9). E, se existem tais partidos, também figuram aqueles que não são novos, ou seja, os antigos ou já estabelecidos, compreendidos por “sem alteração”; “abandonou a lista pela qual concorreu”; ‘juntou-se a outra lista” e “expandiu-se por fusão ou recebeu a adesão de elites vindas de outros partidos”, “sofreu uma cisão ou a deserção de elite” (categorias 1 a 5).

Os desdobramentos da noção de Hug (2001) podem ser resgatados novamente para balizar a distinção na qual a autora se baseia: os novos não existiam como tal no ciclo eleitoral anterior e os antigos, sim. O que a autora não faz, como já foi destacado repetidas vezes, é associar apenas os primeiros à novidade, e sim se dispõe a verificar o grau de novidade que cada um apresenta.

Porém, cabe perguntar: a partir de qual parâmetro alguns partidos podem ser considerados novos e distintos dos demais (os antigos), se a novidade é um *continuum* e se verifica por um compósito de dois critérios? Na mesma linha: se o partido pode mudar de nome, de programa e de liderança, como é possível identificar que ele, efetivamente, não disputou a eleição anterior (e é novo) e não se trata de um antigo partido “renovado”?

Pelo que se interpreta, esta classificação só pode ser feita ao relacionar a condição institucional aos atributos de marca. Logo, a determinação do partido como novo (em qualquer das modalidades), para não ser prévia e artificialmente estabelecida, tem de ser construída em relação ao critério de marca (nome, programa e liderança) – de modo semelhante ao que formula Sikk (2005) e ao que indicam diversos outros autores, ainda que sem sistematização.

Entretanto, no modelo de Litton (2015), um partido já é previamente considerado novo e, em sendo, apresenta x, y ou z graus de novidade em termos de atributos de marca. Volta-se ao ponto de partida: mas por que ele é novo? Essencialmente, porque foi assim definido pelo pesquisador.

Este problema se manifesta nos casos de cisão e de fusão, as categorias gêmeas, ou seja, em que há partidos que se formam por esta razão, sendo novos, bem como antigos que sofrem esses processos e que continuam sendo identificados como tal, isto é, não são considerados novos. Na aplicação do modelo aos casos analisados, a autora encontra novos e antigos partidos que passaram/surgiram por cisão ou por fusão e que apresentam o mesmo grau de novidade em termos de

atributos de marca. Em termos mais específicos: partidos que se fundiram e mudaram apenas de líder ou de nome e de líder; e legendas que sofreram cisão e que mudaram de líder e de nome.

Em síntese: no que tange a esses atributos de marca compartilhados, o que os distingue e os posiciona em determina ponto do gráfico (e do *continuum*) é o fato de terem sido considerados novos ou antigos em termos de afiliação institucional. Novamente: por que nesses casos um é novo e o outro não, como e por que eles foram classificados diferentemente? Há um hiato, uma carência e os critérios não são especificados.

Pode-se ir mais longe: o patamar máximo no eixo estrutura de afiliação é compreendido pelo partido "surgido do zero". Entretanto, nenhum critério é apresentado para indicar quais elementos permitem configurar uma legenda como tal, ela simplesmente é assim classificada pela pesquisadora. A não ser que este enquadramento seja o resultado do cruzamento com o mais avançado estágio de novidades nos atributos de marca, qual seja, ter concomitantemente um novo líder, um novo nome e um novo programa.

Concebido desse modo, o partido surgido do zero – que nada mais é do que o tipo genuinamente novo, de formação natural ou de nascimento, aquele considerado por todos os autores como inequivocadamente novo – torna-se tautológico: não há como ele ser "surgido do zero" sem estar, automaticamente, no ponto mais alto das novidades em termos de atributos de marca. Aliás, é o que se observa na aplicação dos critérios aos casos analisados no artigo (LITTON, 2015, p. 9)[25].

Por tudo o que foi afirmado acima, considera-se que a proposta não cumpre o objetivo de construir um *continuum* capaz de abarcar os diferentes graus de novidade que os partidos podem apresentar. Na prática, a autora constrói dois *continua*, os quais são apresentados no mesmo gráfico.

No primeiro figuram os partidos antigos ou já estabelecidos em termos de afiliação institucionais, os quais se distinguem entre si pelo grau de novidade que apresentam nos atributos de marca, além do modo como estão subdivididos no que tange à estrutura institucional. Na representação gráfica efetivada por Litton (2015, p. 9) eles estão sempre posicionados nos quadrantes inferiores.

[25] Ressalva-se que há casos de partidos que mudaram concomitantemente de nome, de liderança e de programa, mas não são considerados genuinamente novos, pois oriundos de dissolução, de fusão ou de cisão. Igualmente, há partidos sem mudança institucional ou que se agregaram a uma nova lista e que, conforme a autora, tiveram mudança nesses três atributos de marca.

No segundo *continuum* estão, também em termos de afiliação institucional, os novos partidos. Eles se distinguem entre si pelo grau de novidade que apresentam nos atributos de marca, assim como se subdividem no que se refere à estrutura institucional. E, obrigatoriamente, sempre ocupam os quadrantes superiores do gráfico.

Dessa maneira, como estão obrigatoriamente sempre separados, o modelo é ineficaz para distinguir conceitualmente partidos novos e antigos – talvez por isto, a autora proponha romper com esta ideia, embora, na prática, não o faça. Ele também é ineficaz para fornecer elementos objetivos capazes de operacionalizar a distinção entre eles, que se sustenta implicitamente, apesar de se proponha a tal por meio do indicador “grau de novidade”. Esta é uma dificuldade que acompanha a literatura que trata do tema, na qual apreciações e critérios subjetivos movem as decisões, sem que um consenso tenha sido estabelecido.

Contudo, ele é valioso para distinguir o grau de novidade em termos de atributos de marca que cada tipo de partido (novo ou antigo) apresenta, o que, de fato, tem sido esquecido, menosprezado pela literatura ou não tem sido operacionalizado de modo eficiente. Embora o objetivo apresentado por Litton (2015) não tenha sido este, considera-se que o ponto positivo do modelo é estar aberto à possibilidade de que antigos partidos sofram alguma modificação, dispor-se a dimensioná-la, mas, ainda assim, continuar a considerá-los antigos; e, da mesma forma, que os novos possam ser distinguidos entre si no que tange ao grau de modificação que ostentam.

Sob perspectiva diferente da aqui apresentada, a própria autora destaca este mérito, quando explicita que a “novidade partidária” deve ser vista como um todo e que, consequentemente, nenhum dos dois critérios pode ser considerado separadamente. E exemplifica: não se pode pressupor que partidos que sofreram cisão tenham mais novidade do que aqueles que se expandiram por fusão, sem saber se esses partidos mudaram alguns de seus atributos de marca no processo. Ou seja, não é porque a cisão implica um grau mais elevado de novidade do que a fusão que se pode supor, automaticamente, que uma legenda que passar por esta mudança organizacional apresente um índice final de novidade mais intenso. É preciso considerar, ainda, as implicações em termos de atributos de marca que acompanham (ou não) esta mudança estrutural (LITTON, 2015, p. 3).

No que tange aos novos partidos, aliás, Litton (2015) segue a trilha proposta por Krouwel e Lucardie (2008), que distinguiram os novos partidos pelo grau de novidade, mas vai além, pois operacionaliza os critérios, mais do que simplesmente listá-los, e amplia o olhar para abarcar os partidos já estabelecidos, os quais, na perspectiva da autora, também mudam.

A intenção é, claro, a de organizar um *continuum* do grau de novidade, ao integrar dois critérios. Porém, não é exatamente este o resultado alcançado, pois o modo como as categorias de afiliação institucional estão formuladas já trazem em si uma significativa distinção no grau de novidade. A divisão dessas categorias implica diferenças entre os partidos que provavelmente vão se manifestar em atributos de marca, o que faz com que o modelo seja bastante pré-determinado e o enfraquece na capacidade distintiva a que ele se propõe.

Não é por acaso que o exemplo citado pela autora envolva duas modalidades de “novos partidos”, pois, de fato, o grau de novidade acumulado entre um partido de cisão e outro de fusão, quando são incorporados atributos de marca, pode ser maior de parte daquele esperando quando analisado apenas o critério afiliação institucional. Independentemente disso, eles não deixam de ser “novos” e não se confundem com os “antigos”.

Em outras palavras: é muito provável que os antigos partidos, exatamente por serem considerados antigos, tenham menor grau de novidade do que os novos, pois, se a realidade constatada negar esta expectativa, talvez o enquadramento em determinada categoria de afiliação institucional esteja equivocado.

A dificuldade é, portanto, circular: se independe dos atributos de marca, pois categorias de afiliação institucional podem ter mais ou menos novidade em termos desses atributos, qual o critério para incluir um partido em cada categoria e qual o ponto de corte entre um partido novo e antigo?

Nesse sentido, Litton (2015) não oferece solução ao principal desafio dessa literatura, que é de desenvolver critérios mais objetivos e menos intutivos ou idiossincráticos para classificar (ou não) um partido oriundo de transformação, cisão ou fusão como novo – considerando existir um consenso em torno do enquadramento do “genuinamente novo” –, apesar de fornecer e organizar alguns parâmetros em termos de atributos de marca que, justapostos, podem auxiliar nesta tarefa.

Independentemente dessas diferenças de concepções e de interpretações em torno desse tema que a literatura apresenta e que foram resenhadas acima, em qualquer das possibilidades de definição e de classificação, o PI cumpre plenamente os critérios para ser considerado um novo partido.

Conforme a definição de Hug (2000, 2001) e de Mustillo (2009), o PI só se tornou novo partido em 2004, quando estreou nas urnas. Ou melhor, apenas quando participou deste pleito é que ele foi identificado como tal, pois só partidos que disputam eleições nacionais podem ser objeto de estudo. Tendo em vista a proposição de Aït-Aoudia (2016), ele é um novo partido desde o momento em que foi criado, isto é, em 2002.

No caso específico, como o interregno é razoavelmente curto – dois anos – e o PI surgiu em um cenário de normalidade institucional, com calendário fixo, regulares disputas eleitorais e tinha a plena disposição de engajar-se nos pleitos, a distinção não traz implicações significativas, embora o conceito de Aït Aoudia (2016) esteja mais adequado e seja mais sensível à situação em apreciação.

E a condição de novo partido se dá apesar das ligações com legendas anteriores, como PGP, PDC, FA e as duas modalidades de NE, especialmente o partido NE, do qual é descendente direto. Afinal, ele foi fundado em 2002, tendo surgido da cisão de um partido anterior (Novo Espaço), cisão esta liderada por um grupo de deputados (Mieres, Posada e Falero), o que faz com que ele tenha origem interna. Não bastasse isso, na eleição de estreia, em 2004, disputou votos com o partido-mãe, o NE, que, naquela oportunidade, concorreu por meio da aliança EP-NM-FA.

Na mesma medida, em seus primeiros anos atuou exclusivamente como um novo partido parlamentar, pois disputou sua primeira eleição nacional dois anos depois (em 2004), sendo que, anteriormente, jamais havia participado de qualquer pleito subnacional. E, como conseguiu eleger bancada desde então, tem sido durante toda a sua existência um partido parlamentar.

Ainda, pode-se observar que ele cumpre sete dos oito critérios formulados por Barnea e Rahat (2010) para ser considerado efetivamente novo. Dois deles podem ser verificados com os elementos já disponíveis: o PI registrou-se legalmente como um novo partido e tem um nome que se refere apenas indiretamente à legenda antiga (ou melhor, que evoca o “espírito” independentista que o move, como será

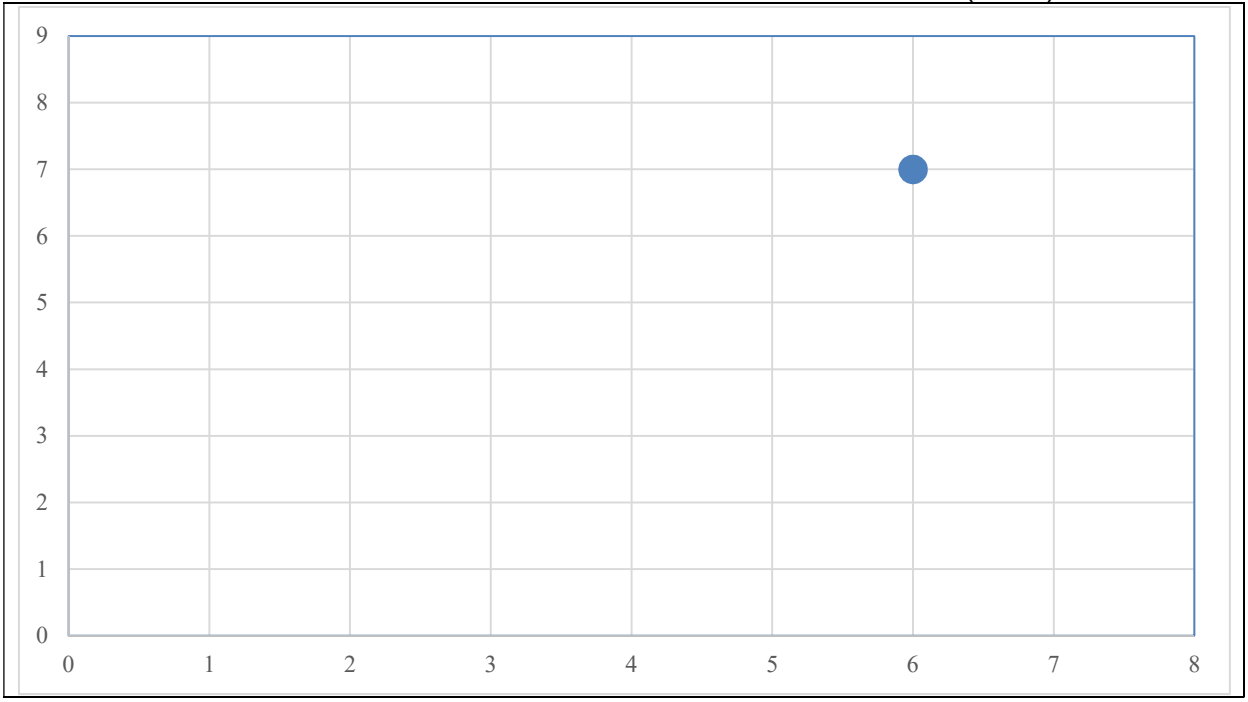
discutido no capítulo 3), mas sem utilizar qualquer termo relacionado ao NE ou, até mesmo, à FA, ao PDC ou ao PGP, suas raízes mais longínquas.

No caso dos demais critérios, as próximas seções deste e do capítulo seguinte pretendem demonstrar a validade das assertivas, as quais neste momento são somente enunciadas: traz um conjunto de valores e de interesses que posem ser considerados em alguma medida distintos daqueles afirmados pelo partido-mãe, o que também ocorre no caso de propostas de políticas públicas; reteve a parcela de militantes e de apoiadores do NE que concordavam com a proposta de manter-se como partido autônomo, assim como, em 2004, recebeu votos de quem havia escolhido o NE em 1999; possui instituições internas próprias e independentes.

A rigor, o único critério que antecipadamente se sabe que não foi cumprido é o fato de seus candidatos preferenciais não serem novos. Ao contrário, todos vieram do partido-mãe, o que não surpreende, em razão de ser uma cisão, cuja iniciativa foi liderada por um grupo de parlamentares. Este é justamente um dos dois critérios mínimos para considerar um partido como novo, conforme Barnea e Rahat (2010). O fato reforça a interpretação de que os autores cometem uma série de equívocos analíticos na proposta que apresentam.

Se for seguido o *continuum* sugerido por Litton (2005) – abstraídas as críticas elencadas anteriormente –, verifica-se que, como suposto, o PI se localiza no quadrante superior à direita do gráfico, a indicar alto grau de novidade. Em termos de estrutura de afiliação, é um novo partido oriundo de cisão, fixando-se no sétimo estágio em uma escala que vai a nove. Em termos de atributos de marca, possui novos nome e programa, posicionando-se no sexto estágio de uma escala que vai a oito. Como a autora projeta o líder como um único indivíduo, ainda seria possível considerar que Mieres, como referência maior do PI, é um líder novo, dado que Michelini era o principal nome do partido anterior. Nesse caso, o PI teria todas as novidades em termos de atributos de marca: nome, programa e liderança, e avançaria ao sétimo estágio.

Gráfico 7 – Grau de novidade do PI, conforme o modelo de Litton (2015)



Fonte: Litton (2015)
* Eixo Y (Atributos de afiliação): (1) nenhuma mudança; (2) abandono da lista eleitoral; (3) junta-se a outra lista; (4) expande-se por fusão; (5) sofre cisão; (6) novo surgido da fusão de existentes; (7) novo surgido da divisão de um existente; (8) novo surgido da dissolução de um existente; (9) surgido do zero. Eixo X (Atributos de marca): (1) nenhuma mudança; (2) programa; (3) líder; (4) programa e líder; (5) nome; (6) nome e programa; (7) nome e líder; (8) nome, líder e programa.

2.1.2 Sistematização da proposta de Panebianco

Também é necessário se reportar aos critérios propostos por Panebianco (2005), embora alguns deles já tenham sido abordados na discussão precedente. O PI tem criação e legitimação interna, ou seja, os principais incentivadores da sua criação foram parlamentares do NE, os quais tentaram, em um primeiro momento, evitar que o partido-mãe se vinculasse à FA. Ao não obterem êxito, decidiram romper com esta legenda e construir a sua própria opção partidária.

Esta peculiaridade fez do PI um partido eminentemente parlamentar, composto por uma bancada de três deputados, que só debutou nas urnas algum tempo depois. Além disso, forneceu a ele um núcleo formador, que se tornou o "centro", sua coalizão dominante e que, por estar no parlamento, teve condições de fornecer os recursos institucionais necessários para garantir a sustentação do novo partido nos momentos iniciais de sua vida. Como frisa o autor,

> na fase genética, quando a organização ainda está em construção, os líderes [...] geralmente desenvolvem um papel fundamental. Em primeiro lugar, elaboram as metas ideológicas do futuro partido, selecionando a base

> social da organização, o seu 'território de caça'[26], e, sobre essas metas e sobre essa base social, plasmam a organização em construção (PANEBIANCO, 2005, p. 99).

A questão já foi abordada anteriormente na pesquisa, mas não é excessivo recordar que coalizão dominante é a denominação que Panebianco (2005, p. 72-77) adota para se referir às lideranças. Ele considera que muito raramente um partido é dirigido por um único ator. O mais comum é que várias lideranças se associem para exercer o poder e tentar implantar as suas preferências frente a oponentes internos, ao conjunto dos militantes e dos filiados, assim como frente a outras organizações (partidárias ou não), em um contínuo processo de negociação entre essas partes internas e delas com os atores externos relacionados acima.

A chave para entender a permanência de uma coalizão dominante – que, por ser uma aliança entre diferentes atores, é sempre provisória e instável – reside na capacidade de ela controlar as zonas de incertezas do partido e de saber distribuir os incentivos coletivos e seletivos. Afinal, o objetivo é manter a estabilidade organizativa, ou seja, conservar as linhas de autoridade internas, aquelas que fazem dela própria a liderança da instituição (PANEBIANCO, 2005, p. 83).

Pelos desafios enfrentados em conjunto e o tempo em que se sustentam nessa posição – desde a fundação do partido, há 15 anos –, a coalizão dominante comandada por Mieres e Posada[27] tem superado esses riscos e se mostrado coesa e estável[28]. Tal ocorre apesar das diferenças entre eles e dos recursos que cada um obteve por meio da participação no PI (e do quanto esses recursos revertem em projeção no interior da própria legenda em termos de sustentação da condição de liderança).

---

[26] Metáfora que se refere à reserva sobre a qual a organização estabelece os próprios direitos e em relação à qual é definida a identidade organizativa.

[27] O terceiro deputado que se recusou a acompanhar o NE e que ajudou a fundar o PI, Ricardo Falero, não retornou ao parlamento após a eleição de 2004 e, desde então, não é uma liderança de primeiro escalão.

[28] Conforme Panebianco (2005, p. 75-77), ambos se referem a aspectos pelos quais a fisionomia ou a conformação de uma coalizão dominante pode ser examinada. O grau de estabilidade abarca as trocas horizontais (elite-elite), em particular o caráter estável ou precário dos acordos no vértice da organização. Já o grau de coesão interna, refere-se ao fato de as trocas verticais (elite-seguidores) estarem concentradas em poucas mãos ou dispersas entre uma pluralidade de líderes. Há, ainda, o mapa do poder organizativo, que abrange a relação entre as unidades organizativas do partido (grupos parlamentares e subunidades). Contudo, lembra que "uma coalizão dominante não é simplesmente coesa ou dividida, ou mesmo estável ou instável, mas 'mais ou menos' coesa (ou, se se preferir, dividida) e 'mais ou menos' estável (ou, se se preferir, instável). Portanto, durante a análise empírica, é necessário considerar o fato de que graus diversos de coesão podem estar associados a graus diversos de estabilidade e que, desse modo, as possibilidades reais são incontáveis (mas não infinitas)" (PANEBIANCO, 2005, p. 327).

De um lado, Posada sempre exerceu cargo eletivo – foi o primeiro deputado eleito pelo partido e desempenha atualmente seu terceiro mandato consecutivo pela legenda –, enquanto Mieres ficou à margem do parlamento até 2014, quando alcançou o Senado. De outro, mesmo sem cargo, Mieres sempre foi a face mais visível da legenda, quem mais falava em nome do partido, assim como foi indicado pela instituição para pleitear os postos mais altos, o que simbolicamente o coloca como o líder maior. Até hoje, ele foi o único candidato a Presidente da República pelo PI, preside o partido e sempre encabeçou a lista ao Senado – e, por ser a aposta mais alta, pagou o preço de ficar sem mandato após as eleições de 2004 e de 2009.

A reforçar a condição de ambos serem os principais líderes da legenda e de internamente seguirem esta hierarquia, agrega-se que nos dois primeiros pleitos, Posada era o candidato a vice na chapa liderada por Mieres. Na eleição mais recente, ele foi substituído por Conrado Ramos (1962-), um quadro novo, recrutado diretamente por Mieres[29].

O quadro abaixo sintetiza essas candidaturas e, pela recorrência dos mesmos nomes, demonstra esta condição.

Quadro 3 – Candidatos do PI nas eleições nacionais (Uruguai, 2004-2014)

Eleição	**2004**	**2009**	**2014**
Presidente	Mieres	Mieres	Mieres
Vice-presidente	Posada	Posada	C. Ramos
1º nome para senador	Mieres	Mieres	Mieres
1º nome para deputado	Posada	Posada	Posada

Fonte: URUGUAY. CORTE ELECTORAL (2017j, 2017k, 2017l)

É relevante destacar, ainda, que a coalizão dominante não é formada exclusivamente por esses dois líderes. Apesar de terem menos projeção e visibilidade, outros nomes participaram ou participam do comando do partido, exercendo ou não cargos públicos e/ou formais na direção.

Este é o caso de Juan Young Young, filiado de primeira hora ao PI, que era diretor do Banco de Seguros ao falecer em 2006, embora não atuasse como representante oficial do PI (MURIÓ..., 26 dic. 2006). O mesmo pode ser dito de Dardo Rodríguez (1962-), este, sim, um dos indicados pelo partido para ocupar a

[29] As circunstâncias da incorporação de Ramos serão abordadas na sequência.

cota de cargos públicos a ele destinada[30]. Rodríguez está em seu segundo período consecutivo como diretor do Instituto da Criança e do Adolescente do Uruguai (INAU, na sigla em espanhol) por indicação do PI (REPRESENTANTE..., 30 mayo 2015).

Também podem ser destacados: Hebert Gatto, Presidente de Honra; e o recém-citado Conrado Ramos. A eles se podem acrescentar: Mariella Demarco[31], que concorreu à intendência de Montevidéu em 2010; Heriberto Sosa (1942-)[32], deputado eleito em 2014 e candidato a Intendente de Maldonado em 2004; Daniel Radío[33], deputado eleito em 2009 e em 2014, e que também foi candidato à intendência de Canelones em 2015; Francisco Gross (1961-)[34], candidato a Intendente de Montevidéu em 2005.

Na mesma medida em que os empresários que tiveram a iniciativa de formar e deram a sustentação imprescindível ao partido em seus primeiros passos foram parlamentares, pode-se verificar que não há a presença de organizações externas no PI. Esta questão será discutida com mais detalhamento na continuidade do texto, mas já é possível adiantar que ele não contou na sua origem, e tampouco na continuidade de sua história, com a inserção e a participação significativa de sindicatos e de órgãos de classes, organizações não governamentais e movimentos sociais, quer nacionais, quer internacionais. Ao não ser o braço político de uma

---

[30] O governo distribui cargos aos partidos de oposição com representação parlamentar nos órgãos colegiados de empresas públicas (chamadas de “entes autónomos y servicios descentralizados”), unidades reguladoras e comissões binacionais. É parte de uma política pluralista de coparticipação, de controle e de fiscalização sobre o governo, com larga tradição no Uruguai. Na vigência da Constituição de 1952, era parte do Estado, com o modelo de ocupação dos cargos 3x2, ou seja, em tempos de bipartidarismo (PC-PN), três cargos ao vencedor e dois ao perdedor (IEPAL, 1965, p. 79-80). Uma visão de conjunto figura em: Weinstein (1975, cap. 3). Atualmente, realizá-la é uma decisão política, não uma obrigação formal, de modo que, no período pós-ditadura, ocorreu na primeira administração de Sanguinetti, na de Mujica e na segunda de Vázquez. No governo de Lacalle, no segundo de Sanguinetti e no de Batlle, apenas os membros da coalizão ocuparam esses cargos, enquanto no primeiro de Vázquez, apenas os da FA (BOTTINELLI, 23 enero 2015).

[31] Advogada, atuou na Corte Eleitoral como Secretária Letrada (funcionário encerregado do controle, autenticação, comunicação e conservação dos expedientes e documentos existentes na instituição) (URUGUAY. PODER JUDICIAL. 2017). Iniciou a militância no PC, tendo atuado nos dois NE. Foi fundadora do PI (SABELIN, 05 abr. 2010).

[32] Ele foi eleito deputado pela Lista 99 (PGP) da coligação NE, em 1989, pelo Departamento de Maldonado. Retornou ao parlamento em 2014, já pelo PI, mas renunciou ao mandato em abril de 2018, em razão da idade (76 anos), de problemas de saúde e com vistas a dedicar-se à família. Quem o substituiu foi o suplente Andres Carrasco (RENUNCIA..., 03 abr. 2018; 20 AÑOS..., 17 feb. 2015).

[33] Um dos fundadores do PI. Médico, foi eleito deputado em 2009 e reeleito em 2014, sempre pelo departamento de Canelones. Sua trajetória política se iniciou nos anos 1980, no PDC, onde atuou na Juventude Democrata Cristã e foi Secretário de Relações Internacionais (RADÍO, 2017; PERFIL..., 15 feb. 2010).

[34] Engenheiro civil, presidente de uma empresa que trabalha com saneamento básico e tratamento de águas potável. Estudou na Europa e possui pós-graduação (GROSS, 21 abr. 2005).

instituição externa, estão eliminados alguns dos entraves presumidos que podem redundar em uma institucionalização fraca do PI, já que a lealdade dos membros não é dupla e, quando existente, está voltada unicamente ao partido.

Outro dos critérios elencados por Panebianco (2005, p. 97-99) é a presença ou não de um líder carismático. No caso do PI, o carisma (ou a variante carisma situacional que o autor elenca) não está presente em nenhum dos membros da coalizão dominante, o que não quer dizer que essas lideranças sejam fracas e não tenham capacidade de garantirem que sejam respeitadas ou, ainda, que não haja uma vinculação muito forte entre a figura política de Mieres, o líder principal, e o PI.

Como Panebianco se esforça em argumentar, ele encara o carisma como uma forma específica de dominação, seguindo a trilha de Weber, em que as características desse líder fazem com que ele seja obedecido sem a necessidade de seguir normas e ordens.

A obediência também pode ser alcançada por meio das normas e das ordens, notadamente quando o líder participa da elaboração delas e, principalmente, tem a prerrogativa de interpretá-las, embora muito provavelmente não de modo exclusivo. Neste caso, há uma perda de autonomia e de grau de discricionariedade em relação ao líder carismático.

Para fazer referência a esta questão, pode-se dizer que os líderes do PI, notadamente Mieres e Posada, exercem um estilo racional-burocrático, em que argumentação e cumprimento das regras estão na base prioritária de seu agir. A frase não quer dizer que eles não exerçam outros recursos de liderança, como coerção ou manipulação, bem como que não sejam ciosos da preservação de seu espaço de poder. Tal temática será aprofundada na sequência.

Ao ter uma coalizão dominante com a ausência de traços carismáticos, abre-se a perspectiva de que o PI possa vivenciar um processo de institucionalização que faça dele uma organização forte, seguindo o modelo projetado por Panebianco (2005), o que ainda precisa ser verificado.

A derradeira característica elencada pelo autor é saber como se deu a construção institucional do partido, tendo como opções a penetração (de um centro para a periferia), a difusão (sentido inverso) ou a mistura das duas. Como já indicado, a primeira alternativa é a que mais está associada à existência de um “centro” que se espraia pelo território do país e, assim, amplia a organização do partido e a esfera de influência da coalizão dominante.

Por ter como principais incentivadores um conjunto de parlamentares que formaram o seu “centro”, o PI apresenta as características de penetração, tendo sido originado de cima para baixo (isto é, do parlamento para a sociedade), mas também de Montevidéu para o interior do país.

O caráter capitalino do partido está longe de surpreender, tendo em vista a macrocefalia montevideana que caracteriza o Uruguai. Este departamento responde por cerca de 40% da população, ascendendo a 56% se for incluída a área metropolitana, correspondente ao departamento vizinho de Canelones[35]. Para que se tenha uma noção das desigualdades: a cidade mais populosa do Uruguai fora da área metropolitana da capital é Salto, que possui cerca de 105 mil habitantes, ou seja, 10 vezes menos do que Montevidéu, que tem em torno de 1 milhão e 300 mil habitantes (ARREGUI, 22 sept. 2016)[36].

Nesse cenário, é muito difícil o surgimento de alguma opção política no país que tenha perspectiva de sucesso que não parta da capital, ainda mais no campo do centro-esquerda, origem ideológica do PI[37]. Como foi visto anteriormente, a principal experiência vitoriosa da esquerda uruguaia, a FA, foi, durante muito tempo, uma força eminentemente montevideana ou dos setores mais dinâmicos do país, e só mais recentemente ela conseguiu avançar sobre o chamado “Uruguai profundo” e equilibrar a distribuição de sua votação no território nacional.

Como lembram Buquet e De Armas (2004, p. 131),

> la izquierda es claramente una construcción política urbana con fuerte vinculación a los ámbitos sindicales e intelectuales que se concentran de forma casi excluyente en la ciudad de Montevideo.

Já Cardarello e Guerrini (2004, p. 326) anotam que interrogar os sobreviventes de campanhas eleitorais da esquerda do interior dos anos 1940 e 1950 é uma sequência de anedotas de atos quase heroicos e curiosos, tendo em vista a restrita inserção dessas opções junto ao eleitorado.

---

[35] Os dados estão baseados na estimativa de população de 2013 (URUGUAY. INE, 2014, p. 17).
[36] A segunda cidade mais populosa é Ciudad de la Costa, localizada no departamento de Canelones, na área metropolitana de Montevidéu, que possui cerca de 112 mil habitantes. Ainda assim, também ela é mais de 10 vezes menos populosa do que a capital.
[37] Os setores departamentais da FA que trazem uma perspectiva não-capitalina são exceções que confirmam a regra, pois eles nascem dentro da FA e nela ganham espaço como parte da própria expansão frente-amplista para o interior do país.

Uma demonstração da concentração do PI na capital, da expansão que alcançou em algunas partes do território nacional e da dificuldade para penetrar em outras áreas pode ser observada pela quantidade de departamentos em que ele conseguiu apresentar candidato a intendente (e a votação que eles alcançaram) no pleito de maio de 2005, o primeiro do qual participou.

Toma-se esse dado como um indicador da organização que ele atingiu em cada departamento. Ao inverso, se não lançou candidato, supõe-se que não está organizado nessa região ou que possui um grau de desenvolvimento ainda muito incipiente e que não permitiu a ele efetivamente participar da disputa eleitoral.

Tabela 8 – Número de candidatos a intendente apresentado pelo PI e votação que eles obtiveram (Uruguai, 2005)

Situação	Votação (%)	N
Não concorreu[1]		10
Concorreu[2]		9
	até 1,0	(7)
	1,01-2,0	(2)
Total		**19**

Fonte: URUGUAY. CORTE ELECTORAL (2017i); BUQUET (2005b, p. 350-358)
1 – Artigas; Cerro Largo; Colonia; Flores; Florida; Río Negro; Rocha; Rivera; Treinta y Tres; Tacuarembó.
2 – Canelones; Lavalleja; Paysandú; Salto; Soriano; San José; Durazno (todos com até 1%); Maldonado, Montevidéu (1,0-2,0%).

Ao cotejar o pressuposto com os dados, verifica-se que o PI não apresentou candidato na maioria dos 19 departamentos do país. Ele concorreu à intendência em nove, sendo que em sete o candidato não ultrapassou 1% dos votos válidos. Os dois que venceram esta barreira atingiram, no máximo, 1,5% (Gross, em Montevidéu; Sosa, em Maldonado), logo nenhum superou a votação que Mieres obteve ao disputar a Presidência da República cerca de sete meses antes (1,9%).

Esse conjunto de critérios proposto por Panebianco (2005) aponta para a mesma direção: como novo partido, a carga genética do PI, derivada das peculiaridades que marcam a sua origem, tornavam viável que ele se institucionalizasse e, portanto, obtivesse estabilidade organizacional, criasse vínculos de pertencimento e não se tornasse uma experiência ocasional, fruto de decisões tomadas ao sabor das circunstâncias pelos parlamentares que lideraram a sua formação.

No entanto, a investigação ainda está em desenvolvimento. Por si só, a viabilidade não é a garantia de que tal resultado será atingido, bem como a institucionalização não pode ser projetada como um destino pré-determinado. Como

Panebianco (2005) pondera, esta forma um *continuum*, em que figuram várias possibilidades para o modelo a ser efetivamente adotado por um partido. Dessa forma, a análise precisa avançar em direção a outros elementos do intrincado desafio com o qual se comprometeu.

2.1.3 Custo de ser novo

Um desdobramento da literatura abordada na subseção 2.1.1 procura identificar as motivações para que um novo partido ingresse na arena eleitoral, pois, como sugere Willey (1998, p. 655), “investigações sobre novos partidos requerem um quadro teórico que começa pela formação desses partidos”. Kestler, Krause e Lucca (2013, p. 160) sintetizam as respostas em três blocos, não necessariamente excludentes entre si: a) mudanças sócio-estruturais; b) condições institucionais; c) dinâmica dos atores.

A primeira das alternativas, aquela relativa a mudanças sócio-estruturais está diretamente vinculada a análises de base sociológica, à teoria da modernização e da institucionalização, as quais tomam os países e o sistema partidário, e não os novos partidos, como unidade de análise.

O advento de novos partidos implica (ou traz o risco de) desestruturar sistemas partidários consolidados ou é, por si só, uma demonstração de que este sistema não está suficientemente institucionalizado. Ele é considerado como produto e indicador de algum tipo de instabilidade na ordem social, cuja origem decorre de: crises econômicas ou de integração social; guerras ou mudanças demográficas; advento de grupos sociais que trazem novas demandas, as quais não são satisfatoriamente atendidas pelas legendas estabelecidas; perda da fidelidade do eleitor, das identidades políticas consolidadas e o advento do eleitor flutuante; períodos de transformação estrutural que fornecem uma janela de oportunidade para o advento de novos competidores, capazes de capitalizar tais demandas não atendidas e/ou a disposição do eleitor que votava nas opções estabelecidas a realizar novas escolhas.

Enfim, algum desequilíbrio na ordem social é a condição ambiental para o surgimento de novos partidos, o que implica, ao mesmo tempo, afirmar a dependência do sistema político à infraestrutura social. Tal se relaciona à noção que toma os partidos por suas funções desempenhadas no sistema social, as quais se

vinculam a agregar e articular interesses, socialização e transmissão de demandas ao governo, além de recrutar a classe política (LIPSET; ROKKAN, 1967; LAPALOMBARA; WEINER, 1972; HUNTINGTON, 1975; HAUSS; RAYSIDE, 1978).

O raciocínio é intuitivo, ao associar o novo a algum tipo de desajuste no que está posto, assim como trabalha com um pressuposto epistemológico simples e binário: em situações de estabilidade e de institucionalização, os partidos já estabelecidos deveriam permanecer e lutar nas urnas pela preferência dos eleitores, logo não haveria espaço a novas legendas – ou, ao menos, àquelas que fossem eleitoralmente viáveis. Ao inverso, o advento de novos partidos e especialmente o fato de eles ocuparem espaço parlamentar e/ou no governo é um sintoma de instabilidade da democracia, de que algo está errado no sistema e/ou de que ele enfrenta uma situação "perigosa".

Como se observa, esta literatura parte de um pressuposto conservador, o qual toma estabilidade, considerada como ausência de mudanças drásticas, como indicador da qualidade do regime democrático. E a instabilidade é vista, por si só, como indesejável. Aplicada aos partidos, significa dizer que

> [...] seria algo incontestavelmente ruim e, como tal, deveria ser evitada, pois configuraria evidência da falha dos partidos no desempenho das suas indispensáveis funções de 'encapsulamento' do conflito social e de formação de identidades políticas (PERES, 2013, p. 26).

Ainda assim, esta literatura não descarta e tampouco condena totalmente o advento de novos partidos, embora sempre os afirme como sintomas de um desajuste social. Ela repõe o seu paradigma interpretativo ao afirmar que se esses novos partidos conseguirem canalizar ao Estado as demandas até então não atendidas da sociedade, eles podem reequilibrar a democracia e garantir nova estabilização. Enfim, destaca que novos partidos que buscam desempenhar o mesmo papel dos antigos podem cumprir a missão de realinhar sistema social e sistema político.

Uma síntese de como opera esta visão pode ser encontrada neste excerto: "[...] descobrir o que determina o surgimento de novos partidos em sistemas estáveis pode dar sugestões importantes para novas democracias que ainda enfrentam o desafio de estabilizar seus sistemas partidários e estabelecer padrões de representação de longo prazo", razão pela qual "o surgimento de novos partidos em

democracias estáveis é relativamente baixo, enquanto em novas democracias novos partidos continuam a entrar em taxas mais altas" (TAVITS, 2006, p. 99, 103).

Em outro artigo, a autora descreve mais detalhadamente a causalidade que a move:

> O surgimento frequente de novos partidos e seu sucesso eleitoral dificultam o desenvolvimento de um elo estável entre partidos e eleitores. Flutuações no apoio do partido impedem que eleitores, ativistas partidários e organizações de interesse desenvolvam lealdades partidárias e minam a institucionalização partidária. A redistribuição de votos em grande escala, por sua vez, impede que as partes assumam compromissos políticos de longo prazo e reduz seus incentivos para prestar contas aos eleitores. A instabilidade gerada por novas entradas frequentes e bem-sucedidas, portanto, reduz consideravelmente a qualidade da representação e a previsibilidade das políticas públicas, ambas necessárias para o desenvolvimento estável da política. Com consequências tanto para a qualidade da representação quanto para a governança, os novos partidos não representam simplesmente um erro aleatório na competição política; esses partidos e seu sucesso determinam efetivamente os processos políticos mais amplos do desenvolvimento do sistema partidário e da consolidação democrática (TAVITS, 2008, p. 113).

Não é à toa que a ampla maioria dessas análises foi realizada na Europa e abrange o próprio continente, além de alguns outros países não europeus de origem britânica e altamente desenvolvidos (Austrália, Nova Zelândia, EUA e Canadá), de modo a abarcar as chamadas "democracias estáveis", "avançadas", "ocidentais". Da mesma forma, não surpreende que uma reputada avaliação, realizada nos anos 1960, considerou que nessas nações haveria um sistema partidário tão consolidado que foi identificado como "congelado" (LIPSET; ROKKAN, 1967; LAPALOMBARA; WEINER, 1972), de modo que nelas um novo partido é mais problemático do que naquelas de sistema não institucionalizado, cuja intensidade do advento de novos competidores seria inevitavelmente esperado e serviria, por si só, com um sintoma da instabilidade.

Do ponto de vista procedimental, a teoria das mudanças sócio-estruturais gerou dois tipos de análises. A primeira trabalha fundamentalmente com interpretações que explicam como esse processo se dá. A segunda procura produzir evidências empíricas que demonstrem a procedência das proposições apresentadas pela primeira, razão pela qual são arroladas variáveis independentes que ajudariam a operacionalizar as assertivas, a identificar o fenômeno e a estabelecer a causalidade pretendida, como: dados demográficos vinculados à heterogeneidade social e cultural (tamanho populacional do país, percentual de imigrantes, percentual

de adesão a maior religião e do mesmo grupo linguístico), indicadores econômicos (índices de desemprego, de inflação, de crescimento econômico, de desigualdades sociais). Como resultado, as pesquisas também identificaram que haveria cenários diferentes, com países mais propícios aos novos partidos (como Itália, Bélgica e Holanda) do que outros (como Alemanha) (ROCHON, 1985; HARMEL; ROBERTSON, 1985; HUG, 2000, 2001; IGNAZI, 1996; HINO, 2012).

Se a perspectiva das mudanças sócio-estruturais fosse aplicada para testar as razões pelas quais o PI foi criado o resultado indicaria que este fato não deveria ter ocorrido, o que mostra a insuficiência desta explicação ao caso em análise.

Um primeiro aspecto a considerar é que, apesar do debacle econômico[38] que antecedeu à eleição de estreia do PI, o qual poderia ser o indicador de uma crise social de amplo impacto e com capacidade de gerar a janela de oportunidade para transformações políticas intensas, não havia sinais claros de insatisfação com o conjunto dos partidos ou um movimento como o “que se vayan todos”, ocorrido na Argentina no mesmo período (CAETANO, 2003).

Aliás, a classe política se mostrou responsável e coordenou esforços para tentar superar a crise, tendo aprovado rapidamente medidas legislativas propostas com esta finalidade. Nesse caso, o destaque cabe à FA que, com amplas possibilidades de vencer o pleito de 2004, não se sentiu tentava a apostar no aprofundamento da crise e na ruptura institucional, com a antecipação das eleições. Este comportamento a credenciou ainda mais como alternativa viável ao eleitorado (QUEIROLO, 2006).

Consequentemente, inexistia a perspectiva de que uma força nova e desconhecida pudesse catalisar uma parte desse repúdio ou que ocorresse uma avalancha de votos em branco ou nulo[39], o que teria estimulado a ideia de criar o PI. O governo do colorado Jorge Batlle, responsabilizado pela crise, apresentava altos índices de desaprovação, o que se refletiu em uma queda significativa da votação do seu partido (e no salto da volatilidade interpartidária ocorrida naquela eleição registrado pelo Gráfico 8, apresentado a seguir). Contudo, os votos que o PC perdeu

[38] A conjuntura recessiva se agudizou em 1999 e atingiu o ápice em 2002, tendo como a face mais visível um feriado bancário de oito dias, a quebra de boa parte dos bancos que operavam no país, saques, seguindo-se desvalorização do peso, aumento da inflação, redução drástica do PIB, desemprego e piora significativa nos indicadores sociais. Mais detalhes, ver: Porto (2002); Maiztegui Casas (2010); Steneri (2011).

[39] Vários autores – como Harmel; Robertson (1985); Lucardie (2000); Hug (2001); Tavits (2008) – consideram que cenários de crise econômica em democracias consolidadas propiciam a oportunidade para a entrada de novos partidos. Ver especialmente: Tavits (2008, p. 130-131).

viraram escolhas favoráveis aos *blancos* e à FA, especialmente para esta, que já estava credenciada a "capturar" o desejo de mudança política do eleitorado. Ou seja, a perspectiva de mudança já estava internalizada pelo sistema partidário vigente e não implicava o risco de uma ruptura capaz de abrir espaço a novos competidores.

O cenário da eleição de 2004 corresponde ao que Chiaramonte e Emanuele (2017, p. 3) chamam de "alteração", ou seja, pleitos em que um alto nível de volatilidade corresponde a mudanças de voto entre partidos estabelecidos, fruto de eleitores que puniram alguns e recompensaram outros, o que reforça o processo democrático, a alternância no poder e reflete a própria dinâmica da competição interpartidária: "Essas transferências de votos são um sinal de uma alteração no equilíbrio de poder entre partidos, mas não pode alterar significativamente a estrutura da competição e pode não colocar a previsibilidade da interação entre os partidos em sério risco"[40].

Na eleição de 2004, a votação agregada dos três partidos foi maior do que a obtida em 1999, tendo passado de 95,2% para 97,4%. Porém, ainda que houvesse um disseminado sentimento contrário às alternativas partidárias estabelecidas, provavelmente o PI não seria a opção mais adequada para capitalizá-la.

Um segundo aspecto expõe que os resultados das eleições precedentes não apontavam para a existência de sintomas de desajuste na ordem social, ainda que novos partidos tenham surgido e participado dessas disputas.

Nas eleições anteriores, as legendas que traziam propostas tomadas como típicas das novas demandas sociais, como as pós-materialistas (INGLEHART, 1997), notadamente reivindicações de ordem ambiental – como Verde Eto-Ecologista; Azul; do Sol Federal e Pacifista, todos concorrentes em 1994 – não

[40] A transferência de votos que se dirige a novos partidos e pune um ou mais competidores, é chamada pelos autores de regeneração. Nesse caso, a entrada de novo desafiante relevante produz imediatamente uma mudança significativa nas interações entre os atores políticos e, assim, a saída de um partido anteriormente relevante (CHIARAMONTE; EMANUELE, 2017, p. 2-3). Powell e Tucker (2014) medem esses dois fenômenos (regeneração e alteração) por meio do que chamam de volatilidade tipos A e B. Já Mainwaring, Gervasoni e España-Najera (2017) denominam a volatilidade referente a novos partidos de "extrassistema", distinguindo-a da volatilidade "intrassistema". Ambas somadas formam a volatilidade total. Outras reflexões sobre a mesma temática, ver: Sikk (2005); Marinova (2015). Torcal e Lago (2015) também dividem a volatilidade em dois subtipos, mas os definem de modo diferente: a "endógena" mede a variação em duas eleições consecutivas dos votos obtidos quando os mesmos partidos são os alcançam representação no parlamento e a "exógena" é a propiciada pelos partidos que não tinham bancada e o conseguiram, sejam eles antigos ou novos competidores.

foram bem-sucedidas nas urnas (nenhuma ultrapassou 0,27% dos votos válidos)[41], a indicar que o eleitorado uruguaio não era mobilizado por tais pautas ou, embora sensível, ainda assim preferia apoiar outras propostas.

De qualquer forma, a proposta do PI não trafega prioritariamente nessas temáticas pós-materialistas, como será demonstrado na continuidade da investigação. Ele é um partido mais "clássico" em suas propostas programáticas, ou seja, que não se sustenta na reivindicação de novas temáticas que oferece ao eleitor.

Outro aspecto que não contribuía para que o surgimento do PI decorresse de uma crise sócio-estrutural que fornecia a perspectiva de obter viabilidade eleitoral era o fato de os eleitores uruguaios encontrarem ofertas programático-ideológicas consistentes e já conhecidas tanto no campo da esquerda quanto no da direita, embora ele tenha se colocado em uma faixa do espectro ideológico correspondente ao centro da escala, espaço não ocupado pelas demais legendas, o que será apreciado no próximo capítulo[42].

A condição de um sistema que, desde 1971, é composto por três grandes partidos estabelecidos, os quais, apesar da competição acirrada entre eles, sempre alcançaram em conjunto um patamar de votação acima de 90%[43], não ajudava a melhorar as perspectivas dos novos partidos e as do PI em particular.

Neste ponto, pode-se passar a ponderar a segunda das possíveis motivações para o advento de novos partidos, segundo a teoria: os elementos institucionais, isto é, o conjunto de regras do sistema político de um país, mais especificamente do sistema eleitoral, que produzem estímulos ou constrangimentos à criação de novos competidores. Ao inverso da matriz sócio-estrutural, esta se volta para a competição política, logo o advento de novos partidos é parte da competição e do mercado eleitoral, não sendo visto como um indicador de crise ou fator de instabilidade.

---

[41] O Partido Verde Eto-Ecologista havia concorrido em 1989, tendo obtido um resultado "melhor": fez 0,55% dos votos. Em 1999, associou-se à União Cívica e em 2004, concorreu associado ao PI, tendo apresentado lista própria (Lista 2003), mais uma vez sem obter desempenho expressivo. Desde 2009, ao lado novamente da União Cívica, tem concorrido como aliado dos *blancos* (GEYMONAT, 11 agosto 2014).

[42] Sobre esta questão, ver: Moraes; Luján (2016).

[43] O fato de o texto falar em "desde 1971" não quer dizer que isto tenha ocorrido desde este pleito, mas sim que é a partir dele que surge a FA e se pode falar em três partidos estabelecidos – e a atualidade da assertiva pode ser contestada, tendo em vista a queda eleitoral que o PC sofreu desde 2004. Em paralelo, se se pensar no fato de dois partidos serem dominantes, cabe recuar à origem dos processos eleitorais do país. A discussão do capítulo anterior sobre a validade da alegação de que o NE de 1989 era um quarto partido viável e havia transformado o sistema partidário uruguaio abordou esta questão.

Seguindo o paradigma, em teoria, regras mais permissivas tornam mais provável que surjam novos partidos. Todavia, confirmar essa assertiva não basta, é preciso identificar quais regras produzem quais resultados, o modo como se processa o efeito compósito delas, assim como se dá a relação entre aquelas que trazem incentivos e as que atuam em sentido inverso.

Uma gama de investigações testou diversas variáveis, como os custos para poder participar da eleição, isto é, as exigências a cumprir para ser considerado oficialmente um partido e, depois, ter acesso à disputa (como um determinado número de assinatura de apoiadores e/ou um valor a ser depositado). Também foi dada atenção ao tipo de sistema eleitoral (majoritário, proporcional, misto) e outras regras a ele associadas, como a magnitude dos distritos e a existência da uma claúsula de barreira formal ou de uma efetiva.

O teste abrangeu características do sistema partidário, medidas por meio da fragmentação, e do comportamento eleitoral, identificado via volatilidade. Igualmente, foram observados: o modelo de Estado (federal ou unitário), a forma de governo (presidencialismo ou parlamentarismo), a existência ou não de financiamento público e as eventuais modalidades de acesso a esses recursos e à mídia.

Essas variáveis foram analisadas isoladamente ou em conjunto, em estudos de caso ou comparados, nos quais as unidades de análise eram países ou partidos, em séries históricas mais ou menos longas e que abarcam desde o final da II Guerra até o início do século XXI (HAUSS; RAYSIDE, 1978; HARMEL; ROBERTSON, 1985; WILLEY, 1998; HUG, 2000, 2001; SELB; PITUCTIN, 2010; LAGO; MARTÍNEZ, 2011; HAINO, 2012; van BIEZEN; RASHKOVA, 2014).

Apesar da variação entre os desenhos de pesquisa, o que ainda não possibilitou a formação de resultados amplamente generalizáveis sobre quais fatores facilitam o advento de novos partidos (e por extensão que eles obtenham representação parlamentar), essas investigações indicam que as condições são mais propícias em: sistemas eleitorais proporcionais, naqueles que possuem claúsula de barreira menor e distritos de magnitudes maiores, assim como apresentam elevada volatilidade, sistemas partidários com um número efetivo de partidos mai alto e a existência de fundos de financiamento públicos.

Essas contribuições, entretanto, são pouco aplicáveis à análise proposta, pois quase sempre versam sobre comparações entre países ou entre partidos, enquanto

o propósito desta investigação é abordar o caso de um partido. Ainda assim, elas trazem indicações que podem subsidiar a investigação, quando devidamente filtradas e adequadas à situação específica a ser investigada.

Antecipa-se que, ao serem utilizadas para abordar o caso do PI e do sistema político uruguaio, elas apresentam resultados díspares: há variáveis que teoricamente estimulam (ou não criam constrangimentos) ao surgimento dele, enquanto outras trazem a tendência oposta.

Ao comentar as possibilidades do PI em sua primeira experiência nas urnas, Garcé e Yaffé (2014, p. 128) fizeram uma avaliação positiva, baseada no fato de as regras eleitorais facilitarem o acesso dos partidos à representação parlamentar. Efetivamente, considerando-as como custos de entrada – o que Panebianco (2005, p. 404) chama de coerções institucionais –, verifica-se que a adoção da representação proporcional e a existência de um único distrito eleitoral nacional de elevada magnitude (99 para a Câmara e 30 para o Senado)[44] fazem com que o custo da cadeira de deputado corresponda a cerca de 1% dos votos válidos e a de senador a 3%.

Além disso, não existe uma cláusula de barreira ou de desempenho. A literatura a considera um fator explicativo importante para a decisão de um partido não concorrer, de disputar sozinho ou em coligação com outro(s), pois permite saber antecipadamente o desempenho exigido para formar bancada e, consequentemente, como calcular as possibilidades de obter representação (DUVERGER, 1987).

Mas são necessários dois esclarecimentos em relação a este ponto. O primeiro é que se faz a referência a uma cláusula previamente fixada em escala nacional e/ou distrital, – também chamada de formal ou legal, e que corresponde a um percentual mínimo de votos a ser obtido ou a um determinado número de cadeiras a ser conquistado. Na prática, qualquer sistema eleitoral tem um limiar de representação, denominado como barreira de inclusão ou efetiva. No Uruguai, ele jamais será menor do que 1% (TAAGEPERA; SHUGART, 1989, p. 133-135; GALLAGHER; MITCHELL, 2005, p. 14; TAAGEPERA, 2002).

O segundo é que na eleição propriamente dita não há cláusula de barreira formal, mas, desde o pleito de 1999 – ou seja, durante toda a existência do PI –, o

[44] Este distrito único nacional existe para a distribuição das cadeiras de deputado e de senador entre os partidos. Todavia, a distribuição das vagas no interior de cada partido é realizada entre os 19 departamentos. A Corte Eleitoral define a magnitude dos distritos departamentais a cada pleito, mas há a garantia constitucional de que cada um tenha no mínimo duas cadeiras.

país aplica uma nas eleições primárias, que é a exigência da obtenção de 500 votos para concorrer aos cargos. É um patamar baixo: ele correspondeu a 0,05% dos votos emitidos nas primárias de 2014 (as de menor participação), e a 0,04% nas de 1999 (as de maior adesão).

Assim, na soma desses requisitos do sistema eleitoral uruguaio, salvo um desempenho eleitoral muito ruim, havia a perspectiva de o PI manter-se no parlamento após o pleito de 2004. Segundo a causalidade estabelecida por esta linha interpretativa, tal circunstância teria o efeito de estimular os que estavam empenhados nessa iniciativa a efetivarem a criação do partido.

Outro dos custos de entrada, o de registro do partido, foi comentado no capítulo anterior, e, de qualquer modo, também era baixo (na época, implicava ter o apoio de 500 eleitores). Enfim, as regras do sistema uruguaio seriam permissivas a novos partidos.

Porém, essa permissividade não se verifica na prática, como demonstram a Tabela 9 e o Quadro 4, apresentados a seguir. Apesar das regras facilitadoras, a dinâmica da disputa entre os partidos pelos cargos políticos – notadamente os de âmbito legislativo – se mostra muito mais excludente e pouco amigável aos novos partidos.

Tabela 9 – Partidos que disputaram as eleições e que obtiveram representação parlamentar (Uruguai, 1971-2014)

Eleição	Novos partidos			Partidos		
	Eleito (N)	Concor-rentes (N)	Taxa de sucesso (%)	Eleito (N)	Concor-rentes (N)	Taxa de sucesso (%)
1971	1	4	25,0	3	7	42,9
1984	-	3	0	4	7	57,1
1989	1	2	50,0	4	8	50,0
1994	1	8	12,5	4	15	26,7
1999	-	1	0	4	7	57,1
2004	1	5	20,0	4	10	40,0
2009	-	3	0	4	8	50,0
2014	-	3	0	5	9	55,5
Total	**4**	**29**	**13,8**	**32**	**71**	**45,1**

Fonte: BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014); URUGUAY. CORTE ELECTORAL (2017a, 2017b, 2017c, 2017d, 2017e, 2017j, 2017k, 2017l)

Alguns esclarecimentos sobre as decisões tomadas na montagem da tabela. Primeiro: não foi seguida a sugestão de Mustillo (2009, p. 317), segundo a qual, quando ocorre interrupção não democrática por longo período (o que se considera ter sido o caso do Uruguai com a ditadura de 1973-1985), é possível classificar como novos todos os partidos que disputam a primeira eleição pós-ditadura. Segundo: o partido só é novo na primeira eleição da qual participa. Terceiro: foram incluídos os que, desde 1999, participaram das primárias, ainda que não tenham alcançado os votos necessários para participar da eleição propriamente dita. Quarto: na eleição de 1971, União Radical Cristã foi considerada a continuidade do Movimento Cívico Cristão e, em 1984, a União Cívica, a continuidade da União Radical Cristã. Quinto: na eleição de 2014, não foi contabilizada a Concertação, que concorreu apenas na disputa departamental de Montevidéu e era, na prática, a coligação de PN e PC.

Quadro 4 – Partidos que disputaram as eleições como concorrentes autônomos (Uruguai, 1971-2014)*

Partido	1971	1984	1989	1994	1999	2004	2009	2014
PC	El	El	El	El	El	El	El	El
PN	El	El	El	El	El	El	El	El
FA	N-El	El	El	El	El	El	El	El
PI						N-El	El	El
NE (coligação)			N-El					
NE (partido)				N-El	El			
Assembleia/Unidade Popular							N	El
União Cívica	Conc	El		Conc	Conc	Conc		
Trabalhadores		N	Conc	Conc	Pri	Conc	Pri	Conc
Aposentados e Pensionistas	N							
Movimento Justiceiro	N		Conc	Conc				
Juventude Desenv. Oriental	N							
União Patriótica		N						
Convergência		N	Conc					
Verde Eto-Ecologista			N	Conc				
Sol Federal e Pacifista				N				
Azul				N				
Seguridade Social				N				
Aliança Oriental				N				
Democrata Laboral				N				
Republicano				N				
Movimento Progressista				N				
Boa Vontade					N-Pri			
Intransigente						N		
Laboral						N		
Humanista						N-Pri		
GAC pela Mudança						N-Pri		
Comuna							N-Pri	
Quatro Pontos Cardeais							N-Pri	
Ecologista Radical Indep.								N
União para a Mudança								N-Pri
Unidos								N-Pri

Fonte: BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014); URUGUAY. CORTE ELECTORAL (2017a, 2017b, 2017c, 2017d, 2017e, 2017j, 2017k, 2017l)

* Célula cinza – não participou do pleito; Célula preenchida – participou, sendo: N (novo); Pri (participou das primárias, mas não alcançou a votação necessária); Conc (concorreu, ou seja, participou quando não havia primárias ou, após 1996, superou a votação exigida nas primárias); El (eleito).

Os custos mais baixos do país não devem ser tomados como uma norma que não produz efeitos e, tampouco, que minimiza o feito de quem os supera. A necessidade de obtenção de 1% dos votos válidos no distrito único nacional para alcançar a representação parlamentar – a cláusula de barreira efetiva do sistema – e, antes disso, a exigência de obter 500 votos nas primárias, tem bloqueado a maioria dos competidores: houve 54,9% de insucesso no agregado do período 1971-2014 (39 em 71 casos); com piso de 42,9% em 1984 e em 1999 (3 em 7), e teto de 73,3% em 1994 (11 em 15)[45].

[45] A escolha por incluir os partidos que disputam as primárias, e não somente aqueles que as ultrapassam e que são quem participam da votação em que realmente há a distribuição das cadeiras, segue as ponderações de Bottinelli (1999, p. 29): “es obligatoria para los partidos: ningún partido

Quando a lente se fecha sobre os novos partidos, a exclusão é ainda maior, pois de 29 que concorreram, quatro ou 13,8% tiveram sucesso, ou seja, conseguiram se eleger nessa primeira oportunidade (FA, os dois NE e PI). Se o critério for mais amplo, apenas mais um teve êxito na segunda tentativa (Assembleia Popular[46], em 2014), o que elevaria a taxa a 17,2%[47]. Lembra-se, ainda, que sete (24,1%) não superaram sequer as primárias.

Uma explicação para este cenário decorre da condição de um sistema partidário considerado institucionalizado, o que fazia com que o Uruguai não oferecesse as melhores perspectivas para novos partidos, pois o processo político está estruturado em alto grau.

Conforme os critérios fixados por Mainwaring e Scully (1995), Mainwaring e Torcal (2005), a institucionalização se verifica em quatro dimensões: a) considerável estabilidade nos padrões de competição entre partidos; b) eles têm raízes fortes na sociedade, a maioria dos eleitores tem ligações partidárias e algumas associações de interesse estão intimamente ligadas a eles; c) os atores políticos conferem legitimidade aos partidos, considerando-os uma parte necessária da política democrática; d) as organizações partidárias não estão subordinadas aos interesses

---

político se puede presentar a las elecciones nacionales para el parlamento, ni para presidente, ni a las municipales, sin haber concurrido a las preliminares. Entonces es una elección clave, tiene carácter registral, es el primer paso para seguir en el ciclo electoral". Ademais, por conta de uma regra constitucional que visa a evitar a migração partidaria, quem participa das primárias por uma legenda tem de se manter a ela vinculado durante todo o ciclo eleitoral, ou seja, até as eleições departamentais-municipais do ano seguinte. Logo, se o partido não ultrapassar a cláusula de barreira nas primárias, ele e os seus candidatos estarão formalmente fora de todas as eleições do ciclo (presidenciais, parlamentares, departamentais e municipais).

[46] Ela foi criada em 2006 por duas dezenas de pequenas agrupações de esquerda e se tornou um partido em 2008, após receber a adesão do 26M (VERA, 2017). Ao debutar nas urnas em 2009, também tinha como componentes: Partido Comunista Revolucionário, Movimento de Defensa dos Aposentados, Partido Humanista, Movimento Avançar, Partido Bolchevique do Uruguai, Refundação Comunista (MENSAJE..., 27 jul. 2009). Em 2014, ela concorreu como a coligação Unidade Popular, com as adesões de: Intransigência Socialista, Partido Trabalhista e Campesino do Uruguai, Agrupação Nacional ProUNIR (HISTORIADOR..., 22 abr. 2013). Esclarece-se, ainda, que a existência de tantos partidos no parlamento não é novidade: antes da fundação da FA, quando PDC, PCU e PS concorriam separadamente (e entre 1942-1958, quando os *blancos* estavam cindidos em duas legendas, PN e PN Independente), era comum que houvesse cinco ou seis partidos com representação.

[47] Este valor é semelhante ao registrado por Krouwel e Lucardie (2008, p. 279) na Holanda, entre 1989 e 2006 (15,9%). O país também adota representação proporcional, em distrito único nacional, sem cláusula de barreira. Mas, como possui um parlamento com 150 cadeiras, o limiar para ingresso é menor (0,67% dos votos válidos).

de uns poucos líderes ambiciosos; elas adquirem um *status* e um valor independente próprio (MAINWARING; TORCAL, 2005, p. 253-254)[48].

As investigações de Payne et al. (2003, 2006) calcularam a grau de institucionalização do sistema partidário de 17 países latino-americanos, utilizando-se de três critérios que procuraram operacionalizar o conceito: volatilidade eleitoral; estabilidade do sistema de partidos; identificação e confiança nos partidos, mais legitimidade do processo eleitoral e valorização dos partidos como fator indispensável para o progresso.

Os dados que serviram de base para o cálculo são do final dos anos 1990 e do início dos anos 2000. Nas duas medições, o Uruguai aparece em 1º lugar, com índices de institucionalização do seu sistema partidário de 2,87 na edição de 2003 e de 2,72 na de 2006. A média dos países analisados é 1,93 e 2,03, respectivamente (PAYNE et al., 2003, p. 154; 2006, p. 184).

Jones (2010, p. 22) também calculou o índice de institucionalização agregando quatro indicadores que procuravam operacionalizar as dimensões sugeridas pelos proponentes do conceito. Os dados se referem aos anos de 2003 a 2005 e o estudo abarcou 18 países latino-americanos. Assim como os dois anteriores, apontou o Uruguai em 1º lugar, com 76 pontos. Para que se tenha uma medida de comparação, o Chile somou 65 pontos; Argentina, 62; Brasil, 59.

Muitas investigações adotam o índice de volatilidade como sinônimo da institucionalização do sistema partidário, seja porque não conseguem dados para incluir as outras dimensões, seja porque supõem que há uma correlação linear entre elas ou que “todas as coisas positivas vem juntas”, como resumiu Luna (2015, p. 20)[49]. Ainda que a volatilidade não possa ser identificada com a institucionalização, que é um fenômeno mais amplo e multidimensional, as informações sobre como ela tem se manifestado no Uruguai trazem subsídios para verificar como a disputa partidária tem se apresentado.

Os dados trazidos por Mainwaring, Gervasoni e España-Najera (2017, p. 4), no período 1984-2004, mostram que, não bastasse a volatilidade total média baixa (15,6) do Uruguai, a extrassistema – a parcela correspondente a votos atribuídos a

[48] Originalmente, ele foi proposto em: Mainwaring; Scully (1995). Para uma discussão sobre o conceito e as polêmicas em torno do modo como ele vem sendo calculado, ver: Luna (2014, 2015); Crisp; Olivella; Potter (2015); Torcal; Lago (2015).

[49] Ressalva-se que o autor apresenta críticas à utilização unicamente do índice de volatilidade para apontar a institucionalização do sistema partidário.

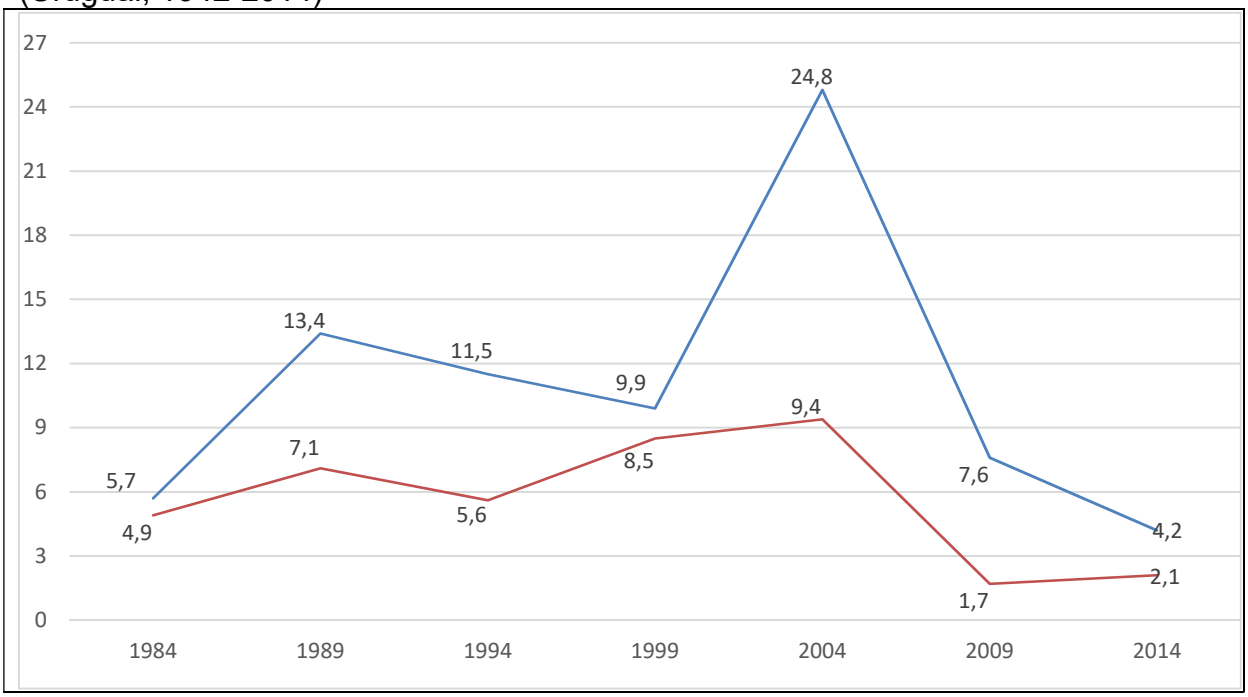
novos partidos – é ainda menor, atingindo 3,0. Ambos os valores estão abaixo das médias dos 67 países de todos os continentes, correspondente ao pós-II Guerra até 2006, que é 25,2 para a volatilidade total e 10,5, para a extrassistema. Na América Latina, dentre 16 países considerados, a volatilidade total é a segunda mais baixa e a extra-sistema, a quarta.

Torcal e Lago (2015) calcularam a volatilidade de 43 países, pertencentes a Europa e América Latina, entre 1987 e 2011, em um total 159 pares de eleições. Os resultados foram divididos entre volatilidade endógena e exógena[50]. Nesta última, que indica o ingresso de partidos no parlamento, o Urugai figura como o 10º país com menor volatilidade, o segundo da América Latina. Ao calcularem o índice de volatilidade exógena sobre a total (a soma dos dois subtipos), o Uruguai aparece ao no que os autores chamam de cenário 2, correspondente a alto custo de transação e alto controle político,

> […] en estos países la casi ausencia de volatilidade exógena no impide que estén funcionando de manera importante los mecanismos de control de los votantes; o expresado de otra manera, países sin problemas de estabilidad en las pautas de competencia pueden mostrar al mismo tiempo niveles de cambio electoral nada despreciables que exhiben la presencia de ciudadanos activos que ejercen sus mecanismos de control sobre el poder político y que responden adecuadamente a una oferta también limitada por la estructuración de la competencia y del voto (TORCAL; LAGO, 2015, p. 73).

[50] A definição delas figura na nota 40 deste capítulo.

Gráfico 8 – Volatilidade interpartidária e interbloco nas eleições presidenciais (Uruguai, 1942-2014)



Fonte: SELIOS (2016, p. 170)

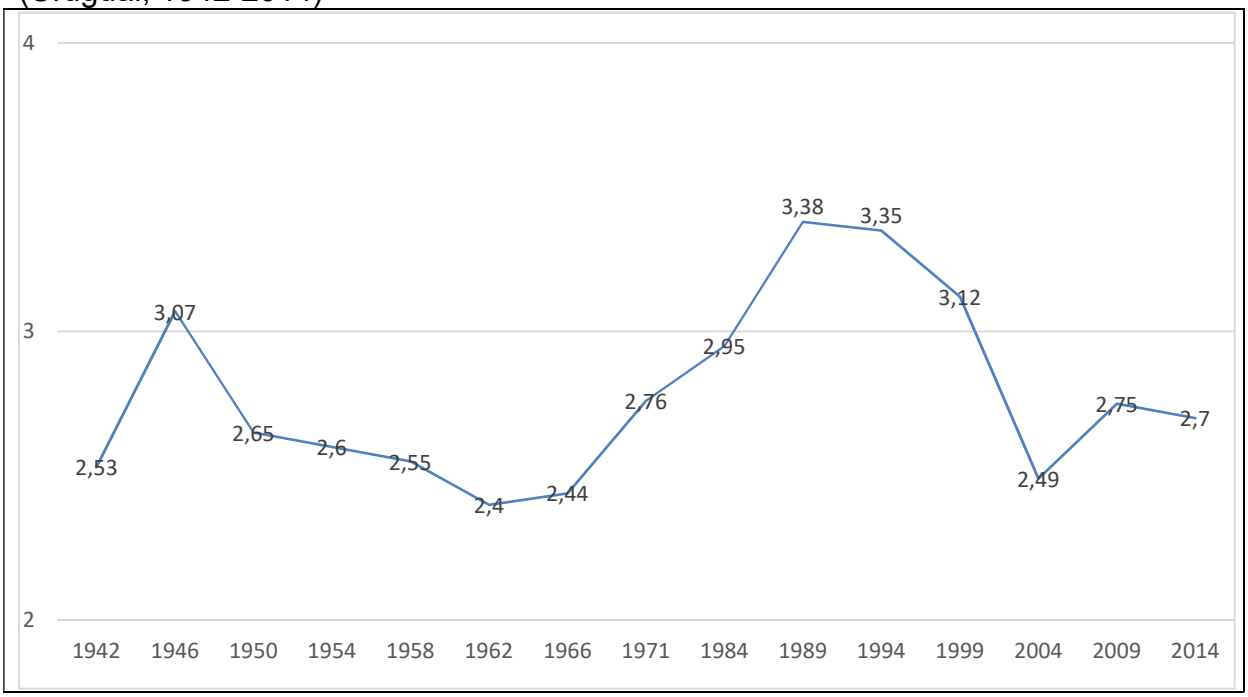
O Gráfico 8 traz as informações sobre a volatilidade interpartidária e interbloco do Uruguai no período 1984-2014. Ele mostra que, no país, ainda que ocorram muitas mudanças de decisões do eleitorado ou o comportamento dos votantes que ingressam a cada pleito destoe daquele adotado pelos eleitores na eleição imediatamente anterior, essas mudanças tendem a se anular e os índices captados têm sido bastante moderados, inclusive em relação aos padrões internacionais, como indicam os estudos citados acima.

Ainda assim – e reputando-se ao cenário da primeira eleição disputada pelo PI, o que pode ter servido de estímulo à criação dele – verifica-se que houve um salto no índice de volatilidade interpartidária na eleição de 2004. Ele é reputado por Buquet e Piñeiro (2011, p. 204) a uma “conjuntura crítica” muito particular, o debacle econômico de 2002, cujo reflexo foi a queda abrupta do PC e a consagração da FA no 1º turno. De fato, nesta eleição houve uma maior flutuação das escolhas do eleitorado, mas, como já comentado, elas ficaram circunscritas aos partidos já estabelecidos – alteração, volatilidade endógena, intrassistema ou do tipo A, conforme a denominação utilizada pelos autores (CHIARAMONTE; EMANUELE, 2017; TORCAL; LAGO, 2015; MAINWARING; GERVASONI; ESPAÑA-NAJERA, 2017; POWELL; TUCKER, 2014).

Enfim, o conjunto dessas informações aponta para um mercado eleitoral que dificilmente estava aberto a novos competidores, especialmente se a volatilidade for tomada como um indicador de "uma janela de oportunidade para os novos partidos, que podem obter votos daqueles cidadãos que estão frustrados com os principais partidos" (BOLLEYER, 2013, p. 7).

Novamente, pode-se trazer a contribuição de Panebianco (2005, p. 420). Para ele, "a um sistema partidário composto por instituições fortes [caso do uruguaio] *deve* corresponder uma arena eleitoral simples e semiplácida" [grifado em itálico no original]. O termo simples indica partidos opositores que não são ideologicamente próximos e, por isso, não disputam entre si os mesmos "territórios de caça", e sim competem pelos eleitores flutuantes[51]. Já o termo semiplácida se refere a ser relativamente estável, sem grandes deslocamentos (ou expectativas de deslocamentos) nas relações entre os partidos (PANEBIANCO, 2005, p. 411, 414)[52].

Gráfico 9 – Número Efetivo de Partidos eleitorais (NPEe) nos pleitos presidenciais (Uruguai, 1942-2014)



Fonte: BUQUET; PIÑEIRO (2015, p. 20)

O cenário pode ser ainda mais difícil para os novos partidos, se for acompanhada a interpretação de González (2010, 2015) sobre o modo particular

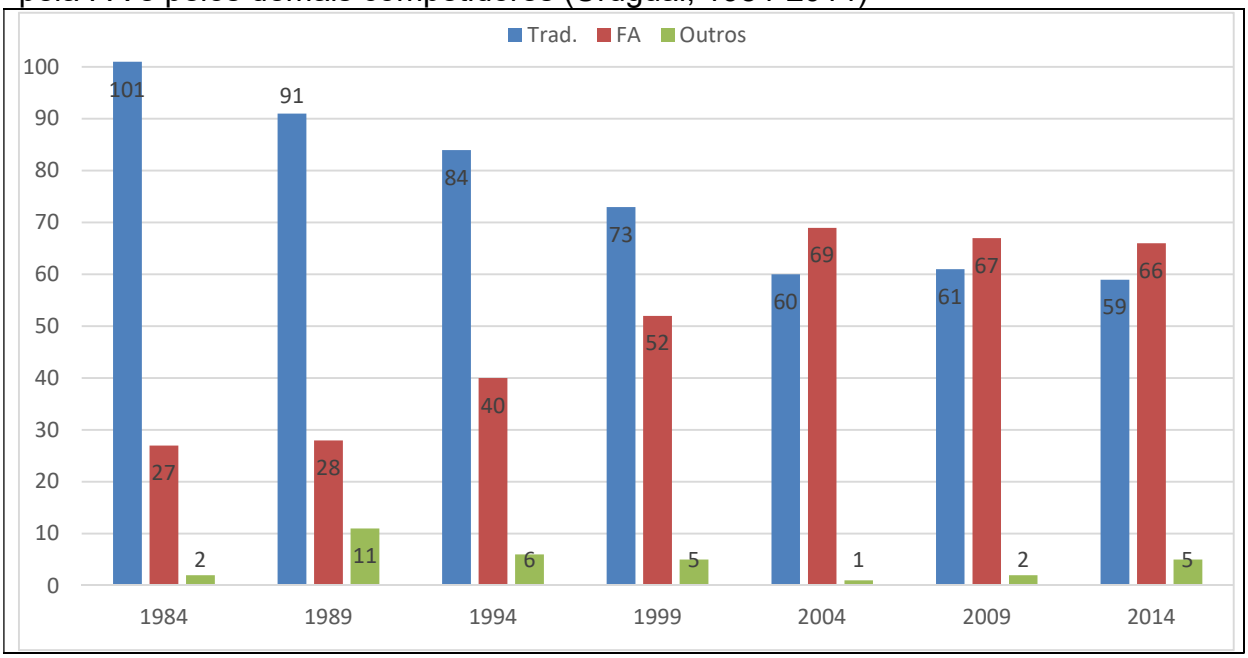
[51] Se os partidos disputam o mesmo eleitorado, então eles são considerados pelo autor como "competidores".
[52] Quando há muita variação nas escolhas, o autor afirma que há uma arena eleitoral "turbulenta".

como a competição se apresenta nos pleitos mais recentes. Ele expõe que, segundo os critérios de classificação de Sartori (1982), o país deveria ser caracterizado como detentor de um sistema partidário pluralista moderado, já que o Número Efetivo de Partidos eleitorais (NEPe) gira em torno de 3,0 e não há legendas extremadas ou antissistema. Contudo, a partir do pleito de 1999 – não por coincidência o primeiro em que foi instituída a possibilidade de *ballotage* –, ele passou a apresentar o formato bipartidário ou, sendo mais preciso, possui duas metades em que se situam três partidos: FA, de um lado; PN e PC, os tradicionais, de outro.

Desde então, esses blocos se alternaram na condição de "metade maior" – com os partidos tradicionais à frente em 1999 e a FA nesta condição nas três eleições seguintes (2004, 2009 e 2014) –, mas o formato se mantém estável, com as duas metades juntas tendo somado de 91,6% a 95,1% dos votos emitidos. Em decorrência, resta uma pequena parcela do eleitorado, correspondente a menos de 10%, para todos os demais competidores.

Nesse aspecto, o sistema se aproxima do cenário existente entre 1942-1966, quando as duas metades de então (cada um dos partidos tradicionais) alcançavam este patamar e deixavam menos de 10% dos votos aos partidos de ideias. A diferença da configuração atual é que, de 1999 a 2014, o conjunto das metades é composto por três partidos e PN-PC compõem um dos polos.

Gráfico 10 – Número de cadeiras parlamentares obtidas pelos partidos tradicionais, pela FA e pelos demais competidores (Uruguai, 1984-2014)



Fonte: BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014); URUGUAY. CORTE ELECTORAL (2017c, 2017d, 2017e)
* Outros: 1984 (União Cívica); 1989 (coligação NE); 1994, 1999 (partido NE); 2004, 2009 (PI); 2014 (PI e Assembleia Popular).

Na mesma medida – como demonstra o Gráfico 10 –, o espaço parlamentar ocupado pelos partidos menores é bastante reduzido. Das 130 cadeiras do parlamento uruguaio (31 no senado e 99 na Câmara de Representantes), apenas em 1989, com a coligação NE, aqueles que não pertencem ao bloco da FA e dos partidos tradicionais obtiveram mais de uma dezena. A média dos sete pleitos considerados é de 3,5 vagas para competidores que não pertençam a esses dois blocos ou 2,7% das cadeiras parlamentares.

Outra observação relativa às informações do Gráfico 10 é que apenas em 2014 os demais competidores retornaram ao patamar de 1999, tendo conquistado cinco cadeiras. No entanto, ao contrário daquela oportunidade, em que todas foram do NE, no pleito mais recente este contingente está dividido entre dois partidos: PI (4 cadeiras) e Unidade Popular (1).

Por fim, registra-se que, a eleição de 2004, com o NE tendo deixado de concorrer de modo avulso e se vinculando à FA, foi aquela em que menos vagas foram obtidas por partido não pertencente aos dois blocos: apenas uma. Não por acaso, e como já sabido, este foi o pleito de estreia do PI e a vaga única é a que ele conquistou.

Quadro 5 – Tamanho da bancada do quarto partido com representação parlamentar (Uruguai, 1984-2014)

Eleição	Partido	Câmara	Senado	Total
1984	União Cívica	2	-	**2**
1989	Novo Espaço (coligação)	9	2	**11**
1994	Novo Espaço	5	1	**6**
1999	Novo Espaço	4	1	**5**
2004	Independente	1	-	**1**
2009	Independente	2	-	**2**
2014	Independente	3	1	**4**

Fonte: BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014); URUGUAY. CORTE ELECTORAL (2017b, 2017c, 2017d, 2017e, 2017j, 2017k, 2017l)

Sobre esta questão, pode-se agregar a reflexão de Bottinelli (06 feb. 2005 [2015], p. 400-402) a respeito do "desafio do quarto espaço" – tema que, como foi visto na seção 1.4, atraía a atenção dos pesquisadores, ao menos no final dos anos 1980 e no início dos 1990. O Quadro 5 discrimina a situação dessa legenda.

O autor anota que no período pós-ditadura sempre existiu um quarto partido com representação parlamentar, pois o sistema eleitoral não impõe custos elevados para a obtenção de cadeira, no que concorda com a ponderação de Garcé e Yaffé (2014).

Ele também observa que a tarefa de ser o "menor partido" não tem se mostrado fácil, pois quatro legendas diferentes estiveram nessa condição: a União Cívica, em 1984; a coligação NE, em 1989; o partido NE, em 1994 e em 1999; e o PI, a partir de 2004.

Desses, apenas o PI obteve representação em três eleições consecutivas. Os demais tentaram e não a alcançaram (caso da União Cívica) ou não sobreviveram até desafiar esta meta (caso dos dois NE).

Enfim, o quarto partido com representação parlamentar tem sido comum no sistema uruguaio, não a repetição de quem desempenha este papel, a indicar que as condições eleitorais para a sua existência estão plenamente garantidas, todavia, por conta da dinâmica da disputa política, não as de permanência. O tema será aprofundado na sequência do texto.

A corroborar este quadro, nenhum dos quartos partidos conseguiu crescer a ponto de deixar a condição de ser um competidor bem menor em comparação aos demais[53]. E este é um fator importante para explicar porque vários diferentes

[53] Ainda que o PC tenha caído substancialmente desde 2004, passando a operar na faixa entre 10% e 20% das escolhas, ele obteve votação no mínimo mais de quatro vezes superior à do PI. O patamar mais baixo nessa relação ocorreu em 2014, tendo sido 4,2. Em 2004 foi de 5,7 e em 2009, 6,7.

partidos ocuparam tal espaço desde a redemocratização. De acordo com este cenário, Moreira (2010, p. 165) é crítica em relação ao quarto partido: para ela, após o relativo êxito da coligação NE de 1989, nenhum deles conseguiu superar a condição de testemunhal.

Assim, pode-se passar a verificar o terceiro bloco, aquele relativo às decisões dos atores. Willey (1998, p. 655-656) pondera que os potenciais criadores de um partido têm a tendência a efetivá-lo quando a estrutura da competição é aberta, ou seja, quando percebem que há possibilidades de obter cargos eletivos, o que relaciona diretamente o advento de novos partidos à percepção de sucesso que os proponentes apresentam, a qual, por sua vez, é influenciada pelas condições institucionais.

Nesta mesma linha, uma autora que pode ser destacada é Tavits (2006, 2008), pois elabora com mais refinamento como esta percepção ou esta influência opera junto aos atores que decidem criar (ou não) um novo partido. Baseada em Cox (1997) e na noção de entrada estratégica, ela propõe três critérios de análise para que a elite partidária (fundadores e dirigentes) tome essa decisão: custo de entrada, benefícios dos cargos a serem conquistados e a probabilidade de obter apoio eleitoral.

Acompanhando a teoria da escolha racional, o pressuposto é de que menos custos de entrada, mais benefícios oferecidos pelos cargos e mais apoio do eleitorado estimulam que novos partidos surjam e concorram.

Tavits (2006, p. 102; 2008, p. 115), seguindo as etapas propostas por Pedersen (1982), propôs, ainda, que o custo de entrada pode ser dividido em dois: quão fácil é registrar um partido e, em seguida, quão fácil é ganhar representação parlamentar[54].

Esta perspectiva relaciona a entrada estratégica (e os critérios construídos para verificá-la) diretamente às possibilidades de sucesso do partido, pensado exclusivamente como a obtenção de votos e de cargos, sem considerar que outras

[54] Essas variáveis foram testadas em dois estudos realizados por Tavits (2006, 2008), nos quais utilizou como categorias de análise: exigência de assinaturas e de pagamento para registro como partido (custo de entrada), magnitude do distrito (permissividade do sistema eleitoral). A previsão se mostrou estatisticamente relevante. O primeiro abarcou 218 eleições parlamentares em 22 países entre 1960-2002, tendo identificado 358 novos partidos. O segundo apreciou 44 eleições parlamentares, em 15 países do Leste Europeu, entre 1991 e 2004, nas quais encontrou 248 novos partidos.

questões motivem a formação e a participação eleitoral de um partido, tema que será apreciado mais adiante. A autora é clara em relação a isto:

> o modelo de entrada pressupõe que aqueles que formam partidos são instrumentalmente racionais, isto é, eles se preocupam em se eleger, influenciar politicamente ou ambos. Se essa suposição for incorreta e a maioria das pessoas que formam partidos, em vez disso, obtém a maior vantagem ao simplesmente participar do processo eleitoral, o modelo será menos eficiente. Nesse caso, nem o custo de ganhar um cargo, nem o benefício de manter um escritório nem uma baixa probabilidade de apoio eleitoral impediriam a entrada. O único mecanismo de dissuasão seria o custo para registrar um partido (TAVITS, 2008, p. 118, nota 42).

O estudo de Gunther (1989) mostrou que a análise não pode estar limitada à estrutura de incentivos que a lei eleitoral oferece ou aos custos de entrada que ela impõe. Como os partidos são criados e a experiência indica que as chances de sucesso são pequenas, pode-se supor que as escolhas são não racionais e as elites partidárias não estimam com razoabilidade as vantagens dessa empreitada e os riscos a ela associados ou, então, que outros fatores interferem na decisão.

Ao deixar o caráter abstrato da estrutura de incentivos e considerar o contexto em que as decisões são tomadas (no caso específico, as escolhas na redemocratização da Espanha), ele observou que:

> o impacto das leis eleitorais nesses aspectos do comportamento de elite seria direto e determinista apenas se ela: a. tiver pleno conhecimento dos incentivos inerentes à lei eleitoral; b. tiver um conhecimento razoavelmente preciso dos níveis e da distribuição geográfica de suas próprias bases de apoio eleitoral e seus possíveis parceiros de coalizão; c. colocar a maximização da representação parlamentar de seu partido no curto prazo sobre todos os outros objetivos políticos (GUNTHER, 1989, p. 854).

Ainda assim, eles podem ser aplicados para o caso do PI. Inicialmente, cabe destacar que uma observação baseada no cálculo utilitarista proposto por Cox (1997) e Tavits (2006, 2008) – *office-seeking*, conforme os critérios propostos por Müller e Ström (1999) –, mostraria a irracionalidade da decisão daqueles que fundaram o PI, principalmente suas lideranças.

Afinal, ao não concordarem com a aliança com a FA, eles abriram mão da possibilidade de compor o então provável (e, depois, efetivo) governo nacional. Havia um amplo favoritismo da FA para as eleições de 2004. Artigo de González e Queirolo (2000), publicado quatro anos antes do pleito havia antecipado a vitória da FA, baseando-se na continuidade das tendências apresentadas desde a eleição de

1994. Yaffé (2004, p. 180, nota 9) informa que pesquisa da Factum de junho de 2003, há 16 meses da eleição, apontava que a FA tinha 50% de intenção de voto, o que seria suficiente para vencer no 1º turno, como ocorreu, de fato.

A escolha era prejudicial não só pelo que deixaram de ganhar, mas também pelo que poderiam perder, já que o favoritismo da FA naquela ocasião, conjugado à condição de partido estreante e desconhecido do PI, cujos laços com o eleitorado eram frágeis e recém estavam começando a ser construídos, tornavam temerária a empreitada e punham em dúvida a viabilidade eleitoral da iniciativa.

Não se pode esquecer, ainda, que o sistema eleitoral uruguaio estabelece o voto vinculado ou fundido, o que sobrevaloriza o papel do candidato a Presidente, pois é ele quem mais chama a atenção do eleitorado e tem condições de, conforme o seu desempenho, contribuir decisivamente para o tamanho da bancada eleita pelo seu lema.

Neste cenário, a situação do PI não era alvissareira. Ao deixar o NE, seus membros renunciaram à possibilidade de se beneficiarem do prestígio que Rafael Michelini usufruía junto ao eleitorado. Ainda pior: eles não tinham um nome alternativo para apresentar, o que pode ser ilustrado pelo caso de Mieres, que se tornou o principal nome da legenda. Em 2004, ele apenas começava a se tornar conhecido de grande parte do eleitorado, após ter sido candidato a Vice-presidente na chapa liderada por Michelini e estar em seu primeiro (e até hoje único) mandato como deputado[55]. Em síntese: ao não terem um candidato presidencial do mesmo quilate que Michelini, eles abriaram mão de um ativo importante para captar votos e ajudar a viabilizar a eleição ao parlamento.

Um exemplo desses riscos está no fato de que a bancada de três deputados do PI, existente no período inicial como partido exclusivamente parlamentar, possivelmente não se manteria após a eleição de 2004 – e, de fato, não se manteve –, pois fora obtida nas urnas pelo NE e estava com o PI apenas circunstancialmente, em razão da opção feita pelos titulares por ocasião da ruptura. Ou seja, o tamanho da bancada era “artificial” em relação ao presumível potencial eleitoral da nova legenda.

Garcé e Yaffé (2014, p. 128) também ponderam que se o PI não obtivesse representação no Senado em 2004, correria o risco de desaparecer ou de sobreviver

[55] Apesar da militância prévia no PDC, na FA e na coalizão NE, ele nunca havia sido eleito deputado, tendo ocupado ocasionalmente o mandato como suplente em exercício.

na mais absoluta irrelevância política, pois “es muy difícil para um partido de, apenas, dos o tres representantes, generar hecho políticos”. Lembra-se que nessa primeira eleição, ele não alcançou o Senado – só o faria em 2014, na terceira eleição que disputou – e obteve apenas uma cadeira de deputado. Ele não desapareceu, mas, dado o tamanho da bancada, apresentava poucas perspectivas de ter ação política efetiva.

É importante destacar que não foi apenas o grupo formador do PI que preferiu se afastar da FA nos últimos anos (ou não se aproximar, para haver mais precisão em relação ao caso concreto). Outras forças políticas também o fizeram, como pequenos setores ou lideranças de extrema-esquerda, casos do Movimento 26 de Março (26M) e de Helios Sarthou[56]. Mas há alguns diferenciais: elas já pertenciam à FA, não ocupavam cargos parlamentares e a deixaram por diferenças programáticas inversas àquelas alegadas pelos fundadores do PI: consideravam a condução política do governo excessivamente moderada ou pouco transformadora da realidade capitalista, percepção decorrente de uma matriz ideológica marxista[57]. Consequentemente, o caso em análise se distingue de todos os demais.

2.1.4 A Racionalidade na criação do PI

Pelo que foi visto na subseção anterior, a decisão de criar o PI não foi tomada em razão de mudanças sócio-estruturais que a estimulassem, apesar de ter ocorrido em um cenário de crise econômica e social. Igualmente, ela não encontraria respaldo se fosse baseada em uma apreciação das exigências de entrada estratégica e tampouco teria se concretizado calcada unicamente nas regras institucionais, pois, embora estas não impusessem formalmente custos muitos elevados, tinham nos resultados que produziam no sistema político uruguaio um forte desintencivo.

O fato é que, contrariando todas essas perspectivas que apontavam para um risco elevado na empreitada e, no cômputo geral, não estimulavam a formação do PI, ele foi criado. E, como se pretende argumentar nesta subseção, a escolha de

[56] 26M deixou a FA em 2008. As suas raízes remontam ao braço político do MLN-T que aderira à FA em 1971. Já Sarthou, foi eleito deputado em 1989 e senador em 1994, quando estava vinculado ao MPP. Também saiu da FA em 2008, período em que militava na Corrente de Esquerda (VERA, 2017).

[57] Houve outras defecções na FA, como a do MRO, mas ocorreram muito antes de ela se aproximar da possibilidade efetiva de vencer as eleições presidenciais.

fundar o PI não se tratou de um cálculo equivocado ou irracional dos seus proponentes, segundo o qual ignoraram a elevada probabilidade de fracassarem.

O fundamento para afirmar a racionalidade da escolha deriva do fato de que os fundadores tomaram a decisão que lhes parecia mais adequada para atingir a finalidade que definiram como prioritária – e que não era, como já indicado, simplesmente conquistar cargos, responder a uma crise social ou aproveitar os supostos benefícios oferecidos por regras eleitorais permissivas.

A escolha não é de todo surpreendente, pois, como afirmam Harmel e Robertson (1985, p. 507), diferentemente de Tavits (2006, 2008), a formação de novos partidos não precisa ser inibida por uma baixa probabilidade de sucesso eleitoral, pois vários outros fatores estão envolvidos na decisão de criar uma legenda.

Da mesma forma, ao inverso do que constata Gunther (1989), não pode ser imputado que os formadores do partido tomaram essa decisão – aparentemente não racional – porque desconheciam como funcionam os incentivos (ou desincentivos) da lei eleitoral do país e, portanto, não poderiam estimar com razoabilidade os resultados que poderiam alcançar. Ao contrário, eles os conheciam com clareza, puderam fazer o cálculo e, mesmo com o resultado que apontava para elevados riscos de fracasso, optar pela criação do PI.

Uma declaração de Mieres demonstra cabalmente que os fundadores do PI sabiam que, com a escolha de formar um partido autônomo naquele período, renunciavam a espaços de poder e enfrentariam grandes dificuldades para sustentar esta proposta: “en eso momento [o de ser contra a associação do NE com a FA e de subsequentemente fundar o PI] no fue fácil levantar esta bandera porque todo el viento era a favor del Frente Amplio, y nosotros nacíamos de un NO al Frente Amplio, justamente” (DE SALVO, 13 sept. 2012).

Ao reportar o desafio da sua primeira eleição, o site do PI (01 jul. 2013a) afirma: “las posibilidades de existencia del Partido Independiente eran muy difíciles”[58]. É possível sintetizar esta situação ao usar a metáfora de Demasi (2006, p. 6), “habrían quedado estrictamente a la intemperie, intemperie política, que en

[58] A afirmativa é procedente, mas também tem algo de propagandístico e serve para que o partido exalte os resultados que alcançou, ou seja, apesar dos desestímulos e dos riscos, o PI venceu esses desafios.

Uruguay es particularmente inclemente, es decir, la meteorología política uruguaya es muy dura”[59].

Colocada a questão nesta perspectiva, o desafio passa a ser o de identificar qual meta prioritária é essa e qual a racionalidade seguida pelos autores ao escolherem a opção que, aparentemente, não era a mais recomendável. Para fazer referência a um autor que chama a atenção para esta questão, tem-se de atentar para os “jogos ocultos”, que não são secretos necessariamente porque os jogadores os escondam, mas sim porque o observador não os consegue perceber, ao não atentar para concepções mais amplas do que seja a escolha racional voltada a alcançar os melhores fins (TSEBELIS, 1998).

Krouwel e Lucardie (2008, p. 282) podem ser um guia inicial nesta empreitada, pois propõem quatro motivações para a criação de novos partidos: (1) ideológicas, tais como a defesa do purismo ou da transformação de uma ideologia; (2) ambições pessoais, necessidades ou frustrações, como de poder ou de status; (3) estratégicas ou táticas, que visam aproveitar condições eleitorais ou outras oportunidades estruturais que foram consideradas favoráveis; (4) objetivos altruístas, como a transformação da sociedade ou a manutenção do *status quo*.

Os autores explicam que as duas primeiras motivações são intrínsecas e estão relacionadas a interesses e a vontades individuais, enquanto as outras duas têm motivações extrínsecas e se vinculam a objetivos orientados e a condições estruturais.

Como todo modelo unidimensional, este se mostra exigente em relação aos casos concretos, pois implica enquadrá-los em opções que são excludentes entre si, embora nem sempre elas se mostrem desta forma na realidade. Apesar dessas limitações, pode-se descartar a opção 3, tendo em vista que já foi demonstrado que ela não cabe para o caso em análise, pois não havia nenhuma mudança nas regras e/ou não surgiu uma oportunidade eleitoral de ocasião que pudesse sustentar o surgimento do PI. Ao contrário, em um primeiro momento, a decisão de criá-lo implicou aos seus proponentes “perder” ou “não ganhar”.

[59] O autor se refere aos setores que, nos anos 1960, deixavam os partidos tradicionais e a segurança eleitoral que eles forneciam. A metáfora é extensível à situação inversa, a dos que não quiseram se vincular a um partido com perspectivas de sucesso eleitoral semelhante às que possuíam PN e PC naquele período. Notável, ainda, que o livro publicado por Mieres em 2004 e que reunia alguns de seus artigos de imprensa se chama “a la intemperie” (MIERES, 2004).

As opções 1 e 4 não parecem estar suficientemente bem distinguidas pelos autores em termos epistemológicos. De qualquer forma, elas apontam para questões ideológico-programáticas e serão abordadas no capítulo seguinte.

Resta considerar a alternativa 3, que reputa a criação de um partido às ambições pessoais dos fundadores. Para ser válida ao caso em estudo, tais ambições não podem estar vinculadas a ganhos imediatos e tampouco a benefícios em termos de tamanho de espaço político, ainda que se considere a expansão que o PI tem vivenciado desde a sua eleição inaugural.

Nessa trilha, pode-se considerar que os fundadores – notadamente aqueles que eram então parlamentares e que se tornaram os líderes do novo partido, como Mieres e Posada – realizaram um cálculo estratégico segundo o qual teriam mais vantagens se recusassem a mudança organizativa proposta por Michelini (vincular o NE à FA) e criassem um novo partido.

Há indícios que respaldam tal interpretação: se seus fundadores tivessem preferido aderir à FA, eles passariam a compor, isoladamente ou associados a outros, um setor minoritário deste partido. Esta é, por exemplo, a situação atual do NE. Logo, apesar de poderem usufruir da condição de ser “partido no governo”, o que se iniciou em 2004 e se mantém até o presente – embora naquele momento não houvesse garantias de quanto tempo duraria esta condição –, seguramente não conseguiriam tomar decisões “do seu jeito” e conforme as suas preferências, o que é uma prerrogativa muito valorizada por suas lideranças e que tem sido por elas defendida de modo radical, por mais contraditório que isto pareça em um partido que apresenta como uma de suas bandeiras a ponderação e a capacidade de negociação[60].

Na mesma medida, se tivessem aceitado pertencer à FA, a coalizão dominante tampouco alcançaria o destaque político que o PI fornece por ser uma legenda com representação parlamentar, ainda que, inicialmente, a bancada fosse a menor possível e que, mesmo com os avanços obtidos nas eleições subsequentes, ele continue a ser bastante pequeno em comparação àquelas da FA, dos setores que a integram e também dos partidos tradicionais.

Nesse caso específico, o cálculo parece ter sido aquele sintetizado por Panebianco (2005, p. XV):

---

[60] Esta questão será abordada com mais detalhamento na continuidade do texto.

> quaisquer que sejam as diferentes atividades que desenvolvam [as instituições] e os benefícios ou os malefícios que proporcionam aos homens, cada uma delas, invariavelmente, *também* serve para garantir, perpetuar ou aumentar o poder social daqueles que a controlam, daquelas elites mais ou menos restritas que as comandam [grifado em itálico no original].

Figura 4 – Reunião da presidenta do Senado com os representantes dos partidos com representação na Casa (Uruguai, set. 2017)

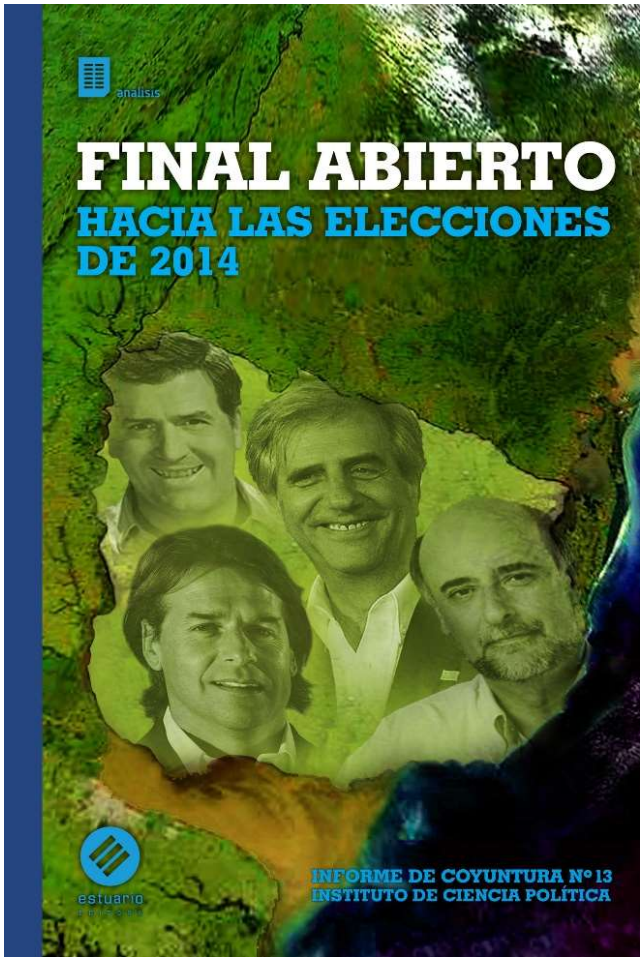
Fonte: ISGLEAS (26 sept. 2017)

Um exemplo ilustra o que se quer dizer: em setembro de 2017, após assumir a vice-presidência da República (e consequentemente a presidência da Assembleia Geral e do Senado)[61], Lucía Topolansky (1944-) retomou a prática de reunião com os partidos de oposição para coordenar a agenda legislativa, o que havia sido abandonada pelo antecessor. Por esta razão, Mieres, como representante do PI e único senador da legenda, estava sentado à mesa de reuniões, ao lado dos líderes das demais bancadas[62]. O fato por si só o distingue, mas, curiosamente, por estar sentado ao lado de Topolansky e pelo ângulo da foto que ilustra a matéria, ele aparece em destaque e está bem mais visível do que os representantes dos demais partidos (ISGLEAS, 26 sept. 2017).

[61] O Vice-presidente Raúl Sendic (filho) (1962-) renunciou ao cargo, sendo substituído pelo primeiro nome da lista mais votada do sublema mais votado do partido mais votado. No caso, Topolansky, que está vinculada ao MPP (Espaço 609), da FA.

[62] A FA tem 15 senadores (16, contando a vice-presidência), os *blancos* possuem 10, o PC elegeu quatro e desde 2016 está com três cadeiras, pois Daniel Bianchi (1962-) aderiu ao Partido das Pessoas.

Figura 5 – Capa do Informe de Coyuntura n. 13



Fonte: CAETANO; MORAES; BUSQUETS (2014)

Outro exemplo da simbologia que o PI proporciona em termos de destaque político é a capa do Informe de Conjuntura número 13, publicado pelo Instituto de Ciência Política da Udelar (CAETANO; MORAES; BUSQUETS, 2014) (Figura 5). Ela traz o contorno do mapa do Uruguai, com o rosto dos candidatos a Presidentes em 2014 inseridos no que seria o território do país. Ali aparecem: Tabaré Vázquez (FA), Lacalle Pou (PN)[63], Pedro Bordaberry (PC)[64] e Pablo Mieres (PI). Os demais candidatos (da Unidade Popular, do Partido Ecologista Radical Intransigente[65] e do

[63] Nascido em 1973, ele é advogado, filho do ex-presidente Luis Alberto Lacalle, tendo sido deputado eleito em três oportunidades (1999, 2004, 2009). Atualmente, é senador (2014).
[64] Filho do Presidente Juan Pedro Bordaberry (1971-1976), que participou do Golpe de 1973. Advogado, nasceu em 1960. Foi ministro de Jorge Batlle, concorreu a Intendente de Montevidéu em 2005. Candidatou-se a Presidente em 2009 e em 2014, pleitos em que se elegeu senador.
[65] Foi fundado em 2013, tendo estreado nas urnas em 2014, utilizando a sigla PERI. É composto por ex-membros da FA e militantes sem filiação prévia. Surgiu a partir da luta contra grandes empreendimentos de mineração que o governo Mujica procurava implementar (FERNÁNDEZ, 2017, p. 174). Para mais detalhes sobre esses empreendimentos, ver: Latchinian (2013).

Partido dos Trabalhadores[66]) não foram incluídos. Ainda que se possa considerar que, diante da inviabilidade de colocar todos os sete concorrentes, tenha preponderado como critério para seleção dos que apareceriam na capa que o partido tivesse representação parlamentar, o fato é que, assim, Mieres (e o PI) ganhou destaque – potencializado, novamente, pela posição privilegiada em que figura na disposição dos quatro presidenciáveis. Se compusesse a FA, ele não seria candidato a Presidente e, consequentemente, a exemplo do que ocorre com outros líderes de setores da FA, não teria tal visibilidade.

Na mesma perspectiva, ao falar sobre as razões que levam à cisão nos partidos, notadamente naquelas oriundas de grupos parlamentares, como é o caso do PI, Bolleyer (2013, p. 126) pondera:

> a motivação principal dos políticos profissionais para fundar e manter o 'seu' partido foi ou ainda é a busca de metas individuais. A decisão de deixar um partido originário é geralmente consequência de conflitos sobre políticas, decisões estratégicas importantes ou a distribuição de cargos centrais.

Não se quer dizer com isto que os líderes da fundação do PI estivessem pensando apenas em suas carreiras ao proporem a manutenção da autonomia. Como vem sendo largamente argumentado, essa escolha não era a que mais rapidamente renderia frutos e, ao ser tomada, não fornecia segurança quanto às possibilidades de ser bem-sucedida. Mas, inegavelmente, a existência do PI garante um espaço exclusivo, no qual eles podem exercer a atividade política.

Este espaço, além de propiciar autonomia – ressalvado que, para tal, eles devem ser a coalizão dominante no partido em que atuam –, pode render mais visibilidade do que fazer parte de uma legenda maior, no qual até poderiam ocupar cargos de maior relevância e ter mais capacidade de implantar políticas, mas no qual seriam uma parte bastante minoritária e teriam de se submeter às decisões da maioria, com as quais muito provavelmente teriam razoável discordância[67].

Enfim, sopesando as possibilidades, eles preferiram ser a maioria em um partido pequeno do que a minoria (bem pequena) em um partido maior.

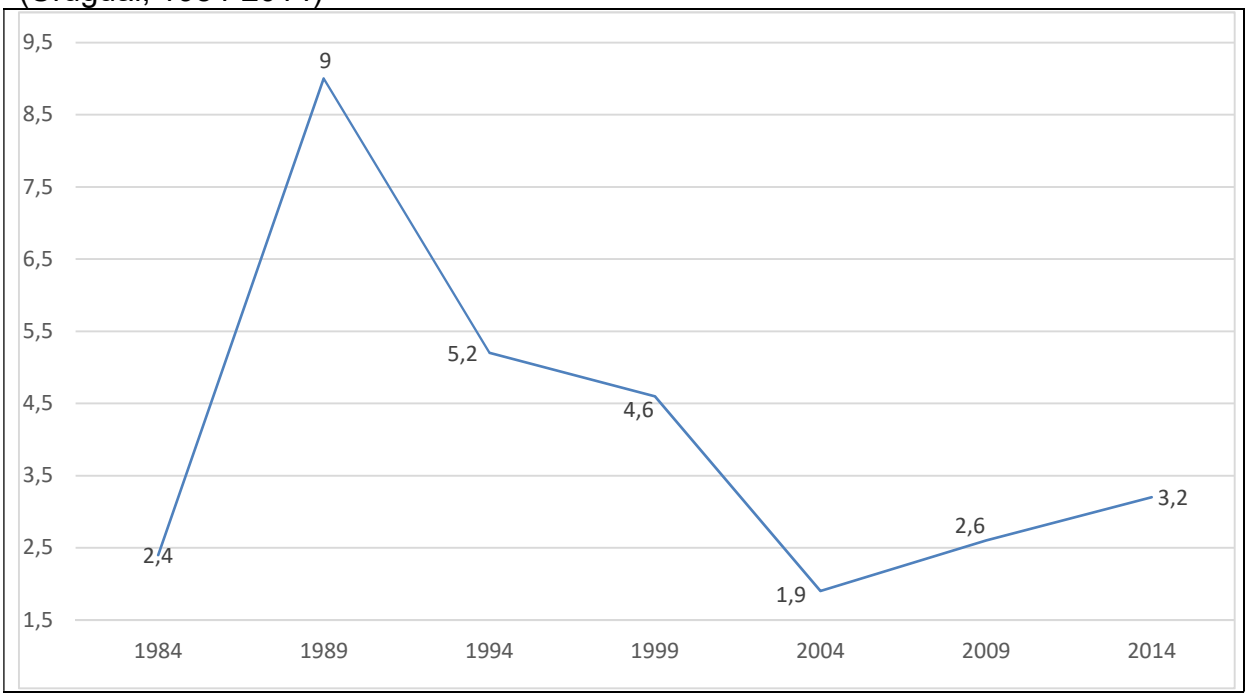
---

[66] De orientação trotskista, foi fundado em 1984 e participou de todas as eleições desde então. Em 1999 e em 2009 não alcançou os 500 votos exigidos nas primárias. Seu melhor desempenho foi em 2014, quando obteve 0,1% dos votos válidos (FERNÁNDEZ, 2017, p. 164).

[67] A corroborar esta assertiva, na entrevista concedida a Souto, Mieres (11 maio 2017) afirma que, se tivesse aderido à FA junto com o NE, poderia ter se tornado ministro, mas preferiu o caminho mais longo e difícil, que o alijou 10 anos de cargos políticos.

Ainda se pode destacar que a estratégia dos fundadores e da coalizão dominante do PI foi a de apostar na possibilidade de converter os prováveis prejuízos obtidos na eleição inicial em ganhos futuros, com a ampliação do espaço conquistado. E, como será visto, o partido alcançou o feito de ser o único que, no pós-ditadura, atingiu três eleições sucessivas nesta condição, o que torna relevante analisar qual tem sido o seu desempenho eleitoral, especialmente quando comparado com o dos seus antecessores.

Gráfico 11 – Desempenho eleitoral do quarto partido nas eleições presidenciais (Uruguai, 1984-2014)



Fonte: BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014); URUGUAY. CORTE ELECTORAL (2017b, 2017c, 2017d, 2017e, 2017j, 2017k, 2017l)

O Gráfico 11 traz o contingente de votos obtido por União Cívica (1984), NE em suas duas configurações (coligação em 1989; partido em 1994-1999) e PI. Ela produz um *continuum* que abarca o desempenho do quarto partido em todas as eleições presidenciais realizadas desde a redemocratização e pode consolidar algumas informações apresentadas na subseção anterior sobre o desafio de ser o menor partido parlamentar.

Ele mostra que a trajetória do PI é ascendente (2004-2014), ao contrário da dos dois NE (1989-1999), aqui considerados como se fossem um único

competidor[68]. A imagem que as trajetórias passam é de que um vem tendo sucesso e apresenta "viés de alta" e o outro vinha fracassando e tinha "viés de baixa"[69]. Igualmente, indica que, apesar disso, a mais alta votação do PI (3,2%, em 2014) ainda não alcançou o piso obtido pelo NE (4,6% em 1999).

A reforçar esta percepção, pode-se destacar que a votação obtida pelo PI na sua primeira eleição (2004) correspondeu a 43,3% daquela conquistada pelo NE na última em que ele concorreu como partido autônomo (1999), o que demonstra que os patamares dos quais ambos partiram eram muito diferentes, assim como que a criação do PI implicou perda eleitoral para o grupo, em um primeiro momento.

Há um componente especulativo na assertiva do parágrafo acima, pois é impossível saber a votação que o NE alcançaria na eleição de 2004, caso tivesse concorrido como partido autônomo (e ainda contasse com o grupo que formou o PI), assim como é improvável conseguir determinar a contribuição dos que compuseram o PI na votação obtida pelo NE em 1999. Sabe-se, porém, que na contabilidade do grupo de Michelini, líder do NE, as expectativas para 2004 não eram positivas se fosse mantida a mesma estratégica, tanto que ele impulsionou uma mudança radical.

Tabela 10 – Votação e espaço parlamentar obtidos por NE e PI (Uruguai, 1999-2004)

Partido	**% votos**		**Cadeiras***	
	1999	**2004**	**1999**	**2004**
NE	4,6	4,0	5	4
PI	-	1,9	-	1
Total	**4,6**	**5,9**	**5**	**5**

Fonte: BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014); URUGUAY. CORTE ELECTORAL (2017e, 2017j)
* Inclui Senado e Câmara de Representantes.

Mas é possível traçar alguns paralelos que podem fornecer subsídios para sustentar tal afirmação, o que é realizado pela Tabela 10. Como parte da EP-FA-

[68] A União Cívica foi o quarto partido em 1984, mas no pleito seguinte, o de 1989, não disputou sozinha, tendo preferido compor a coligação NE. Por esta razão, ela não é comentada. Porém, ainda que a lista pela qual concorreu tenha obtido ganhos de votos em 1989, a União Cívica registrou perda: não conquistou nenhum deputado, quando havia eleito dois em 1984.

[69] O olhar voltado apenas à votação e ao espaço parlamentar faz do PI um partido que inegavelmente tem obtido sucesso em relação a si mesmo, mas estes feitos também devem ser contextualizados: em 2004, ao obter apenas uma cadeira, o resultado frustrou suas lideranças, que pretendiam chegar ao Senado. Se esta meta for tomada como parâmetro, a eleição de 2009 implicou crescimento, mas não sucesso pleno, pois o objetivo só foi atingido em 2014. Porém, como será discutido mais adiante, o PI tinha outro propósito neste pleito, que era o de tirar a maioria parlamentar da FA, o que não foi alcançado e, novamente, o sucesso não foi pleno. Ou, como disse o deputado Posada, "la fiesta no fue completa", citado pelo entrevistador Emiliano Cotelo em: Mieres (03 nov. 2014).

NM, o NE somou, em 2004, 4% dos votos válidos da eleição para o Senado, menos do que os 4,6% que ele obtivera cinco anos antes, mas mais do que o dobro do alcançado pelo PI no mesmo pleito (1,9%). Em números absolutos, o NE caiu de 97.943 votos em 1999 para 86.318 em 2004, pleito no qual o PI fez 41.011 (BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS, 2014; URUGUAY. CORTE ELECTORAL, 2017e, 2017j).

Em contrapartida, se forem somados os resultados alcançados por NE e PI, em 2004, vai se observar que houve ganho de votos em comparação a 1999, quando ambos concorreram unidos. Eles passaram de 4,6% (1999) para 5,9% (2004), índice superior também ao que o NE havia obtido em 1994, na sua eleição de estreia. E, em termos de espaço parlamentar, foi mantida a bancada composta por quatro deputados e um senador[70].

Há uma dose de artificialidade no raciocínio acima, pois ele se baseia na comparação da distribuição de cadeiras entre as duas eleições, não na realidade política existente imediatamente antes e depois do pleito de 2004. Se o olhar se voltar a estes cenários, o resultado é bem diferente: após a eleição, o PI perdeu duas cadeiras de deputado, tendo passado de três para uma; enquanto o NE ganhou duas, avançando para três. Metaforicamente: é como se ele tivesse recuperado parte das cadeiras que os fundadores do PI levaram consigo, quando da cisão.

Da mesma forma, pode-se dizer que, em 2004, o custo de criar um novo partido foi pago por Mieres e Falero, pois eles perderam as cadeiras de deputado. E as vagas recuperadas pelo NE foram distribuídas a dois filiados que até então estavam fora do parlamento: Jorge Pozzi (1957-) e Horacio Yanes (1960-), sendo que este fora suplente de deputado, em 1999. As outras duas cadeiras do NE permaneceram com os titulares de 1999, os irmãos Michelini (Rafael como senador e Felipe como deputado) (BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS, 2014).

Para fazer referência à discussão constante na subseção 1.6.2 – que abordou a mudança da ordem organizativa que o NE sofreu entre 2001-2005 e que trouxe como efeito imediato alterar a composição da sua coalizão dominante e também implicar a perda de espaço parlamentar –, pode-se dizer, seguindo as sugestões de

[70] Para se ter uma medida de comparação: no estudo de Mair (1990), relativo a 14 países europeus no período de 43 anos (1945-1987), ele identificou 34 cisões, das quais em 18 (52,9%) a votação somada do partido original e do originário da cisão ultrapassou a alcançada na eleição imediatamente anterior, quando ambos tinham concorrido juntos.

Panebianco (2005), que no pleito de 2004, completado o processo de mudança no NE, não só foi reforçada a liderança de Rafael Michelini, como também foi recomposto integralmente o tamanho da bancada alcançado em 1999. Esse espaço foi ocupado por novos membros como incentivos seletivos distribuído em razão da fidelidade demonstrada durante e após a mudança que o NE vivenciou.

Outra questão a lembrar é que, após 2002, o NE não desapareceu como organização política, apenas deixou de ser um partido autônomo. Como já foi indicado, ele se tornou um aliado (2004) e, depois, um setor da FA (2005). Nessas condições, disputou as eleições seguintes (2004, 2009, 2014) e obteve três deputados e um senador em cada uma delas. Em relação a sua derradeira disputa como partido, em 1999, ele perdeu uma cadeira de deputado, mas tem se mantido neste patamar desde então, estancando a queda que vinha se manifestando ao longo dos anos 1990.

Na comparação com o PI, cabe destacar que, após os resultados do pleito de 2014, coincidentemente, ambos têm o mesmo tamanho parlamentar: um senador e três deputados. Ao observar os patamares dos quais partiram e o "tamanho" que possuem hoje, essas informações põem em evidência os resultados alcançados pelo PI.

O Gráfico 11 também fornece os elementos que permitem afirmar que, embora os novos partidos em geral enfrentem dificuldades quer para sobreviver, quer para alcançarem representação no parlamento nacional[71] – ou, como diz Pedersen (1982, p. 2-3), entre eles a "mortalidade infantil" seja elevada –, o PI tem obtido êxito nas duas tarefas: persiste no tempo e tem obtido cadeiras no parlamento.

O sucesso dele não tem sido a simples manutenção do resultado (e do espaço parlamentar correspondente), mas também a melhoria da performance nas urnas, o que fica evidente pela ampliação da bancada de um (2004) para dois (2009) e, finalmente, três deputados (2014), mais pela simbólica e relevante conquista da cadeira de senador, alcançada em 2014[72].

---

[71] Beyens, Lucardie e Deschouwer (2016) analisaram 30 partidos que ingressaram nos parlamentos da Holanda e da Bélgica no período 1950-2003, dos quais metade deixaram o legislativo, 10 mantiveram a representação e cinco se fundiram entre si ou com outros partidos. Ressalva-se que, em tese, aqueles que ingressaram no parlamento estão em melhores condições para continuarem ativos do que os novos partidos que nunca obtiveram representação nacional.

[72] A simbologia de estar no Senado no cenário político uruguaio já foi destacada. No caso do PI, ela tem uma segunda dimensão, tão ou mais relevante: garantir à principal liderança, Mieres, a

Nesse sentido, ele se enquadra plenamente nos critérios propostos por Bolleyer (2013, p. 15, 37) e Bolleyer e Bytzek (2013, p. 775) para verificar a sustentabilidade dos novos partidos, entendida como a capacidade que eles têm de consolidar um nível de apoio após alcançar representação, o que permite que se reelejam e se mantenham no legislativo nacional[73].

Como Bolleyer (2013, p. 8) argumenta, ainda que possa ser difícil aos novos partidos alcançarem representação parlamentar, alguns deles o conseguem. Mas, se não fizerem a diferença em termos de intervenção no debate e nas decisões políticas, as mesmas razões que os levaram a receber apoio podem fazer com que o perca, afinal, a novidade é inevitavelmente temporária e concede vantagens somente no curto prazo.

A autora ainda acrescenta que manter o apoio é um desafio para qualquer partido, porém é particularmente difícil para os novos, que estão no período formativo, ocasião em que são mais vulneráveis. Nessa perspectiva, o desafio para os novos partidos não está apenas na conquista de representação, por si só tarefa difícil, mas também, e principalmente, na manutenção (repetição e/ou ampliação) desse espaço.

Para delimitar e operacionalizar a categoria sustentabilidade dos novos partidos, Bolleyer (2013, p. 86) e Bolleyer e Bytzek (2013, p. 774, 780) afirmam que não basta considerar a permanência dessas legendas na primeira eleição após terem conquistado ao menos uma cadeira na Câmara baixa ou na única Câmara do parlamento nacional, pois este é um parâmetro muito baixo. Por isso, fixam uma exigência mais rigorosa: duas reeleições ou a manutenção de bancada nos dois pleitos imediatamente subsequentes à obtenção da representação pela primeira vez, ou seja, estar representado no parlamento por três eleições seguidas.

Os estudos de Bolleyer (2013, p. 86) e de Bolleyer e Bytzek (2013, p. 790), realizados em 17 países de “democracia consolidada”, entre 1968 e 2011, encontraram 31,6% (38) novos partidos que falharam ao tentar a primeira reeleição e outros 19,2% (23) que conseguiram uma reeleição, além de 49,2% (59) que

---

possibilidade de atuar no “lugar onde estão os líderes das frações partidárias” e, assim, estar entre seus equivalentes, agir no espaço privilegiado para “discutir as grandes questões do país”.

[73] Sustentabilidade se refere à permanência no parlamento. A manutenção institucional do partido é abrangida por outra categoria, chamada por Bolleyer (2013, p. 25) de persistência.

obtiveram duas ou mais reeleições e, tendo cumprido os parâmetros apresentados acima, foram considerados sustentáveis[74].

Ao vincular a origem do partido, Bolleyer (2013, p, 87-90) verificou que os enraizados alcançam mais intensamente esta condição do que os empreendedoriais, sendo esta, dentre todas as variáveis testadas, aquela mais significativa. A investigação realizada com Bytzek (2013, p. 788) alcançou o mesmo resultado.

O baixo custo de ingresso ou de permanência no parlamento, estabelecido pelas regras eleitorais do Uruguai – comentado anteriormente –, é um fator relevante para explicar, primeiro, a obtenção de representação por parte do PI e, depois, a sua sustentabilidade.

Os estudos de Bolleyer (2013, p. 90) e de Bolleyer e Bytzek (2013, p. 785) verificaram a relevância da variável "custo de ingresso ou de permanência", equiparado por elas à "permissividade do sistema eleitoral" (terminologia que adotam), a qual foi calculada por meio do NEP parlamentar. Se a modelagem adotada pelas autoras for aplicada ao Uruguai – que tem NEP em torno de 3,0 – os resultados alcançados (e a projeção a eles associada) não seriam favoráveis ao PI, pois estimaria em 30% as chances de reeleição continuada dos novos partidos, o que, é claro, não encontra respaldo no caso concreto.

Provavelmente, a diferença decorra do indicador adotado pelas autoras, o NEP parlamentar, ao invés da cláusula de barreira efetiva, que seria mais apropriada à mensuração pretendida. Em estudo posterior, Bolleyer e Bytzek (2016) mudaram de indicador e passaram a utilizar a barreira efetiva, mas ela não foi aplicada para testar a questão aqui comentada.

[74] A autora selecionou 140 partidos, mas os cálculos envolvem 120. Havia 20 que não foram analisados, pois não cumpriam o requisito de terem disputado ao menos duas eleições após ingressarem no parlamento.

Quadro 6 – Manutenção da representação parlamentar nas eleições subsequentes à obtenção de bancada (Uruguai, 1971-2014)*

Concorrente	Eleição	Reeleição 1	Reeleição 2
PC	1971	Sim	Sim
PN	1971	Sim	Sim
FA	1971	Sim	Sim
PI	2004	Sim	Sim
NE	1994	Sim	NC
União Cívica	1984	NC	-
Coligação NE	1989	NC	-
Assembleia Popular	2014	-	-

Fonte: BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014); URUGUAY. CORTE ELECTORAL (2017a, 2017b, 2017c, 2017d, 2017e, 2017j, 2017k, 2017l)
* Eleição se refere ao pleito em que o concorrente alcançou bancada pela 1ª vez no recorte temporal adotado. Para o caso de PC e PN, eles acumulavam muitas antes de 1971. União Cívica já havia concorrido duas vezes antes em suas encarnações anteriores de Movimento Cívico Cristão e de União Radical Cristã (1966 e 1971); Assembleia Popular, uma vez (2009). FA, os dois NE e PI obtiveram bancada na 1ª eleição disputada.
NC é Não Concorreu. No caso da Coligação NE, porque se extinguiu. Nos da União Cívica e do NE, porque não participaram do pleito como competidores autônomos, sendo que a 1ª não elegeu representante e o 2º sim.
O traço (-) indica que não se aplica.

Em termo de sustentatibilidade, se for tomada a eleição de 1971 como parâmetro (Quadro 6) vai se verificar que apenas PN, PC, FA e PI conseguiram duas reeleições sucessivas após terem alcançado a representação parlamentar[75]. Os dois primeiros não eram estreantes no período em análise, ao contrário, constituíam-se em consagrados e velhos conhecidos do eleitorado.

Novamente, o feito do PI não deve ser desconsiderado, pois, apesar do reduzido tamanho da bancada, os demais quartos partidos com representação não sobreviveram a tanto (União Cívica e as duas modalidades de NE) e a União Popular, que é o quinto partido com representação, ainda não foi testada neste parâmetro, pois alcançou representação em 2014.

Segundo os achados de Bolleyer e Bytzek (2013, 2016), mais dois fatores podem ter contribuído para que o PI tenha alcançado a sustentabilidade. O primeiro é o fato de a sua primeira representação parlamentar ter sido exercida por um deputado experiente (Posada) e já integrado à instituição, que então chegava ao seu terceiro mandato consecutivo na Câmara de Representantes (hoje está no quinto). Desse modo, o PI não vivenciou os impasses e as dificuldades desestabilizadoras que, conforme Bolleyer e Bytzek (2013, p. 779), costumam assolar novos partidos ao se defrontarem com a atividade parlamentar e o assédio da mídia, quando eles têm bancadas formadas por politicos novatos.

[75] Na prática, o NE também o conseguiu, mas não mais na condição de partido autônomo, e sim como sócio e depois membro da FA.

O segundo é o fato de suas principais lideranças terem se mantido vinculadas ao partido desde a fundação, ou seja, ele não ter sofrido perdas nesse quesito. O estudo das autoras, realizado com 135 novos partidos de 17 países, no período 1968-2015, identificou que aqueles que mantêm as suas lideranças durante a legislatura subsequente à chegada ao parlamento nacional perderam menos votos e são mais sustentáveis do que aqueles que sofreram cisões e/ou rupturas[76] (BOLLEYER; BYTZEK, 2016, p. 177-178).

Ressalva-se que o resultado obtido pelas autoras fala em perder menos votos, enquanto a situação do PI foi exatamente inversa, o que reforça ainda mais a boa situação dele, que ganhou votos (e cadeiras) em situação de permanência das lideranças.

Verificada a sustentabilidade que o PI tem apresentado até o momento no sistema político uruguaio, pode-se revisitar as análises que apontam as dificuldades que os novos e pequenos partidos enfrentam ao buscar garantir espaço junto ao eleitorado e no parlamento.

A referência são as procedentes ponderações de González (2010, 2015), segundo as quais há uma disputa entre dois blocos praticamente iguais (FA e os partidos tradicionais), que controlam mais de 90% dos votos e, consequentemente, constrangem o espaço disponível para quaisquer outras forças partidárias.

Um dos autores que se dedica a esta questão é Mieres (2016), em uma produção intelectual em que se misturam o cientista político e o líder partidário. Ele propõe uma interpretação menos restritiva aos partidos que não pertencem aos dois blocos dominantes. O argumento diz que, como o tamanho dessas metades é semelhante e há alta competitividade entre elas, pequena mudança na distribuição de votos pode implicar significativas alterações na mecânica do sistema político e no exercício do governo (MIERES, 2016, p. 220). Esta também é a opinião de Buquet e Piñeiro (2015, p. 21) e de Canzani (2016, p. 39).

Mieres (2016) pondera que esta variação não precisa se dar exclusivamente entre os dois blocos, haja vista que ambos podem perder sufrágios, o que abre espaço ao crescimento de outras forças partidárias. Nesse cenário, apesar de continuarem pequenas, elas podem se tornar estratégicas para a formação da

[76] A ruptura das lideranças não é uma ocorrência rara, tendo atingido 46 partidos analisados (34,1%). As autoras consideram que “essa descoberta, entretanto, precisa ser interpretada cuidadosamente, uma vez que é menos robusta do que as demais variáveis significativas em nosso modelo” (BOLLEYER; BYTZEK, 2016, p. 778).

maioria parlamentar, assim como ínfimos ganhos eleitorais podem ter alto impacto para elas em termos de tamanho da bancada.

Esta é a base para um dos apelos racionais que o candidato Mieres apresentou nas eleições de 2014, com vistas a conquistar votos para o PI: a perda de maioria parlamentar que a FA ostentava há dois períodos legislativos seria benéfica para a democracia uruguaia, pois tornaria imperativa a negociação entre os partidos. Segundo ele, neste novo e desejável cenário que se iniciaria em 2015, o PI seria a melhor opção para o sistema político e para a sociedade, pois tem disposição e condição para compor com qualquer uma das legendas: “mientras que si el FA gana sin mayoría absoluta, va a tener que negociar con los sectores más moderados, en particular con un proyecto mucho más socialdemócrata como es el Partido Independiente” (“VAMOS..., 08 feb. 2014).

Ele vai mais longe e afirma que a perda de maioria parlamentar seria benéfica para a própria FA, pois o fato de estar nesta situação há 10 anos

> ha ido generando en el Frente un reflejo que tampoco le hace bien, un reflejo de omnipotencia, de soberbia, de pensar que pueden hacer todo solos, y no le hace bien al país porque ha bajado notoriamente la capacidad de control del Parlamento. Un Parlamento con mayoría absoluta del partido de gobierno funciona de polea de trasmisión del Poder Ejecutivo y deja de cumplir la función de control que debe ejercer en una democracia. Hay pérdida de calidad de la democracia (MIERES, 19 nov. 2013).

Como parte dessa demanda, Mieres também declarou que, como havia certeza da realização do 2º turno em 2014, inclusive com a definição prévia de quem seriam os candidatos – Vázquez (FA) e Lacalle Pou (PN), largamente à frente do 3º colocado, Pedro Bordaberry (PC) – “la gente tiene la oportunidad de votar en octubre el Parlamento y en noviembre al presidente. Mucha gente va a votar al PI al Parlamento y después elegirá qué presidente votará en noviembre” (MIERES, 25 sept. 2014).

O argumento implica afirmar que, em decorrência desse cenário, o PI alcançaria ou teria condições de alcançar uma importância política muito maior do que aquela que seria esperada em razão do tamanho de sua bancada, inserindo-o na categoria de partido relevante, proposta por Sartori (1982). O raciocínio também serve como uma medida de convencimento a quem cogitava votar no partido, mas acabava por não o fazer, ao não vislumbrar possibilidades de ele ter influência nas decisões políticas. Afinal, se o eleitor incorporasse o cálculo presente na prédica de

Mieres, votar no PI poderia maximizar o seu sufrágio, pois acabaria por constituir uma bancada com peso decisório maior do que o de outras, numericamente mais expressivas, mas politicamente posicionadas como claramente governista ou radicalmente oposicionista.

A solicitação pedia que o eleitor não exercesse o voto estratégico no 1º turno, tal como ele é concebido por Cox (1997). Isto é, não coordenasse a sua escolha da candidatura preferida para aquelas com possibilidade de vencer, e sim fizesse o inverso: consolidasse um voto extremamente sofisticado, com uma estratégia baseada em uma finalidade mais ampla ou, ainda, que adotasse o voto estratégico apenas no 2º turno.

Deve-se lembrar que o Uruguai aplica o voto vinculado ou fundido, de modo que a lista escolhida para o parlamento está necessariamente associada a uma candidatura presidencial do mesmo partido. O eleitor não tem a possibilidade de escolher candidatos de partidos diferentes para estes cargos, se quiser validar a sua opção, tampouco o recurso conhecido como "cortar a boleta", isto é, excluir da cédula de votação disponibilizada pelos partidos os candidatos e os cargos que não pretende apoiar[77]. Daí a necessidade de Mieres construir este raciocínio para além de simplesmente pedir que o eleitor votasse no PI para o parlamento.

Tabela 11 – Percentual de votos obtidos nas eleições presidenciais (Uruguai, 2004-2014)

Base	Competidor	2004	2009	2014
Votos Emitidos	Duas metades	95,1	94,0	91,6
	Outros	4,9	6,0	8,4
	Total	**100**	**100**	**100**
Votos Válidos	FA	51,7	49,3	49,4
	Tradicionais	45,7	47,4	45,3
	Σ Duas Metades	**97,4**	**96,7**	**94,7**
	PI	1,9	2,6	3,2
	Outros*	0,7	0,7	2,1
	Σ Outras opções	**2,6**	**3,3**	**5,3**
	Total	**100**	**100**	**100**

Fonte: URUGUAY. CORTE ELECTORAL (2017j, 2017k, 2017l)
* Em 2004 (Partido Intransigente; Partido Liberal; Partido dos Trabalhadores); em 2009 (Assembleia Popular); em 2014 (Partido Ecologista Radical Intransigente; Partido dos Trabalhadores).

[77] O Uruguai não adota a cédula única oficial a ser preenchida pelo eleitor, o chamado modelo australiano, e sim cédulas que seguem padrões estabelecidos pela Corte Eleitoral que os lemas e os sublemas imprimem e disponibilizam ao eleitor nos locais de votação. Cabe ao eleitor selecionar a de sua preferência e inserir no envelope, este sim padronizado e fornecido pela Corte Eleitoral.

No artigo referido anteriormente, Mieres (2016) não lança o argumento como mera especulação, ele procura apresentar evidências que sustentem o que defende.

Em um primeiro momento, demonstra a queda de votação das duas metades: elas passaram de 95,1% dos votos emitidos em 2004 a 94% em 2009 e a 91,6% em 2014, queda acumulada no período de 3,5 pontos percentuais.

Essas escolhas que não se dirigiram à FA e nem aos partidos tradicionais se dividem em várias possibilidades.

A primeira são os votos nulo e em branco, que ele chama de “refratários”, pois não aceitam nenhuma das opções do mercado eleitoral, os quais avançaram de 2,4% em 2004 para 2,8% em 2009 e para 3,3% em 2014, o que equivale a um acréscimo relativo de 37,5% no período[78]. Apesar desse tipo de voto ser contabilizado para efeito de definição da eleição presidencial (a maioria absoluta exigida para a vitória no 1º turno é calculada sobre os votos emitidos), ele é desconsiderado na definição da representação parlamentar.

Dessa forma, a segunda alternativa diz respeito aos votos que os próprios blocos perderam. E, nesse caso, a queda do conjunto FA-partidos tradicionais se reduz para 2,7 pontos percentais, tendo passado de 97,4% dos votos válidos em 2004 para 96,7% em 2009 e, finalmente, para 94,7% em 2014.

Este quantitativo de votos perdido foi redistribuído entre duas opções partidárias básicas: o PI e um conjunto de partidos posicionados à esquerda da FA (Assembleia/Unidade Popular, PERI, Partido dos Trabalhadores). Ambas registraram crescimento eleitoral no período, ainda que moderado[79]. A análise mostra que, como já foi comentado, o PI cresceu continuamente; já Assembleia/Unidade Popular, que enfrentou as urnas pela primeira vez em 2009, alcançou representação parlamentar em 2014, feito que o estreante PERI esteve razoavelmente perto de conseguir, ao somar 0,8% dos votos válidos.

A FA apresentou queda em 2009 em relação a 2004 e estabilidade no último ciclo (2014 em comparação a 2009). Já PN e PC têm alternado perdas e ganhos entre ambos, com inegável predomínio dos *blancos*, de modo que o bloco cresceu em 2009 e caiu em 2014. E, como a FA ficou estável no pleito mais recente, ao

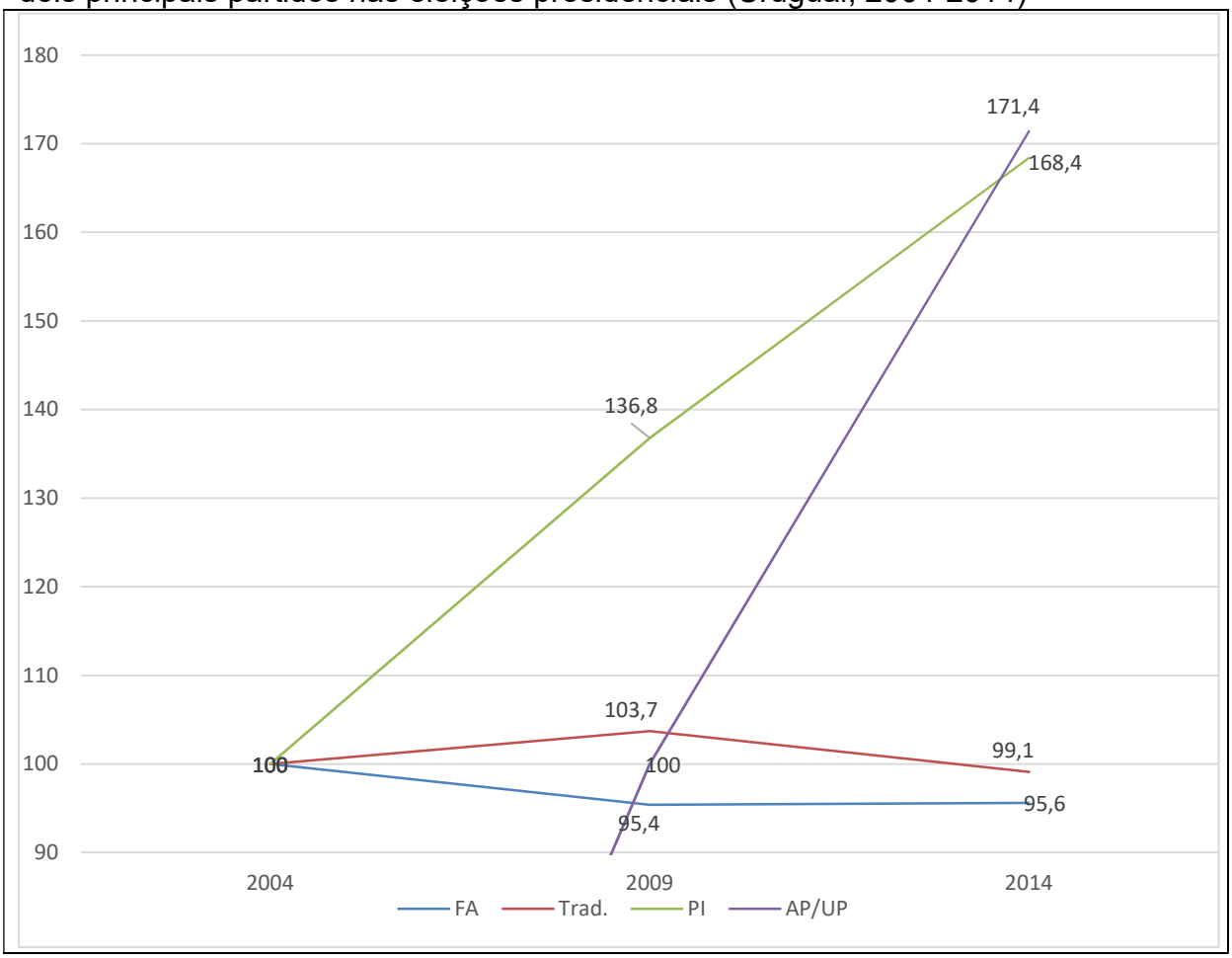
[78] Apesar disso, o índice está abaixo da média registrada no período 1984-1999, cujo pico foi de 7% em 1994. O autor quer destacar é que ele tem crescido no recorte das três últimas eleições.

[79] Além dos votos que as duas metades perderam, é preciso acrescentar aquele cedido por três partidos que disputaram as eleições de 2004 e que não voltaram a se apresentar, caso de: Liberal e Intransigente (que desapareceram) e União Cívica (que passou a concorrer associada aos *blancos*).

menos neste caso pode-se reputar que, do ponto de vista sistêmico, o crescimento dos pequenos partidos em 2014 foi obtido de votos perdidos pelos tradicionais.

Como as grandezas do percentual de votos em questão são muito díspares, o gráfico abaixo reordena os dados para tornar mais clara a variação dos sufrágios conquistados pelas duas metades e pelos partidos que alcançaram representação. Ele transforma em 100 o percentual obtido na eleição de 2004 (no caso da Assembleia Popular/Unidade Popular, o que foi alcançado em 2009) e calcula o percentual atingido nas demais a partir deste parâmetro.

Gráfico 12 – Variação percentual dos votos válidos obtidos pelas duas metades e os dois principais partidos nas eleições presidenciais (Uruguai, 2004-2014)



Fonte: URUGUAY. CORTE ELECTORAL (2017j, 2017k, 2017l)

As linhas mostram que a FA e os partidos tradicionais têm uma restrita variação (positiva ou negativa), enquanto os demais crescem significativamente. No caso do PI, o avanço é contínuo e faz com que, em 2014, ele tenha um percentual de votos 68% superior ao alcançado em 2004. A medição da Assembleia/Unidade

Popular é mais restrita – apenas 2014 em comparação a 2009 –, entretanto o crescimento foi o mais intenso dentre todos: ela ampliou seu percentual de votos em 71,4%.

Obviamente, o pequeno contingente de votos obtido facilita que eles tenham tal variação, o que dificilmente os dois blocos principais poderiam registrar, tendo em vista que já controlam somados quase a totalidade dos votos válidos e eles pouco variaram entre si no período. Ainda assim, guardadas as proporções, o avanço dos pequenos é notável.

Enfim, como sustentado por Mieres (2016), uma pequena variação no percentual de votos das duas metades pode produzir – e efetivamente produziu – um efeito significativo na votação dos pequenos e, consequentemente, no espaço parlamentar que eles podem conseguir. Para o PI implicou mais do que triplicar a bancada no acumulado do período, passando de um deputado em 2004 a três e mais um senador em 2014. E para a Assembleia/Unidade Popular, obter representação no pleito mais recente.

Apesar dessas flutuações, ressalva-se que não houve nenhuma mudança em termos sistêmicos. Nas eleições de 2014, apesar dos apelos do PI, a FA conseguiu pela terceira vez consecutiva a maioria parlamentar, o que a torna um "partido predominante", como frisa Lanzaro (2015), servindo-se dos critérios de Sartori (1982, p. 221-230). Contudo, a sua condição majoritária tem sido cada vez mais ajustada: tinha 52 deputados e 17 senadores, em 2004; passou a 50 e 17, em 2009[80]; e atingiu 50 e 16, em 2014[81]. Em outros termos: ainda que os pequenos tenham crescido – o PI em especial –, a situação política continuou inalterada e o chamamento ao diálogo por necessidade política do governo, bandeira hasteada por Mieres, não se confirmou[82].

A título de síntese, pode-se destacar que os resultados mostram que a aposta improvável dos fundadores do PI vem obtendo bons resultados. Afinal, a sustentabilidade do PI foi diagnosticada, o que já o distingue de alternativas

[80] Ao longo da legislatura 2010-2015 essa maioria se tornou ainda mais restrita, pois o senador Jorge Saravia, eleito pelo MPP, deixou a FA em junho de 2011 e passou ao PN (BIDEGAIN PONTE, 2013, p. 367; SARAVIA..., 27 jun. 2011).

[81] A maioria parlamentar consiste em 50 deputados (em 99, no total) e 16 senadores (em 31 cadeiras, 30 eletivas e mais o Vice-presidente, que ocupa a presidência da casa).

[82] Ela não se confirmou nas urnas em 2014, mas sim em termos políticos ao longo da atual legislatura (2015-2020). Em dezembro de 2016, a FA perdeu o 50º voto, símbolo da sua condição majoritária, após o deputado Gonzalo Mujica (1956-), vinculado à AU, de Astori, romper com o partido (PEREYRA, 07 dic. 2016).

antecessoras e semelhantes a ele, mas os “bons resultados” podem ser relativizados, pois ainda não o colocaram no patamar em que o NE se encontrava, assim como ele continua a ser um pequeno partido em termos sistêmicos, em um panorama no qual, ao contrário do que tradicionalmente acontece no cenário uruguaio, a FA tem obtido maioria parlamentar nas urnas. De qualquer modo, o desempenho e o espaço político obtido parecem indicar um partido bem-sucedido na intenção de se institucionalizar, o que será apreciado com mais detalhamento a seguir.

2.2 Institucionalização

A interpretação constante na subseção anterior sobre a racionalidade que mobilizou os fundadores do PI ainda não foi suficientemente demonstrada, apesar das ponderações já apresentadas. Para consolidá-la, é preciso abordar também a problemática da institucionalização, com a qual ela está diretamente relacionada.

Se o grupo fundador do PI estava motivado pela manutenção de um espaço próprio de poder e não se sentia suficientemente atraído pela possibilidade de ampliar este território ao custo de perder autonomia ao se associar à FA, é preciso verificar como ele organiza e gestiona a sua instituição.

Esta é a intenção da seção, que parte do momento originário para o presente, e que, por isso, procura complementar e consolidar a explicação iniciada na precedente, que esteve centrada nas circunstâncias da criação do PI.

Pode-se começar pelo modo como Panebianco (2005, p. 36) a define. Para ele, a institucionalização é a

> consolidação da organização, a passagem de uma fase de fluidez estrutural inicial, quando a recém-nascida organização ainda se encontra em construção, a uma fase em que a organização se estabiliza, desenvolve interesses estáveis para a sobrevivência e lealdades organizativas igualmente estáveis.

Ou seja, como resultado da institucionalização, a organização adquire valor em si mesma, os objetivos são incorporados e dela se tornam inseparáveis, e, geralmente, indistinguíveis (PANEBIANCO, 2005, p. 100). O autor fala em dois processos de desenvolvimento necessários e simultâneos para que tal se verifique: o de interesse na manutenção da organização e o de advento de lealdades

organizativas difusas. Ambos dão corpo e vitalidade ao processo de construção do partido, geram uma organização que solidifica suas próprias estruturas e se autonomiza, ao menos em parte, em relação ao seu ambiente e a eventuais entidades externas (PANEBIANCO, 2005, p. 102).

O desenvolvimento do interesse pela manutenção da organização é próprio dos seus dirigentes e

> decorre do fato que, desde as primeiras fases de vida, a organização, para sobreviver, precisa distribuir incentivos seletivos para alguns de seus membros (cargos de prestígio, possibilidades de 'carreira' interna etc.). Isso pressupõe a elaboração de procedimentos para a seleção e o recrutamento das elites, dos quadros dirigentes nos vários níveis organizativos (PANEBIANCO, 2005, p. 101).

Os incentivos seletivos a que o autor faz referência são aqueles distribuídos pela instituição a alguns dos participantes e, de modo desigual entre eles, podendo estar sintetizados em: poder, status e benefício materiais.

Há outra modalidade de incentivos, os coletivos, que são distribuídos igualmente entre os participantes, dizem respeito à identidade, isto é, à noção de pertencimento à organização, à solidariedade entre os seus membros e aos princípios ideológicos ou programáticos proferidos pela entidade (PANEBIANCO, 2005, p. 17-18). Por conseguinte, eles estão mais vinculados ao desenvolvimento da lealdade organizativa.

Este envolve a distribuição de incentivos coletivos (de identidade), tanto para os militantes quanto para uma parte dos usuários externos, o eleitorado fiel, entendendo-se como tal aquele que "integra de modo estável a subcultura do partido, que está frequentemente envolvido numa rede de vínculos associativos que recorrem a ele, cuja identificação no partido, por fim, independe das suas oscilações políticas contingentes" (PANEBIANCO, 2005, p. 50-51). O autor (2005, p. 101-102) explica que "é um processo relacionado à formação de uma 'identidade coletiva' que, todavia, é guiada e plasmada pelos próprios fundadores do partido"[83].

Todo partido possui algum grau de institucionalização e Panebianco (2005, p. 103-106) a vê não como um binômio (sim/não), mas como um *continuum*, o qual pode ser apreendido por: (a) grau de autonomia em relação ao ambiente que ela

[83] Na literatura uruguaia, esse processo tem sido denominado como um dos significados do termo "tradicionalização". O modo como este termo tem sido aplicação para a FA foi visto no capítulo anterior.

desenvolveu, ou seja, a capacidade de controlar diretamente os processos de troca com o ambiente; (b) grau de sistematicidade, de interdependência entre as diversas partes da organização, pois quanto mais elevado é este grau, mais concentrado será o controle sobre as zonas de incerteza organizativas e, consequentemente, menor a heterogeneidade organizativa.

O grau de institucionalização pode ser medido por pelo menos cinco indicadores: (1) grau de desenvolvimento da organização extraparlamentar, notadamente a existência de uma burocracia forte e de uma estruturada organização própria; (2) grau de semelhança entre as subunidades organizativas de mesmo nível hierárquico[84]; (3) modalidades de financiamento, em especial em termos de regularidade e de pluralidade de fontes; (4) relações com as organizações externas (se exerce mais ou menos controle sobre as organizações externas); (5) grau de correspondência entre as normas estatutárias e os procedimentos efetivamente adotados na realidade (PANEBIANCO, 2005, p. 109-111).

Alcántara (2004) também se propõe a analisar esta dimensão, denominando-a como relativa à organização interna dos partidos latino-americanos. O seu marco analítico está diretamente associado à institucionalização proposta por Panebianco (2005), motivo pelo qual não serão utilizadas nenhumas das três categorias em que as divide. São elas: (1) aspectos organizativos; (2) perfil e papel da liderança; (3) proximidade do partido a grupos externos.

Com a primeira, ele afirma procurar conhecer se a própria estrutura do partido tem um caráter mais ou menos permanente ou unicamente se põe em funcionamento na época pré-eleitoral. Igualmente, procura observar se a estrutura do partido se mantém ou não como uma organização com um mínimo de infraestrutura e de burocracia, se é dependente das entidades que o apoia, se sua base se assenta em unidades territoriais.

A segunda categoria se dispõe a analisar as relações existentes entre o líder e suas bases

> teniendo en cuenta el nivel de influencia que pudiera desempeñar aquél, el hecho de que estuviera concentrado en pocas manos o en muchas, que dichas relaciones fueran mayormente horizontales, con alta democracia

[84] Essas subunidades não são apenas os órgãos locais ou regionais, mas também frações (nos partidos que as têm formalizadas), setores especializados de qualquer ordem, como grupo de jovens, de mulheres, de bairros, divisão de propaganda, escolas de formação, fundações ou institutos internos etc.

> interna y un alto grado de entusiasmo de la militancia a la hora de acatar las decisiones del partido. Complementariamente, en otro nivel, un tipo ideal de organización partidista requiere que el partido se encuentre próximo a agrupaciones sociales de distinto carácter, desde las que vienen definidas por su componente económico a otras de carácter cultural; esta cercanía, acorde con la vocación del partido, permite identificarle con una cierta base social" (ALCÁNTARA, 2004, p. 120).

Como já foi largamente destacado, Panebianco (2005) também considera que o modelo originário contribui decisivamente para a institucionalização de um partido, motivo pelo qual formula uma tipologia em que procura relacionar tais variáveis. Logo, a institucionalização (forte ou fraca) é propiciada pelo cruzamento entre tipo de legitimação (externa ou interna) e de desenvolvimento organizacional do modelo originário (penetração ou difusão), como sintetiza o Quadro 7.

Quadro 7 – Tipo de institucionalização conforme o tipo de legitimação e de desenvolvimento organizacional

Legitimação	**Desenvolvimento da construção organizacional**	
	Penetração	Difusão
Externa	Forte (1)	Fraca (2)
Interna	Forte (3)	Fraca (4)

Fonte: PANEBIANCO (2005, p. 120)

O resultado é a existência de quatro tipos de institucionalização partidária, dois correspondentes a partidos fortemente institucionalizados e dois a aqueles fracamente institucionalizados. O 1º tipo tem como principal exemplo os partidos comunistas, que possuem uma fonte de legitimação externa, desenvolvimento por penetração e resultam ser fortemente institucionalizados. O 4º contrapõe-se a este: tem legitimação interna, desenvolvimento por difusão e institucionalização fraca, sendo normalmente produto de fusões. O 2º tipo é o partido com legitimação externa, desenvolvimento por difusão e institucionalização fraca, caso do Partido Trabalhista britânico e da democracia-cristã italiana. Por fim, o 3º tipo tem legitimação interna, pois normalmente criado por iniciativa de um grupo de parlamentares, que atua como o centro do novo partido, gera institucionalização forte e se desenvolve por penetração, a partir desse centro.

O autor ainda vincula o resultado da institucionalização a certo padrão da coalizão dominante. Logo, a institucionalização forte implica uma forte concentração do controle sobre as zonas de incerteza e sobre a distribuição dos incentivos organizativos, exercido por uma coalizão dominante coesa. A institucionalização

fraca traz dispersão do controle sobre as zonas de incerteza e a ausência de um centro coeso que monopolize a distribuição dos incentivos (PANEBIANCO, 2005, p. 111).

É importante ressalvar, como o faz Panebianco (2005), que são tipos-ideais, construídos em modelos formais e que na realidade se mostram mais ou menos distanciados, em uma multiplicidade de possibilidades. Na mesma medida, não são processos finalísticos e estanques, um partido institucionalizado pode se desinstitucionalizar em razão de mudanças ambientais – os partidos comunistas são os casos mais notórios – e um pouco institucionalizado não está permanentemente condenado à tal condição.

Bolleyer (2013, cap. 3) discute especificamente a institucionalização dos novos partidos. Acompanhando Panebianco (2005), ela a pensa como uma projeção de médio e de longo prazo, pois implica estabilização, rotinização (adoção de regras e de procedimentos que regularizam os comportamentos intrapartidários), infusão de valores (lealdade ao partido, perseguição de objetivos por meio do partido e para o partido, procura pela perenidade) e existência de organizações extra-parlamentares do partido e que dão vida a ele para além da atividade legislativa.

Essas são as características do processo de institucionalização, mas elas não necessariamente estão todas presentes no partido e, quando presentes, tampouco se manifestam da mesma forma em todos os partidos ou surgem ao mesmo tempo.

Para Panebianco, a institucionalização é uma meta da coalizão dominante, pois fortalece as condições de exercício do mando. Bolleyer (2013) concorda com esta ideia, mas considera que ela não pode ser aplicada automaticamente aos novos partidos, que, claramente, ainda não estão institucionalizados e, por isso, têm de viabilizar o cumprimento dessa pretensão. Logo, especula que “os fundadores do partido podem estar ativamente interessados na formação de uma organização partidária viável e duradoura, mas não podemos simplesmente assumir que este é o caso”, pois

> encontramos uma série de exemplos empíricos em que os fundadores assumiram posições centrais em um novo partido e, uma vez que eles perceberam que sua influência interna desaparecia, tal ajudou a minar sua própria criação e até provocou sua desintegração (BOLLEYER, 2013, p. 61).

Nessa perspectiva, argumenta que as atitudes dos líderes do novo partido em relação à institucionalização envolvem uma ambivalência. Se ela for bem-sucedida, eles terão restringida a esfera de autonomia e de poder que possuem nos primeiros tempos do partido, já que a sobrevivência e a continuidade da organização se tornam um fim em si mesmo, colocado acima dos interesses dos que o formam e/ou lideram, como frisou Panebianco (2005). Logo, Bolleyer (2013, p. 126-127) afirma que

> As elites tendem a favorecer a institucionalização parcial. Entrando no parlamento e no governo rapidamente, os líderes fundadores estão ocupados com seus papéis parlamentares ou governamentais. Geralmente, eles estão interessados em desenvolver procedimentos de coordenação dentro do partido parlamentar, portanto, em alcançar um certo nível de rotinação capaz de garantir a efetiva operação do partido em cargos públicos. Simultaneamente, eles tendem a negligenciar a construção extraparlamentar do partido, voltada para a infusão de valores que permitiria ao partido como organização ultrapassar seus líderes e sobreviver a períodos sem representação parlamentar. [...] Além disso, os líderes fundadores de partidos internos – geralmente fortemente conduzidos por fazer carreira na política – tendem a favorecer as infraestruturas que consolidam sua própria posição. Eles mostram uma disposição limitada a ser restringidos por uma organização de membros extraparlamentares, especialmente se essas restrições dificultarem as operações do partido em cargos públicos ou a margem de manobra de sua liderança. Nesse sentido, a falta de infusão de valor (conforme definido por um interesse dos seguidores na sobrevivência do partido como tal, independentemente da liderança atual) protege a posição dos líderes atuais, mantendo a dependência do partido sobre as pessoas no comando.

Seguindo este pressuposto e a teoria de Panebianco (2005) relativa à carga genética dos partidos, a autora avalia que o tipo de origem e o modo de formação do partido – se enraizada ou empreendedorial; interna ou externa ao parlamento, categorias com as quais ela trabalha – podem ser fatores a influenciar significativamente as escolhas dos fundadores, consequentemente, o tipo de institucionalização alcançada e as possibilidades de persistência, ainda que a organização perca a sustentabilidade, ou seja, a possibilidade de ter continuidade mesmo que perca a representação parlamentar (BOLLEYER, 2013, cap. 3).

Na sua visão, os novos partidos originários por enraizamento, logo construídos de baixo para cima, e que trazem inovações programáticas, são mais propícios a que suas lideranças busquem mais enfaticamente a institucionalização, formem estruturas mais descentralizadas e menos dependentes dos líderes do que os de origem empreendedorial, notadamente aqueles criados de cima para baixo, internamente (por lideranças parlamentares) e que não trazem inovações

programáticas – caso do PI –, que seriam mais centralizados e dependentes dos seus líderes. A chave residiria na intenção dos líderes de preservar sua autonomia e de fazerem do novo partido uma plataforma para a continuidade e/ou o crescimento de suas próprias carreiras, enquanto os demais, precisam criar a centralização.

É importante lembrar que esta é uma hipótese algo dogmática. A autora verificou que, de fato, origem (enraizamento ou empreendedorial; interna ou externa ao parlamento) e caráter inovador ou não do programa partidário, assim como persistência, sustentabilidade e maior ou menor institucionalização, estão associados do modo como ela pressupunha. Entretanto, não o verificou na intensidade imaginada e tampouco de modo exclusivo, pois todas as combinações possíveis foram encontradas nos casos selecionados para a investigação.

De modo semelhante, o estudo de Beyens, Lucardie, Deschouwer (2015), voltado aos novos partidos da Bélgica e da Holanda, do pós-guerra a 2003, verificou que a grande maioria daqueles considerados sustentáveis tinham origem enraizada na sociedade civil e desenvolveram uma organização própria. No entanto, também encontraram partidos com estes requisitos que não permaneceram, bem como alguns de origem empreendedorial que se institucionalizaram e se mostraram sustentáveis, a indicar que o tipo de origem não determina a sustentabilidade, tão somente a torna mais possível.

Em síntese, a presunção que ela apresentou se mostrou tendencial, o que produz um guia para a análise de um partido em particular, caso desta pesquisa, porém não elimina a necessidade de verificar se ela abrange a legenda em estudo. Desse modo, somente uma investigação especificamente voltada a um partido (o PI, no caso) pode verificar qual das diferentes alternativas de processo de institucionalização fornecidas pelo modelo analítico o contempla. E tal começará a ser visto a seguir.

2.2.1 O Modelo organizacional conforme o Estatuto

O primeiro passo para mapear este aspecto é apreciar como o partido está formalmente organizado, ou seja, como a sua estrutura e os seus procedimentos internos estão disciplinados no Estatuto.

Sabe-se que pode existir – e normalmente há – uma diferença entre a formalidade descrita neste documento e o modo como as demandas se

desenvolvem e as decisões são tomadas na realidade efetiva, o que não inviabiliza que as regras sejam analisadas. Ao contrário, conhecê-las é condição fundamental para observar como são aplicadas. Aliás, Panebianco (2005) aponta este como um dos indicadores para verificar a institucionalização de um partido.

Panebianco (2005, p. 88) também destaca que elas compõem uma das principais zonas de incertezas de um partido e que controlá-las é um dos recursos que configura a coalizão dominante. Este recurso se manifesta quando as regras são definidas, pois estabelecem “o campo de jogo” onde ocorrerão os confrontos e as disputas de poder com os outros agentes organizativos. E, igualmente, quando elas são interpretadas ao serem aplicadas às situações concretas e quando são manipuladas, adaptadas e/ou flexibilizadas.

O PI possui um Estatuto desde a sua fundação, até porque esta era uma exigência para que ele pudesse se registrar como um partido[85]. Contudo, ele foi modificado em 2016. A análise a ser apresentada a seguir comparou as duas versões e aponta as alterações existentes entre elas.

O partido se organiza por meio de três organismos deliberativos, exclusivos para filiados: Convenção Nacional, Junta Federal e Mesa Executiva Nacional, que é o órgão de direção por excelência, além de Unidades de Trabalho (PI, 01 jul. 2013e[86], art. 12 e 14). Há as instâncias departamentais correspondentes (Convenção e Mesa Executiva), cuja abrangência, como o nome indica, compreende tão somente o departamento a que se referem. Figura, ainda, a previsão da existência de possíveis órgãos intermediários, também de âmbito departamental (PI, 01 jul. 2013e, art. 13).

O Estatuto lista outras três instituições: a Comissão Fiscal, a Comissão Eleitoral e o Tribunal de Disciplina, considerados órgãos de controle interno. Todas são compostas por titulares e o dobro de suplentes. A primeira é formada por três membros, tendo por missão controlar a gestão financeira e patrimonial do partido; a segunda, com cinco titulares, deve organizar e supervisionar as instâncias eleitorais internas convocadas pela Junta Federal; já a terceira, possui três membros, tendo por responsabilidade investigar as possíveis situações em que um filiado não

[85] A fonte consultada e tampouco o texto do Estatuto trazem data, mas as informações presentes nas disposições transitórias confirmam ser a versão original, formulada em 2002.
[86] A versão disponível no site do PI tem esta data de postagem, por isso ele é assim identificado na tese. O título e o conteúdo do arquivo em pdf que o acompanha trazem a mais recente versão do Estatuto, aprovada na Convenção de 11 de dezembro de 2016, fato confirmado por Sánchez (12 dic. 2016). Todavia, o texto do Estatuto não traz indicação de data.

cumpre as normas estatutárias, as regulamentações e resoluções do partido ou comete atos que causam dano moral, político ou patrimonial ao partido (PI, 01 jul. 2013e, art. 39-40, 42-43).

A Convenção Nacional é o órgão máximo, sendo formada por convencionais escolhidos nas eleições primárias nacionais, com previsão de reunião ordinária anual[87]. Cabe a ela: a) determinar as orientações políticas e programáticas do partido, sua estratégia e seu plano de trabalho; b) estabelecer, por maioria absoluta de seus componentes e mediante voto secreto, as alianças políticas e eleitorais; c) designar os candidatos às eleições nacionais; d) aprovar as modificações totais ou parciais do Estatuto; e) aprovar o regulamento interno (PI, 01 jul. 2013e, art. 15-17).

Definir a data e a pauta da Convenção Nacional são prerrogativas da Junta Federal, mas é possível que novos pontos a ela sejam incorporados, desde que solicitados por, ao menos, 10% dos convencionais, 5% dos filiados ou duas Mesas Executivas Departamentais, com mais de 30 dias de antecedência em relação à data de realização da Convenção. Para permitir que este prazo possa ser cumprido, a pauta deve ser encaminhada a esses organismos com 50 dias de antecedência. Também é possível alterar a ordem ou incluir novos pontos na pauta durante a realização do evento, desde que haja o apoio da maioria absoluta dos convencionais no primeiro caso e de dois terços, no segundo (PI, 01 jul. 2013e, art. 19). A exceção é se se tratar de mudança do Estatuto, que só pode ser deliberada se constar na ordem do dia da Convenção Nacional (PI, 01 jul. 2013e, art. 44).

A Junta Federal é o órgão de condução partidária que atua no intervalo entre as sessões da Convenção Nacional, sendo composto por 68 membros, assim discriminados: a) 15 titulares da Mesa Executiva Nacional; b) os primeiros 15 suplentes da Mesa Executiva Nacional; c) um representante por departamento, totalizando 19, eleitos pelos convencionais nacionais de cada departamento; d) 19 membros, distribuídos proporcionalmente ao peso eleitoral do PI em cada departamento, conforme o desempenho obtido na eleição nacional imediatamente anterior (PI, 01 jul. 2013e, art. 20-21, 26).

[87] Há previsão de reunião extraordinária da Convenção, desde que: determinado pela Junta Federal por decisão da maioria absoluta de seus integrantes; solicitado à Junta Federal por 25% dos convencionais ou, em forma conjunta, por três Mesas Executivas Departamentais (PI, 01 jul. 2013e, art. 17). A Convenção extraordinária só pode tratar do tema que gerou a sua convocação (PI, 01 jul. 2013e, art. 19).

Ela deve se reunir ao menos três vezes por ano e possui um extenso rol de competências, dentre as quais se destacam aquelas relativas às atividades propriamente políticas, como: executar as decisões da Convenção Nacional; assumir a condução do partido de acordo com as orientações e estratégias ali definidas, inclusive no que tange a alianças políticas e eleitorais; avaliar a gestão da Mesa Executiva Nacional e dos representantes do partido em cargos executivos ou legislativos nacionais e departamentais; propor as linhas fundamentais da política eleitoral e dos programas eleitorais a serem submetidos à Convenção Nacional; coordenar os programas eleitorais departamentais de acordo com o nacional; designar os responsáveis e os integrantes das áreas de ação, de programas e de comissões de trabalho (PI, 01 jul. 2013e, art. 22-23).

A elas se somam competências de ordem prioritariamente administrativas, alusivas às atividades da legenda, caso de: aprovar os orçamentos e os balanços financeiros; criar a estrutura administrativa necessária para a ação partidária de acordo com o plano de trabalho aprovado pela Convenção Nacional; convocar eleições extraordinárias da Mesa Executiva Nacional (PI, 01 jul. 2013e, art. 22-23).

Por fim, a Mesa Executiva Nacional é formada por 15 membros titulares e o dobro de suplentes, eleitos diretamente pelos filiados, com voto secreto, com mandato de 30 meses. O sistema eleitoral adotado prevê circunscrição única nacional, fórmula proporcional e listas fechadas, hierarquizadas e bloqueadas, sendo proibido o mecanismo de acumulação por sublemas. O presidente e o secretário do partido são escolhidos dentre os membros da Mesa Executiva Nacional (PI, 01 jul. 2013e, art. 25-26, 36).

Uma das novidades incorporadas ao Estatuto na modificação realizada em 2016 é a possibilidade de a Convenção Nacional designar, se aprovado por maioria de dois terços dos membros presentes, o Presidente de Honra do PI, que pode participar com voz e voto das sessões da Mesa Executiva Nacional (PI, 01 jul. 2013e, art. 26 bis)[88].

A adesão à legenda se dá por meio da filiação, que exige que o pretendente tenha mais de 16 anos. É uma relação formal: demanda a apresentação do pedido

[88] Nessa mesma ocasião, como foi referido anteriormente, Hebert Gatto foi escolhido Presidente de Honra. A medida faz com que, na prática, a Mesa Executiva Nacional tenha 16 membros (15 eletivos e mais um indicado). Contudo, ele não tem assento na Junta Federal, pois esta é composta por um número discriminado de cadeiras – o que não ocorria na versão anterior –, sendo 15 reservadas aos titulares da Mesa Executiva Nacional.

de adesão às Mesas Departamentais (excepcionalmente, ele pode ser encaminhado diretamente à Mesa Executiva Nacional) e o compromisso por escrito com os princípios, o programa e a linha política do partido.

O pedido é apreciado pela Mesa Executiva Nacional (PI, 01 jul. 2013e, art. 5º e 6º), ou seja, passa pelo filtro das autoridades partidárias e, como tal, é passível de rejeição, de modo que só se agrega oficialmente ao PI quem a entidade permite que o faça.

O filiado pode participar de todas as instâncias internas: tem direito de voz e de voto nas discussões internas e em deliberações, como a definição de candidaturas; pode compor os órgãos partidários e ser indicado para concorrer em nome da legenda (PI, 01 jul. 2013e, art. 7º).

Há a previsão da existência de simpatizantes, categoria que compreende aqueles que têm entre 14 e 16 anos e/ou quem colabora de forma periódica com a legenda. Estes também precisam ser aprovados pela Mesa Executiva Nacional, mas não gozam dos direitos franqueados aos filiados e tampouco têm as obrigações que assistem a eles, como a contribuição monetária (PI, 01 jul. 2013e, art. 10).

Contudo, o Estatuto afirma que o partido é integrado por seus filiados e simpatizantes (PI, 01 jul. 2013e, art. 4º).

Além das diferenças já citadas, a comparação entre a versão original do Estatuto e a atual não registra modificações de fundo, mas revela o aprimoramento de algumas medidas, decorrentes da experiência fornecida pelo funcionamento do partido.

Assim, o tempo de espera para o início da Convenção Nacional ou das reuniões da Junta Federal, caso não atingido o quórum exigido para a 1ª chamada, reduziu-se de duas para uma hora (PI, 01 jul. 2013e, art. 18, 23; PI, [2002], art. 21, 26). Já o número de suplentes na Mesa Executiva caiu de três para dois por membro titular (PI, 01 jul. 2013e, art. 26; PI, [2002], art. 29).

Da mesma forma, passou a ser exigida a realização de, pelo menos, três reuniões anuais da Junta Federal, e não mais seis; e, no caso das Mesas Executivas Departamentais, uma por mês, ou seja, 12 por ano, ao invés de o mínimo de 10 (PI, 01 jul. 2013e, art. 23, 32; PI, [2002], art. 26, 35).

O número de membros da Junta Federal passou a ser discriminado (68, no caso) (PI, 01 jul. 2013e, art. 21; PI, [2002], art. 24); aumentou de 40 para 50 dias o

prazo de envio da pauta da Convenção Nacional pela Junta Federal para as Mesas Executivas Departamentais (PI, 01 jul. 2013e, art. 19; PI, [2002], art. 22).

Todas essas medidas indicam a intenção de facilitar o funcionamento dos diferentes órgãos do partido. Todavia, elas também revelam sutis mudanças que ampliam a autonomia dos líderes e aumentam o controle dos órgãos centrais sobre os equivalentes departamentais, o que é uma das marcas de um mapa do poder organizativo que pende a favor da coalizão dominante e de uma institucionalização mais centralizada (PANEBIANCO, 2005, p. 76-77).

A Junta Federal passou a ter a obrigação de se reunir menos vezes ao ano, o que reduz os momentos de decisão e torna mais espaçado o período em que a Mesa Executiva Nacional (e seu Presidente, em particular) pode tomar decisões sozinha, ainda que estas devam seguir as orientações da Junta. Em contrapartida, as Mesas Executivas Departamentais deverão fazê-lo mais vezes do que o anteriormente determinado, o que provoca o efeito contrário no caso do presidente departamental, que passou a ter mais possibilidades de ser controlado.

Algo semelhante ocorreu com a proposição de plebiscitos internos, um instrumento de democracia direta adotado pelo PI. Antes, ela era uma prerrogativa exclusiva de 25% dos filiados ou de um terço dos membros da Convenção Nacional. Agora, passou a ter como possíveis proponentes também a própria Convenção Nacional ou a Junta Federal. E foi eliminada a hipótese de que 10% dos convencionais e mais 10% dos filiados que não fossem membros da Convenção Nacional também tivessem tal prerrogativa (PI, 01 jul. 2013e, art. 37; PI, [2002], art. 40).

Desse modo, embora continue vigente a possibilidade de se utilizar esse mecanismo de plebiscito interno para impedir que determinadas decisões sejam tomadas pelos órgãos de cúpula, ele também passou a ser um instrumento que os órgãos de cúpula podem utilizar para tentar bloquear e/ou invalidar escolhas de maiorias circunstanciais.

Além disso, a versão anterior do Estatuto exemplificava quatro temas que poderiam ser objeto de plebiscito, pois afirmava que ele “versará sobre temas como”: política de alianças programáticas ou eleitorais; adoção de definições programáticas; adoção de decisões de caráter político; alienação de bens imóveis do partido. Ao ser redigido dessa forma, o texto deixava margem para que questões alheias a estas também pudessem ser plebiscitadas (PI, [2002], art. 41). A nova

versão é taxativa: somente poderão ser objeto de plebiscito os quatro temas que figuravam anteriormente, de modo que todos os demais estão excluídos (PI, 01 jul. 2013e, art. 38).

Outra das mudanças aparece no art. 1º, no qual constava: “el Partido Independiente es la organización política federal estructurada de conformidad a las normas contenidas en el presente Estatuto”. Na nova versão o termo “federal” foi suprimido (PI, 01 jul. 2013e, art. 1º; PI, [2002], art. 1º).

No art. 9º, que versa sobre as punições aos filiados, o texto se tornou mais detalhado. O original dizia:

> el afiliado que incumpla las normas estatuarias, las reglamentaciones y resoluciones del Partido o en general viole las obligaciones impuestas a los afiliados por el presente estatuto podrá ser sancionado por los órganos competentes, previa vista a los efectos de presentar descargos, y articular su defensa (PI, [2002], art. 9º).

A diferença está no fato de acrescentar que também é passível de punição o filiado que “cometa actos que causen un daño moral, político o patrimonial al Partido”, o que figurava no art. 46 da versão original como a ação que poderia ser objeto de investigação do Tribunal de Disciplina, assim como informava que o filiado pode, além de apresentar “descargo y articular su defensa”, “ofrecer prueba” (PI, 01 jul. 2013e, art. 9º).

Igualmente, há mudança na previsão da possibilidade de criar circunscrições eleitorais em um departamento para fins de eleição para a Convenção Nacional, a qual foi suprimida no novo Estatuto (PI, [2002], art.19). A competência da Convenção Departamental para decidir as alianças eleitorais no seu âmbito, o que significava plena autonomia, ganhou a determinação de ter “a supervisão da Junta Federal”, o que indica a restrição da possibilidade anterior (PI, 01 jul. 2013e, art. 28, d; PI, [2002], art. 31, d).

Foi especificado, ainda, que os membros da Convenção Departamental, assim como os da Nacional, serão eleitos de acordo com o estabelecido pelo art. 77, 12 e a disposição transitória W da Constituição e da legislação vigente, o que não constava na versão anterior (PI, 01 jul. 2013e, art. 27; PI, [2002], art. 27).

Por derradeiro, o processo de investigação de denúncias contra filiados e de elaboração das decisões por parte do Tribunal de Disciplina se tornou mais detalhado e passou a especificar procedimentos e prazos que devem ser cumpridos

tanto pelo organismo quanto pelo denunciado para realização de sua defesa ou para apelar contra a pena recebida.

A versão original dizia que o Tribunal atuaria, quando provocado, por meio de denúncias fundamentadas apresentadas contra filiados. Na atual, ele também pode agir de ofício, o que amplia em muito o seu poder, e o rol de ações passíveis de investigação passou a se referir a todas as constantes no art. 9º, quando até então estava circunscrito à produção de dano moral, político ou patrimonial ao partido (PI, 01 jul. 2013e, art. 43; PI, [2002], art. 46).

Como será indicado a seguir, supõe-se que esta não foi uma mudança realizada em abstrato, mas diretamente relacionada a episódio que o partido vivenciou com as lideranças do departamento de Salto.

A experiência do PI, verificável por meio do estatuto e principalmente pelas mudanças estatutárias, indica a intenção por parte da coalizão dominante de atribuir um alto grau de sistematicidade ao partido e de ampliá-lo ao longo do tempo, de modo a reduzir as possibilidades de decisões autônomas, seja dos órgãos nacionais (Convenção, Junta e Mesa Executiva), seja das subunidades (Convenção e Mesas Executivas departamentais), especialmente no que tange às estratégias eleitorais. Consequentemente, a de atribuir mais mecanismos de monitoramento por parte da direção central e, se for o caso, de aplicar punições para preservar a sua autoridade.

Para que essa afirmação não se sustente apenas em uma interpretação da norma escrita, o que a torna especulativa, é relevante que seja confrontada com a realidade empírica, o que se procura realizar a seguir.

Um primeiro episódio a agregar é o do ingresso de Conrado Ramos no PI, pois ele ajuda a produzir evidências sobre a intenção de a coalizão dirigente fortalecer a sua condição de mando.

Antes de se vincular ao PI, Ramos havia atuado como um quadro de destaque no governo da FA, embora nunca tivesse concorrido a qualquer cargo eletivo. Ele atuara como subdiretor do Escritório de Planejamento e Orçamento (OPP, sigla em espanhol) nas gestões de Vázquez e de Mujica, cargo cobiçado em um estratégico órgão de Estado, que pode ser considerado equivalente ao de segundo escalão, logo abaixo ao posto de ministro (ou de Diretor do OPP, no caso).

Por desavenças com o partido, ele pediu demissão no primeiro ano do governo Mujica (agosto de 2010) e retornou às atividades como docente na Udelar. Em maio de 2013, ele anunciou a adesão ao PI, o que mereceu atenção da mídia

(CONRADO..., 07 mayo 2013; SÁNCHEZ, 07 mayo 2013). Porém, até então, ele não tinha afinidade com o partido, como declarou em uma entrevista concedida ao jornalista César Bianchi (05 agosto 2014): “yo no le había prestado atención al PI antes, porque tendemos a darle bola a los más grandes”.

Em abril de 2014, menos de um ano depois de ter chegado ao PI, ele foi indicado por unanimidade pela Mesa Executiva Nacional como o candidato a Vice-presidente da República (MIERES, 22 abr. 2014). Além disso, foi incluído como segundo nome na lista de candidatos ao Senado, o que o colocava como 1º suplente de Mieres, seu companheiro na chapa presidencial, caso o PI obtivesse a tão sonhada cadeira de senador – o que conseguiu, como se sabe – ou mesmo como um quadro preferencial, na improvável hipótese de o partido alcançar uma segunda vaga. De qualquer modo, na condição de suplente, atuou no Senado em alguns impedimentos do titular.

Para além de suas credenciais e de suas qualidades técnica que o aproximam de um perfil que o partido valoriza em seus quadros de maior projeção – doutor em Ciência Política, professor universitário, com foco de atuação na administração pública, ex-filiado e agora crítico da FA[89] –, a adesão e a rápida ascensão que ele alcançou no PI só se justificam porque era do interesse da coalizão dominante que isto acontecesse, especialmente do presidente Mieres[90]. E a condição de efetivar esta intenção com aparente facilidade é um sinal do domínio que essa coalizão exerce no partido, notadamente em seus órgãos internos, como a Mesa Executiva e a Convenção Nacional. O caso parece fazer eco ao escrito de Panebianco (2005, p. 113):

> Num partido com forte institucionalização, justamente devido ao caráter coeso da sua coalizão dominante, o recrutamento das elites tende a se realizar de forma *centrípeta*. Uma vez que há no partido um ‘centro’ forte, uma coalizão dominante coesa, que monopoliza as zonas de incerteza e, por conseguinte, a distribuição dos incentivos, há geralmente uma única

[89] Este aspecto será aprofundado na sequência do texto.

[90] Ramos declarou que aderiu ao PI após ter sido procurado por Mieres, que apresentou as propostas do partido (BIANCHI, 05 agosto 2014). Há um episódio de solidariedade que ele recebeu do PI e que, possivelmente, tenha ajudado nesta aproximação: em novembro de 2012, ele e outros foram indicados pela FA como assessores no INAU, mas apenas o nome dele teria sido vetado por Mujica, decisão que mereceu o voto contrário e isolado de Dardo Rodríguez, o representante do PI neste organismo (SÁNCHEZ, 07 maio 2013). Rodríguez pode tê-lo feito por discordar da decisão do Presidente, para fustigar politicamente o governo ou porque Ramos já estivesse no radar do partido. De qualquer forma, o episódio permitiu a aproximação entre ambos. Outras razões, de ordem programática, foram por ele alegadas em: Ramos (12 mayo 2013).

> possibilidade de emergir dentro do partido: *fazer-se cooptar pelo centro* [grifado em itálico no original].

Porém, o mesmo autor lista como uma tendência da institucionalização fraca que haja certa descontinuidade na participação, com mais facilidade para integrações horizontais, o advento de carreiras rápidas, com ingresso diretamente nos níveis alto ou médio-alto – o que corresponde ao caso de Ramos –, enquanto em partidos com institucionalização forte há o predomínio de integrações verticais, em que o pretendente ascende lentamente, após demonstrar a lealdade e a dedicação ao partido (PANEBIANCO, 2005, p. 115).

O episódio do ingresso de Ramos demonstra o *continuum* e a complexidade com que os casos concretos desafiam os modelos explicativos. De um lado, revela a fraca institucionalização do PI, ainda permeável a entradas laterais e a que novatos passem a ocupar postos de destaque. De outro, aponta para a pujança da coalizão dominante, características associada à institucionalização forte, pois ele atingiu este posto não pela força exercida sobre o partido por organizações externa às quais estava vinculado, e sim porque tinha a sustentação dessa coalizão, que pretendeu incluí-lo em cargos de relevância política, pois supunha que poderia fortalecer o partido e, portanto, atendia expectativas da própria coalizão dominante.

Um segundo episódio que aponta para o mesmo sentido é a mudança estatutária aprovada em 2016 que criou o cargo de Presidente de Honra, imediatamente atribuído a Hebert Gatto. Assim como Ramos (e também Mieres), ele tem o título acadêmico de doutor, exerceu a função de docente universitário na área de Ciência Política, teve militância prévia na esquerda (PGP e nos dois NE) e, como já foi indicado no capítulo 1, cultiva uma visão crítica da FA, na qual também atuou quando o PGP a ela estava vinculado.

A iniciativa da homenagem também foi da coalizão dominante, novamente por meio de Mieres, tendo sido acatada pelo Plenário Nacional. Mas ela encontrou resistência e provocou uma cisão: o Movimento dos Comuns (MC)[91], que atuava

[91] Trata-se de um pequeno grupo político existentes desde 1999 e que atuou associado à União Cívica nas eleições de 1999 e de 2004. Rompeu com ela por discordar da aliança que esta fez com os *blancos* para a eleição de 2009, vindo a se aliar desde 2008 ao PI, tendo apresentado lista de candidatos própria. O MC declarou que "es así que se llega al Partido Independiente, por ser este menos liberal [que o PN] y estar más cerca de nuestra ideología. En dicho acuerdo el MC mantiene su ideología, sus principios, toma sus propias decisiones, emite sus comunicados, mantiene sus colores, sus símbolos, presenta sus propios candidatos y cuenta con total independencia económica". Desse modo, o acordo com o PI não implicou adesão formal ao partido. O sublema do MC ao Senado obteve 3,3% dos votos atribuídos a algum sublema do PI em 2014 e 4,27% em 2009 (URUGUAY.

associado ao partido, não aceitou esta mudança, considerando-a “unilateral” por parte do PI e rompeu a aliança ainda no mesmo ano (MC, 2017).

A terceira ocorrência mostra a disposição da coalizão dominante de impor sua autoridade frente a “rebeldes”, isto é, aqueles que não obedecem e/ou questionam as decisões, ainda que o resultado seja o enfraquecimento do partido e, aparentemente, traga uma perda para a instituição.

Ela ocorreu em setembro de 2017, quando três lideranças do departamento de Salto, que haviam sido fundadoras do partido, deixaram a legenda e arrastaram com elas mais 76 filiados, o que é um quantitativo significativo para um diretório departamental e, principalmente, para o tamanho presumido do PI nesta localidade (QUIEBRE..., 21 sept. 2017)[92].

O rompimento foi o último episódio de uma série de diferenças que vinham ocorrendo entre essas lideranças e a coalizão dominante nacional, já que elas se encontravam suspensas por três anos, em razão de decisão do Tribunal de Disciplina decorrente de problemas ocorridos nas eleições internas de 2016.

Ao anunciarem que deixavam a legenda, os dissidentes dispararam contra Mieres:

> ante esto y un sinfín de desencuentros de tinte dictatorial por parte de quienes pregonan libertad de expresión, democracia, federalismo y confrontación de ideas; ante la soberbia, ante la imposición de todo lo contrario a los estatutos partidarios nos manifestamos obteniendo como respuesta la sanción sin chances de defender nuestra posición (EN SALTO…, 22 sept. 2017)[93].

Na resposta, Mieres explicou as razões da punição e adotou o mesmo tom duro dos “rebeldes”:

> ‘Ellos integraban una agrupación, la comisión electoral acordó con ellos y con los demás la fecha de la elección [interna] y una semana antes pretendieron cambiarla. Se les dijo que no, no votaron y quedaron afuera de la Mesa Ejecutiva. A partir de ahí empezaron a salir a los medios a insultar. Dimos pase al tribunal de disciplina y este determinó que estuvieran suspendidos por tres años. Ahora, después de que eso ocurrió, resuelven irse y me parece bien’, expresó. […] ‘Hace tiempo que no tenemos diálogo

---

CORTE ELECTORAL, 2017k, 2017l). Após o rompimento com o PI, eles se vincularam ao PERI, legenda pela qual pretendem participar do próximo ciclo eleitoral (2019-2020) (MC, 2017).

[92] Na eleição de 2015, o PI somou 732 votos neste departamento. Logo, os dissidentes correspondiam a mais de 10% do total de votos obtidos na localidade (URUGUAY. CORTE ELECTORAL, 2017n).

[93] A declaração é de Marisel Calfani, que foi candidata a intendente pelo PI em todas as eleições de que o partido participou (2005, 2010 e 2015).

> con ellos, porque si te insultan, te dicen cualquier cosa en los medios [...] Todo tiene un límite y el partido tiene criterio de respeto para el funcionamiento interno que si no se cumple no se acepta que funcione', agregó (EL PI…, 22 sept. 2017).

Independentemente das minúcias do caso e das motivações dos atores envolvidos, o que a tese quer destacar está na frase final de Mieres, a qual remete diretamente a um partido institucionalizado, com um mapa organizativo coordenado por um centro, composto por uma coalizão dominante coesa e estável, que faz valer as suas regras internas, especialmente quando elas implicam reafirmar a sua força e coibir lideranças de subunidades que não se dispõem a obedecer. Como resume Panebianco (2005, p. 108),

> um partido que experimentou um forte processo de institucionalização é uma organização que limita drasticamente as margens de manobra dos agentes internos. A organização se impõe aos agentes, canalizando suas estratégias por vias estreitas e obrigatórias.

Muito provavelmente, a mudança estatutária realizada em 2016 que explicitou a possibilidade – anteriormente latente – de o poder central supervisionar (e modificar, se for o caso) as decisões dos órgãos departamentais ocorreu em decorrência do episódio da punição aos líderes de Salto. Não se tem evidências que confirmem esta assertiva, tampouco que permitam afirmar que tenha sido apenas este episódio quem a motivou, apenas indícios que a tornam plausível.

2.2.2 A Expansão por penetração da organização

Outro campo em que se podem buscar indícios sobre a institucionalização do PI é verificar o quanto ele conseguiu avançar no processo de penetração, espalhando-se pelo território uruguaio e deixando de ser fundamentalmente uma organização concentrada em Montevidéu, situação que ostentava ao surgir e que foi diagnosticada na seção precedente.

Para analisar este quesito, há várias possibilidades de construção de indicadores e a pesquisa pretende se servir de algumas delas. A primeira é a retomada do procedimento realizado anteriormente: utilizar o número de departamentos em que o partido lançou candidato a intendente, aplicando-o agora ao conjunto das três eleições subnacionais que o PI já disputou (2005, 2010, 2015).

O pressuposto se mantém o mesmo de antes: a quantidade de departamentos em que ele conseguiu concorrer é tomado como indicador da organização que atingiu na localidade e, se não o fez, como sinal de que não está organizado nessa região ou possui um grau de desenvolvimento ainda muito incipiente e que não permitiu participar da disputa eleitoral.

Como o PI acumula participação consecutiva em três pleitos, supõe-se que a quantidade de departamentos cresceu, refletindo o avanço organizacional em direção ao interior do país e, consequentemente, a sua maior nacionalização – penetração, na linguagem de Panebianco (2005).

Quadro 8 – Candidatos a intendente apresentado pelo PI e votação que eles obtiveram (Uruguai, 2005-2015)

Departamento	Candidaturas (N)	Faixa de votação*		
		2005	2010	2015
Artigas	1	-	1	-
Canelones	3	2	3	3
Cerro Largo	Zero	-	-	-
Colonia	Zero	-	-	-
Durazno	3	2	2	2
Flores	1	-	2	-
Florida	1	-	-	3
Lavalleja	3	2	1	1
Maldonado	3	3	2	2
Montevidéu	3	3	3	1
Paysandú	1	2	-	-
Río Negro	1	-	-	2
Rivera	2	-	1	1
Rocha	2	-	1	3
Salto	3	1	2	2
San José	3	1	1	3
Soriano	2	2	1	-
Tacuarembó	Zero	-	-	-
Treinta y Tres	1	-	1	-

Fonte: URUGUAY. CORTE ELECTORAL (2017i, 2017m, 2017n); BUQUET (2005b, p. 350-358)
* O traço indica que não concorreu; Faixa de Votação - 1 (até 0,7%); 2 (0,71% a 1%); 3 (1,01% a 1,5%).

A basear-se nas informações trazidas pelo Quadro 8 e no pressuposto interpretativo, a expansão organizacional do PI avançou razoavelmente pouco desde a sua fundação. E, tão significativo quanto, este avanço seguiu um ritmo errático.

Na sua eleição de estreia, em 2005, ele havia lançado candidato em nove departamentos, ou seja, em menos da metade dos 19 existentes no país. Cinco anos depois, confirmando a expectativa da ampliação na organização de diretórios e na estruturação no interior do país, ampliou este contingente para 13 e passou a

atingir 68,4% dos departamentos do país. Porém, em 2015, deixou de ter candidato em dois, atingindo a apresentação em 11, correspondentes a 57,9% do conjunto.

Em uma visão geral, verifica-se que, no intervalo de 10 anos ou de três pleitos, o PI conseguiu articular uma organização no país que lhe permitiu participar das eleições subnacionais em menos de 60% dos departamentos, tendo apresentado um saldo acumulado de acrescer somente duas unidades subnacionais desde a sua estreia nas urnas.

O fato de, entre 2015 e 2010, ele ter deixado de concorrer em dois departamentos aponta para outro fenômeno, não cogitado no pressuposto: o de que o lançamento de um candidato pode ser apenas circunstancial e/ou que a organização alcançada em um determinado departamento pode não se sustentar no tempo e o avanço pelo território por penetração sofrer revezes – questão para a qual Panebianco (2005) já havia alertado e que Bolleyer (2013, p. 25) abrange por meio do indicador persistência. No caso, trata-se da ausência de persistência, isto é, a perda da organização institucional.

Para que se tenha uma medida de comparação, pode-se citar o caso da Assembleia/Unidade Popular, também ela um pequeno partido e que debutou nas eleições departamentais em 2010. Nessa ocasião, lançou candidato em 15 departamentos, um patamar que o PI até hoje não atingiu. Em 2015, na sua segunda competição subnacional, aumentou o contingente para 18, de modo que ainda não participou da disputa em apenas um dos departamentos do país (Rivera).

Os resultados eleitorais alcançados pelas candidaturas da Assembleia/Unidade Popular, contudo, são semelhantes aos do PI, o que será apreciado a seguir[94].

Há de se considerar, ainda, a votação obtida pelas candidaturas apresentadas. Os avanços do PI também são discretos neste quesito: nunca um candidato a Intendente ultrapassou a barreira de 1,5% dos votos válidos, mesmo em Montevidéu, onde o desempenho do partido tem sido mais destacado. Consequentemente, ele não elegeu nenhum edil departamental[95].

---

[94] A Assembleia/Unidade Popular não elegeu nenhum edil departamental e nas 23 eleições em que concorreu com o PI, foi superada em 19 vezes, tendo feito mais votos em quatro (Rocha 2010, Artigas 2010, Montevidéu 2015 e Durazno 2015). Mas uma das 33 candidaturas a intendente da Assembleia/Unidade Popular (Paysandú 2015) obteve 1,62% dos votos válidos e superou a mais alta performance do PI (URUGUAY. CORTE ELECTORAL, 2017m, 2017n).

[95] Como indicado no Capítulo 1, nota 179, todas são compostas por um número fixo de membros (31). O limiar de representação é semelhante ao do Senado: em torno de 3,2% dos votos. Entretanto,

O desempenho mais comum desses candidatos é obter até 1% dos votos válidos, atingido por de 63,6% a 84,6% deles (sete em nove; 11 em 13; sete em 11, respectivamente em 2005, 2010 e 2015). Apesar disto, no pleito mais recente, o PI conseguiu dobrar o número de candidatos que obtiveram mais de 1% dos votos, passando de dois para quatro – o que não significa muito diante de resultados globalmente pouco expressivos.

Não há um padrão sustentado de desempenho acima de 1% por departamento – considerando o discreto patamar do PI, bem entendido –, pois ele não se repetiu nas três eleições em nenhum deles. Em 2005, os candidatos que ultrapassaram esse patamar foram os de Montevidéu e de Maldonado. Em 2010, os de Montevidéu e de Canelones. Em 2015, os de Canelones, Florida, Rocha e San José.

Em outros termos: no pleito mais recente, ele perdeu a “competitividade” que tinha apresentando na capital em 2005 e em 2010, sustentando-a tão somente em Canelones. De qualquer forma, a melhor performance de candidato a Intendente foi 1,5% dos votos válidos, tendo ocorrido em Montevidéu em 2005 e em 2010.

---

como vigora a garantia de obtenção da maioria absoluta de cadeiras ao partido do Intendente eleito, caso ele não a alcance nas urnas, na prática, esta cláusula de barreira pode se tornar mais alta.

Figura 6 – Divisão político-administrativa do Uruguai

Fonte: OTRA... (2017)

Por fim, pode-se observar a distribuição geográfica dessas candidaturas a Intendente. Há três departamentos em que o PI jamais apresentou candidato: Cerro Largo, Tacuarembó e Colonia. Embora os dois primeiros sejam vizinhos e pertençam à área não litorânea do país, inexiste uma orientação geográfica que possa explicar tal situação, pois estão localizados respectivamente nas regiões Leste e Centro[96], enquanto Colonia está bem distante deles, localizada na região Sul, compondo a "meia lua" na qual está concentrada mais de 70% da população uruguaia[97].

Em contrapartida, em outros sete departamentos houve uma rápida organização, pois ele lançou candidato já em 2004, a qual se manteve nos pleitos

[96] O Uruguai não tem uma divisão formal em regiões, apenas em departamentos. A utilizada pela tese é a proposta de Tessore e De los Campos apud Yagüe; Díaz-Puente (2008), sendo formada por: Norte (Artigas e Salto); Litoral (Paysandú, Río Negro, Soriano); Sul (Colonia, San José, Canelones, Montevidéu, Maldonado); Centro (Tacuarembó, Durazno, Flores, Florida, Lavalleja), Leste (Rocha, Treinta y Tres, Cerro Largo, Rivera). Para uma visão sobre várias propostas do gênero, ver: Yagüe e Díaz-Puente (2008).

[97] Compreende de Nueva Palmira, no departamento de Colonia, a Chuy, no extremo de Rocha, na fronteira com o Brasil. A metáfora está em: Arregui (22 sept. 2016).

seguintes, de forma que sempre apresentou pretendente ao executivo: Montevidéu, Canelones, Maldonado, San José[98], Lavalleja, Durazno e Salto[99]. Os cinco primeiros estão próximos geograficamente, compondo um grande entorno à capital Montevidéu (regiões Sul e Centro). Durazno é um departamento no Centro do país. Já Salto se localiza na região Norte, distanciado de todos os demais.

Há os departamentos em que não houve o lançamento de candidato em 2005, o que ocorreu nos dois pleitos seguintes, a indicar um diretório que foi criado em um segundo momento e que tem se mantido desde então. Este é o caso de Rivera e de Rocha, ambos departamentos da região Leste, mas colocados nos extremos opostos dessa região, um ao norte e o outro ao sul.

Algo semelhante aconteceu em Florida (Centro) e em Río Negro (Litoral), na eleição mais recente, ocasião em que, pela primeira vez, o PI apresentou candidato a Intendente nessas localidades, embora ainda não seja possível saber se o diretório se sustentará.

Em síntese, têm-se cinco departamentos em que o PI se desinstitucionalizou, casos de: Paysandú (Litoral), em que teve candidato apenas em 2005; Artigas (Norte), Flores e Treinta y Tres (ambos no Centro), no qual lançou candidato em 2010, a indicar que conseguiu articular uma organização na passagem do primeiro para o segundo pleito, mas ela não permaneceu até o terceiro. O caso mais sintomático dessa desinstitucionalização está em Soriano (região Litoral), departamento em que o PI teve candidatura em 2005 e em 2010, mas não em 2015, ou seja, manteve-a durante mais tempo e, aparentemente, desarticulou-se ou, se ainda articulado, ela não era suficiente forte para participar do pleito.

Outro caminho é analisar o desempenho que o PI apresentou nos departamentos nas eleições presidenciais, ou seja, a votação que ele obteve em cada departamento em 2004, 2009 e 2014. Este não é um indicador do avanço da organização no território do país, mas a depender dos resultados, pode fortalecer o que foi verificado anteriormente.

---

[98] Na eleição de 2010, este departamento foi o único em que o PI lançou mais de um candidato a Intendente (dois, no caso).

[99] Em 2015, foi o único departamento em que o PI lançou mais de um concorrente (dois), em razão do conflito comentado anteriormente. Além de Marisel Caffani, que deixou o partido em 2017, concorreu Darwin Monzón.

Quadro 9 – Votação obtida pela candidatura presidencial do PI nos departamentos (Uruguai, 2004-2014)

Departamento	Faixa de votação*		
	2004	2009	2014
Artigas	1	2	2
Canelones	4	6	6
Cerro Largo	1	2	2
Colonia	4	5	6
Durazno	3	5	5
Flores	2	3	4
Florida	3	5	6
Lavalleja	4	5	6
Maldonado	6	6	6
Montevidéu	6	6	6
Paysandú	1	4	4
Río Negro	1	4	5
Rivera	1	3	3
Rocha	3	4	6
Salto	1	3	5
San José	3	4	6
Soriano	2	3	5
Tacuarembó	1	3	4
Treinta y Tres	3	3	3

Fonte: URUGUAY. CORTE ELECTORAL (2017j, 2017k, 2017l)
* 1 (até 0,7%); 2 (0,71% a 1%); 3 (1,01% a 1,5%); 4 (1,51% a 2%); 5 (2,01% a 2,5%); 6 (acima de 2,5%).

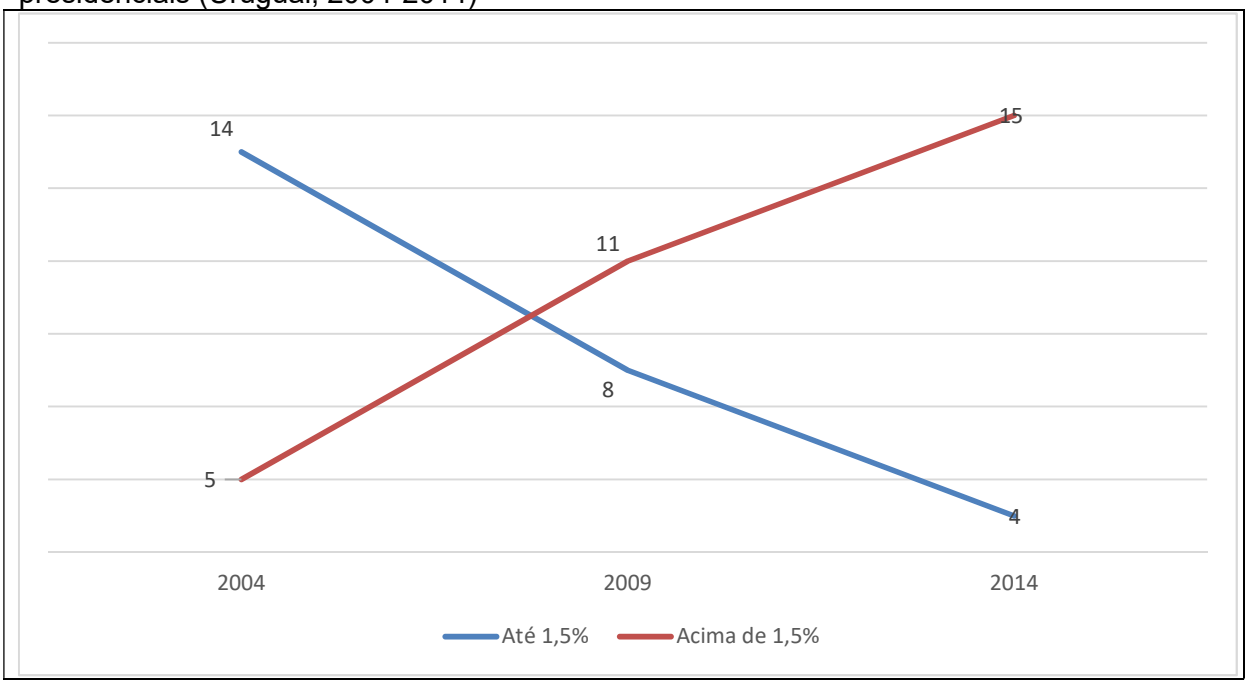
O procedimento adotado foi o seguinte: a votação obtida pela candidatura presidencial do PI em cada departamento foi discriminada em uma escala numérica[100], com vistas a enquadrar os 19 departamentos, em cada eleição, e verificar quais pontos dessa escala estão mais povoados.

Como a votação do partido tem sido crescente, a expectativa é que, a cada pleito, haja cada vez menos departamentos inseridos nos estágios mais baixos e, consequentemente, cada vez mais registros nos estágios correspondentes aos de maior votação.

É o que o Quadro 9 demonstra: em 2004, havia sete departamentos em que a votação do candidato presidencial estava na faixa 1, equivalente à obtenção de até 0,7% dos votos válidos, o que já não ocorre em nenhum caso a partir de 2009. Em se tratando da faixa 6, que indica a obtenção de mais de 2,5% dos votos válidos, em apenas dois departamentos essa marca foi atingida em 2004, o que passou para três em 2009 e para oito em 2009.

[100] Ela é a mesma utilizada anteriormente, com o acréscimo das faixas 4 a 6, criadas para contemplar o crescimento da votação do PI.

Gráfico 13 – Número de departamentos por faixa de votação do PI nas eleições presidenciais (Uruguai, 2004-2014)



Fonte: URUGUAY. CORTE ELECTORAL (2017j, 2017k, 2017l)

Pode-se simplificar o Quadro 9, sintetizar as seis faixas em apenas duas (até 1,5% dos votos, correspondente às bandas 1 a 3, e acima de 1,5%, correspondentes às de número 4 a 6) e apresentar apenas o quantitativo de departamentos inseridos em cada uma delas, conforme a eleição.

O resultado, visualizado no Gráfico 13, permite a compreensão bem mais imediata do cenário em análise. As tendências são nítidas e constantes nos três pleitos estudados: a quantidade de departamentos correspondentes à faixa superior triplicou entre 2004 e 2014, tendo passado de cinco para 15, enquanto a faixa inferior caiu de 14 departamentos para quatro.

Outra alternativa da análise é oferecida pela Tabela 12, apresentada logo abaixo. Ela traz a contribuição percentual de cada departamento no total da votação do candidato presidencial do PI, nas três eleições já realizadas, assim como o percentual de votante do país que correspondia a cada departamento nos mesmos eventos.

Tabela 12 – Participação relativa dos departamentos na votação do PI e no total de votantes nas eleições presidenciais (Uruguai, 2004-2014)

Partido	Votação do PI			% de votantes		
	2004	2009	2014	2004	2009	2014
Artigas	0,4	0,7	0,9	2,3	2,3	2,3
Canelones	12,6	13,8	14,8	13,7	14,1	14,6
Cerro Largo	0,7	1,1	1,2	2,7	2,7	2,7
Colonia	3,7	3,7	3,5	4,0	4,0	4,0
Durazno	1,1	1,5	1,4	1,8	1,9	1,9
Flores	0,4	0,4	0,5	0,8	0,9	0,9
Florida	1,7	2,0	2,1	2,3	2,2	2,2
Lavalleja	1,9	1,8	1,6	2,1	2,0	2,0
Maldonado	6,4	5,5	5,3	4,4	4,7	5,0
Montevidéu	60,8	54,5	52,2	41,4	40,3	39,2
Paysandú	1,2	2,5	2,1	3,5	3,5	3,5
Río Negro	0,6	1,1	1,1	1,6	1,7	1,7
Rivera	0,8	1,3	1,4	3,2	3,2	3,3
Rocha	1,3	1,5	2,0	2,3	2,3	2,3
Salto	1,2	2,2	2,9	3,7	3,8	3,8
San José	1,9	2,4	2,7	3,1	3,1	3,2
Soriano	1,4	1,6	1,9	2,7	2,7	2,8
Tacuarembó	0,9	1,7	1,7	2,9	2,9	3,0
Treinta y Tres	1,0	0,8	0,7	1,6	1,6	1,6
Total	**100**	**100**	**100**	**100,1**	**99,9**	**100**

Fonte: URUGUAY. CORTE ELECTORAL (2017j, 2017k, 2017l)

Os resultados seguem a orientação imaginada. Em 2004, quando fez 1,9% dos votos no país, em apenas cinco dos 19 departamentos o PI superou 1,5% dos votos, com destaque a Montevidéu, que já estava no ponto mais alto da escala (acima de 2,5%), e que, pelo seu peso eleitoral, contribuiu significativamente para a votação geral e compensou o desempenho singelo obtidos nos demais departamentos.

Cinco anos depois, acompanhando o crescimento da votação do PI, ele obteve mais de 1,5% dos votos na maioria dos departamentos (11). Na eleição mais recente, a maioria de departamentos em que o PI obteve mais de 1,5% dos votos se tornou mais robusta (15) e aqueles com votação abaixo deste patamar são residuais (quatro).

Pode-se observar a ampliação da votação nos departamentos por meio de um indicador ainda mais simples disponibilizado pela Tabela 12: a quantidade deles que aumentaram a participação relativa no total de votos obtidos pelo partido na comparação das eleições de 2014 em relação a 2009 e desta em relação a de 2004.

Verifica-se que a votação do PI está concentrada em Montevidéu, sempre responsável por mais de 50% do total. Em 2004, ele respondeu por 60,8% da

votação total, tendo reduzido sua participação para 54,5% em 2009 e para 52,2% em 2014.

Ao mesmo tempo, observa-se que quatro localidades concentram significativamente a votação – embora tenham patamares bem diferentes entre si. Ao se somar aquelas obtidas em Montevidéu, Canelones, Maldonado e Colonia alcança-se, respectivamente, 83,5% (2004), 77,5% (2009) e 76,3% (2014).

Como outro lado da mesma moeda, a votação nos demais 16 departamentos é residual – não alcançando 3% em nenhum deles, em nenhum pleito. Contudo, a soma dos quatro mais votados tem se reduzido, a indicar que a concentração é cada vez menos intensa.

Tabela 13 – Variação da participação relativa dos departamentos na votação do PI nas eleições presidenciais (Uruguai, 2014-2004)

Participação relativa	2009-2004	2014-2009	Total
Aumentou	13	10	**23**
Igual	2	2	**4**
Diminuiu	4	7	**11**
Total	**19**	**19**	**38**

Fonte: URUGUAY. CORTE ELECTORAL (2017j, 2017k, 2017l)

Esta tendência é demonstrada pela Tabela 13: a maioria (60,5%) dos departamentos ampliou a sua contribuição para a votação do PI, havia 13 casos em 2009 e 10 em 2014 (68,4% e 52,6%). O fato de Montevidéu, o departamento com a maior participação relativa, ter perdido espaço na comparação dos dois últimos pleitos com os anteriores auxiliou significativamente para este cenário.

O resultado desse movimento também pode ser diagnosticado por dados fornecidos por Selios (2016), relativos ao grau de nacionalização dos partidos uruguaios nas eleições presidenciais.

O PI deixou de ser uma legenda exclusivamente das áreas metropolitanas e mais desenvolvidas do país, no caso os departamentos de Montevidéu e de Canelones: em 2004, ele apresentava índice de 0,685, o qual avançou para 0,795 em 2009 e alcançou 0,813 em 2014. Este é um patamar elevado e aproximado ao que o tradicional PC apresentou na mesma oportunidade (0,856). Ainda assim, ele está abaixo do alcançado por PN e FA, o que não chega a surpreender, considerando-se o tempo de trajetória desses dois partidos em relação ao do PI.

Tabela 14 – Comparação da participação relativa dos departamentos na votação do PI com a participação relativa dos votantes nas eleições presidenciais (Uruguai, 2004-2014)

Votos no PI/votantes	2004	2009	2014	Total
Menor	17	17	16	**50**
Maior	2	2	3	**7**
Total	**19**	**19**	**19**	**57**

Fonte: URUGUAY. CORTE ELECTORAL (2017j, 2017k, 2017l)

Outro cálculo que pode ser apresentado, como o faz a Tabela 14, é levar em consideração a contribuição percentual de cada departamento na votação obtida pelo PI nas eleições presidenciais e compará-la com a participação relativa desses mesmos departamentos no conjunto de votantes do país, informação trazida pela Tabela 12. A intenção é verificar se há equilíbrio nessa relação.

Os dados são contundentes: o percentual de votos obtidos pelo PI na ampla maioria dos departamentos é menor em comparação ao percentual de votantes dessas localidades no país (17-16 ou 89,5%-84,2%). Em outros termos: proporcionalmente, o PI faz menos votos do que seria presumível na quase totalidade dos departamentos. As exceções são: Montevidéu e Maldonado (em todos os pleitos), mais Canelones (apenas em 2014), localidades em que o PI tem uma participação acima da esperada.

Se, no caso anterior, a macrocefalia de Montevidéu contribuiu decisivamente para que, em termos relativos, o PI amplie a sua votação na maioria robusta dos departamentos, neste a motivação é a mesma, mas produz o efeito inverso. Isto é, faz com que o PI seja menor do que o esperado na maioria das localidades, considerando o tamanho eleitoral de cada departamento.

Tabela 15 – Comparação entre percentual de votação para Presidente nos departamentos e percentual de votação para intendente, obtidas pelo PI (Uruguai, 2004-2015)

Presid./Intendente	2004-05	2009-10	2014-15	Total
Maior	17	19	19	**55**
Menor	2	0	0	**2**
Total	**19**	**19**	**19**	**57**

Fonte: URUGUAY. CORTE ELECTORAL (2017i, 2017j, 2017k, 2017l, 2017m, 2017n)

Por fim, a Tabela 15 compara esses dados sobre a votação nos departamentos alcançada pelo partido nas eleições presidenciais com aqueles relativos ao número de candidatos a intendente do PI e o desempenho deles –

lembrando que se tratam de ciclos eleitorais, nos quais os pleitos são disputados com pouco mais de seis meses de diferença (2004-05, 2009-10, 2014-15). O procedimento é simples: compara o posicionamento na escala dos departamentos que figuram nos Quadros 8 e 9[101].

Há uma nítida preponderância da candidatura presidencial. Esta supera o desempenho dos candidatos a intendente em todas as 57 medições, com exceção de duas, relativas aos departamentos de Paysandú e de Salto no primeiro ciclo eleitoral (2004-2005).

Sabe-se que esta comparação não é totalmente adequada, pois a campanha para Presidente, que é fortamente mediatizada, não necessita necessariamente de uma infraestrutura local para captar votos (embora, em teoria, ela seja desejável, pois se supõe que ajude no processo de obtenção de votos[102]). Já a para Intendente é dependente da existência da infraestrutura local, pois é muito mais direta e presencial, especialmente nas localidades do Uruguai profundo, o que se verifica pela quantidade de departamentos em que o PI sequer conseguiu lançar candidato.

Da mesma forma, em teoria, as lógicas seguidas pelos eleitores nessas duas instâncias são distintas: na disputa presidencial, ele pode obedecer a questões macro e incluir um leque mais amplo de temáticas, enquanto a departamental está mais condicionada às demandas locais. Ao mesmo tempo, a disputa departamental oferece mais opções de escolha, já que cada partido pode lançar até três candidatos – o que produz efeito para atrair o eleitor, especialmente no caso dos principais partidos[103] –, situações que tornam mais possível (ou menos improvável) o voto em candidaturas menos competitivas na eleição presidencial.

A simples apliação do modelo de voto estratégico de Cox (1997) mostra que o leque de opções é maior na eleição presidencial: esta contempla a possibilidade de 2º turno, de modo que os concorrentes viáveis são três no 1º turno (Magnitude 2 +

---

[101] Quando ambos estão na mesma faixa, verifica-se o percentual efetivo de votos obtidos em cada situação, ambos com vistas a enquadrá-los nas categorias polares: votação para Presidente maior ou menor do que a obtida para intendente.

[102] Alternativamente, essa estrutura pode ser um comitê de apoio à candidatura, sem estar necessariamente vinculado a uma organização efetiva do partido na localidade. De qualquer modo, é mais fácil ela ser registrado no primeiro quando há o segundo.

[103] A estratégia é padrão nos partidos tradicionais. Porém, a FA, que sempre defendeu as candidaturas únicas também para Intendente, passou a adotar candidaturas múltiplas mais recentemente, inclusive o fez pela primeira vez em Montevidéu, no pleito de 2015, onde vencia desde 1989 sempre com candidato único. O fato é simbólico da mudança de estratégia que ela promoveu, assim como da importância que as candidaturas múltiplas assumem nas disputas departamentais (até mesmo para a FA).

1); a disputa departamental se define por maioria simples, logo os concorrentes viáveis são dois (Magnitude 1 + 1)[104].

Apesar dessas ponderações – que são procedentes –, a interpretação pretendida é mais singela e, por isso, a comparação realizada atende às necessidades da tese. Ela indica que o crescimento eleitoral do PI nas eleições presidenciais tem avançado pelo interior do país sem que a organização do partido apresente o mesmo ritmo. Uma série de razões pode explicar porque este fenômeno ocorre, algumas já esboçadas no trabalho, mas elas não serão exploradas, pois implicariam realizar outro tipo de investigação.

O mais relevante para os propósitos desta pesquisa é apontar que, no caso do PI, a institucionalização – vista em parte como a expansão da organização por penetração – não está obrigatoriamente associada à ampliação da votação. Ou seja, uma pode acontecer sem estar dependente da outra, no caso específico, a segunda em relação à primeira.

Os indícios apontam que a coalizão dominante tem procurado expandir a organização para o interior do país, isto é, criar diretórios departamentais, bem como ambicionado que eles possam se sustentar, pois considera importante para a institucionalização da legenda. Contudo, os dados indicam que ela tem enfrentado dificuldades para viabilizar tal intento. E eles mostram, como já foi ponderado, que estas dificuldades não tem sido um impedimento pleno ao crescimento eleitoral da candidatura presidencial.

Para dialogar com a interpretação de Bolleyer (2013), pode-se dizer que, no caso do PI, a relativamente pouca expansão para além do centro geográfico de criação ocorreu não necessariamente como resultado da negativa de fazer este investimento por parte da coalizão dominante, com vistas a evitar a perda do domínio sobre a organização.

Atingido este ponto, e com vistas a sistematizar os resultados, pode-se dizer que, no que tange ao grau de institucionalização alcançado, se forem utilizadas as dimensões analíticas propostas por Panebianco (2005), verifica-se que o PI cumpre com o primeiro delas, a autonomia, pois controla os processos de troca com o ambiente e não é dependente de recursos indispensáveis ao seu funcionamento que

[104] Em qualquer das disputas, tenham elas duas ou três candidaturas viáveis, o PI não seria uma delas. Com o argumento não se pretende dizer que o PI possa ser beneficiado com o voto estratégico, mas sim que as regras fazem com que as duas eleições tenham perspectivas de decisões estratégicas distintas.

são controlados por organizações externas (PANEBIANCO, 2005, p. 104). Obviamente, como o autor a projeta em um *continuum* – o que também faz com a institucionalização como um todo –, o PI não tem condições para exercer "um forte controle sobre o próprio ambiente; que tem a capacidade de fazê-lo ceder às próprias exigências [...]". Tampouco ele cabe integralmente na assunção de que "quanto mais forte o controle exercido pelo partido sobre o ambiente, mais ele se torna um gerador autônomo de recursos para o seu próprio financiamento".

Por estas razões, ele não pode ser equiparado ao partido de massas tipificado por Duverger (1987), tido como o tipo-ideal de partido plenamente autônomo, pois obtém seus recursos de suas próprias atividades e da extensa rede de filiados (PANEBIANCO, 2005, p. 104). Por outro lado, ele está longe da caracterização do partido com autonomia extremamente fraca, que depende do exterior para seu financiamento, que não controla as próprias associações colaterais, mas por elas é controlado ou deve negociar com elas em plano de igualdade, assim como que não consegue escolher seu quadro de dirigentes dentre seus filiados ou que lança candidatos patrocinados por grupos de interesse sem carreira anterior no partido (PANEBIANCO, 2005, p. 105).

Da mesma forma, na segunda dimensão, que o autor chama de grau de sistematicidade, o PI está mais próximo do polo que indica forte institucionalização do que o que aponta para a institucionalização fraca. Este se refere à coerência estrutural interna da organização e o pressuposto é de que

> quando mais elevado é o grau de sistematicidade, mais concentrado é, portanto, o controle sobre as zonas de incerteza organizativa, principalmente sobre as relações com o ambiente, mas também, devido ao caráter tendencialmente cumulativo do controle sobre as outras zonas de incerteza vitais. E, de modo recíproco, quanto menor é o grau de sistematicidade, mais disperso é o controle sobre as zonas de incerteza. A consequência de um baixo nível de sistematicidade é, geralmente, uma forte heterogeneidade organizativa (as subunidades diferem entre si porque extraem os próprios recursos de setores diversos do ambiente). Um alto nível de sistematicidade, ao contrário, costuma dar lugar a uma maior homogeneidade entre as subunidades (PANEBIANCO, 2005, p. 106-107).

Assim, ao seguir os cinco critérios propostos por Panebianco (2005, p. 109-111) para determinar se a institucionalização é forte ou fraca, pode-se atestar que o PI atende plenamente a dois deles. Ele tem alto grau de homogeneidade, de semelhança entre as subunidades organizativas de mesmo nível hierárquico. O critério é o quanto as diferentes unidades se organizam do mesmo modo em todo o

território nacional (PANEBIANCO, 2005, p. 109), não de uma distribuição equitativa no território, pois há desequilíbrio nesse quesito. Em vários departamentos, o PI não alcançou uma organização que lhe permitiu, por exemplo, apresentar candidato a intendente. E, dentre aquelas em funcionamento, a organização em Montevidéu está muito mais desenvolvida.

Da mesma forma, há elevado grau de correspondência entre as normas estatutárias e a aplicação efetiva dessas regras, especialmente no sentido de que

> os agentes ocupam posição dominante no partido porque controlam setores cuja autoridade é formalmente reconhecida, e não, de modo mais ou menos oculto por exemplo, em virtude de posições de predominância em papéis externos à organização (PANEBIANCO, 2005, p. 111).

A análise das características e das mudanças sofridas pelo estatuto, assim como de algumas decisões tomadas pela coalizão dominante o demonstraram.

Porém, em outros dois critérios, o PI apresenta déficit. Ele tem relativamente pouco desenvolvimento da organização extraparlamentar central, registra a ausência de uma forte e articulada burocracia própria e de associações intermediárias, assim como há um excessivo peso decisório da representação parlamentar, que é quem, com autonomia, efetivamente dirige o partido, notadamente Mieres e Posada. Na atual legislatura, esses dois principais líderes compõem a bancada e o fazem na ordem desejada desde a formação da legenda: com Mieres no Senado e Posada onde sempre esteve, na Câmara de Representantes.

E, também, o PI apresenta poucas relações com organizações colaterais externas. Como diz Panebianco (2005, p. 110):

> no caso dos partidos com fraca institucionalização, ou não existe nenhuma relação com as instituições externas [...] ou as relações são precárias [...] ou as organizações colaterais são fracas e pouco viáveis [...], ou, finalmente, o próprio partido é dependente da organização externa.

O PI também não cumpre com destaque o quinto critério (o terceiro na exposição do autor), que diz respeito à regularidade das contribuições que afluem ao partido e a pluralidade de fontes de financiamento. No entanto, considera-se que, em tempos em que cada vez mais todos os partidos se sustentam prioritariamente por meio de fundos públicos, e menos por financiamento privado (de filiados ou de

empresas), a passagem do tempo fez com que a capacidade explicativa deste critério tenha se reduzido.

2.3 Síntese

O capítulo procurou analisar as características do PI, com vistas a identificar o grau de institucionalização que ele alcançou, tendo sido construído a partir modelo de Panebianco (2005). Partiu do processo de formação, realizado no capítulo 1, e sistematizou, em uma primeira parte, o chamado momento originário, baseado na presunção de que ele fornece indícios relevantes para compreender o grau de institucionalização alcançado.

Dessa forma, verificou que o partido se desenvolveu por penetração – do parlamento para a sociedade, de Montevidéu para o interior –, e procurou descrever o estágio que esta penetração atingiu na primeira eleição da qual participou e, logo a seguir, no conjunto dos três ciclos realizados até hoje. O desempenho da candidatura presidencial, o lançamento de candidatos a Intendente e o desempenho eleitoral obtido foram apreciados em separado e de modo comparado com este objetivo.

O capítulo ainda registrou que o PI foi criado sem ter uma instituição externa que o subsidiasse, bem como sem estar formado por lideranças carismáticas. O impulso para o seu surgimento deriva da iniciativa de um grupo de parlamentares do NE, contrários à aproximação com a FA, os quais tinham interesse em manter uma força partidária autônoma – notadamente dissociada da FA – e foram eles que compuseram o “centro” da nova entidade e a coalizão dominante ainda hoje preponderante na legenda.

Alheio ao modelo de Panebianco (2005), mas igualmente considerada relevante para o estudo do PI, a tese incorporou a literatura que aborda os chamados novos partidos. Foi plenamente confirmada teoricamente a evidência de que, por todas as suas peculiaridades, ele assim pode ser classificado. É o caso de ter sido originalmente um bloco parlamentar, cisão de outra legenda já estruturada e que continuou a operar, bloco esse que se oficializa como partido e, algum tempo depois, disputa pela primeira vez uma eleição nacional – processo que se desenvolve no período de mais ou menos três anos, compreendido por 2001 e 2004, no qual atingiu essas diferentes etapas da “vida” de um partido. Segundo essas

contribuições teóricas, o PI ainda tem como características o fato de ter legitimação interna, isto é, surgir do parlamento, e ser produto do empreendedorismo político.

A análise também se preocupou em incorporar outra contribuição da bibliografia sobre novos partidos, que foi a definição de sustentabilidade, sugerida por Bolleyer (2013) e por Bolleyer e Bytzek (2013), correspondente à capacidade de uma legenda alcançar e sustentar representação parlamentar por algum tempo – objetivamente, duas legislaturas após conquistar pela primeira vez um lugar no parlamento.

A questão é particularmente interessante porque, embora as regras eleitorais não trouxessem impedimentos significativos para o advento de um novo partido, as características do sistema partidário do país e a conjuntura em que o PI foi criado não estimulavam que isto viesse a acontecer, já que o histórico dos novos partidos no Uruguai (o chamado “quarto partido”) no pós-ditadura era de insucesso e os indicadores, como NEP e volatilidade baixos indicavam dificuldades, às quais se somavam grandes partidos estabelecidos e amplo favoritismo da FA para vencer o pleito de 2004.

Além do fato evidente de que, apesar dos desestímulos, o PI foi criado, os dados mostram que, até o momento, ele atingiu a sustentabilidade, tendo superado no quesito todos os quartos partidos antecessores e apresentado contínuo crescimento eleitoral e parlamentar.

A tese ponderou que estes bons resultados não podem levar a pensar que a criação do PI estava baseada na percepção de que o projeto teria plenas condições de sucesso. Ao inverso, se preponderasse um cálculo racional, voltado a benefícios em termos de cargos e de espaços de poder, provavelmente o PI não teria sido criado.

Com isto, argumenta que foram outros fatores, uma racionalidade que visava a fins distintos, que pesaram para a decisão, aparentemente subótima, de não se vincular à FA e vencer as eleições de 2004, ao contrário, a de preferir construir um novo partido.

O principal desses fatores foi o interesse de manter uma organização partidária própria, autônoma, o que ofereceria, na perspectiva da coalizão dominante, vantagens maiores do que ser uma parte minoritária ou um sócio menor da FA. Dentre eles, firmar as suas próprias posições, alcançar destaque e ocupar espaços na condição de mais um partido do sistema.

Superada esta parte da questão, o capítulo retornou a Panebianco (2005), com vistas a se debruçar sobre a temática da institucionalização e os critérios analíticos que ele propõe. Pelo momento originário descrito anteriormente, a expectativa era de que o PI tivesse alcançado elevada institucionalização, apesar de ser um partido ainda relativamente jovem (15 anos de existência) e de ter origem empreendedorial, decorrente de um bloco parlamentar. Conforme Bolleyer (2013), essas características poderiam contribuir para a fragilização neste quesito, pois a autora especula que, nessas circunstâncias, a coalizão dominante poderia não ter interesse na institucionalização para evitar o risco de perder o poder internamente.

O resultado da análise aponta que o PI cumpre alguns dos critérios e o faz parcial ou precariamente no caso de outros, o que permite considerá-lo institucionalizado, mas com carências ou limitações. Os pontos de destaque são: controle razoável sobre os processos de troca com o ambiente; independência em relação a organizações externas e a sistematicidade, com coerência estrutural interna; a existência de uma coalizão dirigente claramente estabelecida; elevado grau de correspondência entre as normas estatutárias e a aplicação efetiva dessas regras, assim como alto grau de semelhança entre as subunidades organizativas de mesmo nível hierárquico.

A análise do Estatuto, das mudanças que ele sofreu ao longo do tempo, o modo como foi aplicado em relação a alguns episódios específicos, como o ingresso em posição privilegiada de Conrado Ramos, a criação do Presidente de Honra e o combate aos dirigentes departamentais “rebeldes” de Salto procuraram demonstrar estas peculiaridades.

No que tange aos pontos em que ele apresenta déficit na institucionalização, foram evidenciados: elevado peso decisório da representação parlamentar, com primazia de Mieres, senador e presidente da legenda, secundada por Posada, o deputado nas três legislaturas; relativamente pouco desenvolvimento da organização extraparlamentar; ausência de uma forte e articulada burocracia própria e de associações intermediárias.

Atingido este estágio da investigação, constata-se um avanço importante e significativo na análise do PI como partido. O capítulo seguinte pretende discutir o PI por outros ângulos, o do seu programa e o de suas ideias, o de sua atuação política e o do embate político-ideológico com as demais legendas, em especial a FA, e,

consequentemente, conseguir apreender com mais sofisticação e complexidade a configuração desse partido.

Capítulo 3
Peculiaridades programáticas e agir político do PI

Outro caminho para pensar o surgimento e a manutenção do PI diz respeito à dimensão programática, o apego a determinadas ideias e princípios, a intensidade com que luta para efetivar e o modo como encara a atividade política.

Panebianco (2005) não o explora, pois considera que diferenças/semelhanças no nível de institucionalização são mais importantes do que diferenças/semelhanças na matriz ideológica. Igualmente, que a utilização dessa variável para explicar e/ou entender os partidos envolve o que ele chama de "preconceito teleológico", ou seja, considerar que as legendas possuem uma meta específica e que a ideologia é o melhor indicador para identificar este objetivo, assim como para explicar as decisões tomadas.

O autor complementa: embora o partido tenha um programa ou um conjunto de ideias que o impulsiona a ser criado e a se desenvolver, depois que ele está estabelecido, a principal meta perseguida é continuar a existir, tornando-se um fim em si mesmo. Ao mesmo tempo, ele destaca que em nenhum partido vai acontecer a genuína substituição dos fins, com o abandono da orientação programática inicial pela manutenção da própria organização, e sim, o que é mais provável, esta orientação é adaptada às exigências governativas ou de ocupação de espaço político, fazendo com que eles se tornem mais vagos e imprecisos (PANEBIANCO, 2005, p. 31-32).

Quem segue a perspectiva de Panebianco, mas dá atenção especial a esta questão é Alcántara (2004) ao estudar os partidos políticos latino-americanos vigentes na década de 1990. Ele define programa e ideologia como

> un conjunto internamente consistente de proposiciones que generan demandas proscriptivas y prescriptivas sobre el comportamiento humano, y que tienen implicaciones con respecto a lo que es éticamente bueno y malo,

> de qué forma deben distribuirse los recursos de la sociedad y en qué lugar reside apropiadamente el poder (ALCÁNTARA, 2004, p. 83).

Ele distingue três categorias: (1) formalização, que se refere à própria existência de um programa expressamente formalizado, o que é constado pela presença ou não desse documento e, naqueles existentes, pela extensão, precisão e coerência dos seus objetivos, mais o cuidado na apresentação; (2) princípios, que abarcam "principios programáticos concretos expresados tanto en los documentos escritos como en las percepciones de los militantes sobre tres ejes que articulan la competencia política desde la perspectiva de la diferencia programática" (ALCÁNTARA, 2004, p. 38), que são as clivagens neoliberalismo-estatismo, conservador-progressista e nacionalista-regionalista; (3) ideologia, pensada não propriamente em termos de como o partido vê e estrutura o mundo, mas sim pela localização no eixo esquerda-direita.

A formalização do programa tem como alternativas: "elaborado", "semielaborado" e "pouco elaborado", sendo resultado da avaliação formal dos documentos dos partidos, realizada pelo pesquisador. A avaliação dos aspectos substantivos desses programas, quando existentes, é objeto dos demais tópicos.

Contudo, a categoria não se mostrou significativa no estudo de Alcántara (2004, p. 94), pois 93,7% o apresentavam, dos quais a maioria absoluta sob a forma elaborada (76,2%), o que é o caso de todos os partidos uruguaios analisados e seria, também, o do PI, caso ele estivesse incluso na investigação.

As outras duas categorias se expressam por meio de uma escala numérica (1 a 10), resultado de uma série de questões que os militantes de maior projeção responderam e da análise dos programas (se formalizados). As questões giravam em torno do eixo economia (neoliberalismo-estatismo), posicionamento sobre temas de direitos e de valores (conservador-progressista) e sobre as relações internacionais (nacionalista-regionalista), bem como a autolocalização e a identificação dos demais partidos na escala numérica correspondente ao eixo esquerda-direita.

Como será observado na sequência, este capítulo dá ênfase ao programa, mas segue um caminho distinto daquele sugerido pelo modelo de Alcántara (2004). Tal ocorre não por discordâncias com as escolhas metodológicas do autor ou pela inviabilidade de adotar o mesmo procedimento, mas, principalmente, pelas diferenças de propósitos que movem as pesquisas: a dele faz a comparação entre

diversos partidos e procura formular um modelo analítico adequado a tal intenção e esta tese aborda uma única legenda. Nestes termos, a abordagem deste estudo não é tão formalizada, embora o recurso da autolocalização – servindo-se de outras investigações – seja adotado para observar o PI em relação à FA, ao NE e aos partidos tradicionais.

A primeira seção tem como ponto de partida a possibilidade de o PI ser uma nova manifestação dos partidos de ideias, uma expressão clássica aplicada a determinadas legendas uruguaias. Obviamente, isto implica debater mais detalhadamente o modo como essa categoria é definida e se ela é aplicável ao caso em análise. Da mesma forma, a seção enfrenta a problemática de, sendo concebido como partido de ideias, identificar quais são as que impulsionam o PI e as implicações que trazem para ele.

O procedimento para desempenhar esta tarefa é estabelecer um diálogo com a bibliografia sobre o tema, mas também retomar a literatura sobre novos partidos, especificamente quando esta aborda a necessidade ou não de estes apresentarem também novidades de ordem programática, e propõe a formalização de uma taxionomia das proposições que eles formulam.

O segundo grande tema do capítulo é a análise programática do PI, entendida como o conjunto de ideias mais ou menos articuladas que ele defende e que abrange como ele concebe a política e posiciona-se frente à democracia, ao governo e às instituições, especialmente o parlamento. E, também, como ele se insere no sistema partidário do país, notadamente se relaciona com a FA e com a dicotomia das “duas esquerdas”, não só por que sua origem está entrelaçada com esta legenda quanto pelo fato de esta ser o governo nacional na quase totalidade da vida do PI.

Para tratar deste tema, ao contrário do capítulo anterior, não foi seguido nenhum aporte interpretativo específico, mas foram utilizados vários procedimentos consagrados neste campo de investigação empírica. É o caso da interpretação de programas, de documentos lançados e de declarações fornecidas pelo PI e suas lideranças, e a apreciação do resultado de pesquisas com eleitores ou elites parlamentares sobre a autolocalização ideológica em uma escala numérica. Assim como, a discussão com a literatura que aborda a esquerda latino-americana e a relação com a social-democracia, setor ideológico em que o PI se coloca.

A discussão também exigiu voltar a apreciar o panorama interno da FA, notadamente a divisão de forças entre “moderados” e “radicais”, e a relação que ele tem com os posicionamentos do PI, especialmente aqueles consagrados por Pablo Mieres. E, finalmente, implicou voltar-se à questão do que configura o centro ideológico ou programático, mais do que, simplesmente, o centro posicional, pois foi considerado que o PI possui relevantes proximidades com este.

Enfim, trata-se de uma análise eminentemente interpretativa, promovida com a intenção fundamental de entender e, se possível, explicar os posicionamentos programáticos do PI e as diferenças que ele insistentemente afirma existirem em relação à FA. Complementarmente, também é analisado o “agir político” do PI, ou seja, a sua forma de atuar no campo institucional, quer ao se apresentar ao eleitorado, quer ao participar da arena parlamentar.

3.1 Partido de ideias

Se for seguida a caracterização de Kitschelt (1989) sobre os padrões de motivações existentes nos partidos, os criadores do PI, especialmente os seus dirigentes – e mais especificamente Mieres e Posada – se aproximam do polo dos ideólogos e se afastariam do correspondente aos pragmáticos[1].

Para seguir outra classificação, e estar conforme ao que foi dito no capítulo precedente, o PI não seria um partido e tampouco teria uma coalizão dominante *office-seeking*, voltada a cargos e posições de governo, e sim buscaria atuar em torno de *policy-seeking*, ou seja, influenciar a formulação e a discussão das políticas públicas (MÜLLER; STRÖM, 1999)[2], em um espaço institucional próprio e no qual pudesse desenvolver plenamente as suas visões sobre a agenda.

No entanto, é preciso aprofundar esta questão e especificar o modo como o PI entende a política, se é que possui um programa próprio, bem como pretende, a partir dessa eventual perspectiva, influenciar o debate público e implementar determinadas políticas.

Considera-se que dois caminhos simultâneos podem ajudar nesta empreitada: retornar à temática dos novos partidos, que foi desenvolvida no capítulo

[1] O modelo proposto por Kitschelt (1989) inclui um terceiro padrão, os lobistas, que defendem interesses setoriais determinados.
[2] O terceiro tipo proposto pelos autores seria *vote-seeking*, isto é, interessado em votos.

2, e discutir a noção de partido de ideias. Cada um deles configura uma das subseções a serem desenvolvidas a seguir.

3.1.1 Novidade do novo partido

Pode-se principiar a análise deste tema pela retomada da discussão realizada no capítulo 2 em torno do novo partido. O enfoque não é mais sobre as características que fazem com que uma legenda seja assim considerada, mas sobre o tipo de conteúdo programático que supostamente a caracteriza como tal.

Como será visto, a discussão gira em torno da “novidade” programática que o novo partido deve trazer para a oferta eleitoral. Do ponto de vista da proposta política que apresenta, as razões pelas quais um novo partido surge e, em alguns casos, obtém destaque eleitoral, dividem a literatura.

A visão mais recorrente o associa a mudanças sociais ou de valores no país, assim como à heterogeneidade na composição social, que põem em pauta novas questões, demandas ou clivagens a serem solucionadas, as quais não são adequadamente atendidas (ou simplesmente não incluídas) pelos partidos já estabelecidos. Em termos sintéticos: são originários de aspectos sociais que se refletem no mundo da política, seguindo a vertente sociológica já abordada.

Desse modo, essa corrente supõe que, em determinadas conjunturas, partidos estabelecidos – ou até mesmo o conjunto dos partidos estabelecidos – podem perder ampla parcela de seu apoio, pois não souberam acompanhar as novas demandas, não adaptaram o seu programa (e suas práticas de governo), permaneceram aferrados a propostas que não atendem mais ao eleitorado e/ou muitas vezes claramente o desagradam.

Nesse vácuo ou nesse desajuste, novos partidos surgem para formalizar, organizar e adequar o conjunto de propostas ofertadas no mercado político às demandas e necessidades já existentes na sociedade, o que realinha as esferas social e política. Ou, simplesmente, para alertar os já estabelecidos sobre o quanto estão defasados e a política vivencia uma crise legitimidade.

O modelo interpretativo formulado por Hug (2001) se baseia nesta questão: se os partidos existentes soubessem o potencial eleitoral das reivindicações trazidas pelos novos partidos, estes jamais teriam surgido. Os estabelecidos teriam se beneficiado da condição que ostentam e incorporariam imediatamente as pautas

com apelo eleitoral às suas agendas programáticas e preencheriam o espaço vazio nas demandas dos cidadãos.

Esta perspectiva está sintetizada em Lucardie (2000, p. 176), para quem a primeira condição que os fundadores de um novo partido devem contemplar – muito provavelmente para justificarem sua existência e alcançarem algum sucesso – é articular um projeto político claro e convincente que aborde problemas sociais considerados urgentes por um número significativo de eleitores e que implique políticas públicas que possam resolvê-los. Ou seja, trazer inovação programática, com propostas e ideias novas em comparação às dos partidos existentes.

A segunda visão segue outro entendimento: os novos partidos podem e muitoas vezes estão baseados em novas questões apresentadas ao debate público, mas não precisam fazê-lo necessariamente, eles podem “lutar no território já ocupado pelos partidos estabelecidos”, como argumenta Sikk (2011, p. 466). Bolleyer e Bytzek (2013, p. 774-775) concordam: seguir o pressuposto que os novos partidos só conseguem ser bem-sucedidas ao representar problemas novos ou negligenciados pode levar a ignorar casos relevantes.

Na pesquisa desenvolvida por Bolleyer (2013, p. 29), dentre 140 novos partidos, de 17 países (14 europeus, mais Austrália, Canadá e Nova Zelândia), que se elegeram ao menos uma vez para o parlamento nacional, entre 1968 e 2011, 36,4% tinham oferta programática distintiva, enquanto a maioria, 63,6%, apresentava uma mistura de ideias e de questões que já faziam parte da oferta corrente.

O estudo de Bolleyer (2013, p. 94) também identificou que 42,1% traziam propostas inovadoras em relação aos existentes, sintetizados nos partidos verdes e os da chamada nova direita. Outros 44,3% eram programaticamente continuação de partidos estabelecidos, como de esquerda, religiosos, liberais ou conservadores. E 13,6% eram “single-issue”, ou seja, partidos que reivindicavam uma questão específica. Para a autora, o resultado demonstra que a primeira visão estava equivocada ao apreciar a questão e criava uma normatividade improcedente.

Em síntese: os novos partidos são institucionalmente novos, não necessariamente programaticamente novos, como afirma Bolleyer (2013, p. 76).

Ainda se pode considerar que há uma aproximação entre esta segunda concepção e a elaboração de Tavits (2006, 2008) sobre a entrada estratégica dos novos partidos relacionada à obtenção de votos e de cargos, vista no capítulo 2. Por

sua vez, esta abordagem tem semelhanças com a de Kitschelt (1989) por meio das categorias *office-seeking* e *vote-seeking*. A aproximação reside no fato de eles sequer discutirem a questão de o partido ser ou não novo programaticamente – como tanto reivindicaram Bornea e Rahat (2010), como foi visto no capítulo 2 –, mas sim que é uma nova oferta no mercado eleitoral, indício de que o caráter inovador da proposta não é um fator distinto em suas classificações.

Nos termos da segunda visão, surgem proposições que tentam classificar em um mesmo modelo analítico os novos partidos "programaticamente novos" e aqueles que não trazem inovações em seu ideário ou em suas propostas. Este é o caso daquela formulada por Zons (2015, p. 921), que contempla duas formas de "inovação programática": a primeira abarca questões não abrangidas pelos partidos existentes, ou seja, traz temáticas que estavam ausentes da agenda de discussões; a segunda se refere ao modo como eles pensam a política em geral e estruturam suas ofertas políticas, o que inclui propor novas soluções para questões tradicionais do debate público.

A dificuldade da proposição de Zons (2015) é que, embora haja consenso quanto à procedência da primeira modalidade – apesar de ser necessário definir com mais propriedade o que é "novidade programática" –, a segunda alternativa é muito abrangente e faz com que praticamente todos os partidos possam ser considerados proponentes de programas inovadores, o que esvazia a própria distinção.

O autor não fornece subsídios para delimitar com mais propriedade o que torna novas as soluções propostas, assim como o que faria com que as propostas programáticas fossem classificadas como idênticas a de partidos já existentes. Ou melhor, fornece, mas eles reforçam a inadequação da distinção, pois

> um empreendedor político pode criar um novo modo de elaboração de políticas em geral, que poderia permitir uma nova combinação de problemas já existentes, mas não relacionados, ou uma combinação de problemas antigos e novos. As inovações programáticas podem se conectar a demandas insatisfeitas e, dessa forma, responder às necessidades representativas (ZONS, 2015, p. 921).

Rochon (1985) segue a mesma trilha e também distingue duas modalidades, embora com resultados mais promissores do que os de Zons (2015). A primeira se refere aos "partidos de mobilização", aqueles que enfatizam novas clivagens ou

novas identidades sociais e responderiam a mudanças nas estruturas clássicas das clivagens, a divisão por classe ou por religião. Estes se baseiam em programa que destacam novos problemas e/ou examinam problemas antigos de um novo ponto de vista ideológico, caso dos partidos ecologistas, de extrema direita, regionais ou de comunidades linguísticas. A segunda contempla os "partidos desafiantes", aqueles que tentam ganhar apoios com base em clivagens estabelecidas, pois desafiam a legitimidade de partidos em seu próprio território, alegando que eles não representam mais adequadamente os interesses de sua base de apoio, tenham ou não sucesso na empreitada[3]:

> Os partidos desafiantes são mais fáceis de se estabelecer, mas são mais difíceis de se manterem do que partidos mobilizadores. Partidos desafiantes tentam obter os convertidos dentro do quadro de uma identificação política que já é operativa. Para conseguir votos, tudo o que eles precisam fazer é convencer uma parte do eleitorado do partido estabelecido de que é necessária alguma alteração no programa do partido. Como os partidos desafiantes aproveitam as identificações políticas existentes, podem capturar os eleitores com facilidade. Mas eles os perdem com a mesma facilidade. É uma tarefa relativamente simples para a partido desafiado fazer mudanças no programa que prejudicam o partido desafiante. O partido estabelecido também se beneficia da lealdade acumulada dos eleitores que estão acostumados a pensar que o partido estabelecido é representativo de seus interesses. Uma vez que o partido desafiante não pede aos seus apoiadores para redefinirem os interesses políticos, o apoio de um partido desafiante não precisa implicar em uma interrupção duradoura do partido estabelecido (ROCHON, 1985, p. 422).

Na mesma perspectiva analítica, Krouwel e Lucardie (2008, p. 284) são mais específicos e distinguem cinco tipos de novo partido: (1) profético, aquele que procura modificar drasticamente a política e o sistema político, propagando um conjunto coerente de ideias e de valores não articulados pelos partidos estabelecidos; (2) porta-voz, que é defensor de interesses de setor específico da população (como minorias étnicas, regiões, grupos etários etc.) que, na percepção dele, são negligenciados pelos partidos estabelecidos; (3) reformista pragmático ou purificador, que tenta mudar o sistema político e a cultura política, mas não possui uma ideologia explícita; (4) idiossincrático, pois reflete as inclinações pessoais ou

[3] O "desafio" em questão é programático, sendo contingente que o novo venha a ter possibilidade de suplantar o partido antigo e estabelecido em termos eleitorais – que é o sentido atribuído ao termo por González (1999) e por López (2005), conforme desenvolvido no capítulo precedente. Ressalva-se, ainda, que Hino (2012, p. 8) usa esta denominação para indicar o que Rochon chama de "partidos de mobilização", isto é, os desafiantes são aqueles que apresentam questões que não estão cobertas pelos partidos estabelecidos.

ideológicas ecléticas de seus fundadores; e (5) desafiante, projetado de modo idêntico ao realizado por Rochon (1985).

Em trabalho anterior, Lucardie (2000) havia distinguido quatro tipos: profético, porta-voz, purificador (ou desafiante) e idiossincrático. O modelo é quase igual ao visto acima, a diferença é que, no artigo escrito com Krouwel (2008), o tipo purificador foi desdobrado em dois: o novo partido que possui ideologia clara, que passou a ser chamado de desafiante; e o que não possui uma ideologia explícita, que continuou a ser denominado como purificador.

Nessas duas classificações, um novo partido que traz à agenda política questões que estavam fora deste campo compõe apenas uma das duas modalidades (ROCHON, 1985) ou dois dos cinco tipos (KROUWEL; LUCARDIE, 2008). Elas reforçam a ideia de que esta não é uma condição necessária para que uma legenda seja considerada "nova", o que já afirmavam as conceituações de Hug (2000, 2001), de Aït-Aoudia (2016, p. 2) e de Harmel (1985), apresentadas no capítulo 2[4]. Em contrariedade a Barnea e Rahat (2010), nenhum desses autores afirma explicitadamente a obrigatoriedade de que o novo partido traga novidades programáticas, embora, obviamente, possa fazê-lo.

Baseado na classificação de Lucardie (2000), Sikk (2011, p. 467) propôs outro tipo de novo partido, denominado de "projeto de novidade" (ou melhor, novidade como projeto):

> não tentar salvar uma ideologia – como os purificadores fazem – todavia diferindo dos porta-vozes na medida em que eles lutam voluntariamente em um território ideológico já ocupado. Em outras palavras, os partidos baseados no projeto de novidade podem ser concebidos como 'purificadores-ligth' – na medida em que desejam mudar apenas as maneiras de fazer política ao invés dos conteúdos – ou 'porta-vozes-fortes' à medida que têm um conjunto mais completo de políticas e um passo confiante no território dos partidos estabelecidos.

Como argumenta o autor,

> a novidade como projeto tem propriedades muito vantajosas para os partidos políticos. Ela promove a causa da mudança, mas em uma direção indistinta, tendo assim o potencial de atrair grupos amplos dos mais ou menos descontentes. Como pode ser bastante vaga em compromissos

[4] Para resgate dessas conceituações: a de Hug (2000, 2001) exige que o partido dispute pela primeira vez uma eleição parlamentar de âmbito nacional; a de Aït-Aoudia (2016), que o partido tenha sido criado mais recentemente, em um contexto político e institucional em evolução, e que se baseie em uma identidade política que, até aquele ponto no tempo, tinha estado ausente da arena política; e a de Harmel (1985), que ele tenha sido adicionado ao sistema partidário original de um país.

> políticos específicos, os custos da informação para transferir a mensagem-chave para os eleitores são muito inferiores aos projetos ideológicos ou mesmo aqueles baseados em questões. Pode exigir um grande esforço para explicar porque determinadas políticas são benéficas para indivíduos ou para um país; mudar 'para melhor' é bom por definição (SIKK, 2011, p. 478).

Ressalva-se que o estudo de Sikk (2011) abordou países como Lituânia, Letônia e Estônia, nos quais o sistema partidário é bastante jovem, tendo sido "construído" dos escombros da URSS. A situação do caso uruguaio é distinta, pois o sistema tem uma trajetória muito mais longa, inclusive com a manutenção dos atores partidários principais, apesar do período de congelamento produzido pela ditadura civil-militar entre 1973 e 1985.

De qualquer modo, ao aplicar estas tipologias ao caso do PI, a classificação que mais corresponde é a de desafiante, conforme formulada por Rochon (1985), ou seja, aquele que desafia os partidos estabelecidos ao tentar manter ou renovar a ideologia estabelecida, possivelmente em uma variedade mais extrema ou mais moderada.

Mas cabe perguntar, seguindo a tipologia de Krouwel e Lucardie (2008), que é mais sofisticada do que a anterior: ele traz um conjunto de ideias explícitas que permitiriam mantê-lo como desafiante ou é, em realidade, um partido purificador (reformista pragmático) ou mesmo idiossincrático?

Este é o caminho que se pretende empreender na sequência, novamente ressalvando, que esses modelos classificatórios são sempre testados em sua validade e rigidez quando confrontados com os casos reais.

Uma primeira tentativa de responder o problema sobre o programa do PI é analisar os princípios que ele apresenta como constitutivos da sua prática política. Ainda que a afirmação de um programa inovador ou coerente não seja uma exigência que os novos partidos tenham de cumprir, a intenção é examinar as propostas do PI. Portanto, torna-se imprescindível realizar esta apreciação.

Na sua Declaração de Princípios, ele se apresenta como um partido que trabalha de forma irrenunciável para construir uma sociedade mais democrática, assentada na reafirmação dos valores da Liberdade, da Justiça Social, da Solidariedade e da Paz, pois "aspiramos a garantizar que todos los uruguayos tengan iguales oportunidades para acceder a la plena realización como personas" (PI, 01 jul. 2013b, I). Da mesma forma, está comprometido com a democracia:

> declaramos nuestra adhesión irrestricta a la democracia. En ese sentido, reconocemos en ella no solamente un tipo de estado y una forma de gobierno sustentada en la voluntad del pueblo soberano y ejercida por sus representantes en los límites de los derechos humanos, sino un complejo de normas de convivencia y organización en todos los niveles de la sociedad dirigidos a plasmar el derecho de participación y deliberación de los orientales en aquellas decisiones que directa o indirectamente les atañen. A partir de esa asunción que conlleva la obligación del Estado de brindar a sus ciudadanos las mayores posibilidades para adoptar sus decisiones tanto en el plano individual como colectivo, declaramos nuestro rechazo a toda forma de exclusión y marginación, especialmente aquellas que basadas en las diferencias económicas, sociales, culturales o de género coarten su participación plena e igualitaria (PI, 01 jul. 2013b, III).

Outros dois princípios listados são: os compromissos básicos e irrenunciáveis da defesa e da promoção, nacional e internacionalmente, dos direitos humanos nos níveis civil, político, social e cultural; a promoção do multiculturalismo, dos direitos das minorias e o rechaço a qualquer propósito de hegemonia cultural, nacional ou étnica, tanto no plano nacional quanto internacional (PI, 01 jul. 2013b, II, V).

A referência a esses temas na Declaração de Princípios, que podem ser considerados pós-materialistas, afastam o PI dos tradicionais modelos de esquerda. O fato não surpreende, em razão do modo como ele se apresenta, mas é digno de nota porque, dentre tantos temas que poderiam constar, ele tenha dado preferência a estes, de modo a marcá-los tão explicitamente no documento em que se apresenta como proposta política ao público em geral. Afirma-se isto porque em sua propaganda política e em suas intervenções parlamentares estes valores não figuram como os mais destacados, como foi observado por Souto (2017).

Um quarto princípio elencado pelo partido clama por uma valorização da política para além da mera ocupação de espaço de poder e do jogo de interesses, logo a considera como atividade coletiva dirigida à construção, à preservação e à mudança dos instrumentos de organização e de decisão da comunidade e que, por isso, ela constitui uma das tarefas mais nobres e importantes da vida dos cidadãos (PI, 01 jul. 2013b, VI).

Tal princípio soa coerente com as circunstâncias que compõem o processo de formação do PI e as escolhas não vinculadas à obtenção de cargos, conforme já elencado nos dois capítulos precedentes. E ele assim concebe a política mesmo quando a registra em termos “nacionais”:

> afirmamos que sin imaginación, valor, decisión y coraje no será posible cambiar el Uruguay. Es imperativo no confundir derechos con privilegios, ni

> nostalgias con realidades. Sin perjuicio de reafirmar las tradiciones y valores que el Uruguay ha sabido cultivar, es imprescindible un esfuerzo imaginativo que supere ideologías y modelos, más propios del siglo XIX que del nuevo milenio. Para superar una realidad que pesa como una lápida sobre el país, los INDEPENDIENTES convocamos a la refundación del Uruguay, a la recreación de una nueva conciencia colectiva, para cuya concreción será necesario el aporte de todos, desde la sociedad al estado (PI, 01 jul. 2013b, VIII) [a grafia em maiúsculo é do texto original].

A Declaração de Princípios do partido é formada por 10 pontos. Além dos já citados, que são mais amplos e universais, os demais dizem respeito ao sistema político uruguaio em particular e, portanto, apelam a questões e a aspectos nacionais. Um deles afirma que

> Nosotros los INDEPENDIENTES, como representantes de la izquierda democrática, nos comprometemos a promover y garantizar el contenido social de la democracia y a desarrollar un proyecto integrador de la nación que reafirme la identidad nacional y la cohesión social, superando las barreras de la exclusión social, la marginación, la pobreza y el desempleo que dividen a los uruguayos (PI, 01 jul. 2013b, IV) [a grafia em maiúsculo é do texto original].

O sétimo princípio afirma que o PI pretende promover a organização econômica que melhor garanta os direitos individuais e coletivos enumerados anteriormente, combinando Estado e mercado com a intenção de desenvolver as potencialidades produtivas do país em benefício equitativo da população. E tal só será possível por meio de um plano estratégico, que compreenda a revisão integral de seus recursos e de sua organização estatal em todos os níveis, o que deve ser realizado pensando em um país que se projete na região, no continente e no mundo (PI, 01 jul. 2013b, VII).

Segue-se um princípio relativo à política exterior do Uruguai, que deve ser baseada no mais irrestrito acatamento do direito internacional e do respeito às soberanias nacionais. Contudo, o PI privilegia a inserção do país no Mercosul, tendo como horizonte desse empenho um continente americano totalmente integrado (PI, 01 jul. 2013b, IX).

Por derradeiro, o partido convoca

> a todos los ciudadanos de buena voluntad a realizar un esfuerzo sostenido para sacudir inercias y rutinas con el objetivo de erigir un nuevo país. Para ello no hay fórmulas consagradas, sólo la generosidaddel corazón y la disposición a emprender, entre todos, un diálogo racional que deje atrás rencores y enfrentamientos del pasado: la única cuestión es el Uruguay mismo (PI, 01 jul. 2013b, X).

Vistos alguns dos princípios essenciais que o PI propugna, uma tentativa para interpretá-los pode ser realizada ao aproximá-lo dos partidos de ideias. Garcé e Yaffé (2014, p. 128) fazem tal analogia e dizem que no PI "puede escucharse ecos del 'principismo' decimonónico". Em outro momento, Garcé (2014a, p. 15) foi ainda mais direto na associação: "la demanda de 'otra forma' de hacer política ha sido el *leit motiv* de los pequeños partidos de ideas (desde el viejo Partido Constitucional hasta el Partido Independiente)".

Como já foi comentado na Introdução, esta é uma denominação historicamente aplicada a PS, PCU e União Cívica, legendas surgidas nos anos 1910-1920 e que, sempre periféricas no sistema partidário, existiram como entidades independentes até os anos 1960. Nessa década, construíram coligações (União Popular, no caso de PS; FIdeL, no do PCU) ou vivenciaram a mudança organizativa (caso da União Cívica, que se tornou PDC), até se juntarem entre si e a outras forças para formarem a FA, em 1971.

A expressão recebe uma série de críticas por parte da literatura. Uma delas é que ela visa a caracterizar determinados partidos (os não por acaso denominados de ideias) como portadores de ideias e, desse modo, distingui-los dos tradicionais, que seriam desprovidos desses recursos e se constituíram em meras agrupações em luta pelo poder.

A dicotomia encontra raiz nas primeiras reflexões sobre partidos, ainda do século XVIII, quando essas organizações eram vistas com desconfiança ou rechaço e eram identificadas com as facções, ou seja, grupos que exercem atividades contrárias ao todo e são, por isso, idesejáveis ou perigosas. É o que se pode observa na distinção entre os tipos de facções elaborada por Hume (2003): há as baseadas em princípios, as fundadas em interesses e, ainda, aquelas relativas à afeição, isto é, que não se relacionam a ideias abstratas.

Hume (2003, p. 43) não considera positivamente as facções ou os partidos, pois "subvertem governos, tornam as leis impotentes e incitam as mais violentas animosidades entre homens de uma mesma nação, que deveriam dar assistência e proteção uns aos outros", mas suas reflexões ajudaram a cimentar o caminho da valorização dos partidos (SARTORI, 1982).

Ele divide as facções em pessoais e reais, sendo as primeiras típicas das pequenas repúblicas. As modalidades citadas acima são subdivisões das facções reais. As de interesse são as "mais razoáveis, e as mais desculpáveis" (HUME,

2003, p. 45), estando vinculadas às posições ocupadas na sociedade. Os partidos de princípio, “especialmente os de princípios especulativos abstratos, são exclusivos dos tempos modernos, e talvez sejam o fenômeno mais extraordinário e inexplicável uma vez surgido nos assuntos humanos” (HUME, 2003, p. 46). Por fim, os partidos de afeição são aqueles que “se fundam nas diferentes ligações de homens com famílias e indivíduos particulares que desejam ter como governantes” (HUME, 2003, p. 49).

Aproximando a crítica subjacente à divisão partidos tradicionais-de ideias às proposições de Hume (2003), os primeiros seriam as facções ou partidos de afeição e os segundos, os de princípios, isto é, haveria uma base emocional a sustentar PN e PC, enquanto os demais seriam organizacionais fundamentadas em aspectos racionais.

A afirmação de que PC e PN não possuem ideias é bastante antiga, podendo ser rastreada, por exemplo, em Andrés Lamas (1817-1891), político e diplomata, cujo manifesto de 1855 destaca:

> ¿Qué es lo que divide hoy a un blanco de un colorado? Lo pregunto al más apasionado, y el más apasionado no podrá mostrarme un solo interés nacional, una sola idea social, una sola idea moral, un solo pensamiento de gobierno en esa división (LAMAS, 1855 apud DELIO, 2005, p. 103, nota 21).

De igual forma, José Pedro Varela (1845-1879), o pai do modelo de escola pública uruguaia, questiona em 1875: “¿caules son las ideas que proclaman [os partidos tradicionais]? Suprimid el color de la divisa y no podrá encontrarse diferencia alguna entre todos los documentos públicos que desde [18]56 hasta el [18]72 han formulado nuestros gobiernos de partido […]” (VARELA, 1875 apud RILLA, 2013, p. 141).

Ela é reafirmada por Federico Acosta y Lara, em texto de 1884:

> nuestros partidos políticos no profesan principios fundamentales opuestos. El blanco y el colorado no discrepan en nada, son fracciones, divisiones de la sociedad uruguaya por razón de un hecho histórico que ya hoy ha desaparecido, y que pretenden únicamente apoderarse del gobierno, no para fundar instituciones y principios distintos uno de otro, ni menos alterar la forma política del Estado, sino para hacer política únicamente (ACOSTA Y LARA, 1884, p. 38 apud DELIO, 2005, p. 113).

Visões mais contemporâneas, como a de De Armas, Garcé e Yaffé (2003, p. 99), e que convivem com a perenidade dos partidos tradicionais, afirmam que a

distinção por trás da expressão partidos de ideias não contempla adequadamente a consistência das tradições de PC e de PN. Na mesma linha, Ferreira (2011, p. 46) argumenta que todo partido comporta ou defende determinadas ideias, por isso considera que

> Apenas por isso já me parece impróprio denominar somente alguns membros do campo político como partidos de ideias. Depois, ao chamá-los assim, fica a impressão de que os partidos restantes, os que então não são de ideias, por assim dizer, estão destituídos de qualquer horizonte ideológico.

Sobre esta questão, Zubillaga e Pérez Antón (1983, p. 99) já haviam anotado que "esta designación [partido de ideias] no debe entenderse en el sentido de que aquéllos [os partidos tradicionais] carecen en absoluto de ideologias ni de que estén desprovistos éstos de aglutinantes afectivos y clientelísticos". Rilla (2013, p. 400) afirma ser claro que *blancos* e colorados eram partidos com ideias, apesar das críticas em contrário que eram a eles destinadas desde, pelo menos, os anos 1850[5].

Embora as ponderações dos autores apresentadas acima sejam corretas e o modo como a expressão é manejada autoriza a pensar que ela insinua que os tradicionais não tenham ideias, a ênfase que ela destaca é mais sutil. Ela quer dizer que a adesão a eles se dá especialmente pela emoção, pelos afetos e pela própria tradição, mais do que pelo conjunto de propostas que efetivamente apresentam, ao contrário do que ocorre no caso dos "de ideias", que fazem da política uma atividade dedutiva, ou seja, a retiram de macro teorias legitimadoras, com o marxismo ou o catolicismo (RILLA, 2013, p. 400).

É o que se depreende do enunciado de Wilson (1990, p. 95):

> Si bien es cierto que las divisas tradicionales fueron los anchos cauces a través de los cuales se manifestó la opinión política de nuestro pueblo en el siglo pasado, en una tónica fundamentalmente emotiva, las 'ideas' no estuvieron ausentes de ese proceso. En el seno de los mismos 'bandos' blanco y colorado, los elementos ciudadanos y cultos – los 'doctores' – elaboraron manifiestos y programas que contenían postulados ideológicos a aplicarse sobre la realidad nacional. El drama de los ideólogos era – como siempre ha sido – el de la encarnación de sus ideas en el mundo concreto de los hechos y, en ese sentido, su incomunicación con las grandes masas iletradas los distanciaba, con frecuencia, de la política práctica.

[5] Para uma análise que busca identificar as ideias e os programas dos partidos tradicionais no período 1919-1933, ver: Lindahl (1971), especialmente cap. 6.

Nessa perspectiva, alguns pesquisadores aplicam a categoria partido de ideias a iniciativas do século XIX que pretendiam se estruturar em torno de programa e a superar a "emotividade" que sustentava as opções *blanca* e colorada. Este seria o caso de: União Liberal, Partido Radical e Partido Constitucional, criados, respectivamente, em 1855, em 1873 e em 1880 – todos de curta duração, ao contrário dos partidos de ideias do século XX, que existiram por décadas[6].

Essas propostas pretendiam criar um partido que superaria os tradicionais ao inaugurar o período em que as entidades estariam cimentadas em torno de ideias e de princípios. Tal superação ocorreria por meio da fusão entre *blancos* e colorados, o que era reivindicado nos anos 1850-1860, no que ficou conhecido como fusionismo. Ou, então, dar-se-ia por meio do rechaço a ambos, como ocorreu nos anos 1870-1880, por intermédio do chamado movimento principista.

Em qualquer situação, isto seria possível porque os partidos tradicionais não tinham substância efetiva, sustentavam-se em torno de rivalidades pessoais e de adesões emocionais, sendo bandos, não partidos propriamente ditos. Eles se caracterizam por se servirem mais das armas do que dos votos e visarem apenas a posse exclusiva do poder, como sintetizam os excertos de Lamas e de Acosta y Lara citados anteriormente[7].

Sinteticamente: fusionistas ou principistas repudiam a existência de partidos baseados em diferenças de cores e de bandeiras, já que a única diferença possível é a sustentada em princípios, como afirma Moraes (1995, p. 89).

Um segundo tipo de crítica pode ser encontrado em Caetano e Rilla (1995, p. 37), voltado especificamente à noção de partidos de ideias. Para esses autores, a expressão se trata de um rótulo simplificador e restrito, que parece elogioso, mas

---

[6] A curta duração toma como referencial a permanência dos partidos tradicionais e também a dos de ideias do século XX, pois, como lembra Moraes (1995, p. 74), há diferenças notáveis entre eles: a União Liberal existiu por um mês e o Partido Constitucional, por mais de 20 anos. Mais detalhes sobre esses partidos, ver: Pivel Devoto (1942, 1956); Cuadernos de Marcha (1972); Barrán; Nahum (1984); Wilson (1990); Gallardo (2003); Castiglia (2004). Especificamente sobre o Partido Constitucional, ver: Moraes (1995); Delio (2005).

[7] Membros dos partidos tradicionais, reunidos no Clube Nacionalista (*blancos*) e no Clube Liberdade (colorados), concordavam com este diagnóstico, o que os fez também serem identificados como principistas. Porém, não aceitavam as soluções propostas a partir dele, pois buscavam manter as duas legendas, dar-lhes consistência programática e encaminhá-las à condição de "partidos modernos", ou seja, que aceitam a existência do outro, o direito da minoria e algum tipo de divisão do poder. Como sintetiza Moraes (1995, p. 76): "[...] los partidos de ideas decimonónicos, ubicados en el extremo polar del componente 'montevideano-liberal-principista', se acercan fuertemente a las fracciones principistas de los partidos tradicionales y, por definición, se ubican en el polo opuesto al componente 'tradicional-popular-caudillista".

expressa a marginalidade a que essas legendas estavam submetidas na política uruguaia ao longo de suas existências.

Emilio Frugoni, o histórico líder dos socialistas, um dos principais entusiastas da expressão, tinha uma visão distinta: ele a usava para indicar o fato de serem partidos (notadamente o dele, o PS) programaticamente consistentes, cuja restrita inserção no eleitorado não era um defeito, mas uma prova de distinção, da superioridade de seus programas e da pureza que ostentavam. Afinal, não eram partidos pragmáticos e tampouco estavam voltados apenas à obtenção de votos e de cargos, por meio de práticas clientelistas, como ocorria com os tradicionais. Em um texto publicado em 1947, afirmava em relação à criação do PS:

> Había que surgir a la palestra con las armas de los partidos contemporáneos que actúan como órganos conscientes y constructivos de la realidad democrática: alejar a las nuevas generaciones del conglomerado de las facciones sin definición colectiva o total de ideas y propósitos. […] había que oponerles partidos con principios diferenciales, con programa, movidos por un compromiso efectivo y categórico con determinadas tendencias de acción y determinados objetivos concretos. Y sobre todo, con un contenido de propósitos capaz de interesar vitalmente a las multitudes populares (FRUGONI, 1947, p. 318).

Mais adiante, no mesmo texto, consagra outras das características do PS como partido de ideias:

> Sobre esas bases ideológicas el Partido, con un programa mínimo que postula numerosas reformas, se ha venido caracterizando por la seriedad y pureza de sua conducta cívica, por la energía de su lucha contra los que conculcan cínicamente los principios de la democracia o la falsifican y corrompen. Y con su caudal de ideas y de iniciativas impulsa directamente o indirectamente el progreso legislativo poniendo en primer plano de los debates públicos las cuestiones fundamentales para la vida de las masas trabajadoras y para el desarrollo de la nación (FRUGONI, 1947, p. 334).

É possível fazer uma analogia entre a condição de pequeno em tamanho dos partidos de ideias e a do país, ao menos no modo como Frugoni a concebe. Isto porque a condição de “pequeno [territorialmente e demograficamente]” do Uruguai é utilizada no discurso batllista para indicar o “país modelo”, com amplas possibilidades de futuro a que outras nações não teriam acesso, de não cometer os mesmos erros que estas promoveram, ou de vinculá-lo a uma “excepcionalidade uruguaia”. Um exemplo figura no editorial redigido por Luis Batlle:

> es el nuestro un pequeño gran país […] hoy se le puede calificar, con igual razón de pequeño oasis de libertad, justicia en un mundo perturbado con trágicas realidades o comprometedoras perspectivas […] Tengamos clara conciencia de que el Uruguay es un país de excepción (BATLLE, Luis, 1948 apud NAHUM et al., 1998, p. 77).

Como sintetizam Paris e Ruiz (1987, p. 18), "[...] se hizo casi artículo de fe (en un país de fuertes tendencias anticlericales) el orgullo de pertenencer a un país distinto, pequeño en tamaño y recursos, pero rico en civilismo, libertad y democracia"[8].

Assim, a formulação de Frugoni também procura construir um vínculo dos partidos de ideias com um dos mais fortes traços imaginários da identidade uruguaia.

Apesar das ênfases diferentes entre a interpretação de Caetano e Rilla (1995) e a de Frugoni (1947) – uma que critica e a que outra enaltece a expressão partidos de ideias –, há dois pontos de convergência entre elas. Um que é eles têm programas claramente delimitados, alcançam votação limitada e, consequentemente, possuem bancadas pequenas. O outro fixa que as peculiaridades programáticas às quais eles estão ferreamente vinculados fazem com que sejam pequenos e tenham limitadas possibilidades de crescimento.

Para ambas, os partidos de ideias são caracterizados por terem como bem maior os princípios programáticos, aqueles que apresentam ao eleitor em busca da obtenção de espaço político, mas dos quais não abrem mão simplesmente para alcançar o poder (ou mais espaços de poder). Em nome desse apego a determinados princípios, pagam o preço de serem pequenos em termos eleitorais e parlamentares, pois o programa não possui a abrangência suficiente para cativar um público mais amplo, a condição majoritária no parlamento e/ou o poder executivo. Igualmente, por fazerem apelos "racionais", eles não possuem a capacidade de mobilização afetiva dos partidos tradicionais, e que, no caso desses, é sintetizada pela figura do líder ou do caudilho.

Na visão de Zubillaga e Pérez Antón (1983, p. 103):

> Los partidos de ideas tienen organizativamente en común la casi inexistencia del caudillismo riguroso, circunstancia que parece asociarse al

[8] Mais detalhes, ver: Vanger (1983); Rial (1987); Caetano (2012). A questão da excepcionalidade uruguaia suscita outras vertentes – inclusive a que a nega –, nas quais a discussão gira em torno da origem do país, a sua viabilidade futura e o papel a desempenhar na América Latina. O tema não será tratado na tese. Para uma reflexão sobre ele, ver: Espeche (2016).

> hecho de que configuran agrupamientos elitarios o, a lo sumo, de masas homogéneas de obreros capitalinos, juventud estudantil, profesionales y empleados de clase media. Sólo excepcionalmente se insinúan en ellos jefaturas individuales; la norma es la dirección colegiada, intensamente deliberativa. Las decisiones de la misma se transmiten a un nivel de cuadros de que propiamente carecen los partidos tradicionales. Se trata de individuos bien formados ideológicamente, con dedicación cotidiana a la acción política, a menudo insertos en instituciones y grupos sociales a los que transfieren los estímulos provenientes del partido y de los que trasladan a éste requerimientos, estímulos y refrendo o protesta.

A concepção exposta por Bottinelli (06 feb. 2005 [2015], p. 400) é convergente: ser um partido com as características do de ideias significa expressar uma determinada faixa do eleitorado, com características sociodemográficas precisas, e ter uma corrente de pensamento clara e inequívoca. Ou, no dizer de Panebianco (2005, p. 25), ter um "território de caça" específico, a reserva sobre a qual a organização estabelece os próprios direitos e em relação à qual é definida a identidade organizativa.

Passado o episódio eleitoral, a função que os partidos de ideias exercem é a de ser basicamente um grupo de pressão parlamentar que luta por algumas ideias-força e/ou em defesa de algum setor de interesse, seja uma religião ou uma classe social, seja qualquer outro setor social ou da opinião pública[9]. E a sua existência demanda que haja setores do eleitorado indiferentes à decisão de eleger o governo ou a maioria parlamentar e que privilegiem sentir-se representados por um punhado de legisladores que defendam suas ideias ou interesses.

Em certa medida, é o que solicita o discurso de Mieres sobre a importância para a democracia uruguaia que a FA perca a maioria parlamentar, o qual foi visto no capítulo anterior. Subjaz a ele a intenção de valorar o pequeno pelo que pode agregar em termos de: diversidade, necessidade de negociação, valorização da própria noção de debate político e de diálogo como meio para estabelecer um acordo qualitativamente melhor do que aquele que uma maioria pré-existente forneceria.

---

[9] Uma das expressões utilizadas por Frugoni para definir o PS era ser um "partido picana", aquele que instigava o PC (partido do governo) para que avançasse na aprovação de medidas que beneficiassem a classe trabalhadora como se faz com os bois lerdos (TRULLEN, 2014, p. 14). Na pecuária, o termo "picana" ou "picada" (aguijada, em espanhol) indica uma vara longa com uma ponta de ferro utilizada para picar os bois e fazê-los andar. Também pode estar conectada à eletricidade para emitir pequenos choques (PICANA, 2017; AGUIJADA, 2017). Esta perspectiva faz com que, para Cheroni (1984, p. 4), o PS aparecesse como uma espécie de apêndice de esquerda do batllismo: por meio da crítica, ele chamava a atenção para questões que os líderes batllistas iam deixando pelo caminho, como a expansão do processo democrático e a depuração moral e institucional.

Há um excerto de um texto escrito em 1898 por Domingo Aramburú (1843-1902), do Partido Constitucional, que remete aos mesmos valores e que, por isso, reforça os vínculos do PI com o "principismo decimonônicos", como lembraram Garcé e Yaffé (2014, p. 128) há algumas páginas. Ele afirma:

> no somos los constitucionalistas una fuerza decisiva, ni cosa parecida en la solución de los problemas del presente; pero sí somos una influencia conciliadora, y creemos necesario no solo mantener sino aumentar esta fuerza de moderación (ARAMBURÚ, 1898 apud MORAES, 1995, p. 91).

Outra característica que o PI compartilha com os partidos de ideias é a da recorrência dos nomes que formam a coalizão dominante e que ocupam os principais cargos que a legenda alcança ou almeja alcançar. No PI, como demonstrou o Quadro 3, apresentado no capítulo 2, repetem-se os nomes de Mieres e de Posada. Na lista de deputados ou de dirigentes dos partidos de ideias desde 1946 até 1984, figuram: Chiarino (União Cívica), José Pedro Cardozo (PS), Rodney Arismendi e Enrique Rodriguez (PCU).

A tendência foi identificada por Guidobono (1986, p. 162). Ele apresenta uma demanda que pode ser apresentada ao PI, dada a similitude entre todos:

> ¿podría inferirse de ello, que estos partidos no solamente son partidos de ideas, sino de personas, o que han encontrado en algunas personas sus representantes naturales, y que la capacidade de renovación de los mismos, sólo se produce por razones naturales?

3.1.2 Ideias do PI

Chegado a este ponto, pode-se aprofundar a apreciação do modo como o PI articula os seus princípios e apresenta suas propostas programáticas.

Como será destacado na continuidade do texto, o PI não possui um programa classista (como PS e PCU) ou religioso (como União Cívica), tampouco de setores da sociedade e que permitiria aproximá-lo ao tipo lobista proposto por Kitschelt (1989). Ele se dirige a outro público, e não o faz a partir de um discurso estruturado em sólidas visões de mundo, ao contrário dos indicados acima[10]. E sim ao engajar-

[10] Com isto não se quer dizer que não haja divisões e contradições no interior dos partidos derivados desses ideários, sim que eles têm uma base teórica da qual partem. As dos partidos marxistas são bastante conhecidas e, neste aspecto, as dos partidos católicos são ainda mais essenciais, como expõe a reflexão de Payssé González (1968, p. 142-154) em torno do quanto os princípios desta

se nos valores legitimadores da democracia representativa e ao procurar falar em nome do interesse público, do bem comum ou de qualquer outro princípio genérico que pressupõe um vínculo comum entre o conjunto dos cidadãos.

Logo, para que seja caracterizado como “de ideias”, o PI teria de corresponder a uma nova acepção da expressão, que amplia o modo ela tem sido utilizada na literatura uruguaia e foi descrito na subseção anterior.

Por outro lado, ele tem muito de partido de ideias – especialmente na interpretação frugoniana – no que tange a associar a sua postura política à visão superior e nobre do que seja a política, a qual está absolutamente dissociada do pragmatismo e do egoísmo da obtenção de benefícios pessoais e da prática de clientelismo, historicamente reputado aos partidos tradicionais (e, mais recentemente, ampliado à FA).

Da mesma forma, ele se vincula mais fortemente do que PCU, PS e União Cívica, os autênticos partidos de ideias, aos seus antecessores do século XIX, especialmente o mais longevo deles, o Partido Constitucional, pois o comentário de Real de Azúa (1987, p. 188-189) sobre esta legenda pode ser ampliado ao PI:

> Pero con los constitucionalistas irrumpe en la vida nacional una posición que ha pervivido hasta nuestros días: ya no es lo malo el partido sino la antítesis pasional y beligerante de los dos partidos históricos, el partido sin ideas puesto que son las ideas, los principios, las instituciones los que califican a los partidos, las que habilitan su andadura histórica constructiva. Las pasiones, los hombres, la arbitrariedad son el enemigo para este curioso unilateralismo que racionaliza e intelectualiza la vida histórica.

Nesses termos, o PI tampouco pode ser caracterizado e analisado seguindo categorias como as de *catch all* (KIRCHHEIMER, 2012), “partido profissional-eleitoral” (PANEBIANCO, 2005) ou “partido cartel” (KATZ; MAIR, 1995), pois não corresponde integralmente ao paradigma predominante na literatura sobre o tema e que acaba por destacar o caráter essencialmente eleitoral desses partidos.

Ele possui algumas características comuns a tais categoria, como: não apresenta um programa classista; procura dirigir-se a um público para além dessa condição, como o cidadão, o eleitor de opinião e, por isso, defende interesses difusos como os da sociedade em geral; tem ligações organizativas fracas; é financiado por fundos públicos; não conta com intensa e mobilizada militância; tem

---

religião subsidiam um projeto político (temporal) e, consequentemente, o quanto esses partidos são ou não viáveis e consistentes programaticamente.

direções personalizadas e está centrado nas suas lideranças, notadamente aquelas que desempenham cargos eletivos.

Contudo, faltam-lhe outras e que são essenciais para a inclusão nessas classificações. Ele não possui alto grau de profissionalização de sua estrutura, com uma burocracia remunerada responsável por "fazer" o partido. Tampouco está voltado prioritariamente para ser um coletor de votos – e se a intenção fosse esta, teria pouca eficiência, pois, apesar do crescimento constante apresentado nas três eleições que disputou, continua muito pequeno. Igualmente, como enfatizado há pouco, porque em sua origem e ao longo de sua trajetória, está longe de se apresentar com um ator que visa a prioritariamente maximizar oportunidades eleitorais e a exercer cálculo meramente instrumental, logo se dissocia de ser uma "empresa eleitoral"[11].

O interesse da tese não é meramente rejeitar essas categorizações já consagradas na literatura. Ressalva-se, por exemplo, que Panebianco (2005, p. 514) especifica que o seu modelo é um tipo-ideal e que "nenhum partido corresponde *in toto*, nem provavelmente jamais poderá corresponder, ao tipo 'profissional-eleitoral". Nesse sentido, apontados os afastamentos em relação ao tipo-ideal, o PI poderia, sim, ser considerado uma modalidade do partido "profissional-eleitoral". A questão não é esta, e sim destacar que o classificar como tal implicaria um apaziguamento, quando o esforço é o inverso: o de apreender as peculiaridades dele mais do que encontrar um confortador enquadramento da sua natureza organizativa.

Se fosse o caso de inseri-lo em uma classificação, poderia ser aplicada ao PI a de "eleitoralista programático", seguindo o modelo proposto por Gunther e Diamond (2003), pois contempla com mais amplitude o que ele se propõe a ser. Conforme os autores, ela corresponde a

> um partido político moderno, pluralista/tolerante, claramente organizado, cuja função principal é a condução de campanhas eleitorais, e essas campanhas geralmente buscam capitalizar a atratividade pessoal de seus candidatos. No entanto, o partido programático está mais próximo do modelo clássico de partido ideológico de massas em três aspectos. Em primeiro lugar, tem uma agenda muito mais distinta, consistente e coerentemente programática do que o partido *catch all*, claramente incorpora os apelos ideológicos ou programáticos em suas campanhas eleitorais e em sua agenda legislativa e governamental [...]. Assim, em segundo lugar, procura ganhar o controle do governo (ou um lugar nele) precisamente por meio dessa definição mais nítida de uma plataforma ou de

[11] Todos as características elencadas neste parágrafo serão analisadas na continuidade do texto.

> uma visão do partido. Em terceiro lugar, embora a sua organização e a sua base social possam, em um sistema majoritário, se assemelhar às do partido *catch all*, em um sistema altamente proporcional, [...] com base social mais claramente definida e, possivelmente, alguns vínculos mais firmes com as organizações de ideias semelhantes na sociedade civil. Neste caso, a estratégia eleitoral é mobilizar o seu círculo eleitoral central, em vez de ampliá-lo através da agregação de interesses (GUNTHER; DIAMOND, 2003, p. 187).

Silva (2011, p. 88) se serviu dessa categoria de classificação para analisar os casos de três partidos de esquerda latino-americanos (FA, PT e Partido Socialista do Chile). Para o autor, embora haja um aumento do peso eleitoral nesses partidos, que enfatizam cada vez mais o desempenho nas urnas como um objetivo central e se organizam como "máquinas eleitorais", neles a ideologia ainda exerce um papel importante, de modo que não estariam dispostos a abandonar a totalidade de suas bandeiras históricas para ganhar eleições.

Para validar a aplicação da classificação "eleitoralista programático" ao PI é preciso destacar que a característica de ser "de ideias" não implica que os partidos assim considerados tenham renunciado à pretensão de serem competidores efetivos e de apresentarem crescimento eleitoral, bem como que vivam mergulhados na conformidade com a sua situação de pequenos e isolados em suas convicções. Eles podem até não conseguir ser grandes, mas isso não significa a ausência dessa pretensão. Os exemplos dos principais partidos de ideias o demonstram: em algum momento de suas trajetórias, PDC, PCU e PS deixaram o "purismo" em suspenso, coordenaram suas estratégias e seus programas para construir a FA e, assim, procuraram ampliar o espaço político a ser conquistado.

O PI possui intenção semelhante. Ele propõe recorrentemente uma aliança entre setores e entre lideranças progressistas pertencentes ao centro-esquerda – o que inclui alguns dos que atuam na FA, no PN e no PC –, com a intenção de construir um projeto de esquerda renovada ou não marxista. Tal aliança é bastante semelhante, em traços gerais, ao que foi cogitado pelo PDC no período da redemocratização e ao que foi defendido (e experimentado) nos anos 1980 pelos dissidentes da FA que criaram a coligação Novo Espaço, o que foi narrado no capítulo 1[12].

[12] Ideias do gênero circularam em diversos âmbitos e em diferentes períodos. Por exemplo, um relatório da embaixada dos EUA, datado do início de 1972, mostrava preocupação com a possível vitória da FA nas eleições de 1976 (jamais realizadas). Como uma das soluções, propunha enfraquecê-la por meio da divisão, o que seria possível com a formação de uma alternativa de centro-

Em artigo publicado em janeiro de 2004, Mieres (2004, p. 60) se referiu diretamente a esta estratégia, reivindicando um projeto coletivo de mudança com justiça social, “pero ao mismo tiempo se haga cargo de las limitaciones de la realidade manejando con moderación y responsabilidad el próprio proceso de cambio”.

Declarações recentes reafirmam esta proposta, agora projetada para o pleito de 2019, o próximo do calendário do país (SIERRA, 09 abr. 2016). Para utilizar uma discussão histórica da esquerda uruguaia, desenvolvida nos anos 1950-1970, o PI propõe uma aliança com exclusões (a das correntes marxistas)[13].

Aparentemente, tal proposição soa contraditória em relação ao impulso criador do PI, pois parece esvaziar a validade da existência dele como partido autônomo, apontando-o como contingente, cuja autonomia organizacional pode ser atenuada se esta decisão servir de base para a formação de acordos que tenham possibilidade de vitória eleitoral. A situação não se altera, ainda que essa aliança pretendida seja concebida como uma coalizão em que as partes mantêm a sua soberania, têm poder de veto sobre as decisões coletivas, as quais, por consequência, devem ser tomadas por consenso.

Na mesma medida, com esta proposta, Mieres assume que, isoladamente, o PI não tem possibilidades de alcançar o governo e, individualmente, é viável tão somente como força minoritária de oposição.

Não admira que em uma das apreciações sobre o PI, Bottinelli (06 feb. 2005 [2015], p. 402) demande que a legenda tenha maior refinamento programático na busca de uma diferenciação mais nítida em relação aos outros três partidos (FA, PC e PN). E que, seguindo esta intenção, na comemoração de seu décimo aniversário, em 2012, a legenda tenha procurado tal refinamento por meio da promoção de um ciclo de palestras, denominado “Os Inspiradores”, no qual homenageou cinco personalidades: Zelmar Michelini, Hugo Batalla, Juan Pablo Terra, Carlos Quijano e Arturo Ardao[14] (PI, 01 jul. 2013c).

---

esquerda que reunisse os setores não marxistas da FA e que isolasse os marxistas. Sobre a questão, ver: Aldrighi (2003, p. 45).

[13] Para uma discussão sobre esta questão, ver: Ferreira (2011).

[14] Todos já foram apresentados no capítulo 1, no qual suas militâncias foram acompanhadas, especialmente Michelini, Batalla e Terra. O único ainda não citado é Ardao (1912-2003), professor e filósofo, que se destacou pelo estudo da história do pensamento latino-americano e que atuou no semanário Marcha. Mais detalhes, ver: Liberati (2004).

As escolhas contidas neste ciclo de palestras são indícios do que o PI ambiciona ser e o que efetivamente é, quer pelo que afirmam, quer pelas contradições que desvelam.

Um ponto a destacar é o fato de ele comemorar seu primeiro decênio em um evento tão formal, racional e carregado de um tipo particular de mobilização política como um ciclo de palestras de nítido teor acadêmico ou intelectual.

O ciclo se desenvolveu em cinco encontros, cada um dedicado a um dos inspiradores, sendo realizado de seis de junho a 25 de julho de 2012. O formato envolveu a presença de um coordenador de mesa – em todas as datas o jornalista cultural e escritor Jaime Clara (1965-) – e de dois debatedores. Dentre outros, participaram os professores universitários: José Rilla (para falar de Quijano), Hebert Gatto (na sessão dedicada a Hugo Batalla) e Agustín Courtoisie (no evento alusivo a Ardao), todos então vinculados ao PI, como já ponderado no capítulo 1[15].

Normalmente, quando os partidos se dispõem a comemorar datas ou feitos, eles procuram realizar eventos (como comícios, passeatas, festas) que possam mobilizar o seu público, demonstrar a sua força e a sua pujança para os não adeptos e para os outros competidores, assim como promover a atração de novos quadros ou, ao menos, aproximar um público ainda não vinculado à instituição.

Outras legendas fazem a comemoração inter-pares, em eventos voltados a membros da hierarquia e a apoiadores privilegiados, como jantares e convenções. Ciclos de palestras ou curso de formação, que também são ocasiões para mobilizar os filiados, podem compor o elenco das comemorações, mas raramente ocorrem como o único ou o evento principal dessas celebrações.

Logo, observa-se que o PI não quis fazer do seu décimo aniversário uma oportunidade para se propagar a público novo e tampouco a de realizar comemoração restrita à cúpula. Não é o caso de achar que deveria ter feito outras escolhas, mas sim o de entender a racionalidade que o moveu.

Ele realizou um evento para aqueles que já estavam a ele vinculados, distribuindo incentivos coletivos (PANEBIANCO, 2005), por meio dos quais reforçava o seu “estilo” e o seu “modo de ser”, enfim, a subcultura que procurava cultivar (a de ser racionalista, crítico, reflexivo), além de reforçar seus princípios, o que será aprofundado a seguir.

---

[15] As cinco sessões estão disponíveis no site do PI (01 jul. 2013c).

Provavelmente, o ciclo não atraiu um grande contingente de novos quadros, tampouco contribuiu para a expansão significativa da legenda junto ao eleitorado e sequer atingiu uma parcela significativa dos já filiados[16], mas cumpriu outro papel: o de infundir os valores da instituição aos que nela já atuavam e, para ser coerente com o que tais valores evocam, não poderia e nem deveria ser uma atividade para grandes públicos, recreativa e lúdica, mas sim racional, acadêmica e analítica.

Não se pode considerar sequer que esta forma de comemoração tenha sido excepcional ou divergente das atividades que o partido procura desenvolver em paralelo àquelas político-partidárias *stricto sensu*. Em outro evento alusivo aos 10 anos de fundação, ele promoveu uma palestra com o filósofo espanhol Fernando Savater (1947-) sobre “os inimigos da democracia no século XXI” (PARTIDO..., 29 oct. 2012)[17].

Na comemoração dos 15 anos, ocorrida em 2017, a receita foi a mesma: a realização de um ciclo de debates chamado “Pensando o Amanhã”, novamente sob moderação de Jaime Clara, que teve três módulos, um sobre emprego e produtividade; outro sobre Estado, mercado e democracia; e um terceiro sobre previdência social (PI, 08 jun. 2017; 19 jul. 2017; 10 oct. 2017).

Uma segunda observação em relação a este ciclo comemorativo aos 10 anos é que, por razões cronológicas, nenhum dos cinco nomes escolhidos pelo PI como inspiradores militou no partido: Michelini foi assassinado em 1976, Quijano faleceu em 1989, Terra em 1991 e Batalla em 1998. Apenas Ardao morreu após a criação do PI, mas menos de um ano depois, em setembro de 2003. Não há como saber se o fariam, se tivessem a oportunidade de realizar esta escolha. Apesar disso, três tinham vinculações com os partidos formadores (Batalla e Michelini, com PGP; Terra, com PDC) e dois também atuaram na coligação NE (Batalla e Terra), embora nenhum deles tenha estado no partido NE, o mais próximo antecessor do PI.

Por consequência, as ligações que eles possuem com a legenda não são concretas e efetivas, fruto de vivências e de laços de continuidade. Elas são reivindicações que o PI apresenta, assim como posicionamentos, ideias e trajetórias

[16] A filmagem não permite visualizar extensivamente o público, mas se observa em algumas passagens que ele não era muito grande até porque o local em que foi realizado, o Teatro da Vela (de la Candela), não comporta mais do que 100 pessoas (TEATRO..., 2017).

[17] A transcrição da palestra figura em PI (01 jul. 2013d) e em várias outras fontes. O evento que atraiu mais público, em razão da notoriedade do palestrante, tanto que foi realizado no centro de convenções da Torre dos Profissionais, um local mais amplo, e contou com a presença dos ex-presidentes Tabaré Vázquez, Julio María Sanguinetti e Jorge Batlle (SAVATER, 30 oct. 2012; CLARA, 06 nov. 2012).

pessoais dessas personalidades que ele procura incorporar, com vistas a criar vínculos genéticos com elas.

Tais peculiaridades deixam evidente que, ao elencar esses nomes como seus inspiradores, o PI procura construir uma narrativa capaz de reafirmar a validade de seus princípios e de vinculá-los a uma origem longínqua, portanto, permanente e persistente. Em síntese, desenvolver a sua tradição – a exemplo do que fizeram em outros tempos PC, PN e FA –, ganhar legitimidade, formar uma identidade própria e produzir a sensação de pertencimento entre seus apoiadores e filiados, que ainda era incipiente, dada a curta trajetória da organização.

A tradição que o PI reivindica como sua por meio desse ciclo de palestras comemorativo aos seus primeiros 10 anos de fundação exige que os inspiradores sejam personalidades políticas e intelectuais de amplo reconhecimento na sociedade uruguaia, assim como que tenham uma trajetória de compromisso com a democracia. O pensamento de Terra, por exemplo, foi caracterizado nestes termos:

> […] como *liberal* en el político y de perfiles socialistas […] en lo económico y lo social. Su liberalismo político guarda una sintonía fuerte con la tradición socialcristiana expresada por dirigentes como Tomás Brena o Dardo Regules. Su pensamiento en materia económica y social está forjado al calor de diversas influencias como el comunitarismo del padre Lebret y el desarrollismo cepalino, probablemente, las dos más importantes. En el plano político libra un combate a dos frentes: por un lado, frente a la izquierda marxista, reivindica al pluralismo; por otro, frente a la derecha política, reivindica el valor de la participación (CAETANO; GARCÉ, 2004, p. 346).

A valorização da democracia é essencial, mas não suficiente para que uma personalidade seja considerada inspiradora do PI. Também é preciso que ela tenha um posicionamento de esquerda não marxista, quer porque, para a legenda, não é possível ser marxista e democrático ao mesmo tempo, quer porque ela não pretende se vincular a qualquer liderança histórica que pertença a esta matriz.

Talvez este seja o motivo pelo qual Frugoni, que assim como os escolhidos ostenta as mesmas credenciais, não tenha sido considerado um inspirador. Ele possui longa militância, reconhecimento social por sua biografia e por sua trajetória política, firme compromisso com a democracia e, como visto, afinidades com o modo como o PI se vê.

Caetano e Rilla (1990, p. 39-40) assim sintetizam o “socialismo frugoniano”: (1) uma matriz ideológica definitivamente plural, não restritiva, com a referência

central de um “marxismo desmonolitizado”, porém com uma grande abertura a outro tipo de síntese ideológica; (2) uma afirmação enfática da democracia política como valor substantivo e universal, radicalmente inerente a toda construção socialista; (3) a reivindicação de independência partidária a reais ou eventuais centros mundiais; (4) um receio manifesto a respeito do nacionalismo, expressado em suas interpretações históricas e em seu eurocentrismo; (5) a projeção do PS como o grande “partido civilizador”, “escola de cidadania”, como um genuíno “partido de ideias”.

Para não realizar juízos levianos, é preciso lembrar que há uma razão definidora a impedir que Frugoni pudesse ser apropriado pelo PI: ele “pertence” à tradição da FA, em razão da longa militância no PS, partido do qual, aliás, foi fundador. Em maio de 2004, por exemplo, foi por ela homenageado com a inauguração de um retrato (pintura) na sede do partido (HOMENAJE..., 31 marzo 2004).

Na mesma linha, a razão pela qual Batalla pode aparecer como inspirador também está no fato de a sua figura não ser reivindicada pela FA e tampouco ser lembrada pelo PC, legenda na qual começou e encerrou a carreira. Ele se encontrava, portanto, “disponível” para ser resgatado pelos quadros do PI que militaram no PGP e valorizam a sua figura, caso de Posada, de Gatto e do deputado Heriberto Sosa, por exemplo.

Essas são credenciais muito significativas e fazem com que, convenientemente, o partido não se importe com o fato de Batalla ter empreendido uma trajetória política divergente daquela que conduziu a que o PI se constituísse como partido autônomo, já que, em 1994, ele pôs fim à coligação NE, associou o PGP ao Foro Batllista e, depois, aderiu formalmente ao Partido Colorado, legenda na qual se encontrava ao falecer[18].

Da figura de Batalla restou outra característica, mais adequada àquela cultivada pelo PI: a de manter o compromisso com suas convicções e o diálogo, mais do que com as instituições existentes, razões pelas quais deixou o PC nos anos 1960, a FA nos anos 1980 e o NE nos anos 1990. Aliás, ele declarou esta

[18] Esta é a opinião de Gerardo Caetano, citado por García (2013, p. 322): “es ‘muy terrible’ que nadie reivindique a Batalla. ‘No lo hace el Frente, a quien fundo, ni el PC, donde comenzó y donde terminó su vida política. El Partido Independiente tiende a hablar de Batalla, pero más allá de sus intentos es una reivindicación marginal; además, este se funda después de la muerte de Batalla, es una recuperación más simbólica que real”.

visão sobre a política, em entrevista de 1991, quando estava na coligação NE, citada por Scaffo (1991, p. 87):

> pretendemos ser, no sé si una fuerza de unidad, pero sí de diálogo nacional. Em Uruguay no sólo debe haber un diálogo de la izquierda consigo misma sino, sobre todo, de la izquierda con el país. Creemos que resulta indispensable la necesaria coherencia de las fuerzas progresistas, más allá de los esquemas políticos partidarios que hoy por hoy son cada días más artificiales […].

Sobre esta tentativa de construir vínculos genéticos com essas personalidades de amplo reconhecimento na cultura uruguaia, Garcé (2012, p. 182) não deixou de observar que:

> la referencia a estos 'inspiradores' (referentes centrales del socialismo democrático y de la izquierda no marxista en Uruguay) no parece casual: el PI viene haciendo un esfuerzo creciente por diferenciarse de blancos y colorados, los otros partidos de oposición, y por subrayar su identidad como partido socialdemócrata, o para decirlo en los términos de su Convención Nacional, de 'izquierda del siglo XXI'.

Há outro aspecto do ideário do PI que mereceu ponderação por parte de Bottinelli (04 enero 2015) e que diz respeito ao peso de suas raízes. Ele fez referência à divisão em duas matrizes ideológicas distintas, reconhecidas pelo próprio partido: a social-democrata, simbolizada por Posada, cuja militância original remonta ao PGP; e a democrata-cristã, representada por Mieres, que iniciou e teve longa vida política no PDC (PI, 01 jul. 2013a).

Neste aspecto, o PI não difere do partido NE, cuja matriz principal era o PGP, mas que contava com uma ala de origem democrata-cristã especialmente após o ingresso de Mieres, o que pode ser simbolizado pela rápida ascensão interna que ele alcançou, a ponto de, em três anos, ser candidato a Vice-presidente e primeiro nome da lista para deputado por Montevidéu. A coligação NE também contava com a sua matriz católica nas vertentes democrata-cristã (PDC) e mais conservadora (União Cívica). Todavia, tinha uma liderança clara (Batalla e o PGP), logo preponderava a formação batllista, não as ligações com o ideário católico. A diferença do PI em relação aos antecessores NE é que, nele, o líder princial é proveniente da democracia-cristã.

Se a essas duas correntes do PI forem acrescidos os "liberais igualitaristas", os "ambientalistas" e aqueles vindos de "coletividades tradicionais do país", que

também teriam participado da formação do partido conforme consta em sua Declaração de Princípios e/ou no Estatuto, verifica-se que a extensão ideológica é grande e/ou algo indefinida.

Diversos exemplos mostram que esta característica impõe custos à organização de uma legenda e ao processo decisório nela desenvolvido, mas que é possível viabilizar entidades formadas com militantes de perfil ideologicamente heterogêneos.

Bottinelli (04 enero 2015) afirma que, embora social-democracia e democracia-cristã sejam correntes que giram em órbitas diferentes no mundo ocidental, a história dos partidos no Uruguai mostra que ideologias distintas, mas próximas, podem conviver na mesma legenda, desde que "por un lado haya reglas claras de juego entre las corrientes y del otro lado haya otros elementos que amalgase nesas corrientes en una identidad partidaria".

A FA é a prova maior disto: atingiu o sucesso, apesar de vivenciar diferentes linhas de pensamento e de ação que estão organizadas como frações internas, o que aumenta o risco da ruptura (como ocorreu em 1989, e algumas vozes especulam ser uma possibilidade palpável na contemporaneidade[19]).

Ressalva-se que este não é o caso do PI, que oficialmente não está organizado sob a forma de frações. Logo, até o momento, as diferentes origens partidárias e ideológicas das duas principais lideranças não se manifestam de forma orgânica. A inexistência de setores é vista como uma vantagem por Mieres (22 abr. 2014), pois, segundo ele, permite que os consensos político-eleitorais surjam com mais fluidez.

Entretanto, como já visto, o partido contou nas eleições de 2004 com o apoio do Partido Verde Eto-Ecologista, que apresentou lista própria. Assim como, em 2009 e em 2014, teve a participação do Movimento dos Comuns, que era um grupo político a ele associado e que também concorreu com lista própria. Ambos, contudo, não se constituíssem oficialmente como um setor do PI.

Nessa perspectiva, a dúvida verbalizada por Bottinelli (04 enero 2015) é se um pequeno partido pode ser compatível com "correntes" ou "tendências" – no sentido atribuído por Sartori (1982, cap. 4), de diversidade de princípios ou de interesses não articulados organicamente, mas persistentes no cotidiano da

[19] Um exemplo recente é Alsina (2016), que personaliza a crise da FA no embate entre Vázquez e Mujica, o qual, segundo ele, desenvolve-se em alta voltagem no atual governo (2015-2020).

instituição – ou se a sua condição exige coesão ideológica, como ocorria com os antigos partidos de ideias.

Em qualquer hipótese, o alerta de Bottinelli (04 enero 2015) merece atenção. Afinal, como lembra Panebianco (2005, p. 359), a inexistência de grupos internos formalmente organizados não implica dizer que as diferenças de opiniões não persistam, mas sim que, por alguma razão, elas não se expressam sob a modalidade de um setor, fazendo com que a instituição viva o "dissenso passivo".

Aliás, é preciso ser honesto em relação ao texto de Mieres recém-citados: ao falar na inexistência de setores, ele não afirma a ausência de diferenças no PI, ao contrário, destaca que, em razão dessa característica, os consensos se formam com maior facilidade, o que vislumbra como uma vantagem frente a partidos fracionalizados.

A outra questão a ser apontada, que repousa subjacente à reflexão de Bottinelli (04 enero 2015), diz respeito à coesão efetiva do *corpus* das ideias do PI. As vertentes do qual ele procede foram reunidas em uma nova formação, eclética e heterodoxa ou elas foram simplesmente justapostas e convivem sem se mesclar? Alternativamente: pode-se cogitar a hipótese de que – se elas, simplesmente, não foram até o momento seriamente discutidas e encontram-se latentes – podem, a qualquer tempo, "explodir" como uma grave crise interna.

Uma legenda em que conviveram as vertentes social-democrata e democrata-cristã e que, por isso, pode ser comparada com o do PI é a União do Centro Democrático (UCD), da Espanha. Para tornar o cenário mais complexo, nesse agrupamento ainda havia uma terceira linha, os liberais.

Tal analogia não traz boas expectativas para o PI: a UCD teve êxito na transição espanhola, mas se desarticulou pouco tempo depois, no início dos anos 1980, após sofrer uma dura derrota eleitoral e em razão das diferenças ideológicas que impediram a formação de um programa específico. Como sintetiza Alonso-Castrillo (1996, p. 287), "la UCD no tiene una ideología única y precisamente definida, sino tres ideologías de difícil coexistencia y que acabarán destruyendo el partido que ellas mismas crearon".

Apesar desse risco, até o momento, a convivência entre os sociais-democratas e os democratas-cristãos, bem como a das duas lideranças que as simbolizam, tem se dado sem problemas mais significativos e com estratégias eleitorais conjuntas.

Porém, há um episódio marcante para a história do PI – e também para a sociedade uruguaia recente – em que essas diferenças afloraram: a votação da Lei 18.897, que trata da interrupção voluntária da gravidez ou da despenalização do aborto[20]. A situação é a que se descreve a seguir.

Uma norma semelhante, a Lei 18.426, havia sido aprovada pelo parlamento em 2008, durante o governo de Vázquez, portanto, com o engajamento da FA. Mas ela foi vetada pelo Presidente, que desafiou o posicionamento do seu partido em nome de suas convicções pessoais. A decisão inviabilizou que a lei entrasse em vigor, pois são necessários 3/5 dos votos de cada uma das câmaras para derrubar um veto presidencial, o que jamais seria alcançado, em se tratando de um regramento polêmico como este[21].

No segundo governo da FA, o Presidente José Mujica afirmou que não vetaria uma medida dessa ordem, o que estimulou que a questão fosse retomada. Uma nova proposta de legalização do aborto foi aprovada no Senado, mas enfrentou dificuldades na Câmara, em razão de divergências na bancada da FA, o que fazia com que alguns membros se recusassem a votar a favor. De sua parte, os partidos tradicionais firmaram posição contrária e não forneceriam os votos necessários para que a aprovação ocorresse.

É neste impasse que Posada resgatou um projeto que tratava do mesmo tema e que ele e o ex-deputado Falero haviam apresentado em 2002, quando atuavam no bloco parlamentar do Novo Espaço Independente. Ele colocou tal proposta na mesa de negociações: dispunha-se a votar a favor da medida, garantindo que a ideia fosse aprovada, desde que a FA aceitasse promover mudanças na proposta original, as quais a aproximariam do que o projeto dele determinava. Posada impunha algumas condicionalidades ao aborto legal, como uma série de requisitos a cumprir por parte da mulher antes de, efetivamente, ele vir a ser realizado[22].

---

[20] A lei permite o aborto legal até 12 semanas de gravidez e obriga os órgãos de saúde a atenderem gratuitamente as mulheres que decidirem abortar.

[21] Johnson e Pérez (2009, p. 50) são bastante críticas em relação à decisão de Vázquez: "[...] fue un veto a su propia bancada. Por último, fue la imposición de una ética individual – basada en convicciones personales del presidente – sobre una ética coletiva en base a la cual, supuestamente, deben ser construidas las leyes". Mais detalhes, ver: Moreira (2009, p. 59-63).

[22] A destacar que Posada afirmou ser contra o aborto legal: "yo creo que hay vida desde la concepción, no he cambiado mi visión ha respecto a eso, lo que sí creo es que frente al fracaso de la ley vigente, lo que había de buscar era una alternativa para tratar de disminuir el número de abortos, pero además quienes se han opuesto a esta ley no han planteado ninguna alternativa. De lo que se trata es de cambiar la realidad, no consolidarla" (ABORTO…, 12 nov. 2012). A declaração é coerente

Ante o risco de não conseguir aprovar o projeto, a FA concordou com os termos propostos por Posada, tanto que o projeto em tramitação passou a ser o do deputado do PI, o qual foi, finalmente, aprovado em outubro de 2012 (BIDEGAIN PONTE, 2013, p. 370)[23].

A posição de Posada não era a do PI, de tal modo que o outro deputado da legenda de então, Daniel Radío, católico, votou contra o projeto. Posada levou adiante a negociação em caráter pessoal, embora estivesse autorizado para tal porque o partido o havia liberado para agir como quisesse. No entanto, Mieres foi um dos principais defensores da realização de um referendo para revogar a lei, que, afinal, não conseguiu atingir seu objetivo (FRACASÓ..., 23 jun. 2013)[24].

Como sintetiza Bottinelli (04 enero 2015), "medio PI contra medio PI en una consulta popular. Y medio PI votó su Ley y el otro medio PI combatió ardorosamente en el Parlamento la Ley surgida de su seno". Ou, para usar categorías analíticas propostas pela área: neste episódio relacionado a questões programático-atitudinais, o partido não mostrou coesão e coerência. A primeira se refere a quanto os membros de um partido se comportam de modo homogêneo e, no caso específico, votam da mesma forma. A segunda abarca o grau de congruência nas posturas ideológicas e programáticas dos membros do partido[25] (RODRÍGUEZ; GARCÍA MONTERO, 2002).

Apesar desta divisão de forças, o episódio acabou por dar uma visibilidade pública ao partido inédita até então (BIDEGAIN PONTE, 2013, p. 361). Na mesma medida, pareceu confirmar o argumento de Mieres em torno da possibilidade de, em determinadas circunstâncias – como a ausência de maioria do governo –, a legenda ser um instrumento de negociação e de alcançar protagonismo no parlamento, apesar de sua bancada diminuta (JOHNSON; SEMPOL, 2012, p. 47). Porém, Mieres

---

com o que frisam Johnson e Sempol (2012, p. 47): o projeto não despenaliza o aborto e não consagra o direito de a mulher ter a decisão sobre interromper a gravidez, ele suspende a aplicação da pena em determinadas circunstâncias e sob determinadas condições (dentro das 12 semanas de gestação, após a demanda ser aprovada por uma equipe interdisciplinar).

[23] Detalhes sobre a tramitação do projeto, ver: Johnson e Sempol (2012). Moreira apresenta a sua visão em: Caillabet (2014, p. 61-65).

[24] Segundo a legislação: para tal, em até 150 dias após a promulgação da lei, é necessário apresentar petição que reúna pelo menos 2% dos eleitores. Alcançado este patamar, a Corte Eleitoral autoriza a realização de consulta sobre a realização do referendo, de participação facultativa, na qual é preciso obter a frequência de 25% do eleitorado. Atingida tal exigência, o referendo é realizado. No caso específico, 8,8% dos eleitores compareceram à consulta foi autorizada, de modo que o referendo propriamente dito não ocorreu.

[25] No caso específico, como cada parlamentar da bancada estava liberado para votar como desejasse, não cabe falar na terceira categoria, a disciplina, pois ela busca verificar o quanto os parlamentares seguem a orientação da legenda.

não esperava que isto acontecesse precisamente na adesão ao aborto legal, questão com a qual pessoalmente não concordava.

Outro aspecto a ressalvar é que, em duas oportunidades, Bottinelli (21 oct. 2012; 04 enero 2015) questionou o nome adotado pela legenda, por considerá-lo pouco expressivo do ponto de vista ideológico e da formação de uma identidade própria: “no define nada o lo que define es algo que no necesariamente expresa la plenitud de mensaje que trasmite el partido” (BOTTINELLI, 04 enero 2015).

O autor reconhece que “branco”, “colorado” e “frente ampla”, os nomes dos principais partidos do país, também são denominações que, em si mesmas, não agregam conteúdo político-ideológico, e indicam tão somente cores ou uma aliança que não é estreita, além de ressalvar que “nacional” traz informação um pouco mais substancial, mas mesmo assim imprecisa. Porém, em todos os casos, esses termos sem significado político prévio ganharam concretude no panorama uruguaio e se transformaram em expressão de uma identidade política muito particular (BOTTINELLI, 21 oct. 2012).

O problema na denominação “independente” – também presente em “independentes”, que é a forma como o PI se denomina na Declaração de Princípios, identificando indivíduos que compartilham tal qualidade – é que, ao contrário das outras, ela tem um significado mais preciso. Entretanto, tal significado não gera pertencimento, pois não ajuda a construir uma identidade política: ser independente indica “exaltar la independencia como una virtud en si misma, la calidad de orejano, de sin ataduras, de hombres libre como sinónimo de ajeno a toda disciplina”.

Além de só ser possível a independência em relação a algo, o que demanda especificar a que programa ou ideias o indivíduo/partido “toma distância”, tal condição não necessariamente significa pertencer ao PI – até porque se o indivíduo pertence ao partido, ele não é mais “independente” –, pois “no se concibe la calidad de orejano como una pertenencia”.

Crítica semelhante pode ser apresentada ao slogan que o partido lançou na campanha inaugural de 2004: “nem uns, nem outros”, que indica a intenção de ser uma resposta à já conhecida polarização do sistema político entre partidos tradicionais e FA. Coerente com esta perspectiva, a Mesa Executiva do PI rechaçou a possibilidade de compor uma coligação com PN e PC para a disputa das eleições departamentais de Montevidéu de 2015, que pretendia somar forças para derrotar a

FA. Ele preferiu concorrer de modo “independente”, isto é, autônomo, em consonância ao impulso que o formara ao rejeitar a associação do NE com a FA[26].

Lembra-se que o PI não é contra a aliança com outros partidos, ao contrário, propõe esta estratégia. O que ele não deseja é associar-se à totalidade dos partidos tradicionais ou da FA. Ele aceita fazê-lo com determinadores setores desses partidos, aqueles que possuem um ideário que identifica como progressista e compromissados com a democracia. O progressismo ele diz não encontrar em várias frações dos partidos tradicionais e o comprometimento com a democraica, por sua vez, não estaria verdadeiramente firmado por certas partes da FA.

Em entrevista a um órgão de imprensa, Mieres explicitou as diferenças em relação aos partidos tradicionais:

> tenemos una preocupación más fuerte por lo social que la que han tenido históricamente blancos y colorados. Tenemos también una concepción claramente socialdemócrata, y en el caso de blancos y colorados conviven sectores que podrían estar cerca de nuestros planteos con otros conservadores, de derecha, con concepciones contrarias al cambio. Pero también tenemos algunas diferencias en temas del acontecer nacional más concretos (MIERES, 19 nov. 2013).

Já a concepção do PI sobre a FA (ou setores da FA) será extensivamente analisada na próxima seção.

Outro episódio da “independência” do PI é o posicionamento em relação ao plebiscito para a redução da maioridade penal para 16 anos, realizado concomitantemente às eleições de outubro de 2014, em uma iniciativa capitaneada por Pedro Bordaberry (PC) e seu setor, Vamos Uruguai, com apoio do Herrerismo, o setor majoritário do PN. A iniciativa assumiu um nítido caráter oposicionista – era o carro-chefe da campanha de Bordaberry[27] – e navegava na liderança que o quesito segurança apresentava há seis anos dentre as preocupações da população (GARCÉ, 2014b, p. 226)[28].

---

[26] A aliança se efetivou por meio do lema comum Concertação, que obteve 41,6% dos votos e não conseguiu evitar a sexta vitória consecutiva da FA, que fez 55,7%. Mais detalhes, ver: Cardarello; Castiglia (2015).

[27] Embora a aprovação da realização do plebiscito, sacramentada em 2012, tenha sido uma vitória de Bordaberry que o projetou junto ao eleitorado, Rodríguez e Vairo (2016, p. 55) anotam que sua figura esteve associada a esta proposta do início ao fim da campanha, o que a limitou e o deixou presa em certa monotonia.

[28] Em 2009, ao atingir 42,6% como o principal problema do país na opinião pública, ele assumiu a liderança e superou o desemprego. Desde então, manteve-se nesse posto e chegou em 2014 a 60%.

A iniciativa do plebiscito não entusiasmou o PI e o seu posicionamento não foi determinado pela disputa política entre governo e oposição. Repetindo a decisão no caso da coligação anti-FA projetada para eleição montevideana de 2015, preferiu se ater estritamente ao que a proposta continha e ao seu entendimento de que ela não resolveria o problema gerador. Assim, não acompanhou a posição de Bordaberry e colocou-se ao lado da FA.

A fortalecer tal entendimento, Vila (2014) comparou os programas eleitorais de 2014 sobre o quesito segurança, tendo identificado duas tendências básicas: a de oposição à condução política do governo, na qual figuravam PN e PC; e a que pretendia aprofundar a orientação seguida, na qual estavam a FA e o PI. Sobre essa proximidade, ele indica:

> sin coincidir plenamente en el diagnóstico y las medidas presentan algunos puntos de contacto en cuanto a la visión del abordaje de la seguridad ciudadana […] en los diagnósticos de ambos partidos puede incluso verse el común denominador de calificar a la inseguridad como 'fenómeno complejo'. En tal sentido, se explicitan factores que inciden en el campo de la criminalidad, como pérdida de valores, pobreza y exclusión, influencia de las drogas, inadecuados controles o la débil acción judicial (VILA, 2014, p. 272).

Ao observar esses exemplos, reconhece-se: o PI não é como os partidos tradicionais e tampouco como a FA, o que destaca a sua independência. Mas, assim como alerta Bottinelli (21 oct. 2012), não ser nem um e nem outro não indica aquilo que o PI é, simplesmente o que ele não é.

Parece claro que o "independente" que dá novo ao partido se reporta à intenção de ele prosseguir como uma opção política autônoma, o que tinha um significado bastante evidente no contexto da sua formação. Seguindo a perspectiva de Panebianco (2005), explorada no capítulo anterior, essas marcas de origem persistem por muito tempo e ajudam a formar a identidade da organização. Contudo, é inegável, também, que o termo perde a capacidade explicativa, conforme novas conjunturas surgem e o PI desenvolve a sua própria trajetória.

A observação de Bottinelli (21 oct. 2012) extrapola este momento fundacional e questiona o significado político da denominação, ao partir do pressuposto de que ela deve indicar valores efetivos e suscitar pertencimento a modelos que podem ser historicamente construídos, como é o caso dos demais partidos, mas que se tornam pouco sustentáveis se indicarem não compartilhar certo modelo. Se a nomenclatura indicar apenas isto, ela põe em evidência a ligação (por afastamento) com outrem,

especialmente a FA. Afinal, como afirma Mieres, na conjuntura de sua fundação, o PI foi (e é) um não à FA e ao modelo de esquerda que nela identifica.

É possível argumentar que este questionamento de Botinelli (21 oct. 2012), acompanhado pela tese, talvez esteja desfocado e comungue de uma versão do que Panebianco (2005, p. 6-11) chama de “preconceito teleológico”, pois demanda ao PI uma definição programática que não está entre os seus objetivos e que não se realiza justamente por esta razão, jamais por incapacidade institucional.

Ainda conforme Panebianco (2005, p. 313), as metas ideológicas originárias “fornecem os recursos simbólicos de identidade ao sistema de incentivos e continuam a modelar a imagem externa da organização, influenciando, assim, a disputa e a cooperação do partido com outras organizações”. Mas essas metas são, por sua vez, articuladas às exigências da organização, especialmente a manutenção dela, e perdem o caráter definidor e distintivo que a literatura costuma atribuir-lhe.

Da mesma forma, as investigações sobre partidos elencadas na abertura desta seção demonstraram que a formulação de propostas que partam de um conjunto estruturado e coerente de ideias não é condição necessária para a existência de um partido. Uma infinidade de organizações se viabiliza em torno de lideranças, de conveniências e de oportunidades conjunturais ou, ainda, de princípios muito genéricos. Como tais, elas são compartilhadas por várias instituições em um mesmo contexto e, por si só, não forneceriam uma identidade claramente distintiva. Ainda assim, em sua generalidade, tais propostas fornecem incentivos coletivos – para usar novamente a classificação e a terminologia de Panebianco (2005, p. 20) – necessários para manter uma instituição.

Essas características se somam no PI para criar um sentimento de pertencimento, uma adesão afetiva que não tem relação necessária com a formulação de um programa claro e coerente – a maioria das vezes, como afirmado acima, dispensam esta exigência – que atuam como incentivos coletivos que mantêm a identidade da organização e a adesão dos seus membros (PANEBIANCO, 2005, p. 20-21).

Logo, há uma série de elementos que constituem a particularidade do PI e que podem fornecer razão suficiente para que ele tenha existência e ganhe adesões. É o caso de afirmar ser uma opção de esquerda diferente e, por isso, afastar-se da FA (e também por partidos tradicionais); reafirmar este afastamento, quando a FA estava prestes a conquistar o governo nacional; optar por ser pequeno

em decorrência dessa escolha e evidenciar a “nobreza” dessa condição, tomada como indício de autenticidade e de não aceitar trocar as convicções por espaços de poder; construir uma narrativa que cria vínculos genéticos com personalidades reconhecidas da história política do país, chamando-as de “inspiradores”.

Esses elementos podem atingir este objetivo, embora, do ponto de vista de uma análise crítica, não construam um programa suficientemente detalhado e elaborado, que tenha capacidade de explicitar quais são as diferenças efetivas e concretas que o distinguem da FA e o impedem de se (re)aproximar-se dela.

Outro aspecto a ser levado em conta é que a defesa da moderação e da negociação como a “marca” do PI e de seu compromisso com a democracia representativa – e que o tornariam o fiel da balança, se a FA perdesse a maioria parlamentar, como enaltecia a sua propaganda eleitoral em 2014 – não implica o comprometimento prévio com nenhuma orientação, ainda que o partido tenha propostas programáticas que são apresentadas ao eleitorado a cada campanha.

Como ele não tem expectativa de ser governo a curto prazo, esta situação permite ampla margem de manobra nos posicionamentos a serem adotados frente às questões políticas concretas que se apresentarem, notadamente aquelas propostas pelo governo (efetivamente, a FA, ao menos desde a sua criação e até o momento).

A aura positiva que ele associa à sua condição de “independente” reforça esta perspectiva e o autoriza a ser contra e/ou a favor aos assuntos em pauta, a propor novas políticas públicas, a sugerir melhorias ou supressões naquelas apresentadas, assim como a ter e a manifestar opinião sobre todos os temas surgidos na agenda pública, sem estar previamente vinculado a qualquer outra força partidária e seus respectivos posicionamento e/ou opiniões.

Em termos mais concretos: ele não apoia a FA, mas pode fazê-lo; é oposição, mas nem por isto está previamente comprometido com os partidos tradicionais e votará em bloco com eles. O posicionamento está condicionado ao que estiver em discussão, o que confirma a sua condição de “independente”. Assim como, a de imprevisível.

Dessa forma, o PI não é um “partido nicho” (MEGUID, 2005, 2008), preso a um conjunto de ideias bem delimitadas, que só ganha sentido e pode continuar a existir se se mantiver firmemente aferrados a elas. Ele não é intransigente ou purista. Com isto não se quer dizer que o PI não tenha ideias e tampouco que seja

um partido pragmático-eleitoral, o que não corresponde ao modo como suas características têm sido vistas nesta tese. O que se pondera é que suas ideias e seus princípios evocam uma postura frente à política, sendo mais procedimentais do que propriamente de conteúdo. Esta interpretação será aprofundada na continuidade do capítulo.

É relevante destacar que ele se constitui como um "posicionamento" perante o universo partidário uruguaio, embora procure construir sua ação e sua mobilização por meio de recursos não sentimentais, e sim intelectuais, como pode ser comprovado pelas comemorações com palestras e a atuação parlamentar fundada na análise racional e criteriosa dos temas políticos[29].

Igualmente, que se apresente como um partido não pragmático, em que as questões de fundo e os princípios são mais significativos do que os resultados a serem alcançados (e a sua própria criação parecem comprovar tal tendência). Para fazer jus à condição de independente, ele é reiteradamente o partido do "mas", isto é, que mesmo quando concorda com alguma proposta sempre tem uma restrição a fazer ou uma sugestão a interpor.

Entretanto, como os princípios e as ideias que o fundamentam não estão claramente delimitados e, consequentemente, não permitem antecipar com alto grau de probabilidade a postura que ele vai adotar, esta retórica opera, na prática, como uma autorização para ser "independente". Ou seja, reagir de modo razoavelmente imprevisto e, ainda assim, sustentar tal postura como resultado de ser coerente com seu ideário.

Um texto humorístico que revelou a "biografia proibida" de Pablo Mieres, quando ele concorreu a Presidente em 2014 – e que por si só já é um sinal da relevância que atingiu no sistema político do país – destacou tais características do líder do PI, as quais se confundem com a da própria legenda[30]:

> [...] fue notando que sus acciones y opiniones no cosechaban ningún tipo de adhesión. 'Si Pablo proponía ir a jugar a la escondida, todos preferían la mancha; si todos jugaban al fútbol, Pablo se quedaba haciendo otra cosa', recuerda Mirtha [uma tia] […]. Ahora bien, lo que más afectó a Mieres, y especialmente a partir de la adolescencia, fue su ambigüedad e indecisión (TUALA, 2014).

[29] Sobre este aspecto, ver: Souto (2017).
[30] Os outros candidatos presidenciais também mereceram biografias semelhantes, ou seja, a ironia não esteve voltada exclusivamente a Mieres.

Souto (2017), que analisou a participação do PI na Câmara de Representantes na legislatura 2005-2010, ou seja, a atuação de Posada, único deputado da legenda, ponderou:

> O PI também procurou atuar como 'oposição responsável e crítica', com capacidade para apoiar os projetos e iniciativas do governo que considerava razoáveis e de rechaçar aquelas com as quais divergia (e de justificar a razão da divergência), ao invés de votar sempre contra todas propostas. Ao mesmo tempo, ele seguidamente fez questão de incluir comentários, críticas ou sugestões a tais proposição, as quais tinham em vista, mais do que simplesmente melhorá-las, apontar a visão que ele tinha sobre o tema e indicar a sua preocupação com o oferecimento de propostas à sociedade (SOUTO, 2017, p. 105).

Seguindo a perspectiva desenhada nas páginas precedentes e inspirado pela análise que Panizza (1990) faz do modo como José Batlle y Ordóñez procura construir a identidade "colorada"[31], pode-se ponderar que, assim como este prócer afirmava que a união do PC decorria da oposição a um adversário comum – ou seja, não ser *blanco* e combater o partido antagônico é suficiente para construir o ser colorado (PANIZZA, 1990, p. 50) – , o PI se viabiliza e se sustenta por se opor à FA, sem que isto exija ter um programa delimitado, que demarque, no plano das ideias e das estratégias, as diferenças efetivas entre ele e esta sua oponente.

Embora ele também centre fogo contra os partidos tradicionais, é inegável que o seu foco está na FA, seja porque sua origem está entremeada com este partido, seja pelo fato de ela estar no governo desde que ele constituiu bancada própria. Portanto, as questões políticas em pauta serem aquelas apresentadas pela FA, às quais o PI e também colorados e *blancos* reagem para bloquear, modificar ou alterar radicalmente[32].

Essa construção discursiva do PI pode ser suficiente para forjar a coesão interna, sustentar a proposta do partido e até viabilizar seu constante crescimento eleitoral, mas ela enfrenta dificuldades para se propagar pela sociedade especialmente porque a dinâmica política uruguaia não a contempla.

De um lado, porque os partidos tradicionais também são antagonistas da FA e conseguem se apresentar como "não frente-amplista" com mais eficiência e contundência do que o PI. E tal ocorre quer porque foi contra eles que esta disputou até despojá-los do poder que exerceram "desde sempre"; quer porque, para o eleitor

[31] E, por sua vez, a análise do autor está baseada na teoria do discurso de Ernesto Laclau.
[32] A relação do PI com a FA foi enfatizada no capítulo 1 e será detalhadada na continuidade do texto.

contrário à FA ou que com ela passou a se decepcionar, a possibilidade efetiva de derrotá-la passa por essas legendas, mais do que pelo PI.

De fato, o PI não possui um projeto próprio para derrotar a FA. A campanha pelo término da maioria absoluta dela no parlamento não quer propriamente apeá-la do poder, e sim fazer com que perca a condição de hegemônica. E a ideia de formar uma frente de esquerda para derrotá-la, apesar de formulado pelo PI, necessariamente engloba um conjunto de forças unidas em torno de um objetivo comum, cuja iniciativa lhe pertence, mas ela se chegar a ser aplicada, não há a mesma certeza no que tange a quem vai liderá-la.

De outro lado, porque, como já foi enfatizado pela tese, o PI faz questão de dizer (e de demonstrar por suas decisões) que ser contrário à FA não o vincula ao bloco dos partidos tradicionais. Ele não deseja ser identificado com PN e PC e também se vê como uma opção política "não tradicional". Mieres declarou: "nosotros somos un partido socialdemócrata, de izquierda democrática y de cambio, ajeno a blancos y colorados y ajeno al Frente Amplio" ("VAMOS…, 08 feb. 2014).

Ao mesmo tempo, como o PI defende a construção de um novo espaço político que reúna ele e os setores progressistas da FA, do PC e do PN, moderados e defensores do diálogo, ele demonstra que quer ser independente e distinto em relação a estas legendas, mas não isolado. As diferenças que possui em relação a elas não as englobam na totalidade, visto que há frações com as quais ele considera ser possível (e desejável) construir entendimentos.

Em resumo, para usar os termos originários de Laclau que Panizza (1990, p. 141) adotou ao analisar o discurso do Presidente Pacheco em relação aos tupamaros e à classe política local, pode-se dizer que o conjunto de características apresentadas acima fazem com que o antagonismo PI-FA não se torne absoluto e ele não consiga se afirmar como a totalidade da orientação anti-FA. Para que isto acontecesse, seria preciso que fossem eliminadas quaisquer opções intermediárias entre esses atores políticos. Mas a presença dos partidos tradicionais e o caráter moderado do PI o impede de levar às últimas consequências tal distinção sem trair a si próprio.

Nestes termos, e para responder à pergunta que ficou pendente desde o início desta seção, se for necessário inserir o PI no modelo classificatório proposto por Krouwel e Lucardie (2008), assim como já foi realizado no caso do de Rochon (1985), considera-se que ele é um partido reformista pragmático ou purificador, ou

seja, aquele que tenta mudar o sistema político e a cultura política, mas que não possui uma ideologia explícita.

Enfatiza-se mais uma vez: não ter uma ideologia explícita não é um defeito, pois não se trata de uma exigência imprescindível para os partidos, e sim uma característica, uma peculiaridade. Da mesma forma, a expressão não indica a ausência de ideologia ou de alguns princípios que o partido siga, tampouco que ele é pragmático e, por isso, torna-se uma mera máquina eleitoral, mas sim que as suas ideias não são um todo coerente e articulado ou que brotem de uma determinada teoria explicativa do mundo, caso do marxismo ou do catolicismo, como ocorria com os partidos de ideias uruguaios (PCU, PS, União Cívica)[33].

Consequentemente, a exemplo do que aplica Panebianco (2005), pode-se argumentar que, neste quesito, os partidos também podem ser colocados em um *continuum*, em que as posições polares são tipos-ideais (plenamente ideológico, sem qualquer ideologia), inexistentes como tais na realidade efetiva. Pelo que foi visto nesta seção, o PI está em algum ponto dessa escala, mas mais próximo do polo correspondente aos partidos programáticos (ou eleitorais programáticos, para seguir a sugestão de Gunther e Diamond [2003]).

3.2 Agir político

Os líderes do PI conhecem as características do partido e as implicações que elas trazem para o *modus operandi* da legenda. Afinal, como já indicado, essas lideranças não se mostram iludidas, a ponto de negligenciar as peculiaridades do partido, as circunstâncias em que ele surgiu e com as quais tem de se defrontar desde então, bem como as condicionantes que elas geram em termos de possibilidades de sucesso e de crescimento. Reconhecem, ainda, que essas características e condicionantes não são resultados imprevistos, e sim fruto das estratégias que eles, na condição de líderes, propuseram e sustentam para a legenda.

---

[33] Como foi afirmado anteriormente, seguir um modelo coerente e articulado não significa que essas entidades tenham assim se apresentado ao longo de suas trajetórias. Ao inverso, por seguirem determinados cânones explicativos, registraram mudanças de orientação programática e/ou de tática política. Até 1989, o PCU variou rápida e radicalmente, conforme as determinações da URSS. O PS deixou o socialismo liberal frugoniano que o acompanhava desde as suas origens para se tornar marxista nos anos 1960. Sem deixar de ser católica, a União Cívica abandonou o conservadorismo e se tornou progressista de esquerda também nos anos 1960, o que implicou até mesmo mudar de nome.

Entrevistados por um órgão de imprensa, Mieres e Posada afirmaram que o PI se trata de um “partido de opinião”. Ele não se caracteriza por ter uma ampla estrutura operacional e nem por centrar sua ação na mobilização do eleitorado. A avaliação é coerente à retórica da moderação, da negociação e da formação de acordos que o partido apresenta e que reduz o potencial dele para mobilizar os eleitores.

Por exemplo, ele não se centra em uma causa efetiva a ser defendida – seja ela qual for, revolução, igualdade, liberdade, recentes questões específicas da agenda contemporânea, como meio ambiente, aposentadoria, ou mais genéricas, como combate à corrupção –, e sim em um abstrato modelo de como agir na arena política, calcado na preservação da democracia pensada em sua definição mínima ou procedimental. Ou seja, pensada nos termos elaborados por uma série de autores, como Dahl (1997), Bobbio (1986), Sartori (1994), que a associam ao processo eleitoral e às instituições decorrentes (governo responsivo e parlamento) e a concebem como uma série de regras desse jogo que devem garantir a igualdade de condições e as liberdades dos atores, mas não a vinculam a nenhum conteúdo que o jogo tenha obrigatoriedade de produzir.

Da mesma forma, esta visão também está adequada à intenção do PI de cultivar a “independência” como uma de suas características e ao fato de ser o partido do “mas”, como diagnosticado por Souto (2017) e foi explorado na seção anterior.

Pode-se argumentar que defender o modelo de democracia vigente já é uma causa e que, ao fazê-lo, o PI não pode ser reputado como um “partido sem causa”, ao contrário do que foi ponderado acima. Contrapõe-se que, em condições de estabilidade do sistema, propor que o jogo democrático continue, sem associá-lo a algum conteúdo, até pode ser um propósito, mas não é um discurso que tenha capacidade de mobilização. Na mesma medida, ele não se apresenta como um critério distintivo relevante para um partido até porque, se o sistema político é efetivamente democrático e estável, todos ou a ampla maioria dos atores está comprometido com ele e não há a necessidade de afirmar a defesa da democracia como um valor político, pois o jogo – para usar a mesma metáfora procedimentalista – e as distinções começam a partir dessa base comum.

Alternativamente, pode-se especular que, ao afirmar este compromisso, o PI vislumbra que certos atores não estejam efetivamente comprometidos com a

democracia e, por consequência, ao defendê-la, ele faça a sua prédica contra esses competidores. Esta questão será desenvolvida na continuidade do texto.

Ressalva-se, ainda, que o PI não se limita a afirmar a defesa da democracia, ele agrega outros elementos que o distinguem. Apesar de adotar a "filosofia da moderação e da negociação", as decisões dos fundadores do PI indicam que eles são radicais defensores da moderação tal como a entendem e das posturas que tomam, o que reafirmaram em várias passagens de suas trajetórias precedentes, notadamente ao contrariar a FA (e partir para uma nova opção partidária) e depois o NE (e manter a autonomia partidária).

Em outros termos: a preservação da sua independência em relação aos demais partidos, a defesa de determinados princípios que estão apenas genericamente formulados e a condição de, em muitas oportunidades não ter peso decisório, são outras peculiaridades que tornam o posicionamento do PI bastante imprevisível nas negociações políticas, estimulam-no a não seguir as tendências predominantes e/ou a buscar uma visão peculiar sobre a questão em disputa e, consequentemente, divergir. Como consequência, ele efetivamente consegue se distinguir dos demais e ser visto como não pragmático ou atuar como um "superego" do sistema político, o que atrai atenções (inclusive do eleitor), mas o circunscreve, novamente, em um patamar limitado de adesões.

A exemplo do que ocorria com PDC e com PGP, quando reclamavam do espaço destinado aos núcleos de base e, consequentemente, aos parceiros da FA com intensa militância, Mieres agregou: "tenemos una militancia más débil. Obtenemos respaldo por la opinión, no vinculado a un aparato. Con lo cual hace que el apoyo a nuestro partido sea más volátil" (VIGGIANO, 23 oct. 2016).

Esta apreciação, que também reúne uma crítica indireta a partidos e a setores como PS, PCU e MLN-Tupamaros, é coerente à classificação de ser "eleitoralista programático", apontada anteriormente, assim como com uma declaração de Mieres em 1999, ao se reportar às demandas e às características dos partidos políticos no final do século XX:

> desde el punto de vista de su estructura organizativa no es posible ni válido, recrear el viejo modelo de organización burocrática, por el contrario se deberá apostar a una estructura ágil, capaz de establecer vínculos de coordinación e información aprovechando las ventajas y potencialidades del desarrollo tecnológico y manteniendo instancias amplias para decidir sobre

> los lineamentos más generales de la estrategia política (MIERES, 1999, p. 108).

Novamente, a característica que ele apresenta não é consequência imprevista, mas escolha consciente, assumida com todos os riscos que ela possa apresentar.

Pondera-se que a ausência da centralidade da filiação e da militância partidária não é uma característica que apenas o PI apresente, mas algo que a instituição partido (os uruguaios incluídos) cada vez mais compartilham. Pelo menos desde a proposição do *catch all party*, realizada por Kirchheimer, nos anos 1960, o fenômeno tem sido destacado pela literatura especializada, especialmente nos países europeus. Esta característica foi reafirmada em estudos mais recentes, como os presentes em Dalton e Wattemberg (2000) e van Biezen, Mair e Poguntke (2012). A noção de partido-cartel, formulada por Katz e Mair (1995), contempla esta situação, quando enfatiza que recursos públicos têm subsidiado a manutenção dos partidos em substituição a aqueles decorrentes da militância, e que há uma interface mais intensa deles com o Estado do que com a sociedade.

O que se quer destacar com a referência à restrita militância é que, nesse aspecto, o PI se distingue da tradição dos partidos uruguaios. Historicamente, eles têm fortes vínculos com a sociedade – tendência sintetizada por um estudo dos anos 1980 que afirmou que as lealdades partidárias constituíam um eixo dominante no processo de conformação de identidades sociais dos uruguaios (BEISSO; CASTAGNOLA, 1987, p. 10), assim como por outro que exaltou a partidocracia (CAETANO; RILLA; PÉREZ, 1987).

Esta tendência sofreu um inegável arrefecimento nas últimas décadas. Conforme Morales Quiroga (2016, p. 27), no período 1995-1997, o índice aferido pelo Latinobarômetro de cidadãos uruguaios que se declararam simpatizantes de um partido era de 67%, o segundo mais alto entre 17 países latino-americanos analisados. No período 2006-2012, com dados do Lapop, o índice era de 55%, na média. Apesar dessa queda, ele passou para a liderança entre o mesmo conjunto de países pesquisados.

A sistematização de Lupu (2014), também baseado em dados do Lapop, mas com a inclusão de mais países, identifica o Uruguai como o terceiro das Américas com maior índice de identificação partidária, atrás apenas de EUA e da República Dominicana.

De modo paralelo, o engajamento na campanha eleitoral caiu entre 1989 e 2004: era de 43% para assistir atos e passou a 38%; de 19% para militância e chegou a 13%; e de 30% para tentar convencer as pessoas a votar em determinado partido/candidato e atingiu 20% (SELIOS, 2006).

Não se pode esquecer que a reforma constitucional de 1996, ao introduzir as primárias abertas para definir os candidatos presidenciais, mais os convencionais nacionais e os departamentais, corrobora esta tendência. Ela institucionalizou a redução da importância da filiação e da militância partidária, já que qualquer eleitor está habilitado a participar de uma decisão tão estratégica para o partido quanto escolher seu candidato presidencial, ainda que não participe formalmente da vida da organização. Como afirma Rubio (1999, p. 255), é uma forma de transferir o poder decisório de base militante para eleitoral, o que pode "contrarrestar la desafección hacia los partidos".

O PI não investe na militância e na busca de mobilização de setores do eleitorado na mesma intensidade que seus congêneres. A condição de legenda jovem e menos conhecida do que aquelas já estabelecidas poderia fazer com que buscasse este caminho. No entanto, ele parece conformado com o cenário generalizado de queda dos vínculos formais com os partidos caracterizado acima e, por isso, busca novas formas de relação com o eleitorado ou foca em um outro perfil de eleitor. Na mesma medida, não possui vínculos fortes com sindicatos, associações de classe e organizações não governamentais.

Essas características o tornam mais semelhante ao estilo político historicamente cultivado pelos partidos tradicionais do que aquele desenvolvido pela FA, que é tipificado pela intersecção com setores sociais organizados e a ênfase na militância. Lanzaro (1986, p. 41) sintetiza o *modus operandi* de PC e PN – e que pode ser extensivo ao PI – da seguinte forma:

> [...] operan primordialmente como partidos de ciudadanía, de base territorial, construídos sobre todo, a partir de adhesiones y carreras individuales. No constituyen por sí mismos, organizaciones de masas em sentido estricto, ni mantienen con las que a su lado existen, relaciones de adscripción (incorporación, control o 'hermandad').

Porém, ao contrário dos partidos tradicionais, o PI não opera por meio de redes de clientela e de serviços de intermediação[34]. Ressalva-se que, segundo ele, este procedimento, que esteve associado durante décadas às legendas tradicionais, passou a ser uma prática adotada também pela FA.

A inclusão do atual partido do governo como clientelista ganhou relevância no discurso do PI após a adesão de Conrado Ramos, que o apresentou como uma das razões para ter deixado a FA. Na condição de candidato a Vice-presidente em 2014, ele ocupou espaço na imprensa para discutir a reforma do Estado – tema no qual trabalhou no OPP e do qual é docente na Udelar – e denunciar que a FA tem cada vez mais oferecido cargos de nomeação política a seus líderes e militantes, independentemente da qualificação dos indicados (RAMOS, 11 sept. 2014).

Este é um discurso válido ao PI, pois ajuda a reunir todos os principais partidos na mesma crítica – na qual se incluem o particularismo e a ineficiência na gestão pública, tomados como contrários aos valores universalistas e republicanos – e mais facilmente permite demarcar seu distanciamento em relação a eles.

É importante destacar que o cenário de restrita militância do PI não decorre tão somente da sua juventude, pois este é um quadro esperado na comparação com as legendas mais antigas. Como dito acima, ele é resultado de uma escolha conscientemente realizada pela coalizão dominante, quer porque não acredita neste modelo de ação política, quer porque não tem os recursos (econômicos e simbólicos) necessários para cativar muitos militantes, ainda mais quando os partidos atraem menos engajamento dos cidadãos e uma das alternativas possíveis para reverter o quadro – redes de clientela – é rechaçada na retórica do PI.

A declaração de Mieres, que complementa a citada anteriormente, destaca: “hay poca gente con la camiseta del PI, pero la hay” (VIGGIANO, 23 oct. 2016), a enfatizar que os (poucos) que aderem à legenda o fazem por convicção e por disposição, não por supostas vantagens materiais que lhe sejam oferecidas. Novamente, há um reforço da distinção do partido em relação aos demais (FA e os tradicionais). E, assim como ocorria com os partidos de ideias na visão frugoniana, é evidenciado que ter programa e ser pequeno são uma honraria, não fragilidade.

Na disputa eleitoral de 2009, a corroborar a intenção de se mostrar diferente dos principais partidos porque não pratica relações clientelísticas e porque não

[34] Sobre este aspecto, há texto de referência sobre o caso do Uruguai, elaborado por Rama (1971). Ver também: Luna (2004b).

opera por meio de militantes (sustentados pelo clientelismo, na lógica seguida pelo PI), o slogan principal da campanha era “Mude a política” (Cambiá la política) (PI, 01 jul. 2013a). Ele foi atualizado em 2014 para uma mensagem mais nitidamente relacionada à disputa política: “Mude a política sem voltar para trás” (Cambiá la política sin volver atrás) (PI, 26 sept. 2014). Em outros termos: não vote na FA e, nem por isso, escolha os partidos tradicionais. E, como resultado desse chamamento, a afirmativa: escolha o PI.

Como foi desenvolvido na seção anterior e voltará a ser discutido mais adiante, evidentemente o slogan propõe romper com o modelo de política vigente e apela ao voto no PI, mas não traz elementos capazes de indicar o que será colocado no lugar, soando como lacunar e enimigmático. Mas aí resulta a sua fortaleza discursiva e propagandística: investir no incômodo e na insatisfação com o que está estabelecido, sem necessariamente assumir uma clara postura política sobre o que colocar no lugar. O PI é “mudar” e, também, “não voltar atrás”. Para ele, a assertiva é vista como capacitada a cativar uma boa parcela do eleitor.

É nesta linha que se insere a já comentada campanha pelo término da maioria absoluta da FA no parlamento, intensificada em 2014. Viu-se que por trás do argumento estava o apelo a um voto sofisticado, a partir do qual o tamanho reduzido do partido não seria um problema para a democracia, mas sim uma solução. Afinal, a disposição do PI de negociar com os demais – baseado em valores e em princípios, não com a intenção de obter cargos ou vantagens –, faria com que ele se tornasse depositário das virtudes decorrentes da ausência de maioria e da consequente imposição da necessidade da negociação entre os partidos.

Este argumento do PI não é meramente interessado, voltado aos votos que eventualmente receberia. Por trás dele surge (e se revela) uma determinada concepção de democracia e de organização política, coerente com aquela reputada algumas páginas atrás.

Nesse caso, deve-se louvar a interpretação que Bottinelli (30 sept. 2009) faz desta intenção: ele mostra que o PI propõe um tipo de organização democrática em que o parlamento ganha relevância (ou volta a ter) como espaço para debate, negociação, modificação e melhorias das propostas encaminhadas pelo governo, o que só é possível em um cenário em que este não tem a maioria absoluta no legislativo. Caso contrário, continuaria a acontecer o esvaziamento da instância parlamentar e, consequentemente, da qualidade da democracia, pois ela passa a

ser uma mera instância burocrática que os projetos e as políticas públicas precisam cumprir, já que a aprovação sem qualquer modificação (ou sem modificações de fundo) da proposta governamental está previamente garantida.

Sobre esta questão, Chasquetti (2008, p. 3-4) anota:

> Hace medio siglo, el Parlamento uruguayo tuvo la capacidad de satisfacer la mayoría de las demandas provenientes de la sociedad e incluso de imponer rumbos a los sucesivos gobierno. Hoy en día, algunas de esas metas son imposibles de sostener porque el ordenamiento institucional así lo prescribe. Sabemos que nuestro país no ha escapado a la tendencia universal de concentración de poder (prerrogativas y recursos institucionales) en el Ejecutivo. Ese movimiento que alcanza a casi todos los sistemas democráticos (sean presidenciales, semipresidenciales o parlamentarios) responde al encuentro de factores universales con su correspondiente traducción en el medio local. El lento y sostenido desarrollo de un Estado 'hiperactivo', que implicó el desarrollo de intervenciones y controles sobre la economía y la sociedad de mediados del siglo XX, tendió a fortalecer la dimensión ejecutiva del poder gubernamental. El centro presidencial adquirió una relevancia nunca antes vista y sus competencias se ampliaron y concentraron. […] En Uruguay, las reiteradas revisiones constitucionales fueron limitando gradualmente las facultades del Parlamento, acotando o cancelando su capacidad de iniciativa y discrecionalidad en una serie importante de materias como el presupuesto, la imposición de tributos, la creación de empleo, la injerencia en los sistemas de jubilaciones, y el establecimiento de compromisos de deuda. En este sentido, fue la reforma de 1967 la más determinante, pues no sólo actuó en esa línea sino que también reforzó las capacidades y competencias del Ejecutivo en el plano de la conducción gubernamental (creación de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto y Banco Central) y en su capacidad de agenda legislativa (posibilidad de enviar proyectos de ley de 'urgente consideración' y reducción de tiempos para el tratamiento de los presupuestos).

Um ponto a enfatizar na proposta do PI é a reivindicação da via institucional (em destaque a do parlamento) como forma preferencial de encaminhamento da política e a consequente submissão às regras estabelecidas do jogo democrático. Um exemplo: ele sempre se manifestou contrário à tentativa de realizar um novo referendo derrogatório sobre a "ley de caducidad" – o que ocorreu em 2009, impulsionado pela FA –, sob a alegação de que a cidadania já havia se manifestado sobre o tema e a decisão favorável à manutenção da lei deveria ser respeitada, pois soberana e permanente[35].

Outro aspecto a destacar é que esta revalorização do parlamento, decorrente da necessidade de o governo construir a maioria por meio do debate e da negociação, implica um modelo de partido oposicionista que esteja aberto ao debate e à negociação em torno de ideias e de princípios, baseado no que cada um supõe

[35] Contra-argumentos em relação a tal postura, ver: Moreira (2011).

ser o mais proveitoso para a sociedade[36]. E, nesse caso, ele desmerece os partidos de oposição sistemática, que pretendem tão somente sobrepujar a(s) legenda(s) governista(s), bem como aqueles que se servem do espaço parlamentar para práticas de troca de vantagens e que adotam práticas sistemáticas de clientelismo.

Aliás, a postura do PI frente ao governo da FA e aos posicionamentos dos partidos tradicionais tem seguido essa máxima e mostrado a coerência de não se posicionar conforme o interlocutor, e sim conforme o tema em pauta, como foi apontado anteriormente na tese. Ainda que isto implique uma dose de imprevisibilidade sobre os posicionamentos efetivos a serem adotados.

O PI supõe que se enquadra plenamente nessa exigência, já que busca ser uma legenda eminentemente parlamentar, não clientelista, em que se destacam a moderação, tomada como parte dos valores imprescindíveis da democracia, e a disposição para a negociação em torno do "interesse público". E, neste caso, ele se coaduna inequivocadamente com os partidos de ideias, pois, como Zubillaga e Pérez Antón (1983, p. 103) registram: "el asentamiento de los grupos de ideas prescinde casi del todo (acaso obligadamente) del Estado y las prestaciones de éste".

Nessa perspectiva, desde o seu surgimento, o partido defende a adoção do parlamentarismo, como expõe e recorda no programa de governo apresentado em 2014, intitulado "Transformar o crescimento em desenvolvimento humano – o caminho do PI":

> reiteramos nuestra convicción de que la instauración de un régimen parlamentarista favorecería significativamente la consolidación de una cultura política fundada en acuerdos y entendimientos plurales. La unanimidad de la preferencia por los presidencialismos en América Latina no ha sido —particularmente en los últimos años— un factor promotor de una cultura política inclusiva y de búsqueda de consensos. Nuestro país está en condiciones ideales de apostar a la instauración del parlamentarismo puesto que cuenta con una longeva cultura de la coparticipación y con partidos políticos fuertes y representativos. Por ello en esta oportunidad ratificamos nuestra propuesta de reforma constitucional presentada en julio de 2004, por la que proponíamos la instauración de un régimen de gobierno parlamentarista (PI, 2014, p. 11).

A defesa do parlamentarismo não figura com destaque na propaganda e nas intervenções do PI no debate público, apesar de ser uma das peculiaridades que o

[36] A referência é ao conceito clássico de partido político de Burke, cujo enunciado, na tradução de Waltensir Dutra (SARTORI, 1982, p. 39) diz: "um grupo de homens unidos para a promoção, por seu esforço conjunto, do interesse nacional, com base em algum princípio com o qual, todos concordam".

distingue dos demais partidos, bem como que, se fosse implantado, implicaria mudança expressiva na organização política uruguaia. Enfim, embora pudesse ser uma questão relevante nas suas propostas políticas, o partido não faz dela um de seus carros-chefe e nem se empenha intensamente para que ela ganhe relevância.

Contudo, o PI não é voz isolada na defesa desta iniciativa. Nos anos 1990, quando o tema da reforma constitucional era mais forte no país e a discussão em torno da forma de governo tinha destaque no Cone Sul recém-saído do período ditatorial, o Claeh (CAETANO, 1992) lançou uma publicação com textos de três de seus investigadores (Carlos Pareja, Marín Peixoto e Romeu Pérez Antón) que demandava a "alternativa parlamentarista" como a mais adequada para o país[37]. Ressalvam-se as já destacadas ligações do Claeh com o PDC – bem representadas na figura de um dos autores do livro, Peréz Antón[38] –, e deste com as raízes do PI, o que estabelece um vínculo de continuidade de todos em torno do tema.

No ano seguinte, o atual presidente de honra do PI, Hebert Gatto, e sua esposa, Ivette Trochon (1943-)[39], publicaram um livro em que analisam e comparam parlamentarismo e presidencialismo (GATTO; TROCHON, 1993).

Em decorrência dos elementos apresentados nas páginas precedentes também se pode destacar que o PI apresenta uma visão bastante apaziguadora de democracia, que reduz o cidadão a eleitor e transfere às elites eletivas o verdadeiro poder decisório, o que o aproxima de uma democracia de bases schumpeterianas. Tal visão pode ser traduzida nos termos que Rico utiliza para tipificar o modelo adotado pelo Uruguai pós-ditadura:

> la posibilidad de encauzar disciplinadamente a la sociedad posdictadura dentro de un orden democrático liberal, despolitizado y desapasionado, giró en torno a imponer una concepción monopólica de 'democracia política representativa' (ni movimientista, ni gremial, ni participativa, ni directa). Una

[37] As mudanças no sistema político do Uruguai foram realizadas por meio de uma reforma constitucional em 1996, como referenciado no capítulo 1, mas ficaram circunscritas aos aspectos eleitorais, sem abarcar a alteração na forma de governo.

[38] Nascido em 1943, é docente universitário, com atuação no Claeh e na Udelar. Militou na União Cívica, participou da transição desta para PDC e atuou no partido até 1991-1992, consequentemente participou também da FA e da coligação NE, ocasiões em que esteve ao lado de figuras de destaque do futuro PI, como Posada e Mieres. Porém, a partir de 1994 passou a se vincular aos *blancos,* de modo que a trajetória dele se afastou da dos fundadores do PI, embora continuem a compartilhar a tendência não frente-amplista, o que ele evidencia ao declarar: "me incorporé al Partido Blanco con identidad socialcristiana y no he tenido que dejar ningún principio. El Frente llegó al gobierno, el Partido Demócrata Cristiano está en el origen del Frente. No me hubiera sentido cómodo en el gobierno del Frente" (GARCIA, 31 agosto 2013).

[39] Historiadora e professora universitária no Claeh, ela também é militante do PI (YVETTE..., 30 marzo 2017.

> democracia gobernada y no gobernante que delegara en los partidos, en los saberes tecnocráticos autorizados y en las prácticas de los políticos profesionales la capacidad de decidir cotidianamente los asuntos públicos. Asimismo, que depositara en las elecciones la única posibilidad de participación colectiva de la sociedad, una vez cada cinco años (RICO, 2005, p. 40).

Gadea (2018, p. 2) a define de modo ainda mais amplo, pois corresponderia à matriz institucional característica do país – estadocêntrica e batllista –, na qual

> la preeminencia de sus componentes institucionales (con el Estado como figura central) describiría una matriz política que habría construido a la propia sociedad moderna uruguaya a través de la permanencia de ciertas reglas de juego político invariablemente reconocidas por todos. Se trató, sin duda, de un modelo de organización de la realidad social que concentró un enorme protagonismo a la variable política o institucional, a un poder estatal cuya narrativa legitimadora supuso su asimilación al propio orden político democrático del país.

O PI seria produto típico dessa matriz institucional e a fortaleceria no modo como concebe a política e desenvolve sua ação política. Assim, pode-se dizer que é uma legenda que busca se inserir e transitar nos cânones estabelecidos da democracia representativa, sem questionar os seus fundamentos e as regras do jogo. Ele procura promover tal inserção a partir de um discurso calcado na importância da estabilidade e na busca da governabilidade como essenciais da democracia. Justamente por isto, afirma-se como a “esquerda democrática” e a aponta como um dos princípios que o consolidam (PI, 01 jul. 2013b, III).

Igualmente, considera o partido como o ator principal e amplamente legitimado para promover a “política” em nome dos interesses difusos dos cidadãos e da sociedade, os quais ele tutela, interpreta, media, concretiza e canaliza para o aparato do Estado, cumprindo a tradicional condição de os partidos exercerem a função expressiva (SARTORI, 1982, p. 78-80).

De modo sintético: o PI efetivamente pensa a instituição partido como aquela que fala em nome de outro e, obviamente, ele se propõe a (e crê ter plenas condições para) desempenhar este papel.

Como já foi destacado, o diferencial é que ele se vê como um partido que cumpre este papel calcado na preocupação com o interesse público e o bem comum, sem atrelá-lo a benefícios privados, ou seja, do próprio partido, dos setores sociais e/ou das pessoas que nele atuam – o que, na sua versão, não seria a regra no sistema político uruguaio.

Ao seguir esta perspectiva, o PI vê com desconfiança, quando não repudia de imediato – tachando-as de “populistas”, demagógicas ou manipuladoras –, as demandas por formas mais ampliadas de participação política e que procuram alterar a dinâmica do jogo tal como ele vem se desenvolvendo e/ou buscam produzir mudanças na gramática da política liberal-democrática. Para ele, as alternativas tradicionais (eleição, plebiscito, referendo e aquelas desenvolvidas via governo e parlamento) já cumprem as necessidades da democracia representativa.

Na sua visão, a política é atividade que deve ser desenvolvida prioritariamente pelos partidos, os quais atuam como “intérpretes” e “porta-vozes” de grupos, setores ou da sociedade em geral, razão pela qual esta deve se manifestar politicamente pelos meios adequados, em especial o voto, seguindo-se a livre organização dos interesses e a formulação institucionalizada de demandas à classe política.

Por isso, dentre seus princípios está conceber “a los partidos políticos como instituciones dirigidas a orientar y canalizar las opciones ciudadanas, rechazando, que en aras de corporativismos indeseables, puedan ser sustituidos por ninguna de las diversas organizaciones de la sociedad civil” (PI, 01 jul. 2013b, VI).

Neste ponto, ele se aproxima de outro cânone de cultura uruguaia, o “Ariel” de Rodó. De um lado, pela defesa da racionalidade como guia da atividade humana (política, nesse caso). De outro, por filiar-se a um modelo aristocrático de democracia, calcado nessa mesma racionalidade e na capacidade reflexiva, garantidas e fortalecidas pela formação cultural e acadêmica, tomadas como traço de distinção para o exercício da liderança política. Afinal, como professa Próspero na obra citada, ao defender a democracia e a igualdade de direitos que lhe é inerente:

> racionalmente concebida, a democracia admite sempre um imprescritível elemento aristocrático, que consiste em estabelecer a superioridade dos melhores, assegurando-se sobre o consentimento dos associados. Como as aristocracias, ela consagra a distinção de qualidade, mas a resolve em favor das qualidades realmente superiores – a virtude, o caráter, o espírito – e, sem pretender imobilizá-las em classes constituídas à parte das demais, mantendo para si o execrável privilégio da casta, ela renova sem cessar sua aristocracia dirigente nas fontes vivas do povo, fazendo com que seja aceita pela justiça e pelo amor. [...] O caráter odioso das aristocracias tradicionais se originava do fato de serem injustas, por seu fundamento, e opressoras, na medida em que sua autoridade era uma imposição. Hoje sabemos que não existe outro limite legítimo para a igualdade humana, a não ser o que

> consiste no domínio da inteligência e da virtude, consentido pela liberdade de todos (RODÓ, 1991, p. 64-65)[40].

Conforme a concepção indicada acima, pela moderação programática, pela busca da razoabilidade e do bom-senso de propor o que é possível como meios para possibilitar a negociação e o entendimento entre os *players* (partidários, bem entendido), ele é, seguindo os termos de Sartori (1982), um partido do sistema e responsável[41].

Não se pense, entretanto, que esta concepção do PI seja dissidente ou divergente daquela dominante no país. Ao contrário, ele também é um partido do sistema porque absorve, concorda e valoriza uma matriz institucional que remonta ao primeiro batllismo, no dizer de Gadea (2015, 2018), ou a uma construção discursiva que, segundo Rico (2005), foi realizada no período posterior à ditadura, com a intenção de despolitizar a sociedade, de neutralizar as práticas e as reinvindicações transformadoras e radicais tanto na forma quanto no conteúdo, e de circunscrever a política às instituições mais diretamente com ela identificadas, estreitando a sua própria dimensão.

Para cumprir tal perspectiva, este discurso é apresentado como a única possibilidade efetiva de democracia, aquela que é a mais desejável, que garante a estabilidade e a governabilidade, e a que melhor corresponde às tradições (batllistas) do país. Logo,

> el espiritu militante y contestario de la sociedade antidictadura será debilitado a favor del *voto* como único significante de la democracia postdictadura, las *elecciones* como única forma de participación formalizada de la ciudadanía y los *representantes y gobernantes electos* como los únicos sujetos autorizados para las prácticas políticas cotidianas (RICCO, 2005, p. 70).

Se o PI não tem vínculos relevantes com setores sociais e se não lança o seu discurso para setores específicos da sociedade, ele acaba por se reportar ao eleitorado e à cidadania em geral. A expectativa é de que, individualmente, e independentemente de outros laços de solidariedade e de vivência social, o

---

[40] Mais detalhes sobre a interpretação que associa “Ariel” à “democracia aristocrática”, ver: Ardao (1978) e Mitre (2003).

[41] A categoria utilizada pelo autor é “partido antissistema”, correspondente a aquele que atua no sistema, mas cujas ideias e posturas “enfraquece[m] a legitimidade do regime a que se opõe” e o faz por não “partilha[r] dos valores da ordem em que opera” (SARTORI, 1982, p. 158). Por contraste, todos aqueles que não podem ser assim classificados, seriam “do sistema” e não enfraquecem e/ou fortalecem a legitimidade do regime.

cidadão/eleitor se sinta contemplado pela sua prédica política, já que ele, partido, defende um interesse geral, republicano, aquilo que é “certo” e “melhor” para a sociedade, sem fazer concessões a interesses setoriais e/ou parciais (o que somente é possível quando o atendimento a esses interesses parciais não afetarem o geral).

Esta lógica é seguida, inclusive, nas poucas ocasiões em que o PI promoveu mobilizações de rua, como a marcha a favor do poder judicial, realizada em abril de 2008, e contra a violência e o racismo, em dezembro de 2012 (GARCÉ, 2009, p. 109; PARTIDO INDEPENDIENTE..., 17 dic. 2012)[42]. Essas iniciativas poderiam ser consideradas ilegítimas ou demasiadas, em uma versão conservadora da lógica da democracia mínima seguida pelo partido. Mas elas são possíveis, aceitáveis e desejáveis, respeitado um requisito fundamental, a ser comentado a seguir.

Apesar de serem eventos de sua iniciativa, eles não foram projetados como manifestações exclusivas e em que apenas o PI poderia obter ganhos ao mobilizar a sociedade em torno dessas causas. Os demais partidos foram convocados a se engajar (notadamente os da oposição), transformando tais acontecimentos em marchas da cidadania que expressariam demandas e/ou indignação da sociedade, em defesa da própria cidadania e da democracia, mais do que de um ou de mais de um partido, embora tenham sido articulados por meio dessas instituições.

Ao fazê-lo, os partidos estavam a cumprir o seu papel de mobilização pelo alto e não autônoma da sociedade, assim como se legitimam ainda mais como instrumentos essenciais da democracia representativa. Por esta razão, na ótica do PI, tornam-se ações legítimas, apesar de extrapolarem os limites de uma democracia delimitada pelos espaços prévia e rigidamente institucionalizados.

Uma demonstração de como todas essas características se manifestam na vida do PI pode ser encontrada ao comparar o desempenho eleitoral dele com o obtido pela Unidade Popular, nas primárias abertas e nas eleições de 2014.

Como já visto, as primárias foram aplicadas pela primeira vez em 1999, são obrigatórias para os partidos e definem aqueles que poderão participar das etapas seguintes do ciclo (as eleições propriamente ditas), assim como os respectivos candidatos presidenciais.

---

[42] Ambas respondem à intensificação de situações conjunturais que põem os temas em destaque na pauta de discussões públicas: no primeiro caso, o conflito entre judiciário e executivo por conta de alegadas pressões do governo Vázquez; no segundo, uma série de casos de violência e de racismo, ocorrido em curto espaço de tempo, que atraíram a atenção da mídia.

Elas se distinguem dos demais pleitos do país por terem voto facultativo, o que faz com que dois fatores principais contribuam para a maior ou menor participação do eleitor, bem como para o desempenho dos partidos: (1) o empenho e a capacidade das lideranças para mobilizar a militância e/ou motivar o eleitor comum a se engajar no processo e, obviamente, votar no partido e no setor a que elas pertencem; (2) a existência de disputa intrapartidária, a qual opera, inicialmente, como incentivo para que militantes e eleitores compareçam às urnas (QUEIROLO; BOIDI; CASO, 2015, p. 60).

O segundo fator não produziu efeitos nas primárias de 2014 para a Unidade Popular e para o PI, pois ambos apresentaram um único pré-candidato presidencial e a intenção principal deles era superar o patamar mínimo de 500 votos – o que o fizeram sem dificuldades. Resta verificar, então, como opera o primeiro fator.

Quadro 10 – Votação do PI e da Unidade Popular (Uruguai, 2014)

Competidor	Primárias	Presidente
Partido Independente	3.895	73.379
Unidade Popular	4.661	26.869

Fonte: URUGUAY. CORTE ELECTORAL (2017l; 2017o)

Como mostra o Quadro 10, nas primárias de junho, a Unidade Popular teve votação 19,7% maior do que a do PI: obteve 4.661 votos, colocando-se como o quarto partido mais votado, contra 3.895. Nas eleições de outubro do mesmo ano, o PI alcançou 73.379 votos, recuperou a condição de quarto partido mais votado e aquela fez 26.869 votos. Enquanto o PI ampliou sua votação 18,3 vezes de junho para outubro, a Unidade Popular o fez 5,8 vezes.

Sem entrar em discussões sobre tipo de candidatura, programa eleitoral e outros elementos que se agregam para explicar o salto de um em comparação ao outro na passagem das primárias para a eleição geral, o que se quer evidenciar é que a ação calcada na militância, nos vínculos com setores sociais e na busca pela mobilização política ajuda a entender porque, nas primárias, que têm voto facultativo, a Unidade Popular – que pode ser classificada um partido (ou melhor, uma coligação) de esquerda marxista –, conseguiu um desempenho eleitoral superior. E como, no pleito propriamente dito, com voto obrigatório e diante de um eleitorado mais amplo e volátil, a situação se reverteu.

Enfim, a Unidade Popular é um partido com mais militância e com baixa votação fora desse circuito. Ou, de modo mais claro: é uma força eleitoral em que grande parte de sua votação decorre dos militantes e da capacidade de mobilização. Por suas ideias e programa, claramente classista e de defesa dos trabalhadores, ela apresenta capacidade mais limitada para atrair novos eleitores (apoiadores eventuais e/ou que não têm vínculo prévio com a legenda) durante a campanha eleitoral propriamente dita, aquela desenvolvida entre junho e outubro, quando os candidatos já estão oficializados.

Em contrapartida, o PI seria um partido de baixa militância, mas cujo discurso e propostas possuem capacidade para atrair mais eleitores em relação à União Popular, de tal modo que grande parte de sua votação provém daqueles sufrágios que conquista junto a um público não vinculado estritamente à legenda, alcançado por meio da campanha realizada no período eleitoral, quando o voto é obrigatório.

Para fortalecer esse raciocínio, agrega-se mais uma evidência: na pesquisa telefônica realizada pelo Instituto de Ciência Política, em 2009, o PI registrou 1,3% de intenções de voto na primeira rodada, aquela realizada antes do início da campanha. E alcançou 1,9% na segunda, ocorrida após o 1º turno de votação (DE ARMAS; CARDARELLO, 2010, p. 218).

Consequentamente, entre uma consulta e outra, ele ampliou a sua performance em 0,6%. Os índices são pequenos, proporcionais à condição da legenda, mas quando vistos em termos relativos, observa-se que, durante a campanha, ele aumentou a sua intenção de voto original em quase 50%, ou seja, conquistou muitos eleitores que não haviam manifestado a disposição a votar nele, pois indecisos.

Contudo, é preciso ponderar que persistem claros limites para o crescimento do PI baseado neste modelo, pois, ainda que declinante, há uma significativa identificação ou simpatia do eleitorado com os partidos no Uruguai. A mesma pesquisa citada do Instituto de Ciência Política identificou que esta simpatia predispõe a tendência de voto: 77,9% dos eleitores foram considerados “estáveis”, ou seja, não mudaram a intenção de voto entre as duas consultas (DE ARMAS; CARDARELLO, 2010, p. 219).

O reflexo deste quadro é que a quantidade de eleitores disponíveis para serem conquistados é pequena em termos sistêmicos, embora ainda assim significativa para o tamanho do PI, como já foi sobejamente destacado, notadamente

no capítulo 2. Por isso, Doyenart (2015, p. 47) é um dos autores que afirma que o peso da campanha eleitoral no Uruguai é menor do que em outros países.

Por outro lado, os indicadores apontam que há um contingente crescente de eleitores sem identificação partidária e, por esta razão, disponíveis. O crescimento eleitoral do PI o demonstra de modo inequívoco.

O modelo de ação resenhado nessa seção não significa que o PI não pretenda criar vínculos com os seus eleitores e que procure simplesmente obter os seus votos no varejo, quer por meio da obtenção de novos eleitores, quer por um novo processo de convencimento daqueles que o apoiaram anteriormente. Obviamente, ampliar a sua votação é uma meta permanente, mas ele também procura consolidar os apoios conquistados por meio daquilo que Panebianco (2005, p. 50-51) chamou de “eleitor fiel”. Porém, tal fidelidade se dá pelos incentivos coletivos provenientes de sua postura política e de sua intervenção nos temas de interesse público e pela ação parlamentar em particular mais do que por vínculos com entidades externas e/ou a distribuição de incentivos seletivos ao eleitorado.

A prática de fortalecer o partido com a adesão de quadros com perfil técnico e intelectual semelhante ao privilegiado pelo PI, mas sem vínculos com entidades externas, como movimentos sociais ou sindicatos – caso do já citado Conrado Ramos ou do acordo com o Movimento dos Comuns – parece corroborar esta ideia. Adesões são desejáveis e o partido quer ampliar os seus filiados, mas não está aberto a qualquer demanda e nem busca um rápido crescimento que possa ameaçar a “pureza” de seus princípios, assim como – o que é sempre relevante – o controle da coalizão dominante ou a estabilidade organizativa (PANEBIANCO, 2005).

A ausência de uma base social concreta a quem se dirigir, o que configuraria o seu público-alvo, é tida na literatura especializada como fator que não contribui para a institucionalização de um partido e tampouco para o sucesso eleitoral dele, pois reduz as possibilidades de encontrar adeptos, apoiadores, financiadores e alcançar a infusão de valores vitais para que se viabilize a médio e longo prazo (o que no Uruguai tem sido identificado como um dos significados do termo “tradicionalização”). Por se reportar ao cidadão, uma categoria difusa, e não a um grupo social mais ou menos amplo em particular, as lideranças do PI não padecem

do que Panebianco (2005, p. 4-6) chamou de “preconceito sociológico”, a exigência de veicular demandas dos grupos sociais que representa[43].

No entanto, afimar que ele tem um discurso policlassista (ou melhor não classista) não implica dizer que inexista um público mais predisposto a ser tocado por suas reivindicações, pela sua forma se posicionar politicamente e que acaba por formar a sua base eleitoral (e também de aderentes, de filiados e de militantes), ainda que o próprio partido não o eleja explicitamente como o prioritário.

Este público existe e é formado pelos setores médios da sociedade, “en los que depositán más esperanzas de crecimiento electoral”, como afirma Garcé (2011a, p. 251), os mais predispostos a serem atingidos por um discurso intelectualizado e professoral, que busca se apresentar pela coerência e pela racionalidade, mais do que por apelos emocionais ou afetivos, que é proferido por lideranças políticas também com elevada escolaridade, oriundas desse estrato social e dessa atividade profissional.

Pode-se ilustrar esta questão por meio de um *spot* de televisão do PI, apresentado na campanha eleitoral de 2014. Nele, o partido introduziu uma personagem que procurava representar as dificuldades que o país vivia (inflação e impostos altos, insegurança, crise na educação e na saúde pública) e, por meio dela, afirmar-se como a opção para “mudar a política sem voltar para atrás”, que foi o slogan adotado naquela oportunidade.

A personagem se chama, sintomaticamente, Juan Classe Média (PI, 26 sept. 2014). Ela teve repercussão na opinião pública e nas redes sociais, ganhou twitter próprio, recebeu declarações de Mieres (PI, 05 oct. 2014), mereceu resposta também em vídeo postado no youtube.com de militantes da FA (DISCUTIENDO..., 09 oct. 2014), análise em programas de rádio (¿FACHA..., 15 oct. 2014), além de matéria na imprensa (¿NO LO CONOCE..., 30 sept. 2014).

A estratégia política que Juan Classe Média representa é reveladora do tipo de público com o qual o PI quer interagir ou considera mais predisposto a escutá-lo. Ela também mostra uma tentativa de mudar a imagem do partido, ao menos no discurso do publicitário que criou a campanha, Alvaro Ahunchain (1962-): “cuando empezamos a trabajar con el PI, en 2012, dijimos que tenían que dejar esa imagen

[43] Para o autor, o “preconceito” é dos analistas que supõem que o partido tão somente expressa divisões sociais no âmbito político e, na sua condição de organização autônoma, não tem capacidade de construir demandas.

de grupo pequeño de académicos que tenían y empezara a abrirse camino en la política a los codazos" (¿NO LO CONOCE..., 30 sept. 2014).

Sobre o modo de atuar dos parlamentares e do partido como um todo, Mieres afirma, em tom de chiste, que são “muy aburridos” (ou seja, muito chatos) (MIERES, 10 maio 2017 [informação verbal]), com vistas a indicar este estilo racionalista, analítico, de uma abordagem minuciosa, detalhista – o que contempla, também, o fato de fazerem o discurso do “mas”, referido anteriormente.

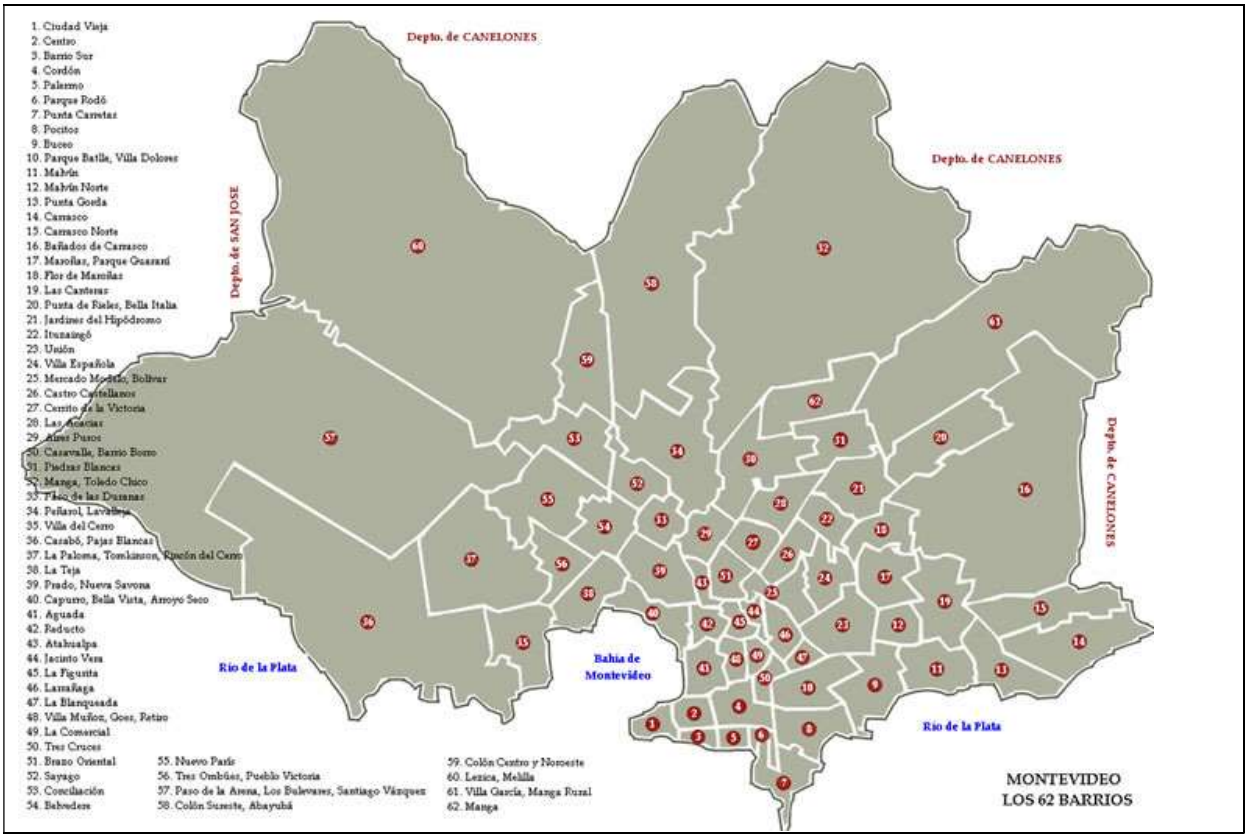
Em relação a esta característica, há uma declaração de Mujica sobre Astori que pode ser aplicada com alta correspondência ao PI. Em seu estilo franco e direto, o ex-presidente afirma:

> [...] no tiene picardia, le falta maldad. […] Danilo no tiene eso, es meramente racional y no llega al corazón de la gente. […] Él es un profesor que da cátedra pero no te conmuove, no te roba una lágrima. Puede ser admirado, no querido. […] Pone distancia y la gente lo intuye. Otro problema que tiene es que habla en un lenguaje que la gente no entiende un carajo (DANZA; TULBOVITZ, 2015, p. 170).

A corroborar este perfil, pesquisa de intenção de votos para as eleições de 2009 do Instituto Mori, no qual o PI alcançou 2% das respostas, apontou que índices bem acima deste foram registrados em setores de elite do eleitorado: estrato A/B (4%) e com formação universitária (5%). Ele também ficou acima do seu patamar geral entre aqueles de 30-39 anos (4%) e autoidentificados como de centro (6%) (CANZANI, 2010, p. 158-160).

Na pesquisa do mesmo instituto para a eleição de 2004, o PI obteve 1% de intenções de votos, o que faz com que, em muitas faixas do eleitorado, não registre índice. Ainda assim, os resultados mais expressivos estão no indicador nível socioeconômico (2% nos setores alto-médio) (CANZANI, 2010, p. 155-157).

Figura 7 – Mapa dos bairros de Montevidéu



Fonte: MAPA... (2017)

A análise dos resultados eleitorais do PI em Montevidéu nas eleições de 2014, realizada por Mieres (2016, p. 227), confirma que o discurso alcançou a melhor votação nos bairros de maior nível socioeconômico, como: Punta Carretas, Pocitos, Trouville, Villa Biarritz, Malvín, Punta Gorda, Parque Rodó, Prado e Parque Batlle e La Blanqueada[44]. Em contrapartida, os piores resultados estão localizados nos bairros de menor nível socioeconômico, como: Pajas Blancas, Paso de la Arena, Casavalle, Villa del Cerro, Casabó, Rincón de Cerro e Cerro Norte[45].

Se fosse o caso de se servir dos tipos-ideais formulados por Duverger (1987), o PI se aproxima mais do partido de quadros ou de notáveis e se afasta do de massas. Ele surgiu de lideranças parlamentares, está centrado nessas figuras de destaque na política institucional, os quais, por meio da atuação no parlamento, dão o rumo para a legenda. Esta procura obter votos por meio de um programa dirigido

[44] Esses bairros estão localizados próximos ou na orla do rio da Prata (pontos 6, 7, 8, 10, 11, 13 do mapa) e são contíguos ao centro histórico (Centro, Bairro Sul, Cordón e Palermo, pontos 2, 3, 4, 5). Ou, então, pertencem à região próxima ao arroio Miguelete, que originalmente servia para a construção de casas de campo para famílias aristocráticas (pontos 39 e 47).

[45] Como os nomes apontam, é a região do Cerro e seu entorno (pontos 30, 35, 36, 37 no mapa), localidade caracterizada por ser, historicamente, formada por operários e imigrantes.

ao eleitorado em geral mais do que calcado na mobilização de base ou classista, embora inevitavelmente acabe por se produzir um discurso mais propício a uma parcela específica da sociedade, como indicado acima[46].

O PI se distingue, obviamente, dos partidos leninistas, bem como de uma das características reputadas aos representantes da nova esquerda latino-americana: ele não assume as características de ser um movimento ou uma rede de organizações aberta ou fluida, que dá voz a diferentes identidades sociais exploradas, ameaçadas ou reivindicadas, que se reúnem para empreender uma luta comum e disputar processos eleitorais (SILVA, 2011). Tampouco reivindica prioritariamente direitos de minorias específicas ou pós-materialistas, embora estes figurem em sua Declaração de Princípios.

Em outros termos: ele é uma organização política, de cúpula, que atua nos mercados eleitoral e parlamentar, por meio de sua elite dirigente, sem se servir prioritariamente de mobilizações, de mecanismos de pressão popular e de extensa militância. Não possui e nem busca uma interface mais intensa com interesses sociais organizados, como sindicatos e associações. E isto ocorre tanto porque suas lideranças não acreditam que outro modelo de partido seja possível no mundo contemporâneo quanto porque ele corresponde com mais acuidade à própria visão da política que cultivam e que se procurou destacar acima. E, desse modo, são coerentes em seu agir com o modo como vislumbram a atividade política.

O público-alvo do PI, aquele a quem ele pretende representar, é constituído por um cidadão no sentido republicano: aquele que possui a virtude cívica e que pensa no conjunto da sociedade antes de em seus interesses pessoais ou grupais.

3.3 A Questão das “duas esquerdas”

Há um aspecto que ainda resta debater na caracterização presente nas seções anteriores: discutir mais detalhadamente os princípios defendidos pelo PI, não propriamente para enquadrá-lo em uma ou outra corrente de pensamento – o que, como visto, sequer pode ser procedente diante da generalidade e/ou da heterogeneidade desses princípios –, mas sim para desvendar o tipo de relação que

[46] Trata-se apenas de aproximação parcial, centrada apenas neste quesito. O PI não é de “notáveis” no aspecto de sua institucionalização, muito mais permanente, atuante, avançada e sofisticada do que a existente neste tipo-ideal descrito por Duverger (1987).

ele desenvolve com as demais forças, notadamente a FA, o que pode tornar mais compreensível o seu *modus operandi* e a sua prédica.

Como foi ponderado em momento precedente do trabalho, para cogitar classificá-lo como um partido de ideias não basta verificar o seu tamanho para formular tal juízo, pois esta é uma consequência, mais do que uma característica necessária dessas legendas (embora positivamente valorada).

É preciso considerar quais são os seus efetivos princípios programáticos e o quanto eles estão vinculados à manutenção e à permanência da entidade. Inegavelmente, as legendas assim classificadas – como PDC, PCU e PS – os ostentavam claramente delimitados, embora isso não tenha impedido de sofrerem modificações/atualizações ao longo do tempo.

Uma das reivindicações que é enfaticamente apresentada pelo PI e que parece ser um dos seus pilares de sustentação é ser a "outra esquerda", a "esquerda democrática" ou a "esquerda do século XXI"[47]. Essas assertivas implicam a existência de, ao menos mais uma força neste campo ideológico, que necessariamente é divergente em relação ao modo como o PI concebe a esquerda. Como já foi sobejamente destacado, trata-se da FA.

Este posicionamento por si só não soluciona o problema e nem traz indícios suficientes para compreender o programa do PI, apenas reforça que ele se opõe a outra força e que é "não democrática" e pertence ao passado – que são as oposições suscitadas pelo modo como ele organiza as distinções que tem em relação à esquerda "tradicional".

Torna-se necessário saber que esquerda é esta que ele diz representar, bem como identificar o quanto ela é diferente do modelo de esquerda reputado à FA. Nesse sentido, e pelo que se viu até aqui, o PI não se afirma por si próprio, e sim pelo contraste em relação ao outro campo da esquerda.

Na perspectiva do presidente do PI, o debate em torno das "duas esquerdas", sustentado por PGP e PDC nos anos 1980, não se dissipou e a legenda, que foi fundada em 2002, apresenta-se como desdobramento dessa dicotomia. Aliás, ele

---

[47] Além de constar em diversas manifestações, a expressão "outra esquerda" figura nos *banners* alusivos aos 10 anos do partido (PI, 01 jul. 2013c). A identificação como "esquerda democrática" está na Declaração de Princípios (PI, 01 jul. 2013b, IV). Por sua vez, a "esquerda do século XXI" foi tema do seminário internacional que comemorou um dos aniversários do PI (INDEPENDIENTES..., 21 nov. 2011).

destaca: o partido é a “outra esquerda” desde os anos 1980 (DE SALVO, 13 sept. 2012).

Tal perspectiva não advém da formação do PI. Ao inverso: ele é que surge em decorrência dela. Durante a campanha de 1999, quando concorreu a Vice-presidente na chapa liderada por Michelini, ainda pelo NE, Mieres afirmou:

> nos opusimos a las rigideces ideológicas que el Frente expresaba en ese momento, a esa concepción muy tradicional, muy hegemónica, muy homogeneizante de la izquierda, y reivindicamos la renovación, el pluralismo, la apertura, la búsqueda de nuevos caminos. [...] Nosotros somos una izquierda renovada […] (MIERES, 28 jun. 1999 apud BARAHONA, 2001, p. 156).

Em 2000, ao se referir à ruptura do PDC com a FA, ocorrida 1989, ele declarou que as diferenças que haviam gerado este desenlace, “siguen totalmente vigentes” (MIERES SE ENOJÓ..., 29 nov. 2000). Em 2001, em artigo publicado no jornal El Observador, ele voltou a demarcar tal distinção: “los hechos [a não participação de Seregni na comemoração dos 30 anos de fundação da FA] se encargan de recordarnos contundentemente que las diferencias que separaron hace más de una década a las dos izquierdas, lejos de haberse atenuado, se expresan con la misma o mayor intensidad que años atrás” (MIERES, 2004, p. 19). O fato serve de mote para que ele, então no NE, acusasse a FA de intolerância e de ter enorme dificuldade para aceitar quem pensa diferentemente dela, embora, falsamente, o discurso seja o de estar aberta ao diálogo e ao intercâmbio de ideias com vistas a um entendimento programático.

Em novo artigo, publicado em outubro de 2002, quando estava em meio ao processo de fundação do PI, ele classificou a FA como esquerda tradicional, ideologizada, dogmática e aferrada ao passado, enquanto a outra – a que ele pertencia –, era renovada, social-democrata, pluralista e democrática (MIERES, 2004, p. 45).

Algum tempo depois, em janeiro de 2004, considerou a FA uma rara combinação de anacrônico dogmatismo marxista com a nova onda da esquerda tradicional latino-americana, que não seria outra coisa do que o velho populismo demagógico com um forte e preocupante sotaque chauvinista (MIERES, 2004, p. 59).

O conjunto dos excertos fala por si. Eventualmente, alguns deles podem ser considerados fruto da disputa política e do tipo de meio em que eles foram originalmente de divulgados (artigos de jornal). Porém, isto não apaga a divisão que os radica. E os dois últimos são bastante precisos ao identificar o ponto que se quer evidenciar: a FA é a esquerda tradicional e o PI, a esquerda renovada, para utilizar dois dos termos adotados por Mieres.

Um passo relevante para entender o que propõe a legenda é debater o modo como tem sido concebida essa ideia das duas esquerdas. No caso do Uruguai, a clivagem acompanha este campo ideológico desde os seus primeiros passos e, portanto, está longe de constituir uma novidade.

Desde a década de 1920, com a criação do PCU, decorrente da adesão do PS às exigências da Terceira Internacional, e subsequente refundação do PS pelo grupo minoritário que estava inconformado com esta decisão, havia a rivalidade entre os dois partidos.

Ao longo desse período e até a fundação da FA, em 1971, em apenas uma oportunidade os dois se uniram: foi nas eleições de 1938, em meio à ditadura de Gabriel Terra (1873-1942), no contexto da estratégia comunista de formação de frentes populares, proposta por Dimitrov no âmbito do Comitern. Naquela ocasião, eles apresentaram o nome de Frugoni como candidato presidencial, mas, ainda assim, mantiveram listas próprias e separadas para o parlamento (FREGA; MORONNA; TROCHÓN, 1985; PARIS; RUIZ, 1987).

Lembra-se que na década de 1960, quando a ideia da união das esquerdas ganhou fôlego no PCU e no PS, eles não conseguiram se unir e cada um montou a sua aliança: FIdeL, no caso do primeiro; e União Popular, no do segundo. A rivalidade só se amenizou com o advento da FA, mas não desapareceu.

Para a literatura especializada, não se tratam de diferenças e de rivalidades circunstanciais, mas decorrentes de estilos de ação e de racionalidade políticas distintas, razão pela qual se manteve por tanto tempo. Gallardo (1995) a aborda por meio de uma metáfora clássica: os comunistas eram as raposas, em razão da capacidade de adaptação e de mudança, da astúcia, da imaginação, da flexibilidade e da inventividade política; os socialistas, os leões, graças à persistência, à conservação em distintos empreendimentos, à tendência à continuidade, à capacidade defensiva e à resistência.

Lanzaro (2004, p. 27) também marca essas diferenças. Para ele, os socialistas eram mais liberais, com recrutamento na classe média, maior projeção pública e articularam a crítica à experiência soviética, rígidos e vigilantes, notadamente por meio da atividade parlamentar, considerada a forma privilegiada de ação[48], o que era preponderante quando eram liderados por Frugoni (dos anos 1920 ao início dos anos 1960). Já os comunistas eram mais internacionalistas, diretamente vinculados à União Soviética, buscavam a inserção no meio sindical, sendo adeptos da mobilização e da atividade reivindicativa de "rua"[49].

Porém, as duas esquerdas podem ser observadas para além das forças originais da política uruguaia, especialmente nos muitos trabalhos que analisam este campo ideológico na América Latina contemporânea. As denominações e as características atribuídas a cada uma delas podem variar, assim como o grau de desenvolvimento, de preconceito e de normatividade a partir dos quais são apresentadas. Contudo, a tipologia é recorrente.

Verifica-se que, para muito, uma esquerda seria "social-democrata", "democrata", "responsável", "moderna", "institucional", normativamente "boa", "correta", "desejável", "aceitável" e até mesmo "vegetariana", cujas características principais são acatar reformas de mercado, promover políticas macroeconômicas ortodoxas e procurar corrigir efeitos sociais decorrentes da agenda neoliberal e, claro, promover a redução das desigualdades sociais. Já a outra, é "populista", "autoritária", "irresponsável", "arcaica", "decisionista", mas também "má", "errada", "indesejável", "inaceitável" e "carnívora", pois rejeita reformas de mercado e se coloca a favor do retorno da forte presença do Estado na economia (CASTAÑEDA, 2006; PETKOFF, 2005; VARGAS LLOSA, 2006).

Na mesma perspectiva, uma seria decorrente de sistemas políticos estruturados e institucionalizados, por isso estaria mais comprometida com valores

---

[48] E, nesse ponto, destaca-se, são bastante próximos ao que o PI busca ser, como foi visto anteriormente.

[49] Ressalva-se que essas diferenças caracterizam com mais propriedade o período que vai até o final dos anos 1950, pois, sem desaparecer completamente, eles se tornaram menores desde então (o que contribuiu para a fosse possível criar a FA). Tal ocorreu especialmente em razão de mudanças no PS, simbolizadas pela substituição da liderança de Frugoni pela de Trías. Como sintetiza Cheroni (1984, p. 17), "a partir de 1955 comienza la elaboración de tendencias programáticas netamente antiimperialista, coordinando su interés con otros sectores populares y tomando distancia del purismo moralizante. […] el PS insiste en la defensa de la democracia, el liberalismo político y el aceso al poder a través de elecciones. Pero ya se percibe un notable viraje en la visión sobre el papel del PS de un país dependiente, destacándose la crítica a los principios del liberalismo económico proyectando una concepción industrialista y la perspectiva de una reforma agraria en relación con la industrialización y la nacionalización del comercio exterior".

democráticos; a outra surgiria em sistemas instáveis ou em colapso, razão pela qual teria relação mais instrumental com a democracia (PANIZZA, 2006; ROBERTS, 2008; LANZARO, 2007). Ou, então, uma teria “aprendido” com a experiência da ditadura e com a crise do socialismo real, enquanto a outra continuaria aferrada a antigos modelos marxistas-leninistas (PETKOFF, 2005).

Quando as análises saem do modelo abstrato e precisam identificar a qual tipo de esquerda corresponde cada governo latino-americano, as discordâncias são quase inexistentes. De um lado, estão: PT (Brasil), FA (Uruguai), PS (Chile), FMLN (El Salvador) e FSLN (Nicarágua). E, de outro: MAS (Bolívia), chavismo (Venezuela) e PAIS (Equador). A alternância maior reside em como classificar os governos dos Kirchner, na Argentina.

Autores que preferem enfatizar o que a esquerda latino-america tem em comum – o que envolve compartilharem o mesmo discurso contra-hegemônico e o mesmo ciclo político-econômico –, acabam por reconhecer que, de um modo ou de outro, as diferenças existem, embora elas não sejam apresentadas quase como uma clivagem ou como a descrição de dois tipos muito opostos entre si, como ocorre nos trabalhos anteriores (SADER, 2009; RAMÍREZ GALLEGOS, 2006; SILVA, 2011).

Este é o caso de Sader (2009), que afirma que a verdadeira linha divisória se dá entre quem busca o pós-neoliberalismo e quem com ele se conforma. Para demonstrar a menor importância da diferença entre as correntes de esquerda que querem romper com o neoliberalismo ou flexibilizam este modelo e investem em políticas sociais, ele não só recorre a esta distinção, como a desenvolve por meio da clássica dicotomia entre reforma e revolução, encarnadas por correntes que ele chamou de “reformistas” e de “ultra-esquerdistas”.

Da mesma forma, Silva (2011, p. 251) indica: o que as esquerdas latino-americanas contemporâneas compartilham é pelo menos tão significativo quanto o que as distingue. Por isso, advoga que as classificações propostas não podem estabelecer divisões profundas e definitivas entre elas. Entretanto, o resultado da análise e dos procedimentos metodológicos que ele adota reafirmam a divisão em dois grupos, ainda que eles sejam concebidos como as partes de um contínuo ou como subgrupos de um conjunto, que a sua proposição seja mais sofisticada, qualificada e teoricamente orientada do que a da maior parte dos estudos listados acima, bem como que a nomenclatura escolhida tenha menos condicionantes axiológicos.

Silva (2011, p. 251) afirma existirem as “esquerdas renovadoras”, como FA e PT, “que pretendem ‘renovar’ a política e o governo de seus países com uma abordagem mais igualitária, estatizante e ética”; e as “refundadoras”, casos de MAS e de PAIS, cuja proposta é “refundar’ suas institucionalidades, seus sistemas partidários e o Estado como um todo, superando mais radicalmente o status quo vigente no momento em que chegaram ao poder”.

Apesar disso, cabe repetir: para o PI, a FA não é social-democrata (ou algum termo correspondente ao mesmo “lado”). Se fosse o caso de inseri-la em algumas das denominações classificatórias citadas anteriormente, ela estaria no outro polo ou no outro campo do contínuo. Isto é, ela seria a esquerda “populista”, “autoritária”, “irresponsável”, “arcaica”, “refundadora” etc.

Talvez nem estas classificações sejam as mais adequadas para o modo como a FA é concebida por Mieres, pois ele revela pensar as duas esquerdas nos termos do extenso e clássico debate deste campo. De um lado, está a corrente marxista, revolucionária e insurrecional por excelência, que se utiliza da democracia apenas taticamente, pois não a considera a “verdadeira” experiência de um governo popular, e sim instrumento de domínio de classe. E, de outro, a social-democrata, a corrente reformista, que pretende produzir modificações no capitalismo, reduzir as desigualdades e garantir mais justiça social, preservando e atuando nos marcos da liberal-democracia (disputa eleitoral, ação de governo e ação parlamentar).

Os termos em que foi concebido o artigo publicado em 1989 por Argones e Mieres, apresentado no capítulo 1, seguem esse escopo. Passados mais de 20 anos dessa publicação, intervalo no qual ruiu o “socialismo real” e a FA se tornou governo, Mieres continua a ver o debate da mesma forma, razão pela qual aquela díade se mantém incólume. Portanto, do modo como o PI apresenta seus princípios, afirmando-se como um radical defensor das regras do jogo democrático, e se a FA é realmente por ele concebida daquela forma, a distinção entre as duas esquerdas formulada por Mieres é procedente e coerente, ao menos no modo como ele estrutura o seu discurso[50].

Todavia, a coerência em se tratando de sua lógica interna, não necessariamente correspondente ao modo como as peças se distribuem. Isso

[50] A questão do modo como o PI analisa o efetivo compromisso da FA (ou de partes dela) com a democracia e da persistência da expectativa insurrecional voltará a ser abordada neste capítulo.

porque há alguns problemas ou elementos não levados em conta na interpretação manejada por Mieres.

A primeira delas está sintetizada em Silva (2011, p. 108). Embora seja inegável a participação de frações marxistas na FA, como PCU e PS, esta nunca se declarou oficialmente marxista, nem mesmo socialista. O autor ressalva que isto pode ter ocorrido pela presença de setores não marxistas ou pela concepção plural e maior do que a soma das suas partes, bem como porque a FA se notabilizou por apresentar programas mais flexíveis e práticos do que o de suas organizações-membro, por se basear em princípios mais fluidos (nacionalismo, antioligarquia, anti-imperialismo, progressismo e antineoliberalismo). De tal forma que em seu IV Congresso Ordinário, realizado em 2001, ela se declarou ser uma:

> força política essencialmente pluralista em que confluem organizações e pessoas progressistas de distintas origens filosóficas, ideológicas e sociais, convencidas da necessidade de promover e institucionalizar mudanças na sociedade uruguaia que melhorem a vida de sua gente, recolhendo da tradição e do ideário artiguista boa parte de sua proposta e sua vocação de luta transformadora (FA, 2001 apud SILVA, 2011, p. 108).

A outra é que, como já foi narrado no capítulo 1, investigações calcadas em procedimentos metodológicos mais sofisticados para o tratamento de dados, e menos impressionistas do que as opiniões – como é o caso das de Yaffé (2005a), Garcé e Yaffé (2014), Lorenzoni e Pérez (2013) –, demonstram a progressiva moderação programática da FA[51]. Logo, ela se tornou menos “esquerdista” ao longo do tempo e nitidamente perdeu as principais características “marxistas” que Argones e Mieres (1989) a imputavam.

E isto ocorreu sem que os principais setores marxistas tivessem abandonado a entidade, e sim a partir do processo de moderação que eles próprios vivenciaram, da incorporação de temas não claramente esquerdista (ou não passíveis de classificação nesses termos) e/ou de mudanças na correlação de forças internas da FA que conseguiram superar resistências e aprovar alterações programáticas.

[51] Ao comentar a chegada à presidência em 2005, Chavez (2008, p. 163) aponta: no seu horizonte programático não incluía a construção do socialismo nem a introdução de mudanças radicais na estrutura socioeconômica do país, as mudanças eram muito mais modestas, orientadas a consolidar um projeto nacional de país. Colocada nestes termos e ao aplicar os critérios estabelecidos por Reis (2013) – a serem vistos a seguir –, a FA nem poderia ser considerada social-democrata, ela seria uma versão ainda mais atenuada de esquerda ou sequer deveria ser assim classificada.

O senador frente-amplista Alberto Couriel (1999)[52] procurou distinguir as características da esquerda uruguaia dos anos 1960 – portanto, aquela existente imediatamente antes da fundação da FA – com a dos anos 1990. Ela teria deixado o ideário da revolução pelo da democracia, o da luta armada pela via pacífica e a lógica de guerra pelo reconhecimento, ou seja, aceitado a democracia, inclusive em sua versão procedimental, a plena legitimidade das eleições e substituído a perspectiva de aniquilação do inimigo pela negociação e pela busca de acordos.

Da mesma forma, a esquerda – na prática, ele se refere à FA e seus setores constituintes – trocou a cultura de resistência pela do governo e a crença na luta de classes pelos pactos e pela concertação, tendo abandonado a ditadura do proletariado, as vanguardas iluminadas e o partido único pela formulação de propostas viáveis e pela formação de alianças.

Ela também alterou a valoração estatista e da propriedade estatal pela participação da sociedade civil e pelos sistemas mistos de propriedade; o anti-imperialismo, a vinculação à União Soviética e à Cuba pela negociação com as grandes potências e a valorização da integração regional.

Por derradeiro, substituiu a radicalização, decorrente da certeza e da segurança inerentes às propostas que defendia e a linguagem confrontacional pela moderação, pela aceitação de outras visões e pela já comentada disposição pela negociação.

Por não se assumir como efetivamente socialista ou por ter assumido um caráter progressivamente mais moderado, o que se acentuou com o exercício do governo nacional a partir de 2004, algumas correntes minoritárias mais radicalmente vinculadas aos marxismo-leninismo discordaram do rumo tomado pela entidade e romperam com a FA, caso das que fundaram a Assembleia Popular, hoje Unidade Popular.

O mesmo ocorreu no interior de setores da FA, como o MPP – que se tornou o maior do partido nos últimos tempos –, que foi criticado, em 1999, por se tornar eleitoralista, personalista, assumir características dos partidos tradicionais e ficar "metido hasta los huesos en la contenda electoral" (MAZZEO, 2005, p. 65)[53]. Na

[52] O artigo também foi reproduzido em: Couriel (2004).
[53] Os termos são de Sarthou e a declaração, de Zabalza (ver próxima nota), tendo sido apresentados no 4º Congresso do MPP. Mais detalhes sobre este evento, ver: Garcé (2006).

perspectiva dos críticos, como Jorge Zabalza[54], “reivindicamos el papel de confrontación ideológica de la izquierda, radical dentro y afuera del Frente Amplio, y la necessidade de un cambio de estructura en el país, similar al que el MLN siempre propulsó” (MAZZEO, 2005, p. 68).

Pode-se dizer que, assim como o PI, essas visões criticam a FA, mas o fazem de outra perspectiva: ele afirma que ela continua radical, estas que perdeu vigor e que a condição “social-democrata” é o reflexo desta moderação.

Mas há outra perspectiva. E esta, assim como as anteriores, critica a FA. Como já foi visto, Gadea (2015, 2018) considera que a FA é uma força partidária que corrobora a “matriz institucional” uruguaia e, portanto, nunca teve nada de “revolucionária”. Por esta razão, discorda com a ideia de que ela tenha moderado seu discurso ou que o seu projeto transformador tenha se esgotado e sido substituído por um pragmático e eleitoralista, pois

> lo que se afirma aquí es que no es posible constatarse ninguna contradicción evidente entre un Frente Amplio anterior a los años 2000 con el que se vislumbra en el presente, en la medida que no se habría manifestado, de manera verdaderamente clara, un posicionamiento político que denotase conducir una transformación de la matriz económica (liberalismo), política (el ‘estadocentrismo’) y social (la ‘batllistización’). Se trató, en todo caso, de una fuerza política que ‘asume las mejores tradiciones uruguayas para construir un Uruguay mejor’; un espacio político del electorado que pareció resignificar los ‘imaginarios nacionales’ y su cultura democrática. En definitiva, el relativo éxito político y el incuestionable éxito electoral del Frente Amplio se presentan proporcionales a la aproximación al imaginario político nacional sobre el sentido atribuido al ejercicio de la ciudadanía: a la recuperación política de la ‘matriz institucional’ (GADEA, 2018, p. 13).

Apesar de suas diferenças e sutilezas no que tange ao modo como valoram tais características da FA, as várias interpretações vistas acima possuem um nítido ponto em comum: elas a vinculam a uma versão mais atenuada ou menos radical da esquerda e, portanto, possuem um sentido inverso ao atribuído pelo PI.

---

[54] Nascido em 1943, ele foi um dos líderes do MLN-T durante o período de guerrilha e também um dos 12 reféns homens na ditadura civil-militar. De apelido “el tambero”, elegeu-se edil departamental de Montevidéu em 1994, além de ter dirigido o jornal “Mate Amargo”, do MLN-T. É reputado como um dos defensores da postura política mais radical, o que envolve a defesa da luta armada e de processos insurrecionais, o que o levou a afastar-se do MPP e da FA. Mais detalhes biográficos, ver: Leicht (2007) ou seus próprios escritos, como: Zabalza (1998). Sobre sua visão política, ver: Gregory (2009, p. 122-130).

3.3.1 Social-democracia

Outro caminho para analisar a eventual existência das duas esquerdas e definir o que as distingue diz respeito à condição social-democrática, aliás, identificação que o PI se autoatribui e que também tem sido aplicada à FA.

Há uma robusta discussão teórica sobre o teor da social-democracia, quer considerada como tipo-ideal, quer como experiência concreta (como a europeia do pós-guerra ou a de países latino-americanos contemporâneos). Ela gira em torno do quão socialista ela é e do quanto o compromisso com a democracia-liberal pode implicar o esquecimento da intenção de superar o capitalismo; dos resultados que pode alcançar, de modo a não se tornar sequer reformista, e sim mais uma forma de gerir o capitalismo.

O debate também abarca saber o quanto o tom positivo atribuído pela literatura internacional a algumas modalidades de esquerda que chegaram ao poder na América Latina envolve um caráter axiológico, no qual é escolhida a modalidade desejável para determinados propósitos ideológicos.

Esta discussão será referenciada a partir de agora, obviamente sem o aprofundado que poderia ser exigido e sem contemplar a diversidade de enfoques e de perspectivas existentes na vasta literatura sobre o tema. A questão está no modo como o PI se enquadra neste campo e o modo como vê a FA.

Como já foi visto e será mais bem desenvolvido a seguir, os autores que trabalham com a concepção de duas esquerdas incluem a FA no campo correspondente àquela mais integrada à democracia, menos radical e programaticamente mais responsável, sejam eles os que as consideram distintas ou os que as concebem como variações de um mesmo *continuum*. Enfim, “social-democrata”, “democrata”, “responsável”, “institucional”, “renovadora”.

Pode-se ilustrar tal entendimento por meio de Lanzaro (2007, 2008a, 2008b, 2010, 2014a, 2014b), que classifica a FA como um tipo de “social-democracia criolla”, assim como o PT e o PS do Chile, e os países sob o governo desses partidos, como “social-democracias tardias”[55]. Tais partidos têm estreitos vínculos com o movimento sindical, possuem filiação socialista, vivenciaram processos de

[55] O autor inclui Espanha, Grécia e Portugal como exemplos deste tipo de social-democracia. A classificação está baseada na ideia de que há sucessivas gerações de governos social-democráticos, estabelecidos em períodos históricos e em regiões distintas, no marco de diferentes modos de desenvolvimento do capitalismo, assim como ela rompe com as interpretações que identificam a social-democracia como um tipo de “denominação de origem” (LANZARO, 2014a, p. 30).

mudança política e chegaram a substituir suas ideologias revolucionárias ou radicais por um reformismo moderado, porém efetivo, como resultado das orientações políticas e das estratégias eleitorais que adotaram e por atuarem em democracia competitivas, no marco de sistemas de partidos plurais e mais ou menos institucionalizados (LANZARO, 2010, p. 48). Na mesma medida,

> en términos generales, son izquierdas que – en función de la competencia y de los parámetros institucionales que la encuadran – afirman la condición de partidos *catch-all*, de tipo electoral[56]. Ello implica perder espesor como partidos de masas, rebajando el peso de la lógica militante; dejar de poner el énfasis en los trabajadores como *classe gardée*, aunque se preserven los vínculos privilegiados de 'hermandad' con los sindicatos; adoptar una ideología 'blanda' y abandonar las pretensiones de una transformación 'en profundidad' de la sociedad capitalista, en clave revolucionaria o reformista, más o menos radical. Todo ello a cambio de una audiencia más amplia y diversificada, acudiendo a operativas conducentes y a alianzas más que nada pragmáticas, en pos de la prosperidad electoral y la conquista del gobierno, que pasan a ser *leit motiv* vertebral. Estas mutaciones y en particular los ajustes a la lógica electoral, van remodelando la organización de los partidos y su membresía, los procesos decisorios y la estructura de liderazgo (LANZARO, 2007, p. 13).

Reis (2013) procura trabalhar conceitualmente a social-democracia e aplicar tal definição dedutivamente a casos nacionais. Ele afirma que

> é uma política *socialista*, partidária, e favorece os trabalhadores em geral (não apenas o operariado fabril) e excluídos, que formam sua base eleitoral prioritária (*core constituency*). Contrariamente aos partidos comunistas, ou marxista-leninistas, os social-democratas, ou socialistas democráticos, destacam a importância central da democracia representativa e parlamentar. Ao refutarem a opção pela revolução violenta (*revolução*, aqui, não tem o significado de transformação profunda da ordem, pois a premissa é justamente a de que esta pode ser realizada pela via institucional), reconhecem que há limites para esse avanço, que impactam em sua velocidade. A social-democracia deve, portanto, avançar no projeto socialista no limite das possibilidades. Tais limites não são instransponíveis, devendo os social-democratas agir para tentar transformá-los também e, assim, possibilitar transformações mais profundas e com menor risco de regredirem (REIS, 2013, p. 11) [grifado em itálico no original].

---

[56] Esta classificação da FA de Lanzaro – e que é seguida, por exemplo, por Queirolo Velasco (2001, p. 38) e Yaffé (2005a, p. 33) – foi contestada por Silva (2011, p. 88-89), que considera que, embora haja ampliação da importância da obtenção de votos na FA, nela a ideologia segue exercendo um papel importante. Por esta razão, conforme o modelo proposto por Gunther e Diamond (2003), já referido nesta tese, afirma que a FA teria principiado como um partido "classista de massa", com mescla de "movimentista" para se tornar "eleitorialista programático". O que contribui para a divergência entre os dois autores são as ênfases: Lanzaro acentua a substituição do caráter classista e do conteúdo ideológico por uma demanda mais generalista (cidadão ou povo) e mais pragmática, realizada em nome do sucesso eleitoral; Silva evidencia a matriz programática. Mas Lanzaro (2003, p. 58; 2014b, p. 204) reconhece que, apesar disso, a FA preserva um nível comparativamente alto de formalização programática e de coesão ideológica, o que reforçaria a inadequação de considerá-la simplesmente um partido *catch all*.

Em outra passagem, explica que considera a social-democracia um subtipo de socialismo que se distingue do marxismo-leninismo fundamentalmente pelo método. Logo,

> a democracia representativa eleitoral e parlamentar é considerada essencial para se alcançar o socialismo, mas impõe limitações, uma vez que não permite a imposição das preferências à força. Isso significa que as transformações são graduais e que o avanço socialista só pode ocorrer por meio de reformas cumulativas. Quanto mais fortes forem os limites para tal avanço, maior deverá ser também a moderação. Cabe à social-democracia, portanto, avançar no limite das possibilidades (REIS, 2013, p. 18).

Para o autor, estas definições não se tratam de uma visão ingênua e voluntarista que supõe que todos os partidos ditos sociais-democratas efetivamente agem com a motivação de transformar a sociedade e de favorecer os trabalhadores. Ao inverso, ele afirma que os requisitos presentes em sua abordagem são muito mais exigentes: caso não os apresentem, não podem ser classificados como sociais-democratas. Consequentemente, se a meta do gradual avanço socialista for abandonada com o intuito pragmático de obter sucesso eleitoral, por mais que essa troca possa ser eficiente nas urnas, indica que a organização deixou de ser social-democrata (REIS, 2013, p. 12-13).

O autor pondera: é um tipo-ideal, de modo que partidos nunca são puramente social-democráticos. Na vida real, são incoerentes, repletos de membros com interesses e visões de mundo diversas. Grosso modo, podem ser chamados de sociais-democratas aqueles que apresentam significativos ingredientes socialistas dentro da democracia. Contudo, casos mais contraditórios podem ter políticas específicas identificadas como social-democráticas (REIS, 2013, p. 284).

Este conjunto de características da social-democracia, Reis (2013) encontra na FA[57]. O partido continua a vislumbrar o socialismo e, no limite das possibilidades políticas e econômicas da realidade uruguaia, procura promover mudanças no capitalismo. Igualmente, a tensão entre suas tendências internas – reformista e pragmática – tem se dado com relativo equilíbrio, sem que ela se torne um partido de gueto e tampouco meramente eleitoral:

[57] A investigação do autor aplica o tipo-ideal da social-democracia que construiu a alguns partidos. Ele analisa três casos europeus: Partido Social-democrata Trabalhista, da Suécia; Partido Trabalhista, da Noruega; Partido Socialista Operário, da Espanha; e outros três latino-americanos: MAS, da Bolívia; PT e FA.

> os limites ao avanço socialista no Uruguai são de natureza fundamentalmente econômica, visto que se trata de uma economia pequena, dependente e pouco diversificada, ainda que amparada por instituições neocorporativistas singulares para os padrões continentais. Por outro lado, os limites da política partidária são relativamente modestos, visto que a Frente Ampla é muito mais forte que os demais partidos, governa sem coalizões multipartidárias e, a despeito do freio pragmático representado pela Frente Líber Seregni, tem uma maioria interna situada em posição intermediária entre o pragmatismo e o purismo, não disposta, portanto, a sacrificar objetivos programáticos em função do eleitoralismo. Desse modo, ainda que em meio a reveses, como a inacreditável derrota na votação para derrubar a Lei da Caducidade, a agremiação avança em um reformismo social-democrata contundente (REIS, 2013, p. 280).

Deve-se ponderar: o PI se autoidentifica como social-democrata, discurso reiteradamente apresentado em documentos, declarações, entrevistas, frisado particularmente por Mieres. Porém, seguindo o modo como a distinção entre as esquerdas é concebida pela literatura resenhada acima, ele estaria do mesmo lado da FA, o que amenizaria o fato de ambos representarem duas esquerdas diferentes ou os tornariam modalidades do mesmo tipo de esquerda. Obviamente, o PI discorda desta classificação e indica a sua condição de social-democrata como uma das características que o distingue da FA.

Colocadas as questões nestes termos, também é válido perguntar sobre como o PI vê a sua “social-democracia”. Não há informações muito substantivas nos documentos do partido, além da afirmação dessa vinculação. Contudo, o programa que ele apresentou nas eleições de 2014 traz uma manifestação mais contundente acerca de sua concepção ideológica, o que ajuda a esclarecer alguns elementos.

O ponto inicial é que, repetindo o que constava na primeira versão do Estatuto e na Carta de Princípios, ele afirma se situar em um espaço compartilhado pela social-democracia, certas correntes do social-cristianismo e do liberalismo igualitarista, também chamado de liberalismo social ou de esquerda.

Depois, retomando o argumento contido no artigo de Argones e Mieres (1989), afirma que houve o declínio das ideologias totalizadoras, aquelas que não somente pretendem incursionar na justiça social, mas também adiantam fórmulas e receitas para a autorrealização humanas em todas os campos. Logo, destaca que

> los programas políticos, si pretenden ajustarse a los límites de la democracia como forma de gobierno, deberán limitarse a adelantar caminos para las mejores formas de convivencia en un marco de justicia social, renunciando a cualquier pronunciamiento sobre temas esenciales, que por su propia naturaleza valorativo-existencial no corresponden al ámbito de la política. Eso significa que el gobierno existe y se justifica por su capacidad

> para permitir a la población, en las mejores condiciones, la realización de sus aspiraciones individuales (PI, 2014, p. 12).

A ideia contida na frase final da citação é o mote para afirmar que a sua concepção de social-democracia se aparta daquela construída em torno da socialização dos meios de produção e de mudança a que se poderia chegar em algum momento futuro imprecisamente definido, tida como proveniente do século XIX e alheia à realidade contemporânea.

Para ele, a social-democracia implica um regime de economia capitalista baseado na liberdade econômica, porém com intervenção estatal para incentivar, corrigir ou superar as falhas e imperfeições do mercado no que tange ao próprio funcionamento econômico. Porém, é uma intervenção cujos limites – variáveis em cada conjuntura nacional e internacional – estão determinados pela preservação da lógica da utilidade em que se sustenta o sistema capitalista (PI, 2014, p. 12). E complementa:

> A su vez, esta misma filosofía económica encierra, como adelantamos, un fuerte componente de justicia social, atendiendo a que esta, junto con el mantenimiento de la paz y la seguridad internas y externas, constituye los fundamentos últimos de la existencia del Estado. En ese sentido el objetivo de la socialdemocracia es promover, en el estricto respeto de la autonomía individual, el mayor y más equitativo desarrollo humano compatible con la vida en común (PI, 2014, p. 13).

Desse modo,

> la socialdemocracia, tal como la interpreta el Partido Independiente, si adopta la economía capitalista no lo hace por considerarla el bien supremo ni la fórmula perfecta para la realización humana. Muy por el contrario, es perfectamente consciente de sus dificultades para una justa distribución de la producción social y para obtener comunidades integradas y solidarias. No obstante también, como se dijo, el Partido Independiente tiene claro que el socialismo, o se aplica de forma autoritaria, generando los terribles totalitarismos que el siglo XX ha exhibido, o se vuelve imposible de implementar sin contrariar la libertad, la tolerancia y el espíritu de realización —aun en el plano material— del ser humano. De allí su apelación a la permanente intervención gubernamental, tanto en el desempeño económico como en el distributivo —lo que, junto con la libertad económica, constituye un componente insoslayable de su modelo social y económico—, pero abandonando definitivamente la esperanza, que se convierte en una pesada rémora, de que este tipo de políticas constituya un camino transitorio hasta la definitiva consecución del socialismo – sea lo que sea que este signifique en términos de realización humana (PI, 2014, p. 13).

O que emana dessa interpretação é que, para o PI, socialismo se restringe à experiência do socialismo real e é tida como fundamentalmente autoritária. Por consequência, a social-democracia não é socialista, pois comprometida com a democracia e, também, com o capitalismo, visto considerar que ambos estão inevitavelmente associados. Como resultado, social-democracia é trabalhar para minimizar os danos que necessariamente o capitalismo produz, mas sem qualquer perspectiva emancipatória.

O posicionamento do PI apresentado acima permite aproximá-lo a algumas das proposições da Terceira Via. A denominação e o conjunto de intenções que a subsidiam ganharam destaque internacional por meio de Anthony Giddens (2001a, 2001b), no bojo das proposições de Tony Blair, líder do Partido Trabalhista e 1º Ministro da Grã-Bretanha (1997-2007), e dos “novos democratas”, capitaneados pelo presidente norte-americano Bill Clinton (1993-2001).

Como foi indicado no capítulo 1, a denominação e a ideia que ela evoca foi adotada nas eleições de 1999 pelo sublema do partido NE encabeçada por Ivan Posada, futuro membro de destaque do PI, e que traduzia as primeiras fissuras que redundaram na ruptura do NE.

Ainda, a denominação é idêntica ao ideário democrata-cristão de propor uma alternativa ao capitalismo e ao comunismo, que fez eco na transformação da União Cívica para PDC, uma das raízes mais longínquas do PI e onde Mieres iniciou a militância.

Da mesma forma, essa denominação tem pontos em comum com o chamado terceirismo, defendido por muitos dos intelectuais do semanário Marcha, alguns deles – como Quijano e Ardao – considerados “inspiradores” do PI. Enfim, a busca de uma opção não capitalista, que seja proveniente do campo ideológico da esquerda, mas que não esteja vinculada ao marxismo, proposta da qual o PI se considera um legítimo e orgulhoso herdeiro.

No caso específico da proposta de Terceira Via propugnada por Giddens – a qual se dá em um tempo histórico distinto do da terceira via da democracia-cristã e do terceirismo –, os pontos em comuns com o PI são: a afirmação da morte do socialismo (o “socialismo real” e a proposta comunista liderada pela União Soviética), o que não deixa de ser razoável para esta perspectiva, pois não considerada que ela constituísse uma opção válida de esquerda; e a necessidade de modificar a social-democracia clássica, de velho estilo (ou a velha esquerda) e

adaptá-la aos “tempos atuais”, já que o seu projeto também se mostrou inadequado. Como já indicado, tal demanda decorre da consagração da inevitabilidade da permanência do capitalismo, isto é, a renúncia à possibilidade de superação da ordem capitalista.

O sociólogo inglês considera a Terceira Via uma “social-democracia renovada” ou modernizadora, uma adequação do projeto de esquerda, realizada a partir dessa constatação, o que é repetidamente afirmado pelo PI. Logo, assim como o PI se vê, ela é construída desde a esquerda em direção a posições menos ortodoxas, pois se trata de uma política inequivocadamente de esquerda (GIDDENS, 2001b, p. 46).

Giddens (2001a, 2001b) destaca que as mudanças necessárias na social-democracia não fazem do modelo clássico um adversário a ser batido, e sim um projeto a ser atualizado e modificado no que for necessário, mas que o contraponto efetivo reside no neoliberalismo, o qual era, até então, o vencedor do confronto e, com tal triunfo, impunha ao mundo contemporâneo todos os defeitos que possui e as consequências nefastas que produz. Dessa forma, a Terceira Via

> se refere a uma estrutura de pensamento e de prática política que visa a adaptar a social-democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três décadas. É uma terceira via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social-democracia do velho estilo quanto o neoliberalismo (GIDDENS, 2001a, p. 36).

Um dos elementos dessa renovação é a aceitação do mercado e o abandono do ideal estatista, no qual o primeiro é a fonte dos males e o segundo a solução aos problemas, de modo que deve ser superada a visão clássica de que cabe ao Estado dominar a sociedade civil; envolver-se diretamente na vida social e econômica; restringir o papel do mercado e da livre-iniciativa; insistir no coletivismo; buscar o pleno emprego e o igualitarismo; formar uma ampla rede de assistência, que vai do berço ao túmulo; ter baixa consciência ecológica; investir no internacionalismo e pertencer a um mundo bipolar (socialista x capitalista) (GIDDENS, 2001a, p. 17).

Nesse sentido, a Terceira Via tenta evitar um predomínio excessivo do Estado sobre a vida social e econômica, mas não aceita que o mercado fique por sua própria conta (GIDDENS, 2001b, p. 22). Consequentemente

> a qualidade dos serviços públicos deve ser aprimorada e o desempenho do governo monitorado. Um clima positivo para a independência do empresariado e a iniciativa deve ser alimentado. Mercados flexíveis são essenciais para que se reaja com eficiência à mudança tecnológica. A expansão das empresas não deve ser obstruída por demasiados regulamentos e restrições. Os social-democratas modernizadores, deve-se enfatizar, não acreditam no laissez-faire. É preciso redefinir o papel de um Estado ativo, que tem de continuar a tentar implementar programas sociais. O emprego e o crescimento, contudo, não podem mais ser promovidos por gastos deficitários. Os níveis de empréstimo governamentais devem diminuir em lugar de aumentar (GIDDENS, 2001b, p. 16).

A Terceira Via propõe a reforma do sistema de *welfare state* por princípio filosófico, mas também porque, segundo ela, essas estruturas se tornaram desalinhadas com as mudanças sociais e econômicas do mundo contemporâneo e podem solapar o ideário de solidariedade social no qual ele está assentado (GIDDENS, 2001b, p. 106-107). E ela traz como valores: igualdade, proteção aos vulneráveis, liberdade como autonomia, pluralismo cosmopolita e conservadorismo filosófico (GIDDENS, 2001a, p. 76).

O autor procura explicar este último valor, visto como central:

> ele sugere uma atitude pragmática no enfrentamento da mudança; uma visão nuançada da ciência e da tecnologia, em reconhecimento às suas consequências ambíguas para nós; um respeito pelo passado e pela história; e, na arena ambiental, uma adoção do princípio do acautelamento onde for possível (GIDDENS, 2001a, p. 77).

Por se manter ancorada na esquerda, a Terceira Via preserva a preocupação essencial com a justiça social, mas não a vê como antigamente, pois passa a aceitar que houve um aumento do âmbito das questões que escapam à divisão esquerda/direita.

Da mesma forma, igualdade e liberdade não podem ser vistas como uma clivagem, na qual a primeira deve prevalecer, pois

> liberdade para os social-democratas deveria significar autonomia de ação, o que por sua vez exige o envolvimento da comunidade social mais ampla. Tendo abandonado o coletivismo, a política da terceira via busca um novo relacionamento entre o indivíduo e a comunidade, uma redefinição de direitos e obrigações (GIDDENS, 2001a, p. 74-75).

E igualdade, por sua vez, precisa ser harmonizada com o pluralismo e a diversidade de estilo de vida, reconhecendo que os embates entre liberdade e igualdade realmente existem, já que a igualdade de oportunidades também tende a

produzir altos níveis de diversidade social e cultural. Porém, ao invés de reprimir essas consequências, é preciso aceitá-las (GIDDENS, 2001b, p. 90).

Nessa perspectiva, surgem dois novos mantras, os quais procuram misturar socialismo e liberalismo: “não há direitos sem responsabilidades” e “não há autoridade sem democracia”. O primeiro é aplicável a todos, mas, no caso específico, reafirma o papel do Estado na proteção dos vulneráveis e demanda para que este passe a exigir obrigações individuais que forneçam retorno a tais benefícios. O segundo evidencia o compromisso com a liberal-democracia como meio de legitimação das autoridades políticas (GIDDENS, 2001a, p. 75-76).

Sobre este segundo ponto há comentários a fazer. Como foi visto anteriormente, o compromisso com a democracia também é uma das bandeiras do PI, mas há divergência entre as duas propostas.

A defendida pelo PI corresponde a uma visão elitista e tradicional de democracia, na qual o papel principal que cabe aos cidadãos é o de fazer as suas escolhas eleitorais e transferir o poder decisório aos partidos, poder esse a ser exercido especialmente no parlamento. Afinal, são estes que formam os atores efetivos e, caso as escolhas dos eleitores sejam bem realizadas e voltadas a qualificados intérpretes e articuladores da vontade dos cidadãos, eles tomarão as decisões corretas, pois uma sociedade civil excessivamente mobilizada e organizada pode ser prejudicial ao bom funcionamento dessas instituições políticas tradicionais.

A proposta da Terceira Via é diversa: ela defende formas mais ativas de participação dos cidadãos e da sociedade civil e que ultrapassem o processo ortodoxo de votação, o que Giddens (2001a, p. 80-85) chama de “democratizar a democracia”, ou seja, mais consultas e experimentos de participação, mais espaços de atuação, um governo mais aberto a ouvir os cidadãos. Essas propostas não são necessariamente combatidas pelo PI, mas ele as vê com receio de que possam esvaziar as formas estabelecidas de deliberação.

A Terceira Via foi uma proposição política que teve muita notoriedade acadêmica e na mídia do final dos anos 1990 ao início do século XXI, que mobilizou um amplo debate sobre os seus fundamentos, sua viabilidade e seus vínculos com a esquerda, espalhando-se por uma diversidade de produções.

Contudo, ela arrefeceu especialmente após o término dos períodos de Blair e de Clinton à frente dos seus governos, mas já apresentava sinais de fadiga durante

o segundo período de Blair, quando ele se alinhou mais fortemente com os EUA, que então se encontravam governados por Bush, sob o impacto do atentado de 11 de Setembro. Em outras palavras: após a política prática mostrar contradições com os propósitos da Terceira Via, por mais genéricos que tais propósitos figurassem nos meios de divulgação. Ainda quando estava no auge e soava para muitos como uma renovação nas ideias políticas, mereceu uma série de críticas, vindas tanto da esquerda quanto da direita.

Giddens (2001b) escreveu um livro no qual resenha essas críticas (e procura respondê-las). O primeiro bloco a trata como um projeto político amorfo, difícil de definir e carente de direção, cujos problemas envolvem inclusive a denominação escolhida, que já havia sido utilizada por forças de extrema direita. Belchior e Salvador (2012, p. 60) afirmam que ela:

> não responde a uma base teórica conceptual e sociologicamente consolidada. Não existe, de facto, uma concepção definida e *oficial* do que é e em que consiste a Terceira Via. Existem sim, diversas manifestações de ordem político-partidária e programática enquadradas no que se convencionou designar Terceira Via, por vezes algo divergentes entre si, mas representando em comum uma visão alternativa à dicotomia esquerda-direita, pretendendo designar um meio-termo entre os tradicionais pólos antagónicos. Trata-se, portanto, mais de uma forma de fazer política, com uma tónica essencialmente pragmática, do que de uma nova teoria política ou ideologia.

O segundo proclama que a visão sobre a esquerda da Terceira Via é equivocada e cai em uma forma de conservadorismo, pois é, na verdade, uma esquerda que avançou em direção à direita e assumiu para si muitos dos fundamentos deste posicionamento político. O conservadorismo se manifesta especialmente na visão sobre família e criminalidade.

O terceiro evidencia a adesão pouco crítica à globalização e, consequentemente, a defesa de uma política que se propõe a meramente corrigir as desigualdades geradas pelo capitalismo, mas sem qualquer perspectiva transcendente ou emancipatória, em uma espécie de concordância com o “fim da história” (GIDDENS, 2001b, p. 31-34).

Esta é a visão formulada por Rauber (2017, p. 16-21), em uma publicação que se propõe a “refundar a política” e construir uma “nova esquerda latino-americana” e, portanto, não dirigida especificamente à Terceira Via. Para ela, a resignação é o trunfo ideológico maior do capital sobre a humanidade, permanecer

nos limites do capitalismo, constituindo-se, de fato, em seu salvador ou reciclador, tornando-se conservador reformista, regido exclusivamente pelos códigos estabelecidos pelas democracias burguesas e concentrar a política em poucas mãos (partidos ganhadores das eleições) e não abrir o Estado e o governo à participação dos de baixo, constitui uma das maiores debilidades políticas dos governos populares.

A autora se refere aos governos de esquerda ou “progressistas” da América Latina. A partir deste alerta, procura construir a sua visão de como deve ser a nova esquerda latino-americana. No entanto, o diagnóstico parece se referir ao modo como o PI concebe a questão, como foi resenhado anteriormente. Ou seja, nessa crítica podem ser englobados: a proposta de Giddens, as práticas dos governos de esquerda do século XXI e, também, o PI.

Enfim, o mais relevante para a tese, que não se propõe a efetivamente analisar a Terceira Via, é que muitas dessas críticas são convergentes com aquelas que o PI e sua proposição de ser uma “esquerda renovada”, “do século XXI”, “outra” ou “democrática” recebeu e que, no limite, põem em dúvida a sua própria condição de ser um partido de esquerda[58].

Tendo esses elementos, pode-se discutir a procedência da autoclassificação do PI como social-democrata e questionar se, de fato, ele e a FA estão em campos diferentes, como ele próprio afirma. Alternativamente, pode-se perguntar se tal perspectiva se mantém ainda que a FA seja considerada social-democrata – assertiva da qual ele discorda frontalmente –, pois quem não teria esta característica seria o próprio PI.

Se a concepção de social-democracia elaborada por Reis (2013) for comparada com a apresentada pelo PI, a conclusão é que o partido não pode ser considerado social-democrata. Para o autor (2013, p. 13, 18), o eventual abandono do projeto socialista é o sinal de que o partido deixou esta condição, já que este subtipo “não significa e nem nunca significou abrir mão da transformação”, sem contar o fato de ele não ter vínculos organizacionais com a classe trabalhadora e suas instituições, infraestrutura por excelência da social-democracia.

No caso do PI, tal abandono está explícito na vinculação do socialismo com a supressão da liberdade, na afirmação da impossibilidade de superação do

[58] Outros comentários sobre a concepção de Terceira Via de Giddens serão apresentados na seção 3.4.

capitalismo e na assunção de políticas reformistas e/ou que visem tão somente minimizar as desigualdades que inevitavelmente este modelo de produção econômica produz.

Ao aplicar sua definição aos casos de partidos que chegaram ao poder, Reis (2013) concluiu que o PSOE (Espanha) é uma legenda que abandonou a ideia de socialismo, substituindo-a pelo pragmatismo, pela busca por vitórias eleitorais e por cargos, portanto, que ela não mais poderia ser classificada como social-democrata. Conforme os mesmos critérios, a exclusão do PI não ocorreria por essas razões, mas sim porque programaticamente e antecipadamente rejeita o socialismo.

Nessa perspectiva, a distinção programática que o PI afirma existir entre ele e FA seria confirmada e ambos estariam em campo ideológicos diferentes. Todavia, a distinção não ocorreria nos termos que o PI propõe, sendo ele social-democrata e a FA, a esquerda atrasada. Ao contrário, a FA seria social-democrata e ele sequer estaria no campo da esquerda.

Há perspectivas que não concordam com este modo de classificar a FA. Para as correntes de esquerda mais radicais, muitas das quais romperam com ela mais recentemente, o fato de a FA ser (ou ter se tornado) social-democrata a faria trair os princípios realmente esquerdistas e se consagrar como mais um partido do sistema, que lutaria pelo controle do governo, mas não pelo poder efetivo, e que deixaria o advento do socialismo como um projeto em suspenso, tão longínquo que não “viria ao caso” no momento ou que chegaria algum dia como resultado necessário das ações empreendidas no exercício da gestão. Ou seja, no limite, elas questionariam a inserção da FA no campo ideológico da esquerda. Nesse caso, ela e o PI estariam novamente do mesmo lado, ambos fora da esquerda.

Sob outra visão, a de Przeworski (1989), o PI seria não só social-democrata como o modo pelo qual “lê o mundo capitalista”, pensa as transformações essencialmente pela via institucional – especialmente por meio de leis aprovadas pelo parlamento – que compensariam e amenizariam os males causados pelo capitalismo, confirmam plenamente o dilema da social-democracia que este autor extensivamente apresenta em seu estudo sobre a experiência europeia.

A diferença estaria no fato de que as matrizes originais do PI e o período histórico em que ele se formou já o fariam aderir desde o princípio a tal perspectiva, sem ter vivenciado as transformações pelas quais passou a social-democracia europeia e, em certa medida, também a FA. Para usar uma metáfora, o PI teria

características de uma social-democracia “bernsteiniana”, especialmente pelo compromisso com a democracia e as instituições liberais, a propensão à moderação e à negociação, sem que haja a certeza do advento do socialismo (e pelo que foi escrito no programa eleitoral de 2014, a convicação inversa, a da não superação do capitalismo).

Em síntese: seguindo a interpretação de Przeworski (1989), tanto PI quanto FA seriam social-democratas, embora possivelmente a FA seria mais autenticamente social-democrata e se adequaria com mais propriedade aos requisitos em razão dos vínculos com o movimento sindical, repertório que o PI não possui.

Como já foi ponderado, talvez a caracterização de Argones e Mieres (1989), reafirmada por Mieres e pelo PI na atualidade, pudesse corresponder à FA dos anos 1980. Contudo, considerando que o diagnóstico daquela época fosse correto, esta forma de ver a FA que se mantém no início do século XXI ignora por completo as modificações programáticas que a FA vivenciou desde então. Alternativamente, se as incorpora, continua a considerá-las como insuficientes para alterar este juízo.

Não é o caso de, simplesmente, indicar esta interpretação do PI como improcedente ou equivocada, mas sim de entender porque o diagnóstico fixado nos anos 1980 continua vigente, orienta a interpretação que o PI faz da FA, e sustenta o repúdio e a manutenção da negativa a possíveis acordos entre as “duas esquerdas”.

Sobre esta questão, não se pode esquecer que, apesar de terem participado da FA, os dois principais nomes do PI estão desvinculados do partido há bastante tempo. Posada a abandonou em 1989, acompanhando o PGP, e jamais retornou. Mieres a deixou em 1989, voltou no pleito de 1994, seguindo os passos do PDC, mas logo depois se afastou definitivamente. E que, quando nela militavam, ambos partcipavam das alas que a criticavam.

Para analisar este aspecto da problemática, um bom caminho é retornar ao texto de Argones e Mieres (1989). Embora de teor acadêmico, ele foi realizado no calor dos acontecimentos e traz um tom militante de reflexão intelectual engajada nas questões que levanta, o que o torna particularmente importante para regatar ideias e impressões sobre o tema. Nele, é afirmada a ideia de uma FA plural, na qual convivem diferentes concepções de esquerda ou, pelo menos, uma FA que só tem sentido de existir se, no seu interior, essas diferenças puderem conviver, forem

encontrados procedimentos de tomada de decisões e um modelo organizacional em que elas sejam respeitadas.

Nessa perspectiva, a esquerda marxista ali caracterizada não poderia corresponder ao conjunto da FA, embora tivesse esta pretensão hegemônica e fosse denunciada como tal pela esquerda não marxista que a desafiava, ao mesmo tempo em que reivindicava o direito de ocupar o seu espaço na organização.

Pode ser que, como esta outra esquerda deixou a FA ainda nos anos 1980 – e, após algumas experiências organizacionais, como as duas versões do NE, alojou-se no PI –, a interpretação seja a de que a parte que permaneceu era integralmente marxista ou, se existiam setores não marxistas, eles passaram a ser por ela largamente sobrepujados. E, neste caso, as acusações que Mieres faz à FA estariam sustentadas nesta interpretação. Este caminho será trilhado na subseção a seguir.

3.3.2 Moderados e radicais na FA

Quando o PI se refere de modo restritivo à FA, a afirmação não abrange a totalidade do partido, caso contrário ele não se disporia a formar um novo espaço de esquerda em que alguns setores da FA são chamados a participar. Na realidade, a crítica pode ser entendida em duas abrangências, não necessariamente contraditórias:

a) há setores da FA demasiadamente distanciados da concepção de esquerda do PI, e, com estes, há imensas (e provavelmente insuperáveis) dificuldades para o trabalho em conjunto;

b) a correlação interna de forças na FA faz com que estes setores demasiadamente distanciados do PI tenham a maioria no partido, consigam fazer com que suas decisões prevaleçam e, consequentemente, “arrastem” os setores com os quais o PI supõe que haja afinidades para longe do ponto médio e da moderação.

Desse modo, como já foi argumentado, ainda que tivesse se aliado ou aderido à FA em 2004, o PI teria chegado ao governo, mas não ao poder. A exemplo do que ocorre com algumas das frações com as quais ele supõe que compartilha afinidades, deveria se submeter à vontade majoritária da FA.

Conforme a interpretação do PI, grande parte dessas decisões contraria a sua própria visão da política, da qual não abrem mão – e, por isso, não quiseram aproximar-se da FA em 2001-2002 e preferiram permanecer "independentes". Em uma entrevista de 2008, Mieres explicita tal entendimento:

> El FA vive la misma historia que presencié cuando yo estaba en la coalición a la salida de la dictadura. Tiene una división entre sectores más moderados, de talante socialdemócrata y una izquierda dura, pre muro de Berlín, que se sostiene y se ha mantenido fuerte dentro del FA. Ha aceptado que otras orientaciones manejen las cosas, pero manteniendo las llaves de las estructuras y los aparatos. Los moderados han aceptado estas reglas de juego y hoy se enfrentan al drama de que esa izquierda más tradicional y dogmática ha decidido manejar el FA y tiene las llaves del Congreso. Los sectores moderados saben que esa legitimidad militante no es igual a la legitimidad electoral, pero están presos porque siempre aceptaron esas reglas de juego (MIERES, 15 dic. 2008).

Recentemente, ele repetiu o cerne dessa declaração: "está cada vez más claro que la hegemonía la tienen los sectores radicales, la izquierda dogmática, el populismo de izquierda. Los sectores moderados del Frente bajan la cabeza, no pesan, son minoritarios y no se animan a desmarcarse en ningún tema" (MIERES, 28 mayo 2017).

Veja-se que o discurso agora crítico não abarca mais a FA como um todo, mas sim uma parcela dela que, majoritária, impõe-se ao conjunto do partido.

Como ponderado anteriormente, podem ser discutidas as características que Mieres atribui a esta parte da FA, que é entendida como incompatível com o PI, não só quanto ao conteúdo como também quanto à correspondência ao modo como ela vem atuando na condução da administração pública. Afinal, ela está longe de ser "pré-Muro de Berlim", como ele afirma.

A FA promoveu uma série de mudanças e de adaptações programáticas desde os anos 1980 até hoje, as quais são reconhecidas pela literatura que a classifica como social-democrata (ou outro termo do gênero). Contudo, não se pode negligenciar que a existência da divisão da FA em dois grandes grupos e a disputa entre eles pelo controle do partido é uma construção narrativa recorrente na trajetória frente-amplista, e não uma invenção discursiva do PI.

Então, uma parte do desafio passa a ser demonstrar a existência desta divisão entre o grupo com que, conforme o PI, ele pode firmar parcerias e aquele com o qual não há possibilidade de acordo.

A tarefa não é fácil, pois, como afirma Yaffé (2004, p. 157), não há estabilidade na composição interna da FA, produzindo-se o aparecimento e o desaparecimento de frações a cada eleição, às vezes como resultado de acordos entre as pré-existentes, outras vezes por divisões delas e/ou por incorporações de novos setores provenientes de outros partidos. Igualmente, os dois grupos não são internamente homogêneos, eles se subdividem em uma série de subsetores que se associam em torno de visões sobre questões programáticas, mas também por estratégia na disputa pelo poder no interior do partido, motivo pelo qual o trânsito de um bloco para o outro não é uma raridade.

E, por fim, não se pode pensar que os dois conjuntos abarquem a totalidade da FA, embora sejam aqueles que disputam o "coração e a alma" da legenda. Há, ainda, setores pragmáticos em que o componente ideológico quase não importa, além de alguns em que clivagens outras, como capital-interior são mais fortes.

Apesar da dificuldade que esta dinâmica traz para a investigação, ela também pode servir como guia para identificar as relações entre os blocos.

Como foi visto no capítulo 1, uma divisão que acompanha a FA desde o seu surgimento distingue os partidos ou grupos originários do campo do marxismo daqueles não marxistas, pois oriundos de outra matriz ideológica, como PDC ou os setores separados dos partidos tradicionais.

Nos anos 1980, enquanto transcorria a passagem da "esquerda em transição" para a "era progressista" (GARCE; YAFFÉ, 2014), a clivagem passou a ser entre os que desejavam promover a mudança programática e "modernizar" a FA – seja lá o que isto significasse concretamente – e os que não concordavam com essa intenção ou desejavam que a mudança ocorresse de modo menos intenso e/ou mais demorado. Durante algum tempo, a correspondência foi integral entre os originários do marxismo como os mais conservadores nesta questão e os não marxistas como os reformistas.

No final dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990 – período em que PDC e PGP já haviam deixado a FA, houve a crise do socialismo real e a ascensão de Vázquez –, o cenário se embaralhou e a clivagem conservadores-reformistas se transferiu para o interior dos diferentes grupos de matriz marxista[59]. É relevante

[59] A principal dúvida neste campo é o caráter marxista dos tupamaros (MLN-T e MPP). Garcé (2006) o classifica como pragmático, tendo sido originalmente formado por uma matriz ideológica heterogêna, formada por numerosas vertentes políticas e ideológicas, como anarquismo, marxismo

lembrar: os não marxistas não desapareceram da FA, apenas a participação deles se tornou proporcionalmente menor.

A disputa pela liderança entre Astori e Vázquez bem simbolizou a polêmica entre a FA original e aquela que procurava se modificar programaticamente com vistas a granjear novos aliados, tornar-se mais palatável a uma parcela do eleitorado e, também, corresponder a novas perspectivas quanto aos compromissos da esquerda.

A partir dos anos 2000, quando a renovação se consagrou e o cenário interno se reconfigurou, mas sem que as diferenças tivessem sido superadas, aparentemente havia uma nova FA, já adequada para o desafio de alcançar, finalmente, o poder nacional.

Com vistas a mapear como este campo em disputa se manifestou ao longo do tempo, uma alternativa é utilizar-se da autoidentificação ideológica dos parlamentares da FA, medida entre os setores[60]. As informações constantes no quadro abaixo são provenientes da Pesquisa Permanente de Elites, do Instituto de Ciência Política-Udelar, com exceção dos dados de López (2015), que são oriundos de entrevistas que o autor aplicou aos parlamentares. Em todos os casos o procedimento foi o mesmo: solicitar que eles se autolocalizassem na escala de 10 pontos (1 a 10) correspondente ao *continuum* esquerda-direita[61].

em variadas correntes (leninista, trotskista, maoísta), guevarismo e foquismo, e aquelas mais propriamente uruguaias (artiguismo e a épica revolucionária *blanca*). A experiência do cárcere ampliou a influência do marxismo, mas, ainda que seja assim considerado, o MPP o é de modo distinto do PCU (ou mesmo do PS, do qual provêm algumas de suas figuras originais mais influentes, como Sendic). No entanto, o caráter "radical" não se questiona.

[60] Também seria possível fazer este mapeamento ao procurar verificar o comportamento dos setores no parlamento e/ou em seus documentos (manifestos, moções, artigos, material de campanha), mas esses procedimentos metodológicos teriam um custo muito alto em termos de esforço de pesquisa, desproporcional à relevância que esta questão tem para esta investigação em particular.

[61] Este procedimento metodológico será comentado mais adiante no trabalho.

Quadro 11 – Autoidentificação ideológica dos parlamentares uruguaios, por setor da FA (Uruguai, 2001-2013)*

Setor	2001[1]	2002[1]	2003[1]	2004[1]	2005[1]	2005[2]	2005-08[3]	2013[4]
MPP	2,5	2,7	2,7	3,1	3,8	2,0	2,7	2,4
PCU	-	-	-	-	-	2,5	2,0	1,7
AP	-	-	-	-	-	3,0	4,3	-
PS	3,6	3,3	3,6	3,4	3,6	3,2	2,7	3,1
VA	4,2	4,4	4,4	4,4	4,5	3,5	3,0	3,5
AU	4,8	5,1	5,3	5,3	5,2	3,5	3,8	-
NE	-	-	-	-	-	-	3,3	-
FLS	-	-	-	-	-	-	-	3,2
CAP-L	-	-	-	-	-	-	-	2,3

Fonte: 1- MOREIRA (2009, p. 138); 2- BUQUET; CHASQUETTI (2005, p. 149); 3- CHASQUETTI (2011, p. 556) ; 4- LÓPEZ (2015, p. 149)

* O traço indica a ausência de informação ou que ela não se aplica porque o setor ainda não havia se constituído oficialmente.

Pelos resultados, pode-se verificar que, embora praticamente todas as informações tenham a mesma origem, a localização das frações internas varia na escala, às vezes de modo intenso em pesquisas que se referem ao mesmo período. As fontes utilizadas para a obtenção dos dados não trazem mais informações que permitam esclarecer esta questão. A indicação de Chasquetti (2011) sequer especifica o ano a que se referem os dados, apresentando-os como 2005-2008.

Porém, para os propósitos da análise, essas variações não são relevantes, o mais importante é que a ampla maioria dos resultados traz um ordenamento entre os setores no eixo esquerda-direita (ou melhor, variações no campo da esquerda e que costumam ser assim denominadas, pois inexistem grupos que ocupem outra área da escala) e um distanciamento entre eles que permite distingui-los em três tipos.

MPP e PCU estão mais à esquerda em relação a todos (acompanhados pelo CAP-L[62], na única pesquisa em que ele figura). PS está no centro. Estão mais à direita: Aliança Progressista, Vertente Artiguista, Novo Espaço, Assembleia Uruguai e Frente Liber Serengi (que, organizada em 2009, reúne AP, NE e AU).

Esta distribuição é bastante semelhante à agregação realizada por López (2015), no qual são distinguidas a “ala esquerda” (PCU, CAP-L e MPP), cujo

[62] Sigla de Corrente Ação e Pensamento – Liberdade, formada em 2007 por iniciativa de Eleuterio Fernández Huidobro, quando este se afastou do MLN-T. Continuou, porém, associado ao MPP. Foi incorporado oficialmente à FA em 2012 (PLENARIO..., 17 marzo 2012). Para Labrousse (2009, p. 272-277), o setor surge da contrariedade de Huidobro com a ala majoritária do MLN-T, que praticaria o centralismo democrático e teria resquícios insurrecionais, razão pela qual é mais pragmático e pró-governo da FA ou, para utilizar uma distinção comum neste campo (embora algo imprecisa), afirma-se como a ala direita do MPP.

posicionamento médio é a 2,35, e a “ala direita” (PS, FLS e VA), localizada, na média, a 3,2.

Assim, optou-se por adotar a divisão entre “moderados” e “radicais” para indicar os dois grandes blocos internos da FA, mais “indefinido” para aqueles que não se tem a mesma segurança ou faltam informações suficientes para enquadrá-los em um dos polos[63].

Apesar da utilização que a pesquisa vai fazer desta taxionomia, essencialmente instrumental, é preciso dar a devida atenção às limitações que ela possui e não ultrapassar certos limites, pois se trata de uma distinção generalista, simplista e certamente imprecisa, já que agrega setores próximos entre si, mas que também apresentam diferenças importantes, as quais não devem ser negligenciadas.

Talvez exatamente pela praticidade é que a divisão moderados-radicais foi e é muito utilizada pela imprensa, por historiadores e por cientistas sociais – e, ao dela se servir, a tese não está sendo original, apenas acompanha uma tendência bastante disseminada.

Se se torna aceitável a concepção manejada por Mieres em torno da existência de dois grandes blocos na FA, resta verificar se há respaldo na realidade sobre a segunda parte da sua assertiva, a de que as diferenças do PI não são com o conjunto do partido, e sim com a parte radical, que é a majoritária na FA e dita os rumos da legenda.

Vislumbram-se três formas básicas para cumprir este desafio: (1) por meio dos resultados obtido nas eleições parlamentares, o que pode ser medido quer pelo contingente de votos, quer pelo de cadeiras conquistadas; (2) pelos resultados alcançados nas eleições internas, que pode ter como parâmetros o percentual de votos ou a quantidade de cadeiras conquistadas[64]; (3) por meio da eleição direta para a presidência da FA.

A opção foi adotar as duas primeiras. No caso das eleições parlamentares, a preferência recaiu por utilizar o número de cadeiras conquistadas, pois os dados já foram parcialmente apresentados nas tabelas do capítulo 1 (1971 a 2004) e

[63] Mais detalhes sobre os setores considerados “indefinidos” serão apresentados a seguir.

[64] As eleições internas ocorrem com voto direto dos filiados e não se confundem com as primárias obrigatórias. Elas são um instrumento que a FA adotou a partir de 1997 para escolher os membros da Plenária Nacional, das Plenárias Departamentais, da Mesa Política (e, desde 2012, a sua presidência). Lembra-se que 50% destes cargos cabem aos representantes dos setores e outros 50% aos representantes dos núcleos de base.

permitem acompanhar a FA desde o seu surgimento. Em se tratando das eleições internas, que ocorrem desde 1997, o dado é o percentual de votos obtidos. A terceira alternativa, a eleição da presidência da FA, não foi adotada porque houve apenas duas disputas do gênero, realizadas em 2012 e em 2016, portanto, insuficientes para atender aos propósitos da tese.

O passo inicial é verificar a quantidade de vagas parlamentares que os setores obtiveram.

Tabela 16 – Representação parlamentar da FA por grupos (Uruguai, 1971-2014)*

Eleição	Câmara				Senado			
	Moder.[1]	Radical[2]	Indef.[3]	Total	Moder.	Radical	Indef.	Total
1971	44,4 (8)	50,0 (9)	5,6 (1)	**18**	40,0 (2)	60,0 (3)	-	**5**
1984	61,9 (13)	28,6 (6)	9,5 (2)	**21**	50,0 (3)	33,3 (2)	16,7 (1)	**6**
1989	14,3 (3)	61,9 (13)	23,8 (5)	**21**	28,6 (2)	42,8 (3)	28,6 (2)	**7**
1994	67,7 (21)	12,9 (4)	19,4 (6)	**31**	66,7 (6)	11,1 (1)	22,2 (2)	**9**
1999	45,0 (18)	15,0 (6)	40,0 (16)	**40**	41,7 (5)	25,0 (3)	33,3 (4)	**12**
2004	34,6 (18)	42,3 (22)	23,1 (12)	**52**	47,1 (8)	41,1 (7)	11,8 (2)	**17**
2009	24,0 (12)	56,0 (28)	20,0 (10)	**50**	47,1 (8)	41,1 (7)	11,8 (2)	**17**
2014	18,0 (9)	70,0 (35)	12,0 (6)	**50**	18,8 (3)	68,7 (11)	12,5 (2)	**16**
Total	**36,0 (102)**	**43,5 (123)**	**20,5 (58)**	**283**	**41,6 (37)**	**41,6 (37)**	**16,8 (15)**	**89**

Fonte: CRESPO; MIERES; PÉREZ (1991, p. 311); CRESPO; MIERES (1996, p. 329); LANZARO (2000, p. 277; 2015, p. 37); CRESPO (2002, p. 109, 143, 171); PIÑEIRO; YAFFÉ (2004, p. 302); FERNÁNDEZ (2004, p. 190); CHASQUETTI (2004b, p. 362; 2005, p. 196); ABOAL (2005, p. 250); YAFFÉ (2005a, p. 156); ALTMAN; CASTIGLIONI (2006, p. 152); ALTMAN (2010, p. 536); CHASQUETTI; GUEDES (2011, p. 187); BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014); LANZARO (2015, p. 37); PÉREZ; PIÑEIRO RODRÍGUEZ (2016, p. 348); INTEGRACIÓN... (03 nov. 2014)

* Os dados incluem a cadeira de Vice-presidente e estão expressos em percentual. Aqueles entre parênteses são o N. Na coluna Total, o número é o N e, como o somatório dos percentuais atinge 100 em todos os casos, ele não é apresentado.

1 – PCU, MPP, Pátria Grande, Esquerda Democrática Independente (IDI), MBPP, 26M, CAP-L, Casa Grande[65], CF-711[66].

2 – Vertente Artiguista (VA), Assembleia Uruguai (AU), PGP, PDC, Corrente 78, Aliança Progressista (AP), NE, Frente Líber Seregni (FLS).

3 – PS, União Frente-amplista, LFF, Cabildo.

Como já foi informado, a Tabela 16 agrega os setores da FA e os divide em três blocos: moderados, radicais e indefinidos. A inserção de cada fração nesses blocos está identificada na própria tabela, mas cabe fazer duas ponderações.

Uma é que ela se dispõe a dimensionar a divisão entre os blocos, de modo que não se preocupa com a distância que os separa e muito menos as distinções entre os diferentes setores inseridos em cada um deles. Desse modo, não vem ao

[65] Saiu do MPP, tendo sido formada em 2014, liderada por Constanza Moreira (1960-), doutora em Ciência Política e professora da Udelar. Ela se elegeu senadora em 2009 pelo Espaço 609 e, em 2014, disputou a indicação como candidata presidencial com Vázquez nas primárias. Mais detalhes, ver: Caillabet (2014).

[66] Sigla de Compromisso Frente-amplista – Lista 711. Foi criado durante o primeiro governo Vázquez por Raúl Sendic (filho), após romper com o 26M. Aliou-se ao Espaço 609 nas eleições de 2009 e conquistou duas cadeiras (FERNÁNDEZ, 2017, p. 200). Obteve crescimento eleitoral nas primárias de 2014, o que credenciou Sendic a se tornar candidato a Vice-presidente. Eleito na chapa com Vázquez e apontado como possível concorrente à presidência em 2019, passou a sofrer uma série de acusações da oposição e também de setores internos da FA (má gestão quando presidiu a Ancap; polêmica em torno de ser graduado em genética humana por uma universidade cubana, curso que ele não teria concluído ou que sequer existiria; uso inadequado do cartão corporativo da Ancap). Condenado pelo Tribunal de conduta da FA e em meio a uma polêmica que sacudiu o partido e também o país, Sendic preferiu renunciar em setembro de 2017 (EL DÍA..., 09 sept. 2017).

caso o fato de uma fração ter se tornado mais ou menos radical, aproximar-se ou se afastar de outras, inclusive ter trocado de posicionamento intrabloco. Essas variações ocorreram ao longo do tempo, porém, se não alteraram a inserção em cada bloco, foram ignoradas pela tabela, embora evidentemente sejam questões relevantes para apreciar outros aspectos da vida interna da FA.

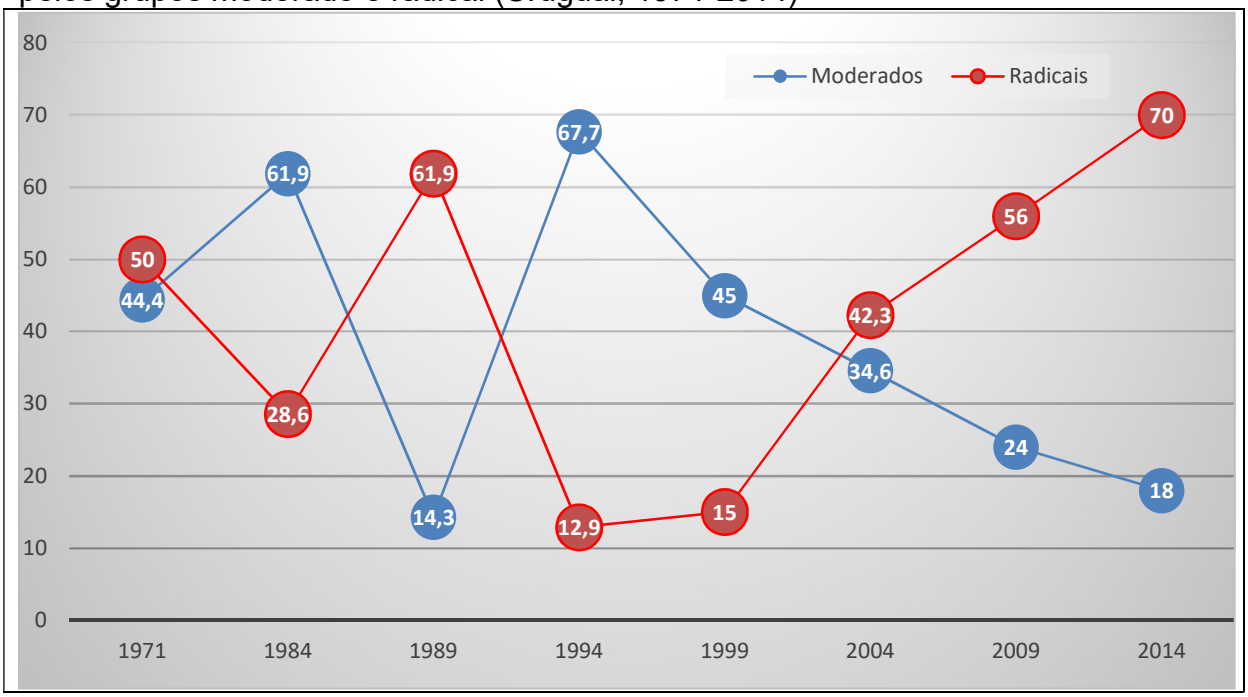
A outra visa a esclarecer as razões pelas quais alguns setores foram considerados indefinidos. No caso de União Frente-amplista[67], Liga Federal Frente-amplista (LFF) e Cabildo (que é um setor associado à LFF), todos foram assim classificados porque, apesar de terem posicionamento programático e de participarem das disputas interna da FA, fazem-no a partir de uma perspectiva prioritariamente departamental – relativa à clivagem Montevidéu-interior –, que os torna disponíveis para negociar com os outros dois grandes blocos (e/ou setores que os compõem), conforme as circunstâncias e seus interesses.

Já o caso do Partido Socialista, é um pouco mais delicado: considerá-lo indefinido é, seguramente, impreciso, pois, de raiz marxista, ele alternou ao longo do tempo entre uma posição mais moderada ou mais radical, além de, em determinadas circunstâncias, ter efetivamente ficado equidistante dos dois blocos. Uma classificação rigorosa e que buscasse verificar outras peculiaridades da vida da FA seguramente deveria variar o modo como ele é considerado ao longo do tempo, com vistas a captar essas mudanças de posição. Porém, não é o caso dos objetivos desta tese.

Aliás, enftiza-se que “indefinido” não significa neutro, tampouco que esteja a reboque dos demais ou que não dispute internamente com eles e/ou faça alianças com alguns setores do bloco ou com o bloco como um todo, em determinadas circunstâncias. Ao contrário, ele (ou os grupos a ele correspondente) é mais um competidor interno. Um exemplo está na primeira eleição com votos dos filiados para presidente da FA, ocorrida em 2012: o PS venceu com sua candidata própria (43%), apoiada pelos moderados da FLS, tendo batido os concorrentes de: MPP (23%), Vertente Artiguista (18%) – que tinha o apoio da Lista 5005 –, e PCU (16%). Ou seja, concorrentes tanto do grupo radical quanto do moderado (YAFFÉ, 2012, p. 160).

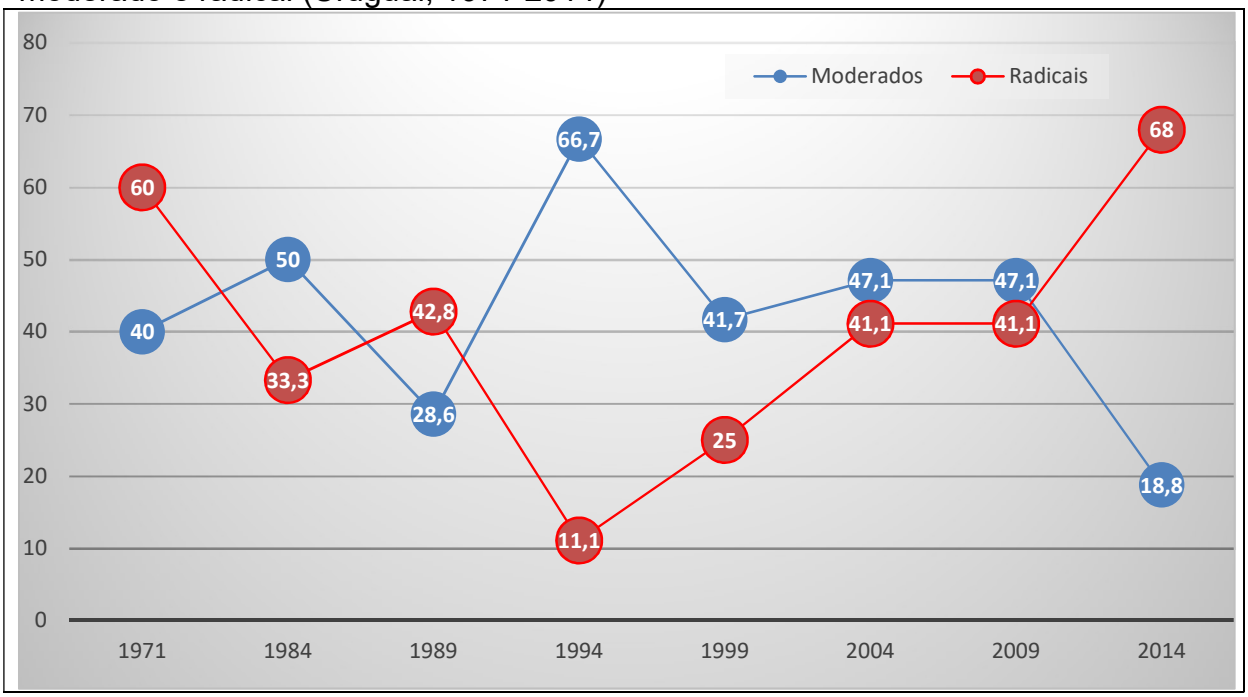
[67] Como já foi informado, as cadeiras conquistadas em 1999 pela União Frente-amplista foram ocupadas pelo Cabildo 1823, de Maldonado, um dos fundadores da LFF.

Gráfico 14 – Percentual da bancada da FA na Câmara de Representantes eleita pelos grupos moderado e radical (Uruguai, 1971-2014)



Fonte: CRESPO; MIERES; PÉREZ (1991, p. 311); CRESPO; MIERES (1996, p. 329); LANZARO (2000, p. 277; 2015, p. 37); CRESPO (2002, p. 109, 143, 171); PIÑEIRO; YAFFÉ (2004, p. 302); FERNÁNDEZ (2004, p. 190); CHASQUETTI (2004b, p. 362; 2005, p. 196); ABOAL (2005, p. 250); YAFFÉ (2005a, p. 156); ALTMAN; CASTIGLIONI (2006, p. 152); ALTMAN (2010, p. 536); CHASQUETTI; GUEDES (2011, p. 187); BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014); LANZARO (2015, p. 37); PÉREZ; PIÑEIRO RODRÍGUEZ (2016, p. 348); INTEGRACIÓN... (03 nov. 2014)

Gráfico 15 – Percentual da bancada da FA no Senado eleita pelos grupos moderado e radical (Uruguai, 1971-2014)



Fonte: CRESPO; MIERES; PÉREZ (1991, p. 311); CRESPO; MIERES (1996, p. 329); LANZARO (2000, p. 277; 2015, p. 37); CRESPO (2002, p. 109, 143, 171); PIÑEIRO; YAFFÉ (2004, p. 302); FERNÁNDEZ (2004, p. 190); CHASQUETTI (2004b, p. 362; 2005, p. 196); ABOAL (2005, p. 250); YAFFÉ (2005a, p. 156); ALTMAN; CASTIGLIONI (2006, p. 152); ALTMAN (2010, p. 536); CHASQUETTI; GUEDES (2011, p. 187); BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014); LANZARO (2015, p. 37); PÉREZ; PIÑEIRO RODRÍGUEZ (2016, p. 348); INTEGRACIÓN... (03 nov. 2014)

Os cenários decorrentes da Tabela 16 e dos Gráficos 14 e 15 são convergentes.

Nas quatro eleições iniciais (1971, 1984, 1989 e 1999), radicais e moderados se alternaram como a maior bancada tanto na Câmara de Representantes quanto no Senado, a indicar a ausência de um predomínio claro de algum bloco. Em 1971, pleito inicial da FA, e em 1989, após a cisão de PGP e PDC, a vantagem é dos radicais; em 1984, no contexto da redemocratização, e em 1994, com o advento da aliança com o EP, preponderaram os moderados.

Novo cenário surge no pleito de 1999, primeira oportunidade em que um dos blocos consegue sustentar a vantagem na eleição seguinte, o que ocorreu com os moderados, no contexto da continuidade da busca da FA por ampliar o leque de apoios e de conquistar o eleitorado decepcionado com os partidos tradicionais.

Um terceiro período, ainda vigente, é o mais relevante para esta tese, pois coincide com o surgimento do PI, assim como com a conquista da Presidência da República e também a da maioria parlamentar pela FA. Ele começa na eleição de 2004, ocasião em que a vantagem pende para os radicais, situação que persistiu nas duas disputas mais recentes (2009 e 2014).

O predomínio dos radicais é mais facilmente verificável entre os deputados do que entre os senadores, pois, neste último, os moderados ainda figuram à frente nos pleitos de 2004 e de 2009. Tal vantagem existe porque os Vice-presidentes da época (Nin Novoa e Astori) estavam vinculados a este bloco, mas haveria um empate entre ambos, se eles fossem excluídos da contagem por não serem cargos ocupados em decorrência da eleição parlamentar, e sim da disputa para o executivo nacional.

Porém, não se pode esquecer que os três blocos reúnem diferentes setores da FA e que são uma construção analítica, cujo processo de agregação que lhe é inerente pode distorcer a divisão de forças entre os setores existentes na realidade fática das disputas internas do partido. Logo, como medida de controle, a abordagem relativa às três eleições mais recentes (2004, 2009, 2014) pode ser discriminada por setor com vistas a contemplar a dinâmica efetiva das rivalidades a partir do surgimento do PI, como o faz a Tabela 17.

Tabela 17 – Bancada eleita no parlamento nacional por grupo e setor da FA (Uruguai, 2004-2014)

Setor	Câmara			Senado		
	2004	2009	2014	2004	2009	2014
Radicais	**22**	**28**	**35**	**7**	**7**	**11**
PCU	1	2	1	1	1	1
MPP	20	23	25	6	5	6
CF-711	-	-	6	-	-	(2+1)
Casa Grande	-	-	2	-	-	1
CAP-L	-	2	-	-	1	-
Congresso FA[68]	1	1	1	-	-	-
Moderados[69]	**18**	**12**	**9**	**8**	**8**	**3**
VA	4	1	-	2	1	-
AU	8	6	5	3	(4+1)	2
AP	3	2	1	(1+1)	1	-
NE	3	3	3	1	1	1
Indefinidos	**12**	**10**	**6**	**2**	**2**	**2**
OS	11	9	4	2	2	2
LFF	1	1	2	-	-	-
Total	**52**	**50**	**50**	**17**	**17**	**16**

Fonte: FERNÁNDEZ (2004, p. 190); ABOAL (2005, p. 250); CHASQUETTI (2005, p. 196); YAFFÉ (2005a, p. 156); ALTMAN (2010, p. 536); BOTTINELLI; GIMENEZ; MARIUS (2014); LANZARO (2015, p. 37); PÉREZ; PIÑEIRO RODRÍGUEZ (2016, p. 348); INTEGRACIÓN… (03 nov. 2014)

Verifica-se que, desde o pleito de 2004, a liderança individual ficou com um dos setores radicais (MPP), cuja bancada na Câmara dos Representantes só cresceu ao longo do tempo. Ela passou de 20 para 23 e, finalmente, para 25 cadeiras de deputado, e se manteve estável no Senado (cinco a seis cadeiras). Em 2004, o indefinido PS tinha a segunda maior bancada de deputados (11) e a terceira de senadores (2), alternando a posição com a moderada AU, de Astori (oito deputados e três senadores).

Em 2009, as posições continuariam exatamente as mesmas (radical MPP em 1º, indefinido PS em 2º, moderada AU em 3º), não fosse o advento da Frente Líber Seregni, uma aliança entre três forças moderadas (NE, AU e AP) e outros setores menos expressivos, que foi constituída para contrabalançar o poderia do MPP e que obteve 11 deputados e seis senadores (sete com o acréscimo do Vice-presidente).

A disputa MPP e FLS, que se tornaram os principais representantes dos radicais e dos moderados, encontra síntese nas figuras de Mujica e de Astori, que passaram a disputar a condição de candidato presidencial em 2009, já que, após a

[68] Em 2014, rompeu a associação com o Espaço 609, adotada em 2004 e em 2009, tendo concorrido em aliança com a LFF (FALLECIÓ..., 21 mayo 2016).
[69] Desde 2009, AU, AP e NE concorrem juntos sob a alcunha de FLS. Na tabela, a bancada da FLS foi desmembrada e distribuída a seus constituintes por medida de simplificação.

vitória de 2004, Vázquez se encontrava fora do páreo[70]. Aliás, ambos participaram das primárias e, como já visto e a demonstrar que a FA vive um panorama multifacetado, houve um terceiro competidor, Marcos Carámbula, apoiado pela VA, que obteve cerca de 8% (BUQUET; PIÑEIRO, 2014, p. 136). Sacramentada a vitória de Mujica (52,7%), Astori, que recebeu 39,7% dos votos, tornou-se o candidato a Vice-presidente e, nessa condição, continuou a desempenhar o papel de "homem forte" da economia depois da nova vitória da FA.

Na eleição de 2014, além de MPP permanecer com a maior bancada e crescer em relação à disputa anterior, FLS e PS perderam espaço. O primeiro elegeu um deputado e quatro senadores a menos (três se não for considerada a cadeira de Vice-presidente que ostentava nos governos precedentes). O segundo perdeu um deputado e quatro senadores.

Desse modo, Garcé (2014a, p. 205) registrou que o governo eleito em 2014 continuou a ser da FA, mas não era exatamente igual ao que exercera o poder nos dois períodos anteriores. A principal diferença residia no menor poder de influência dos setores ligados a Astori, contrabalançada pelo avanço de "novos radicais": o setor do Vice-presidente Raúl Sendic filho (CF-711), que se separou do MPP e elegeu quatro deputados e três senadores; e o recém-nascido Casa Grande, também saído do MPP, e que alcançou dois deputados e um senador.

Passa-se, então, ao panorama decorrente da eleição interna da FA. Ele é bastante semelhante ao encontrado na representação parlamentar, embora bem mais complexo, pois formado por muito mais setores ou agrupações, já que aqueles que não obtêm representação parlamentar disputam os cargos nas Plenárias Nacional e Departamentais e na Mesa Política, e dividem ainda mais a já fracionada FA[71].

[70] A Constituição do Uruguai não permite a reeleição presidencial imediata e Vázquez não permitiu que avançasse a iniciativa de emenda constitucional que a criaria.

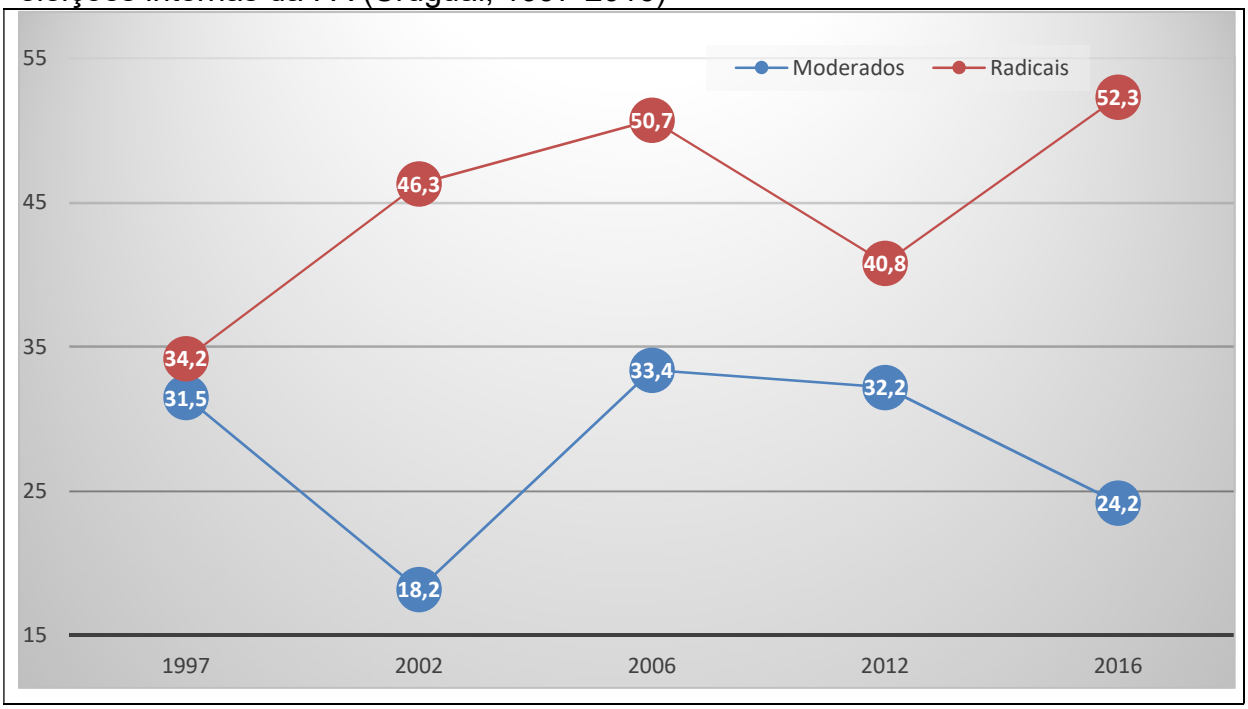
[71] Estatutariamente, os setores que concorrem nas eleições internas têm garantido ao menos um cargo na Plenária Nacional, independentemente da votação alcançada.

Tabela 18 – Votação por grupo na eleição interna da FA em percentual (Uruguai, 1997-2016)

Partido	1997	2002	2006	2012	2016
Radicais[1]	34,2	46,3	50,7	40,8	52,3
Moderado[2]	31,5	18,2	33,4	32,2	24,2
Indefinido[3]	34,3	35,7	16,0	27,0	23,5
Total	**100**	**100**	**100,1**	**100**	**100**

Fonte: MOREIRA (2009, p. 19); YAFFÉ (2012, p. 155-156); VERA (2017, p. 122, 123, 124); LOS RESULTADOS... (08 agosto 2016); 2121 – ASAMBLEA URUGUAY (12 oct. 2016)
1 – PCU, MPP, PVP, POR, CI, 26M, PST, CAP-L, Movimento 20 de Maio, Corrente Unidade Frente-amplista (CUF)[72], CF-711.
2 - VA, AU, Esquerda Aberta, AP, NE, FLS.
3 – PS, LFF, União Frente-amplista, Confa.

Gráfico 16 – Percentual de votos obtido pelos grupos radical e moderado nas eleições internas da FA (Uruguai, 1997-2016)



Fonte: MOREIRA (2009, p. 19); YAFFÉ (2012, p. 155-156); VERA (2017, p. 122, 123, 124); LOS RESULTADOS... (08 agosto 2016); 2121 – ASAMBLEA URUGUAY (12 oct. 2016)

Na disputa interna à FA, o predomínio dos setores radicais é ainda mais nítido, assim como mais antigo. Esta situação provavelmente reflete a maior militância que estes apresentam em relação aos demais, historicamente verificada, assim como o fato de, nas eleições gerais, o partido captar votos de um público não filiado, o que pode beneficiar neutros e moderados, e produzir outro mapa de distribuição do poder intersetorial.

Desde 1997, a primeira medição, os radicais elegeram a maioria dos cargos, sustentando esta condição até a eleição interna mais recente, em 2016, na qual

[72] Foi fundada por Germán Araújo (1938-1993), senador eleito em 1984 e em 1989 pela Democracia Avançada (PCU) (FERNÁNDEZ, 2017, p. 196).

alcançaram o melhor desempenho (52,3% dos votos) e igualaram a maior diferença em relação aos moderados (28,1 pontos percentuais), que havia sido obtida em 2002.

No entanto, este não é um domínio absoluto: os setores moderados receberam cerca de um terço dos votos em várias oportunidades (1997, 2006 e 2012) e os indefinidos também (1997 e 2006), sendo que somente mais recentemente eles atingiram um patamar mais baixo (acima de 20% em 2012 e em 2016), mas ainda assim relevante.

Lembra-se que moderados, radicais e indefinidos não passam de uma agregação que cumpre a finalidade de simplificar e tentar organizar uma disputa entre diferentes setores e que, por isso, não deve existir uma associação necessária entre mais votos dos radicais e domínio interno. Embora essa situação seja a mais provável, a divisão de cargos e do poder no interior da FA envolve uma disputa na qual preponderam demandas para muito além da afinidade programática, o que contempla a possibilidade da formação de alianças ocasionais entre frações de categorias diferentes.

Apesar disso, por conta da votação obtida e do número de cargos internos amealhados, setores correspondentes aos radicais estão em vantagem nessas negociações e, ainda que sobrepujados por alguma aliança específica, presumivelmente permanecem como forças relevantes na cúpula da FA.

Enfim, somente a análise de cada conjuntura permite formar juízo efetivo sobre como esta questão se manifesta no cotidiano do partido.

Para o que se quer demonstrar, porém, os dados são suficientes: os radicais têm recebido mais votos nas eleições internas em comparação aos demais, notadamente os moderados.

Assim como ocorreu no caso da representação parlamentar, pode-se desagregar os grupos e distingui-los por fração da FA, como ocorre a seguir.

Tabela 19 – Votação por grupo na eleição interna da FA em percentual (Uruguai, 1997-2016)

Partido	1997	2002	2006	2012	2016
Radicais	**34,2**	**46,3**	**50,7**	**40,8**	**52,3**
MPP[1]	16,4	28,8	33,3	20,0	21,2
PCU[2]	15,6	10,7	10,1	13,2	16,0
Outros[3]	2,2	6,8	7,3	7,6	15,1
Moderado	**31,5**	**18,2**	**33,4**	**32,2**	**24,2**
AU	13,2	9,9	14,3	13,9	8,6
VA[4]	13,9	8,3	7,1	7,2	4,4
AP-PDC-Confa[5]	-	-	7,3	-	-
NE[6]	-	-	4,7	9,9	10,9
Outros[7]	4,4	-	-	1,2	0,3
Indefinido	**34,3**	**35,7**	**16,0**	**27,0**	**23,5**
PS	34,3	26,6	13,9	19,7	12,6
LFF	-	2,8	2,1	3,1	4,8
Outros[8]	-	6,2	-	4,2	6,1
Total	**100**	**100**	**100,1**	**100**	**83,9**

Fonte: MOREIRA (2009, p. 19); YAFFÉ (2012, p. 155); VERA (2017, p. 122, 123, 124); LOS RESULTADOS... (08 agosto 2016); 2121 – ASAMBLEA URUGAY (12 oct. 2016)
1 - Em 1997, concorreu como parte da CI, na qual figuram 26M, PST, UP. Também concorreu como Espaço 609, liderado pelo MPP com a adesão de Grupo dos Cravos Vermelhos e Coluna Branca[73].
2 – Em 2012, aliada à Lista 5005[74].
3 – POR; PVP (1997); CI (2002, 2006); 26M (2002, 2006), CUF (2002, 2006), CF-711 (2006, 2012, 2016), Movimento 20 de Maio (2006, 2012, 2016), PST (2006, 2012, 2016), CAP-L (2012, 2016), Casa Grande (2016).
4 – Em 2016, aliada à Lista 5005.
5 – Em 2012, aliado com NE.
6 – Em 2006, aliado a PVP; em 2012 e em 2016, com AP.
7 – Esquerda Aberta (1997, 2012, 2016), União Frente-amplista-PVP (2002), Batllismo Progressista (2012, 2016).
8 – Confa (2002), União Frente-amplista-PVP (2002); PVP (2012, 2016), Cravos Vermelhos (2012, 2016), PAÍS[75] (2012, 2016), De Frente[76] (2016).

Conforme a Tabela 19, pode-se observar um significativo fracionamento do mapa interno da FA, com o setor mais votado conseguindo a maioria simples – sendo, na prática, a maior minoria, já que nenhuma força individualmente conseguiu sobrepujar as demais.

Consequentemente, e como já ponderado, há amplo espaço para a formação de coalizões internas, as quais não necessariamente precisam ser coerentes com os posicionamentos de cada setor, e sim seguir interesses e conveniências muito circunstanciais.

[73] Um dos vários nomes que o grupo liderado por Jorge Saravia, hoje no PN, assumiu ao longo do tempo (FERNÁNDEZ, 2017, p. 198-199). Conforme Mazzeo (2005, p. 85), não tinha uma estrutura própria dentro do MPP, mas funcionava como "un conjunto de afinidades que tiene expresión pública, incluyendo um periódico de ocho páginas. Há crecido estrechamente vinculada al interior del país y al planteo de país productivo".
[74] É uma dissidência da Confa, liderada por Marcos Carámbula e Diego Cánepa (1972-), que ingressou oficialmente na FA em 2012 (PLENARIO..., 17 marzo 2012).
[75] É a sigla de "Participação, Ação, Integração Social". As suas origens remontam ao PGP, atuava no NE, tendo se aliado à AP em 2000 (FERNÁNDEZ, 2017, p. 204).
[76] É um grupo liderado por Gonzalo Reboledo, diretor do Centro de Informação Oficial do Uruguai no segundo governo Vázquez e dirigente da antiga Corrente Popular, setor que aderiu à VA, quando de sua criação, nos anos 1990.

De qualquer modo, verifica-se que, em 1997, o PS, considerado indefinido, foi o setor mais votado da FA (34,3%), sendo seguido à distância por duas frações radicais, MPP e PCU, que obtiveram cerca de 16% cada. Os primeiros setores moderados aparecem em seguida, AU e VA, com aproximadamente 13% cada.

Na eleição interna seguinte, em 2002, o cenário já era outro, com o MPP posicionado na liderança (28,8%) e o PS em 2º lugar (26,6%), tendo perdido cerca de um quarto do percentual de votos que obtivera em 1997. PCU (10,7%), AU (9,9%) e VA (8,3%) vinham novamente na sequência, mas todos com perda no percentual de votação em relação ao pleito anterior.

Em 2006, o MPP já havia consolidado a sua liderança – registrada também nas eleições parlamentares de 2004 – ao ampliar a votação para 33,3%. O PS reduziu seu contingente a quase a metade do que havia alcançado na eleição interna precedente (13,9%) e caiu para o 3º lugar dentre os setores, sendo ultrapassado pela AU, que atingiu 14,3%. Seguem-se: PCU (10,1%) e Aliança Progressista, que foi incorporada à FA e concorreu ao lado de PDC e Confa (7,3%).

Já em 2012, a liderança do MPP se manteve, apesar da significativa queda na votação (alcançou 20% contra 33,3% da disputa anterior), o que rendeu um empate virtual com o PS (19,7%), que retornou ao 2º lugar. Para Yaffé (2012, p. 157-158), foi a primeira vez desde a introdução das eleições internas com voto direto dos filiados em que não houve um claro ganhador.

A AU manteve praticamente a mesma performance (13,9%), mas foi ultrapassada pelos socialistas. O PCU ficou novamente em 4º lugar, com acréscimo de participação percentual na votação, tendo passado de 10,1% para 13,2%, e o 5º lugar foi ocupado pela aliança entre AP e NE, que alcançou 9,9%. Para Bidegain Ponte (2013, p. 358), as eleições internas de maio de 2012 marcaram uma maior dispersão do poder na FA, proveniente do debilitamento do MPP frente aos demais setores.

O quadro abaixo ordena as frações por colocação alcançada nas eleições internas e visa tão somente a sistematizar os dados da tabela anterior e o comentário realizado acima. Ela permite verificar o predomínio do MPP, que é o setor mais votados desde 2002, assim como o quanto as posições seguintes foram conquistadas alternadamente por outros setores.

Quadro 12 – Classificação dos setores da FA nas eleições internas (Uruguai, 1997-2016)

Posição	1997	2002	2006	2012	2016
1º lugar	PS	MPP	MPP	MPP	MPP
2º lugar	MPP	PS	AU	PS	PCU
3º lugar	PCU	PCU	PS	AU	PS
4º lugar	VA	AU	PCU	PCU	AU

Fonte: MOREIRA (2009, p. 19); YAFFÉ (2012, p. 155); VERA (2017, p. 122, 123, 124); LOS RESULTADOS... (08 agosto 2016); 2121 – ASAMBLEA URUGUAY (12 oct. 2016)

É importante destacar que, para tornar ainda mais complexo o cenário interno da FA, todos os percentuais de votação apresentados acima se referem à distribuição de 50% das cadeiras da Plenária Nacional, aquelas destinadas aos setores (85 vagas). As demais cabem aos representantes das bases do partido (41 das plenárias departamentais, 41 das coordenarias zonais de Montevidéu e três pelos comitês de base do exterior)[77]. Como marca Yaffé (2012, p. 159), em uma tendência histórica da FA, estes cargos

> son ocupados por militantes sectorizados que eventualmente ajustan su comportamiento a los lineamientos de su sector. [...] entre los miembros electos por las bases se ha producido nuevamente una sobrerrepresentación del PCU que le permitiría constituirse en el sector mayoritario del PN [Plenario Nacional], aunque significativamente lejos de alcanzar la mayoría absoluta, seguido por el PS, el MPP y el FLS (en ese orden).

Frente ao cenário descrito nas páginas precedentes, é relevante trazer a reflexão de Horacio Nieto (2007, p. 41). Ao analisar porque, entre 1971 e 2004, a cada eleição, um setor diferente da FA era o mais votado[78] – o que foi tomado por ele como um indício de alta volatilidade do eleitor frente-amplista[79] –, explicou que esta situação ocorria porque a maior parte do votante da FA não estava identificada com nenhum setor em particular, e sim com o partido. Desse modo, a cada processo eleitoral e a respectiva conjuntura política tal eleitorado tendia a votar naquela opção que mais claramente conseguia representar a FA como um todo e a união das esquerdas.

[77] Na prática, as vagas eletivas são divididas igualmente entre representantes dos setores e das bases, mas elas não compreendem a totalidade do Plenário Nacional, que ainda é formado pelo Presidente e o Vice-presidente da FA e por até seis pessoas de relevância para o partido, indicados pelo próprio Plenário Nacional. No total, portanto, existem de 172 a 178 vagas.

[78] Em 1971, PCU; em 1984, PGP; em 1989, PCU; em 1994, AU; em 1999, PS; em 2004, MPP.

[79] Alternativamente, é possível considerar que, como a FA vivenciou no período 1994 a 2004 um grande crescimento eleitoral, os votantes que passaram a apoiar o partido não faziam as mesmas escolhas setoriais que os anteriores. Porém, esta possibilidade não muda o essencial: a ordem de preferências dos eleitores entre os setores internos da FA se modificou a cada pleito nesta época.

Se essa hipótese está correta, pode-se considerar que o MPP passou a ser o legítimo representante da “FA média” ou do “pensamento médio” do eleitor frente-amplista, já que, desde 2004, é o setor mais votado, seja nas eleições internas, seja na eleição geral, tendo constituído a maior bancada parlamentar. E, como se não bastasse, em 2009, um de seus quadros foi eleito Presidente da República (José Mujica). Aliás, com isto, encerrou-se o fenômeno da mudança do setor que alcançou a condição majoritária na FA a cada pleito, analisado pelo próprio Nieto (2007).

Este achado e os dados anteriormente apresentados permitem retornar à distinção entre o PI e o bloco majoritário da FA, aquele que impõe ao partido uma orientação programática divergente daquela que o PI considera aceitável.

Ela ajuda a lançar luzes sobre a base a partir da qual Mieres demarca a divergência: a recusa em acompanhar o NE na associação com a FA e a luta por manter uma opção política autônoma – e que se tornou o PI – coincide com o período em que o MPP se tornou o setor que individualmente melhor representava a FA na percepção do eleitor do partido – 2002, na eleição interna; 2004, nas eleições gerais –, afinal, ele é, ao lado do PCU, um dos principais representantes da versão radical da FA.

É digno de nota que, em 2009, ainda antes da confirmação da realização do 2º turno das eleições presidenciais, Mieres tenha escrito um artigo em que indicou em quem não se deveria votar[80]. E, nesse caso, não poupou referências diretas a Mujica, as quais estavam baseadas no tipo de governo que ele faria e na correlação interna de forças da FA.

Para o presidente do PI, “gobernará Mujica y su barra y no la línea ‘seregnista”, tendo agregado que “sólo un ingenuo puede creer que si gana Mujica gobernará Astori” e, finalmente, que

> ¿no le parece muy ilógico que después de cuarenta años de historia, dos sectores políticos tan organizados y fuertes como el MLN y el Partido Comunista ganen el poder y lo dejen en manos de sus rivales internos que fueron derrotados en las urnas?” (PESE..., 03 nov. 2009).

Para esclarecer alguns pontos das declarações de Mieres, informa-se que “derrotados nas urnas” é uma referência às primárias que indicaram o candidato a

[80] O artigo quer convencer os indecisos a votarem no PI. Posteriormente, confirmado o *ballotage*, a posição de Mieres foi de neutralidade, ou seja, manteve o não voto em Mujica e incluiu o rechaço a Lacalle (PN), o outro concorrente.

Presidente, na qual Mujica superou folgadamente Astori (BUQUET; PIÑEIRO, 2014, p. 136). Alerta-se que ele não fala em MPP, e sim em MLN, sigla que remete diretamente aos tupamaros e, portanto, aos “guerrilheiros”, a enfatizar o radicalismo que a eles é imputado. E a referência a um acordo deles com o PCU não é especulação, mas sim um fato, pois os comunistas foram os principais apoiadores da candidatura Mujica, que representou o conjunto dos radicais e prometia um governo mais à esquerda[81], enquanto Astori reunia o apoio da FLS (ou seja, AU, AP e NE), do PS e a preferência pública de Vázquez.

O recado do presidente do PI é bastante claro: os setores mais radicais da FA conduzirão o governo, embora na campanha eleitoral o tom apresentado por Mujica fosse pró-moderação, o que não passaria de uma estratégia para conquistar o eleitor. Por isso, o alerta dele de que seria ingenuidade acreditar que o Vice-presidente Astori, representante principal da ala mais moderada, pudesse conduzir a futura administração.

Entretanto, também esta distinção precisa ser conduzida com cuidado, pois ela é mais nuançada e matizada. Garcé (2006, p. 144) indica que o “imaginário insurrecional” que inspirara os tupamaros nos anos 1960 e chegara a ter força até 1994, perdeu centralidade desde então, sendo substituído por uma postura mais pragmática e que visava a vitória eleitoral. Ou seja, o MLN-T se tornara muito menos radical, o que pode ser observados em algumas de suas lideranças, em especial Mujica e Huidobro, e também nas críticas a eles dirigidas por ex-companheiros, como Zabalza.

O autor cita aproximações com setores ligados ao agronegócio (Mujica foi Ministro de Agropecuária, Agricultura e Pesca no governo Vázquez), aproximação com os militares, o que levou o senador Huidobro (e posteriormente Ministro de Defesa no governo Mujica) a ser contra a revogação da “ley de caducidad” e, desde 1995, a apoiar Vázquez na disputa interna com Astori.

Ainda assim, no segundo governo Vázquez, a opinião de Mieres continuou praticamente a mesma. Obviamente, ele a adaptou aos novos tempos, pois o Presidente eleito não poderia ser identificado como um radical. Por isso, a alegação é de que ele ficaria refém desses grupos:

[81] Esta questão será desenvolvida na sequência.

> Tengo este diagnóstico de que dentro del Frente conviven dos concepciones muy distintas, hay un Frente socialdemócrata, moderado, más responsable en el manejo de la cosa pública, con el que nosotros nos sentimos muy cerca en muchas cosas. El astorismo, llamémosle así, en el que uno siente que el presidente se recuesta para ejercer la función de gobierno. Y por otro lado hay otro Frente, el Frente más populista, más radical en algunas cosas, más dogmático en posiciones ideológicas, que tiene dos tercios de la bancada y todo el aparato del partido. Tiene el aparato del partido y dos tercios de la bancada, entonces lo veo complicado. Veo un gobierno que además enfrenta turbulencias, tormentas en el horizonte y no solo en el horizonte, ya ingresamos en zona de turbulencias. Entonces lo veo con preocupación, en estos seis meses veo un presidente que tiene dificultades para llevar adelante sus decisiones y que corre el riesgo de quedar cooptado por esta otra mirada (MIERES, 22 sept. 2015).

A destacar desta entrevista, ainda, que Mieres afirma claramente que há uma parte da FA que é social-democrata – e a nomina: o astorismo ou a Frente Líber Seregni – e, em razão dessa orientação, há afinidades do PI com ela, o que corrobora o que foi afirmado anteriormente e identifica quem seriam os seus possíveis aliados.

Pode-se destacar uma dentre várias situações ocorridas durante o governo Mujica em que houve uma queda de braço e uma disputa aberta entre os moderados e os radicais, o que parece dar crédito à análise de Mieres:

> a comienzos del período gubernamental parecía saldado el hecho de que la conducción económica del gobierno de Mujica sería la propuesta por el FLS. No obstante, progresivamente la línea económica promovida por el FLS comenzó a ser criticada por dirigentes cercanos al presidente Mujica. La Oficina de Planeamiento y Presupuesto (OPP), oficina dependiente directamente de la Presidencia, se convirtió en el centro del equipo paralelo económico, más afín con las ideas del MPP y dispuesto a acelerar ciertos cambios socioeconómicos. Como señalaron reiteradas veces los miembros de la oposición, existirían dos líneas económicas dentro del gobierno, la encarnada por Astori y las figuras del FLS que dominan el Ministerio de Economía y Finanzas, y la representada por el director de la OPP Gabriel Frugoni y políticos cercanos a Mujica como Pedro Buonomo. También se asocia a este equipo algunos ministros, por ejemplo, Daniel Olesker del Ministerio de Desarrollo Social. Probablemente, el caso más simbólico de esta problemática sea el del Impuesto a la Concentración de Inmuebles Rurales (ICIR)[82], que provocó una importante crisis de gabinete entre los dos equipos económicos a comienzos de 2013 (BIDEGAIN PONTE, 2013, p. 359).

Não se pode pensar, contudo, que esses conflitos fossem novidades nos governos da FA. Na realidade, eles acompanharam todas as gestões do partido e também estavam presentes antes mesmo de ela alcançar qualquer governo, pois

[82] É um imposto que visa a arrecadar recursos para financiar a manutenção das estradas rurais. Ele chegou a ser aprovado pelo parlamento, mas foi considerado inconstitucional pela Suprema Corte, em 2013 (LÓPEZ; MORAES, 2014, p. 302).

fazem parte do seu cotidiano – o que foi resenhado no capítulo 1. E, como tais, não se restringem ao conflito entre moderados e radicais, pois ocorrem inclusive entre frações com maior afinidade programática, afinal, mais do que simplesmente questões ideológicas, na maioria dos casos a disputa é por poder no interior do partido e/ou do governo do partido, como já foi apontado.

Apenas como ilustração, cita-se a série de conflitos ocorrida entre PCU e MPP. Durante o governo Vázquez e como parte da ideia de “governos em disputa” – formulada pelos comunistas –, o PCU fez um acordo com o MPP com a intenção de dar, em 2008, um “giro à esquerda” no programa da FA, assim como no pretendido governo pós-Vázquez que começaria em 2010. Logo, no Congresso da FA, ambos defenderam a anulação da lei de caducidade, a proibição do Tratado de Livre Comércio que Vázquez queria celebrar com os EUA, a retirada das tropas uruguaias do Haiti e a retomada da busca da despenalização do aborto (GARCÉ; DE GIORGI; LANZA, 2012, p. 212-213).

A aproximação com o MPP avançou para uma estratégia (bem-sucedida) de apoios recíprocos, de modo que o PCU defendeu o nome de Mujica para ser o candidato a Presidente em 2009 e, em troca, o MPP fez o mesmo em relação à candidatura de Ana Olivera (1953-) à intendência de Montevidéu.

Contudo, a conveniência da aliança não durou muito tempo. Após Mujica oferecer a candidatura de Vice-presidente para Astori e garantir que a condução da economia continuaria nas mãos do mesmo grupo que a liderava no governo Vázquez, o PCU fez sérias críticas a esta escolha e insinuou que havia sido traído pelo MPP. Como relata Reis (2013, p. 12-13):

> o secretário-geral do PCU, Eduardo Lorier, realizou muitas críticas pela imprensa, e disse que, se soubesse que os economistas que estiveram com Pepe Mujica na campanha eleitoral, de visão mais próxima a dos comunistas, estariam fora do ministério e que a equipe econômica seria dominada por astoristas, o PCU não o teria apoiado contra Astori.

É preciso destacar, também, que as críticas do PI à FA podem não se referir tão somente à correlação interna de forças. Se assim fosse, ela teria um tom sempre circunstancial ou precário, pois se os moderados estabelecessem a hegemonia, as diferenças entre ambos se reduziriam fortemente.

Essas críticas também podem ser muito mais radicais ou profundas, ligadas à condição de “ser de esquerda” – para resgatar uma das dimensões de análise

presentes no artigo de Argones e Mieres (1989). No limite, elas colocariam em dúvida o efetivo compromisso da FA (ou de alguns de seus setores ou grupos desses setores) com a democracia e as eleições – que é assumido como uma adesão irrestrita por parte do PI (PI, 01 jul. 2013b, III) – e, justificariam os adjetivos de autoritária, populista, dogmática etc. que, volta e meia, a ela dirige, assim como destacaria o fato de o PI se considerar a "esquerda democrática", em referência nem tão sutil a ela, que não seria democrática ou não daria relevância a tal característica.

O PI poderia estar fazendo referência a concepções "subterrâneas" de grupos pertencentes ao PCU e ao MPP. Essas concepções foram abordadas por Garcé (2006), Labrousse (2009) e Garcé, De Giorgi e Lanza (2012), e indicariam a permanência de um imaginário insurrecional em parte desses setores, considerado o caminho por excelência para o socialismo.

No caso do PCU, o fato mais marcante foi a "contra-revolução" ocorrida no início dos anos 1990, quando os adeptos da ortodoxia marxista-leninista – chamados de históricos – venceram a disputa com os dirigentes que, após o fracasso do socialismo real, vinham promovendo a renovação ideológica do partido[83].

Em se tratando do MLN-Tupamaros, a desconfiança procede da origem guerrilheira que, para alguns, jamais teria se dissipado. Labrousse (2009, p. 269) destaca que a corrente majoritária, herdeira dos proletários dos anos 1985-1994[84], tem como objetivo a construção do socialismo e, para isto, projeta a tomada do poder por outros meios que não o eleitoral, porém em prazo longo e indefinido. Em outros termos, afirma que a maioria do MLN-T tem

> [...] la necesidad de crear un partido de vanguardia, clandestino, paralelamente a la pertenencia al Frente Amplio, con el fin de sustituírlo llegado el momento para conducir un proceso verdaderamente revolucionario. Esta estrategia, sin embargo, no se exhibe, así como tampoco es en general abiertamente denuniada por aquellos que no se adhieren a ella (LABROUSSE, 2009, p. 273).

[83] É neste contexto que há a criação da Confa, que reuniu os adeptos da renovação e que perderam o comando do PCU, a qual foi abordada no capítulo 1.

[84] Mais detalhes, ver: Garcé (2006, cap. 4). O autor distingue a existência de duas correntes internas na trajetória do MLN-T pós-redemocratização: os proletários, que defendiam a formação teórica e ideológica mais elaborada, vinculada ao marxismo-leninismo e à ação sindical, preparatória à revolução, e que eram críticos da democracia; e os frentegrandistas, originalmente vinculados a Sendic, dispostos a se integrar ao jogo político no pós-ditadura e a reforçar os laços com o povo. Haveria, ainda, um grupo "neutro", formado, entre outros, por Mujica.

Se este objetivo oculto procede, o que faz da adesão à democracia mera estratégia, as críticas do PI não são dirigidas ao que a FA e seus setores predominantes aparentam ser, já que tal postura não passaria de uma mistificação e de uma tática que tem por objetivo ludibriar o eleitorado e os analistas.

As críticas se voltariam ao que o PI imagina que a FA (ou parte dela) seja verdadeiramente e que ficaria escondido do grande público. Sequer as práticas desenvolvidas pelos governos da FA, que está em seu terceiro período consecutivo – chamadas de “progressistas” ou “social-democratas” por larga bibliografia, mas não explicitamente socialistas, muito menos “revolucionárias” ou “refundadoras” (SILVA, 2011) –, não corresponderiam à autenticidade do partido (ou desses setores que preponderam internamente), e não serviriam como evidências do verdadeiro projeto político que cultiva.

Se é este o conteúdo essencial da crítica do PI, cabe destacar que ele a apresenta de forma velada e cifrada, da mesma forma que, supostamente, o faz a FA (ou seus setores radicais dominantes) no que se refere aos seus verdadeiros objetivos. Por consequência, o PI não acusa a FA tão explícita e claramente de ser insurrecional e de não reconhecer a democracia representativa em sua versão mínima ou procedimental como o limite razoável e desejável da política.

Podem ser encontradas declarações em que, pela amplitude do que é dito, há margem para esta interpretação, como o fez Mieres em uma entrevista de rádio, que “dentro del FA hay todo tipo de izquierda, y eso nos separa del Frente” (MIERES, 19 nov. 2013), ou as várias referências a ela ser “dogmática”, “aferrada ao passado”, “pré-Muro de Berlim” etc. já citadas nesta tese.

Essas opiniões de Mieres indicam que a FA (ou setores dela) tem uma concepção antiguada de esquerda, mas também que defende a revolução como meio de transformação social, identificam-se com a experiência do socialismo real, considerada autoritária e antidemocrática pelo PI.

E essas declarações suscitam que, efetivamente, a FA pode ter um compromisso frágil ou meramente contextual com a democracia, ainda que, até o momento, a experiência de mais de uma década de governo da FA – sem contar o período em que esteve na oposição – desminta tal perspectiva. Com esta interpretação, o PI traça intersecções com o discurso conservador e reacionário, que identifica a esquerda com o comunismo do período soviético, o imaginário insurrecional e o autoritarismo.

Ressalva-se que este tipo de crítica não é exclusivo do PI. Insinuações dessa ordem são razoavelmente recorrentes e podem ser encontradas inclusive nas disputas internas da FA. Um exemplo figura na entrevista de Astori, fornecida pouco tempo antes das prévias de 2009, quando ele disputou a condição de candidato a presidente. Ele afirmou ter um compromisso irrenunciável com a liberdade, a justiça e a democracia – a exemplo do que declara o PI –, e que "a mí me gustaría que los demás definieron caules son sus valores superiores, los míos son esos" (TAGLIAFERRO, 2009, p. 21-22), em uma referência direta a Mujica e seus apoiadores, pois fez esta declaração ao responder sobre as diferenças que existiam entre ambos.

Por fim, cabe ponderar que o PI constrói a visão de que a esquerda desejável é aquela limitada à conviviência com o capitalismo, sem perspectiva emancipatórias, tidas como perigosas, e que se assume como atenuadora das constradições que este produz. Ela adota a democracia representativa como valor máximo mais do que a necessidade de transformações sociais. Por isso, poderia mais propriamente considerada uma forma de "democracia de esquerda" do que uma "esquerda democrática". Ao mesmo tempo, considera antiguada e repudia como adversária toda aquela esquerda que propõe o inverso, isto é, está mais centrada nas transformações sociais do que na sacrarização da democracia como a forma mais desejável e insuperável de exercício da política e da cidadania.

Esta seria a raiz e a justificativa do por quê o PI afirma a existência ontológica de duas esquerdas, identifica-se com uma e insere a FA (ou os seus setores radicais) na outra, afirma a persistência no tempo desta distinção e a impossibilidade de síntese razoável entre elas.

3.4 Localização do PI na escala ideológica

A reflexão apresentada traz um novo desafio, o de tentar identificar e/ou mapear as diferenças entre PI e FA em termos programáticos ou ideológicos, quer sejam ambas modalidades de social-democracia, quer estejam em campos ideológicos diferentes e, nesse caso, as opções básicas são, conforme indicou a subseção 3.3.1: a FA ser a esquerda radicalizada e o PI, social-democrata; a FA ser social-democrata e o PI, um partido fora da abrangência da esquerda.

A resposta não será procurada no que cada uma fala ou propõe[85], porque isto já foi realizado em grande medida nas seções precedentes, e sim no modo como cada uma é vista pelos demais (e, em menor dimensão, como se vê).

O material empírico a ser utilizado são pesquisas de opinião pública, aplicadas aos eleitores e/ou às elites parlamentares, nas quais devem se localizar em uma escala ideológica. O procedimento é bastante difundido nas pesquisas do gênero. González e Queirolo (2013, p. 87) o explicam:

> se presenta a los encuestados una tarjeta con un rectángulo alargado subdividido en diez celdas numeradas desde 1 (en el extremo izquierdo) hasta 10 (en el extremo derecho), con las palabras 'Izquierda' sobre la primera celda y 'Derecha' sobre la última, y se les pregunta cuál es la posición que les corresponde a sí mismos en esa figura 'según sus ideas políticas.

A ressalvar o principal: essas pesquisas medem a percepção que os respondentes têm a respeito dos posicionamentos desses partidos, e não o que essas instituições professam em seus documentos oficiais e nas propostas apresentadas à sociedade.

A decisão de se servir dessas pesquisas se justificativa porque a intenção principal é dimensionar a distância que separa os partidos, notadamente FA e PI (mas também NE, que serve como um balizador, e os partidos tradicionais). Logo, os resultados a respeito dos partidos serão comparados entre si, em cada pesquisa, o que atenua ou neutraliza as eventuais diferenças procedimentais e metodológicas que elas apresentam.

Outra justificativa decorre da dificuldade de encontrar interpretações que debatam a orientação ideológica do PI de modo aprofundado e com uma fundamentação teórica explícita. As referências dos especialistas em política, quando ocorrem, são sintéticas e soam mais como juízos particulares do que apreciações decorrentes de análises empiricamente orientadas e/ou teoricamente fundamentadas. Essas classificações correspondem ao que González e Queirolo (2013, p. 21) chamam de "explícitas":

---

[85] A metodologia da análise de conteúdo dos programas e demais manifestações partidárias, em suas diversas modalidades, é bastante disseminada nas pesquisas que buscam inserir as legendas no eixo esquerda-direita. Ela não será seguida por escolha própria, mais do que por algum reparo a este procedimento.

> partiendo de la experiencia contemporánea y de la historia, o de sus maneras de interpretarlas, los expertos establecen cuáles serían las ideas, metas y comportamientos distintivos de la izquierda y la derecha. Luego, usando esos rasgos característicos que definen izquierda y derecha, es posible clasificar en la dimensión ideológica a los diferentes objetos políticos: los actores (líderes, partidos, movimientos) y sus ideas, discursos y políticas *(policies)*. Esta es, entonces, una tradición histórico-analítica.

Não admira, portanto, que haja tanta variação nas respostas, o que faz com que, analisadas em conjunto, elas pouco contribuam para se chegar a alguma conclusão. Pode-se ler que o PI é um partido de centro, como em Chasquetti (2007), Garcé (2010, p. 518), Pérez e Piñeiro Rodríguez (2016, p. 354). Mas, igualmente, que está situado no centro-esquerda (BUQUET, 2009, p. 615; 2016, p. 250; BUQUET; PIÑEIRO, 2011, p. 185; 2014, p. 130; AROCENA; AGUIAR, 2017, p. 47). Ou, simplesmente, que figura na esquerda (QUEIROLO, 2006, p. 37).

Outras avaliações não se expressam nessa escala esquerda-direita, mas o situam no sistema partidário, como Selios (2009, p. 4), que diz que ele está mais próximo aos partidos tradicionais. Ou que o vinculam ao já discutido espaço social-democrata (VALENTI, 2017, p. 399). De teor semelhante, o comentário de Garcé (2013, p. 136) expõe uma complexidade que acompanharia o PI na relação entre ideologia e conjuntura política: a orientação ideológica o aproxima do governo da FA, mas a colocação na oposição o aproxima de PC e PN.

Passa-se, enfim, à exposição dos resultados alcançados pelas pesquisas de opinião pública. Principiam-se por aquelas que trabalham com definições implícitas de esquerda-direita, sendo que todas o fazem a partir da localização em uma escala de 10 pontos (1 a 10).

> Las definiciones implícitas pueden ser directas o indirectas; las directas son las posiciones que ciertos 'jueces' asignan a los objetos políticos en la escala izquierda-derecha sin usar definiciones formales, explícitas del significado de izquierda y derecha (propias o ajenas). Definiciones implícitas indirectas son las que parten de la autoidentificación de los jueces (incluyendo a los votantes) en la escala izquierda-derecha (GONZÁLEZ; QUEIROLO, 2013, p. 82).

Antes de apresentar e de discutir os dados, é importante esclarecer o modo como as pesquisas foram consideradas e, portanto, o que elas expressam nesta tese. A distância do PI em relação aos demais partidos é medida a partir de referenciais diferentes: a que o separa da FA corresponde àquela atribuída ao partido como um todo, sem considerar o posicionamento dos setores internos, sendo

que, como já indicado, alguns podem estar mais à esquerda ou à direita da média da FA. Já aquela medida em relação aos partidos tradicionais não os abarca na totalidade, e sim corresponde ao ponto mais à esquerda que um deles apresenta e, a exemplo do que ocorre com a FA, não os considera separadamente (PN e PC) e tampouco os setores internos que compõem cada um deles.

Desse modo, o quadro abaixo expressa a distância do PI em relação à FA, mas não em relação aos partidos tradicionais até porque o dado não traz os posicionamentos de PC e de PN[86], sequer implica uma média, e sim, frisa-se novamente, o ponto mais à esquerda que um deles ocupa.

Esta forma de organizar o quadro favorece a aproximação do PI com os partidos tradicionais (PN e PC), pois, ao invés de expressar o posicionamento do bloco, ele tem como referencial a parcela mais à esquerda, a indicar que o outro partido estará sempre à direita (e mais distante do PI) e que, se fosse formulada uma média a partir da localização de ambos, o bloco inevitavelmente andaria para à direita da escala (e ficaria mais distante do PI).

Quadro 13 – Resultado de pesquisas sobre posicionamento ideológico dos partidos uruguaios e distância entre eles (2004-2014)*

Pesquisa	Posição			Distância absoluta		Distância	
	FA	PI	Tradic.	PI-FA	PI-Tradic.	PI-FA	PI-Tradic.
Cifra (2014)[1]	3,50	5,20	7,10	1,70	1,90	0,19	0,21
Cifra (2009)[1]	3,30	5,00	7,30	1,70	2,30	0,19	0,26
ICP (2004)[2]	4,17	5,11	6,69	0,94	1,58	0,10	0,18
Factum (2005)[3]	2,50	6,00	7,90	3,50	1,90	0,39	0,21
López (2013)[4]	3,83	5,56	7,11	1,73	1,55	0,19	0,17
PELA (2010)[5]	3,71	6,29	7,66	2,58	1,37	0,29	0,16
PELA (2005)[6]	3,22	5,81	7,05	2,59	1,24	0,29	0,14

Fonte: 1- GONZÁLEZ (2015, p. 153); 2- DELBONO (2010, p. 40); 3- DELBONO (2010, p. 36); 4- LÓPEZ (2015, p. 148); 5- UNIVERSIDAD DE SALAMANCA (2010, p. 6); 6- UNIVERSIDADE DE SALAMANCA (2005, p. 6)

* Para padronizar a apresentação dos dados foram utilizadas duas casas após a vírgula, o que implicou acrescentar um zero no caso das pesquisas que utilizam uma casa após a vírgula e arredondar os resultados de López (2015), que adota três casas após a vírgula (para baixo de 1 a 4 e para cima de 5 a 9).

Um primeiro bloco de pesquisas traz aquelas realizadas com os eleitores, correspondente às quatro colocadas na parte superior do quadro. Elas se subdividem em dois tipos: as que solicitam que os votantes de cada partido se

[86] Eventualmente, o texto que descreve essas pesquisas faz referência a estes posicionamentos, os quais não figuram no quadro por medida de economia e simplificação.

autoidentifiquem ideologicamente (Cifra-2014; Cifra-2009; ICP-2004) e as que pedem que eles classifiquem os partidos (Factum-2005).

Na autoclassificação dos eleitores, na média, o PI foi colocado no centro, no ponto 5,00 (Cifra-2009) e 5,20 (Cifra-2014) da escala, enquanto o partido tradicional posicionado mais à esquerda, PC em Cifra-2009 e PN em Cifra-2014, está respectivamente a 7,30 e 7,10, e a FA a 3,30 e 3,50 (GONZÁLEZ, 2015, p. 153).

Outra pesquisa do mesmo molde foi realizada em 2004 pelo Instituto de Ciência Política da Udelar no âmbito da Oficina de Processos Eleitorais do Uruguay, cujo resultado aponta o PI a 5,11 da escala, a FA a 4,17, *blancos* a 6,69 e colorados a 6,99 (DELBONO, 2010, p. 40).

Nessas três consultas, a distância entre PI e FA é menor (0,19 nas duas primeiras e 0,10 na terceira) do que a que ele apresenta em relação ao partido tradicional posicionado mais à esquerda (0,21; 0,26 e 0,18), o que o deixaria mais próximo (ou menos distante) da esquerda[87].

Em resumo: o PI está colocado próximo não só do centro da escala (que é 5,50[88]), mas também do centro, considerando a distância que os partidos efetivamente ocupam da escala (5,30 em 2014 e em 2009; e 5,43 em 2004).

Há, ainda, uma pesquisa do Instituto Factum, de 2005, que é do segundo subtipo, pois levanta a percepção do conjunto dos entrevistados sobre como situam os partidos na escala. Nela, o PI foi localizado no ponto 6,00, enquanto PN e PC dividem praticamente o mesmo espaço (7,90 e 8,10, respectivamente) e a FA está no ponto 2,50 da escala (DELBONO, 2010, p. 36). Neste caso, a distância entre PI e FA é maior do que a que o separa do partido tradicional colocado mais à esquerda (0,39 e 0,21, respectivamente).

Um segundo bloco é composto pelas pesquisas que foram realizadas com os parlamentares e que seguem basicamente os mesmos procedimentos das anteriores: eles tiveram de identificar na escala o seu partido e os demais.

Os dados da Pesquisa de Elites Parlamentares da América Latina (PELA), realizada pela Universidade de Salamanca, na sua edição de 2005, posicionou o PI

---

[87] Distância não é a diferença absoluta entre os posicionamentos dos partidos (embora o dado figure no Quadro 13), mas sim aquela que é calculada levando em consideração a máxima possível na escala (nove) (SANI; SARTORI, 1980). O procedimento para a construção do índice já foi apresentado: o produto da distância absoluta entre os partidos em análise é dividido por nove, o que resulta em um valor que varia de 0 a 1. Quanto maior a distância, mais próximo de 1, e o inverso, mais próximo de zero.

[88] Lembra-se que, como a escala vai de 1-10, o centro exato é 5,50, e não 5,00, como poderia indicar uma visão intuitiva.

ficou a 5,81 na escala, isto é, em torno do centro, mas mais próximo de PN e de PC (que se localizam respectivamente a 7,05 e 7,91) do que da FA (que está a 3,22) (UNIVERSIDAD DE SALAMANCA, 2005, p. 6). A distância é 0,29 entre PI e FA, e 0,14 em relação ao partido tradicional localizado mais à esquerda.

Agregam-se a este bloco os dados da PELA para a legislatura 2010-2015, cuja pesquisa foi aplicada em 2010. O PI aparece agora mais à direita da escala em relação à investigação anterior, no ponto 6,29, ou seja, a 0,29 de distância da FA, que foi colocada no ponto 3,71. Apesar das variações, a distância é a mesma registrada pela edição de 2005 dessa pesquisa. Já o partido tradicional localizado mais à esquerda (PN) está no ponto 7,66, mais próximo em relação ao PI (0,16) do que há cinco anos (UNIVERSIDAD DE SALAMANCA, 2010, p. 6).

López (2015, p. 147-148) entrevistou os parlamentares em 2013. O resultado geral apontou novamente o PI próximo ao centro da escala (5,56) e, mais uma vez, a distância que o separa do PN (localizado a 7,11) é menor do que a que apresentada em relação à FA (posicionada a 3,83). Ou seja, ele está a 0,17 dos *blancos* e a 0,19 da FA[89].

A pesquisa também observou como os parlamentares avaliam o seu próprio partido, dado que não figura no quadro. O resultado é um realinhamento de todas as legendas à esquerda[90]: o PI se localiza no ponto 4,00 da escala[91] e, nesse caso, estaria bem mais próximo à FA, pois seus parlamentares se posicionam a 3,67, sendo ela o partido que menos se movimenta em comparação aos resultados gerais. A caminhada à esquerda é maior no caso dos partidos tradicionais, que se movimentam quase dois pontos, fixando-se o PN em 5,64 e o PC na posição 5,88.

Para uma visão geral das pesquisas: em todas as sete pesquisas listadas no Quadro 13, o PI figura entre a FA e o partido tradicional colocado mais à esquerda. Contudo, a distância dele em relação a essas legendas varia. Nas três que versaram sobre a autoidentificação dos eleitores, ele está mais próximo à FA, mas nas quatro em que o conjunto dos entrevistados devem classificar todos os partidos, ele aparece mais próximo ao partido tradicional posicionado mais à esquerda.

---

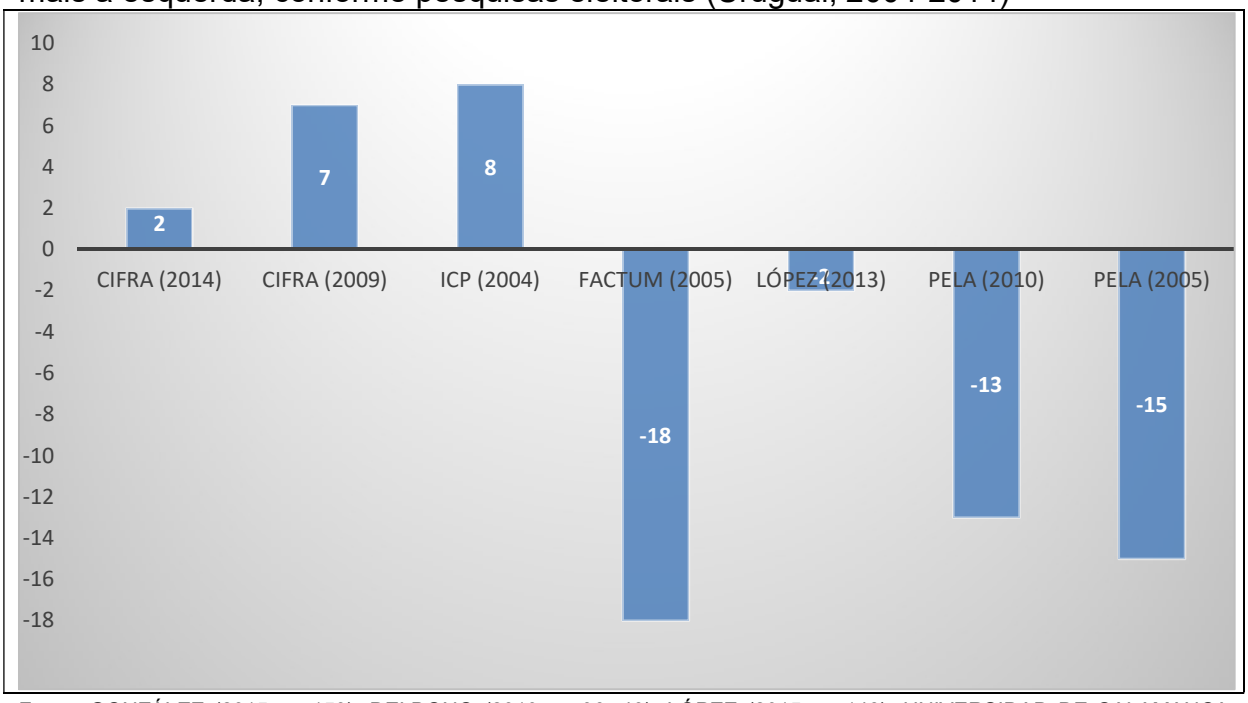
[89] Nessa pesquisa, assim como nas outras, o PC ocupa a posição mais à direita (7,554), mas próximo ao PN.

[90] O fenômeno já foi identificado em outros estudos (DOŠEK, 2011). Como ponderam González e Queirolo (2013, p. 85), boa parte da elite política de direita não se identifica como tal, pois considera que ser de esquerda é mais “politicamente correto”.

[91] Ressalva-se que a autoidentificação do PI foi realizada por apenas dois deputados e que está estatisticamente prejudicada, embora não pudesse ser diferente, já que engloba a totalidade de bancada naquele período.

Pode-se dizer, então, que o eleitor do PI se vê mais perto da FA, o que é reforçado pela perspectiva semelhante que os deputados do partido também expressaram nesse quesito da pesquisa de López (2015). Já os eleitores e os parlamentares em geral o vislumbram com mais proximidade em relação aos partidos tradicionais. Em outros termos: há diferenças no modo como seus membros (eleitores e deputados) e os eleitores em geral compreendem o PI.

Gráfico 17 – Distância do PI em relação à FA e o partido tradicionais posicionado mais à esquerda, conforme pesquisas eleitorais (Uruguai, 2004-2014)



Fonte: GONZÁLEZ (2015, p. 153); DELBONO (2010, p. 36; 40); LÓPEZ (2015, p. 148); UNIVERSIDAD DE SALAMANCA (2005; p. 6; 2010, p. 6)

O Gráfico acima procura demonstrar as distâncias entre o PI e as duas metades. O saldo positivo indica que o PI está mais perto da FA e o negativo, que ele está mais próximo do partido tradicional mais à esquerda da escala. Para facilitar a visualização, o resultado não é apresentado em escala decimal, mas sim em número absoluto e a grandeza da coluna aponta o tamanho dessa diferença.

Ele permite observar com mais facilidade que, em três das sete pesquisas, a proximidade entre FA e PI prepondera. Porém, na maioria dos casos ele está mais próximo do partido tradicional mais à esquerda e, nesses casos, a diferença (distância) em relação ao posicionamento da FA é maior.

É relevante lembrar: mesmo considerando o partido tradicional posicionado mais à esquerda da escala – o que indica que o outro está necessariamente mais à

direita e, consequentemente, mais longe do PI –, o que é uma medida mais favorável a este bloco, em três oportunidades o PI fica mais próximo da FA.

Outro aspecto a ponderar indica que este distanciamento é sempre o produto de uma relação, que pode ser ampliada, mantida ou reduzida na justaposição entre as pesquisas, em função do movimento de um partido na escala ou como produto da movimentação de todos, conforme a percepção dos entrevistados (eleitores e/ou parlamentares).

Por isso, ganha mais destaque o fato de existir uma redução da diferença do PI em relação à FA e uma espécie de "congelamento" em 0,19 nas pesquisas mais recentes (Cifra-2014 e López [2013] – esta também é a distância registrada por Cifra-2009), mas mais flutuação em relação ao partido do bloco tradicional colocado mais à esquerda.

As pesquisas PELA-2005 e PELA-2010, mais Factum-2005, são aquelas que registram as distâncias mais discrepantes do PI em relação à FA, com respectivamente, 0,29 e 0,39. Pode-se especular que o fato de a maior distância ser registrada em duas pesquisas de 2005 reflete o clima político decorrente da vitória da FA em 2004 e da recusa do grupo que fundou o PI em se associar a ela em 2002, o que fez com que fosse visto pelos eleitores e pelos parlamentares como mais distante da FA, embora os eleitores e os deputados do PI não se vejam assim.

Mieres faz referência a esta possibilidade, ao dizer que, quando da criação do PI, "es que a nosotros se nos ha visualizado más cerca de los partidos tradicionales de lo que realmente estamos, porque nacimos de un No al FA" (DE SALVO, 13 sept. 2012). A declaração é convergente, ainda, com o posicionamento dos parlamentares do PI, que, em discordância do modo como são vistos, consideram-se mais próximos à FA.

Esta versão não explica porque a pesquisa ICP-2004, da mesma época, registra a maior proximidade do PI não só com a FA (0,10), mas com qualquer outro partido nas diferentes pesquisas. Nesse caso, o fato de ser uma consulta respondida pelos próprios eleitores do PI pode ter contribuído para que eles se vejam tão próximos da FA. E esse dado também permite colocar em outra perspectiva a redução da distância que separa os dois partidos, pois, na visão apenas dos eleitores do PI, ela passou de 0,10 em 2004 (ICP) para 0,19 em 2009-2014 (duas investigações Cifra), isto é, ela quase dobrou. Enfim, o eleitor do PI se vê em pesquisas mais recentes como mais distanciado da FA do que se via anteriormente.

A distância em relação aos partidos tradicionais variou menos do que a do PI em relação à FA (0,10 a 0,39), tendo tido um piso de 0,14 em PELA-2005 e um teto de 0,26 em Cifra-2009. Também ao inverso do que ocorre com a FA, essa distância não apresenta uma tendência nítida de queda nas pesquisas mais recentes.

Para fornecer uma visão de conjunto e traduzir de modo mais direto os resultados que trazem as sete pesquisas utilizadas, uma alternativa é utilizar o modelo Sani e Sartori (1980), que transforma os posicionamentos nessa escala em cinco categorias: esquerda, centro e direita, mais centro-esquerda e centro-direita. Embora menos informativo e, por isso, incapaz de possibilitar medições mais sofisticadas, como verificar a movimentação na escala ao longo do tempo, a proposta tem a vantagem de adotar uma classificação que é muito mais direta e intuitiva.

Quadro 14 – Classificação ideológica dos partidos uruguaios conforme o posicionamento na escala (Uruguai, 2004-2014)*

Pesquisa	FA	PI	Tradicionais
Cifra (2014)[1]	Centro-Esquerda	Centro	Centro-Direita
López (2013)[2]	Centro-Esquerda	Centro	Centro-Direita
PELA (2010)[3]	Centro-Esquerda	Centro	Centro-Direita
Cifra (2009)[4]	Centro-Esquerda	Centro	Centro-Direita
PELA (2005)[5]	Centro-Esquerda	Centro	Centro-Direita
Factum (2005)[6]	Esquerda	Centro	Centro-Direita
ICP (2004)[7]	Centro-Esquerda	Centro	Centro

Fonte: 1- GONZÁLEZ (2015, p. 153); 2- LÓPEZ (2015, p. 148); 3- UNIVERSIDAD DE SALAMANCA (2010, p. 6); 4- GONZÁLEZ (2015, p. 153); 5- UNIVERSIDAD DE SALAMANCA (2005, p. 6); 6- DELBONO (2010, p. 36); 7- DELBONO (2010, p. 40)

* Esquerda (1-2,9), Centro-Esquerda (3,0-4,9), Centro (5-6,9), Centro-Direita (7,0-8,9), Direita (9-10) (SANI; SARTORI, 1980, p. 22).

As pesquisas citadas foram realizadas com públicos diferentes (votantes de um partido, eleitores em geral e deputados), em períodos de tempo diferentes (2004 a 2014). Este púbico, por sua vez, respondeu a demandas distintas: autoidentificou-se na escala de dez pontos (1 a 10) no caso dos primeiros e identificou os partidos, no caso dos outros dois.

Apesar dessas diferenças, o Quadro 14 mostra que em quase todas elas as legendas consideradas estão classificadas no mesmo quadrante ideológico e nele permanecem o tempo todo. A variação não é intensa: FA está no centro-esquerda, PI no centro e o partido tradicional colocado mais à esquerda no centro-direita.

As exceções estão na classificação da FA na esquerda, conforme Factum-2005, e a colocação do representante dos partidos tradicionais mais à esquerda no

centro na mesma pesquisa. O PI não muda: está sempre no centro, jamais coincide com a FA e apenas na pesquisa Factum-2005 divide o mesmo quadrante com o partido tradicional colocado mais à esquerda.

É possível se reportar a pesquisas realizadas antes da criação do PI. Nesse caso, o foco se dirige ao Novo Espaço – tanto a coligação que concorreu em 1989, quanto o partido que, formado em 1994, disputou a eleição daquele ano e a de 1999, e em 2002 se aliou à FA. Em suas duas "encarnações", ele seria a legenda colocada entre a FA (esquerda) e os partidos tracionais (direita) e, por isso, equivalente ao papel que o PI desempenha desde a sua criação, em 2004. Resta saber o grau dessa equivalência.

Ressalva-se que o quadro abaixo foi organizado nos mesmos termos daquele relativo às pesquisas que incluem o PI (Quadro 13): o posicionamento da FA se refere ao partido como um todo e o dos partidos tradicionais abarca aquele posicionado mais à esquerda.

Quadro 15 – Resultado de pesquisas sobre posicionamento ideológico dos partidos uruguaios e distância entre eles (1989-2001)

Pesquisa	**Posição**			**Distância absoluta**		**Distância**	
	FA	**NE**	**Tradic.**	**NE-FA**	**NE-Tradic.**	**NE-FA**	**NE-Tradic.**
Luna (2001)[1]	3,07	4,22	7,06	1,15	2,84	0,13	0,32
Mori (1999a)[2]	3,30	4,94	7,48	1,64	2,54	0,18	0,28
Luna (1997)[1]	3,60	5,10	7,01	1,50	1,91	0,17	0,21
González (1989)[3]	3,30	4,90	6,80	1,60	1,90	0,18	0,21
Mori (1999b)[4]	3,64	5,76	7,69	2,12	1,93	0,24	0,21
Factum (1996)[5]	2,70	4,40	7,90	1,70	3,50	0,19	0,39
PELA (2001)[6]	3,03	4,66	8,00	1,63	3,34	0,18	0,37
Altman (1997)[7]	3,41	4,42	7,15	1,01	2,73	0,11	0,30
PELA (1996)[8]	2,67	4,40	7,08	1,73	2,68	0,19	0,30

Fonte: 1- LUNA (2004a, p. 179); 2- LANZARO (2001) apud DELBONO (2010, p. 36); 3- GONZÁLEZ (1993, p. 235); 4- LANZARO (2001) apud DELBONO (2010, p. 40); 5- DELBONO (2010, p. 40); 6- UNIVERSIDAD DE SALAMANCA (2001, p. 7); 7- ALTMAN (2002, p. 94); 8- UNIVERSIDAD DE SALAMANCA (1996, p. 7)

* Para padronizar a apresentação dos dados foram utilizadas duas casas após a vírgula, o que implicou acrescentar um zero no caso das pesquisas que utilizam uma casa após a vírgula.

As pesquisas que trazem informação sobre o NE seguem os passos das anteriores alusivas ao PI. Elas trabalham com definições implícitas de esquerda-direita, utilizam uma escala de dez pontos (1 a 10), e podem ser divididas em dois blocos: as que entrevistam eleitores e as que foram respondidas pelos parlamentares, sendo que as primeiras ainda se distinguem entre aquelas que ouviram os votantes de cada partido e as que o fizeram com o conjunto dos

eleitores. Os respondentes tiveram de se autoidentificar na escala (votantes) e localizar os partidos (eleitores e parlamentares).

No primeiro bloco, em que foram entrevistados os eleitores, tem-se quatro pesquisas com os votantes. A mais antiga delas foi aplicada em Montevidéu, em novembro de 1989, às vésperas da eleição daquele ano, sendo a única que envolve a coligação NE (GONZÁLEZ, 1993, p. 235). Ela apareceu a 4,90 pontos da escala, distanciado 0,18 da FA, que está posicionada a 3,30 pontos. Os partidos tradicionais estavam próximos entre si, colocados à direita da escala (PN a 6,80 e PC a 7,30), distanciados no mínimo a 0,21 do NE.

Seguem-se duas pesquisas relatadas por Luna (2004a), as quais já focam o partido NE. O ordenamento das legendas é o mesmo, com a FA se localizando no ponto 3, colocada mais à esquerda na pesquisa de 2001 (3,07) do que de 1997 (3,60), movimento semelhante ao realizado pelo NE, que estava em 5,10 e passou a 4,22 da escala. O partido tradicional mais à esquerda (nas duas oportunidades, PN) ficou próximo a 7, mas fez movimento sutil em direção à direita, passando de 7,01 para 7,06. Desse modo, o NE está mais próximo da FA (0,17 e 0,13) e significativamente afastado dos partidos tradicionais (0,21 em 1997 e 0,32 em 2001).

A pesquisa derradeira deste subtipo é a realizada pelo Instituto Mori em 1999, no qual a FA está localizada a 3,3, o NE a 4,94 – o que os distancia 0,18 – e o partido tradicional mais à esquerda (novamente os *blancos*) a 7,48, distanciado 0,28 do NE.

O segundo subtipo questionou o conjunto de eleitores, solicitando a eles que localizassem os partidos na escala. A pesquisa Factum, realizada em 1996, colocou a FA mais à esquerda dentre todas as já comentadas, posicionada a 2,70. O partido NE está no ponto 4,40, a uma distância de 0,19 da FA, mas a 0,39 do partido tradicional – outra vez o PN –, que está a 7,90.

O resultado de uma pesquisa Mori-1999, no mesmo ano da anteriormente citada do mesmo instituto, é o único em que a distância do NE em relação aos partidos tradicionais é menor do que a que o separa da FA (0,21 e 0,24, respectivamente). Ela está a 3,64, o NE a 5,76 e o PN a 7,69.

Como se percebe, entre a pesquisa Factum-1996 e a Mori-1999, todos os partidos andaram para a direita da escala, tanto que FA e NE se posicionam mais à direita dentre todas as investigações listadas.

Tem-se, por fim, o bloco de investigações centradas nos parlamentares. A Universidade de Salamanca traz os resultados de duas edições da PELA. Em 1996, o NE se posiciona no ponto 4,40 da escala, portanto, à esquerda do centro, distanciado 0,19 da FA, que está colocada a 2,67. Os dois partidos tradicionais estão bem à direita, registrando as posições a 7,08 o PC e a 7,37 o PN, bastante próximos entre si, mas distanciados 0,30 do NE.

Na edição de 2001, todas as legendas caminharam para a direita: o NE está posicionado a 4,66, tendo se movimentado 0,26, ficando levemente mais próximo ao centro da escala do que há quatro anos; a FA também andou 0,36 pontos em relação à pesquisa anterior e estava localizada no estágio 3,03 da escala; já PC e PN, foram para o ponto 8,00 o primeiro e 8,14, o segundo.

Altman (2002) ouviu parlamentares em 1997. No resultado geral, o NE figura no ponto 4,42, a uma distância de 0,11 da FA, que está posicionada a 3,41. Assentados à direita da escala e a no mínimo 0,3 de distância do NE estão o PC (7,15) e o PN (7,37).

A investigação de Altman (2002) buscou outras nuanças e observou como os parlamentares avaliam os outros partidos, o que não figura no Quadro 15. Nesse caso, NE fica praticamente no mesmo ponto da escala (4,43), mas FA se torna mais esquerdista, registrando 3,15. Por consequência, a distância entre ambos aumenta para 0,14. PN é outra legenda que praticamente não se move, posicionando-se a 7,43. Contudo, PC caminha para a direita, fixando-se no ponto 8,11 da escala.

A pesquisa de Altman (2002) também atentou à autoidentificação dos parlamentares. E, mais uma vez, NE fica praticamente estático, posicionado a 4,40; FA se move um pouco mais à esquerda, atingindo o estágio 2,92, deixando uma distância entre ambas de 0,16. Se os parlamentares da FA se consideram mais esquerdistas do que o modo como os outros o percebem, os dos partidos tradicionais se posicionam menos à direita, pois se colocam pouco além do ponto 5,0 da escala (PN a 5,82 e PC a 5,44).

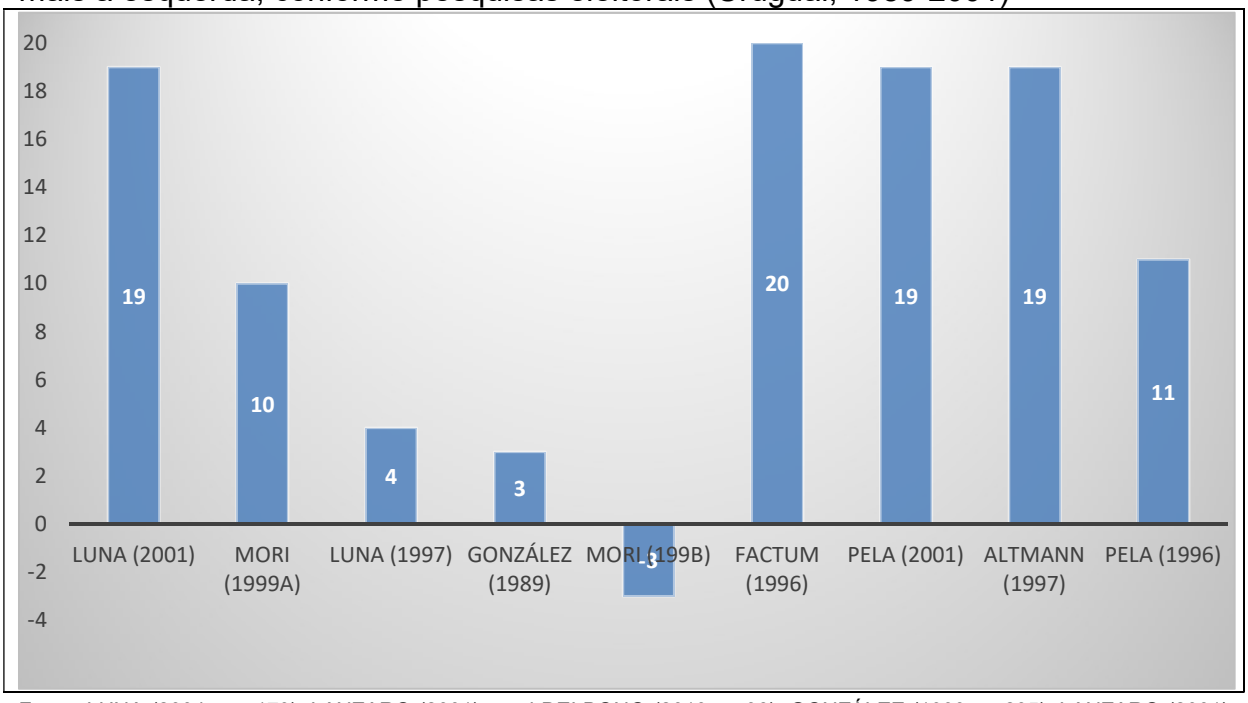
Apresentado o conjunto de nove pesquisas, o que mais chama a atenção é que o NE está sempre colocado entre FA e os partidos tradicionais. Mas ele fica posicionado à esquerda da escala[92], embora próximo ao centro. A exceção é a

[92] Lembra-se que, como a escala é de 10 pontos (1-10), o centro exato é 5,50, e não 5,00.

pesquisa Mori-1999 com o conjunto dos eleitores, que o coloca um pouco à direita do centro.

Em todas, a distância que separa o NE da FA é folgadamente menor do que a que o separa dos partidos tradicionais, de tal modo que os dois distanciamentos são quase equivalentes apenas nas pesquisas citadas por González (1989) e por Luna (1997), ainda assim a diferença em relação à FA é 0,02-0,03 menor do que a existente em relação aos partidos tradicionais. Há uma exceção: a pesquisa Mori-1999 com o conjunto dos eleitores faz com que o NE esteja mais perto de PN-PC do que da FA (0,21 a 0,24).

Gráfico 18 – Distância do NE em relação à FA e o partido tradicionais posicionado mais à esquerda, conforme pesquisas eleitorais (Uruguai, 1989-2001)



Fonte: LUNA (2004a, p. 179); LANZARO (2001) apud DELBONO (2010, p. 36); GONZÁLEZ (1993, p. 235); LANZARO (2001) apud DELBONO (2010, p. 40); DELBONO (2010, p. 40); UNIVERSIDAD DE SALAMANCA (1996, p. 7; 2001, p. 7); ALTMAN (2002, p. 94)

A exemplo do que foi realizado no caso das pesquisas que envolvem o PI, o Gráfico acima procura demonstrar as distâncias entre o NE e as duas metades. O saldo positivo indica que o NE está mais perto da FA e o negativo, que ele está mais próximo do partido tradicional posicionado mais à esquerda. Para facilitar a visualização, novamente o resultado não é apresentado em escala decimal, mas sim foi transformado em número absoluto e a grandeza da coluna aponta o tamanho dessa diferença.

Ele mostra que o NE está sempre mais próximo da FA do que do partido tradicional mais à esquerda, com exceção de uma pesquisa (Mori, 1998b). Ou seja, mesmo utilizando um critério que é menos exigente em relação aos partidos tradicionais, ainda assim prepondera a maior proximidade entre NE e FA.

Este cenário é significativamente distinto ao daquele apresentado pelo Gráfico 17, no qual havia uma distribuição mais ou menos equivalente entre as distâncias do PI em relação à FA e o partido tradicionais no total de pesquisas analisadas.

Quadro 16 – Classificação ideológica dos partidos uruguaios conforme o posicionamento na escala (Uruguai, 1989-2001)*

Pesquisa	FA	NE	Tradicionais
Luna (2001)[1]	Centro-esquerda	Centro-esquerda	Centro-direita
PELA (2001)[2]	Centro-esquerda	Centro-esquerda	Centro-direita
Mori (1999a)[3]	Centro-esquerda	Centro-esquerda	Centro-direita
Mori (1999b)[4]	Centro-esquerda	Centro	Centro-direita
Luna (1997)[1]	Centro-esquerda	Centro	Centro-direita
Altman (1997)[5]	Centro-esquerda	Centro-esquerda	Centro-direita
Factum (1996)[6]	Esquerda	Centro-esquerda	Centro-direita
PELA (1996)[7]	Esquerda	Centro-esquerda	Centro-direita
González (1989)[8]	Centro-esquerda	Centro-esquerda	Centro

Fonte: 1- LUNA (2004a, p. 179); 2- UNIVERSIDAD DE SALAMANCA (2001, p. 7); 3- LANZARO (2001) apud DELBONO (2010, p. 36); 4- LANZARO (2001) apud DELBONO (2010, p. 40); 5- ALTMAN (2002, p. 94); 6- DELBONO (2010, p. 40); 7- UNIVERSIDAD DE SALAMANCA (1996, p. 7); 8- GONZÁLEZ (1993, p. 235)
* Esquerda (1-2,9), Centro-Esquerda (3,0-4,9), Centro (5-6,9), Centro-Direita (7,0-8,9), Direita (9-10) (SANI; SARTORI, 1980, p. 22).

Assim como foi realizado no caso do PI, o Quadro 16 transforma a localização dos partidos na escala nas diferentes pesquisas em posicionamento ideológico (esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direta, direita), oferecendo uma classificação mais direta e intuitiva.

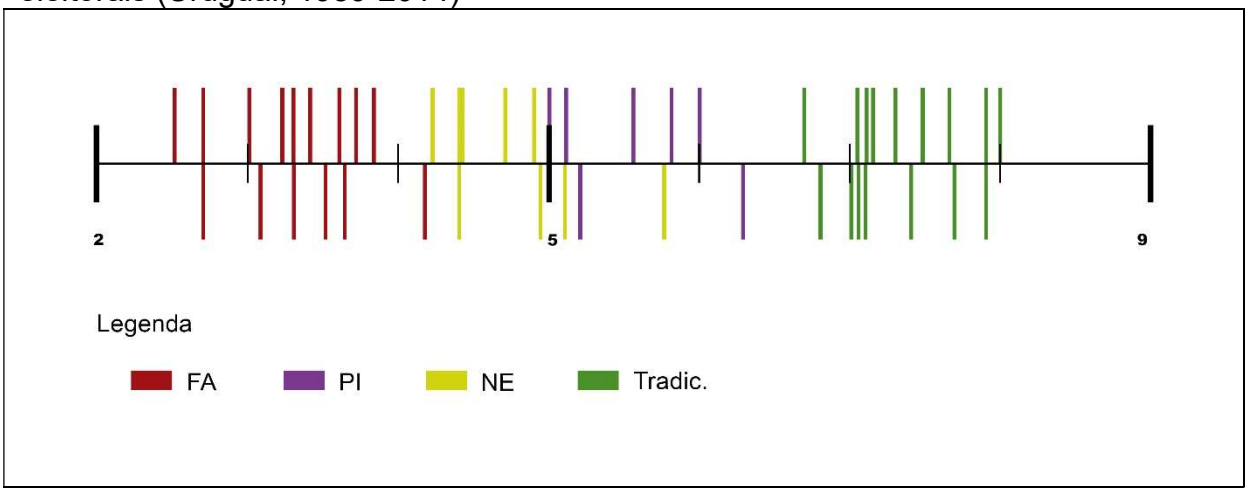
Verifica-se que os partidos estão identificados quase sempre nos mesmos quadrantes: FA e NE no centro-esquerda, e o partido tradicional colocado mais à esquerda, no centro-direita.

A situação não é tão estável quanto a observada no período do PI, e a variação ocorre com a FA em duas pesquisas (Factum e PELA, ambos de 1996), nas quais é classificada mais à esquerda (isto é, no quadrante “esquerda”). Isto também acontece com NE duas vezes (Luna [1997] e Mori-1999b), ocasiões em que é posicionado à direita da classificação mais recorrente, ou seja, no centro ao invés do centro-esquerda. E em uma oportunidade, verifica-se com o partido tradicional mais à esquerda (González, 1999), que passa do centro-direita para o centro.

Por fim, o mais relevante é o fato de NE e FA estarem posicionados no mesmo quadrante (centro-esquerda) em cinco das nove pesquisas consideradas e o mesmo não ocorrer nenhuma vez em se tratando do partido tradicional.

É valioso, também, justapor as diferentes pesquisas e equiparar NE e PI para comparar as principais observações e tentar identificar algumas tendências.

Figura 8 – Posicionamento dos partidos na escala ideológica, conforme pesquisas eleitorais (Uruguai, 1989-2014)



Fonte: GONZÁLEZ (2015, p. 153); DELBONO (2010, p. 36; 40); LÓPEZ (2015, p. 148); UNIVERSIDAD DE SALAMANCA (1996, p. 7; 2001, p. 7; 2010, p. 6; 2005, p. 6); LUNA (2004a, p. 179); LANZARO (2001) apud DELBONO (2010, p. 36); GONZÁLEZ (1993, p. 235); LANZARO (2001) apud DELBONO (2010, p. 40); DELBONO (2010, p. 40); ALTMAN (2002, p. 94)

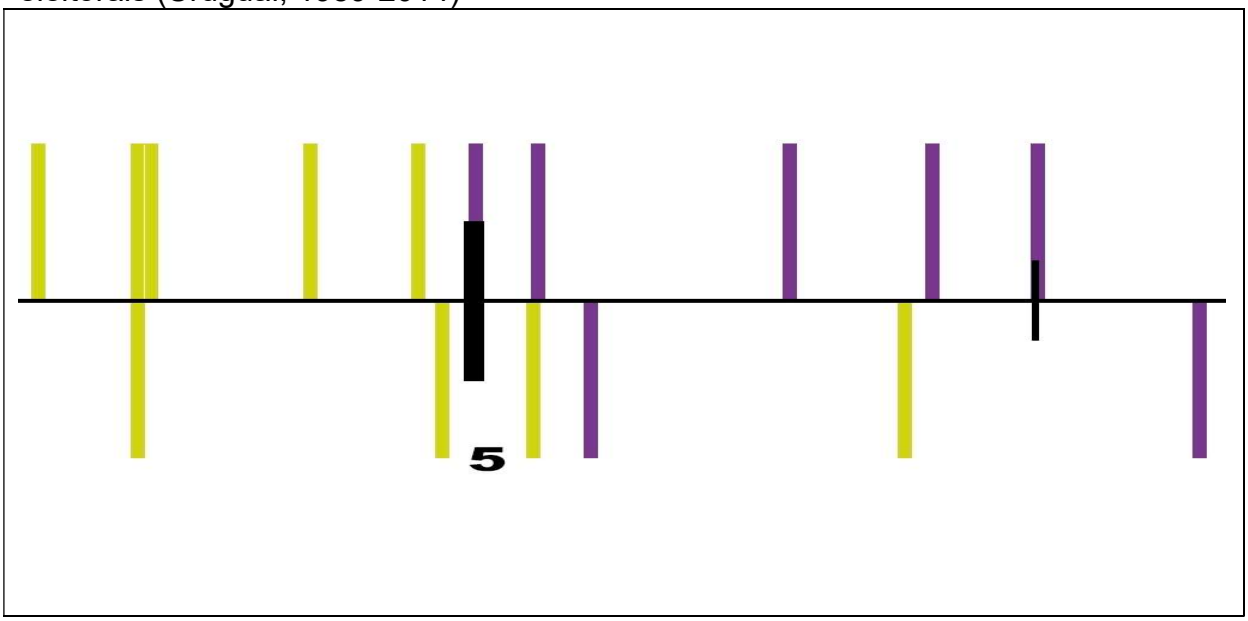
A Figura 8 distribui os quatro partidos analisados (PI, FA, os dois NE e o tradicional posicionado mais à esquerda) na escala, conforme o conjunto de pesquisa analisadas, as quais, como se sabe, abarcam um recorte temporal razoavelmente extenso (1989-2014). Ela também é uma versão reduzida da escala (2 a 9), pois os espaços polares (1 e 10) nunca foram ocupados.

Com esta ilustração, a intenção não é verificar a movimentação de cada partido ao longo do tempo, tanto que as pesquisas sequer são identificadas, e sim simplesmente a de visualizar os diferentes posicionamentos dos partidos no conjunto dessas pesquisas.

E esta visualização é suficientemente clara para que se verifique que, apesar das variações de cada partido, eles ocupam áreas distintas da escala e em poucas oportunidades um “avança” sobre o espaço que o outro ocupa historicamente. Logo, o partido tradicional mais à esquerda (representado em verde na Figura) está sempre no setor direito da escala, assim como FA (representada em vermelho) está

sempre no setor esquerdo. Entre ambos, figuram NE e PI (amarelo e lilás, respectivamente).

Figura 9 – Posicionamento do NE e do PI na escala ideológica, conforme pesquisas eleitorais (Uruguai, 1989-2014)



Fonte: GONZÁLEZ (2015, p. 153); DELBONO (2010, p. 36; 40); LÓPEZ (2015, p. 148); UNIVERSIDAD DE SALAMANCA (1996, p. 7; 2001, p. 7; 2005, p. 6; 2010, p. 6); LUNA (2004a, p. 179); LANZARO (2001) apud DELBONO (2010, p. 36); GONZÁLEZ (1993, p. 235); LANZARO (2001) apud DELBONO (2010, p. 40); DELBONO (2010, p. 40); ALTMAN (2002, p. 94)

Como mostra a Figura 9 – um recorte da Figura 8, voltado especificamente a NE e PI – ambos não ocupam recorrentemente o mesmo espaço. NE nunca esteve em qualquer intervalo do ponto 6 e o PI jamais ocupou qualquer posição no ponto 4, mas ambos compartilham em algumas pesquisas o ponto 5. Aliás, retiradas as exceções, pode-se dizer que NE ocupa majoritariamente o ponto 4 e PI o ponto 5, ou seja, está à direita daquele.

O simples cálculo da média das localizações na escala, utilizando o resultado registrado em cada pesquisa, mostra a diferença entre eles: o NE está a 4,29 e o PI a 5,67. A distância entre eles, na média das pesquisas, é de 0,15. Como o centro matemático da escala é 5,50, pode-se dizer que no conjunto, o NE está à esquerda desse centro, um pouco distanciado dele, e o PI à direita, mas bastante próximo. Enfim, o PI estaria praticamente no “centro do centro”[93].

[93] Este tema será desenvolvido na próxima seção.

Quadro 17 – Classificação ideológica dos PI e do NE conforme o posicionamento na escala (Uruguai, 1989-2014)*

Partido	Posição	Pesquisa
PI	**Centro**	Cifra (2014)[1]; López (2013)[2]; PELA (2010)[3]; Cifra (2009)[4]; PELA (2005)[5]; Factum (2005)[6]; ICP (2004)[7]
NE	**Centro**	Mori (1999b)[11]; Luna (1997)[8]
	Centro-esquerda	Luna (2001)[8]; PELA (2001)[9]; Mori (1999a)[10]; Altman (1997)[12]; Factum (1996)[13]; PELA (1996)[14]; González (1989)[15]

Fonte: 1- GONZÁLEZ (2015, p. 153); 2- LÓPEZ (2015, p. 148); 3- UNIVERSIDAD DE SALAMANCA (2010, p. 6); 4- GONZÁLEZ (2015, p. 153); 5- UNIVERSIDAD DE SALAMANCA (2005, p. 6); 6- DELBONO (2010, p. 36); 7- DELBONO (2010, p. 40); 8- LUNA (2004a, p. 179); 9- UNIVERSIDAD DE SALAMANCA (2001, p. 7); 10- LANZARO (2001) apud DELBONO (2010, p. 36); 11- LANZARO (2001) apud DELBONO (2010, p. 40); 12- ALTMAN (2002, p. 94); 13- DELBONO (2010, p. 40); 14- UNIVERSIDAD DE SALAMANCA (1996, p. 7); 15- GONZÁLEZ (1993, p. 235)
* Esquerda (1-2,9), Centro-Esquerda (3,0-4,9), Centro (5-6,9), Centro-Direita (7,0-8,9), Direita (9-10) (SANI; SARTORI, 1980, p. 22).

A justaposição da classificação ideológica, conforme o critério proposto por Sani e Sartori (1980), apresentada no Quadro 17 corrobora o que foi afirmado acima. PI é sempre um partido posicionado no centro. NE está majoritariamente no centro-esquerda, sendo que em apenas duas oportunidades figura no centro e compartilha o mesmo quadrante com o PI. Estas constatações levam a verificar que NE e PI estão fixados em diferentes espaços contíguos ao centro e, nitidamente, distinguem-se na escala.

Porém, esta constatação também precisa ser observada em termos temporais. Uma visão de maior amplitude vai observar que a FA também se moveu ao longo do tempo para a direita da escala, o que significa que, como partiu do ponto mais à esquerda, ela ficou mais perto do centro: seu registro varia de 2,50 (o ponto mais à esquerda, registrado na pesquisa Factum-2005) para acima de 3,50 nas consultas mais recentes: Cifra-2014, em que registrou 3,50; PELA-2010, na qual ficou em 3,71 e Lópes (2013), em que se posicionou em 3,83 – sendo que o ponto mais à direita é 4,17, identificado em ICP-2004.

Desse modo, PI está mais à direita do que NE, como já foi sobejamente demonstrado, mas em um panorama em que, em geral, o campo ideológico do centro-esquerda caminhou para a direita da escala. O mero cálculo da média da localização da FA nos dois blocos de pesquisa consolida o que se afirma: ele mostra que, quando conviveu com NE – 1989 a 2001, conforme as pesquisas –, ela estava colocada a 3,19 da escala; e, após o surgimento do PI, em 2004, localiza-se a 3,46.

Porém, não se pode negar que a FA caminhou menos à direita do que o fez o PI em relação ao NE, de tal forma que, na média, a distância FA-NE era de 0,12 e da FA-PI, 0,25, isto é, mais do que o dobro.

Nesse sentido, é preciso concordar com a declaração de Mieres (2016, p. 223) de que PI ocupa o mesmo espaço político que NE em suas duas versões. Ao mesmo tempo, é preciso matizá-la: em termos sistêmicos e político a assertiva está correta, mas não se pode dizer o mesmo se a intenção é indicar que essas legendas ocupam praticamente o mesmo ponto da escala, têm o mesmo posicionamento e, por conseguinte, são ideológica e programaticamente muito semelhantes. Eles estão próximos, mas não são iguais.

Pode-se especular que, como uma parcela do NE se agregou à FA e como ele estava posicionado originalmente à direita da própria FA, a união pode ter contribuído para trazê-la mais para a direita, aproximando-a um pouco do centro, embora ainda solidamente posicionada à esquerda da escala. Ao mesmo tempo, como a parte do NE que criou o PI estava mais à direita em relação àquela que se ligou à FA, o PI teria de estar mais à direita em comparação ao NE. E, sem a presença do setor mais esquerdista – aquele liderado por Rafael Michelini –, igualmente caminhar um pouco em direção ao centro-direita, assim como estar mais afastado da FA do que ocorria na relação FA-NE.

Em contrapartida, como o partido mais à esquerda (ou menos à direita) dentre aqueles tradicionais se estabilizou após-2001 em torno da posição 7,1, a distância dele em relação a FA e NE-PI ficou menor. Da mesma forma, a distância entre FA e o partido tradicional mais à esquerda variou de 0,38 a 0,58 entre 1989 e 2002, ou seja, na vigência do NE, tendo passado a variar de 0,28 a 0,60 a partir de 2004, isto é, após o advento do PI. Como se nota, a diferença máxima é praticamente a mesma (0,58-0,60), mas a mínima se reduziu significativamente, tendo passado de 0,38 para 0,28.

No caso do posicionamento do NE-PI em relação ao partido tradicional mais à esquerda, a redução se verifica de modo ainda mais nítido do que em se tratando da FA: no período do NE, a distância variou de 0,21 a 0,39, e no do PI, de 0,14 a 0,26. Em outros termos: a distância mínima caiu (de 0,21 para 0,14), o que também ocorreu com a máxima (de 0,39 para 0,26). Enfim, o PI está mais próximo do partido tradicional colocado mais à esquerda do estava o NE.

A análise dessas pesquisas sobre distribuição dos partidos na escala ideológica ajudou a consolidar algumas percepções sobre o PI e sua relação com a FA. Contudo, há investigações que abordam a orientação ideológica dos partidos seguindo outro procedimento, que é o de identificar o posicionamento sobre uma série de questões programáticas ou de políticas públicas, princípios e valores dos parlamentares de cada legenda, e compará-los para constatar aproximações, diferenças e sobreposições.

A vantagem desse tipo de investigação é que ela consegue dimensionar com mais precisão os pontos de contato e de diferenciação entre os partidos para além da medição da distância, que constata a diferença, mas não tem capacidade para tipificar em que áreas ou setores estão tais distinções.

Alcántara e Luna (2004) seguiram esta trilha e se utilizaram de dados oriundos das respostas dos parlamentares uruguaios do período 2000-2005, ouvidos pelo PELA. Os resultados apontaram diferenças significativas entre NE e FA em torno de uma questão sensível no campo da esquerda – e mais definidora, ainda, em se tratando do sistema político uruguaio –, que é a relação Estado/mercado. Ou melhor, identificaram proximidades do NE com os partidos tradicionais e, consequentemente, o afastamento em relação à FA. Para os autores,

> esto contradice parcialmente la tesis acerca de la oposición entre dos familias ideológicas y específicamente, echa dudas acerca de la configuración de la familia ideológica de izquierda, que de acuerdo a nuestra evidencia, estaría constituida solamente por el FA (ALCÁNTARA; LUNA, 2004, p. 149).

Em estudo semelhante, Luna (2004a) também identificou uma série de diferenças entre FA e NE, baseado nas edições PELA-1997 e PELA-2001 e de pesquisa com eleitores de 1996 e de 2002, de World Value Survey e da Encuesta de Valores Uruguay.

Desse modo, ele põe em dúvida a consolidação da família ideológica de esquerda e afirma que, embora os parlamentares do NE se vejam à esquerda, mas próximos ao centro,

> su posicionamiento en el conjunto de asuntos sustantivos analizados resulta inconsistente con dicha posición intermédia, ubicandose em ciertos asuntos más a la derecha de lo predecible a partir de su posicionamiento en el eje izquierda-derecha (privatización, control de precios, educación terciaria, vivienda, provisión estatal de empleo, importancia de la deuda externa,

> necesidad de democratizar la sociedad y sus instituciones, posición respeto al aborto) y ocupando posiciones neutras o más a la izquierda de lo esperable en los restantes asuntos analizados (LUNA, 2004a, p. 155).

No que tange aos eleitores do NE,

> al igual que los de ambos partidos tradicionales, se diferencian de los del FA en base a varios factores relativos a su perfil ideológico y actudinal: confianza en instituciones y percepción de inclusión en el sistema, grado de conservadurismo en materia religiosa y moral, centralidad de la política, autoubicación ideológica de izquierda y percepción de exclusión, nível preferido de intervención estatal en políticas sociales y protecionismo económico y la opinión respecto a la necessidad de introducir cambios sociales significativos y aumentar la proteción ambiental (LUNA, 2004a, p. 159).

Baseado nesse resultado, pode-se especular que, como a distância entre PI e FA na escala ideológica é ainda maior do que a existente entre NE e FA – embora ela seja medida a partir da localização de ambos mais à direita em relação à constatada desde os anos 1980 até princípios do século XXI –, não há porque considerar que impasses semelhantes não ocorram entre FA e PI, quando confrontados com questões principiológicas ou político-programáticas concretas.

Há três peculiaridades conjunturais na relação entre FA e PI que agudizam as possíveis diferenças entre ambos e podem explicá-las para além das questões já pontuadas ao longo deste capítulo.

O primeiro é que as questões político-programáticas a que se fez referência em parágrafo anterior diziam respeito à política nacional a que os membros do FA e do NE eram demandados a emitir opinião. Elas podiam envolver o posicionamento que cada um tomaria no parlamento, contudo não envolviam aquelas em que eles tinham a iniciativa e tampouco poderiam exercer poder decisório, pois ambos não tinham poder de veto parlamentar (salvo em situações que exigiam maioria de 2/3), estavam fora do governo nacional e, no caso da FA, poderiam abranger tão somente a experiência da intendência de Montevidéu.

Em outros termos: eram respostas que implicavam supor o que fariam ou como agiriam quando se tornassem governo. Consequentemente, a tomada de decisão efetiva não havia ocorrido e tampouco seria possível testar a coerência entre a opinião e a decisão. Enfim, essas distâncias poderiam ser ainda maiores se pudessem ser confrontadas com a necessidade e a exigência de efetivamente governar.

A corroborar esta percepção, Moreira (2003, p. 69-70) anota que a atuação parlamentar do NE na legislatura 1995-2000 foi pragmática, adequando sua posição conforme as circunstâncias, o que significou votar ao lado dos partidos tradicionais e da coalizão governista em várias questões, mas também se alinhar com a FA no polo oposicionista. Assim, o NE rechaçou o projeto de ajuste fiscal do segundo governo Sanguinetti, mas votou favoravelmente a algumas medidas pontuais; apoiou o projeto de reforma previdenciária e votou contra a proposta orçamentária, bem como deu aval à reforma constitucional de 1996, o que a FA não fez – ou, melhor, não confirmou, pois Seregni participou das negociações, fechou um acordo, o qual não foi referendado pelo partido[94].

Ao inverso, até o momento, toda a experiência do PI com bancada própria – isto é, eleita pelo lema PI – se desenvolveu com a FA no governo. Portanto, ela contrapõe não só os posicionamentos programáticos de ambos como também as decisões efetivas da FA, as quais o PI, como oposição, avaliou, concordou ou não, a partir da sua percepção teórica (sendo que ele não passou, ainda, pela experiência de governar).

De um lado, essa peculiaridade é um dos elementos que ajuda a explicar porque os partidos tradicionais são repudiados pelo PI, mas não se tornam o foco principal das críticas: eles não estão no governo e as restrições a eles sempre abrangem um período passado, quando o PI sequer existia como tal. De outro, as decisões de governo (da FA) são confrontadas com uma série de condicionantes, enquanto os posicionamentos programáticos do PI não necessariamente realizam ou precisam realizar esta ponderação.

Por conseguinte, há uma possibilidade mais ampla de que PI e FA tenham posicionamentos diferentes, afinal, ambos estão em perspectivas de avaliação muito distintas entre si e bastante diversas daquelas vivenciadas por NE e FA, que compartilhavam a oposição (de tal maneira, que puderam se aliar em 2004 para chegarem ao governo).

E tais diferenças são percebidas pelo eleitor ou, ao menos, pela direção do PI. Ao ser questionado sobre de qual partido provinham os votos que faziam o PI apresentar crescimento eleitoral, Mieres respondeu:

---

[94] Como já visto, nesta postura o NE não se diferencia do PI, que também alterna votos pró-governo (agora da FA) com oposicionista (dos partidos tradicionais).

> En buena medida es gente que votó al FA y hoy siente cierta decepción. También podemos estar captando votos wilsonistas y batllistas, porque no hay que olvidar que los sectores más a la izquierda de los partidos tradicionales fueron derrotados en las internas por los más conservadores. Pero tengo la impresión de que van a apoyar al PI votantes del FA – capaz que no son frenteamplistas de identidad – que están desilusionados por el fracaso en la aplicación de políticas de gobierno en educación, seguridad y salud, así como en la cuestión ética de la política. El FA ha generado la sensación de que le pasaron las mismas cosas que les criticábamos a blancos y colorados, como el asunto del clientelismo, la cuotificación, el amiguismo y el mirar para el costado frente a hechos de corrupción (MIERES, 25 sept. 2014).

Em outros termos: para o PI, exercer a oposição à FA e dela demarcar distância não é tão somente uma questão de diferenças programáticas, também se apresenta como uma alternativa estratégica e conjuntural para obter o crescimento eleitoral, especialmente diante de um eleitor insatisfeito com o governo, mas que não se dispõe a votar nos partidos tradicionais.

Aliás, esta era o cerne da proposição da já referida personagem Juan Classe Média, cujo texto do *spot* publicitário da campanha eleitoral de 2014 dizia: há 20 anos, Juan votava nos partidos tradicionais, porém se desencantou e, em 2004, votou na FA; a economia melhorou, mas a um custo alto e ele continua a "sofrer", por isso quer mudar, mas sem voltar atrás (PI, 26 sept. 2014).

Na mesma perspectiva, Garcé e Vairo (2014, p. 148) consideram que a inclusão de Conrado Ramos como candidato a Vice-presidente em 2014, que participou dos governos Vázquez e Mujica, contempla a estratégia do PI de captar eleitores desencantados com a FA.

A segunda é que, por tudo o que já foi explorado, o PI não tem disposição para formar acordos estáveis ou para se aproximar do conjunto da FA, seja porque nasceu de uma negação a esta opção, seja porque, independentemente da procedência ou não dessa convicção, seus líderes tendem a enfatizar as diferenças históricas em relação à FA ou a determinados setores mais radicais, bem como a considerá-las insuperáveis e a minimizar os possíveis pontos de contato.

E quando ensaiou tentá-lo, apresentando-se na campanha de 2014 como a "outra esquerda", as reações internas se fizeram sentir, como expõe Bottinelli (04 enero 2015):

> La consecuencia lógica de esa ubicación a la izquierda llevaba al PI inexorablemente al ser el aliado ideal para conformar una mayoría parlamentaria con el Frente Amplio, para el caso altamente probable (que al

> final no se dio) que venciese sin esa mayoría. Casi sobre el filo de la campaña electoral, ante la inminencia que esa consecuencia lógica se diera, hubo fuertes estallidos desde ese mismo PI contra la lógica de izquierda. Y su presidente Pablo Mieres formula un cambio de énfasis en el discurso: ya no aparece 'la otra izquierda' sino la bisagra[95], no el partido situado a la izquierda sino el equidistante. Sin duda detrás de ese estallido lo que hubo es lo que se dio en el balotaje: cerca de la mitad de los votantes del PI apoyaron a Vázquez, cerca de la otra mitad a Lacalle Pou, algunos en blanco[96].

A terceira é que as diferenciações entre NE e FA se davam em um contexto em que a FA tinha a intenção de ampliar o seu leque de parceiros, com vistas a alcançar a eleição presidencial, o que a tornava mais disposta a promover negociações e mais aberta a novas adesões. É nesse espírito que parte do NE foi atraída pela FA, houve empenho para aplainar diferenças e acomodar os eventuais pontos de vistas diferentes na confecção da Nova Maioria. Não se tratou de uma mera aliança eleitoral, voltada unicamente para alcançar determinados fins, pois, até hoje, o setor do NE que se aliou com a FA continua a ela vinculado.

O PI surge e se desenvolve em outro contexto: a FA estava prestes e logo se tornou governo, manteve-se nessa condição nos dois pleitos seguintes (2009 e 2014) e, nos três períodos em que conquistou a presidência, alcançou também a maioria absoluta nas duas casas do parlamento, o que, conforme os critérios propostos por Sartori (1982, p. 221-230), permite classificá-la como "partido predominante".

Assim, a vivência do PI se deu em outro cenário, no qual a FA se tornou menos aberta a novos parceiros eleitorais ou parlamentares e mais voltada a si mesma, pois grande parte do "jogo político" se resolve na sua própria economia doméstica – e tem se mostrado árduo e complexo. Logo, apenas quando são necessárias maioria qualificadas ou em situações excepcionais – como a da discussão do projeto de interrupção voluntária do aborto – ela se dispôs a negociar com o PI[97].

---

[95] Barahona (2001) escreveu um artigo em que especulava sobre a possibilidade de o NE se tornar o fiel da balança entre os dois blocos que se formavam no contexto dos anos 1990 (FA versus partidos tradicionais) e, assim, alcançar uma relevância política mais ampla do que a que corresponderia ao tamanho da sua bancada. Como se sabe, esta expectativa não se confirmou, pois o NE aderiu à FA na campanha de 2004.

[96] Essa relação mudou e indica o maior afastamento do eleitorado do PI em relação à FA, pois, segundo dados revelados também por Bottinelli, em 1999 a relação foi 2 por 1 a favor de Vázquez.

[97] Na verdade, e como já foi narrado, ele não negociou com o PI, e sim com um parlamentar da legenda (Posada).

Destaca-se, então, que PI e FA, apesar de terem matrizes originais aproximadas, uma série de pontos em comum e uma não tão grande distância ideológica entre eles, possuem diferenças significativas sobre várias questões relevantes. Desse modo, eles podem se aproximar ou se afastar conforme o tema em pauta. Porém, as circunstâncias políticas e o contexto do surgimento do PI fazem com que esses pontos de contato sejam menos recorrentes do que poderiam efetivamente ser e tais afastamentos são importantes para a afirmação identitária e eleitoral do PI[98].

Não se pode esquecer, ainda, e como claramente apontou Mieres já quando o NE queria se aliar à FA, que a aproximação entre um partido pequeno como o PI e uma legenda grande e multificatada como a FA é vista como uma alternativa que o inviabilizaria em curto prazo.

A interpretação é de que ocorreria com ele o mesmo que se deu com o NE, que deixou de ser viável como organização autônoma e que garantiu a sua sobrevida ao se tornar um setor (minoritário) da legenda maior e mais forte. Desse modo, para a coalizão dominante do PI, nas condições atuais, ainda que desejasse esta aproximação, ela não é percebida como vantajosa.

3.5 Partido de centro

Por tudo o que foi visto neste capítulo, a tese classifica o PI como um partido de centro. Assim, discorda da ênfase dada pelas lideranças que o partido é de centro-esquerda, “esquerda renovada”, “do século XXI” etc. Contudo, não basta fazer esta assertiva, é necessário esclarecer que concepção de centro é esta que a subsidia, ao que a presente seção pretende se dedicar.

O centro a que se faz referência não é, simplesmente, o posicionamento do PI na escala, pois esse aspecto da questão restou suficientemente demonstrado, especialmente na seção anterior. Ele está colocado sempre entre a FA, que se localiza à sua esquerda, e os partidos tradicionais, que ficam à sua direita. Ele é mais amplo do que a mera localização: corresponde a um conjunto de ideias e/ou de procedimentos que se apresentam como centristas.

---

[98] Souto (2017) traz vários exemplos de vezes em que o PI votou com a FA, mas sempre com alguma dissonância pontual sobre aspectos da política pública proposta, e outras tantas em que se posicionou contrariamente aos projetos, denunciou seus equívocos ou procurou demonstrar que eles eram contraditórios com as propostas da própria FA.

Mas a questão do que configura o centro ou centrismo não é simples ou fácil de ser desenvolvida, pois tende a ser negligenciada pela literatura. Na década de 1980, Daalder (1984, p. 93) reclamava que, ao pesquisar sobre o tema, encontrou poucas referências explícitas ao conceito de centro que era manejado nos estudos. Algum tempo depois, a ponderação de Hazan (2000, p. 21) era semelhante: "[...] há uma confusão lexical em torno de partidos de centro na literatura, e na prática, que é baseada no uso indiscriminado do termo 'centro' tanto quanto na ausência de uma classificação apropriada dessa categoria".

Nessa perspectiva, Daalder (1984, p. 93) exalta que o termo centro tem sido usado em pelo menos três metáforas diferentes: indica uma posição central ocupada em um determinado espaço político; corresponde a uma mecânica do sistema político, no qual a sua presença produz interação entre as partes com forças centrífugas ou centrípetas; e, por fim, expõe tipos específicos de clivagens, que poder ser dualistas por natureza ou que podem permitir posições mais variadas.

O autor não cita, mas também cabe refletir sobre a possibilidade de o centro ser uma postura programática específica – e demandar em consequência questionamento sobre quais seriam os seus fundamentos –, que é o interesse principal desta tese.

Hazan (2000) procura desenvolver conceitualmente a noção de centro e o faz por meio da distinção em relação a outros termos com os quais é associado. Ele lista outras quatro categorias que comumente são aplicadas ao centro ou aos partidos considerados de centro: meio, médio, pivô e central.

O autor também faz uma referência aos partidos que adotam a denominação "centro". Ele rejeita a relevância deste aspecto, pois não há razão necessária e tampouco suficiente para que uma legenda que usa o termo seja considerada como tal. Partidos assim autodenominados podem não ser efetivamente de centro e aqueles que adotam outra nomenclatura podem ser assim identificados (HAZAN, 2000, p. 35).

Como passo inicial, ele distingue centro e meio. O primeiro é um ponto localizado a igual distância dos limites da escala, que necessariamente estão à esquerda e à direita dele, em se tratando de uma linha ou escala euclidiana. Nesse sentido, o centro é sempre pré-determinado e corresponde, por exemplo, ao ponto 5,5 em uma escala de 10 pontos (1 a 10) ou a 5,0 em uma de 11 pontos (0 a 10).

Posteriormente, Hazan (2000) refina essa conceituação: ela deixa de ser exclusivamente matemática (e a corresponder a um ponto único determinado) e passa a abranger a realidade política. As tendências de esquerda e de direita de um sistema não precisam necessariamente estar nos pontos finais da escala (1 e 10 ou 0 e 10), e sim podem ocupar, o que é mais comum, estágios menos extremados, como 2 e 9, por exemplo. Logo, esquerda e direita indicam as posições polares – estejam em qual ponto da escala estiverem – em um dado cenário político, não obrigatoriamente os limites da escala, que é um modelo abstrato e universal para distribuir espacialmente os partidos ou os posicionamentos. Como resultado, o centro também pode corresponder aos pontos 4,5-5,5 ou 4,0-6,0 de uma escala e passa a indicar a área ocupada dessa escala.

Nessa perspectiva, pode ser citada a definição que apresenta Alonso-Castrillo (1996, p. 144):

> El centro se sitúa, o pretende situarse, entre la izquierda y la derecha, a ser posible a igual distancia ideológica de ambos, y ocupando la totalidad del espacio político libre. El centro es, por tanto, una noción relativa, que se define en relación con fuerzas preexistentes y cuyo peso electoral varía en función de la evolución de los dos polos que lo enmarcan.

O vocábulo meio também corresponde ao ponto ou a área que media os dois polos da escala. A distinção entre eles decorre do fato de que, para Hazan (2000), o centro é teórico, prévio e inflexível, independentemente do sistema partidário em que se encontra, enquanto o meio é empírico e contingente, vinculado às circunstâncias da competição eleitoral entre partidos. Ou seja, mais do que ser o ponto ou a área exata que media a escala, ele o é em relação aos partidos relevantes dessa escala.

Traduzindo para a análise política: o centro é fixo e o meio depende de onde estão os dois partidos relevantes principais do sistema, os quais podem corresponder ao mesmo campo ideológico (de centro, de esquerda ou de direita). Ou, para fazer referência à escala: o centro sempre corresponde a partidos localizados nos pontos 5,0 e/ou 5,5 (e áreas adjacentes), enquanto o partido meio pode estar no ponto 4, 6, ou 7,5 etc.

Ideologicamente também há diferenças não desprezíveis: aos partidos de centro sempre corresponde a mesma localização na escala, eles são de centro por ali estarem colocados, enquanto o partido do meio varia e, em determinadas configurações, pode ser conservador, em outro liberal ou socialista (e ocupa pontos

da escala correspondentes a tais tendências) e, inclusive, ser idêntico ao dos dois partidos principais.

Na visão de Hazan (2000), o que será explicado e aprofundado a seguir, no caso do centro (e também da esquerda e da direita) necessariamente há uma correspondência entre esses pontos de localização da escala e um conjunto de ideias e de programas, que o tipificam e caracterizam. A escala se mostra eficiente para identificar e distribuir espacialmente as ideologias, e os posicionamentos não são aleatórios. Esclarece-se que a escala utilizada por Hazan (2000) em seu estudo empírico possui 11 pontos e é constituída pela opinião de experts. Para ele, o centro corresponde aos pontos 4 a 6.

Veja-se que, na concepção de Hazan (2000), ao contrário do que contém a de Alonso-Castrillo (1996), o centro não é relativo e dependente da existência e do modo como se apresentam a esquerda e a direita, e sim corresponde sempre a uma determinada área da escala ideológica. Isto leva a supor que ele pode existir ainda que, concretamente, inexistam atores políticos que ocupem posições de esquerda e de direita, pois essas posições já existem na própria escala.

Em outras palavras, seguindo a concepção que acredita na existência e na permanência da díade esquerda-direita (BOBBIO, 1995) e sem cair na mera redundância, o centro é centro porque ocupa determinada área da escala que o distingue do campo ideológico correspondente à esquerda, e que obrigatoriamente está à esquerda dele, e do campo ideológico relativo à direita, que se localiza à sua direita. Tal rigidez não se verifica no caso do meio, que sempre vai depender de quem são os partidos relevantes polares (e a qual ideologia eles correspondem) e em que ponto da escala eles se encontram.

Enfim, centro é um espaço identificado com uma determinada tendência política; meio, não, ela é ideologicamente cega e o posicionamento político do(s) partido(s) que estão nessa situação varia conforme as circunstâncias específicas do sistema partidário em que está inserido. Logo, não existe o partido meio como uma tendência política particular (HAZAN, 2000, p. 23-25, 27).

O autor vai mais longe e considera que “um partido de centro está, portanto, ideologicamente posicionado no centro de um fixo, **universal** e ideológico continuum esquerda-direita” (HAZAN, 2000, p. 24, negrito inserido pela tese). O que Hazan (2000) não especifica – ao menos neste estágio da sua narrativa – é quais características específicas fazem com que um partido ocupe o centro da escala. De

modo que, embora insinue a contrário, parece ser mais determinante para a classificação de um ator político como tal que ele tenha sido localizado nessa área. Com isto, a definição se torna meramente posicional ou o autor quer dizer que várias concepções políticas diferentes podem ocupar a área.

A alternativa seguida pela tese não é este. Supõe-se que, mais do que uma área da escala, o centro é ou pode ser visto também como uma determinada visão ou postura sobre a política. A consequência de possuir esta "filosofia do centro" é vir a ser posicionado no centro da escala. Ou seja, o centro possui uma ideia política mais do que é meramente um ponto ou uma área colocada entre dois opostos.

Isto não elimina a possibilidade de que, em determinados sistemas, haja uma confluência e a posição de centro seja a do meio e/ou o partido de centro seja o partido do meio. Aliás, este é o caso do sistema partidário uruguaio. O PI está posicionado no centro – e é ideologicamente de centro, como se pretende demonstrar – e é o partido do meio, cercado pelos dois partidos (ou blocos) relevantes, posicionados à esquerda (FA) e à direita (tradicionais), como já foi sobejamente apresentado. Esta condição de partido do meio também coube ao NE, em suas duas versões, como as pesquisas já expostas pelo trabalho deixaram claro[99].

Contudo, a relevância política desse partido do meio vai depender da força que ele possui e daquelas que ostentam aqueles colocados à esquerda e à direita. O PI é bastante pequeno em termos de tamanho parlamentar em comparação aos demais, razão pela qual apenas em situações muito particulares, como a da discussão sobre o aborto, conseguiu ser o fiel da balança.

Superada esta questão, Hazan (2000, p. 25-26) passa a distinguir centro das demais categorias. Partido médio também é uma condição contingente, sendo concebida por ele como correspondente a aquele que tem o deputado, o senador ou o legislador (se forem consideradas as duas casas) médio do conjunto do parlamento, sem preponderância da esquerda e da direita ou o que está cercado por similar número de partidos à esquerda e à direita.

[99] A discussão sobre se ao posicionamento de centro (ou no meio, conforme a distinção proposta por Hazan) da coligação e do partido NE se soma o caráter ideologicamente de centro não será empreendida, pois extrapola os objetivos da tese.

Nas duas hipóteses, não há correspondência necessária entre esta condição e a de partido de centro ou do meio. Além disso, e ao contrário dos casos anteriores, a referência para o partido médio não é eleitoral, mas parlamentar.

Por todas essas questões, feita a distinção e caracterizado o fato de que os termos se referem a dimensões políticas diferentes, Hazan (2000, p. 27) dispensa o uso dessa denominação, embora considere que, eventualmente, um partido médio possa ser também de centro e de meio.

No caso do partido pivô, a categoria tem uma trajetória larga no campo da análise política, sendo aplicada para identificar uma legenda que é indispensável para a formação ou a sustentação de uma coalizão ou aquela que tem o número de votos suficientes para impedir ou para permitir a aprovação de uma determinada medida.

Efetivamente, o partido de centro pode desempenhar este papel e costuma ser identificado por potencialmente ter essa condição. Mas, como esclarece Hazan (2000, p. 26), ela não exclui partidos extremistas ou antissistema. Portanto, abrange um espectro muito mais amplo do que aquele compreendido pelo centro (e também pelo meio) e pouco tem de correspondência necessária com o partido médio.

A condição de partido pivô não depende sequer da quantidade de cadeiras que ele possui e pode ser resumir a um único voto. Este, em determinada circunstância, pode ser decisivo, assim como pode envolver negociações muito pontuais e ocasionais, antes de exigir a formação de alianças estáveis entre partidos.

O caso do PI (ou melhor, do voto de Posada) na aprovação do projeto do aborto, narrado na seção 3.1, demonstra-o de modo inequívoco: naquela oportunidade, o PI foi o partido pivô e alcançou uma importância inédita e até então desconhecida pela legenda.

As condições que a divisão de forças apresenta no Uruguai desde 2004, com a maioria absoluta de cadeiras em posse da FA, não oferece muitas possibilidades de o PI ser o partido pivô, a não ser em situações muitos específicas, como a referenciada acima. Apesar disso, a campanha de Mieres pelo fim da maioria da FA, enfatizada na campanha eleitoral de 2014, procura dar ao seu partido a condição de exercer este papel. E ele agrega a disposição para negociar – e não para ser um ator de veto – como uma credencial do PI e um estímulo a que o eleitor apoie a ideia.

Por fim, Hazan (2000, p. 26-27) define partido central e explicita a distinção com a noção de partido de centro. Ela a concebe como a relevância que uma legenda assume em uma determinada legislatura, em circunstâncias específicas, medido pela quantidade de cadeiras que amealha, que a tornam o principal e a líder da coalizão majoritária e/ou autônoma em relação aos demais. Assim como ocorreu com o termo partido médio, o autor o excluiu da sua investigação. No caso analisado, o partido central é, desde 2004, a FA, que possui não só Presidente como a maioria parlamentar.

O comentário derradeiro sobre essas cinco categorias é que nada impede que o mesmo partido as reúna, isto é, seja ao mesmo tempo de centro, esteja no meio, tenha a condição de médio, pivô e central. Porém, elas são conceitualmente diferentes e, na visão de Hazan (2000), excetuando ser classificado de centro, todas as demais são contingentes e circunstanciais. Da mesma forma, elas podem existir todas em um mesmo sistema partidário, sendo desempenhadas pelo mesmo partido ou por mais de um, o que apenas a análise empírica poderá determinar (HAZAN, 2000, p. 27)[100].

Apresentada a definição de Hazan (2000), pode-se passar para uma análise aplicada sobre o centro. Nesse campo há uma distinção clássica na Ciência Política e que envolve Duverger (1987) e Sartori (1982). Para o primeiro, o centro não existe como conjunto de ideias ou de doutrina, o que ele chama de tendências, pois as questões políticas possuem naturalmente um caráter dual, o que faz com que as posições se tornem polares. Logo, o centro é o espaço vazio existente entre os posicionamentos concretos e, mesmo que venha a ser ocasionalmente ocupado, imediatamente gerará novas polarizações.

Para Duverger (1987), partidos de centro podem existir, mas o centro é o "local geométrico em que se juntam os moderados das tendências opostas", logo todo ele está dividido em duas metades e nada mais é do que formado por "agrupamento artificial da parte direita da esquerda e da parte esquerda da direita". Em seguida, ele é mais drástico:

[100] Considerando as características da FA e a sua condição parlamentar majoritária apresentada desde a eleição de 2004, as categorias meio, médio, pivô e cental poderiam ser aplicadas aos seus setores internos para verificar quem desempenhou estes papéis ao longo desse período. Contudo, esta tarefa não será realizada pela tese.

> o destino do centro é ser esquartejado, sacudido, aniquilado: esquartejado, quando uma de duas metades vota na direita, outra na esquerda; sacudido, quando vota em bloco ora na direita, ora na esquerda; aniquilado, quando se abstém" (DUVERGER, 1987, p. 251).

Consequentemente, um sistema de dois partidos, que traduziria a dualidade essencial, seria o caminho natural. O multipartidarismo surgiria em razão da subdivisão das duas tendências em mais de uma legenda ou da sobreposição de dualismos.

A visão de Duverger (1987) é sintetizada por Bobbio (1995), ao discutir a questão do centro em um livro no qual se propõe a apreciar a continuidade da validade da díade esquerda-direita. Se esta for pensada como um espaço político dividido em duas únicas partes, uma das quais exclui a outra e nada entre elas se interpõe, de fato o centro não existe e há o que ele chama de Terceiro Excluído.

Em outro texto, Duverger (1964) reforça a crítica ao centro, desta vez em um estudo voltado especificamente ao centrismo na política francesa. Este é visto por ele como a tendência à acomodação de forças, que é pragmaticamente realizada com a intenção de acessar e de manter o poder.

Ao mesmo tempo em que admite que foi o centro quem formou a base que historicamente viabilizou a democracia no país, ele narra que o resultado dessa prática política é o esvaziamento da própria política, das diferenças entre os partidos e a renúncia a busca de soluções definitivas aos problemas, o que contraria a própria da natureza do agir político.

Para Duverger (1964), de modo coerente com a perspectiva teórica dualista e favorável ao bipartidarismo que o move e que foi narrada anteriormente, essa coragem que corresponde à natureza do agir político só se pode encontrar em posições políticas autênticas, ideologicamente orientadas, existentes à esquerda e à direita (nas versões moderada e extremada), aquelas que não estão simplesmente aferradas ao exercício do poder. Por isso, no título do artigo e ao longo do texto ele chama o centrismo de um eterno pântano.

Sartori (1982) concebe o tema de outra forma. A tendência de centro existe, o que não existe (ou melhor, não deveria existir, segundo a prescrição do autor) é um ou mais de um partido relevante para ocupar o espaço a ela correspondente. Porém, essa tendência assume características diferentes, conforme o tipo de sistema partidário em apreciação.

No caso de sistemas pluralistas polarizados, o fato de o centro métrico estar ocupado (por um ou por mais partidos) é um dos indicadores que permite tal classificação, pois informa a existência de interações no mínimo triangulares:

> O sistema é multipolar porque sua mecânica competitiva gira em torno de um centro que tem de enfrentar tanto uma esquerda como uma direita. Enquanto a mecânica do pluralismo moderado é bipolar precisamente porque não se baseia no centro, a mecânica do pluralismo polarizado é multipolar e não se pode explicar, portanto, por um modelo dualista (SARTORI, 1982, p. 159-160).

O autor não vê este cenário como positivo, pois, se o centro está ocupado e fora da competição da esquerda e da direita, os partidos a elas correspondentes são "empurrados" para longe desse espaço, aproximando-se dos extremos, o que se reflete na perda dos estímulos moderadores. Em síntese, "um partido de centro que procure superar os partidos localizados à sua esquerda ou à sua direita contribuirá, mais do que tudo, para um crescendo da escala e da extremização", pois

> o sistema é baseado no centro precisamente por ser polarizado. Se assim não fosse, não haveria uma área central bastante grande para ser ocupada, nem seria compensador o posicionamento central, pois os partidos de centro capitalizam o medo do extremismo (SARTORI, 1982, p. 160-161).

Esta visão de Sartori contraria a concepção corrente de que o centro é mercado pela moderação e pelo diálogo. Ainda que os partidos que ocupam este espaço tenham tal pretensão, eles contribuem decisivamente para a polarização do pluripartidarismo e, consequentemente, para a instabilidade do sistema.

O centro cumpre outro papel se houver pluralismo moderado ou bipartidarismo. Nesse ponto, a posição de Sartori (1982, p. 220) se distingue da de Duverger e segue a formulada por Downs: com amplo consenso entre os dois partidos relevantes e restritas diferenças ideológicas, prevalece a moderação, consequentemente a competição se torna centrípeta. As duas forças convergem e são atraídas para o centro, que não é ocupado por opções partidárias relevantes. Logo, elas passam a disputar o eleitorado nele posicionado, que é aquele moderado e "indeciso" precisamente por não ter uma alternativa centrista para escolher. Para esta visão, as eleições se decidem em um centro vazio de opções relevantes e por um eleitor centrista.

Em termos sintéticos, pode-se dizer que, para Sartori, o espaço de centro desempenha papéis diferentes, conforme o sistema partidário. Ele ajuda a competição a ser centrípeta no bipartidarismo e no pluralismo moderado por estar vazio e, consequentemente, diminui a polarização. Ele torna a competição centrífuga no pluralismo polarizado e traz como resultado um sistema mais instável. Isto porque, neste segundo caso, o centro é ocupado por partido(s) que disputa(m) com as posições polares e que contribue(m) decisivamente para a multipolarização e a instabilidade do sistema. Nos dois primeiros sistemas partidários, ele não é ocupado por terceiras forças relevantes, mas loteado pelos partidos relevantes, que dele se aproximam em busca da vitória.

Para retornar a Bobbio (1995, p. 36-37): o entendimento de Sartori se baseia na noção de que existe uma linha contínua sobre a qual, entre a esquerda inicial e a direita inicial, se colocam posições intermediárias que ocupam o espaço central entre os extremos, conhecido como centro. Ele a denomina como Terceiro Incluído, pois este centro forma uma tríade, apresenta-se como espaço intermediário, que não é nem de esquerda e nem de direita, mas está entre uma e outra. Enfim, se o primeiro caso, o do Terceiro Excluído, é sintetizado pela relação “ou-ou”, este o é por meio da expressão “nem-nem”.

Nessa perspectiva, Bobbio (1995, p. 36-37) concede a existência de mais posições, pois, se a linha é pensada como um *continuum*, torna-se possível distinguir um centro mais vizinho da esquerda, chamado de centro-esquerda, e um centro mais próximo da direita, identificado como centro-direita, bem como

> uma esquerda moderada que tende ao centro e uma esquerda extrema que ao centro se contrapõe, e igualmente, no âmbito da direita, uma direita atraída pelo centro e uma direita que dele se afasta a ponto de se contrapor em igual medida tanto ao centro quanto à esquerda. Deve-se também ter em conta que, não obstante as possíveis divisões dentro do espaço do centro, restará sempre um centro indivisivo, que poderia ser chamado de centro-centro, a tríade na realidade se torna uma pentíade (BOBBIO, 1995, p. 37).

Porém, como a abordagem de Bobbio (1995, p. 36) está voltada à díade esquerda-direita, a existência do centro não a inviabiliza, pois, como explica metaforicamente: “entre o branco e o preto pode existir o cinza [...], mas o cinza não elimina a diferença entre o branco e o preto”.

A análise de Daalder (1984) discorda da concepção de Sartori (1982) no que tange ao fato de o centro contribuir para a radicalização (polarização) do sistema partidário. Ele investiga os casos de Itália e Holanda, verificando que tanto a esquerda quanto a direita disputam os votos com o centro, contribuindo para a tendência centrípeta.

A conclusão de Scully (1992, p. 21), ao estudar quase 12 décadas de competição política do Chile, é a mesma: a existência de um centro que atue como mediador entre os extremos pode ser necessária para manter o sistema de partidos coeso, pois tem condições de absorver possíveis perturbações emanadas dos dois polos.

Nesse debate entre Duverger (1987) e Sartori (1982), Hazan (2000) acrescenta uma variável não cogitada pelos autores, que é o tamanho do centro, medido pela quantidade ou o percentual de cadeiras parlamentares que ele ocupa.

A questão que o move é saber como os demais partidos se comportam e, consequentemente, o sistema partidário como um todo, quando o centro ganha robustez e passa a ocupar um tamanho médio ou a ser o maior setor, superando os demais.

O pressuposto é de que o tamanho parlamentar do centro está relacionado ao grau de polarização do sistema partidário. A primeira constatação do autor é que, como a polarização é o resultado de uma fórmula matemática, os partidos localizados no centro contribuem para a redução do índice, justamente pela posição que ocupam e o modo como são contabilizados pela fórmula. Consequentemente, um centro grande, o que reduz o tamanho dos partidos “não centristas”, tende a produzir um resultado com valor menor, isto é, menos polarização. Em síntese, há uma relação negativa entre eles: centro maior, polarização do sistema partidário menor.

No entanto, os resultados por ele encontrado, ao analisar 10 países europeus com representação proporcional (e pluripartidarismo), entre 1979 e 1989, não confirmaram esta expectativa, quando são retirados os casos atípicos. Eles mostram que, conforme o centro se torna maior – e ele encontrou centros que ocupavam de 5% a 50% do parlamento –, a polarização se mantém (HAZAN, 2000, p. 49).

Ao analisar os dados e as conjunturas políticas, isto é, ao desagregar os dados por tamanho do centro, o autor verificou que, se o(s) partido(s) de centro – e consequentemente o próprio centro – é(são) pequeno(s), o que corresponde a até

20% das cadeiras, a situação mais comum e a de não aumentar a polarização do sistema. Ao contrário, ele ajuda a manter ou a moderar o indicador.

Em certa medida, esta assertiva já estava contida nas ponderações de Sartori (1982), quando este se refere à disputa centrípeta de parte da esquerda e da direita se o centro está vazio. Aliás, esta é a situação do sistema político uruguaio, no qual o PI, ocupando o centro, é bastante minoritário em comparação aos dois blocos, localizados à sua esquerda e à sua direita.

Quando se dedicou aos casos em que o centro é progressivamente maior, ele encontrou duas situações distintas e que produziram resultados contraditórios entre si. Há países em que o crescimento do centro resultou em maior polarização – o que confirma o juízo de Sartori (1982) – e outros, em que redundou na manutenção ou na redução da polarização, a exemplo do que ocorre nas situações em que o centro é pequeno – o que corrobora a assertiva de Daalder (1984) e Scully (1992).

Esses resultados podem ser contraditórios entre si, mas encontram explicação no comportamento dos demais partidos. Metodologicamente, por tratar de polarização, Hazan (2000) não os dividiu em esquerda e direita, mas sim por comportamento, dimensionado pelo posicionamento na escala ideológica. Logo, há os partidos extremistas e os moderados, independentemente de serem de esquerda ou de direita.

Ele identificou que, se o centro passa de pequeno para médio e alcança o crescimento ao ganhar cadeiras dos partidos moderados e estes compensam a perda ao obter cadeiras dos extremistas, o resultado é um declínio do nível de polarização, situação que está coerente com a ideia geral ou a intuição de que o centro modera o sistema.

Contudo, quando o centro cresce a ponto de se tornar grande ou a ser o maior setor, ele também o consegue ao retirar cadeiras dos partidos moderados, mas esses não o fazem em relação aos extremistas. Nesses casos, os extremistas crescem e, como no caso do centro, conseguem-no às custas dos moderados. Esses dois movimentos conjugados aumentam a polarização do sistema (HAZAN, 2000, p. 71-72).

Ao aprofundar a análise em torno dessa situação, o autor identificou que, frente a tal cenário, e com vistas a modificá-lo, o comportamento dos partidos moderados é de combate ao(s) de centro, tornando-se mais extremistas. Nesse caso, surge a competição multipolar narrada por Sartori (1982).

Ao mesmo tempo, a conclusão a que ele chega é a de que não se confirma a afirmação de Sartori (1982) de que há a tendência de centro, mas não partidos de centro. Hazan (2000, p. 159) afirma que um sistema com um partido de centro também pode exibir uma tendência de centro e que, ao inverso do que afirma o autor italiano, não é necessário um centro vacante para existir uma tendência de centro.

Do conjunto de autores e de reflexões apresentadas nas páginas anteriores há um ponto comum: dentre aqueles que consideram que há uma tendência de centro, nenhum deles explicita quais elementos tipificam tal postura política e, consequentemente, não a definem. O único que enfrenta a questão é Duverger (1987), mas ele se desvencilha do problema ao negar que exista o centro como tendência programática. Logo, ao dizer que o centro não é, não precisa dizer o que ele é.

Hazan (2000) procura distinguir o centro de denominações análogas e que muitas vezes são utilizadas como se fossem sinônimos ou termos intercambiáveis. A definição que apresenta pode ser operacional, mas é teoricamente vazia, pois ele partiu do pressuposto que o centro corresponde aos partidos que ocupam as posições 4 a 6 da escala ideológica, sem associar nenhum princípio, valor ou postura que vincule esses espaços da escala e os partidos que nele são alocados.

Apesar de não parecer suficiente do ponto de vista epistemológico, a posição é coerente com a ideia manifestada pelo autor de que o centro é fixo e que, se pode ser representado por pontos da escala, não há necessidade de qualquer definição substantiva. O centro será aquilo que corresponde ao intervalo 4 a 6 da escala, seja lá qual ou quais conteúdos façam com que respostas sobre um partido ou tema impliquem que este partido ou o respondente seja classificado em um destes pontos.

Ao mesmo tempo, deve-se ponderar que, na conclusão de seu trabalho, Hazan (2000, p. 160) esboça a síntese de uma “doutrina de centro”, de modo que o comentário não é plenamente procedente. Tal “doutrina” será apresentada mais adiante pela tese. Contudo, enfatiza-se novamente: ele elabora a sua investigação sem apresentá-la e a elenca, muito sucintamente, ao término do trabalho.

Já a visão de Sartori (1982), apesar de afirmar a existência da tendência de centro, não necessariamente explica o que o constitui. O autor italiano o pensa mais como um espaço que é ocupado (ou cuja luta para que seja ocupado envolve as posições polares e, em determinadas circunstâncias, molda a competição) do que

como doutrinas, ideologias e opiniões de centro, como ele faz questão de explicitar (SARTORI, 1982, p. 160).

Em outros termos, o centro é o meio da escala, não importa em que bases teóricas ou políticas as posições sejam ocupadas. Ele é fixo em termos de escala, mas “na vida real” ele surgiria e seu papel dependeria das circunstâncias políticas e, consequentemente, seria objeto de estudos históricos e da Ciência Política mais do que da filosofia ou da teoria política, pois desempenharia sempre um papel contingente (BRIEY; LEGENDRE, 2012, p. 40), o que o aproximaria da noção de partido do meio (HAZAN, 2000). E a ponderação de Bobbio (1995) também está calcada em uma relação espacial, sem indicar, ainda, o eventual substrato de uma posição de centro.

Scully (1992, p. 23) é explícito em relação a esta questão. Discordando de Hazan (2000), ele diz que não há uma essência ou natureza imutável do centro, nem sequer uma tendência inerente que pertenceria necessariamente ao centro em um sistema multipartidário. Para ele, o que existe é a competição de um partido por um lugar, que, por sua vez, caracteriza-se pela mudança ao longo do tempo, dentro de um espaço político médio que está sempre mudando (expandindo-se e contraindo-se). Logo, conclui:

> por lo tanto, el papel que desempeña un partido de centro, como el de cualquier partido, no puede ser determinado *a priori* por su posición relativa dentro del sistema de partidos. Más bien, su papel dependerá de su identidad y programa políticos específicos, como de la naturaleza de su interacción competitiva con otros partidos en el contexto de un conjunto dado de preferencias de los votantes. El comportamiento de un partido de centro no puede deducirse de un modelo abstracto, sino que debe ser determinado empíricamente (SCULLY, 1992, p. 23).

Ou seja, para este conjunto de autores, torna-se possível falar e conceber o centro de modo instrumental, sem a necessidade de defini-lo teoricamente, seja porque a tarefa não é considerada necessária, seja porque não há, efetivamente, o centro em termos de posição teórica.

Dessa forma, essas contribuições podem auxiliar na realização de estudos empíricos sobre o sistema partidário, fornecem elementos para uma análise mais acurada das características que ele assume, do grau de polarização que pode gerar, da estabilidade ou das possibilidades de formação de coalizões, entre outras peculiaridades da investigação da Ciência Política ou da História. Porém, elas não

estão em condições de dar sustentação teórica à assertiva empregada pela tese que qualificou o PI como partido de centro.

No entanto, Scully (1992, p. 24; 238-240) propõe uma distinção que abre espaço para pensar o centro como uma proposta política substantiva, o que corrobora o caminho que a tese se propõe a percorrer. Segundo o autor, há o partido de centro posicional e o programático.

O primeiro tipo, como o nome indica, ocupa a posição intermediária entre os dois polos em um conflito político. Pragmático, com um perfil não ideológico, ele constroi alianças com um dos lados, chega a compromissos intermediários, contribui para a acomodação política e evita a polarização excessiva. Um dos exemplos utilizados pelo autor é o Partido Liberal do Chile, que, nos anos 1860-1920, em meio ao conflito entre as posições clericais e anticlericais, sem ter uma ideologia coerente e sem estar diretamente envolvido na clivagem principal, atuou como o representante do centro (SCULLY, 1992, cap. 2).

O segundo, por sua vez, está substancialmente comprometido com um conjunto específico de políticas e com um resultado peculiar ao longo do eixo de fissura principal, sobre os quais não está disposto ou não pode admitir compromissos. “Un partido de centro programático goza de mucho menor libertad para moverse entre polo y polo para hacer negociaciones y acuerdos que sirvan de lubrificante a la competencia de partidos” (SCULLY, 1992, p. 240).

Logo, vaticina: os líderes desse partido de centro programático estão mais interessados em usar o Estado para alcançar metas programáticas específicas (SCULLY, 1992, p. 24). O exemplo citado pelo autor é o PDC chileno, que procurou atuar sozinho, mais do que formar alianças circunstanciais.

Estas divisões são tributárias do modo como Sartori (1982) caracteriza o centro. O posicional ajuda a moderar o sistema e se aproxima do papel sistêmico que o centro desempenha no pluralismo moderado. Já o programático, ao competir com os partidos polares e ter uma proposta própria, acaba por se vincular ao papel que o centro desempenha no pluralismo polarizado.

Nesta distinção formulada por Scully (1992), o aspecto mais relevante para esta tese está no fato de ele afirmar a existência de um centro programático. É preciso esclarecer que, nem por isso, o autor pensa que exista um modelo único de centro, o centro como uma postura política. O que ele quer dizer é que, em determinados contextos, a serem empiricamente verificáveis, o centro pode ser

ocupado por uma postura programática efetiva. Este programa vai variar conforme os contextos, de forma que não há um único programa de centro, mas sim aqueles que assumem este posto.

Contudo, a assertiva abre espaço para cogitar se, para além da aleatoriedade das questões conjunturais, não há algumas características imprescindíveis para que o programa – ainda que a definição de qual é este programa seja variável – apresentado por aquele(s) partido(s) que ocupa(m) o centro em um sistema partidário possa ser considerado e atuar como de centro?

Em outros termos: ainda que diferentes programas possam ser apresentados pelo(s) partido(s) de centro, em diferentes contextos, não haveria algumas peculiaridades comuns entre eles e que tornariam possível que conseguissem operar, frente a circunstâncias políticas concretas e variáveis, como de centro? E, se elas existem, não poderiam configurar a natureza do centro ou a definição abstrata de centro?

A concordar com a perspectiva de que o centro existe como uma proposta política específica, o desafio óbvio é o de identificar quais os fundamentos que o configuram como tal e, especificamente, o PI como um partido de centro.

O caminho a ser percorrido, portanto, deve ser diferente do tomado pelas perspectivas apresentadas até o momento e passa pelas visões que não só afirmam, como procuram definir, que o espaço de centro é “una posición política con plena y propia sustantividad y personalidad, constituye de alguna manera un intento por subrayar algunos de los fundamentos de la democracia” (RODRÍGUEZ-ARANA MUÑOZ, 2008a, p. 13).

Porém, esta não é uma tarefa simples. As respostas não são muitas e/ou não estão suficientemente desenvolvidas. Briey e Legendre (2012, p. 40) reputam este quadro a uma falta de investimento da teoria política. Ao contrário do que ocorre nos campos da esquerda e da direita, que possuem *corpus* teórico e pensadores de referência, eles perguntam: quais ideias e autores desempenham este papel no que tange ao centro?

Ao não encontrarem muitos autores ou muitas respostas, Briey e Legendre (2012, p. 44) consideram que o caminho para encontrar uma autêntica especificidade do centro exige identificar o que conceitualmente o distingue da esquerda e da direita.

Quem pode servir de guia nesta empreitada é Bobbio (1995). Ele distingue três tipos de centro, conforme a relação que ele estabelece com a díade esquerda-direita.

O primeiro é o já comentado Terceiro Incluído, aquele que busca um espaço entre os dois opostos, não é esquerda e nem direita, pressupõe a antítese em relação a ambos e extrai dela a sua razão de existir, o que pode ser traduzido por meio de uma tríade. Ou seja, um terceiro que se soma à clivagem original, mas que, como já apontado pelo autor e destacado no texto, não a elimina (BOBBIO, 1995, p. 36).

O segundo é o que ele chama de Terceiro Inclusivo, o qual “tende a ir além dos dois opostos e a englobá-los em uma síntese superior e, portanto, anulando-os enquanto tais”.

O derradeiro tipo diz respeito a movimentos e propostas políticas que, aparentemente, não se enquadram nem na esquerda e nem na direita, pois postulam elementos que não pertencem a nenhum dos dois polos.

Se o primeiro é sintetizado por “estar no meio”, o segundo por “estar além de”, o terceiro o é ao “mover-se por”.

Pode-se começar o debate por este terceiro tipo, que Bobbio (1995) ilustra com o caso dos Partidos Verdes, que têm características de esquerda e de direita, conforme os critérios de classificação de um e de outro, e atravessam transversalmente os dois campos. Destaca que ele se resolve em uma atenuação ou desautorização da díade mais do que em uma refutação ou uma superação, mas é o próprio autor quem se encarrega de esvaziar este tipo de centro, ao afirmar que

> a maior prova dessa ubiquidade do movimento dos Verdes está no fato de que do tema ecológico se apoderaram pouco a pouco todos os partidos, sem modificarem em nada sua bagagem usual, quando muito acrescentando uma ou outra valise a mais (BOBBIO, 1995, p. 41).

Ainda que não fosse assim – e esta opção constituísse efetivamente uma alternativa ideológica de centro, e não a apresentação de novos temas originalmente não abarcados pela esquerda e pela direita, mas logo por ambas incorporado –, o PI não pode ser enquadrado neste caso, pois ele efetivamente não se afirma prioritariamente pela incorporação de novas agendas programáticas, e sim trafega

naquelas tradicionais, as quais pretende renovar ao trazer novos aportes. Consequentemente, não é este tipo de centro que contempla o PI.

No caso do Terceiro Inclusivo, cita como exemplo as tentativas chamadas de terceira via, em uma antecipação da proposta apresentada por Giddens (2001a, 2001b). Ele a considera

> uma política de centro, mas idealmente ela se apresenta não como uma forma de compromisso entre dois extremos, mas como uma superação simultânea de um e de outro, e portanto como uma simultânea aceitação e supressão deles [...]. Não Terceiro-entre, mas Terceiro-além (BOBBIO, 1995, p. 39).

Ele também cita o Terceiro Inclusivo como doutrina em busca de uma práxis e que, no momento em que é posta em operação, realiza-se como posição centrista.

Este é, efetivamente, o caso da Terceira Via. Como já indicado, Giddens (2001a, p. 54; 2001b, p 165) a propõe como social-democracia renovada ou modernizadora e a vê como um novo olhar ao centro político, não mais pensado como a proposta conciliadora e moderadora, mas sim como centro radical. Isto é, um centro não mais visto como aquele que simplesmente media as propostas de esquerda e de direita, mas as supera e as reestrutura pela capacidade de propor soluções para além do que cada polo, presos a seus princípios, não têm condições de sugerir e de fazer frente a novas questões e demandas, notadamente a globalização e a economia do conhecimento.

Dessa forma, Giddens (2001b, p. 46) afirma haver muitos problemas políticos que não se ajustam claramente a uma dimensão esquerda-direita, pois ela refletiu um mundo onde se acreditava amplamente que o capitalismo podia ser transcendido e onde a luta de classes modelou boa parte da vida política.

O centro radical a que ele faz referência é, portanto, um rompimento com a própria dicotomia esquerda-direita, embora em sua origem seja um reposicionamento da esquerda (social-democracia, no caso), pois significa o rompimento com as doutrinas estabelecidas de esquerda, visto que elas perderam seu poder de barganha no mundo. É algo bastante semelhante à retórica do PI, especialmente aquele formulada por Mieres.

Giddens acresce:

> Uma social-democracia renovada tem de ser esquerda do centro, porque justiça social e política emancipatória permanecem no seu cerne. Mas o 'centro' não deveria ser encarado como vazio de substância. Estamos antes falando das alianças que os social-democratas podem tecer a partir dos fios da diversidade de estilos de vida. Problemas políticos tradicionais, assim como os novos, necessitam ser pensados desse modo. Um welfare state reformado, por exemplo, tem de corresponder a critérios de justiça social, mas tem também de reconhecer e incorporar a escolha ativa de estilo de vida, estar integrado com estratégias ecológicas e responder a novos cenários de risco (GIDDENS, 2001a, p. 55).

Neste aspecto da Terceira Via, como foi apontado em momento anterior, há inegável proximidade com a visão do PI, que sempre afirma ser de esquerda (ou de centro-esquerda ou qualquer das classificações que o colocam neste quadrante) – e, de fato, origina-se desse campo. A diferença é que o PI não se identifica como de centro.

Na sequência de seu raciocínio, Giddens (2001b, p. 50-51) afirma que esse centro ou "novo centro" não deve ser interpretado como uma renúncia ao radicalismo ou aos valores de esquerda, pois

> muitas políticas que podem de forma bastante adequada ser chamadas de radicais transcendem a divisão esquerda/direita. Elas exigem, e pode-se esperar que o tenham, apoio de todas as classes – políticas em setores, por exemplo, como a educação, a reforma do *welfare*, a economia, a ecologia e o controle de criminalidade.

As características da Terceira Via e as principais críticas que ela recebeu já foram abordadas neste capítulo. Neste momento, o foco está voltado ao modo como Giddens a elabora como um novo centro, que se dispõe ser uma síntese e que, servindo-se de elementos de uma e de outra, dialeticamente, supera a tese de esquerda e a antítese de direita (ou vice-versa).

Uma das muitas respostas às alegações de Giddens veio de Mouffe (2000). Os comentários da autora são aqui utilizados porque abarcam o ângulo da estrutura conceitual dessa visão.

A primeira das críticas, que é também a mais essencial, nega o pressuposto da irrelevância e da inviabilidade do antagonismo esquerda-direita no mundo contemporâneo do qual a Terceira Via procede e, a partir do qual, se constitui. Mouffe (2000, p. 110-111) considera que, por trás dele, existe a ideia de que a divisão social deixou de estruturar a sociedade, que seja possível elucidar os

conflitos de interesses fundamentais e, portanto, que a política se tornou um terreno neutro em que são possíveis soluções que contentem a todos.

Para Mouffe (2000, p. 111), esta é a típica perspectiva liberal, que considera que a democracia é uma competição entre elites, que reduz a política a um intercâmbio de argumentos e à negociação de compromissos – o que, como visto anteriormente, tem relevantes pontos de contato com a concepção do PI. Nesse diapasão, ela provoca: levando em consideração os dois princípios propostos por Giddens (“não há direitos sem responsabilidade” e “autoridade sem democracia”), como esses programas serão levados adiante na prática sem desafiar as estruturas de poder e de autoridade existentes e, por conseguinte, sem enfrentar resistências e conflitos?

A segunda é que a aceitação por parte da esquerda da importância do pluralismo e das instituições democráticas-liberais não significa, por si só, o abandono à intenção de oferecer uma alternativa efetiva à ordem hegemônica capitalista. Nesse aspecto, delimita-se nitidamente a diferença entre Mouffe (2000) e o PI, que não trabalha com a perspectiva da superação do capitalismo e considera todas as forças esquerdistas que o propõem como radicais, atrasadas etc., como foi apontado neste capítulo.

Para Mouffe (2000) é da associação da democracia com a perda da expectativa de alternativa ao capitalismo que decorre o equívoco da sacralização do consenso, do apagamento da distinção entre esquerda e direita, tomada como limitada, e da afirmação do centro como o espaço dos acordos que abrangem e contentam a todos.

A autora enfatiza o papel do conflito como parte legítima da democracia e, embora não despreze a necessidade do consenso, enfatiza a relevância do desacordo para a democracia como parte essencial da política, do incentivo à participação e ao interesse pela política (MOUFFE, 2000, p. 113).

A distinção entre esquerda e direita é o modo como se forma e se institucionaliza o conflito legítimo, sendo ele, portanto, positivo e necessário. E a expectativa de superá-lo em nome de consensos gerais é um equívoco, pois a política se constrói e se manifesta por meio da definição de um adversário (MOUFFE, 2000, p. 117-118).

Desse modo, ela rejeita frontalmente a ideia do centro radical, já que ele supõe que não existem inimigos e nem adversários, tendo em vista ver a política

como um jogo em que todos podem ganhar e no qual todos podem satisfazer suas demandas sem que ninguém tenha de perder (MOUFFE, 2000, p. 120-121).

A terceira crítica é a afirmação de sua visão da política apontada acima, a qual diverge daquela da Terceira Via: a política radical não pode se situar no centro porque ser radical implica propor profundas transformações nas relações de poder, o que redunda em ter adversários ou inimigos e se envolver em conflitos. O centro, com sua visão sobre jogos em que todos ganham, moderação e negociação, não pode realizar e tampouco atingir tal objetivo (MOUFFE, 2000, p. 121).

Além dessas críticas decorrentes de diferentes concepções sobre a política, outra dificuldade é de ordem lógica. A proposição do centro que supera a dicotomia esquerda-direita faz com que a própria noção de centro perca o sentido. Afinal, ela só existe porque ao seu lado figuram as posições polares a partir das quais se torna um referencial. Consequentemente, se este centro superou a clivagem e a eliminou, ele deixa de ser centro ou não se torna mais possível identificá-lo como tal.

Se a intenção ao falar em superar não é a de eliminar as demais posições, mas a de construir ou a de apresentar uma alternativa qualitativamente superior, que apenas se coloca acima da clivagem e que, por ter tal condição, deve suplantá-las também em apoios eleitorais e em capacidade governativa, há tão somente a transformação da díade em uma tríade e a superação é uma pretensão ou uma intenção mais do que uma efetividade.

Ressalva-se que esta não é a visão de Hazan (2000, p. 25). Como identifica a ideologia de centro com um posicionamento determinado na escala, ele afirma que o centro existe independentemente do registro da ocorrência da esquerda ou da direita, isto é, de que o espaço correspondente a essas ideologias na escala seja ocupado por algum(ns) partido(s).

No entanto, há um problema lógico nessa assertiva: de fato, circunstancialmente apenas a área do centro pode estar ocupada em um sistema qualquer. Porém, sem a existência ao menos conceitual e prévia da esquerda e da direita (e dos pontos da escala a elas correspondentes), como teria sido possível determinar que o centro era o centro? Em outros termos: só é possível concebê-lo se houver as concepções correspondentes de esquerda e de direita e, nesse sentido, insiste-se no argumento de que a superação conceitual (e fática) da díade inviabiliza a continuidade da existência do centro como concepção e o transmuta em outra tendência.

Nesse caso do centro como nova síntese, parece tampouco razoável a denominação proposta por Giddens (2001a, 2001b), pois Terceira Via também só tem sentido se existirem as outras duas vias ou, então, a denominação será uma referência ao passado, às vias existentes antes de ela as suplantar e, em relação ao tempo presente (pós-superação), será pouco significativa. Como metaforicamente expõe Bobbio (1995, p. 36), referindo-se a este tema, “conforme as estações e as latitudes, o crepúsculo pode ser mais ou menos longo, mas a maior ou menor duração em nada altera o fato de que sua definição depende das definições do dia e da noite”.

É possível trazer Duverger (1987) a este debate, embora ele considere que não existe tendência de centro – e a discussão aqui seja exatamente o oposto, só existir centro. Seguindo o caminho sugerido por ele, pode-se dizer que, ainda que hipoteticamente o centro sintetizasse e superasse a esquerda e a direita, tal não passaria de um curto período. As divisões fariam com que inevitavelmente esse centro se cindisse em novos polos. Por consequência, a esquerda e a direita retornariam, possivelmente em novas bases e com novos fundamentos, mas retornariam, esvaziando mais uma vez o centro e/ou gerando, em um tempo indeterminado, uma “nova síntese” provisória.

Assim, surpreende que Bobbio (1995) repute este como um tipo de centro. Ele até pode ser visto desta forma em seu surgimento, enquanto proposta ou intenção – e, por isto, a inclusão como tal –, mas, se exitoso, não cabe mais assim considerá-lo, ao inverso do que ocorre com o chamado Terceiro Incluído, que é sempre centro e só ganha sentido com a preservação da clivagem esquerda-direita.

De qualquer modo, esta tese não vislumbra o PI como um partido de centro com estas características de Terceiro Incluído ou de Terceira Via, conforme Giddens (2001a, 2001b). Suas manifestações, embora sejam contrárias aos partidos que são identificados como a esquerda e a direita no Uruguai, e haja a afirmação da superioridade de sua proposta, não há a pretensão de destruí-los. Tampouco, a de sintetizá-los em um patamar qualitativamente avançado. Há, sim, a de vencê-los no campo eleitoral por conta da superioridade da sua postura e de seu programa.

Enfim, o PI ostenta uma concepção pluralista de política, cuja síntese pode ser encontrada em Fraga[101] (1973, p. 229), “no intentemos suprimir las polaridades; intentemos, eso sí, que los limites del campo de juego sean razonables y llevar el juego, en lo posible, al centro del campo”, isto é, sem a preponderância de posições radicais.

Se o Terceiro Inclusivo é rejeitado como modelo de centro que caracteriza o PI, resta apreciar o Terceiro Incluído, aquele que concebe o centro como uma posição que se coloca ao lado das demais, impede que elas se toquem, permite uma terceira solução diferente das opções “a seca” ou puras (BOBBIO, 1995, p. 38).

Há quem reivindique que ele possui um substrato ideológico próprio, ao afirmar que a posição de centro e os partidos que a encarnam são caracterizados pela “mentalidad abierta, la metodologia del entendimento, la sensibilidade social, la racionalidad y la primacía de los derechos de las personas” (RODRÍGUEZ-ARANA MUÑOZ, 2008a, p. 14).

Bobbio (1995, p. 39), aliás, descrê da possibilidade de este centro ser um conjunto próprio e específico de ideias, pois o Terceiro Incluído se apresenta como uma práxis sem doutrina, no que é acompanhado por Bernstein (1994, p. 20), que a classifica como uma prática, antes de um grupo ou uma doutrina, pois

> o centro é um lugar geométrico onde se pode desenvolver táticas e estratégias políticas; o centrismo é uma disposição ou uma forma de gestão da sociedade. Mas se admitimos que a cultura política é um conjunto coerente de valores que se fundam em referências a escolhas filosóficas ou eventos históricos e que determinam uma visão global de sociedade e de sua organização, não há cultura política centrista (BERNSTEIN, 1994, p. 24).

Aqueles que defendem o contrário ponderam que, ao não ser formado por um corpus de ideias “puras”, como ocorreria com as posições polares de esquerda e de direita, o centro seria sempre incompleto, estaria em construção e se caracterizaria pela indeterminação, mas não necessariamente seria ideologicamente vazio.

Essas características podem ser vistas como negativas e, no limite, validariam as visões que simplesmente negam substância efetiva ao centro, vendo-o apenas

[101] O autor em questão, Manuel Fraga Iribarne (1922-2012), não é tão somente um teórico, mas também um político espanhol, que foi ministro, governador e deputado, tendo exercido papel relevante na transição democrática. Fundou o partido Aliança Popular.

como um espaço a ser ocupado, como indicado anteriormente, ou um programa que contextualmente se posiciona como de centro frente a visões polares.

Para os proponentes do centro como uma posição própria, elas são apontadas como positivas e captariam a especificidade que ele possui. Afinal, argumentam, esquerda e direita seriam posições ideológicas rígidas, fechadas e excludentes, pois consolidadas em princípios, projetos e metas já estabelecidos. No limite, elas seriam pouco compromissadas com a diversidade, e sim somente com a afirmação de sua própria visão.

Ao inverso, o centro, por não ter esta rigidez, ser menos pré-determinado, seria qualitativamente distinto e não teria efetivamente uma agenda a ser implantada, mas sim seria uma postura ou um procedimento frente à disputa política (e, em grande medida, dela dependeria para ser o moderador). E isto se verificaria nas campanhas políticas e nas propostas apresentadas ao eleitorado, nas votações no parlamento e também na participação em eventuais coalizões para formar maiorias e/ou governos, enfim, nos diversos espaços tradicionais de ação política.

> el *centro* como *algo que está* o se pone entre los extremos. En principio, con el ánimo de aprovechar de modo constructivo la tensión entre los extremos, reduciendo las posibilidades negativas o destructoras. […] Es cierto que el centro, por definición, es un concepto *relativo*; pero también lo son la *derecha* y la *izquierda*. Es cierto también que, por lo mismo, no hay un centro *fijo*; 'el centro se mueve', no es 'un lugar estacionario', pues varia, con las opiniones extremas que lo limitan, a uno y otro lado; y puede ser movido de muchas maneras (FRAGA, 1973, p. 240) (em itálico no original).

Não se torna surpreendente, portanto, que o partido que é considerado de centro possa ter posições e opiniões que se aproximam às de um ou de outro polo em determinadas agendas e, igualmente, venha a votar conforme um deles.

Como afirma Daalder (1984, p. 96), um partido de centro (e o centro como ideologia) não o é simplesmente de centro, entendido como a posição média entre a esquerda e a direita ou a que media ou contraria essas duas em todas as questões, o que pode torná-lo, aos olhos de algumas análises, pouco consistente e/ou imprevisível – aliás, uma das características que foi imputada ao PI. E ele não o é, também, porque o elenco de posicionamentos é muito mais amplo do que as possibilidades de escolha em uma decisão política concreta (voto no parlamento ou apoio a um competidor em um 2º turno, por exemplo), que costuma se resumir a favorável, desfavorável e abstenção/ausência.

O que distingue a postura de centro não são as escolhas concretas que ele eventualmente faz, mas o modo como procede para chegar até elas. De um lado, ele não teria decisões prévias e inflexíveis. De outro, ainda que sua postura inicialmente seja contrária a todas aquelas vindas da esquerda ou da direita e que estão postas à mesa, ele estaria aberto a negociar, com vistas a chegar a um acordo que, em teoria, seria melhor do que a proposição original, que poderia ser aprovada com mais adesão dos tomadores de decisão e atingir maior legitimidade na sociedade.

Não sendo possível esta postura ou não se produzindo acordo entre as partes, ao centro sempre resta a possibilidade de afastar-se e não tomar posição – o que reforça a percepção de que é “indeciso” ou tem enormes dificuldades para tomar uma posição.

Deve-se exaltar, ainda, que ele não nega os conflitos e as divergências, considerados subjacentes à clivagem esquerda-direita, mas os pensa como possíveis de serem superados circunstancialmente – e é neste ponto fundamental que se distingue da visão de Mouffe (2000) indicada anteriormente. Por consequência, este centro está calcado na moderação e na negociação como meios para chegar ao acordo, que é visto não só como possível, mas também como desejável.

Ao invés de ser o “espaço vazio” entre esquerda e direita como o quer Duverger (1987), ele seria “o ponto fixo em torno do qual a política se manifesta”, seguindo a origem etimológica do termo, conforme indicam Briey e Legendre (2012, p. 39). Fescina (2008, p. 44) o declara:

> de allí que por su sola presencia el centro es tanto valla divisoria de las posiciones de derecha e izquierda, como dique de contención de las mismas, al punto de que su fuerza centrípeta asimila e integra ambos extremos. Por eso es recurrente que ambos extremos busquen incorporarse en el escenario político como de centro derecha o de centro izquierda.

A própria intenção de negociar e de buscar o entendimento deixaria o centro mais moderado, descarnado, menos definitivo e assertivo do que as demais posições, tanto em termos de elaboração teórica quanto de ideias a defender, pois não haveria respostas prontas. Tais respostas seriam aquilo que, guardados determinados princípios – como a preservação da democracia representativa e o

respeito aos direitos fundamentais, enfim um substrato liberal-democrático –, poderia ser acordado entre as partes como resultado da própria busca do entendimento.

Da mesma forma, o centro não poderia ser uma proposta política utópica ou emancipatória, tornar-se-ia necessariamente realista, operando no limite do possível, calcado nas regras do jogo (democrático) e imanente, isto é, os resultados decorrem dos limites impostos pelas próprias regras e o horizonte em que se situam. Em síntese: uma proposta em aberto, cujas bases seriam fundamentalmente procedimentais e envolveriam compromissos dos atores com o jogo político democrático. A partir desse ponto, as negociações se desenvolveriam de maneira pública e transparente, e esta seria a concepção fundamental sobre a política que o centro orquestra.

A própria noção espacial que constitui a escala é favorável à postura do centro, pois ela indica que, havendo dois pontos divergentes, existe um centro (ou melhor, nesse caso um meio), uma localização específica da qual ambos estão igualmente distanciados e que, se para ela migrarem, terão percorrido a mesma distância, sem que haja, abstratamente, prejuízo para nenhum deles. Alternativamente, ambos compartilham um prejuízo que é distribuído por igual entre eles.

Esta posição “de centro” (ou “de meio”, nesse caso) existe. Se este “justo meio” é alcançável nas disputas políticas concretas torna-se outra questão, mas é a partir dessa existência que esta concepção de centro procura transitar e se viabilizar no mundo da política. Como sintetiza Fraga (1973, p. 240-241):

> El centro se sitúa en un intento de mayor objetividad; hay problemas sociales, verdaderos conflictos que no pueden ser eludidos; muchos de ellos tienen solución, o a lo menos acomodo, si se busca con buena voluntad y con prudencia política. Por otra parte, el cambio es inevitable […]. La actitud del centro no es, pues, *conservadora*, ni *revolucionaria*, sino *reformista*. El orden establecido no se rechaza, pero tampoco se acepta incondicionalmente; el centrista desea transformalo selectivamente (es decir, en sectores determinados) y evolutivamente, es decir, de modo progresivo y sin violencia.

E o autor complementa: “[…] nuestro concepto, ‘centro’ y ‘moderación’ nada tiene que ver con mediocridad intelectual ni com ‘paños calientes” (FRAGA, 1973, p. 250).

Na mesma medida, o centro tende a rejeitar e a isolar os partícipes da díade que negam a possibilidade da formação desses acordos, ou seja, aqueles que são

identificados como extrema esquerda e extrema direita, por considerá-los não suficientemente comprometidos com os valores democráticos. Desse modo, argumenta que:

> no es el disentimiento y la confrontación el primer y principal componente de la vida social, sino al contrario, el acuerdo y el entendimiento, pero estos deben buscarse con esfuerzo sostenido, inteligente y creativo, y nunca podrán acabar, ni sería en absoluto deseable que lo hiciera, con lo disenso, la variedad de opiniones en cuanto a los fines, los medios, o incluso la realidad presente (RODRÍGUEZ-ARANA MUÑOZ, 2008b, p. 138).

Como se percebe, estas características também limitam a capacidade de o centro ser o principal proponente da agenda de discussão política, posição enfatizada por Sartori (1982, p. 160), que o vê como “constituído basicamente de retroações, significando isso que os partidos de centro tendem a ser muito mais passivos do que promotores ou instigadores”.

Contudo, estes mesmos traços o deixam mais forte para, a partir do que é proposto, construir ou liderar os entendimentos, atenuando e mediando as visões de esquerda e de direita. É por isto, também, que o pragmatismo do centro implica a sua disponibilidade para acordar com qualquer um dos polos e formar coalizões, conforme as conjunturas, o que é apontado, ainda, com uma tendência ao oportunismo, que o torna “menos confiável” e mais imprevisível – aliás, o cerne da crítica de Duverger (1964) ao centro que é “eterno pântano”.

No escrito de Rodríguez-Arana Muñoz (2008a, p. 15),

> Si es necesario aplicar políticas sociales que los antiguos llamarían de izquierdas, se implantarían sin más problemas. Y se fuera imprescindible proyectar políticas de derecha según los clásicos, pues tampoco pasaría nada. Lo importante insisto, no es la etiqueta, lo relevante es la persona y la solución más humana de los problemas sociales.

Essa perspectiva também subsidia algumas das principais críticas e restrições que esse centro recebe. Bernardes (2012, p. 26-27), por exemplo, alerta para os riscos que ele implica em determinadas circunstâncias: ao se propor ao consenso, pode contribuir para viabilizar um sistema político, mas também pode solapar as bases do pluralismo de ideias e de posições políticas, esvaziando a própria noção de política, pois a clivagem essencial é esquerda-direita e os consensos imprescindíveis à ideia de diálogo da democracia dependem essencialmente do dissenso e do conflito.

Da mesma forma, a negociação, o diálogo e o acordo podem gerar sistemas políticos e governos que tentam “a todo o custo ultrapassar as antíteses através do caciquismo, da compra de votos e do clientelismo” (BERNARDES, 2012, p. 33), sem contar a já apresentada possibilidade de ampliar a polarização do sistema ao se tornar um competidor tanto contra a esquerda quanto a direita ou as forças moderadas de esquerda e de direita (SARTORI, 1982; HAZAN, 2000).

Vistas estas questões, Hazan (2000, p. 160) sintetiza o debate e define a doutrina de centro como: (1) a habilidade para negociar com os setores moderados da esquerda e da direita; (2) a recusa a negociar com os setores extremistas; (3) a ênfase do acordo no centro; (4) a contínua afirmação da necessidade de compromisso, moderação e consenso na política.

Pela síntese proposta por Hazan (2000) e o que foi escrito anteriormente, enfatiza-se mais uma vez: não há um conjunto elaborado de ideias e de programas de centro, mas há uma postura frente à política, calcada em alguns elementos procedimentais mais do que de conteúdo, que caracterizam o centro e o permitem distinguir tanto da esquerda quanto da direita.

Como o autor afirma (2000, p. 145), o centro como a tendência à moderação é um pressuposto aceito quase universalmente pelos cientistas políticos. Contudo, ele também se preocupa em apreciar o efeito que o centro produz nos demais partidos e no sistema, como já foi narrado e será retomado a seguir. E, nesse caso, a análise não é teórica, mas sim aplicada, voltada à dinâmica das relações políticas, seguindo os passos de Duverger (1987) e Sartori (1982). E os resultados a que chega mostram que essa “doutrina do centro”, como ele denomina, implica uma certa idealização, cujo confronto com a dinâmica das relações políticas a testa de modo inclemente.

As situações enfrentadas pelo PI e o discurso que ele apresenta – especialmente em relação à FA – desvelam este dilema de um centro que se diz moderado e, ao mesmo tempo, é combativo; que chama para o diálogo, porém escolhe os seus interlocutores e rejeita explicitamente outros. E, principalmente, constrói tal narrativa em um cenário em que é nitidamente a parte menor do sistema.

A ponderação do autor é procedente porque, ainda que tenha as peculiaridades narradas anteriormente, a posição ideológica do centro tem a possibilidade de agir conforme as características que foram a ela imputadas em um cenário de razoável equilíbrio de forças entre ela, a esquerda e a direita (e/ou as

correntes moderadas e extremadas de uma e de outra, ou simplesmente centro-esquerda e centro-direita). Ou, alternativamente, quando o centro é menor do que as outras duas, que têm mais ou menos o mesmo tamanho, mas ele não é irrelevante.

Porém, e se houver um cenário em que o centro é a força política majoritária e tem condições de aprovar a agenda política sem necessariamente precisar negociar com partidos de esquerda e de direita (moderados, pois a negociação com legendas extremistas não costumam figurar no horizonte do centro)? Ainda assim, ele seria um proponente do consenso entre os demais ou consideraria que, por si só, a sua maioria já expressa o consenso e o comedimento que o interesse público exige e, por consequência, não iria negociar e excluiria os demais? Na hipótese de não negociar, tal disposição poderia se revelar, então, contingente na “doutrina de centro” e o que restaria de permanente é a moderação, o estar entre as posições polares.

Da mesma forma, como explicita Hazan (2000, p. 146), ainda que, nessa situação, o centro mantivesse a postura da negociação, os partidos moderados à esquerda e à direita estariam dispostos a isto? Ou eles procurariam o caminho “sartoriano”, ou seja, elevariam a temperatura política, acirrariam as questões em pauta, aproximar-se-iam das posições e/ou dos partidos extremistas, logo ampliariam a polarização do sistema como estratégia para combater este centro majoritário e recuperar apoio político junto ao eleitorado e consequentemente cadeiras legislativas ou posto executivos nas futuras eleições?

Como foi ponderado anteriormente, os resultados obtidos por Hazan (2000) apontam para as duas possibilidades em termos de comportamento dos partidos moderados de esquerda e de direita: a convergência para o centro, reforçando este espaço, que passaria a comandar a agenda, o que produz a redução da polarização do sistema; assim como a competição centrífuga, resultando na elevação da polarização, agora tripartite.

Para sintetizar este ponto: quando a tese opta por classificar o PI como um partido ideologicamente de centro, ela tem referente a concepção do Terceiro Incluído, conforme a denominação escolhida por Bobbio (1995). Ela não pretende negar a condição do PI de um partido originário da esquerda – e que se considera como tal –, mas quer exaltar que, ainda que oriundo deste quadrante, o modo como ele procura se postar na disputa política, os postulados programáticos que apresenta, mais as circunstâncias em que a sua trajetória tem se desenvolvido (sob

o governo de um partido de esquerda), e a forma como é visto pelos demais competidores e pelo eleitorado o enquadram com mais propriedade nesta etiqueta. Sem contar o fato, já sobejamente demonstrado na seção anterior, de que ele ocupa efetivamente a posição de centro da escala e é também o partido do meio, nos termos concebidos por Hazan (2000). Ressalvado que é preciso compreender a que centro a tese faz referência ao utilizar tal classificação, o que se procurou explicar nas páginas precedentes.

3.6 Síntese

O capítulo esteve voltado à análise das características principiológicas e programáticas do PI, o que implicou, ainda, cotejá-lo com as demais opções do sistema partidário uruguaio, em especial a FA, da qual ele afirma se distinguir por ser a “outra esquerda”.

O primeiro passo da discussão implicou retomar a literatura sobre novos partidos, encarando-a, agora, sob a perspectiva das peculiaridades programáticas que essas legendas devem apresentar. A apreciação da tese discordou da vertente que associa novos partidos à obrigatoriedade da proposição de novas demandas e de novas soluções programáticas, vinculando-se à corrente que os considera como novas opções políticas, tragam ou não inovações ao mercado eleitoral. Seguindo esta perspectiva, o PI foi aproximado com os partidos desafiantes, tais com concebidos por Rochon (1985), o que pode ser constatado por meio da análise dos princípios que o PI lista em sua Declaração de Princípios.

Tal constatação fez com que a pesquisa vinculasse o PI aos partidos de ideias, as legendas sustentadas por programas teoricamente orientados e bem delimitados, mas carentes de uma inserção mais ampla no eleitorado e nos postos institucionais. Considerou-se que a concepção que Frugoni sobre tais entidades é a que mais se aproxima do PI, embora ele não seja uma versão atualizada daquelas instituições – como PCU, PS e União Cívica –, pois as suas “ideias” não estão claramente delimitadas e tampouco são oriundas de um corpus teórico determinado.

O que o PI apresenta como seus princípios é uma concepção favorável à democracia em sua versão minimalista ou procedimental, com plena valorização das eleições e dos agentes legitimados para nela atuarem, especialmente os partidos políticos, bem como as instituições que devem exercer o poder em nome e com o

consentimento do povo, notadamente o parlamento, tido como o espaço primordial do exercício da política.

Esta perspectiva se manifesta de modo coerente no *modus operandi* do PI, que se apresenta ao eleitorado como uma organização centrada em suas lideranças, com pouca militância e também com pouco ou nenhum vínculo com organizações sociais externas de qualquer tipo, assim como defensora de uma manifestação política sempre permeada pelas instituições já consagradas – especialmente partidos e parlamento – e que procura exercer uma "política de opinião".

No caso específico, esta opinião seria decorrência de uma visão intelectual, rigorosa e analítica dos desafios políticos, definida na perspectiva do interesse público ou geral, na defesa da própria sociedade e dos direitos dos cidadãos, mais do que o de qualquer setor, o que implica apelar ou demandar ao eleitor individual, considerado sempre um ator capaz de agir como cidadão republicano, e não exclusivamente egoísta ou interessado.

Nessa perspectiva, o PI procura se apresentar como um partido diferente dos tradicionais, calcado em ideias e em princípios – embora estes não estejam claramente explicitados ou o sejam expressos de modo genérico –, crítico das práticas clientelistas que identifica nos partidos tradicionais e também na FA. Esta característica fica plasmada na valorização permanente da sua "independência", colorário dessa diferenciação, a qual se expressa na não vinculação a nenhum dos dois blocos que dividem o eleitorado uruguaio (partidos tradicionais e FA), na possibilidade de negociar com qualquer um deles e, em várias oportunidades, não concordar com o posicionamento de nenhum ou, ainda, quando concorda, de sempre apresentar um comentário, uma correção ou uma divergência pontual.

Este conjunto de reflexões levou a discutir a relação do PI com a FA, a sua parceira no campo da esquerda, de quem procurou se distinguir em sua origem, ao longo de sua trajetória presente, mas também no campo das ideias e dos programas. Tal debate implicou analisar as diferentes concepções de esquerda manejadas pelo PI e pela literatura internacional voltada a discutir as novas configurações da América Latina, assim como a clássica discussão em torno da social-democracia.

De modo sintético, verificou-se que o PI se autoapresenta como uma esquerda renovada, atualizada, pois firmemente comprometida com a democracia

procedimentalista e social-democrática, enquanto reputa que a FA é uma esquerda tradicional, antiquada, autoritária, pouco compremetida com a democracia. Esse diagnóstico sobre a FA não é compartilhado pela maioria da literatura especializada, que a concebe como social-democrática.

Tal divergência levou a analisar mais detalhadamente o juízo do PI, o que apontou que, como ele especula formar uma nova opção política que reúna setores da FA que compartilham os mesmos princípios (extensivo a grupos dos partidos tradicionais), a visão que postula não pode incluir a FA como um todo, mas tão somente os setores dominantes e que subordinam os demais.

O capítulo procurou identificar e demonstrar a existência dessa divisão na FA entre os setores identificados por larga bibliografia como moderados – aqueles mais afins com o PI e sintetizados na figura de Astori – e os radicais – aqueles setores de raiz marxista e insurrecional, simbolizados por PCU e MPP. E, para além dessa constatação, verificar se, como reputa o PI, os radicais são maioria na FA. Ambas as assertivas foram confirmadas, o que torna logicamente coerente o discurso do PI, embora não necessariamente procedente.

Frente a esses impasses e possibilidades, o passo seguinte foi o de procurar mapear as diferenças entre FA e PI (e também seu antecessor direto, NE, mais os partidos tradicionais), dimensionadas não pelo que propõem e difundem, mas pelo modo como são percebidos pelos eleitores e pelos parlamentares, seja ao se autoidentificarem na escala ideológica de 10 pontos, seja ao identificarem os demais.

Uma série de pesquisas realizadas no período 1989 e 2014 foram apreciadas, o que apontou que a distância entre FA e PI é maior do que a separava do NE, que o PI está mais próximo ao partido tradicional localizado mais à esquerda do que da FA, sendo que o inverso ocorria em se tratando do NE e, por fim, que NE estava posicionado mais corriqueiramente no quadrante correspondente ao centro-esquerda da escala e o PI, mais no centro.

Essas informações corroboram a existência de distinções entre PI e FA, embora não necessariamente essas diferenças se manifestem necessariamente por meio de nítidos e bem esclarecidos princípios ou ideias divergentes. E, tampouco, do modo como o PI as apresenta, ou seja, sendo ele a “esquerda do século XXI” e a FA uma versão ultrapassada de esquerda, pré-Muro de Berlim, como declarou Pablo Mieres.

Contudo, todas as informações oriundas das pesquisas de identificação na escala ideológica, cotejadas com as autoclassificações que o PI faz e com aquelas que pesquisadores atribuem às esquerdas em geral, mais a análise das suas ideias e dos seus princípios, levam esta tese a considerar que se consegue apreender com mais propriedade aquilo que o PI professa e o modo como se comporta no sistema político se ele for considerado como uma legenda de centro mais do que se for classificado como de esquerda em quaisquer de suas vertentes.

A percepção dos diversos públicos consultados ao longo do tempo mostra que este é o modo como o PI tem sido compreendido. Assim como que, independentemente do posicionamento em que esteja a FA, o PI está à direita dela, nunca compartilhando o mesmo quadrante e localizada a uma distância "segura", que impede que sejam consideradas equivalentes. Ser de centro também significa não ser "nem um, nem o outro" – e o um (FA) está claramente na esquerda; e o outro (partidos tradicionais) está nitidamente na direita –, o que implica poder pender para um lado e outro, pois não tem princípios e ideias não claramente delimitadas, mas sim genericamente esboçados.

E, como visto extensamente neste capítulo, a análise realizada indicou ser este o caso do PI, não como um defeito ou um déficit, mas como uma característica própria, decorrente da conjuntura política em que se formou e também da percepção sobre política e do modo como o "ser de esquerda" é percebido pela coalizão dominante que a constituiu, especialmente as figuras de Mieres e de Posada.

A alegação de ser de esquerda, que ele sempre esgrime e com a qual os seus parlamentares e os seus eleitores se identificam, pode ser procedente, mas para tal é necessário definir qual concepção de esquerda está sendo manejada e – como visto – esta pode variar e o faz significativamente. Logo, em determinada perspectiva, que é a seguida por seus líderes, o PI pode ser efetivamente classificado como "social-democrata" – mas não o seria do mesmo modo que a FA, caso ela também seja assim considerada, condição que é mais recorrente, notadamente desde que ela chegou ao governo nacional. Em outra, ao negar a perspectiva de superação do capitalismo e o estabelecimento de algum tipo de socialismo, o PI sequer seria considerado de esquerda e, nesse caso, o distanciamento em relação ao NE seria a demonstração de que ao negar o acordo com a FA e insistir em ser uma alterativa autônoma, ela teria ultrapassado a fronteira do centro-esquerda.

Com isto não se quer negar que as suas raízes estejam no campo ideológico da esquerda, as quais são inegáveis, como foi extensamente explorado no capítulo 1, mas sim isto que não significa que permaneça neste campo. Nessa perspectiva, estar no centro, que não é uma posição por si só afirmativa, soa como mais coerente com o ideário de independência, pensado como a possibilidade de agir como achar melhor, de estimular a negociação, bem como de não estar comprometido nem com a esquerda e nem com a direita, preservados os marcos de uma democracia procedimental e elitista, na qual os partidos devem desempenhar papel estratégico – este sim, princípios relevantes para o PI.

E, na perspectiva da tese, essas características apreendem com mais amplitude as peculiaridades do PI do que qualquer tentativa de o inserir em algum modelo previamente estabelecido de esquerda. Como dito antes, tal perspectiva não é negada, mas simplesmente dispensada por não se vislumbrar neste caminho a mesma capacidade de compreensão do que seja esta legenda do ponto de vista programático e ideológico.

Considerações finais

A tese adotou o Partido Independente como unidade de análise, tendo por objetivos captar o mais amplamente possível as características e as peculiaridades dessa legenda criada em 2002, assim como as contradições e as relações que estabelece com o sistema político do qual faz parte.

Os objetivos específicos tiveram a intenção de construir uma narrativa em torno do processo histórico no campo da esquerda desde os anos 1960 e que redundou na fundação do PI; examinar as características organizacionais, propostas político-programáticas, notadamente diante do debate das “duas esquerdas” e da FA, assim como o desempenho eleitoral que tem apresentado desde a sua eleição de estreia, em 2004, até a mais recente, os pleitos departamentais de 2015.

Para cumprir tais desafios, a tese se organizou em três capítulos. O primeiro buscou analisar o processo histórico de formação do PI, o que exigiu identificar e analisar os partidos, as correntes e as ideias que configuram suas raízes e antecedentes, pois considerou que tão somente uma abordagem de maior amplitude temporal possibilitaria compreender com profundidade o amplo e complexo jogo de ideias e de proposições, de táticas e de estratégias, desenvolvido por esses diferentes atores e instituições, ao longo de mais de 30 anos de história política uruguaia, contada a partir dos anos 1960 e que vai convergir, nesta proposta de análise, no advento do PI.

O segundo examinou o grau de institucionalização que ele apresenta, o que demandou discutir analisar o momento originário e a condição de ser um novo partido, o modo como tem procurado ampliar a sua base organizacional, que surgiu centrada na capital Montevidéu e nos parlamentares que lideraram o processo de criação da legenda, e o grau de institucionalização alcançado.

O terceiro discutiu os princípios e as bases programáticas que o constituem como proposta política, o que, inevitavelmente implica estabelecer um diálogo com a FA, suas divisões internas, com as perspectivas da existência de “duas esquerdas” que o PI tanto apresenta, assim como manejar as pesquisas de opinião pública voltadas à classificação dos partidos na escala ideológica. Este diálogo é necessário porque a origem do PI está intimamente vinculada à FA e a sua estreia nas urnas coincide com a chegada dela ao governo nacional, de modo que a quase totalidade de sua trajetória tem se dado na vigência do comando da FA na política uruguaia.

O capítulo inicial procurou, então, descrever e analisar o processo histórico no qual se produziu a criação do PI. O foco recaiu, inicialmente, sobre PDC e PGP, partidos que o PI reputa como as organizações que o antecederam, e que, por coincidência, surgiram no mesmo ano (1962), mas com raízes ainda mais antigas: PDC é fruto de uma reorganização programática e institucional da União Cívica, partido católico de matriz conservadora, criado em 1911; e PGP foi, originalmente, um setor do PC, de vertente batllista, pertencente à Lista 15.

Esses dois partidos também foram formadores da FA, em 1971, ao lado de PCU, PS, mais pequenas agrupações de esquerda e setores dissidentes dos partidos tradicionais, em um cenário de esfacelamento do regime político do país, e como reação a tal situação. De uma forma ou de outra, ambos participaram da FA desde então, tendo vivenciado o ocaso da democracia uruguaia até o Golpe de 1973 e nela voltaram a militar no período de redemocratização.

Porém, a FA sofreu uma ruptura em 1989, como ponto final de uma crise, no qual estiveram em pauta: a disputa sobre como ela deveria se organizar (como uma coalizão ou como um partido, e a discussão em torno do papel que deveriam desempenhar setores internos e grupos de base), quais políticas públicas deveria empreender, qual rede de alianças caberia formular (com a participação de setores dos partidos tradicionais ou em uma posição exclusivista contra *blancos* e colorados), qual ou quais candidatos indicar para Presidente (candidatura múltipla ou única e, nessa hipótese, definir quem seria o concorrente), além da polêmica ideológica em torno da existência de “duas esquerdas” (um modelo marxista e outro, mais moderado, de raiz social-democrata).

Nessa ruptura, houve a saída de PGP e de PDC, os principais setores não marxistas, os quais criaram, ao lado da União Cívica, uma coligação chamada NE, que concorreu em 1989. A experiência e os resultado do NE neste pleito motivaram

a discussão sobre a possibilidade de existência e de consolidação de um quarto partido no sistema político uruguaio, alheio à FA e aos dois tradicionais. Também desta discussão o PI é um herdeiro, pois foi este o espaço que ele acabou por ocupar no século XXI.

Entretanto, a coligação NE teve existência breve: a mudança na estratégia do PGP para as eleições subsequentes, as de 1994, fez com que ela se desfizesse. O PGP se aliou ao PC, especificamente ao setor do ex-Presidente Sanguinetti (Foro Batllista), conduzindo o PDC a novamente aliar-se à FA, ao lado de vários outros setores cindidos dos partidos tradicionais, por meio do EP, uma aliança dessas forças que se associou eleitoralmente à FA.

Uma parcela do PGP, liderada por Rafael Michelini, preferiu continuar com uma proposta autônoma, o que a levou a criar o partido NE, que se apresentou nas eleições de 1994 e de 1999. Tal legenda apresentou progressiva perda de votos e de espaço parlamentar, tanto em relação à coligação NE, quanto em relação a si mesmo.

No contexto do 2º turno da eleição de 1999 e das estratégias com vistas a disputar o pleito de 2004, velhas questões retornaram à ordem do dia, girando em torno da unidade da esquerda e da viabilidade de uma força partidária dissociada dos tradicionais e da FA. Essencialmente, o setor do NE liderado pelo presidente e principal nome da legenda pretendia aproximar-se da FA, não só para ampliar as chances de vitória eleitoral da esquerda quanto para viabilizar a continuidade da proposta; enquanto a outra ala, formada pela maioria da bancada, considerava tal aliança o primeiro passo para inviabilizar a permanência do partido, ainda que pudesse trazer rendimentos em termos de espaço político ocupado.

Nesta conjuntura, houve o rompimento da unidade do NE. O setor majoritário efetivou a aliança com ao FA, o que significou, em curto prazo, que ele fosse incorporado como um setor frente-amplista, situação na qual se encontra até o presente. Os dissidentes optaram por manter uma proposta partidária autônoma, aquela que se tornou o PI e a denominação adotada, “independente”, corresponde a tal intenção.

Como a pesquisa procurou descrever, as motivações que sustentam o advento do PI não foram ocasionais, e sim ultrapassam em muito a conjuntura crítica em que ele foi formado. Elas calam fundo nas organizações políticas que se identificam como do campo da esquerda uruguaia, tanto em termos de suas

discussões referentes a táticas e a estratégias organizacionais e de busca pelo poder, quanto programático-ideológicos, notadamente no que tange à própria condição do que é ou deve ser um projeto político de esquerda.

Igualmente, elas se espraiam no tempo, pois a criação do PI foi um novo e mais recente eco de um conflito vivenciado no final dos anos 1980, quando houve a primeira grande ruptura da FA. Todavia, ela também reflete o contexto mais longínquo dos anos 1960, em que houve significativas transformações em todas as principais correntes de esquerda, como PCU, PS e PDC, bem como em uma das propostas em pauta no PDC no período em que esteve afastado da FA e no qual discutia o eventual retorno (1984), isto é, um espaço que afirma pertencer à esquerda, mas que está dissociado da FA, considerado demasiadamente radical e pouco efetivamente comprometida com o jogo democrático.

Identificado o processo de formação do PI, o segundo capítulo procurou aprofundar a análise sobre as características dessa legenda. Serviu-se do modelo analítico fornecido por Panebianco (2005), razão pela qual, em sua primeira parte, centrou esforços na apreciação do chamado momento originário, ou seja, identificou que a organização se desenvolveu por penetração – do parlamento para a sociedade, de Montevidéu para o interior –, sem a presença de lideranças carismáticas ou de uma instituição externa que a tenha impulsionado. Ao inverso, surgiu por iniciativa de um grupo de parlamentares do NE, contrários à aproximação com a FA, desejosos de manter uma força partidária autônoma, os mesmos que atuaram como “centro” da nova entidade e compuseram a sua coalizão dominante.

O capítulo também buscou apreciar o caso do PI a luz da bibliografia que aborda os novos partidos, confirmando que ele ostenta plenamente esta condição, pois, legalizado como partido em 2002, sendo oriundo de um bloco parlamentar formado no ano anterior, disputou pela primeira vez uma eleição nacional em 2004. Pelos critérios de classificação dos tipos de novo partido, ele é originário de uma cisão, tem legitimação interna (ao parlamento) e é fruto de empreendedorismo político.

Foi dada atenção, ainda, aos custos associados à situação de ser um novo partido, especialmente em um sistema político com as características do uruguaio – institucionalizado, com NEP eleitoral e parlamentar baixos, volatilidade baixa, com partidos bem estabelecidos –, que o fazem menos permeável a tais inovações na oferta partidária.

Ponderou-se que, um cálculo racional voltado a fins, calcado em ganhos de curso prazo, não justificaria a decisão de criar a legenda. Tampouco os exemplos da trajetória fracassado dos quartos partidos do país, antecessores do PI, com a União Cívica e os dois NE, estimulariam tal escolha, embora as regras eleitorais não sejam particularmente refratárias a novos partidos.

Contudo, as evidências e os parâmetros de análise – como a noção de sustentabilidade, fornecida por Bolleyer (2013) e Bolleyer e Bytzek (2013) – mostram que o PI rompeu com a trajetória de insucesso do quarto partido, e aproxima-se dos dois partidos tradicionais e da FA no quesito de permanência no parlamento, assim como que tem apresentado contínuo crescimento nas urnas e na bancada parlamentar, a ponto de alcançar o Senado em 2014, embora ainda hoje seja menor do que o seu antecessor, o NE.

Ainda assim, a tese argumenta que o sucesso obtido pelo PI não pode obscurecer o fato de que o que estimulou a sua criação não foi simplesmente a percepção, por parte de seus formadores, de que ele era um projeto viável. A expectativa primordial a impulsionar a formação do PI foi, efetivamente, a disposição de ter uma organização própria, e que, ainda que pequena, oferecesse vantagens à coalizão dominante, especialmente a possibilidade de firmar posições políticas conforme a sua disposição, sem ser a parte (menor) de um todo e, consequentemente, ter a necessidade de negociar em condições desvantajosas com outros grupos internos. Além disso, por ser uma organização autônoma, o PI forneceria a eles a possibilidade de alcançar um destaque político maior do que o seu tamanho no próprio sistema político.

A segunda parte do capítulo volta a focar no escopo analítico de Panebianco (2005) e, ao partir das características do modelo original e dos condicionantes e das possibilidades que ele cria, discute o grau de institucionalização que o PI atingiu. Nos termos dos parâmetros fornecidos pelo pesquisador italiano, o PI seria um partido de legitimação interna e com desenvolvimento organizacional por penetração, o que apontava para a expectativa de uma institucionalização forte.

As dimensões analíticas propostas por Panebianco (2005), e que não visam uma classificação polar “institucionalizado-não institucionalizado”, mostram que ele cumpre amplamente alguns desses requisitos, mas é frágil ou insuficiente em outros, de modo a se colocar efetivamente no *continuum* da institucionalização.

De um lado, ele controla os processos de troca com o ambiente, mas não o exerce do modo forte; não é dependente de recursos indispensáveis ao seu funcionamento controlados por organizações externas; possui sistematicidade, ou seja, tem uma coerência estrutural interna e uma coalizão dirigente claramente estabelecida, elevado grau de correspondência entre as normas estatutárias e a aplicação efetiva dessas regras, assim como alto grau de semelhança entre as subunidades organizativas de mesmo nível hierárquico.

De outro lado, há relativamente pouco desenvolvimento da organização extraparlamentar central, ausência de uma forte e articulada burocracia própria e de associações intermediárias, bem como um elevado peso decisório da representação parlamentar, que é quem, com autonomia, efetivamente dirige o partido, especialmente o seu referencial principal, Pablo Mieres, presidente da legenda e atual ocupante do mais alto cargo que o PI já alcançou, o de senador.

O terceiro capítulo, que esteve voltado à análise das características principiológicas, programáticas e atitudinais do PI, também exigiu cotejar a legenda com as demais opções do sistema partidário uruguaio, em especial a FA, da qual ele afirma se distinguir por ser a “outra esquerda”.

O passo inicial da discussão implicou retomar a literatura sobre novos partidos, encarando-a, agora, sob a perspectiva das peculiaridades programáticas que essas legendas devem apresentar. A apreciação da tese discordou da vertente que associa novos partidos à obrigatoriedade da proposição de novas demandas e de novas soluções programáticas, vinculando-se à corrente que os considera como novas opções políticas, tragam ou não inovações ao mercado eleitoral. Seguindo esta perspectiva, o PI foi aproximado com os partidos desafiantes, tais como concebidos por Rochon (1985), o que pode ser constatado por meio da análise dos princípios que o PI lista em sua Declaração de Princípios.

Tal constatação levou a tese a apreciar o PI como um partido de ideias, aqueles baseados em programas teoricamente orientados e bem delimitados, mas que não alcançam o apoio de parcelas mais ampla no eleitorado. O modo como Emilio Frugoni concebia tais entidades – qualitativamente superiores por estarem guiadas por princípio, mais do que pela busca de cargos – é a que mais se aproxima do PI, embora as “ideias” da legenda não estejam tão claramente delimitadas e tampouco procedam de um corpo teórico determinado.

O que o PI apresenta como seus princípios é uma concepção favorável à democracia em sua versão minimalista ou procedimental, com plena valorização das eleições e dos agentes legitimados para nela atuarem, especialmente os partidos, bem como as instituições que devem exercer o poder em nome e com o consentimento do povo, notadamente o parlamento, tido como o espaço primordial do exercício da política.

Esta perspectiva se manifesta de modo coerente no *modus operandi* do PI, que se apresenta ao eleitorado como uma organização centrada em suas lideranças, com pouca militância e também com restrito ou nenhum vínculo com organizações sociais externas de qualquer tipo, assim como defensora de uma manifestação política sempre permeada pelas instituições já consagradas – especialmente partidos e parlamento – e que procura exercer uma "política de opinião".

No caso específico, esta opinião seria decorrência de uma visão intelectual, rigorosa e analítica dos desafios políticos, definida na perspectiva do interesse público ou geral, na defesa da própria sociedade e dos direitos dos cidadãos, mais do que o de qualquer setor, o que implica apelar ou demandar ao eleitor individual, considerado sempre um ator racional, capaz de agir como cidadão republicano, e não exclusivamente egoísta ou interessado.

Nessa visão, o PI procura se apresentar como um partido diferente dos tradicionais, calcado em ideias e princípios – embora estes não estejam claramente explicitados ou o sejam expressos de modo genérico, como já comentado –, crítico das práticas clientelistas que identifica nos partidos tradicionais e também na FA. Esta característica fica plasmada na valorização permanente da sua "independência", corolário dessa diferenciação, a qual se expressa na não vinculação a nenhum dos dois blocos que dividem o eleitorado uruguaio, na possibilidade de negociar com qualquer um deles e de, em várias oportunidades, não concordar com o posicionamento de nenhum ou, ainda, quando concorda, de sempre apresentar um comentário, uma correção ou uma divergência pontual.

Este conjunto de reflexões levou a discutir a relação do PI com a FA, a sua parceira no campo da esquerda, de quem procurou se distinguir em sua origem, ao longo de sua trajetória até o presente, e também no campo das ideias e dos programas. Tal debate implicou analisar as diferentes concepções de esquerda manejadas pelo PI e pela literatura internacional voltada a discutir as novas

configurações na América Latina, assim como a clássica discussão em torno da social-democracia.

De modo sintético, verificou-se que o PI se apresenta como uma esquerda renovada, atualizada, pois firmemente comprometida com a democracia procedimentalista, enquanto reputa que a FA é uma esquerda tradicional, antiquada, autoritária, pouco comprometida com a democracia. Esse diagnóstico sobre a FA não é compartilhado pela maioria da literatura especializada, que a concebe como social-democrática, e não revolucionária ou aproximada do socialismo real.

Tal divergência levou a analisar mais detalhadamente o juízo do PI, o que apontou que, como ele especula formar uma nova opção política que reúna setores da FA que compartilham os mesmos princípios (extensivo a grupos dos partidos tradicionais), a visão que postula não pode incluir a FA como um todo, mas tão somente os setores moderados e que, no contexto atual, estariam subordinados aos demais, os radicais, de matriz marxista.

A tese procurou identificar e demonstrar a existência dessa divisão na FA entre os setores identificados por larga bibliografia como moderados – aqueles mais afins com o PI e sintetizados na figura de Astori – e os radicais – aqueles setores de raiz marxista e insurrecional, simbolizados por PCU e, também, por MPP. E, para além dessa constatação, verificar se, como reputa o PI, os radicais são maioria na FA. Ambas as assertivas foram confirmadas, o que torna logicamente coerente o discurso do PI, embora não necessariamente procedente.

Frente a esses impasses e possibilidades, o passo seguinte foi o de procurar mapear as diferenças entre FA e PI (e também seu antecessor direto, os dois NEs, mais os partidos tradicionais), dimensionadas não pelo que propõem e difundem, mas pelo modo como são percebidos pelos eleitores e pelos parlamentares, seja ao se autoidentificarem na escala ideológica de 10 pontos, seja ao identificarem os demais.

Uma série de pesquisas realizadas no período 1989 a 2014 foram apreciadas, o que apontou que a distância entre FA e PI é maior do que a separava do NE; que o PI está mais próximo dos partidos tradicionais do que da FA, sendo que o inverso ocorria em se tratando do NE; e, por fim, que NE estava posicionado mais corriqueiramente no quadrante correspondente ao centro-esquerda da escala e o PI, sempre no centro.

Essas informações corroboram a existência de distinções entre PI e FA, embora não necessariamente essas diferenças se manifestem por meio de nítidos e bem esclarecidos princípios e ideias divergentes, e tampouco do modo como o PI as apresenta, ou seja, sendo ele a “esquerda do século XXI” e a FA uma versão ultrapassada de esquerda, pré-Muro de Berlim, como declarou Pablo Mieres.

Contudo, todas as informações oriundas das pesquisas de identificação na escala ideológica, cotejadas com as autoclassificações que o PI faz e com aquelas que pesquisadores atribuem às esquerdas em geral, mais a análise das ideias e dos princípios do PI, levam esta tese a considerar que se consegue apreender com mais propriedade aquilo que ele professa e o modo como se comporta no sistema político se for considerado não como uma legenda de esquerda em quaisquer de suas vertentes, mas sim como central (posicionada no centro da escala) e programaticamente de centro. Em outras palavras: considera-la como dotada de postura baseada na moderação e na disposição a consolidar consensos com as forças colocados à sua esquerda e à sua direita.

E tal diagnóstico se funda sem que se negue a óbvia origem esquerdista do PI, rastreável por suas raízes no PDC e no PGP, além da vivência na FA e nas duas versões do NE, todos posicionados, em maior ou menor grau, no campo da esquerda.

A percepção dos diversos públicos consultados ao longo do tempo mostra que este é o modo como o PI tem sido compreendido e que, independentemente do posicionamento em que esteja a FA, o PI está à direita dela, nunca compartilhando o mesmo quadrante e localizada a uma distância “segura”, que impede que sejam consideradas equivalentes. Ser de centro também significa não ser “nem um, nem o outro” – e o um (FA) está claramente na esquerda; e o outro (partidos tradicionais) está nitidamente na direita –, o que implica poder pender para um lado e outro, pois não tem princípios e ideias tão claramente delimitadas, mas sim genericamente esboçados.

E, como foi visto extensamente na tese, a análise realizada indicou ser este o caso do PI, não como um defeito ou um déficit, mas como uma característica própria, decorrente da conjuntura política em que se formou e também da percepção sobre política e do modo como o “ser de esquerda” é afirmado pela coalizão dominante que a constituiu, especialmente a figura de Mieres.

A alegação de ser de esquerda, que ele sempre esgrime e com a qual os seus parlamentares e os seus eleitores se identificam, pode ser procedente, mas para tal é necessário definir qual concepção de esquerda está sendo manejada e – como foi visto – esta pode variar e o faz significativamente.

Em determinada perspectiva, que é a seguida por seus líderes, o PI pode ser efetivamente classificado como “social-democrata” – mas não o seria do mesmo modo que a FA, caso ela também seja assim considerada, condição que é mais recorrente, notadamente desde que ela chegou ao governo nacional.

Em outra, ao negar a perspectiva de superação do capitalismo e o estabelecimento de algum tipo de socialismo, o PI sequer seria considerado de esquerda e, nesse caso, o distanciamento em relação ao NE seria a demonstração de que ao negar o acordo com a FA e insistir em ser uma alterativa autônoma, ela teria ultrapassado a fronteira do centro-esquerda.

Com isto não se quer negar que as suas raízes estejam no campo ideológico da esquerda, as quais são inegáveis, como foi extensamente explorado no capítulo 1, mas sim que tal não significa que permaneça neste campo. Nessa perspectiva, estar no centro, como propõe a tese, que não é uma posição por si só afirmativa, soa como mais coerente com o ideário de independência, pensado como a possibilidade de agir como achar melhor e de não estar comprometido nem com a esquerda e nem com a direita, preservados os marcos de uma democracia procedimental e elitista, na qual os partidos devem desempenhar papel estratégico – este sim, princípio relevante para o PI.

E, na perspectiva desta pesquisa, essas características apreendem com mais amplitude as peculiaridades do PI do que qualquer tentativa de o inserir em algum modelo previamente estabelecido de esquerda. Como dito antes, tal perspectiva não é negada, mas simplesmente dispensada por não se vislumbrar neste caminho a mesma capacidade de compreensão do que seja esta legenda do ponto de vista programático e ideológico.

Chegado a este ponto, considera-se que a tese atingiu os objetivos a que se propôs, pode discutir e analisar extensivamente o PI, identificar as características dessa legenda, as peculiaridades da proposta programática que ela apresente e também a relação que tem estabelecido com os demais partidos, as diferentes conjunturas em que atua e o sistema político uruguaio como um todo.

Por derradeiro, destaca-se que um partido com as características, peculiaridades e história do PI está indissoluvelmente vinculado ao sistema político em que surgiu e no qual se desenvolve. Portanto, em grande medida, o que a tese fez também foi analisar o sistema político uruguaio, realizando-o por meio do caso do PI. Ressalve-se que esta era uma das intenções que a impulsionou e que, portanto, este anseio igualmente foi contemplado.

Referências

ABOAL, Diego. La política de la política económica del primer gobierno de izquierda en Uruguay. In: BUQUET, Daniel (Coord.). **Las claves del cambio: ciclo electoral y nuevo gobierno 2004/2005**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Banda Oriental, 2005, p. 239-252.

ABORTO es “desdeñable”, dice el autor de la ley de interrupción involuntaria. **La Semana**, Libertad, San Jose, 12 nov. 2012. Disponível: <http://www.lasemana.com.uy/index.php?u=bW9kPW5vdGFzJnNlY2Npb249cG9saXRpY2EmaWQ9MDAzNDY5&t=Aborto-es-desdenable-dice-autor-de-ley-de-interrupcion-involuntaria->. Acesso em: 26 nov. 2017.

ACTO fundacional del progresismo uruguayo. **La Red 21**, Montevideo, 20 dic. 2002. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/politica/101663-acto-fundacional-del-progresismo-uruguayo>. Acesso em: 26 nov. 2017.

AGUIAR, César A. La historia y la historia: opinión pública y opinión pública en Uruguay. **Prisma**, Montevideo, n. 15, p. 7-45, 2000.

AGUIJADA. In: REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua española. Edición del Tricentenario**. [online]. 2017. Disponível em: <http://dle.rae.es/?id=1EhYPWR|1EoFSc9>. Acesso em: 26 nov. 2017.

AÏT-AOUDIA, Myriam. Conditions for new parties’ participation in a founding election in a democratic transition: the Algerian case. **Party Politics**, London, p. 1-10, sept. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1354068816667387>.

ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel. **¿Instituciones o máquinas ideológicas? Origen, programa y organización de los partidos políticos latinoamericanos**. Barcelona: Instituto de Ciencias Políticas e Sociales, 2004. Disponível em: <https://gredos.usal.es/jspui/handle/10366/18546>. Acesso em: 26 nov. 2017.

ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel; LUNA, Juan Pablo. Ideología y competencia partidaria en dos post-transiciones: Chile y Uruguay en perspectiva comparada. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 24, n. 1, p. 128-168, 2004.

ALDRIGHI, Clara. La injerencia de Estados Unidos en el proceso hacia el golpe de Estado. Informes de la misión de Seguridad Pública y la embajada en Uruguay (1968-1973). In: MARCHESI et al. (Comp.). **El presente de la dictadura: estudios**

y reflexiones a 30 años del golpe de Estado en Uruguay. Montevideo: Trilce, 2003, p. 35-50.

ALDRIGHI, Clara. **La izquierda armada. Ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros**. Montevideo: Trilce, 2001.

ALFARO, Hugo. **Navegar es necesario: Quijano y el semanario "Marcha"**. Montevideo: Banda Oriental, 1984.

ALIANZA celebra primer aniversario. **La Red 21**, Montevideo, 08 feb. 2000. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/politica/2408-alianza-celebra-primer-aniversario>. Acesso em: 26 nov. 2017.

ALMEYDA, Clodomiro. La Democracia Cristiana en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 82, p. 139-149, marzo/abr. 1986.

ALONSO, Jimena. **Uruguayos mirando Chile: el problema de la unidad de la izquierda y el acceso al poder por vía electoral (1956-1971)**. 2017. 240 f. Dissertação (Mestrado em História e Memória) - Universidad de la Plata, La Plata, 2017. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/66502/Documento_completo.pdf-PDFA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 nov. 2017.

ALONSO, Rosa; DEMASI, Carlos. **Uruguay 1958-1968: crisis y estancamiento**. Montevideo: Banda Oriental, 1986.

ALONSO-CASTRILLO, Silvia. **La apuesta del centro: historia de la UCD**. Madrid: Alianza, 1996.

ALSINA, Andrés. **Frente a frente: la crisis del Frente Amplio**. Montevideo: Fin de Siglo, 2016.

ALTMAN, David. The 2009 elections in Uruguay. **Electoral Studies**, v. 29, n. 3, p. 521-540, sept. 2010.

ALTMAN, David. Cambios en las percepciones ideológicas de lemas y fracciones políticas: un mapa del sistema de partidos uruguayo (1986-1997). **Cuadernos del Claeh**, Montevideo, n. 85, p. 89-110, 2002.

ALTMAN, David; CASTIGLIONI, Rossana. The 2004 Uruguayan election: a political earthquake foretold. **Electoral Studies**, v. 25, n. 1, p. 147-154, apr. 2006.

ARANA, Mariano; DESTOUET, Oscar (Coord.). **5 vertientes de la izquierda**. Montevideo: Banda Oriental, 2004.

ARDAO, Arturo. Del Caliban de Renan al Caliban de Rodó. In: _____. **Estudios latinoamericanos de historia de las ideas**. Caracas: Monte Ávila, 1978, p. 141-168.

ARDAO, Arturo. **Racionalismo y liberalismo en el Uruguay**. Montevideo: Udelar, 1962.

ARDAO, Arturo; REAL DE AZÚA, Carlos. Polémica. In: REAL DE AZÚA, Carlos. **Tercera posición, nacionalismo revolucionario y tercer mundo. Una teoría de sus supuestos**. Montevideo: Câmara de Representantes, v. 3, 1996-1997, p. 811-1025.

ARGONES, Nelson; MIERES, Pablo. La polémica en Frente Amplio: ¿pugna por contenidos organizacionales o institucionales? **Cuadernos del Claeh**, Montevideo, n. 49, p. 41-59, 1989.

AROCENA, Rodrigo. ¿Hay espacio para izquierdas democratizadoras de inspiración socialista? CAETANO, Gerardo (Coord.). **Zelmar Michelini: razones de una conducta. Acción y pensamiento**. 2ed. Montevideo: Planeta, 2017, p. 273-292.

AROCENA, Rodrigo. Uruguay en la nueva ola de las izquierdas latinoamericanas. **Nueva Sociedad**, n. 197, p. 146-158, 2005.

AROCENA, Felipe; AGUIAR, Sebastián. Tres leyes innovadoras en Uruguay: aborto, matrimonio homosexual y regulación de la marihuana. **Revista de Ciencias Sociales**, Montevideo, v. 30, n. 40, p. 43-62, enero/jul. 2017.

ARREGUI, Miguel. Un país que se mudó a la costa. **El Observador**, Montevideo, 22 sept. 2016. Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/un-pais-que-se-mudo-la-costa-n974830>. Acesso em: 26 nov. 2017.

ARSUAGA, Eduardo. El proyecto político de la 99. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). **Zelmar Michelini: razones de una conducta. Acción y pensamiento**. 2ed. Montevideo: Planeta, 2017, p. 27-35.

ARTER, David. Analysing 'successor parties': the case of the True Finns. **West European Politics**, v. 35, n. 4, p. 803-825, july 2012.

BARAHONA, Elena Martínez. En la búsqueda de un "Nuevo Espacio" en el sistema de partidos uruguayo. **América Latina Hoy**, Salamanca, n. 27, p. 153-185, 2001.

BARNEA, Shlomit; RAHAT, Gideon. Out with the old, in with the "new": what constitutes a new party? **Party Politics**, London, v. 17, n. 3, p. 303-320, 2010.

BARRÁN, José P.; NAHUM, Benjamín. **Batlle, los estancieros y el Imperio Británico. El Nacimiento del batllismo**. Montevideo: Banda Oriental, t. III, 1984.

BARROS-LÉMEZ, Alvaro. **Seregni: entrevistas**. Montevideo: Monte Sexto, 1989.

BAYLEY, Miguel Aguirre. **Frente Izquierda de Liberación (FIdeL): 50 años de historia**. Montevideo, [s.n.], 2012.

BAYLEY, Miguel Aguirre. **Frente Amplio: uno solo dentro y fuera de Uruguay en la resistencia a la dictadura**. Montevideo: Cauce, 2007.

BAYLEY, Miguel Aguirre. **Licandro, símbolo del frenteamplismo**. Montevideo: Eppal, 2001.

BAYLEY, Miguel Aguirre. **Frente Amplio: "la admirable alarma de 1971"**. 2ed. amp. Montevideo: La República, 2000.

BAYLEY, Miguel Aguirre. **El Frente Amplio: historia y documentos**. Montevideo: Banda Oriental, 1985.

BECK, Luis Casal. Enrique Rodríguez: el mayor orador que tuvo la clase obrera uruguaya. **La República**, Montevideo, 20 oct. 2013. Disponível em: <http://republica.com.uy/enrique-rodriguez-el-mayor-orador-que-tuvo-la-clase-obrera-uruguaya>. Acesso em: 26 nov. 2017.

BEISSO, María del Rosario; CASTAGNOLA, José Luis. Identidades sociales y cultura política en Uruguay. **Cuadernos del Claeh**, Montevideo, n. 44, p. 9-18, 1987.

BELCHIOR, Ana Maria; SALVADOR, Luis Filipe. A Terceira Via do new labour: o fim da dicotomia esquerda-direita ou uma visão alternativa sobre o ideário político-ideológico? In: CORREIA, Victor (Org.). **A dicotomia política esquerda-direita: a problemática da sua validade e atualidade**. Lisboa: Fonte da Palavra, 2012, p. 55-70.

BERNARDES, Bruno Gonçalves. O caminho do meio ou o princípio da incerteza: diálogos ao centro entre esquerda e direita. In: CORREIA, Victor (Org.). **A dicotomia política esquerda-direita: a problemática da sua validade e atualidade**. Lisboa: Fonte da Palavra, 2012, p. 25-37.

BERSTEIN, Serge. Le centre à la recherche de sa culture politique. **Vingtième Siècle**, Paris, n. 44, p. 19-24, oct./déc. 1994.

BEYENS, Stefanie; LUCARDIE, Paul; DESCHOUWER, Kris. The life and death of new political parties in the low countries. **West European Politics**, v. 39, p. 255-277, 2016.

BIANCHI, César. Seré curioso: Conrado Ramos. **Montevideo Portal**, Montevideo, 05 agosto 2014. Disponível em: <http://www.montevideo.com.uy/contenido/Sere-Curioso-Conrado-Ramos-241712>. Acesso em: 26 nov. 2017.

BIDEGAIN PONTE, Germán. Uruguay: ¿el año bisagra? **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 33, n. 1, p. 351-374, 2013.

BIELIOUS, Silvia Dutrénit. Uruguay: nuevos agrupamientos en viejos modelos partidarios. **Iztapalapa**, n. 38, p. 215-232, 1996.

BIELOUS, Silvia Dutrénit. **El maremoto militar y el archipiélago partidario**. Montevideo; Ciudad de México: Ediciones de Ciencias Sociales; Instituto Mora, 1994.

BIOGRAFÍA de Wilson Ferreira Aldunate. **El Observador**, Montevideo, 11 abr. 2011. Disponível em: <http://www.elobservador.com.uy/biografia-wilson-ferreira-aldunate-n11099>. Acesso em: 26 nov. 2017.

BLIXEN, Samuel. **Sendic**. Buenos Aires: De la Campaña, 2004.

BLIXEN, Samuel. **Seregni: la mañana siguiente**. Montevideo: Brecha, 1997.

BLIXEN, Samuel. **José Pedro Cardoso: recuerdos cargados de futuro**. Montevideo: Trilce, 1991.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Unesp, 1995.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

BOLIN, Niklas. New party parliamentary entry in Western Europe, 1960-2010. **European Journal of Government and Economics**, v. 3, n. 1, p. 5-23, june 2014.

BOLLEYER, Nicole. **New parties in old party systems: persistence and decline in seventeen democracies**. New York: Oxford University Press, 2013.

BOLLEYER, Nicole; BYTZEK, Evelyn. New party performance after breakthrough: party origin, building and leadership. **Party Politics**, London, v. 23, n. 6, p. 772-782, 2016.

BOLLEYER, Nicole; BYTZEK, Evelyn. Origins of party formation and new party sucess in advanced democracies. **European Journal of Political Research**, n. 52, p. 773-796, 2013.

BONILLA SAUS, Javier. Sobre los partidos tradicionales uruguayos. In: FRANCO, Rolando (Ed.). **Sociología del desarrollo, políticas sociales y democracia: estudios en homenaje a Aldo E. Solari**. Santiago; Montevideo: Siglo Veintiuno; Cepal, 1999, p. 358-371.

BOTTINELLI, Oscar. Del Partido Colorado al Frente Amplio (1968-1973). In: CAETANO, Gerardo (Coord.). **Zelmar Michelini: razones de una conducta. Acción y pensamiento**. 2ed. Montevideo: Planeta, 2017, p. 249-269.

BOTTINELLI, Oscar. **La participación de la oposición en la administración en la autónoma**. 23 enero 2015. Disponível em: <http://www.factum.uy/analisis/2015/ana150123.php>. Acesso em: 26 nov. 2017.

BOTTINELLI, Oscar. Dilemas del Partido Independiente. **El Observador**, Montevideo, 04 enero 2015. Disponível em: <http://www.factum.uy/analisis/2015/ana150104.php>. Acesso em: 26 nov. 2017.

BOTTINELLI, Oscar. **Los desafíos para o PI**. 21 oct. 2012. Disponível em: <http://www.factum.uy/analisis/2012/ana121021.php>. Acesso em: 26 nov. 2017.

BOTTINELLI, Oscar. El gran examen del Partido Independiente. **El Espectador**, Montevideo, 30 sept. 2009. Disponível em: <http://www.factum.uy/ediciones-anteriores/>. Acesso em: 26 nov. 2017.

BOTTINELLI, Oscar. El cuarto partido en la arquitectura parlamentaria uruguaya: el Partido Independiente. **El Espectador**, Montevideo, 22 agosto 2008. Disponível em: <http://www.espectador.com/tecnologia/130244/el-cuarto-partido-en-la-arquitectura-parlamentaria-uruguaya-el-partido-independiente>. Acesso em: 26 nov. 2017.

BOTTINELLI, Oscar. Desafíos del cuarto espacio. 06 feb. 2005. In: _____. **Los Juegos de poder – dos décadas de análisis político (1994-2014)**. Montevideo: Centro de Investigaciones Sociales y Políticas, 2015, p. 400-402.

BOTTINELLI, Oscar. El divorcio del cuarto espacio. **El Espectador**, Montevideo, 22 nov. 2002. Disponível em: <http://www.factum.uy/ediciones-anteriores/estpol/anapol/2002/anp02048.html>. Acesso em: 26 nov. 2017.

BOTTINELLI, Oscar. El ciclo electoral 1999-2000 y el sistema de partidos. In: INSTITUTO DE CIENCIA POLÍTICA. **Elecciones 1999/2000**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Banda Oriental, 2000, p. 13-26.

BOTTINELLI, Oscar. El nuevo sistema apunta a producir un cambio en la cultura política. In: CRIBARI, Pedro (Coord.). **Uruguay después del balotaje**. Montevideo: Cauce, 1999, p. 25-41.

BOTTINELLI, Oscar. La 99: un largo giro de 360 grados. **El Espectador**, Montevideo, 11 dic. 1997. Disponível em: <http://www.factum.uy/ediciones-anteriores/estpol/anapol/1997/anp97043.html>. Acesso em: 26 nov. 2017.

BOTTINELLI, Oscar. Estructura y funcionamiento de los partidos políticos en Uruguay. In: BODEMER, Klaus; LAURNAGA, María Elena (Org.). **Estructura y funcionamiento de los partidos políticos: una reforma posible**. Montevideo: Trilce; FESUR, 1993, p. 105-146.

BOTTINELLI, Oscar; GIMENEZ, Wilfredo; MARIUS, Jorge Luis. **Enciclopedia electoral del Uruguay: 1900-2010**. Montevideo: Instituto Factum, 2014. Disponível em: <https://legislativo.parlamento.gub.uy/OtrosDocumentos/EnciclopediaElectoral1900_2010.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

BRIEY, Laurent; LEGENDRE, Marjorie. O centro, entre respeito e estima. In: CORREIA, Victor (Org.). **A dicotomia política esquerda-direita: a problemática da sua validade e atualidade**. Lisboa: Fonte da Palavra, 2012, p. 39-53.

BROQUETAS, Magdalena. **La trama autoritária: derechas y violência en Uruguay (1958-1966)**. 2ed. Montevideo: Banda Oriental, 2015.

BRUNO, Mauricio; DUFFAU, Nicolás; FERREIRA, Pablo Ferreira. Entrevista a Gerado Caetano, José Rilla y Romeo Pérez. **Contemporánea. Historia y problemas del siglo XX**, Montevideo, v. 3, p. 283-296, 2012.

BRUSCHERA, Oscar H. **Las décadas infames**. Montevideo: Linardi y Risso, 1986.

BUQUET, Daniel. La transformación del sistema de partidos uruguayo: reglas electorales, adaptación y equilibrio. In: FREIDENBERG, Flavia (Ed.). **Los sistemas de partidos en América Latina 1978-2015: Cono Sur y países andinos**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México; Instituto Nacional Electoral, 2016, p. 235-268.

BUQUET, Daniel. El desarrollo de la Ciencia Política en Uruguay. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 50, n. 1, p. 5-29, 2012.

BUQUET, Daniel. Uruguay 2008: de las reformas a la competencia electoral. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 29, n. 2, p. 611-632, 2009.

BUQUET, Daniel. Elecciones uruguayas 2004-2005: de la vieja oposición a la nueva mayoría. In: _____ (Coord.). **Las claves del cambio: ciclo electoral y nuevo gobierno 2004/2005**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Banda Oriental, 2005a, p. 11-26.

BUQUET, Daniel. Anexo. In: _____ (Coord.). **Las claves del cambio: ciclo electoral y nuevo gobierno 2004/2005**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Banda Oriental, 2005b, p. 335-359.

BUQUET, Daniel. Elecciones y sistema electoral. In: NAHUM, Benjamín (Ed.). **El Uruguay del siglo XX: la política**. Montevideo: Banda Oriental; Instituto de Ciencia Política, 2004, p. 137-171.

BUQUET, Daniel. El doble voto simultáneo. **Revista SAAP**, Buenos Aires, v. 1, n. 2, p. 317-339, oct. 2003.

BUQUET, Daniel. Uruguay: la novedad de seguir igual. **Nueva Sociedad**, n. 166, p. 6-14, marzo/abr. 2000a.

BUQUET. Daniel. Fragmentación y fraccionalización política: de la oferta electoral a la conformación del gobierno. In: LANZARO, Jorge (Org.). **La "segunda transición" en el Uruguay: gobierno y partidos en un tiempo de reformas**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria; Instituto de Ciencia Política, 2000b, p. 259-296.

BUQUET, Daniel. Jorge Batlle, como líder de fracción, es el presidente más minoritario de la historia del Uruguay. In: CRIBARI, Pedro (Coord.). **Uruguay después del balotaje**. Montevideo: Cauce, 1999, p. 43-60.

BUQUET, Daniel; CHASQUETTI, Daniel; MORAES, Juan Andrés. **Fragmentación política y gobierno en Uruguay ¿un enfermo imaginario?** Montevideo: Instituto de Ciencia Política, 1998.

BUQUET, Daniel; DE ARMAS, Gustavo. La evolución electoral de la izquierda: crecimiento demográfico y moderación ideológica. In: LANZARO, Jorge (Org.). **La izquierda uruguaya: entre la oposición y el gobierno**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Fin de Siglo, 2004, p. 109-138.

BUQUET, Daniel; PIÑEIRO, Rafael. Factores de mediano y largo plazo para el análisis del proceso electoral de 2014 en Uruguay. **Anuario Latinoamericano Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales**, Lublin, v. 2, p. 17-36, 2015.

BUQUET, Daniel; PIÑEIRO, Rafael. La consolidación de un nuevo sistema de partidos en Uruguay. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 127-148, jan./abr. 2014.

BUQUET, Daniel; PIÑEIRO, Rafael. Del cambio a la continuidad: las elecciones de 2009 en Uruguay. In: ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel; TAGINA, María Laura (Org.). **América Latina: política y elecciones del bicentenario (2009-2010)**. Madrid: Centro de Estudíos Políticos y Constitucionales, 2011, p. 177-211.

BUSETTO, Áureo. **A Democracia Cristã no Brasil: princípios e práticas**. São Paulo: Unesp, 2002.

BUSQUETS, José Miguel; SCHENCK, Marcela. Las políticas públicas de seguridade social y la estructura de cuidados en la propuesta programática de los partidos políticos en la elección nacional 2014. In: CAETANO, Gerardo; MORAES, Juan Andrés; BUSQUETS, José Miguel (Org.). **Informe de Coyuntura 13 (Final abierto: hacia las elecciones de 2014)**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Estuario, 2014, p. 171-182.

CABRAL, José Pedro Cabrera. **Trajetória político-ideológica da esquerda uruguaia: 1964-2004**. 2006. 409 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2163/Trajetoria%20politico-ideologica.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 nov. 2017.

CAETANO, Gerardo (Coord.). **Zelmar Michelini: razones de una conducta. Acción y pensamiento**. 2ed. Montevideo: Planeta, 2017.

CAETANO, Gerardo. **La república batllista**. 5ed. Montevideo: Banda Oriental, 2012.

CAETANO, Gerardo. Del triunfo electoral a los desafíos del gobierno. El primer tramo del gobierno del Frente Amplio (2004-2006). In: CHERESKY, Isidoro (Org.). **Elecciones presidenciales y giro político en América Latina**. Buenos Aires: Manantial, 2007, p. 97-129.

CAETANO, Gerardo. Uruguay 2003. Agobios y desafíos del “nuevo país”. **Nueva Sociedad**, n. 184, p. 13-24, marzo/abr. 2003.

CAETANO, Gerardo (Ed.). **La alternativa parlamentarista**. Montevideo: Claeh; Ediciones de Ciencias Sociales, 1992.

CAETANO, Gerardo; GARCÉ, Adolfo. Ideas, política y nación en el Uruguay el siglo XX. In: TERÁN, Oscar (Coord.). **Ideas en el siglo: intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2004, p. 309-422.

CAETANO, Gerardo; GEYMONAT, Roger. **La secularización uruguaya (1859-1919): catolicismo y privatización de lo religioso**. Montevideo: Taurus; OBSUR, 1997.

CAETANO, Gerardo; MORAES, Juan Andrés; BUSQUETS, José Miguel (Org.). **Informe de Coyuntura 13 (Final abierto: hacia las elecciones de 2014)**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Estuario, 2014.

CAETANO, Gerardo; NEVES, Salvador. **Seregni, un artiguista del siglo XX**. Montevideo: Banda Oriental, 2016.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. Izquierda y tradición. Un problema y su versión en Uruguay. In: CAETANO, Gerardo; GALLARDO, Javier; RILLA, José (Org.). **La izquierda uruguaya: tradición, innovación y política**. Montevideo: Trilce, 1995, p. 11-51.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. La izquierda uruguaya y el "socialismo real". Visión histórica de algunas trayectorias. In: ACHUGAR, Hugo (Ed.). **La herencia del socialismo real**. Montevideo: FESUR, 1990, p. 9-59.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. **Breve historia de la dictadura (1973-1985)**. Montevideo: Banda Oriental, 1987.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. **El joven Quijano (1900-1933): izquierda nacional y conciencia crítica**. Montevideo: Banda Oriental, 1986.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. El sistema de partidos: raíces y permanencias. **Cuadernos del Claeh**, Montevideo, n. 31, p. 81-98, 1984.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José; PÉREZ, Romeo. La partidocracia uruguaya. Historia y teoría de la centralidad de los partidos políticos. **Cuadernos del Claeh,** Montevideo, n. 44, p. 37-61, 1987.

CAETANO, Gerardo; SELIOS, Lucía. El ciclo electoral del 2014 en Uruguay. ¿Todo igual? In: MAYORGA, Fernando (Comp.). **Elecciones y legitimidad democrática en América Latina**. La Paz: Clacso; IESE; Plural; CESU-UMSS, 2016, p. 95-138.

CAILLABET, Carlos. **Constanza: el desafío**. Montevideo: Trilce, 2014.

CAMPODÓNICO, Miguel Ángel. **Radicales y moderados: Danilo Astori, vida y pensamiento político**. Montevideo: Linardi y Risso, 2004.

CANZANI, Agustín. El drama electoral de 2014: una mirada crítica desde la opinión pública. In: GARCÉ, Adolfo; JOHNSON, Niki (Coord.). **Permanencias, transiciones y rupturas: elecciones en Uruguay 2014/5**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Fin de Siglo, 2016, p. 23-43.

CANZANI, Agustín. ¿Tipos raros? La lógica de la opinión pública detrás de los resultados electorales 2009. In: BUQUET, Daniel; JOHNSON, Niki (Org.). **Del**

cambio a la continuidad: ciclo electoral 2009-2010 en Uruguay. Montevideo: Fin de Siglo; Clacso; Instituto de Ciencia Política, 2010, p. 135-164.

CANZANI, Agustín. Como llegar a un buen puerto: un análisis desde la opinión pública de la trayectoria del EPFA. In: BUQUET, Daniel (Coord.). **Las claves del cambio: ciclo electoral y nuevo gobierno 2004/2005**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Banda Oriental, 2005, p. 63-86.

CANZANI, Agustín. Mensajes en una botella. Analizando las elecciones de 1999/2000. In: INSTITUTO DE CIENCIA POLÍTICA. **Elecciones 1999/2000**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Banda Oriental, 2000, p. 237-263.

CAPURRO, Esteban Köster. **La lucha de la Democracia Cristiana contra la dictadura cívico-militar**. Montevideo: Instituto Humanista Cristiano Juan Pablo Terra, 2016.

CARDARELLO, Antonio; CASTIGLIA, Alfonso. ¿Somos mucho más que dos? El Partido de la Concertación y las elecciones departamentales 2015. **Revista Ibero-americana de Estudios Municipales**, Santiago, n. 12, p. 163-195, 2015.

CARDARELLO, Antonio; CASTIGLIA, Alfonso; LORENZONI, Miguel. Volver a competir: un análisis sobre las elecciones internas de 1982. In: **V Jornadas de Historia Política, FCS-Udelar**. Montevideo, 2015. Disponível em: <http://cienciassociales.edu.uy/wp-content/uploads/sites/4/2015/02/CARDARELLO-CASTIGLIA-LORENZONI-Volver-a-competir.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

CARDARELLO, Antonio; GUERRINI, Aldo. El Frente Amplio en el interior: la conquista de la legitimidad política. In: LANZARO, Jorge (Org.). **La izquierda uruguaya: entre la oposición y el gobierno**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Fin de Siglo, 2004, p. 321-351.

CASTAÑEDA, Jorge. Latin American left turn. **Foreign Affairs**, may/june 2006. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/south-america/2006-05-01/latin-americas-left-turn>. Acesso em: 26 nov. 2017.

CASTIGLIA, Alfonso. **Principismo y partidos políticos en el Uruguay. Un estudio de las fracciones y partidos "doctorales" en el siglo XIX**. 2004. 48 f. Monografia (Licenciatura em Ciência Política) - Universidad de la República, Montevideo, 2004. Disponível em: <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/123456789/7471/1/TCP_CastigliaBarzelliAlfonso.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

CAULA, Nelson. **El diario de Enrique Erro: la cárcel, el exilio y la transición**. Montevideo: Rosebud, 1998.

CAULA, Nelson. **Erro: requerido 688**. Montevideo: Puntosur, 1990.

CAULA, Nelson. **Erro: fiscal de la nación**. Montevideu: Puntosur, 1989.

CAULA, Nelson; MACHÍN, Hugo. **¿Izquierda?** Montevideo: Rosebud, 1994.

CAYOTA, Mario. **Las raíces de la Democracia Cristiana uruguaya**. Montevideo: Instituto Humanista Cristiano Juan Pablo Terra, 2014.

CAYOTA, Mario. Razones de esta recopilación. In: PDC. **La ruptura del Frente Amplio: antecedentes y documentos**. Montevideo: Centro de Capacitación Demócrata Cristiano, 1989a, p. 3.

CAYOTA, Mario. Dos concepciones antagónicas en torno al Frente Amplio ¿coalición o protopartido? In: PDC. **La ruptura del Frente Amplio: antecedentes y documentos**. Montevideo: Centro de Capacitación Demócrata Cristiano, 1989b, p. 19-21.

CDU (CONVERGENCIA DEMOCRÁTICA EN URUGUAY). **Convergencia Democrática en Uruguay: documentos políticos**. Ciudad de México: CDU, 1984.

CENTROIZQUIERDA dio su apoyo a Vázquez. **El Mercurio**, Santiago, 09 nov. 1999. Disponível em: <http://diario.elmercurio.com/detalle/index.asp?id={12732e15-7e3d-4152-a8da-1e536353572e}>. Acesso em: 26 nov. 2017.

CESTARO, Lucas R. **A atuação de Lebret e da SAGMACS no Brasil (1947-1964): ideias, planos e contribuições**. 2015. 376 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-01022016-175604/pt-br.php>. Acesso em: 26 nov. 2017.

CHAGAS, Jorge; TRULLEN, Gustavo. **José D'Elia: memorias de la esperanza**. Montevideo: Trilce, 2t., 1996.

CHASQUETTI, Daniel. Introducción. In: _____ (Coord.). **El parlamento uruguayo: imagen pública y producción legislativa durante el período 2005-2007**. Montevideo: Convênio Poder Legislativo-Universidad de la República, 2008, p. 3-5. Disponível em: <http://www.mediafire.com/file/p5s981spdxuaglx/6.+Informe+Final+Parlamento+-+Mar+08.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

CHASQUETTI, Daniel. Uruguay 2006: éxitos y dilemas del gobierno de izquierda. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 27, n. especial, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2007000100015>. Acesso em: 26 nov. 2017.

CHASQUETTI, Daniel. ¿Cómo se renuevan los partidos políticos en Uruguay? Examen de la "resurrección" del Partido Colorado en los años sesenta". In: **I Jornadas de Historia Política**, **FCS-Udelar**. Montevideo, 2006. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/2215085/Chasquetti-Como-se-renuevan-los-partidos-politicos-en-Uruguay>. Acesso em: 26 nov. 2017.

CHASQUETTI, Daniel. Presidente fuerte, partido fragmentado y disciplina legislativa en Uruguay. Los desafíos institucionales del gobierno del Frente Amplio. In: BUQUET, Daniel (Coord.). **Las claves del cambio: ciclo electoral y nuevo**

gobierno 2004/2005. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Banda Oriental, 2005, p. 187-204.

CHASQUETTI, Daniel. El proceso constitucional en el Uruguay. In: NAHUM, Benjamín (Ed.). **El Uruguay del siglo XX: la política**. Montevideo: Banda Oriental; Instituto de Ciencia Política, 2004a, p. 65-93.

CHASQUETTI, Daniel. La oposición en la era de las coaliciones: el desempeño parlamentario del FA. In: LANZARO, Jorge (Org.). **La izquierda uruguaya: entre la oposición y el gobierno**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Fin de Siglo, 2004b, p. 353-380.

CHASQUETTI, Daniel. Compartiendo el gobierno: multipartidismo y coaliciones en Uruguay. 1971-1996. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Montevideo, v. 10, p. 25-46, 1997-1998.

CHASQUETTI, Daniel; GUEDES, Alejandro. El primer año del gobierno de Mujica. In: CAETANO, Gerardo; MANCEBO, María Ester; MORAES, Juan Andrés (Org.). **Informe de Coyuntura n. 10 (Políticas en tiempos de Mujica: en busca del rumbo)**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Estuario, 2011, p. 187-202.

CHAVEZ, Daniel. Uruguay, la izquierda en el gobierno: entre la continuidad y el cambio. In: CHAVEZ, Daniel; GARAVITO, César Rodríguez; BARRETT, Patrick (Eds.). **La nueva izquierda en América Latina**. Madrid: Catarata, 2008, p. 149-187.

CHERONI, Alción. **Los partidos marxistas en el Uruguay: desde sus orígenes hasta 1973**. Montevideo: Claeh (Fichas de capacitación, série B, n. 5), 1984.

CHIARAMONTE, Alessandro; EMANUELE, Vicenzo. Party system volatility, regeneration and de-institutionalization in Western Europe (1945–2015). **Party Politics**, London, v. 23, n. 4, p. 1-13, 2017.

CHIFFLET, Guillermo. **De la discusión nace la luz: Emilio Frugoni, desafío y referencia**. Montevideo: Letraeñe, 2007.

CHIFFLET, Guillermo. **Alba Roballo. Pregón por el tiempo nuevo**. Montevideo: TAE, 1992.

CLARA, Jaime. Los enemigos de la democracia en el siglo XXI: asuntos públicos. **Arte & Caricatura**, 06 nov. 2012. Disponível em: <http://arteycaricaturas.blogspot.com.br/2012/11/los-enemigos-de-la-democracia-en-el.html>. Acesso em: 26 nov. 2017.

COELHO, Sandro Anselmo. **O Partido Democrata Cristão (1945-1965): dilemas e inconsistências da terceira via brasileira**. 2002. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27076/D%20-%20COELHO,%20SANDRO%20ANSELMO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 nov. 2017.

COLLAZO, Ariel. **Historia de una pasión política**. Montevideo: Productora Editorial, 2004.

COMPAGNON, Olivier. **Jacques Maritain et l'Amérique du Sud**. Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 2003.

CONRADO Ramos se incorporó al Partido Independiente. **La República**, Montevideo, 07 mayo 2013. Disponível em: <http://republica.com.uy/conrado-ramos-se-incorporo-al-pi/>. Acesso em: 26 nov. 2017.

CONTERIS, Valeria; ISRAEL, Sergio. **El general : biografía de Líber Seregni**. Montevideo: Planeta, 2016.

CORBO, Daniel. **El plebiscito constitucional de 1980: la derrota del proyecto militar para legitimar un régimen autoritario**. Montevideo: Puerta del Sur, 2006.

CORLAZZOLI, Juan Pablo. Les "elections primaires" en Uruguay de novembre 1982. In: NOHLEN, Dieter (Org.). **Wahlen und Wahlpolitik in Lateinamerika**. Heidelberger: Esprint, 1984, p. 215-243.

COURIEL, Alberto. **La izquierda y el Uruguay del futuro**. Montevideo: Banda Oriental, 2004.

COURIEL, Alberto. La izquierda y el "réquiem para la izquierda". In: FRANCO, Rolando (Ed.). **Sociología del desarrollo, políticas sociales y democracia: estudios en homenaje a Aldo E. Solari**. Santiago; Montevideo: Siglo Veintiuno; Cepal, 1999, p. 386-396.

COURTOISIE, Agustín. El derecho a un lugar. **Filosofismas**, 30 marzo 2017. Disponível em: <http://filosofismas.blogspot.com.br/2017/03/el-derecho-un-lugar.html>. Acesso em: 26 nov. 2017.

COURTOISIE, Agustín. Porqué los nuevoespacistas deben votar en blanco. **Cuadernos de Marcha**, Montevideo, 3er época, n. 156, p. 27-30, nov. 1999.

COX, Gary W. **Make votes count: strategic coordination in the world's electoral systems**. Cambridge: Cambrigde Oxford Press, 1997.

CRESPO, Ismael. **Tres décadas de política uruguaya: crisis, restauración y transformación del sistema de partidos**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas; Siglo XXI, 2002.

CRESPO, Ismael; MIERES, Pablo. Las elecciones uruguayas de 1994: continuidad en la transformación del sistema partidista. **Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)**, Madrid, n. 91, p. 313-335, enero/marzo 1996.

CRESPO, Ismael; MIERES, Pablo; PEREZ, Romeo. Uruguay: de la quiebra institucional a la presidencia de Lacalle (1971-1991). **Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)**, Madrid, n. 74, p. 297-321 oct./dic. 1991.

CRIBARI, Pedro (Coord.). **Uruguay después del balotaje**. Montevideo: Cauce, 1999.

CRISP, Brian; OLIVELLA, Santiago; POTTER, Joshua. Comparación de distintos indicadores de consolidación de sistemas de partidos. In: TORCAL, Mariano (Coord.). **Sistemas de partidos en América Latina: causas y consecuencias de su equilibrio inestable**. Barcelona; Santa Fe, Arg.: Anthropos; Universidad Nacional del Litoral, 2015, p. 43-59.

CUADERNOS DE MARCHA. **Los principistas: de la paz de abril a Lorenzo Latorre**, Montevideo, 1er época, n. 58, feb. 1972.

CUADERNOS DE MARCHA. **Frugoni**, Montevideo, 1er época, n. 41, sept. 1970.

CUESTIONAN al diputado Ramón Fonticiella por "personalismo" y "sectorialismo". **La Red 21**, Montevideo, 12 oct. 2000. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/litoral/24910-cuestionan-al-diputado-ramon-fonticiella-por-personalismo-y-sectorialismo>. Acesso em: 26 nov. 2017.

DAALDER, Hans. In search of the centrer of European party system. **American Political Science Review**, v. 78, n. 1, p. 92-109, 1984.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

D'ALESANDRO, Fernando López. **Historia de la izquierda uruguaya: la fundación del Partido Comunista y la división del anarquismo (1919-1923)**. Montevideo: Nuevo Mundo,1992.

DALTON, Russell J.; WATTENBERG, Martin (Ed.). **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

DANTAS, Humberto; PRAÇA, Sérgio. Os pequenos partidos nas coligações eleitorais para prefeituras em 2000. **Leviathan**, São Paulo, n. 1, p. 181-200, 2004.

DANZA, Andrés; TULBOVITZ, Ernesto. **Uma ovelha negra no poder: confissões e intimidades de Pepe Mujica**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

DE ARMAS, Gustavo; CARDARELLO, Antonio. El comportamiento electoral de los uruguayos en octubre de 2010. Haciendo la autopsia de votantes "fieles", "conversos" e "indecisos". In: BUQUET, Daniel; JOHNSON, Niki (Org.). **Del cambio a la continuidad: ciclo electoral 2009-2010 en Uruguay**. Montevideo: Fin de Siglo; Clacso; Instituto de Ciencia Política, 2010, p. 213-238.

DE ARMAS, Gustavo; GARCÉ, Adolfo; YAFFÉ, Jaime. Introducción al estudio de las tradiciones ideológicas de los partidos uruguayos en el siglo XX. **Política y gestión**, Buenos Aires, n. 5, p. 77-105, 2003.

DECLARACIÓN del 7 de octubre. **Cuadernos de Marcha** (**Frente Amplio)**, Montevideo, 1er época, n. 48, p. 5-6, feb. 1971.

D'ELIA, Germán. **El Uruguay neobatllista: 1946-1958**. Montevideo: Banda Oriental, 1982.

DELIO, Luis. El Partido constitucional y la Facultad de Derecho. **Revista de la Facultad de Derecho**, Montevideo, v. 24, p. 99-124, 2005.

DE GIORGI, Ana Laura. El Frente Amplio y su laberinto. La izquierda uruguaya frente a la ley de caducidad. In: MARCHESI, Aldo (Org.). **Ley de caducidad: un tema inconcluso – momentos, actores y argumentos (1986-2013)**. Montevideo: Trilce, Udelar; CSIC, 2013.

DELBONO, Andrea. **De Capuletos y Montescos: familias político-ideológicas en el sistema de partidos del Uruguay post dictaduras**. 2010. 92 f. Monografia (Licenciatura em Ciência Política) - Universidad de la República, Montevideo, 2010. Disponível em: <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/123456789/4989/1/TCP_DelbonoAndrea.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

DELUCA POMBO, Marcelo. **Sectores políticos departamentales autónomos en el Frente Amplio: el caso de Fraternidad Frenteamplista Floridense**. 2007. 90 f. Monografia (Licenciatura em Ciência Política) - Universidad de la República, Montevideo, 2007. Disponível em: <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/123456789/4992/1/TCP_DelucaMarcelo.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

DEMASI, Carlos. La partidocracia uruguaya: aportes para la discusión de una hipótesis. **Contemporánea. Historia y problemas del siglo XX**, Montevideo, v. 3, p. 267-282, 2012.

DEMASI, Carlos. La evolución del campo político en la dictadura. In: DEMASI, Carlos et al. **La dictadura cívico-militar: Uruguay 1973-1985**. Montevideo: Banda Oriental, 2009, p. 15-116.

DEMASI, Carlos. "Los partidos más antiguos del mundo": el uso político del pasado uruguayo. **Encuentros uruguayos**, Montevideo, n. 1, p. 67-80, 2008.

DEMASI, Carlos. Blancos y colorados en la creación del Frente Amplio. **Cuaderno 33**. Montevideo: Fundación Vivian Trías, 2006.

DEMASI, Carlos; YAFFÉ, Jaime (Coord.). **Vivos los llevaron…: historia de la lucha de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos (1976-2005)**. Montevideo: Trilce, 2005.

DE SALVO, Ana. Mieres: "El Frente Amplio es una máquina de poder". **El Diario**, Montevideo, 13 sept. 2012. Disponível em: <http://eldiario.com.uy/2012/09/13/mieres-el-frente-amplio-es-una-maquina-de-poder/>. Acesso em: 26 nov. 2017.

DE SIERRA, Carmen. **Carlos Quijano y Marcha: una visión transformadora del Uruguay y América Latina**. Montevideo: Brecha, v.1, 2015.

DE SIERRA, Gerónimo. Uruguay, elecciones presidenciales en 1999: terremoto en el sistema político y de partidos. **Anuario Social y Político de América Latina y el Caribe**, San José, Costa Rica, n. 3, p. 22-26, 2000.

DE SIERRA, Gerónimo. Sistema y partidos políticos en el Uruguay de la crisis. In: MEYER, Lorenzo; REYNA, José Luis (Coord.). **Los sistemas políticos en América Latina**. Ciudad de México: Siglo Veintiuno; Universidad de las Naciones Unidades, 1989, p. 41-59.

DE SIERRA, Gerónimo. La izquierda de la transición. In: GILLISPIE, Charles et al. (Comp.). **Uruguay y la democracia**. Montevideo: Banda Oriental; Wilson Center; Latin American Program, t.2, 1985a, p. 149-160.

DE SIERRA, Gerónimo. Fuerzas armadas, partidos y sistema político en las elecciones internas. In: _____. **Sociedad y política en el Uruguay de la crisis**. Montevideo: Librosur, 1985b, p. 89-111.

DI CANDIA, Cesar. **Ni muerte, ni derrota**. Montevideo: Atenea, 1987.

DISCUTIENDO con Juan Disconforme. **Dany Uy**, 09 oct. 2014. 1 vídeo (5min17s), son., col. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SnxibKBZOGI&t=1s>. Acesso em: 26 nov. 2017.

DOŠEK, Tomáš. Do feft and right differentiate citizens and politicians in Latin America? **Boletín PNUD & Instituto de Iberoamérica**, mar. 2011. Disponível em: <http://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/062011.PNUD_PELA_Report3.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

DOYENART, Juan Carlos. Las alternativas electorales en el punto de partida de la campaña. In: MIERES, Pablo (Org.). **La campaña electoral 2014 en Uruguay: evolución del voto y del sistema de partidos**. Montevideo: Universidad Católica del Uruguay; Fundación Konrad Adenauer, 2015, p. 35-58.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. 3ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DUVERGER, Maurice. L'éternel marais. Essai sur le centrisme français. **Revue Française de Science Politique**, Paris, 14e année, n. 1, p. 33-51, 1964.

EL BAJÓN del Nuevo Espacio. **La Red 21**, Montevideo, 15 mayo 2000. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/politica/10894-el-bajon-del-nuevo-espacio>. Acesso em: 26 nov. 2017.

EL DÍA en el que renunció el vicepresidente de la República. **El Observador**, Montevideo, 09 sept. 2017. Disponível em: <http://www.elobservador.com.uy/el-dia-el-que-renuncio-el-vicepresidente-la-republica-n1116744>. Acesso em: 26 nov. 2017.

EL NUEVO Espacio iniciará el año próximo las conversaciones con el Encuentro Progresista. **La Red 21**, Montevideo, 07 oct. 2001. Disponível em:

<http://www.lr21.com.uy/politica/58474-el-nuevo-espacio-iniciara-el-ano-proximo-las-conversaciones-con-el-encuentro-progresista>. Acesso em: 26 nov. 2017.

“EL PAPEL del analista político es el del tábano”. **El País**, Montevideo, 28 jun. 2015. Disponível em: <http://www.elpais.com.uy/domingo/papel-analista-politico-tabano-bottinelli.html>. Acesso em: 26 nov. 2017.

EL PI pierde tres dirigentes en Salto. **Telenoche**, Montevideo, 22 sept. 2017. Disponível em: <http://www.telenoche.com.uy/politica/el-pi-pierde-tres-dirigentes-en-salto.html>. Acesso em: 26 nov. 2017.

EN HISTÓRICO plenario, el Frente Amplio aprobó ingreso de ocho grupos políticos. **La Red 21**, Montevideo, 20 nov. 2005. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/politica/195230-en-historico-plenario-el-frente-amplio-aprobo-ingreso-de-ocho-grupos-politicos>. Acesso em: 26 nov. 2017.

EN LOS 18 AÑOS de Cabildo, Darío Pérez planteó duras críticas hacia el FA. **Maldonado Notícias**, Maldonado, 24 mayo 2015. Disponível em: <http://www.maldonadonoticias.com/beta/pol%C3%ADtica/2669-18-a%C3%B1os-de-cabildo-dar%C3%ADo-p%C3%A9rez-habl%C3%B3-de-las-elecciones-y-plante%C3%B3-duras-cr%C3%ADticas-hacia-el-fa.html>. Acesso em: 26 nov. 2017.

EN SALTO cambian a Mieres por Novick. **El País**, Montevideo, 22 sept. 2017. Disponível em: <http://www.elpais.com.uy/informacion/salto-cambian-mieres-novick.html>. Acesso em: 26 nov. 2017.

EP Y NE podrían concretar acuerdo programático. **La Red 21**, Montevideo, 29 feb. 2000. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/politica/4115-ep-y-nuevo-espacio-podrian-concretar-acuerdo-programatico>. Acesso em: 26 nov. 2017.

ERRANDONEA, Alfredo. **El sistema político uruguayo**. Montevideo: La República, 1994.

ESCISIÓN en el Nuevo Espacio. **La Red 21**, Montevideo, 09 oct. 2001. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/politica/58671-escision-en-el-nuevo-espacio>. Acesso em: 26 nov. 2017.

ESPECHE, Ximena. **La paradoja uruguaya: intelectuales, latinoamericanismo y nación a medidados de siglo XX**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2016.

ESPÍNDOLA, Roberto. No change in Uruguay: the 1999 presidential and parliamentary elections. **Electoral Studies**, v. 20, n. 4, p. 649-657, dec. 2001.

ESQUIBEL, Daniel. **Políticos (Batlle, Lacalle, Michelini, Vázquez)**. Montevideo: Fin de Siglo, 1999.

ESTELLANO, Washington; LATORRE, Raúl; ELIZALDE, Esteban. **¿Qué FA necesitamos? Un análisis crítico a la luz de la situación actual de América Latina**. Montevideo: TAE, 1989.

EV, Leonardo da Silveira; MELO, Paulo Victor Teixeira Pereira de. De onde vem e como sobrevivem os nanicos? Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros. In: **38º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2014. Disponível em: <http://www.opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/EV-e-MELO-De-onde-vem-e-como-sobrevivem-os-nanicos-ANPOCS1.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

EX DIPUTADA Alba Cocco y la discriminación de las mujeres políticas. **Diario El Pueblo**, Salto, 11 marzo 2012. Disponível em: <http://www.diarioelpueblo.com.uy/titulares/ex-diputada-alba-cocco-y-la-discriminacion-de-las-mujeres-politicas.html>. Acesso em: 26 nov. 2017.

¿FACHA o bolche? La clase media uruguaya y la política. **Te Digo la Otra**, 15 oct. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oxzy9V2iLFk>. Acesso em: 26 nov. 2017.

FAILACHE, César. **Dos décadas de propuestas programáticas del PDC para Uruguay**. Montevideo: Instituto Humanista Cristiano Juan Pablo Terra, 2014.

FA FRANQUEÓ el ingreso para Confa y rechazó a la Corriente de Izquierda. **La Red 21**, Montevideo, 28 abr. 2002. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/politica/78041-fa-franqueo-el-ingreso-para-confa-y-rechazo-a-la-corriente-de-izquierda>. Acesso em: 26 nov. 2017.

FALLECIÓ el diputado “rebelde” Víctor Semproni. **El Observador**, Montevideo, 21 mayo 2016. Disponível em: <http://www.elobservador.com.uy/fallecio-el-diputado-rebelde-victor-semproni-n913932>. Acesso em: 26 nov. 2017.

FALLECIÓ Lucas Pittaluga. **Uy Press**, Montevideo, 27 enero 2015. Disponível em: <http://www.uypress.net/auc.aspx?57701>. Acesso em: 26 nov. 2017.

FASANO MERTENS, Federico. Uruguay. Colores de um cambio electoral. **Nueva Sociedad**, n. 105, p.10-15, enero/feb. 1990.

FERNÁNDEZ TORELLO, Adrián. **La caída electoral del Partido Colorado en la elección de 2004: análisis desde una perspectiva coyuntural y estructural**. 2006. 75 f. Monografia (Licenciatura em Ciência Política) - Universidad de la República, Montevideo, 2006. Acesso em: <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/123456789/4998/1/TCP_FernandezAdrian.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

FÉRNANDEZ LUZURIAGA, Wilson. La política exterior del Uruguay en las elecciones nacionales 2014. UNIVERSIDADE DE LA REPÚBLICA. FACULTAD DE CIENCIAS SOCIAIS. **Documentos de Trabajo**, n. 84, dic. 2014. Disponível em: <http://cienciassociales.edu.uy/unidad-multidisciplinaria/wp-content/uploads/sites/6/2014/12/Documento-de-trabajo-N%C2%BA-84.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

FÉRNANDEZ LUZURIAGA, Wilson. La política exterior del Uruguay en las elecciones nacionales 2009. UNIVERSIDADE DE LA REPÚBLICA. FACULTAD DE CIENCIAS SOCIAIS. **Documentos de Trabajo**, n. 75, 2009. Disponível em:

<https://www.colibri.udelar.edu.uy/bitstream/123456789/4640/1/DT%20MULTI%2075.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

FÉRNANDEZ LUZURIAGA, Wilson. La política exterior del Uruguay en las elecciones nacionales 2004. UNIVERSIDADE DE LA REPÚBLICA. FACULTAD DE CIENCIAS SOCIAIS. **Documentos de Trabajo**, n. 66, marzo 2005. Disponível em: <http://cienciassociales.edu.uy/wp-content/uploads/sites/6/2013/archivos/Documento%2066.com.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

FERNÁNDEZ LUZURIAGA, Wilson; HERNÁNDEZ NILSON, Diego. Tradiciones ideológicas de política exterior en las propuestas preelectorales 2009 de los partidos políticos uruguayos. In: **3º Congreso Uruguayo de Ciencia Política**. Montevideo, 2010. Disponível em: <http://cienciassociales.edu.uy/wp-content/uploads/2013/archivos/Mesa_28_Hern%C3%A1ndez.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

FERNÁNDEZ, Nelson. Las corrientes partidarias internas. In: FERNÁNDEZ, Nelson; MACHÍN, Hugo. **Una democracia única: historia de los partidos políticos y las elecciones del Uruguay**. Montevideo: Fin de Siglo, t.1, 2017, p. 179-217.

FERNÁNDEZ, Nelson. **Quién es quién en el gobierno de la izquierda**. Montevideo: Fin de Siglo, 2004.

FERREIRA, André Lopes. **A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973)**. 2011. 430 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103150/ferreira_al_dr_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 nov. 2017.

FERREIRA, Pablo. Análisis en dos tiempos del viraje de la “quince”. **Crítica Contemporánea**, Montevideo, n. 3, p. 1-23, dic. 2013.

FESCINA, Andrés. **El centro político**. Buenos Aires: De los Quatro Vientos, 2008.

FINCH, Henry. **La economía política del Uruguay contemporáneo, 1870-2000**. 2ed. cor. aum. Montevideo: Banda Oriental, 2005.

FRACASÓ el referéndum por el aborto y la ley quedará firme. **El Observador**, Montevideo, 23 jun. 2013. Disponível em: <http://www.elobservador.com.uy/fracaso-el-referendum-el-aborto-y-la-ley-quedara-firme-n253751>. Acesso em: 26 nov. 2017.

FRAGA IRIBARNE, Manuel. **Teoría del centro**. In: _____. Legitimidad y representación. Barcelona: Grijalbo, 1973, p. 213-257.

FRANCO, Rolando. **Democracia “a la uruguaya”: un análisis electoral del periodo 1925-1984**. Montevideo: El Libro Libre, 1984.

FREGA, Ana; MORONNA, Monica; TROCHÓN, Ivette. “Frente Popular” y “Concertación Democrática”: los partidos de izquierda ante la dictadura terrista. **Cuadernos del Claeh**, Montevideo, n. 34, p. 49-62, 1985.

FREIDENBERG, Flavia; LÓPEZ, Francisco Sánchez. Como se escolhe um candidato a Presidente? Regras e práticas nos partidos políticos da América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 158-188, 2002.

FRENTE AMPLIO. Declaración constitutiva del Frente Amplio. **Cuadernos de Marcha** (**Frente Amplio)**, Montevideo, 1er época, n. 48, p. 25-27, feb. 1971.

FRENTE DEL PUEBLO. Constitución del Frente del Pueblo. **Cuadernos de Marcha** (**Frente Amplio)**, Montevideo, 1er época, n. 48, p. 11-13, feb. 1971.

FRUGONI, Emilio. **Genesis, esencia y fundamentos del socialismo**. Buenos Aires: Americalee, t. II, 1947.

GADEA, Carlos A. El Estado y la izquierda política en el Uruguay: la recuperación de la “matriz institucional”. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 33, n. 96, e339606, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092018000100504&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: em 29 dez. 2017. Epub 07-Dez-2017.

GADEA, Carlos A. A recuperação política da “matriz institucional”: democratização e esquerda política no Uruguai. In: **39º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2015. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt11/9538-o-retorno-da-institucionalidade-politica-democratizacao-e-esquerda-politica-no-uruguai/file>. Acesso em: 26 nov. 2017.

GALLAGHER, Michael; MITCHELL, Paul. Introduction to electoral systems. In: _____ (Ed.). **The politics of electoral systems**. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 3-23.

GALLARDO, Javier. Las ideas republicanas en los orígines de la democracia uruguaya. **Araucaria**, Sevilla, n. 9, p. 3-44, 2003.

GALLARDO, Javier. La izquierda uruguaya: la parábola de los “zorros” y los “leones”. In: CAETANO, Gerardo; GALLARDO, Javier; RILLA, José (Org.). **La izquierda uruguaya: tradición, innovación y política**. Montevideo: Trilce, 1995, p. 71-146.

GARCÉ, Adolfo. Prólogo. In: SÁNCHEZ VILELA, Rosário. **¿Cómo hablamos de la democracia? Narrativas mediáticas de la política en el Uruguay**. Montevideo: Universidad Católica del Uruguay, 2014a, p. 11-15.

GARCÉ, Adolfo. ¿Réquiem para la derecha? La elección de 2014 y la izquierda que se viene. In: GARCÉ, Adolfo; YAFFÉ, Jaime. **La era progresista. El gobierno de izquierda en Uruguay: de las ideas a las políticas**. 3ed. Montevideo: Fin de Siglo, 2014b, p. 203-237.

GARCÉ, Adolfo. El Frente Amplio como partido de gobierno. **Observatorio Latinoamericano**, Buenos Aires, n. 11, p. 122-139, jun. 2013.

GARCÉ, Adolfo. Los partidos de oposición. In: CAETANO, Gerardo; MORAES, Juan Andrés; BUSQUETS, José Miguel (Org.). **Informe de Coyuntura n. 11 (Política en tiempos de Mujica II: un balance de mitad del camino)**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Estuario, 2012, p. 169-182.

GARCÉ, Adolfo. Los partidos de oposición. In: CAETANO, Gerardo; MANCEBO, María Ester; MORAES, Juan Andrés. **Informe de Coyuntura n. 10 (Políticas en tiempos de Mujica: en busca del rumbo)**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Estuario, 2011a, p. 239-256.

GARCÉ, Adolfo. Ideologías políticas y adaptación partidaria: el caso del MLN-Tupamaros (1985-2009). **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 31, n. 1, p. 117-137, 2011b.

GARCE, Adolfo. Uruguay 2009: de Tabaré Vázquez a José Mujica. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 30, n. 2, p. 499-535, 2010.

GARCÉ, Adolfo. Agenda pública. In: CAETANO, Gerardo; GARCÉ, Adolfo; MANCEBO, María Ester (Org.). **Informe de Coyuntura n. 9 (Encrucijada 2010: la política uruguaya a prueba)**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Fin de Siglo; Clacso, 2009, p. 109-112.

GARCÉ, Adolfo. El trampolín de Tabaré: la gestión del Frente Amplio en Montevideo como ensayo general para el gobierno nacional. **Nueva Sociedad**, n. 212, p. 120-133, nov./dic. 2007.

GARCÉ, Adolfo. **Donde hubo fuego: el proceso de adaptación del MLN-Tupamaros a la legalidad y a la competencia electoral (1985-2004)**. Montevideo: Fin de Siglo, 2006.

GARCÉ, Adolfo. La Ciencia Política en Uruguay: un desarrollo tardío, intenso y asimétrico. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 25, n. 1, p. 232-244, 2005.

GARCÉ, Adolfo. **Ideas y competencia política en Uruguay (1960-1973)**. Montevideo: Trilce, 2002.

GARCÉ, Adolfo; ROCHA CARPIUC, Cecilia. La Ciencia Política en Uruguay: entre la profesionalización, la partidización y el fantasma del “Movimiento Perestroika”. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 35, n. 1, p. 121-144, 2015.

GARCÉ, Adolfo; DE GIORGI, Ana Laura; LANZA, Federico. **La política de la fe. Apogeo, crisis y reconstrucción del PCU: 1985-2012**. Montevideo: Fin de Siglo, 2012.

GARCÉ, Adolfo; VAIRO, Daniela. Los partidos de oposición. In: CAETANO, Gerardo; MORAES, Juan Andrés; BUSQUETS, José Miguel (Org.). **Informe de Coyuntura 13**

(Final abierto: hacia las elecciones de 2014). Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Estuario, 2014, p. 139-149.

GARCÉ, Adolfo; YAFFÉ, Jaime. **La era progresista. El gobierno de izquierda en Uruguay: de las ideas a las políticas**. 3ed. Montevideo: Fin de Siglo, 2014.

GARCÉ, Adolfo; YAFFÉ, Jaime. Partidos políticos. **Informe de Coyuntura n. 8 (Encrucijada 2009: gobierno, actores y políticos en el Uruguay 2007-2008)**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Fin de Siglo, 2008, p. 195-230.

GARCIA, Alfredo. Romeo Pérez Antón: el Club Naval fue solo una puesta en escena de un acuerdo que se había concluido antes. **Voces**, Montevideo, 31 agosto 2013. Disponível em: <http://www.voces.com.uy/entrevistas-1/romeoperezantonelclubnavalfuesolounapuestaenescenadeunacuerdoquesehabiaconcluidoantes>. Acesso em: 27 nov. 2017.

GARCÍA, Leonel. **Hugo Batalla: las luchas más duras**. Montevideo: Ediciones B, 2013.

GATTO, Hebert. **El cielo por asalto: el Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros) y la izquierda uruguaya (1963-1972)**. Montevideo: Taurus, 2004.

GATTO, Hebert. Mesa redonda: la izquierda uruguaya ¿Procesar o eludir? In: ACHUGAR, Hugo (Ed.). **La herencia del socialismo real**. Montevideo: FESUR, 1990, p. 173-238.

GATTO, Hebert. “No queremos romper el Frente Amplio”. **Cuadernos de Marcha**, Montevideo, 3er época, n. 37, p. 39-51, nov. 1988. Entrevista concedida a Carlos Vargas.

GATTO, Hebert; TROCHON, Ivette. **Parlamentarismo y presidencialismo en el Uruguay**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1993.

GEYMONAT, Diego Estin. Ecología y política en Uruguay. **Red Filosófica del Uruguay**, 11 agosto 2014. Disponível em: <https://redfilosoficadeluruguay.wordpress.com/2014/08/11/ecologia-y-politica-en-uruguay-por-diego-estin-geymonat/>. Acesso em: 26 nov. 2017.

GEYMONAT, Roger. Iglesia católica, Estado y sociedade en el Uruguay del siglo XX. In: GEYMONAT, Roger (Comp.). **Las religiones en el Uruguay: algunas aproximaciones**. Montevideo: La Gotera, 2004, p. 11-38.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. 4ed. Rio de Janeiro: Record, 2001a.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via e seus críticos**. Rio de Janeiro: Record, 2001b.

GIORA, Gustavo. **A facciocracia uruguaia: partidos e facções na Banda Oriental**. 2005. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/6031>. Acesso em: 26 nov. 2017.

GONZÁLEZ, Luis Eduardo. Uruguay en las dos primeras decadas del siglo XXI: partidos cambiantes, sistema estable. In: MIERES, Pablo (Org.). **La campaña electoral 2014 en Uruguay: evolución del voto y del sistema de partidos**. Montevideo: Universidad Católica del Uruguay; Fundación Konrad Adenauer, 2015, p. 143-178.

GONZÁLEZ, Luis Eduardo. La estabilización del sistema de partidos uruguayo, 1999-2009. In: GONZÁLEZ, Luis Eduardo et al. **El voto en Uruguay: 2009-2010**. Montevideo: Konrad Adenauer; Universidad Católica del Uruguay, 2010, p. 71-92.

GONZÁLEZ, Luis Eduardo. Los partidos establecidos y sus desafiantes. In: GONZÁLEZ, Luis Eduardo et al. **Los partidos políticos uruguayos en tiempos de cambios**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria; Universidad Católica del Uruguay, 1999, p. 9-18.

GONZÁLEZ, Luis Eduardo. **Estructuras políticas y democracia en Uruguay**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1993.

GONZÁLEZ, Luis Eduardo. Transición y restauración democrática. In: GILLISPIE, Charles et al. (Ed.). **Uruguay y la democracia**. Montevideo: Banda Oriental; Wilson Center; Latin American Program, t.3, 1985, p. 101-120.

GONZÁLEZ, Luis Eduardo; QUEIROLO, Rosario. Izquierda y derecha: formas de definirlas, el caso latinoamericano y sus implicaciones. **América Latina Hoy**, Salamanca, n. 65, p. 79-105, 2013.

GONZÁLEZ, Luis Eduardo; QUEIROLO, Rosario. Las elecciones nacionales de 2004: posibles escenarios; In: INSTITUTO DE CIENCIA POLÍTICA. **Elecciones 1999/2000**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Banda Oriental, 2000, p. 299-321.

GONZÁLEZ, Rodolfo. **Elecciones 1989**. Montevideo: Celadu, 1990.
GREGORY, Stephen. **Intellectuals and left politics in Uruguay, 1958-2006: frustrated dialogue**. Sussex: Sussex Academic Press, 2009.

GRIEGO, María del Rosario et al. **Monseñor Soler. Acción y obras**. Montevideo: Hegil, 1991.

GRIEGO, María del Rosario et al. **Monseñor Soler. Ideas y pensamiento**. Montevideo: Hegil, 1985.

GROSS, Francisco. Independientes buscan ser una oposición “creativa”. **Espectador.com**, Montevideo, 21 abr. 2005. Entrevistas concedida a Emiliano Cotelo. Disponível em: <http://www.espectador.com/politica/40898/independientes-buscan-ser-una-oposicion-creativa>. Acesso em: 26 nov. 2017.

GUIDOBONO, Alberto. La clase política uruguaya y el sistema electoral. In: FRANCO, Rolando (Ed.). **El sistema electoral uruguayo: peculiaridades y perspectivas**. Montevideo: Fundación Hanns Seidel, t. 2, 1986, p. 153-172.

GUIRAL, Jesús C. **Ideologías políticas y filosofía en el Uruguay** (Nuestra Tierra 9). Montevideo: Nuestra Tierra, 1969.

GUNTHER, Richard. Electoral laws, pary system and elites: the case of Spain. **American Political Science Review**, v. 83, n. 3, p. 835-858, sept. 1989.

GUNTHER, Richard; DIAMOND, Larry. Species of political parties. **Party Politics**, London, v. 9, n. 2, p. 167-199, 2003.

GUYER, Julián González. Políticas de defensa nacional. Una *rara avis* en tiempos de campaña electoral. In: CAETANO, Gerardo; MORAES, Juan Andrés; BUSQUETS, José Miguel (Org.). **Informe de Coyuntura 13 (Final abierto: hacia las elecciones de 2014)**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Estuario, 2014, p. 183-190.

HARMEL, Robert. On the study of new parties. **International Political Science Review**, London, v. 6, n. 4, p. 403-418, 1985.

HARMEL, Robert; JANDA, Kenneth. An integrated theory of party goals and party change. **Journal of Theoretical Politics**, London, v. 6, n. 3, p. 259-287, 1994.

HARMEL, Robert; ROBERTSON, John D. Formation and success of new parties: a cross-national analysis. **International Political Science Review**, London, v. 6, n. 4, p. 501-523, 1985.

HARNECKER, Marta. **Los desafíos de una izquierda legal.** 4t. Montevideo: La República, 1991.

HAUSS, Charles; RAYSIDE, David. The development of new parties in western democracies since 1945. In: MAISEL, Louis; COOPER, Joseph. **Political parties: development and decay**. Beverly Hills: Sage, 1978, p. 31-57.

HAWKINS, Kirk A. Sembrando ideas: explicación de los orígenes de los partidos democratacristianos en Latinoamérica. In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy R. (Org.). **La Democracia Cristiana en América Latina**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2010, p. 118-170.

HAZAN, Reuven Y. **Centre parties: polarization and competition in European parlamentary democracies**. London: Continuum, 2000.

HINO, Airo. **New challenger parties in Western Europe**. New York: Routledge, 2012.

HISTORIADOR Gonzalo Abella electo candidato presidencial de Unidad Popular. **La Red 21**, Montevideo, 22 abr. 2013. <http://www.lr21.com.uy/politica/1099708-

historiador-gonzalo-abella-electo-candidato-presidencial-de-unidad-popular>. Acesso em: 26 nov. 2017.

HOMENAJE a Emilio Frugoni. **La Red 21**, Montevideo, 31 marzo 2004. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/politica/137266-homenaje-a-emilio-frugoni>. Acesso em: 26 nov. 2017.

HUG, Simon. **Altering party systems: strategic behavior and the emergence of new political parties in western democracies**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2001.

HUG, Simon. Studying the success of new political parties. **Party Politics**, London, v. 6, n. 2, p. 187-197, 2000.

HUIDOBRO, Eleuterio Fernández. **Historia de los Tupamaros**. Montevideo: Banda Oriental 2006.

HUME, David. **Ensaios políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HUNTINGTON, Samuel. **A ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

IEPAL (INSTITUTO DE ESTUDIOS POLÍTICOS PARA AMÉRICA LATINA). **Uruguay: un país sin problemas en crisis**. 2ed. Montevideo, 1965.

IGNAZI, Piero. The crisis of parties and the rise of new political parties. **Party Politics**, London, v. 2, n. 4, p. 549-566, 1996.

ILHA LÓPEZ, Julio R. **La construcción ideológica de una izquierda cristiana en Uruguay**. Montevideo: Instituto Humanista Cristiano Juan Pablo Terra, 2016.

ILHA LÓPEZ, Julio R. **El PDC: protagonista en la creación del Frente Amplio**. Montevideo: Instituto Humanista Cristiano Juan Pablo Terra, 2014.

INDEPENDIENTES no serán una "visagra". **La Red 21**, Montevideo, 21 nov. 2011. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/politica/480478-independientes-no-seran-una-visagra>. Acesso em: 26 nov. 2017.

INGLEHART, Ronald. **Modernization and postmodernization: cultural, economic and political change in 43 societies**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

INTEGRACIÓN de senado y deputados. **Montevideo Portal**, Montevideo, 03 nov. 2014. Disponível em: <http://www.montevideo.com.uy/contenido/Integracion-de-Senado-y-Diputados-251706>. Acesso em: 26 nov. 2017.

ISGLEAS, Diego. Tras más de dos años, Topolansky restablece diálogo con la oposición. **El País**, Montevideo, 26 sept. 2017. Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/informacion/anos-topolansky-restablece-dialogo-oposicion.html>. Acesso em: 26 nov. 2017.

IVÁN Posada: "Michelini está redactando el acta de defunción del Nuevo Espacio". **La Red 21**, Montevideo, 05 feb. 2001. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/politica/35173-ivan-posada-michelini-esta-redactando-el-acta-de-defuncion-del-nuevo-espacio>. Acesso em: 26 nov. 2017.

JACOB, Raúl. **Brevísima historia del Partido Ruralista**. Montevideo: Arpoador, 2006.

JACOB, Raúl. **Benito Nardone: el ruralismo hacia el poder**. Montevideo: Banda Oriental, 1981.

JEDIN, Hubert; REPGEN, Konrad (Org.). **Manual de história de la Iglesia: la Iglesia mundial del siglo XX**. Barcelona: Herder, t. 9, 1984.

JOHNSON, Niki. Cambia, ¿todo cambia? Las mujeres en las elecciones uruguayas de 2004. In: BUQUET, Daniel (Coord.). **Las claves del cambio: ciclo electoral y nuevo gobierno 2004/2005**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Banda Oriental, 2005, p. 163-184.

JOHNSON, Niki; PÉREZ, Verónica. De la ley al hecho hay un buen trecho: avances y retrocesos en la defensa de los derechos de las mujeres. In: CAETANO, Gerardo; GARCÉ, Adolfo; MANCEBO, María Ester (Org.). **Informe de Coyuntura n. 9 (Encrucijada 2010: la política uruguaya a prueba)**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Fin de Siglo; Clacso, 2009, p. 48-55.

JOHNSON, Niki; SEMPOL, Diego. La agenda de género y de la diversidad sexual en la primera mitad del gobierno de Mujica. In: CAETANO, Gerardo; MORAES, Juan Andrés; BUSQUETS, José Miguel (Org.). **Informe de Coyuntura n. 11 (Política en tiempos de Mujica II: un balance de mitad del camino)**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Estuario, 2012, p. 39-52.

JONES, Mark P. Beyond the electoral connection: the effect of political parties on the policymaking process. In: SCARTASCINI, Carlos; STEIN, Ernesto; TOMMASI, Mariano (Ed.). **How democracies works: political institutions, actors and arenas in the Latin American policymaking**. Washington: Inter-american Development Bank; Harvard University, 2010, p. 19-46.

KALYVAS, Stathis N. **The rise of Christian Democracy in Europe**. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party Politics**, London, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

KESTLER, Thomas; KRAUSE, Silvana; LUCCA, Juan Bautista. Los break-in parties en América Latina: ¿éxito o fracaso? **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 159-171, maio/ago. 2013.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 349-385, jan./abr. 2012.

KITSCHELT, Herbert. **The logics of party formation: ecological politics in Belgium and West Germany**. Ithaca: Cornell University Press, 1989.

KROUWEL, André; LUCARDIE, Paul. Waiting in the wings: new parties in the Netherlands. **Acta Politica**, v. 43, n. 2-3, p. 278-307, 2008.

LABROUSSE, Alain. **Una historia de los Tupamaros: de Sendic a Mujica**. Montevideo: Fin de Siglo, 2009.

LAGO, Ignacio; MARTÍNEZ, Ferran. Why new parties? **Party Politics**, London, v. 17, n. 1, p. 3-20, 2011.

LAGROTTA, Miguel; LEONÍS, Esteban. **Biografía política de Enrique Tarigo: "mis muchas razones"**. Montevideo: Planeta, 2015.

LANZAN el Frente Líber Seregni. **La Red 21**, Montevideo, 31 agosto 2009. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/politica/378785-lanzan-el-frente-liber-seregni?utm_source=redirects&utm_medium=www.larepublica.com.uy&utm_campaign=301_Redirects>. Acesso em: 26 nov. 2017.

LANZARO, Jorge. Uruguay 2014: elecciones competitivas y partido de izquierda predominante. **Revista Saap**, Buenos Aires, v. 9, n. 1, p. 11-41, mayo 2015.

LANZARO, Jorge. Introducción. In: _____ (Ed.). **Social democracias "tardías": Europa Meridional y América Latina**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014a, p. 13-38.

LANZARO, Jorge. El estreno de un gobierno social democrático en Uruguay. In: _____ (Ed.). **Social democracias "tardías": Europa Meridional y América Latina**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014b, p. 195-238.

LANZARO, Jorge. Continuidad y cambio en una vieja democracia de partidos: Uruguay (1910-2010). **Opinião Pública**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 235-269, nov. 2013.

LANZARO, Jorge. Uruguay: un gobierno social democrático en América Latina. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Montevideo, v. 19, n. 1, p. 45-68, 2010.

LANZARO, Jorge. Uruguay: reformas políticas en la nueva etapa democrática. In: ZOVATTO, Daniel; HENRÍQUEZ, J. Jesús Orozco (Org.). **Reforma política y electoral en AL 1978-2007**. Ciudad de México: Universidad Autónoma de Mexico; IDEA Internacional, 2008a, p. 905-951.

LANZARO, Jorge. La socialdemocracia criolla. **Nueva Sociedad**, n. 217, p. 40-58, sept./oct. 2008b.

LANZARO, Jorge. Gobiernos de izquierda en América Latina: entre el populismo y la social democracia: una tipología para avanzar en el análisis comparado. **Análise de Conjuntura OPSA**, Rio de Janeiro, n. 12, dic. 2007.

LANZARO, Jorge. La izquierda se acerca a los uruguayos y los uruguayos se acercan a la izquierda. Claves de desarrollo del Frente Amplio. In: _____ (Org.). **La izquierda uruguaya: entre la oposición y el gobierno**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Fin de Siglo, 2004, p. 13-105.

LANZARO, Jorge. Os partidos uruguaios: a transição na transição. **Opinião Pública**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 46-72, out. 2003.

LANZARO, Jorge. Uruguay: las alternativas de un presidencialismo pluralista. In: _____ (Ed.). **Tipos de presidencialismo y coaliciones políticas en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2001a, p. 283-317.

LANZARO, Jorge. El Frente Amplio: un partido de coalición, entre la lógica de oposición y la lógica de gobierno. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Montevideo, n. 12, p. 35-66, 2001b.

LANZARO, Jorge. Autoridad presidencial, relaciones de partido y perfil de gobierno en los inicios del mandato de Jorge Batlle. In: INSTITUTO DE CIENCIA POLÍTICA. **Elecciones 1999/2000**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Banda Oriental, 2000, p. 265-298.

LANZARO, Jorge. **Sindicatos y sistema político: relaciones corporativas en el Uruguay (1940-1986)**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1986.

LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myrom. The origin and development of political parties. In: _____. **Political parties and political development**. Princeton: Princeton University Press, 1972, p. 3-42.

LATCHINIAN, Aramis. Los megaproyectos: la nueva tendencia ambiental en Uruguay. In: In: CAETANO, Gerardo; MORAES, Juan Andrés; BUSQUETS, José Miguel (Org.). **Informe de Coyuntura 12 (Política en tiempos de Mujica III: a un año de las elecciones nacionales)**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Estuario, 2013, p. 27-39.

LEIBNER, Gerardo. **Camaradas y compañeros. Una historia política y social de los comunistas del Uruguay**. Montevideo: Trilce, 2011.

LEICHT, Federico. **Cero a izquierda: una biografía de Jorge Zabalza**. Montevideo: Letraeñe, 1998.

LESSA, Alfonso. **La revolución imposible: los tupamaros y el fracaso de la vía armada en el Uruguay del siglo XX**. Montevideo: Debate, 2010.

LIBERATI, Jorge. **Arturo Ardao: la pasión y el método**. Montevideo: Cal y Canto, 2004.

LINDAHL, Göran. **Batlle: fundador de la democracia**. Montevideo: Arca, 1971.

LINN, Tomás. Una única salida. **Cuadernos de Marcha**, Montevideo, 3er época, n. 37, p. 10-12, nov. 1988.

LIPSET, Seymor; ROKKAN, Stein. **Party system and voter alignements: cross national perspectives**. New York: Free Press, 1967.

LISSIDINI, Alicia. Uruguay y la centralidad de la política. In: CAVAROZZI, Marcelo**;** ABAL MEDINA, Juan Manuel. **El asedio a la política: los partidos latinoamericanos en la era liberal**. Rosario, Arg.: Homosapiens, 2012, p. 349-410.

LITTON, Krystyna. Party novelty: conceptualization and measurement of party change. **Party Politics**, London, v. 21, n. 5, p. 1-14, 2015.

LÓPEZ, Camilo. Partido políticos, ideología y política exterior en Uruguay (2010-2014). **Colombia Internacional**, Bogotá, n. 83, p. 135-169, enero/abr. 2015.

LÓPEZ, Camilo. Propuestas programáticas y política exterior en Uruguay: los senderos que se bifurcan. In: CAETANO, Gerardo; MORAES, Juan Andrés; BUSQUETS, José Miguel (Org.). **Informe de Coyuntura 13 (Final abierto: hacia las elecciones de 2014)**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Estuario, 2014, p. 191-210.

LÓPEZ, Santiago. Partidos desafiantes en América Latina: representación política y estrategias de competencia de las nuevas oposiciones. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 25, n. 2, p. 37-64, 2005.

LÓPEZ, Santiago; MORAES, Juan Andrés. Uruguay 2013. Un balance preelectoral. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 34, n. 1, p. 293-313, 2014.

LORENZONI, Miguel; PÉREZ, Verónica. Cambios y continuidades de la izquierda en Uruguay: un análisis a partir de las propuestas programáticas del Frente Amplio 1971-2009. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Montevideo, v. 22, n. 1, p. 81-102, 2013.

LOS RESULTADOS de las internas del Frente Amplio permiten ver la nueva integración de la Mesa Política. **Uy Press**, Montevideo, 08 agosto 2016. Disponível em: <http://www.uypress.net/auc.aspx?70842,6>. Acesso em: 26 nov. 2017.

LUCARDIE, Paul. Prophets, purifiers and prolocutors: towards a theory on the emergence of new parties. **Party Politics**, London, v. 6, n. 2, p. 175-185, 2000.

LUNA, Juan Pablo. Institucionalización de sistemas de partidos: ¿por qué es necesario un nuevo concepto? In: TORCAL, Mariano (Coord.). **Sistemas de partidos en América Latina: causas y consecuencias de su equilibrio inestable**. Barcelona; Santa Fe, Arg.: Anthropos; Universidad Nacional del Litoral, 2015, p. 19-42.

LUNA, Juan Pablo. Party system institutionalization: do we need a new concept? **Studies in Comparative International Development**, v. 49, n. 4, p. 403-425, dec. 2014.

LUNA, Juan Pablo. De familias y parentescos políticos: ideología y competencia electoral en Uruguay contemporáneo. In: LANZARO, Jorge (Org.). **La izquierda uruguaya: entre la oposición y el gobierno**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Fin de Siglo, 2004a, p. 139-193.

LUNA, Juan Pablo. **La política desde el llano**. Montevideo: Banda Oriental, 2004b.

LUPO, Noam. **Voter partisanship in Latin American**. Madison, 2014. Disponível em: <http://www.noamlupu.com/partisanshipLAV.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MAGRI, Altaïr Jesica. Vivienda, hábitat y ordenamiento territorial en los programas partidarios. In: CAETANO, Gerardo; MORAES, Juan Andrés; BUSQUETS, José Miguel (Org.). **Informe de Coyuntura 13 (Final abierto: hacia las elecciones de 2014)**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Estuario, 2014, p. 211-220.

MAINWARING, Scot; GERVASONI, Carlos; ESPAÑA-NAJERA, Annabella. Extra- and within-system electoral volatility. **Party Politics**, London, v. 23, n. 6, p. 1-13, 2017.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy R. La diversidad de la democracia Cristiana en Latinoamérica. In: _____ (Org.). **La Democracia Cristiana en América Latina**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2010, p. 55-100.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy R. (Org.). **Building democratic institutions: party systems in Latin America**. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 249-286, out. 2005.

MAIR, Peter. New political parties in long-established party systems: how successful are they? In BEUKEL, Erik K.; KLAUSEN, Kurt Klaudi; MOURITZEN, Poul Erik (Eds). **Elites, parties and democracy: festschrift for Professor Mogens N. Pedersen**. Odense: Odense University Press, 1999, p. 207-224.

MAIR, Peter. The electoral payoffs of fission and fusion. **British Journal of Political Science**, London, v. 20, n. 1, p. 131-142, jan. 1990.

MAIZTEGUI CASAS, Lincoln R. **Orientales: una historia política del Uruguay (5. De 1985 a 2005: la democracia restaurada)**. Montevideo: Planeta, 2010.

MANCEBO, María Ester; LIZBONA, Alexandra. Los programas partidários ante la educación: consensos explícitos y divergencias amortiguadas. In: CAETANO, Gerardo; MORAES, Juan Andrés; BUSQUETS, José Miguel (Org.). **Informe de**

Coyuntura 13 (Final abierto: hacia las elecciones de 2014). Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Estuario, 2014, p. 221-234.

MAPA de barrios de Montevideo. 1 mapa p&b. In: 2017. Disponível em: <http://mapademontevideo.org/?p=21>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MARINOVA, Dani. A New approach to estimating electoral instability in parties. **Political Science Research and Methods**, v. 3, n. 2, p. 1-16, may 2015.

MARKARIAN, Vania. **El 68 uruguayo: el movimiento estudiantil entre molotovs y música beat**. Bernal, Arg.: Universidad Nacional de Quilmes, 2012.

MARKARIAN, Vania. **Idos y recién llegados: la izquierda uruguaya en el exilio y las redes transnacionales de derechos humanos (1967-1984)**. Ciudad de México: Correo del Maestro; La Vasija; CEIU, 2006.

MARKARIAN, Vania. De la lógica revolucionaria a las razones humanitarias: la izquierda uruguaya en el exilio y las redes transnacionales de derechos humanos (1972-1976). **Cuadernos del Claeh**, Montevideo, n. 89, p. 85-108, 2004.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja: de Lutero a nossos dias**. **A era contemporânea** São Paulo: Loyola, v. 4, 2009.

MARTÍNEZ, Federico; CIGANDA, Juan Pedro; OLIVARI, Fernando. **¿Nos habíamos amado tanto? Crisis y peripécias de um partido**. 2ed. Montevideo: La Bicicleta, 2013.

MARTÍNEZ, Jose. **Uruguay 1989: Frente Amplio**. Montevideo: Puntosur, 1988.

MARTÍNEZ, Virginia. **Tiempos de ditadura 1973/1985. Hechos, voces, documentos. La Represión y la resistência día a día**. Montevideo: Banda Oriental, 2005.

MAZZEO, Mario. **MPP, orígenes, ideas y protagonistas**. Montevideo: Trilce, 2005.

MC (MOVIMENTO DE LOS COMUNES). **Historia del Movimiento de los Comunes**. 2017. Disponível em: <http://www.comunes.com.uy/#!/-historia/>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MEGUID, Bonnie M. **Party competition between unequals: strategies and electoral fortunes in Western Europe**. New York: Cambridge University Press, 2008.

MEGUID, Bonnie M. Competition between unequals: the role of mainstream party strategy in niche party success. **American Political Science Review**, v. 99, n. 3, p. 347-359, 2005.

MENSAJE de la 36. Sarthou y la Asamblea Popular. **CX36 Rádio Centenário 1250 AM**, 27 jul. 2009. Disponível em:

<http://web.archive.org/web/20160303235547/http://www.radio36.com.uy/mensaje/2009/07/m_270709.html>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MIERES, Pablo. **Sobre mí**. 2017. Disponível em: <http://www.partidoindependiente.org.uy/pablomieres/?page_id=2>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MIERES, Pablo. Mieres: "En el Frente hay hegemonía populista". **El País**, Montevideo, 28 mayo 2017. Entrevista concedida a Daniel Isgleas. Disponível em: <http://www.elpais.com.uy/informacion/mieres-frente-hay-hegemonia-populista.html>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MIERES, Pablo. **Entrevista**. Montevideo, Cámara de Representantes. 10 maio 2017. Entrevista concedida a Ricardo Petrucci Souto.

MIERES, Pablo. *Eppur si muove*. La evolución electoral de las opciones políticas alternativas a las dos mitades. In: GARCÉ, Adolfo; JOHNSON, Niki (Coord.). **Permanencias, transiciones y rupturas: elecciones en Uruguay 2014/5**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Fin de Siglo, 2016, p. 217-234.

MIERES, Pablo. Entrevista central, martes 22 de setiembre: Pablo Mieres. **En Perspectiva**, Montevideo, 22 sept. 2015. Entrevista concedida a Emiliano Cotelo. Disponível em: <http://www.enperspectiva.net/enperspectiva-net/entrevista-central-martes-22-de-setiembre-pablo-mieres/>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MIERES, Pablo. Pablo Mieres (PI): la decisión del partido de cara al balotaje "no es por los resultados, es por las convicciones". **Espectador.com**, Montevideo, 03 nov. 2014. Entrevista concedida a Emiliano Cotelo. Disponível em: <http://www.espectador.com/politica/303084/pablo-mieres-pi-la-decision-del-partido-de-cara-al-balotaje-no-es-por-los-resultados-es-por-las-convicciones>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MIERES, Pablo. El cerrajero. **La Diaria**, Montevideo, 25 sept. 2014. Entrevista concedida a Luis Rómboli. Disponível em: <https://ladiaria.com.uy/articulo/2014/9/el-cerrajero/>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MIERES, Pablo. Conrado Ramos el vice del PI. **Montevideo Portal**, Montevideo, 22 abr. 2014. Disponível em: <http://columnistas.montevideo.com.uy/uc_300643_1.html>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MIERES, Pablo. Pablo Mieres (PI): el crecimiento del partido va a determinar la mayoría parlamentaria y la segunda vuelta. **Espectador.com**, Montevideo, 19 nov. 2013. Entrevista concedida a Alejandro Acle. Disponível em: <http://www.espectador.com/politica/278662/pablo-mieres-pi-el-crecimiento-del-partido-va-a-determinar-la-mayoria-parlamentaria-y-la-segunda-vuelta#1>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MIERES, Pablo. La edad y el cambio electoral en el Uruguay. Renovación demográfica, generaciones y ciclos de vida. In: GONZÁLEZ, Luis Eduardo et al. **El**

voto en Uruguay: 2009-2010. Montevideo: Konrad Adenauer; Universidad Católica del Uruguay, 2010, p. 45-70.

MIERES, Pablo. Pablo Mieres: “somos el puente en un país de mitades”. **Blogdiario**, 15 dic. 2008. Entrevista concedida a Alejandro Nogueira. Disponível em: <http://rigofa.blogdiario.com/1229333400/pablo-mieres-somo-el-puente-en-um-pa-s-de-mitades-por-alejandro-nogueira/>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MIERES, Pablo. **A la Intemperie**. Montevideo, 2004.

MIERES, Pablo. Las Reformas de la política. In: RILLA, José (Ed.). **El Uruguay del futuro: una visión socialdemócrata**. Montevideo: Instituto Solidaridad y Desarrollo, 1999, p. 103-117.

MIERES, Pablo. Elecciones 1994: una nueva fase de la transformación electoral en el Uruguay. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Montevideo, n. 9, p. 41-60, 1996.

MIERES, Pablo. **El voto en el Uruguay de fin del siglo: desobediencia y lealtad**. Montevideo: Claeh; Fin de Siglo, 1994a.

MIERES, Pablo. Uruguay 1994. Un escenario competitivo. **Nueva Sociedad**, n. 133, p. 4-12, sept./oct. 1994b.

MIERES, Pablo. Elecciones de 1989: el cambio del sistema de partidos y las adhesiones políticas de los uruguayos. In: CAETANO, Gerardo et al. **Partidos y electores: centralidad y cambios**. Montevideo: Banda Oriental; Claeh, 1992a, p. 161-205.

MIERES, Pablo. Acerca de los cambios del sistema partidario uruguayo. **Cuadernos del Claeh**, Montevideo, n. 62, p. 65-75, sept. 1992b.

MIERES, Pablo. Un sistema de partidos en transición. Notas preliminares a propósito de los resultados de las elecciones nacionales de 1989. **Cuadernos del Claeh**, Montevideo, n. 53, p. 5-22, 1990.

MIERES, Pablo. **¿Cómo votan los uruguayos? Las elecciones de 1984**. Montevideo: Claeh, 1988.

MIERES, POSADA y Falero impugnaron la decisión del Congreso del Nuevo Espacio. **La Red 21**, Montevideo, 17 oct. 2001. Disponível: <http://www.lr21.com.uy/politica/59496-mieres-posada-y-falero-impugnaron-la-decision-del-congreso-del-nuevo-espacio>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MIERES SE ENOJÓ con Lescano por haberse arrepentido de dejar el FA. **La Red 21**, Montevideo, 29 nov. 2000. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/politica/29707-mieres-se-enojo-con-lescano-por-haberse-arrepentido-de-dejar-el-fa>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MITRE, Antonio. Fenômenos de massa na sociedade oligárquica: o despontar da modernidade em Ariel de Rodó. In: _____. **O dilema do Centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano**. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 103-121.

MYERS, Scott. **Los años oscuros: 1967-1987**. Montevideo: Latina, 1997.

MONESTIER, Felipe. Partidos por dentro: la fraccionalización de los partidos políticos en el Uruguay (1954-1994). In: GONZÁLEZ, Luis Eduardo et al. **Los partidos políticos uruguayos en tiempos de cambio**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria; Universidad Católica del Uruguay, 1999, p. 19-85.

MORAES, Juan Andrés. Mayoría automática en el Uruguay: la experiencia de los gobiernos departamentales (1984-1994). **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Montevideo, v. 10, p. 47-78, 1997-1998.

MORAES, Juan Andrés. Partidos de ideas en el siglo XIX: El Partido Constitucional: un marco de análisis preliminar. **Cuadernos del Claeh**, Montevideo, n. 72, p. 73-95, 1995.

MORAES, Juan Andrés; LUJÁN, Diego. Un centro vacío de candidatos: evaluando modelos espaciales para las elecciones presidenciales en Uruguay. In: GARCÉ, Adolfo; JOHNSON, Niki (Coord.). **Permanencias, transiciones y rupturas: elecciones en Uruguay 2014/5**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Fin de Siglo, 2016, p. 73-92.

MORALES, Javier Correa. “Cuando en el gobierno hay tiranos…”: la ruptura de Zelmar Michelini con el Partido Colorado. **Cuadernos de la historia reciente**, Montevideo, n. 2, p. 79-96, 2007.

MORALES QUIROGA, Mauricio. Tipos de identificação partidária. A América Latina em perspectiva comparada, 2004-2012. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 57, p. 25-42, 2016.

MOREIRA, Carlos. **Una mirada a la democracia uruguaya: reforma del Estado y delegación legislativa (1995-1999)**. Ciudad de México: Flacso, 2003.

MOREIRA, Constanza. El impulso y su freno: itinerarios de la lucha contra la impunidad. In: FRIED, Gabriela; LESSA, Francesca (Comp.). **Luchas contra impunidad: Uruguay 1985-2011**. Montevideo: Trilce, 2011, p. 13-30.

MOREIRA, Constanza. Clase, voto, ideología: desempeño electoral del Frente Amplio en el ciclo electoral 2009-2010. In: BUQUET, Daniel; JOHNSON, Niki (Org.). **Del cambio a la continuidad: ciclo electoral 2009-2010 en Uruguay**. Montevideo: Fin de Siglo; Clacso; Instituto de Ciencia Política, 2010, p. 165-193.

MOREIRA, Constanza. **Entre la protesta y el compromiso: la izquierda en el gobierno**. Montevideo: Trilce, 2009.

MOREIRA, Constanza. **Final de juego: del bipartidismo tradicional al triunfo de la izquierda en Uruguay**. Montevideo: Trilce, 2004.

MOREIRA, Constanza. Las paradojales elecciones del fin de siglo uruguayo: comportamiento electoral y cultura política. In: INSTITUTO DE CIENCIA POLÍTICA. **Elecciones 1999/2000**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Banda Oriental, 2000, p. 87-110.

MORGENSTERN, Scott. Grupos organizados y partidos desorganizados. Incentivos electorales en Uruguay. **América Latina Hoy**, Salamanca, n. 29, p. 109-131, 2001.

MORAÑA, Mabel; MACHÍN, Horacio (Ed.). **Marcha y América Latina**. Pittsburg: University of Pittsburg, 2003.

MOUFFE, Chantal. The radical centre. A politics whithout adversary? In: _____. **The democratic paradox**. London: Verso, 2000, p. 108-128.

MÜLLER, Wolfgang C.; STRÖM, Kaare. Political parties and hard choices. In: _____ (Ed.). **Policy, office or votes? How political parties in Western Europe make hard decisions**. New York: Cambridge University Press, 1999, p. 1-35.

MURIÓ Juan Young. **La Red 21**, Montevideo, 26 dic. 2006. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/politica/238093-murio-juan-young>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MUSTILLO, Thomas J. Modeling new party performance: a conceptual and methodological approach for volatile party systems. **Political Analysis**, n.17, p. 311-332, 2009.

NAHUM, Benjamín et al. **El fin del Uruguay liberal: 1959-1973**. Montevideo: Banda Oriental, 2011.

NAHUM, Benjamín et al. **Crisis política y recuperación económica: 1930-1958**. Montevideo: Banda Oriental, 1998.

NIETO, Horacio. **Apogeo y crisis de los sectores mayoritarios del FA**. 2007. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidad de la República, Montevideo, 2007. Disponível em: <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/123456789/8131/1/TMCP_NietoHoracio.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

¿NO LO CONOCE a Juan? **Montevideo Portal**, Montevideo, 30 sept. 2014. Disponível em: <http://www.montevideo.com.uy/ZZZ-No-se-usa/Juan-Clasemedia-el-personaje-de-la-campana-del-PI-uc248391>. Acesso em: 26 nov. 2017.

NOVICK registró el Partido de la Gente: "hoy es un día histórico". **El Observador**, Montevideo, 07 nov. 2016. Disponível em: <http://www.elobservador.com.uy/novick-registro-el-partido-la-gente-hoy-es-un-dia-historico-n995199>. Acesso em: 26 nov. 2017.

NUEVO Espacio Independiente cambia de nombre. **La Red 21**, Montevideo, 09 nov. 2002. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/politica/97451-nuevo-espacio-independiente-cambia-de-nombre>. Acesso em: 26 nov. 2017.

NUEVO ESPACIO desvinculó a tres diputados y a cuatro dirigentes. **La Red 21**, Montevideo, 03 nov. 2001. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/politica/61232-nuevo-espacio-desvinculo-a-tres-diputados-y-a-cuatro-dirigentes>. Acesso em: 26 nov. 2017.

OCDA (ORGANIZACIÓN DEMÓCRATA CRISTIANA DE AMÉRICA). **Historia**. 2017. Disponível em: <http://www.odca.cl/conocenos/historia/>. Acesso em: 27 nov. 2017.

ORERO, Eudald Cortina. Entre la institucionalidad y la acción revolucionaria: una historia del Movimiento Revolucionario Oriental (Uruguay, 1961-1973). **Contemporánea. Historia y problemas del siglo XX**, Montevideo, v. 3, p. 189-211, 2012.

OTRA mirada a Uruguay. 1 mapa col. Disponível em: <http://www.puntavip.com/puntavip/PUNTAVIP.COM-mapa.htm>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PABLO Mieres, un académico que propone dialogar desde la oposición. **Cadena 3**, Montevideo, 22 oct. 2009. Disponível em: <http://www.cadena3.com.ar/contenido/2009/10/22/40460.asp>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PANIZZA, Francisco. La marea rosa. **Análise de Conjuntura OPSA**, Rio de Janeiro, n. 8, ago. 2006.

PANIZZA, Francisco. **Uruguay: batllismo y después. Pacheco, militares y tupamaros en la crisis del Uruguay batllista**. Montevideo: Banda Oriental, 1990.

PARIS, Juana; RUIZ, Esther. **El Frente en los años 30**. Montevideo: Proyección, 1987.

PARTIDO Independiente cumple 10 años: “decisivo” en la próxima legislatura. **La Red 21**, Montevideo, 29 oct. 2012. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/politica/1070219-partido-independiente-cumple-10-anos-decisivo-en-la-proxima-legislatura>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PARTIDO INDEPENDIENTE convoca a marcha contra violencia y racismo. **El Observador**, Montevideo, 17 dic. 2012. Disponível em: <http://www.elobservador.com.uy/partido-independiente-convoca-marcha-contra-violencia-y-racismo-n239538>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PAYNE, J. Mark et al. Sistemas de partidos y gobernabilidad democrática. In: _____. **La política importa: democracia y desarrollo en América Latina**.

Washington: Banco Interamericano de Desarrollo; Instituto Internacional para la Democracia y la Asistencia Electoral, 2006.

PAYNE, J. Mark et al. Sistemas de partidos y gobernabilidad democrática. In: _____. **La política importa: democracia y desarrollo en América Latina**. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo; Instituto Internacional para la Democracia y la Asistencia Electoral, 2003.

PAYSSÉ GONZÁLEZ, Eduardo. Confesionalismo, ideología y revolución. In: REAL DE AZÚA et al. **Las Democracias Cristianas: un análisis crítico**. Montevideo: Sandino 1968, p. 109-166.

PDC (PARTIDO DEMÓCRATA CRISTIANO). **Logotipo**. 2017. Disponível em: <https://www.crwflags.com/fotw/flags/uy%7Dpdc.html>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PDC (PARTIDO DEMÓCRATA CRISTIANO). Alegato del PDC sobre el proyecto de Ley Orgánica de los Partido Políticos. Feb. 1982. In: CAPURRO, Esteban Köster. **La lucha de la Democracia Cristiana contra la dictadura cívico-militar**. Montevideo: Instituto Humanista Cristiano Juan Pablo Terra, 2016a, p. 158-164.

PDC (PARTIDO DEMÓCRATA CRISTIANO). Resolución de la Convención Nacional del PDC. 11-12 feb. 1984. In: CAPURRO, Esteban Köster. **La lucha de la Democracia Cristiana contra la dictadura cívico-militar**. Montevideo: Instituto Humanista Cristiano Juan Pablo Terra, 2016b, p. 190-191.

PDC (PARTIDO DEMÓCRATA CRISTIANO). Documento de Shangrilá: 09 de abril de 1988. In: PDC. **La ruptura del Frente Amplio: antecedentes y documentos**. Montevideo: Centro de Capacitación Demócrata Cristiano, 1989a, p. 6-10.

PDC (PARTIDO DEMÓCRATA CRISTIANO). La doble candidatura. Objeciones a la misma y razones a su favor. In: PDC. **La ruptura del Frente Amplio: antecedentes y documentos**. Montevideo: Centro de Capacitación Demócrata Cristiano, 1989b, p. 11-12.

PDC (PARTIDO DEMÓCRATA CRISTIANO). La ruptura del Frente Amplio. Comentarios sobre la crisis. In: PDC. **La ruptura del Frente Amplio: antecedentes y documentos**. Montevideo: Centro de Capacitación Demócrata Cristiano, 1989c, p. 29-30.

PEDERSEN, Mogens N. Towards a new typology of party lifespans and minor parties. **Scandinavian Political Studies**, v. 5, n. 1, p. 1-16, 1982.

PELLETIER, Denis. **Économie et humanisme. De l'utopie communautaire au combat pour Le tiers-monde (1941-1966)**. Paris: Cerf, 1996.

PELLÚAS, Daniel et al. **Coparticipación y coalición: 164 años de acuerdo entre blancos y colorados**. Montevideo: Arca Humus, 2000.

PEREIRA, Gonzalo. **El viraje de la 15: del dirigismo económico al neoliberalismo**. Montevideo: Gandhi, 1988.

PEREYRA, Leonardo. Gonzalo Mujica se fue del Frente Amplio: “hoy es un día de quiebre”. **El Observador**, Montevideo, 07 dic. 2016. Disponível em: <http://www.elobservador.com.uy/gonzalo-mujica-se-fue-del-frente-amplio-hoy-es-un-dia-quiebre-n1008198>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PERES, Paulo Sergio. Institucionalização do sistema partidário ou evolução da competição? Uma proposta de interpretação econômica da volatilidade eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas v. 19, n. 1, p. 21-48, jun. 2013.

PÉREZ ANTÓN, Romeo. **Los cristianos y la política en el Uruguay**. Montevideo: Nuevo Mundo, 1987.

PÉREZ, Romeo. Los partidos en el Uruguay moderno. **Cuadernos del Claeh**, Montevideo, n. 31, p. 63-79, 1984.

PÉREZ, Verónica; PIÑEIRO RODRÍGUEZ, Rafael. Uruguay 2015: los desafíos de gobernar por izquierda cuando la economía se contrae. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 36, n. 1, p. 339-363, 2016.

PERFIL de diputados electos en el interior. **Montevideo Portal**, Montevideo, 15 feb. 2010. Disponível em: <http://www.montevideo.com.uy/contenido/Perfil-de-diputados-electos-en-el-Interior-103300>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PESE a neutralidad, Mieres ya anunció a quién no vota. **La Red 21**, Montevideo, 03 nov. 2009. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/politica/387286-pese-a-neutralidad-mieres-ya-anuncio-a-quien-no-vota>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PETKOFF, Teodoro. Las dos izquierdas. **Nueva Sociedad**, n. 197, p. 114-128, mayo/jun. 2005.

PI (PARTIDO INDEPENDIENTE). **Logotipo**. 2017. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/File:Logo_Partido_Independiente.jpg>. Acesso em: 26 nov. 2017

PI (PARTIDO INDEPENDIENTE). **Pensando mañana 3**. 10 oct. 2017. Disponível em: <http://www.partidoindependiente.org.uy/web/index.php/noticias/108-noticias-2017/680-tercer-encuentro-de-pensando-el-manana>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PI (PARTIDO INDEPENDIENTE). **Pensando mañana 2**. 19 jul. 2017. Disponível em: <http://www.partidoindependiente.org.uy/web/index.php/noticias/108-noticias-2017/662-segundo-encuentro-de-pensando-el-manana>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PI (PARTIDO INDEPENDIENTE). **Se realizó el primer encuentro de "pensando el mañana".** 08 jun. 2017. Disponível em: <http://www.partidoindependiente.org.uy/web/index.php/noticias/108-noticias-2017/647-se-realizo-el-primer-encuentro-de-pensando-el-manana>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PI (PARTIDO INDEPENDIENTE). **El Partido Independiente realizó su convención nacional**. 12 dic. 2016. Disponível em:

<http://www.partidoindependiente.org.uy/web/index.php/noticias/107-noticias-2016/587-el-partido-independiente-realizo-su-convencion-nacional>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PI (PARTIDO INDEPENDIENTE). **Pablo Mieres explica por qué Juan Clasemedia se cansó**. 05 oct. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i4on37zdY6I>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PI (PARTIDO INDEPENDIENTE). **Las desventuras de Juan Clasemedia**. 26 sept. 2014. 1 vídeo (1min05s). son., col. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lTpN3VOeg-I>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PI (PARTIDO INDEPENDIENTE). **Transformar el crecimiento en desarrollo humano: el camino del PI**. Montevideo: PI, 2014. Disponível em: <http://www.corteelectoral.gub.uy/ProgGob_2015_2020/Programa_PI.pdf >. Acesso em: 26 nov. 2017.

PI (PARTIDO INDEPENDIENTE). **Historia**. 01 jul. 2013a. Disponível em: <http://www.partidoindependiente.org.uy/web/index.php/historia/origen>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PI (PARTIDO INDEPENDIENTE). **Declaración de principios**. 01 jul. 2013b. Disponível em: <http://www.partidoindependiente.org.uy/web/index.php/el-partido/declaracion-de-principios>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PI (PARTIDO INDEPENDIENTE). **Historia. 10 Años do Partido Independiente: ciclo "Los Inspiradores".** 01 jul. 2013c. Disponível em: <http://www.partidoindependiente.org.uy/web/index.php/historia/10-anos-del-pi>. Acesso em 26 nov. 2017.

PI (PARTIDO INDEPENDIENTE). **Conferencia del filósofo español Fernando Savater: "los enemigos de la democracia en el siglo XXI"**. 01 jul. 2013d. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=138&v=Tq-qlAfFu5k>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PI (PARTIDO INDEPENDIENTE). **Estatutos**. 01 jul. 2013e. Disponível em: <http://www.partidoindependiente.org.uy/web/images/DOCUMENTOS/INSTITUCIONALES/Estatutos_PI_Dic2016.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PI (PARTIDO INDEPENDIENTE). **Estatutos del Partido Independiente**. [2002]. Disponível em: <http://americo.usal.es/oir/opal/Documentos/Uruguay/Partido%20Independiente/Estatutos.pdf.>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PICANA. In: REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Picana. **Diccionario de la lengua española. Edición del Tricentenario** [online]. 2017. Disponível em: <http://dle.rae.es/?id=SsYErfD>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PIÑEIRO, Rafael. Elección de diputados y fraccionalización partidaria en Uruguay 1942-1999. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Montevideo, n. 14, p. 15-42, 2004.

PIÑEIRO, Rafael; YAFFÉ, Jaime. El Frente Amplio por dentro: las fracciones frenteamplistas (1971-1999). In: LANZARO, Jorge (Org.). **La Izquierda uruguaya: entre la oposición y el gobierno**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Fin de Siglo, 2004, p. 297-319.

PIVEL DEVOTO, Juan E. **Historia de los partidos políticos y de las ideas políticas en el Uruguay: la definición de los bandos**. Montevideo: Rio de la Plata, t. 2, 1956.

PIVEL DEVOTO, Juan E. **Historia de los partidos políticos en el Uruguay**. Montevideo: Claudio García, 1942.

PLÁ RODRÍGUEZ, Américo. **Los principios de la Democracia Cristiana**. 2ed. Montevideo: Don Orione, 1960.

PLENARIO del FA votó ingresó de CAP-L y la lista 5005. **El Observador**, Montevideo, 17 marzo 2012. Disponível: <http://www.elobservador.com.uy/plenario-del-fa-voto-ingreso-cap-l-y-la-lista-5005-n220669>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PONTUAL, Virginia. **Louis-Joseph Lebret na América Latina: um exitoso laboratório de experiências em planejamento humanista**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

PORTO, Luis. **Uruguay 2002: para entender la crisis bancaria**. Montevideo: Banda Oriental, 2002.

POU FERRARI, Ricardo. Juan José Crottoggini (1908-1996). In: MAÑE, Fernando; TURNES, Antonio L (Ed.). **Médicos uruguayos ejemplares III**. Montevideo: Laboratório Roemmers, 2006, p. 514-521. Disponível em: <https://www.smu.org.uy/dpmc/hmed/historia/articulos/crottogini.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

POWELL, Eleanor Neff; TUCKER, Joshua A. Revisiting electoral volatility in post-communist countries: new data, new results and new approaches. **British Journal of Political Science**, v. 44, n. 1, p. 123-147, 2014.

POZZEBON, Paulo Moacir Godoy. **Fundamentos do pensamento democrático de Jacques Maritain**. 1996. 179 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Estadual de Campinas - Campinas, 1996. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/282078/1/Pozzebon_PauloMoacirGodoy_M.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PRZEWORSKI, Adam. A social-democracia como fenômeno histórico. In: _____. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 19-64.

QUEIROLO, Rosario. Las elecciones uruguayas de 2004: la izquierda como la única oposición creíble. **Colombia Internacional**, Bogotá, n. 64, p. 34-49, jul./dic. 2006.

QUEIROLO, Rosario. La tradicionalización del Frente Amplio. In: GONZÁLEZ, Luis Eduardo et al. **Los partidos políticos uruguayos en tiempos de cambio**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria; Universidad Católica del Uruguay, 1999, p. 87-113.

QUEIROLO VELASCO, Maira del Rosario. **La organización interna del Frente Amplio a treinta años de su fundación: 1971-2001**. 2001. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política em Ibero-américa) - Universidad Internacional de Andalucía, Palos de la Frontera, 2001. Disponível em: <http://dspace.unia.es/bitstream/handle/10334/49/0008_Queirolo.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 nov. 2017.

QUEIROLO, Rosario; BOIDI, María Fernanda; CASO, Álvaro. Elecciones internas en Uruguay: un caso de incentivos diferenciados para la movilización electoral. In: MIERES, Pablo (Org.). **La campaña electoral 2014 en Uruguay: evolución del voto y del sistema de partidos**. Montevideo: Universidad Católica del Uruguay; Fundación Konrad Adenauer, 2015, p. 59-82.

QUIEBRE en Partido Independiente genera renuncia masiva en Salto. **Diario Cambio**, Salto, 21 sept. 2017. Disponível em: <http://www.diariocambio.com.uy/index.php?id=81005>. Acesso em: 26 nov. 2017.

RADÍO, Daniel. **Sobre mí**. 2017. Disponível em: <http://www.partidoindependiente.org.uy/danielradio/?page_id=10>. Acesso em: 26 nov. 2017.

RAMA, Germán W. **La democracia en Uruguay**. Montevideo: Arca, 1989.

RAMA, Germán W. **El club político**. Montevideo: Arca, 1971.

RAMÍREZ GALLEGOS, Franklin. Mucho más que dos izquierdas. **Nueva Sociedad**, n. 205, p. 30-44, sept./oct. 2006.

RAMOS, Conrado. Conrado Ramos: “los cargos de confianza son muchos más de los que se dice”. **Teledoce**, **Código Pais**, Montevideo, 11 sept. 2014. Disponível: <https://www.teledoce.com/ya-emitidos/codigo-pai%C2%ADs/conrado-ramos-los-cargos-de-confianza-son-muchos-mas-de-los-que-se-dice/>. Acesso em: 26 nov. 2017.

RAMOS, Conrado. **Porque mí apoyo al PI**. 12 mayo 2013. Disponível em: <http://www.partidoindependiente.org.uy/web/index.php/noticias/105-noticias-2013/249-por-que-mi-apoyo-al-pi>. Acesso em: 26 nov. 2017.

RAUBER, Isabel. **Refundar la política: desafíos para una nueva izquierda latinoamericana**. Buenos Aires: Continente, 2007.

REAL DE AZÚA, Carlos. **Tercera posición, nacionalismo revolucionario y tercer mundo. Una teoría de sus supuestos**. Montevideo: Cámara de Representantes, 3v., 1996-1997.

REAL DE AZÚA, Carlos. Partidos políticos y literatura. In: _____. **Escritos**. Montevideo: Arca, 1987, p. 185-206.

REAL DE AZÚA, Carlos. Política, poder y partidos em el Uruguay de hoy. In: BENVENUTO, Luis et al. **Uruguay de hoy**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971, p. 143-321.

REIS, Guilherme Simões. **Ainda a social-democracia? Rediscutindo e aplicando o conceito a partidos competitivos da América do Sul e da Europa**. 2013. 302 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

RENUNCIA el diputado Heriberto Sosa. **La Diaria**, Montevideo, 03 abr. 2018. Disponível em: <https://ladiaria.com.uy/articulo/2018/4/renuncia-el-diputado-heriberto-sosa/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

REPRESENTANTE del Partido Independiente, Dardo Rodríguez, asumió como representante de la oposición en INAU. **La Red 21**, Montevideo, 30 mayo 2015. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/politica/1235644-dardo-rodriguez-partido-independiente-oposicion-inau>. Acesso em: 26 nov. 2017.

REY TRISTÁN, Eduardo. **La izquierda revolucionaria uruguaya, 1955-1973**. Sevilla: Universidad de Sevilla; Diputación de Sevilla; Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2005.

RIAL, Juan. El imaginario social. Los mitos políticos y utopías en el Uruguay: cambios y permanencias durante y después del autoritarismo. In: SOSNOWSKI, Saul (Comp.). **Represión, exilio, y democracia: la cultura uruguaya**. Montevideo: Banda Oriental; Universidad de Maryland, 1987.

RIAL, Juan. **Uruguay elecciones 1984: sistema electoral y resultados**. San José, Costa Rica: Capel, 1986.

RICO, Alvaro. **Cómo nos domina la clase gobernante**. Montevideo: Trilce, 2005.

RILLA, José. **La actualidad del pasado: usos de la historia en la política de partidos del Uruguay (1942-1972)**. Montevideo: Debolsillo, 2013.

RILLA, José. La restauración de la democracia: reforma, crisis y cambio político en Uruguay, 1985-2010. In: NAHUM, Benjamín (Org.). **1960-2010: medio siglo de historia uruguaya**. Montevideo: Banda Oriental, 2012, p. 111-149.

RIVAS, Mario. Homenaje a la figura del señor Renán Rodríguez, recientemente fallecido. In: JUNTA DEPARTAMENTAL DE MALDONADO. **Sesión Ordinaria**, 30 jul. 1999. Disponível em:

<http://www.juntamaldonado.gub.uy/actastaq/1999/Jul3099.htm#14>. Acesso em: 26 nov. 2017.

ROBERTS, Kenneth. ¿Es posible una socialdemocracia en América Latina? **Nueva Sociedad**, n. 217, p. 86-98, sept./oct. 2008.

ROCHA CARPIUC, Cecilia. La Ciencia Política en Uruguay (1989-2009): temas, teorías y metodologías. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Montevideo, v. 21, n. 1, p. 97-127, 2012.

ROCHON, Thomas. Mobilizers and challengers: toward a theory of new party success. **International Political Science Review**, v. 6, n. 4, p. 419-439, 1985.

RODÓ, José Enrique. **Ariel**. Campinas: Unicamp, 1991.

RODRÍGUEZ, José Raúl; VAIRO, Daniela. Elecciones presidenciales 2014 em Uruguay: el triunfo de Vázquez en perspectiva comparada. In: GARCÉ, Adolfo; JOHNSON, Niki (Coord.). **Permanencias, transiciones y rupturas: elecciones en Uruguay 2014/5**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Fin de Siglo, 2016, p. 45-72.

RODRÍGUEZ, Leticia M. Ruiz; GARCÍA MONTERO, Mercedes. Coerência partidária nas elites parlamentares latino-americanos. **Opinião Pública**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 189-229, 2002.

RODRÍGUEZ, Mauricio. **Zelmar Michelini: su vida**. Montevideo: Fin del Siglo, 2016.

RODRÍGUEZ-ARANA MUÑOZ, Jaime. Páginas introductorias. In: FESCINA, Andrés. **El centro político**. Buenos Aires: De los Quatro Vientos, 2008a, p. 13-18.

RODRÍGUEZ-ARANA MUÑOZ, Jaime. Europa y el espacio del centro. In: FESCINA, Andrés. **El centro político**. Buenos Aires: De los Quatro Vientos, 2008b, p. 125-139.

RODRÍGUEZ METRAL, Matías. **En el llano. Adaptación política y renovación del programa económico de la Lista Quince del Partido Colorado. 1958-1966**. 2017. 115 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidad de la República, Montevideo, 2017. Disponível em: <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/123456789/9907/1/TMCP_Rodr%C3%ADguezMetralMatias.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

RÓMBOLI, Luis. El "flanco cristiano" de la izquierda y su larga historia de protagonismo en las luchas populares. **La Diaria**, Montevideo, 01 jul. 2017. Disponível em: <https://findesemana.ladiaria.com.uy/articulo/2017/7/el-flanco-cristiano-de-la-izquierda-y-su-larga-historia-de-protagonismo-en-las-luchas-populares/>. Acesso em: 26 nov. 2017.

RUBIO, Enrique. **La izquierda del futuro**. Montevideo: Biblioteca de Marcha, 1999.

SABELIN, Patricia. Entrevista a Mariella Demarco. **Montevideo Portal**, Montevideo, 05 abr. 2010. Disponível em: <https://www.montevideo.com.uy/Noticias/Entrevista-a-Mariella-Demarco-uc106987>. Acesso em: 26 nov. 2017.

SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SÁNCHEZ, Santiago. Blancos no pudieron reformar su carta orgánica por falta de cuórum. **La Diaria**, Montevideo, 12 dic. 2016. Disponível em: <https://ladiaria.com.uy/articulo/2016/12/blancos-no-pudieron-reformar-su-carta-organica-por-falta-de-cuorum/>. Acesso em: 26 nov. 2017.

SÁNCHEZ, Santiago. Cruzó el charco. **La Diaria**, Montevideo, 07 mayo 2013. Disponível em: <https://ladiaria.com.uy/articulo/2013/5/cruzo-el-charco/>. Acesso em: 26 nov. 2017.

SANGUINETTI, Julio María. **Luis Batlle Berres: el Uruguay del otimismo**. Montevideo: Taurus, 2014.

SANI, Giacomo; SARTORI, Giovanni. Polarización, fragmentación y competición en las democracias occidentales. **Revista del Departamento de Derecho Publico**, Madrid, n. 7, p. 7-37, 1980.

SARAVIA se separó del Frente Amplio. **Montevideo Portal**, Montevideo, 27 jun. 2011. Disponível em: <http://www.montevideo.com.uy/contenido/Saravia-se-separo-del-Frente-Amplio-141436>. Acesso em: 26 nov. 2017.

SARTORI, Giovanni. **Teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 2v., 1994,

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: UnB, 1982.

SAVATER: críticas a caceroleros y loas a la “política”. **La República**, Montevideo, 30 oct. 2012. Disponível em: <http://www.republica.com.uy/criticas-a-caceroleros/>. Acesso em: 26 nov. 2017.

SCAFFO, Sonia. **Hugo Batalla: una vida al rescate de la persona**. Montevideo: s.e., 1991.

SCARONE, Arturo. **Uruguayos contemporáneos**. Montevideo: Casa A. Barreiro y Ramos, 1973. Disponível em: <https://ia800402.us.archive.org/29/items/ArturoScarone1937UruguayosContemporaneos/Arturo%20Scarone%20-%201937%20-%20Uruguayos%20contemporaneos.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

SCELZA, Bruno. Una nueva Marcha del Silencio reclamó el fin de la impunidad. **El País,** Montevideo, 20 mayo 2017. Disponível em: <http://www.elpais.com.uy/informacion/nueva-marcha-silencio-reclamo-impunidad.html>. Acesso em: 26 nov. 2017.

SCHELOTTO, Salvador. Por el ojo de una cerradura. Una mirada sobre la experiencia de gobierno municipal de la izquierda en Montevideo (1990-2004). In: LANZARO, Jorge (Org.). **La izquierda uruguaya: entre la oposición y el gobierno**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Fin de Siglo, 2004, p. 381-434.

SCULLY, Timothy R. **Los partidos de centro y la evolución política chilena**. Santiago: Cieplan, 1992.

SECCO ILLA, Joaquín. **Historia de la Unión Cívica**. Montevideo: Zorrilla de San Martin, 1946.

SELB, Peter; PITUCTIN, Sandrine. Methodological issues in the study of new parties' entry and electoral success. **Party Politics**, London, v. 16, n. 2, p. 147-170, 2010.

SELIOS, Lucía. "Juntos por tercera vez". Resultados y análisis de las elecciones uruguayas de 2014. In: ALCÁNTARA SAÉZ, Manuel; TAGINA, María Lauca (Ed.). **Elecciones y cambio de élites en América Latina, 2014 y 2015**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2016, p. 177-199.

SELIOS, Lucía. Montescos y Capuletos a ocho meses de la disputa. Análisis y perspectivas de las familias ideológicas en Uruguay. **Seminario ciudadanos vs. partidos en América Latina: tensiones, amenazas y dilemas de la democracia representativa**. Salamanca: Universidad de Salamanca 2009. Disponível em: <http://americo.usal.es/oir/opal/textos/Lucia_Selios.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

SELIOS Lucía. Los últimos diez años de la cultura política uruguaya: entre la participación y el desencanto. **América Latina Hoy**, Salamanca, n. 44, p. 63-85, 2006.

SELIOS, Lucía; VAIRO, Daniela. Elecciones 2009 en Uruguay: permanencias de lealtades políticas y accountability electoral. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 198-215, jun. 2012.

SENATORE, Luis; CARRACEDO, Fabián. Las políticas laborales y las relaciones de trabajo frente al año electoral. In: CAETANO, Gerardo; MORAES, Juan Andrés; BUSQUETS, José Miguel (Org.). **Informe de Coyuntura 13 (Final abierto: hacia las elecciones de 2014)**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Estuario, 2014, p. 235-244.

SERNA, Miguel. **Reconversão democrática das esquerdas no Cone Sul: trajetórias e desafios na Argentina, Brasil e Uruguai**. Bauru; SP: Edusc; Anpocs, 2004.

SETARO, Marcelo. La mirada programática de los partidos sobre la política de salud: ¿nuevos caminos para el desarrollo del Sistema Nacional Integrado de Salud? In: CAETANO, Gerardo; MORAES, Juan Andrés; BUSQUETS, José Miguel (Org.). **Informe de Coyuntura 13 (Final abierto: hacia las elecciones de 2014)**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Estuario, 2014, p. 256-270.

SIERRA, Federico. Mieres: "Es necesario un cambio. Ya está, el Frente Amplio cumplió un ciclo". **El Observador**, Montevideo, 09 abr. 2016. Disponível em: <http://www.elobservador.com.uy/mieres-es-necesario-un-cambio-ya-esta-el-frente-amplio-cumplio-un-ciclo-n893947>. Acesso em: 26 nov. 2017.

SIGMUND, Paul E. La transformación de la ideología democracristiana: trascendiendo a la izquierda y a la derecha, o ¿qué le ocurrió a la Tercera Vía? In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy R. (Org.). **La Democracia Cristiana en América Latina**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2010, p. 101-117.

SILVA, Alberto. **Un Uruguay ¿qué fue? Prof. Juan Jose Crottogini: una vida alumbrando vida**. Montevideo: TAE, 1994.

SILVA, Fabrício Pereira da. **Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.

SIKK, Allan. Newness as a winning formula for new political parties. **Party Politics**, London, v. 18, n. 4, p. 465-486, 2011.

SIKK, Allan. How unstable? Volatility and the genuinely new parties in Eastern Europe. **European Journal of Political Research**, v. 44, p. 391-412, 2005.

SOLARI, Aldo. El tercerismo en el Uruguay. In: REAL DE AZÚA, Carlos. **Tercera posición, nacionalismo revolucionario y tercer mundo. Una teoría de sus supuestos**. Montevideo: Cámara de Representantes, v. 3, 1996-1997, p. 641-809.

SOLARI, Aldo. Réquiem para la izquierda. In: _____. **Uruguay: partidos políticos y sistema electoral**. 2ed. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1991, p. 153-178.

SOUTO, Ricardo Petrucci. **A atuação parlamentar do Partido Independente do Uruguai (2005-2010)**. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/4149>. Acesso em: 22 mar. 2018.

SPOON, Jae-Jae. **Political survival of small parties in Europe**. Ann Arbor: University Michigan Press, 2011.

STENERI, Carlos. **Al borde del abismo: Uruguay y la gran crisis del 2002-2003**. Montevideo: Banda Oriental, 2011.

STUNT, Maxim N. **El ocaso del Partido Colorado: de dilución de marca al colapso de partido**. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Latino-americanos) - Universidad de Leiden, Leiden, 2016. Disponível em: <https://openaccess.leidenuniv.nl/bitstream/handle/1887/42153/2016.06.14%20versi%C3%B3n%20final.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 nov. 2017.

TAAGEPERA, Rein. Nationwide threshold of representation. **Electoral Studies**, v. 21, n. 3, p. 383-401, 2002.

TAAGEPERA, Rein; SHUGART, Matthew Soberg. **Seats and votes: the effects & determinantes of electoral systems**. New Haven; London: Yale University Press, 1989.

TAGLIAFERRO, Gerardo. **Astori, el retador**. Montevideo: Fin de Siglo, 2009.

TAVITS, Margit. Party systems in the making: the emergence and success of new parties in new democracies. **Britsh Journal of Political Science**, v. 38, n. 1, p. 113-133, jan. 2008.

TAVITS, Margit. Party system change: testing a model of new party entry. **Party Politics**, London, v. 12, n. 1, p. 99-119, 2006.

TEATRO de la Candela. **Cartelera**, 2017. Disponível em: <http://www.cartelera.com.uy/apeliculafunciones.aspx?,303,,OBRA,-1,114>. Acesso em: 26 nov. 2017.

TERRA, Juan Pablo. Militancia social, economía y desarrollo humano: el pensamiento vivo de Louis Joseph Lebret. In: TERRA, Juan Pablo; SEGUNDO, Juan Luis; RODÉ, Patricio. **Homenaje (Lebret, Teilhard de Chardin, Mounier)**. Montevideo: Cruz del Sur, Banda Oriental, 1988, p. 17-36.

TERRA, Juan Pablo. **Mística, desarrollo y revolución**. Montevideo: Nuevo Mundo, 1969.

TORCAL, Mariano; LAGO, Ignácio. Volatilidad endógena y exógena: una nueva medida de institucionalización. In: TORCAL, Mariano (Coord.). **Sistemas de partidos en América Latina: causas y consecuencias de su equilibrio inestable**. Barcelona; Santa Fe, Arg.: Anthropos; Universidad Nacional del Litoral, 2015, p. 60-77.

TRÍAS, Ivonne. **Hugo Cores: pasión y rebeldía en la izquierda uruguaya**. Montevideo: Trilce, 2008.

TRULLEN, Gustavo. **Una historia de la izquierda: de los cambios en el partido socialista a la conformación de la Unión Popular**. 2014. 63 f. Monografia (Licenciatura em Ciência Política) - Universidad de la República, Montevideo, 2014. Disponível em: <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/123456789/4955/6/TCP_TrullenGustavo.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

TSEBELIS, George. **Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada**. São Paulo: Edusp, 1998.

TUALA, Emiliano. La biografía prohibida de Pablo Mieres. **Etcétera**, 2014. Disponível em: <http://emilianotualaetcetera.blogspot.com.br/2014/08/la-biografia-prohibida-de-pablo-mieres_10.html>. Acesso em: 26 nov. 2017.

TURIANSKY, Wladimir. **Los comunistas uruguayos en la historia reciente: 1955-1991**. Montevideo: Fin de Siglo, 2010.

UCHA, Danilo. **Diretas lá: a grande reportagem das eleições no Uruguai**. 2ed. Porto Alegre: Tchê!, 1984.

UNIVERSIDAD DE SALAMANCA. INSTITUTO DE IBEROAMÉRICA. Equipe de Investigações sobre Elites Parlamentares. **Estudio 76 (Uruguay): encuesta a diputados uruguayos 2010**. 2010. Disponível em: <http://americo.usal.es/oir/Elites/Eliteca/datosagregados/Uruguay/marginales_uruguay_76.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

UNIVERSIDAD DE SALAMANCA. INSTITUTO DE IBEROAMÉRICA. Equipe de Investigações sobre Elites Parlamentares. **Estudio 54 (Uruguay): encuesta a diputados uruguayos 2005-2010**. 2005. Disponível em: <http://americo.usal.es/oir/elites/Eliteca/datosagregados/Uruguay/modelouruguay54.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

UNIVERSIDAD DE SALAMANCA. INSTITUTO DE IBEROAMÉRICA. Equipe de Investigações sobre Elites Parlamentares. **Estudio 33 (Uruguay): encuesta a diputados uruguayos 2000-2005**. 2001. Disponível em: <http://americo.usal.es/oir/elites/Eliteca/datosagregados/Uruguay/MarginalesUruguay33.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

UNIVERSIDAD DE SALAMANCA. INSTITUTO DE IBEROAMÉRICA. Equipe de Investigações sobre Elites Parlamentares. **Estudio 34 (Uruguay): encuesta a diputados uruguayos 1995-2000**. 1996. Disponível em: <http://americo.usal.es/oir/elites/Eliteca/datosagregados/Uruguay/Marginales%20Uruguay%20I.pdf >. Acesso em: 26 nov. 2017.

URUGUAY. **Ley nº 18.485, de 11 de mayo de 2009**. Partidos políticos se dictan normas que regulan su funcionamiento. Disponível em: <https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/leytemp3546123.htm>. Acesso em: 26 nov. 2017.

URUGUAY. **Ley nº 15.848, de 22 de dicembre de 1986**. Funcionarios militares y policiales se reconoce que ha caducado el ejercicio de la pretension punitiva del estado respecto de los delitos cometidos hasta el 1º de marzo de 1985 (Ley de caducidad). Disponível em: <https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/leytemp9290798.htm>. Acesso em: 26 nov. 2017.

URUGUAY. **Ley nº 9.831, de 19 de mayo de 1939**. Partidos politicos se fijan normas para el uso del lema, celebracion de acuerdo, integracion de listas etc. Disponível em: <http://pdba.georgetown.edu/Parties/Uruguay/Leyes/Ley9831.html>. Acesso em: 26 nov. 2017.

URUGUAY. **Ley nº 7.812, de 16 de enero de 1925**. Ley de elecciones. Disponível em: <http://pdba.georgetown.edu/Parties/Uruguay/Leyes/LeyElecciones.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

URUGUAY. CORTE ELECTORAL. **Estadísticas: elecciones nacionales de 1971**. 2017a. Disponível em:

<http://www.corteelectoral.gub.uy/gxportal/gxpfiles/elecciones/Eleccion_nacional_1971.htm>. Acesso em: 26 nov. 2017.

URUGUAY. CORTE ELECTORAL. **Estadísticas: elecciones nacionales de 1984**. 2017b. Disponível em: <http://www.corteelectoral.gub.uy/gxportal/gxpfiles/elecciones/Eleccion_%20Nacional_1984.htm>. Acesso em: 26 nov. 2017.

URUGUAY. CORTE ELECTORAL. **Estadísticas: elecciones nacionales de 1989**. 2017c. Disponível em: <http://www.corteelectoral.gub.uy/gxportal/gxpfiles/elecciones/Eleccion%20Nacional%201989%20.htm>. Acesso em: 26 nov. 2017.

URUGUAY. CORTE ELECTORAL. **Estadísticas: elecciones nacionales de 1994**. 2017d. Disponível em: <http://www.corteelectoral.gub.uy/gxportal/gxpfiles/elecciones/elecciones_nacionales_1994.html>. Acesso em: 26 nov. 2017.

URUGUAY. CORTE ELECTORAL. **Estadísticas: elecciones nacionales de 1999**. 2017e. Disponível em: <http://www.corteelectoral.gub.uy/gxportal/gxpfiles/elecciones/elecciones_nacionales_1999.htm>. Acesso em: 26 nov. 2017.

URUGUAY. CORTE ELECTORAL. **Estadísticas: elecciones departamentales de 1989**. 2017f. Disponível em: <http://www.corteelectoral.gub.uy/gxportal/gxpfiles/elecciones/Elecc_Departamental_1989.htm>. Acesso em: 26 nov. 2017.

URUGUAY. CORTE ELECTORAL. **Estadísticas: elecciones departamentales de 1994**. 2017g. Disponível em: <http://www.corteelectoral.gub.uy/gxportal/gxpfiles/elecciones/elecciones_departamentales_1994.html>. Acesso em: 26 nov. 2017.

URUGUAY. CORTE ELECTORAL. **Estadísticas: elecciones departamentales de 2000**. 2017h. Disponível em: <http://www.corteelectoral.gub.uy/gxportal/gxpfiles/elecciones/eleccion_departamental_2000.htm>. Acesso em: 26 nov. 2017.

URUGUAY. CORTE ELECTORAL. **Estadísticas: elecciones departamentales de 2005**. 2017i. Disponível em: <http://www.corteelectoral.gub.uy/gxportal/gxpfiles/elecciones/Elecciones_Depart_2005.htm>. Acesso em: 26 nov. 2017.

URUGUAY. CORTE ELECTORAL. **Estadísticas: elecciones nacionales de 2004**. 2017j. Disponível em: <http://www.corteelectoral.gub.uy/gxportal/gxpfiles/elecciones/Elecciones%20Nacionales%202004.htm>. Acesso em: 26 nov. 2017.

URUGUAY. CORTE ELECTORAL. **Elecciones (2009)**. 2017k. Disponível em: <http://elecciones.corteelectoral.gub.uy/20091025/SSPMain.asp>. Acesso em: 26 nov. 2017.

URUGUAY. CORTE ELECTORAL. **Elecciones (2014)**. 2017l. Disponível em: <http://www.corteelectoral.gub.uy/gxpsites/page.aspx?3,26,453,O,S,0,>. Acesso em: 26 nov. 2017.

URUGUAY. CORTE ELECTORAL. **Elecciones departamentales de 2010**. 2017m. Disponível em: <http://www.corteelectoral.gub.uy/gxportal/gxpfiles/elecciones/Elecciones_departamentales_2010.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

URUGUAY. CORTE ELECTORAL. **Elecciones departamentales de 2015**. 2017n. Disponível em: <http://www.corteelectoral.gub.uy/gxportal/gxpfiles/elecciones/ELECCION_DEPARTAMENTAL_2015.htm>. Acesso em: 26 nov. 2017.

URUGUAY. CORTE ELECTORAL. **Elecciones: elecciones internas de los partidos políticos 2014**. 2017o. Disponível em: <http://eleccionesinternas.corteelectoral.gub.uy/>. Acesso em: 26 nov. 2017.

URUGUAY. CORTE ELECTORAL. **Estadísticas: elecciones nacionales de 1958**. 2017p. Disponível em: <http://www.corteelectoral.gub.uy/gxportal/gxpfiles/elecciones/elecciones_1958.htm>. Acesso em: 26 nov. 2017.

URUGUAY. CORTE ELECTORAL. **Estadísticas: elecciones nacionales de 1962**. 2017q. Disponível em: <http://www.corteelectoral.gub.uy/gxportal/gxpfiles/elecciones/eleccion%20Nacional%201962.htm>. Acesso em: 26 nov. 2017.

URUGUAY. INE (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA). **Uruguay en cifras 2014**. Montevideo: INE, 2014. Disponível em: <http://www.ine.gub.uy/documents/10181/39317/Uruguay_en_cifras_2014.pdf/aac28208-4670-4e96-b8c1-b2abb93b5b13>. Acesso em: 26 nov. 2017.

URUGUAY. PODER JUDICIAL. **Secretaría letrada**. 2017. Disponível em: <http://poderjudicial.gub.uy/secretaria-letrada.html>. Acesso em: 26 nov. 2017.

VALENTI, Esteban. **El clavo en el sillón: el poder y la crítica**. Montevideo: Sudamericana, 2017.

“VAMOS a trabajar para evitar la mayoría parlamentaria”. **La República**, Montevideo, 08 feb. 2014. Disponível em: <http://republica.com.uy/entrevista-a-pablo-mieres-2/>. Acesso em: 26 nov. 2017.

VAN BIEZEN, Ingrid; RASHKOVA, Ekaterina. Deterring new party entry? The impact of state regulation on the permeability of party systems. **Party Politcs**, London, v. 20, n. 6, p. 890-903, 2014.

VAN BIEZEN, Ingrid; MAIR, Peter; POGUNTKE, Thomas. Going, going…gone? The decline of party membership in contemporary Europe. **European Journal of Political Research**, n. 51, p. 24-56, 2012.

VANGER, Milton. **José Batlle y Ordóñez: la elección de 1926: el fin de la edad dorada del Colegiado**. Montevideo: Banda Oriental, 2012.

VANGER, Milton. **José Batlle y Ordóñez 1915-1917: "humanizando el capitalismo". Uruguay y el colegiado**. Montevideo: Banda Oriental, 2009.

VANGER, Milton. **José Batlle y Ordoñez: el creador de su época (1902-1907)**. Montevideo: Banda Oriental, 1992.

VANGER, Milton. **El país modelo (1907-1915): José Batlle y Ordoñez**. Montevideo: Banda Oriental; Arca, 1983.

VARGAS LLOSA, Álvaro. Beware the carnivores. **Washington Post**, Washington, 06 aug. 2006. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/08/04/AR2006080401760.html>. Acesso em: 27 nov. 2017.

VERA PIEDRABUENA, Bruno Gastón. **Esquerdismo na América Latina (2002-2008): o racha à esquerda no Frente Amplio em perspectiva comparada com o racha à esquerda do PT**. 2017. 226 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-08052017-104621/pt-br.php>. Acesso em: 26 nov. 2017.

VERNAZZA, Francisco. Minoristas, mayoristas y generalistas en el sistema electoral uruguayo. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, n. 3, p. 35-71, 1989.

VIGGIANO, Martín. El desafío de los partidos políticos chicos en el Parlamento. **El Observador**, Montevideo, 23 oct. 2016. Disponível em: <http://www.elobservador.com.uy/el-desafio-los-partidos-politicos-chicos-el-parlamento-n986223>. Acesso em: 26 nov. 2017.

VILA, Alejandro. El mayor problema de la gente: la inseguridad. In: CAETANO, Gerardo; MORAES, Juan Andrés; BUSQUETS, José Miguel (Org.). **Informe de Coyuntura 13 (Final abierto: hacia las elecciones de 2014)**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Estuario, 2014, p. 271-282.

VV. AA. **Mariano Soler y el discurso modernizador**. Montevideo: Instituto San Bernardino de Montevideo; Departamento de Historia CIPFE, 1990.

WEINSTEIN, Martin. **Uruguay the politics of failure**. Westport: Greenwood, 1975.

WILLEY, Joseph. Institutional arrangements and the success of new parties in old democracies. **Political Studies**, v. 46, n. 3, p. 651-668, 1998.

WILSON, José de Torres. Los partido “de ideias” en el siglo XIX. In: CAETANO, Gerardo; RILLA, José (Org.). **Los partidos uruguayos y su historia (I): el siglo**

XIX. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria; Instituto de Ciencia Política, 1990, p. 95-98.

WOLLOCH, Bernardo. **Jorge Batlle: el profeta liberal**. 2ed. aum. Montevideo: Fin de Siglo, 2017.

YAFFÉ, Jaime. Consolidación y transformación partidaria. Institucionalización, liderazgo y capacidad de adaptación en el Frente Amplio de Uruguay. **Iberoamericana**, Berlin, v. 13, n. 50, p. 7-26, 2013.

YAFFÉ, Jaime. El partido de gobierno. In: CAETANO, Gerardo; MORAES, Juan Andrés; BUSQUETS, José Miguel (Org.). **Informe de Coyuntura n. 11 (Política en tiempos de Mujica II: un balance de mitad del camino)**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Estuario, 2012, p. 154-168.

YAFFÉ, Jaime. **Al centro y adentro: la renovación de la izquierda y el triunfo del Frente Amplio en Uruguay**. Montevideo: Linardi y Risso, 2005a.

YAFFÉ, Jaime. Réquiem para el réquiem para la izquierda. El triunfo de la FA: de la competencia intrapartidária al desempeño electoral. In: BUQUET, Daniel (Coord.). **Las claves del cambio: ciclo electoral y nuevo gobierno 2004/2005**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Banda Oriental, 2005b, p. 43-62.

YAFFÉ, Jaime. Del Frente Amplio a la Nueva Mayoría. La izquierda uruguaya (1971-2004). **Secuencia**, Ciudad de México, n. 60, p. 175-209 sept./dic. 2004.

YAFFÉ, Jaime. Izquierda, historia y tradición en Uruguay. La tradicionalización del Frente Amplio y el nacimiento de la tercera divisa. **Cuadernos del Claeh**, Montevideo, n. 86-87, p. 155-192, 2003.

YAFFÉ, Jaime. **Ideas, programa y política económica del batllismo: Uruguay (1911-1930)**. Montevideo: Universidad de la República, sept. 2000a.

YAFFÉ, Jaime. Nuevas reglas, viejos actores, ¿nuevos comportamientos? In: INSTITUTO DE CIENCIA POLÍTICA. **Elecciones 1999/2000**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Banda Oriental, 2000b, p. 27-54.

YAGÜE, José L.; DÍAZ-PUENTE, José M. Tres siglos de planificación regional en Uruguay: lecciones de experiencia para afrontar los retos de desarrollo en el siglo XXI. **Estudios Geograficos**, Madrid, LXIX, p. 247-280, enero/jun. 2008.

YVETTE Trochon Ghislieri. **Fin de Siglo Editorial (Autores)**, 30 marzo 2017. Disponível em: <http://www.findesiglo.com.uy/yvette-trochon-ghislieri/>. Acesso em: 26 nov. 2017.

ZABALZA, Jorge. **La estaca**. Montevideo: Ediciones del Cerro, 1998.

ZEBALLOS, Camila. La doble condición de la partidocracia: la dinámica entre hegemonía y subalternidad. **Crítica Contemporánea**, Montevideo, n. 6, p. 175-200, dic. 2016.

ZONS, Gregor. The influence of programmatic diversity on the formation of new political parties. **Pary Politics**, London, v. 21, n. 6, p. 919-929, 2015.

ZUBILLAGA, Carlos. Los partidos políticos ante la crisis (1958-1983). In: CAETANO, Gerardo et al. **De la tradición a la crisis: pasado y presente de nuestro sistema de partidos**. Montevideo: Banda Oriental; Claeh, 1985, p. 41-112.

ZUBILLAGA, Carlos. **Las disidencias del tradicionalismo: el radicalismo blanco**. Montevideo: Arca; Claeh, 1979.

ZUBILLAGA, Carlos; CAYOTA, Mario. **Cristianos y cambio social en el Uruguay de la modernización (1896-1919)**. Montevideo: Banda Oriental; Claeh, 1988.

ZUBILLAGA, Carlos; PÉREZ ANTÓN, Romeo. Los partidos políticos. **El Uruguay de nuestro tiempo (1958-1983)**, n. 5, 1983.

ZURBRIGGEN, Cristina. Políticas de ciencia, tecnología e innovación: hacia un cambio de la matriz productiva. In: CAETANO, Gerardo; MORAES, Juan Andrés; BUSQUETS, José Miguel (Org.). **Informe de Coyuntura 13 (Final abierto: hacia las elecciones de 2014)**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Estuario, 2014, p. 283-297.

20 AÑOS, tres lemas, un diputado. **Canal 180**, Montevideo, 17 feb. 2015. Disponível em: <https://www.180.com.uy/articulo/53675_20-anos-tres-lemas-un-diputado>. Acesso: 26 nov. 2017.

2121 – ASAMBLEA URUGUAY. **Frente Amplio. Resultados finales de las elecciones internas**. 12 oct. 2016. Disponível em: <http://www.2121.org.uy/index.php/noticias/item/238-frente-amplio-resultados-finales-de-las-elecciones-internas>. Acesso em: 26 nov. 2017.